

**LUÍS SOARES DE CAMARGO**

# **VIVER E MORRER EM SÃO PAULO**

*A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Bernuzzi de Sant'Anna

**PUC - SP  
SÃO PAULO  
2007**

Comissão Examinadora:

---

---

---

---

---

# **VIVER E MORRER EM SÃO PAULO**

A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo a análise das relações que se construíram na sociedade paulistana do século XIX tendo em vista a presença constante das doenças e da morte. Fonte de tensões e de arranjos, rica em elaborações que se forjaram no intuito de elucidá-la, a morte será tratada enquanto parte de uma intrincada rede social vivenciada numa cidade em constante transformação. Anotada a sua maior incidência entre crianças, mulheres, pobres e escravos, coube investigar as possíveis razões para isso, bem como utilizar as quantificações apuradas como base para a elaboração de tabelas que permitiram estabelecer a expectativa de vida dos paulistanos em meados do século XIX. Estas, por sua vez, não estarão aqui inseridas apenas enquanto demonstração senão, também, como fonte para outras análises. A morte, portanto, torna-se o objeto de uma história complexa, por vezes ambígua, até porque, como constatamos, ela é uma das várias etapas de um processo que, iniciado através do contato com a doença, não se esgota com o fim da vida, posto que resta ainda um corpo, daí por diante também transformado em fonte de conflitos e apropriações diversas. Numa interface com a cidade, com seus problemas e costumes, essas complexas relações somente se tornam inteligíveis e passíveis de serem desvendadas quando consideradas no bojo de uma sociedade hierarquizada, submetida a diversas esferas de poder e com elas interagindo. Nesse sentido, a doença e a morte estarão aqui sendo consideradas enquanto fenômenos sociais, objetos passíveis de reflexão histórica, até porque elas não ocorreram apartadas do seu tempo, do seu espaço ou dos indivíduos que as vivenciaram.

**Palavras Chaves:** São Paulo, século XIX, doença, morte, cemitério, demografia, expectativa de vida.

## **Abstract**

In the present thesis we analyse the social relationships in the city of São Paulo in the nineteenth century having in mind the constant presence of disease and death during this period. Source of tensions and arrangements, rich in mental elaborations attempting its elucidation, death is treated here as part of an intricate social mesh existing in a city in permanent transformation. Noticing its greater incidence among the children, the women, the poor and the slaves, we have investigated the probable reasons for this and quantified it in a set of tables that made possible the evaluation of the life expectancy of the inhabitants of the city of São Paulo in the mid nineteenth century. The tables are also used as source for further analyses. Death thus becomes the object of a complex history, ambiguous at times, since it is one of several stages in a process that starts by the contact with disease but does not end with the end of life, for there remains a body that is to become the source of conflicts and appropriations of diverse kinds. These complex social relationships in an interface with the city, with its problems and customs, can only be understood and disclosed when considered in the context of a hierarchical society submitted to several spheres of power and interacting with them. This being so, disease and death will be approached here as social phenomena, objects for historical reflexion, not the least because they do not occur secluded from their time, their space, or the individuals that experience them.

**Key Words:** São Paulo, 19<sup>th</sup> century, disease, death, cemetery, demography, life expectancy.

## Agradecimentos

A todos os professores da PUC-SP que me auxiliaram nesta caminhada.

Em especial agradeço à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Bernuzzi de Sant'Anna que se dispôs a dividir comigo o seu vasto e erudito conhecimento e que me incentivou – às duras penas, devo confessar – a ousar e ir além, buscando muitas vezes na simplicidade de um gesto ou de uma palavra, a complexidade das experiências sociais, bem como a relação dos homens com a cidade e com a natureza.

Agradeço também à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Estefânia K. C. Fraga, orientadora no Mestrado, e que muito contribuiu para o amadurecimento deste estudo.

Ao Professor Dr. José Leopoldo Ferreira Antunes pelas pacientes explicações sobre os métodos e técnicas de análises demográficas, sem as quais não seria possível desenvolver, com o rigor necessário, grande parte da tese.

Aos Professores Doutores Jaime Rodrigues e Maria Odila Leite Silva Dias pela leitura atenta, pelos comentários, sugestões e conselhos preciosos.

Aos sempre amigos, Alfredo Pio N. R. Galeão, pelo incentivo e ajuda em momentos difíceis e pelas discussões esclarecedoras sobre temas controversos; D. Celeste Figueiredo Noronha Galeão, Celeste Aída N. R. Galeão, Emília Maria Galeão Lyra, Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Ana Rita e Carlos Magno Borella, Maria Eugênia Silva, Bertila Trevisan Simioni, Gabriela Simioni de Araújo, Maria Inês Mecca, Maria José Sanfins, Hermes Simas, Giancarla Giovanelli de Camargo e Maria Aparecida Soares de Camargo, bem como a todos os amigos de Itatiba, também pelos incentivos e cobranças para a finalização do trabalho.

A todos os amigos do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e, em especial, à Celina Yoshimoto, Liliane Schrank Lehmann, Myrthes Mitue Samoto e Maria Stela F. Nogueira de Lima. À Silvia Maria Galdino Bezerra de Lima, Elizabeth De Lucca e Breno Berezovsky pelos incentivos.

Agradeço também à historiadora Amanda Aparecida Pagoto e aos colegas do Arquivo do Estado de São Paulo; aos funcionários da Seção de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, bem como aos amigos Jair e Roberto do Arquivo Dom Duarte Leopoldo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

# SUMÁRIO

Apresentação .....	009
--------------------	-----

## Parte I

### Antigas ameaças e novas preocupações

Capítulo 1 - Foi Deus quem quis.....	019
Capítulo 2 - A infecção no Anhangabaú.....	061
Capítulo 3 - A pestilência na várzea e no Tamanduateí.....	100
Capítulo 4 - O pútrido nas ruas	
4.1- Os tigres do quartel e da cadeia.....	150
4.2- O despontar de um novo perigo.....	161
Capítulo 5 - Novos caminhos	
5.1- Afecção, Infecção e Poluição.....	198
5.2- A neurose da poeira.....	212

## Parte II

### Vida breve

Capítulo 1 - Entre epidemias, febres e bexigas.....	227
Capítulo 2 - A mortalidade infantil.....	282
Capítulo 3 - Uma frágil existência.....	312
3.1- Esperança de vida: considerações preliminares e quadros resumidos.....	317
3.3- Tábuas de cálculos.....	331
Capítulo 4 - O tempo: as idades da vida.....	346
Capítulo 5 - Diante da vida, a morte: o corpo e o cemitério	
5.1 - Algumas hierarquizações: anjos e adultos, ricos e pobres.....	386
5.2 - Inquietações diante do corpo.....	395
5.3 - Memórias, lembranças e esquecimentos.....	412
5.4 - Pobres, escravos e indigentes.....	453
5.5 - Tensões e ambigüidades: o retorno dos mortos.....	470
Considerações finais.....	507
Créditos das imagens.....	512
Fontes.....	515
Bibliografia.....	521

*“A doença pertence à história ... e não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes. Onde estão as febres terçãs e quartãs dos nossos antepassados?”*

Jacques Le Goff, 1985

## Apresentação

Quando da passagem por São Paulo, em janeiro de 1817, os viajantes Spix e Martius observaram detalhadamente as características das doenças que atingiam os paulistanos.<sup>01</sup> Estas, concluíram eles, divergiam em muito das dos moradores do Rio de Janeiro e das províncias do norte e, conforme a análise que fizeram, isto ocorria “tanto pela diversidade da constituição física dos habitantes, como do clima”. Ao completar o relato, disseram ainda os mesmos viajantes que:

“aqui se encontram, mais comum do que nas províncias do Norte, o reumatismo e estados inflamatórios, sobretudo dos olhos, peito, pescoço e, por conseqüência, tuberculose dos pulmões e da laringe, e blefarites [inflamação das pálpebras]. As doenças gástricas são, pelo contrário, mais raras e aqui não existem a fraqueza geral do sistema digestivo, assim como cardialgias, que parecem andar de par com o calor do país, e tornam-se quase diátese geral dos habitantes das regiões situadas mais perto do Equador.”<sup>02</sup>

Bastante utilizadas como fontes para descrever a história de São Paulo de início do século XIX, as memórias de Spix e Martius muito serviram para a construção de uma historiografia que valorizava a terra e os feitos dos paulistas, uma “raça de gigantes”, cujo melhor exemplo seria a forjada imagem do bandeirante nas primeiras décadas do século XX. Nesse caminho, e em especial a partir da segunda metade do século XIX, época em que o crescimento econômico alavancou a construção de um passado épico para São Paulo, o fator climático foi muito utilizado como subsídio para análises que diziam respeito não apenas à melhor compleição física dos moradores, senão também para valorizar o caráter empreendedor dos paulistas, o seu pioneirismo, a sua coragem.<sup>03</sup> Este clima, mais ameno do

---

**01** - Johann Baptiste von Spix, zoólogo, e Carl Friedrich Philipp von Martius, botânico. Os dois alemães, fizeram parte da comissão científica austríaca que veio ao Brasil em 1817, tendo permanecido no país por cerca de três anos.

**02** - **Spix**, Johann Baptist von; “Viagem pelo Brasil: 1817-1820/Spix e Martius”; S.P. Edusp e M.G. Itatiaia, 1981; p. 145 e 146.

**03** - Exemplar nesse caso é o texto de João Alberto Salles, publicado em 1880, com o sugestivo título de “*Como o clima da província de S. Paulo influi sobre o caráter de seus habitantes*”, e do qual destaco os seguintes trechos: “*Bem diferente sem dúvida é o clima da província de São Paulo do das outras províncias do império. (...) ao mesmo tempo, que (nelas) aparecem quase periodicamente os terríveis flagelos da seca e da fome, mantém o clima de São Paulo um justo meio termo, não sendo nem muito rigoroso no inverno nem no verão, e servindo antes para estimular a energia do homem do que para sufocar as variadas manifestações do seu engenho. (...) Em S. Paulo não há como no Amazonas e no Pará, superioridade das forças físicas (da natureza “exuberante”) sobre a energia humana; aqui o clima é regulado de modo a incutir vigor no ânimo do homem e não desalentar; os agentes físicos são inferiores aos estímulos da inteligência. (...) Daí a proverbial energia dos paulistas, revelada desde os tempos coloniais. (...) D’onde vem essa energia? Qual a razão de não se encontrarem exemplos semelhantes nas outras províncias? Parece-nos que a explicação desse fenômeno encontra-se em parte na influência benéfica que sobre o desenvolvimento da atividade humana exerce o clima desta província. (...)” Salles, João Alberto de; “*Como o clima da província de S. Paulo influe sobre o caráter de seus habitantes*”; In: “*Almanach Litterario de S. Paulo para 1880*”; Ed. fac-similar, Governo do Estado de S. Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de S.P., s/ data, p. 173 a 187. Alberto Sales (1855-1904), era irmão de Campos Salles. Estudou engenharia nos E.U.A e formou-se em Direito em*

que “nas províncias do norte”, foi sempre elogiado e tido como altamente benéfico para a saúde dos moradores e, nesse sentido, disseram os mesmos viajantes que “também as febres intermitentes (sezões) são raras em São Paulo, e quando aparecem, são freqüentemente devidas a catarros e reumatismos, a que predispõem o menor calor local e as mudanças rápidas de temperatura.”<sup>04</sup>

Esta análise consolidava a opinião do médico sueco Gustavo Beyer, que aqui estivera quatro anos antes, época em que descreveu a Capitania de São Paulo como “o paraíso do Brasil por causa de sua altitude e seu ar saudável e fresco”, chegando mesmo a classificá-la como o “lugar mais saudável de todo o continente americano”. Em seu detalhamento, o médico diria ainda que “os casos de moléstia são raros em São Paulo, não existindo na cidade qualquer epidemia”.<sup>05</sup>

Décadas mais tarde o poeta Álvares de Azevedo, estudante da Faculdade de Direito entre 1848 e 1851, escreveria à sua mãe no Rio de Janeiro dizendo que o mal que lhe afetara “não foi coisa de muita importância, mesmo porque São Paulo não é clima de febres”<sup>06</sup>, completou. Este relato de Álvares de Azevedo ganha certa credibilidade, pois sabemos que ele era um crítico mordaz da cidade e por diversas vezes teve a oportunidade de tecer comentários nada enaltecidos à urbe e aos costumes dos paulistanos.<sup>07</sup>

Contemporâneo dos viajantes Spix e Martius, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, que esteve em São Paulo pela primeira vez em 1819, anotou em seus cadernos o discurso de um dos presidentes da província, proferido em 1844, onde o mesmo dizia que “é indiscutível que o clima de nossa cidade é bastante salubre, porquanto, durante seis meses do ano, ela permanece, por assim dizer, no meio de um lago formado pelas enchentes do Tietê e do Tamanduatehy, sem que, entretanto, a saúde de nossos concidadãos sofra qualquer alteração.” Mas, comentando esta fala, e já um tanto quanto desconfiado, Saint-Hilaire completou com suas próprias palavras dizendo que:

“é incontestável que a posição elevada de São Paulo e os ventos que reinam na região preservam seus habitantes das febres e de outras moléstias endêmicas que semelhantes inundações provocam em muitos outros lugares. Entretanto, custa-me acreditar que as inundações ocorridas anualmente em São Paulo nenhuma influência tenham contra a saúde pública. (...) Em São Paulo muitos indivíduos encontrei com a pele amarelada e ar doentio.”<sup>08</sup>

Os relatos de uma São Paulo saudável permearam o discurso de inúmeros forasteiros

---

São Paulo. Foi jornalista e diretor da Escola Normal de São Paulo.

**04** - Spix e Martius, op. cit.

**05** - Beyer, Gustavo; Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil, e que há pouco foi ocupada; Trad. de Alberto Löfgren, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. P., Vol. XII, 1907, p. 275 a 329.

**06** - Azevedo, Manuel A. Álvares de; “Obras Completas”, Org. Homero Pires, S.P., Cia. Ed. Nacional, 1942, Vol. II, p. 475.

**07** - Desde a infância, Álvares de Azevedo sofria com problemas relacionados à saúde; de complexão frágil, sofreu durante alguns anos com as mais variadas “febres”; adquiriu tuberculose ainda jovem e sofreu uma cirurgia para a remoção de um tumor na fossa ilíaca, provavelmente uma apendicite supurada. Dessas complicações ele faleceu no dia 25 de abril de 1852, no Rio de Janeiro, aos vinte anos de idade.

**08** - Saint-Hilaire, Auguste; “Viagem à Província de São Paulo”, S.P., Livraria Martins Editora, 1945, p. 183 e 184. Nesta edição, em nota de rodapé, explica-se que o discurso foi proferido pelo então presidente da província,

que por aqui passaram no decorrer do século XIX e seria mesmo cansativo citar a todos.<sup>09</sup> Entretanto, se tomarmos como base outras fontes – como os registros de sepultamentos de finais do século XVIII e início do XIX – algo de diferente, e não condizente com as descrições apontadas, se nos apresenta. Com respeito às febres, por exemplo, Maria Luiza Marcílio já nos mostrou que, entre as doenças especificadas nas causas de morte, nenhuma superava este mal (classificadas como febres intermitentes, febre podre ou febre maligna) com um total de 260 casos, entre 1799 e 1809, registrados na paróquia da Sé. A segunda causa de mortes no mesmo local e período, explica Marcílio, eram as verminoses com 177 casos, que atingiam especialmente as crianças e, em terceiro lugar, estavam as doenças do parto e puerpério (período subsequente ao parto) com 160 mortes.<sup>10</sup> Este quadro, apresentado por Marcílio, não vai sofrer grandes alterações até finais do século XIX. Em 1860, por exemplo, as “febres” ocupavam o segundo lugar entre as causas de falecimento, com 53 registros; em 1882 elas se mantiveram em segundo lugar com 57 casos e, em 1890, já estavam em primeiro com 232 casos anotados de falecimento, superando mesmo os de tuberculose com 201 registros. Mesmo nos primeiros anos do século XX, como se verá adiante, as febres se mantiveram sempre entre as doenças mais letais para os paulistanos, oscilando entre os segundos e quartos lugares em todas as estatísticas de morte no período entre 1908 e 1912.

Ora, estariam então equivocados os relatos inicialmente apresentados dos viajantes? Sim e não. Em primeiro lugar, devemos atentar para o fato de que as mortes ocorridas no século XIX e que hoje poderíamos considerar como prematuras, não eram exclusividade do Brasil, pois estas também ocorriam em grande quantidade na Europa. E surtos epidêmicos, apesar de serem vistos como momentos de exceção eram, de fato, uma rotina tanto aqui quanto lá. Em segundo lugar, é preciso lembrar que a situação encontrada em São Paulo estava sendo descrita sempre em relação às outras localidades, como as “províncias do norte” ou com o Rio de Janeiro. Nesse sentido, e certamente pela comparação com outras cidades, talvez as condições presentes em São Paulo fossem menos graves e as mortes, quiçá, não chamassem tanto a atenção dos estrangeiros, estes já bem acostumados com sua grande ocorrência.<sup>11</sup> De qualquer forma, e tomando como exemplo o caso das “febres”, elas estavam sim na categoria das doenças mais temidas pelos paulistanos, não ganhando

---

Manuel Felizardo de Souza e Melo, no dia 07/01/1844.

<sup>09</sup> - Para a primeira metade do século XIX destacam-se, além dos viajantes aqui citados, John Mawe, Von Martius, Daniel P. Kidder, dentre outros. Para a segunda metade do século XIX ver: Emílio Zaluar, Tschudi e Koseritz.

<sup>10</sup> - **Marcílio**, Maria Luiza; “A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850”, S.P., Pioneira e Edusp, 1973, p. 176. Como base para este estudo, a autora utilizou-se dos *Registros Paroquiais* de sepultamentos.

<sup>11</sup> - Apesar das análises dizerem respeito a São Paulo, bem como a sua comparação com o restante do país, é preciso lembrar que o Brasil como um todo, e isso até meados do século XIX, era tido uma região bastante saudável; esta perspectiva, posteriormente, altera-se radicalmente quando então os médicos acadêmicos “descobrem” um país doente. A esse respeito veja Sidney **Chalhoub** (1996, p. 60 e seguintes), bem como Lilia Moritz **Schwarz** (2005, p. 224 e seguintes).

muita importância para este estudo o fato de que, certamente, elas fossem sintomas de algo mais grave. No século XIX, morria-se mesmo era de febre, e assim devemos considerar, pois era a aparência e o visível que contava. A classificação das atuais doenças (ou causas de morte) é algo recente e, como sabemos, altera-se a curtíssimos prazos, sempre ao sabor das novas descobertas.<sup>12</sup> Durante boa parte do século XIX, ao contrário, o que hoje chamamos de sintomas era a doença em si o que, é claro, era capaz de abrigar uma gama variada de males. Não podemos nos desviar muito desse caminho, pois correríamos o risco de perder de vista uma situação intrínseca daquela época, alguns aspectos importantes sobre a vida e o cotidiano dos antigos paulistanos e, mais especificamente, ficaríamos mais distante de um entendimento sobre os pequenos e grandes temores que se faziam presentes.

Diante da vida, eis que notamos a presença sempre constante das doenças e da morte, fato este que redundou, por exemplo, na elaboração de diversas estratégias visando tanto sua cura quanto um trespasse seguro. Já estamos, portanto, no primeiro capítulo desta tese, onde apresentamos e analisamos algumas concepções sobre os males que afetavam o corpo numa sociedade dinâmica, composta por brancos e negros (escravos ou libertos), ricos e pobres, com alguns poucos representantes da medicina acadêmica e muitos outros especialistas nas artes de curar, a exemplo de benzedeiros e curandeiros de diferentes matizes. Conjugadas em alguns momentos e apartadas em outros, essas práticas acabaram por nos indicar que a história da saúde não pode ser vista apenas sob o prisma da ciência médica e, mais ainda, que a emergência desta como a única portadora da cura resultou na desapropriação de um saber popular, tema este que será retomado em outros momentos do estudo.

Mas levando em consideração o fato de que algumas condições presentes na cidade estavam sim na origem de muitas doenças – aqui incluindo os hábitos e costumes de seus habitantes – exercitamos uma *viagem* pelas ruas, ladeiras, becos, rios e várzeas da São Paulo do século XIX tentando investigar as possíveis causas para os males que tanto afetavam seus moradores. Além disso, nesse mesmo percurso foi possível verificar os usos que os paulistanos faziam dos espaços da cidade, bem como os conflitos então vivenciados. O meu olhar, é claro, carregado de concepções e conhecimentos deste início do século XXI, esteve sempre voltado para os perigos, para aquilo que meus poucos conhecimentos conseguiram

---

**12** - Atribui-se ao inglês John Graunt o primeiro estudo estatístico sobre doenças e causas de morte que se chamou "*Natural and Political Observation Made Upon the Bills of Mortality*". Publicado em Londres no ano de 1662, listava um total de 83 doenças. Em 1893 o francês Jacques Bertillon, chefe dos serviços de estatística de Paris, apresentou aquela que seria conhecida como a primeira "Classificação Internacional de Doenças" (CID) com 161 categorias ou causas de morte. Revisada aproximadamente a cada 10 anos, até 1992 encontrava-se em vigência a 9ª CID (ou CID-9), contendo um total de 1.178 (mil cento e setenta e oito) doenças ou causas de morte. Atualmente, a comunidade médica trabalha com a CID-10, esta contendo um total que chega a 2.032 (duas mil e trinta e duas) causas de morte. A esse respeito ver "CID-10 Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde", 10ª ed. Revisão; S.P., EDUSP, 1994 e **Laurenti**, Ruy; *Análise da informação em saúde: 1893-1993, Cem anos da Classificação Internacional de Doenças*, In: Revista de Saúde Pública, vol. 25, nº 06, S.P., Dezembro de 1991.

identificar como prováveis causas de doenças e de morte.

Em seguida, e já fechando esta primeira parte do estudo, analiso mais de perto a emergência e o embate entre as teorias médicas e de como as mesmas acabaram por influenciar o despontar de novas sensibilidades numa cidade que se queria “civilizada”.

Após essas primeiras análises nos aproximamos das doenças, e em especial daquela que era a fonte dos maiores temores entre os paulistas, ou seja, da varíola então conhecida como *bexiga*. Seja em decorrência das epidemias, das “febres” ou de outros males que afetavam especialmente as crianças, constatamos a priori que as taxas de mortalidade eram altas na São Paulo do século XIX. Coube então quantificá-la, dando-lhe uma visibilidade através dos números, até como forma de comprovar a sua grande ocorrência. A partir desses dados, foi possível elaborar alguns quadros que indicam a esperança de vida para os paulistanos entre as décadas de 1870 e 1880. Claro que para além dos números, o desafio aqui é o de trazer a fragilidade da vida humana no século XIX como um problema, buscando na história suas relações e interfaces, até porque essa fragilidade hoje pode assim ser entendida, mas naquela época não o era.

Por fim, e já que diante da vida está a morte e que diante da morte resta um corpo, o último capítulo tratará das apropriações, hierarquizações e tensões provocadas pela morte. Como será visto, a história da morte não termina com o fim da vida.

As possibilidades de análises que o tema oferece não se esgotam com este trabalho. Esta é uma certeza que se coloca uma vez que o mesmo tema poderia, por exemplo, ser estudado no mesmo espaço, mas em épocas diferentes ou ainda tendo em vista outras abordagens: ou bem a morte, ou bem as doenças; ou ainda em diferentes perspectivas como se nos apresenta a história da morte ou do morto, das doenças ou dos doentes.

Pensando no primeiro problema, o corte cronológico privilegiou o século XIX, mas sempre que necessário, recorro também às últimas décadas do XVIII e primeiras do XX. As razões para essa escolha justificam-se seja pela possibilidade de cálculos mais seguros, seja pelas grandes rupturas se fizeram sentir naquele período; São Paulo, por exemplo, inicia o oitocentos ainda com “ares” de vila colonial, aspecto este perceptível não apenas na sua arquitetura e na disposição geral da urbe mas, também, nas várias práticas dos moradores, então muito próximas das concepções de mundo dos séculos XVIII e mesmo do XVII. Nas últimas décadas, porém, encontramos a mesma cidade inserida num outro contexto, já com as características de uma “jovem metrópole”, como diria Richard Morse<sup>13</sup>, que experimentava e sofria com um aumento populacional explosivo, especialmente nas últimas décadas; e que recebia com mais rapidez as novidades produzidas no exterior. Por conta disso, práticas e

---

**13 - Morse**, Richard M.; *De comunidade a metrópole - Biografia de São Paulo*; S.P., Comissão do IV Centenário, 1954. Ver especialmente a parte III, “Surge a Cidade-Organismo”.

comportamentos foram alterados e, no decorrer de 100 anos, encontramos expressivas modificações no entendimento dos males e nos “caminhos da morte”. Em suma, é mesmo no oitocentos que se inicia uma ruptura entre a concepção sobrenatural dos males e os ensinamentos da medicina acadêmica, o que nos leva a perceber, por exemplo, os intrincados rumos que a morte vai tomar. É ainda no século XIX que, paulatinamente, a doença e morte escapam ao entendimento popular, distanciamento este que se consolida no novecentos. Assim, entendo que é mesmo no século XIX que se lançam as novas bases para um velho jogo: o da doença e da saúde que, a partir do século XX em São Paulo, passou a ser jogado “cada vez menos em casa do doente e cada vez mais no palácio da doença, o hospital.”<sup>14</sup>

Com respeito às diferentes abordagens que o tema proporciona, optei por trabalhar com a doença e morte numa relação conjunta e isso, outra vez, tendo em vista os dados mais seguros oferecidos pelas fontes. Não obstante, no último capítulo foi possível fazer emergir não apenas uma história da morte senão, também, dos homens diante dos mortos. E aqui, como poderá ser visto, desaparecem as sutilezas indicadas pelas palavras.

Com o objetivo de estudar o desenvolvimento desse complexo processo na cidade de São Paulo do século XIX, escolhi como fontes principais três coleções de documentos: as Atas da Câmara Municipal, os chamados Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal e os Livros de Inumação dos cemitérios públicos.

Da primeira coleção, já bastante conhecida e utilizada como subsídio por diversos pesquisadores, é preciso dizer que ela guarda ainda um enorme potencial. A sua leitura no original foi extremamente importante seja para a investigação de aspectos até então não vistos, seja para a complementação de várias outras informações. Mais ainda, as Atas - e aqui incluindo a sua condição de documentação seriada - oferecem uma rara oportunidade para o entendimento dos agentes que atuavam na cidade em diferentes períodos, pois nas reuniões dos vereadores os problemas urbanos estavam sempre em pauta, propostas eram apresentadas e discutidas, sendo muito comum o afloramento de diferentes posicionamentos, ou de forças políticas, num embate que hoje se nos apresentam como bastante reveladores. Assim, torna-se possível recuperar através das Atas as várias falas sobre uma mesma questão, os projetos e os debates travados; podemos, além disso, examinar as propostas não vencedoras para também incluí-las na história. Cabe ainda ressaltar que a cidade de São Paulo é privilegiada nessa questão, pois possui esses documentos desde os seus primórdios: a primeira Ata remonta a 1562 e a série, já transcrita e publicada, vai até 1903 (com uma pequena interrupção nos últimos anos do século XIX), somando um total de 85 volumes impressos.

Os Papéis Avulsos, por sua vez, podem ser entendidos como uma complementação das

---

14 - Le Goff, Jacques, *Uma história dramática*; In: *As doenças têm história*, 1985, p. 08. O autor analisa a questão em outro contexto, ou seja, na Europa e faz esta referência tendo como base a Idade Média.

Atas. Nas reuniões dos vereadores, dezenas de papéis eram recebidos, despachados e arquivados. Posteriormente (no início do século XX), toda essa massa documental foi classificada genericamente como *Papéis Avulsos* e agrupada em volumes por ordem somente cronológica. Esses documentos não se encontram transcritos e nem publicados, não existindo também qualquer instrumento remissivo para o resgate das informações. Nesse caso, torna-se necessário efetuar uma leitura completa de todos os documentos do período escolhido o que, certamente, contribuiu para o quase ineditismo dessa fonte; somente há alguns anos ela está sendo incorporada aos estudos sobre a história da cidade. De qualquer forma, são nos Papéis Avulsos que encontramos os relatórios dos fiscais urbanos, as correspondências trocadas entre os vereadores, médicos e engenheiros e, principalmente, os abaixo assinados da população seja denunciando alguma irregularidade, seja reclamando e apresentando soluções. Esta coleção encontra-se disposta em 2.058 volumes que percorrem o período de 1800 a 1909 e, para que tenhamos uma idéia da quantidade de documentos, basta dizer que no início do século XIX temos, para cada ano, uma média de 200 a 300 documentos arquivados; já nas décadas de 1840 e 1850, esse número sobe para 1.200 documentos, que dobram sucessivamente até o início do século XX.

Como terceira fonte temos os chamados Livros de Inumações (ou de sepultamentos) dos cemitérios municipais. Esta documentação começou a ser produzida no âmbito municipal a partir de 1858, data da inauguração do Cemitério da Consolação, o primeiro cemitério público a céu aberto que atendeu a região central cidade. Antes disso, os corpos eram sepultados no interior das igrejas católicas, nos pequenos cemitérios paroquiais, ou no chamado *Cemitério dos Aflitos*, este também administrado pela Igreja e destinado aos escravos e condenados pela justiça. Nesse sentido, documentos similares a estes e anteriores a 1858 podem ser encontrados no Arquivo Dom Duarte Leopoldo da Cúria Metropolitana.

Ainda a espera de pesquisas mais aprofundadas, esta fonte tem servido mais para estudos de genealogia, para a obtenção da 2ª via do Atestado de Óbito, ou para resolver questões familiares como a posse de túmulos, terrenos e jazigos. Mas esses registros se constituem também numa fonte preciosa para os estudos históricos sobre saúde, higiene e diversos outros temas relacionados com a cidade. Para um melhor entendimento dessa documentação, transcrevo a seguir dois exemplos encontrados nos livros do Cemitério da Consolação, o primeiro deles de uma personagem bastante conhecida, e o segundo referente a um escravo:

#### **Marquesa de Santos**

“Aos 4 dias de novembro de 1867, foi sepultada no cemitério monicipal, na sepultura feita na rua larga do meio que sai da capella para o lado da cidade, descendo o lado direito, e sepultura nº 3, nella está sepultado o cadáver da Exma. Sra. Marquesa de Santos, morreu conforme o atestado

seguinte: atesto que a exma. sra. Marquesa de Santos morreu hontem as (...) horas e meia da tarde de uma enterocolite. S. Paulo 4 de 9bro de 1867, G. Elis. Sepultou no cemitério publico. S. Paulo 4 de 9bro de 1867, o coadjutor Padre Joaquim Theodoro Arrego Tavares. Nada mais constava a dita guia, o Administrador Faria.”

**Antonio - Escravo**

“Aos 8 dias do mes de janeiro de 1863 foy sepultado no cemitério monicipal no Quadro Geral sepultura nº 29 o cadavel de Antonio, fallecido hontem nesta Freguesia no Hospital de Caridade de diarreia, com 60 anos de idade, criollo, filho de M. e de sua mulher Antonia, Escravo da Snra. D. Maria Joanna Gavião, pode ser sepultado no Semeterio Publico. S. Paulo 8 de Janeiro de 1863. O Cura Marcelino F. Bueno. Nada mais constava a ditta guia, o Administrador Faria.”

É preciso lembrar que, a partir de 1858, proibiu-se (com raras exceções) qualquer outro tipo de sepultamento que não nos cemitérios a céu aberto. Por isso, e até a década de 1950, encontram-se no Arquivo Histórico Municipal o registro de mais de 2 milhões de sepultamentos contendo, como visto acima, a identificação de cada pessoa, sua idade e condição, a data e a hora do falecimento e, também, a causa da morte. Em seu conjunto, esses registros expressam ainda inúmeros aspectos a respeito da vida dos habitantes de São Paulo em diversas épocas, assim como algumas das transformações sociais, econômicas e culturais da cidade. Apesar de não estar presente neste estudo, sob essa perspectiva tal documentação poderia revelar, por exemplo, uma cartografia social e territorial da morte e das doenças na cidade, sendo possível ainda propor as seguintes questões: quais eram as doenças que mais afetavam os paulistanos e que causavam sua morte em diferentes períodos históricos? Diferenciando por cada bairro da cidade (mediante os cemitérios locais), poderíamos perceber diferenças entre as doenças que mais afetavam os moradores do Brás (um bairro operário) dos de outras regiões mais ricas como Higienópolis? Dentre os inúmeros estudos possíveis, poderíamos ainda trabalhar com a questão de gênero, ou seja, identificando quais as doenças que mais afetavam homens e mulheres nas diferentes fases da vida e em períodos históricos dos mais diversos. Lembro ainda que esses mesmos registros podem também subsidiar estudos sobre a escravidão e sobre a vida dos escravos em São Paulo. De tudo isso, depreende-se que os registros da morte são, na verdade, registros da vida, e aqui os mesmos serão assim considerados para revelar aspectos ainda não totalmente desvendados da história da cidade e dos próprios paulistanos.

Vale ainda citar que, nessa mesma perspectiva, foi desenvolvido, no período de 2002 a 2003, o projeto denominado “Registros da Morte ... Registros da Vida - A informatização dos registros de sepultamentos realizados no município de São Paulo no período de 1858 a 1940.” Coordenado pela Profª Drª Denise Bernuzzi de Sant’Anna através do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP, e tendo como instituição parceira o Arquivo Histórico Municipal, os trabalhos foram desenvolvidos com base nos sepultamentos realizados no Cemitério do Braz.<sup>15</sup> Durante a sua vigência, cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) registros de óbitos de

---

<sup>15</sup> - Tendo como proponente a Profa Dra Denise Bernuzzi de Sant’Anna, orientadora desta tese, a coordenação

corpos inumados naquele cemitério foram informatizados e disponibilizados à consulta pública. Seja pela quantidade de dados, seja pelo período que abrange (de 1893 a 1916), esses dados acabaram por se constituir numa importante fonte para a história das camadas médias e baixas da população, ou dos imigrantes e operários, uma vez que era esta a característica daquele bairro paulistano. Apesar de sua não continuidade, reputo este projeto como um dos mais importantes dos quais participei, pois além de sua relevância pública, o mesmo conseguiu ampliar em muitas vezes o meu entendimento sobre o tema da morte em São Paulo e, nesse sentido, os mesmos subsidiam algumas das análises efetuadas.

Como complementos para essas fontes, utilizo-me também dos relatórios produzidos pelos intendentes e prefeitos, do relato de alguns viajantes, da imprensa e, também, arrisco-me na literatura, apoiando-me especialmente em Bernardo Guimarães e Alvares de Azevedo.

Não menos importante para a criação da minha concepção de cidade (em diferentes períodos) foi a incorporação de fontes iconográficas, em seus diversos suportes, como as pinturas, as fotografias e os mapas urbanos.

O trabalho com este tema, bem como a abordagem escolhida, implica correr vários riscos e enfrentar muitos desafios. Uma primeira tentação é a de abarcar a cidade no lugar de historicizar suas construções a partir das questões propostas.

Por outro lado, as fontes dispersas – especialmente as primárias, manuscritas – demandaram um longo período de pesquisa, catalogação, transcrição e classificação. Tempo este em que outras preocupações surgiram, e algumas das antigas tornaram-se mais claras. E foi nesta etapa de amadurecimento que algumas das fontes inicialmente coletadas perderam sua importância e outras, ao serem “percebidas”, se mostraram fundamentais. Este processo, que diríamos comum à toda pesquisa histórica, implicou em recortes antes não pensados e em caminhos não explorados, mas cheios de potencialidade.

A abordagem deste tema exigiu, ainda, a exploração e enfrentamento de áreas até então um pouco distantes dos meus conhecimentos como a estatística e a demografia. A coleta dos dados, que implicou num longo período de pesquisa, o seu tratamento e a elaboração de tabelas e listagens foi facilitada pela utilização da informática e de programas específicos. Mas, para a interpretação das quantificações apuradas, as ciências exatas já não mais nos servem tanto, devendo entrar em seu lugar o nosso olhar de historiador.

Devo reconhecer, por fim, que a grande inspiração para a realização deste trabalho veio justamente de um ensinamento da professora Denise Bernuzzi de Sant’Anna, passado em uma de suas aulas. Disse-nos ela naquela oportunidade que uma das tarefas do historiador é a de

---

dos trabalhos, no Arquivo Histórico Municipal, ficou a cargo do Professor Doutor Jaime Rodrigues, então diretor da instituição, e dos historiadores Luís Soares de Camargo e Celina Yoshimoto. O financiamento deu-se através do programa “Políticas Públicas”, disponibilizado pela FAPESP.

encontrar – ou conseguir ver – um *problema* que, aparentemente, antes não existia; não se esquecendo, porém, de utilizar muito rigor, bom senso e honestidade no trabalho com as fontes.

## Parte I

### **Antigas ameaças e novas preocupações**

## Capítulo 1 - Foi Deus quem quis

*“A vida tem uma porta só, a morte tem cem.”*

(antigo provérbio português)

Tomados de uma alegria sem par, a família real portuguesa anunciava do Rio de Janeiro que, no dia 6 de março de 1821, nascera um príncipe em terras brasileiras. Era o menino D. João Carlos Pedro Leopoldo de Bragança e Áustria, terceiro filho de D. Pedro e de sua esposa D. Maria Leopoldina de Habsburgo.<sup>16</sup> De imediato, mensagens foram despachadas para todas as Capitanias do reino dando conta do feliz acontecimento. Em São Paulo a notícia chegaria poucas semanas depois, no dia 23 de março de 1821. Recebida a correspondência no palácio, o então governador João Carlos Augusto de Oeynhausen redigiu um Bando no qual anunciava “a feliz sucessão dos augustos monarcas” e, nada comedido, exultava:

*“Parabéns ó leais Paulistas! Os votos que todos fazíamos para que Deus Nosso Senhor concedesse um feliz sucesso a Sua Alteza Real, a Princesa Real do Reino Unido, foram propiciamente ouvidos, e S. A. R. deu á luz no dia seis do corrente a um príncipe herdeiro das virtudes de seus augustos pais e avós, e a visível proteção do Altíssimo sobre o Reino Unido se manifestou assim mais uma vez, favorecendo certamente em todas estas nossas necessidades e deprecações, pelo muito que amamos, somos, e protestamos ser sempre fiéis ao muito alto e poderoso Senhor D. João VI que nos governa com a inveja de todos os mais povos da terra.”<sup>17</sup>*

---

<sup>16</sup> - D. Pedro e Leopoldina tiveram sete filhos: D. Maria da Glória, nascida em 1819; D. Miguel, nascido em 1820 e falecido precocemente; D. João; D. Maria Januária, nascida em 1822; D. Paula Mariana, nascida em 1823; D. Francisca Carolina, nascida em 1824 e Pedro de Alcântara (D. Pedro II), nascido em 1825. Veja mais detalhes em **Züquete**, Afonso Eduardo Martins (coord.); *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia Ltda., 1960. (Vol. I).

<sup>17</sup> - Bando do General João Carlos Augusto de Oeynhausen Grevenburg, Registro Geral da Câmara de São Paulo, Vol. XVI, p. 156 a 158.

Quando do recebimento desta notícia no plenário da Câmara Municipal, igualmente exultantes ficaram os vereadores paulistanos. E tanto, que não se contiveram na resposta, dizendo que “o feliz nascimento do novo Augusto Príncipe (era) um penhor sagrado com que o Céu afiança a real sucessão do nosso augusto e, ao mesmo tempo, o bem geral da Luza Monarchia.” Mais ainda, fizeram eles questão de reafirmar que, “por tão fausto acontecimento, rendiam graças ao Céu, que parecia cada vez mais empenhado e com mais esmero em reproduzir a nobre estirpe da Casa Bragantina (...)” Ao término desta missiva os edis saudaram o governador e registraram que só restava “pedir ao mesmo Céu felicite e guarde a muito interessante pessoa por muitos anos.”<sup>18</sup>

Talvez pela ocasião, o fechamento deste ofício mereceu uma redação mais elaborada, pois o comum era finalizar qualquer missiva (e isto até finais do século XIX) com a frase “Deus Guarde a V.S.” e, às vezes, com o complemento “por muitos anos”.

Partindo desse exemplo, no caso a troca de correspondência pelo nascimento do príncipe, o fato é que, pela maneira como o episódio foi relatado, ele se torna revelador de uma realidade – ou de uma concepção de mundo – onde Deus, o céu, os santos e toda uma força sobrenatural estavam a agir. Nesse caso nada a estranhar que a princesa Leopoldina, além de outros cuidados que a cercaram, tenha recebido durante toda a sua gravidez preces e orações para que tivesse sucesso no parto e, arrisco mesmo a dizer, essas ações foram consideradas tão ou mais importantes do que aquelas praticadas pelos médicos que a rodeavam. Em outras palavras, a segurança para o feliz nascimento do príncipe estaria também nas mãos de Deus e, por isso, nada desprezíveis seriam os pedidos – neste caso o dos paulistas – para que os Céus e Nossa Senhora do Bom Parto se fizessem presentes com sua proteção visando a um desfecho favorável. Daí o fato do governador dar os “parabéns” aos paulistas, não apenas pelo nascimento do príncipe, mas também pela “ajuda” que proporcionaram à princesa mãe.<sup>19</sup>

---

18 - Ofício da Câmara Municipal de S. P. ao Governador Oeynhausien, Id. Ibidem, p. 158 a 160

19 - A gravidez de Leopoldina foi acompanhada com muita preocupação e os cuidados, após o nascimento do menino, foram redobrados. Naquela época, era de conhecimento geral uma “maldição” que pesava sobre a Casa de Bragança, qual seja, a de que “nenhum primogênito desta família sobreviveria para assumir a coroa”. Segundo Glória Kaiser, esta “maldição” teve início por volta de 1670 quando, em Portugal, um príncipe Bragança negou esmola a um monge franciscano, chegando mesmo a expulsá-lo a pontapés. Este então proferiu a maldição dizendo que “em todas as gerações seguintes os primogênitos morreriam.” Daí por diante, infelizmente esta maldição realizou-se, atingindo todos os primogênitos da Casa de Bragança nascidos em Portugal e no Brasil. **Kaiser**, Glória; *Leopoldina, Princesa da Áustria, Imperatriz do Brasil: um diário imperial 01/12/1814 Viena, 05/11/1817 Rio de Janeiro*; Trad. Celeste Aída Noronha Rodrigues Galeão; no prelo. Veja também **Oberacker Jr.**, Carlos H.; *A princesa Leopoldina*, R.J.: Conselho Federal de Cultura e Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973, p. 244.

Tratando-se de uma dimensão da vida já um tanto quanto distante de nosso mundo contemporâneo, chamo a atenção para este cotidiano vivido até meados do XIX, período em que eram bastante tênues os limites entre o mundo divino e o da ciência.<sup>20</sup> Nessa dimensão, aquela era uma época em que os caminhos para a saúde e a doença ou para a vida e a morte eram conhecidos e, mais ainda, todos poderiam interferir no processo através de rezas e orações, poderiam pedir a ajuda dos santos para que estes interferissem junto a Deus<sup>21</sup>, poderiam realizar promessas a favor de outrem ou de si mesmo para conseguir uma “cura” ou um “remédio” para os males<sup>22</sup> e, caso comum no Brasil, consultavam-se também os curandeiros, muitos deles de origem africana, que poderiam ajudar na quebra de algum feitiço que, talvez, causara a enfermidade. De todo modo, também essencial e poderosa era a participação individual (ou em grupo) no ato de expressar uma vontade, um desejo íntimo visando alcançar o bem. Nesse último caso, a redação final das missivas é bem representativa, já que era de bom tom se desejar que “Deus o guarde por muitos anos”, e isto até finais do século XIX, quando a frase foi substituída por “Saúde e Fraternidade”. Assim, e apesar dos mistérios divinos e de outras forças sobrenaturais, todos conheciam as maneiras pelas quais o bem poderia ser alcançado, eram personagens ativos em todo o processo e, no caso de algum infeliz acontecimento ou mesmo uma fatalidade, a sempre correta mão divina estaria presente para explicar o ocorrido.

E assim quis Deus que o pequeno D. João, filho de D. Pedro e Dona Leopoldina, não vivesse muito tempo. Trazendo à memória do povo uma antiga maldição que pesava sobre os membros da Casa de Bragança, o príncipe morreria no dia 4 de fevereiro de 1822, sem nem

---

<sup>20</sup> - É preciso sublinhar, entretanto, que mesmo na atualidade esses aspectos vez ou outra reaparecem, tornando-se visíveis especialmente no caso de doentes terminais ou quando os males atingem grandes personalidades. Nesse sentido vale lembrar, por exemplo, os casos do presidente brasileiro Tancredo Neves, morto em 1985, e o do papa João Paulo II falecido em 2005. Nas duas ocasiões, uniram-se um tratamento médico altamente especializado mas, também, preces e orações do povo que pediam a Deus e aos santos pelo restabelecimento da saúde dos pacientes. Por outro lado, mesmo na medicina contemporânea, são empregados termos como **manifestações clínicas** e **entidades mórbidas**, “de inspiração notadamente sobrenatural, e que integram o jargão médico moderno, referindo-se aos sintomas e doenças”, como bem lembrou Gil Sevalho (1993).

<sup>21</sup> - Dentre os inúmeros Santos com qualidades protetoras ou “curativas”, destaco alguns poucos como exemplo para a saúde do corpo e que ainda permanecem na crença popular: São Lázaro e São Roque atuam na defesa contra a lepra, úlceras, feridas, dermatoses e outros males da pele; a reza para São Bento protegeria contra a picada de cobra; Santa Luzia é tida como a protetora dos olhos; São Braz protege contra os males da garganta, atua contra o soluço e resolve os afogamentos com alimentos; São Sebastião evitaria desastres e acidentes. Sobre este tema veja o excelente estudo de **Cabral, Oswaldo**; *A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*: IN: Revista do Arquivo Municipal, vol. CLX, 1957, p. 05 a 204, ver especialmente os Apêndices: “As doenças e seus Patronos” e “As doenças, afecções e os padroeiros contra elas”.

<sup>22</sup> - Na sua origem, o termo “medicina” veio do latim *medeor*, com o amplo sentido de cuidar, proteger, tratar. Remédio, por sua vez, também provém do latim *remedium*, e compreende tudo que é empregado para a cura de uma doença. Veja: **Saraiva, F.R.S.**; *Dicionário latino-português*, R.J., Liv. Garnier, 1993 e **Lacerda, J.M.A.A.C.**; *Dicionário enciclopédico ou Novo dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, F. Arthur da Silva, 1874.

mesmo ter completado um ano. Desolado, o mesmo governador Oeynhausen, agora alçado à condição de Presidente do governo provisório paulista, escreveria:

“Sua Alteza Real o Sereníssimo Senhor Príncipe Regente por portaria de quatro do corrente (...) mandou participar a este governo que naquelle dia pelas nove horas e três quartos da manhã chamou Deus á sua Santa Glória o Sereníssimo Senhor D. João Príncipe da Beira (...). É esta real ordem que o Governo cumpre fazendo saber a Vossas Mercês aquelle infausto acontecimento que magoa o coração de todos os bons Portuguezes.”<sup>23</sup> (meu destaque)

Não obstante algumas informações posteriores sobre o falecimento do príncipe, neste comunicado o governador nada disse sobre a causa da morte e, talvez, isso nem fosse preciso, pois Deus havia chamado para Si a criança e isso bastava para explicar o infausto acontecimento.<sup>24</sup>

Poucos anos depois desses acontecimentos, e já refeita dessa perda (assaz muito comum naquela época), seria a própria Imperatriz Leopoldina que cairia doente, tendo permanecido acamada de 03 a 17 de dezembro de 1826. Segundo muitos autores que se debruçaram sobre este caso, o mal que atingiu a Imperatriz do Brasil teria sido, em grande parte, consequência dos constantes atritos entre ela e D. Pedro I.<sup>25</sup> Porém, o que mais importa para este estudo não é o motivo em si, mas os acontecimentos posteriores, o tratamento médico que ela recebeu e as várias manifestações populares que tomaram conta do Rio de Janeiro naquelas duas primeiras semanas de dezembro de 1826.

Tendo em vista a importância da personagem que sofria, o caso foi notícia diária nos jornais da corte, tendo sido, tudo leva a crer, a primeira cobertura do tipo conhecida no Brasil. De fato, a Imperatriz esteve durante todo o tempo de sua moléstia acompanhada por um séquito de médicos coordenados pelo Dr. Vicente Navarro de Andrade que, pelos bons trabalhos prestados à família imperial, acabou sendo agraciado com o título de Barão de Inhomirim. Diariamente o Dr. Vicente elaborava boletins médicos detalhados que, depois de lidos em palácio, seguiam para publicação na imprensa. Em minúcias, a doença de

---

23 - Registro Geral da Câmara de São Paulo, Id. Ibidem, p. 329 e 330.

24 - Sobre a causa da morte do príncipe, falou-se depois que esta teria sido em decorrência de uma meningite e que seus últimos momentos foram vividos “em condições muito penosas” – mais detalhes em **Souza**, Octavio Tarquinio de; “*Iniciação de D. Pedro na vida conjugal*”, In: “D. Pedro I e Dona Leopoldina perante a História: vultos e fatos da Independência”, S.P., Instituto Histórico e Geográfico, 1972, p. 632. Entretanto, em uma carta da própria Leopoldina dirigida à sua tia Maria Amélia aos 12/02/1822, a Imperatriz diria sobre a morte do filho que “o pobre pequeno que tinha uma constituição fraca do sistema nervoso apanhou uma espécie de inflamação de fígado que não sarou bem, ou que talvez jamais foi reconhecida, morreu no espaço de 15 dias entre sofrimentos contínuos e em consequência de um ataque epilético de 28 horas.” (meus destaques) Ver: **Oberacker Jr.**, op. cit.

25 - Segundo várias versões, D. Leopoldina havia dado, por volta de setembro de 1826, um ultimato a D. Pedro I no sentido de que este fizesse a sua opção entre ela ou a Marquesa de Santos. Enfurecido, o Imperador teria agredido fisicamente sua esposa que redundaria, mais tarde, num aborto e prostração de Leopoldina. A esse respeito veja: **Farina**, Duílio Crispim; *Doença e Morte da primeira imperatriz do Brasil*; In: Boletim da Academia Paulista de História, Março de 1997.

Leopoldina foi tornada pública e, por isso, a população ansiosa ficava no aguardo de cada informe para melhor acompanhar os acontecimentos e o estado em que a Imperatriz se encontrava, sendo certo que muitos compartilhavam de seu sofrimento como deixam antever os diversos relatos da época.

Num sucessivo, e desde os primeiros dias de dezembro de 1826, os boletins foram reproduzidos nos jornais. Através deles, ficava-se sabendo, por exemplo, que a *“Imperatriz passara a tarde anterior com pouco cômodo; a febre conservara-se do mesmo modo que dantes e, também, as evacuações biliosas, abundantes e numerosas, a tosse gutural teimosa, o sono pouco e não suficiente. Pelas oito horas da noite houve um ligeiro espasmo de garganta com algum suor durante o mesmo espasmo. As dejeções perto da noite tornaram-se menos biliosas e como pela qualidade e cópia eram menos conferentes e a tosse fosse um dos motivos que afastava e interrompia o sono, e tivesse havido não só o espasmo da garganta, mas algum tremor de mão e meteorismo\*, o médico administrou-lhe um carminativo\*\*, com pequenas porções de xarope de diacórdio\*\*\*, em consequência do que diminuiu sensivelmente a tosse; diminuíram as evacuações, e dormiu pequenos sonos, e em ocasião de acessos que teve de noite, notou-se alguma incoerência no que dizia, por cujo motivo se lhe puseram sinapismos\*\*\*\*”* 26

Não obstante esses informes que tornavam público os problemas que acometiam a Imperatriz – bem como os remédios e métodos curativos empregados – pouco a pouco outras notícias sobre a enfermidade de Leopoldina começaram a aparecer nos periódicos. Estas, ao contrário dos boletins, não faziam qualquer menção à terapia ou aos procedimentos médicos, senão apenas à dor e ao sofrimento, que bem poderiam ser minimizados ou estancados por uma força maior, muito mais poderosa que a da ciência:

“ Ainda o Céu não atendeu aos nossos rogos, cada vez mais freqüentes e mais fervorosos. Debalde se tem atulhado os templos de humildes suplicantes e as preces, com que a Igreja implora a Divina Misericórdia tem ressoado ante os Altares; Sua Majestade a Imperatriz ainda suporta as cruelíssimas dores, ainda é preza da terrível enfermidade, que nos consterna. O povo desta capital continua na sua ansiedade a procurar em todos os momentos conhecer o seu estado aflitivo, já pelos boletins, já pessoalmente dirigindo-se à Imperial Quinta, onde (...) fazem tremendo esta pergunta: - Como está a Imperatriz?” 27

---

\* meteorismo: presença de gás em excesso no tubo gastrintestinal.

\*\* carminativo: medicação antitflatulência.

\*\*\* xarope de diacórdio: xarope preparado com extrato de ópio

\*\*\*\* sinapismos: cataplasma de mostarda aplicado geralmente contra inflamações.

26 - Boletim médico de 03/12/1826 assinado pelo Dr. Barão de Inhomirim, publicado no jornal “Diário Fluminense”. Apud França, Mário Ferreira; *A Doença que vitimou Dona Leopoldina*, In: “D. Pedro I e Dona Leopoldina perante a História: vultos e fatos da Independência”, S.P., Instituto Histórico e Geográfico, 1972, p. 280. Neste documento, fica bastante patente os antigos procedimentos da medicina, ou seja, para cada sintoma buscava-se um remédio; o sintoma, ou a aparência (aquilo que se notava) era a doença em si.

27 - Jornal “Diário Fluminense”, editorial de 07/12/1826, apud França.op. cit.

Diante do agravamento da moléstia, o povo não se conteve com as orações e achou por bem promover “devotadas procissões” até a imperial capela nas quais iam carregando imagens e cruzeiros das diversas igrejas e ordens religiosas. No dia 06 de dezembro, por exemplo, numa dessas procissões pelo restabelecimento da Imperatriz, um jornal anotou a presença de diversas ordens, irmandades e confrarias e, dentre elas estavam: “*a da Imperial Casa da Santa Misericórdia, com o Painel e Crucifixo; a da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, levando a Imagem do Santo Patriarca; as Irmandades do S. Sacramento e da Senhora das Dores da Freguezia da Candelaria, com a Imagem da Senhora; a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, com a Imagem da mesma Senhora; a de São Francisco de Paula, com a Imagem do Santo (que ficou na Capela Imperial); e a de Conceição e Boa Morte com o crucifixo, cuja Sagrada Imagem terminava igualmente todas as Procissões mencionadas. Depois destas, concorreram as Freguezias da Sé (com a Imagem de Nossa Senhora do Terço); da Candelária, São José e Santa Ana, indo incorporadas às ditas Irmandades e Confrarias filiais respectivas*”. Nessa procissão, completou o jornal, “*todos juntavam suas súplicas cordiais e ardentes ao Supremo Árbitro da Vida e da Morte, para que prolongasse os preciosíssimos dias de Sua Majestade a Imperatriz*”.<sup>28</sup>

Entendia-se que a saúde de Leopoldina poderia ser restabelecida mediante preces, orações, missas e procissões, porque tanto a vida quanto a morte estavam nas mãos de Deus. Havia, nesse caso, um convencimento de que somente Ele é que poderia decidir, não obstante os procedimentos médicos que a cercavam. Nesse sentido nada a estranhar, por exemplo, a redação do último boletim redigido pelo médico da corte que, ao anunciar a morte da Imperatriz no dia 17 de dezembro de 1822, escreveu:

“Pela maior das desgraças, se faz público que a enfermidade de Sua Majestade, a Imperatriz, resistiu a todas as diligências médicas, empregadas com todo o cuidado por todos os médicos da Imperial Câmara. Foi Deus Servido Chama-la a si pelas dez horas e um quarto. Barão de Inhomirim.”<sup>29</sup> (meu destaque)

A frase indicando que “*Deus a chamou*” não está aqui gratuitamente e, tão pouco, aquela citada anteriormente e utilizada como despedida nas cartas, ou seja, “*Deus o guarde por muitos anos*”. A relação íntima entre a vida, os males, as doenças e a morte com essas forças divinas estavam de tal modo presentes que mesmo o médico, um homem da ciência, reconhecia que, a partir de um determinado ponto, nada mais poderia fazer, pois a vontade de Deus era maior. Não obstante a angústia e tristeza presentes nesses momentos, o fato é que a morte (apesar de ser uma tragédia) era algo natural, comum e previsível porque parte

---

28 - Id. ibidem.

29 - Jornal “Diário Fluminense”, 17/12/1826, ibidem.

da vida. A morte e a ressurreição de Jesus, nesse caso, foi sempre o grande modelo.

Na São Paulo dos séculos XVII, XVIII e até as últimas décadas do XIX, esta concepção estava presente<sup>30</sup> e, de tal maneira, que hoje a encontramos registrada em diversos documentos como, por exemplo, nos testamentos, que eram elaborados poucas horas antes do falecimento ou, em minúcias, com uma grande antecedência, na intenção de preparar uma “boa morte”. Deles encontramos uma profusão em São Paulo, até porque disseminado entre a população estava o pavor de uma morte inesperada, a chamada morte súbita, que significava uma morte sem o testamento e sem a garantia de receber os últimos sacramentos, benefícios esses fundamentais para quando a alma fosse se encontrar com Deus.<sup>31</sup> Os testamentos, por sinal, encontravam-se mesmo regulamentados na legislação, havendo diversas disposições sobre a sua obrigatoriedade, bem como a respeito daqueles que estavam proibidos de o fazerem.<sup>32</sup>

Padecendo desse medo - o de morrer sem testamento - estava o bandeirante paulista Bartolomeu Paes de Abreu:

“... estando eu Bartholomeu Paes de Abreu em meu perfeito juízo (...) temendo-me da morte por ser cousa natural e me achar enfermo (...) encomendo minha alma a Nosso Senhor Jesus Cristo que a criou (...) e que quando for vontade de Deus levar-me para si desta vida presente, que meu corpo seja sepultado na capella dos Passos da Ordem Terceira do Carmo...”<sup>33</sup> (meu destaque)

---

30 - Em 1880, por exemplo, e por ocasião do falecimento do Duque de Caxias (07/05/1880), os vereadores paulistanos assim se manifestaram: “Chegando ao conhecimento desta Câmara que foi Deus servido levar desta para melhor vida o bravo General Duque de Caxias, indico que se manifeste a sua Exma. Família o pesar de que achamos possuídos por tão lamentável perda que acaba de sofrer.” A. C., 29/05/1880, p. 69.

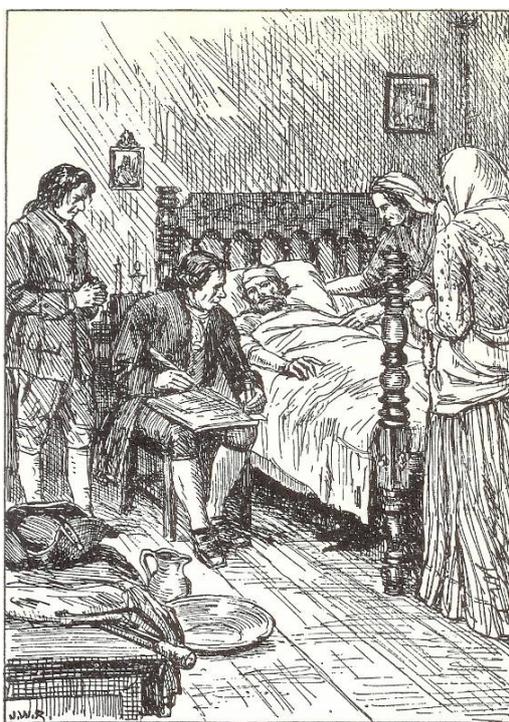
31 - O medo da morte súbita, sem testamento, foi estudado por diversos autores como Philippe Áries em “História da Morte no Ocidente” e “O Homem diante da morte” Vols. I e II; João José Reis em “A morte é uma festa” e por John Bossy em “A Cristandade no Ocidente 1400-1700”. Para o caso de São Paulo veja **Camargo**, 1995 e **Pagoto**, 2004. Estudando essa mesma questão, Adalgisa Arantes Campos verificou que “a boa morte tornou-se motivo recorrente na época Moderna, destacando-se em diversas realizações da cultura. (...) O morrer bem constituiu assunto da maior relevância para o cristão, pois considerava-se que dele dependia, em grande parte, a salvação. Religiosos como o padre Manoel Bernardes, Antônio Vieira, Nuno Marques Pereira, Inácio de Loyola, entre outros, deixaram mensagens específicas relativas ao bem morrer. Não foi ao acaso que, em meados do Seiscentos, funda-se em Roma a **Confraria da Boa Morte**, devoção essa difundida com êxito em Portugal e Império Ultramarino durante o século seguinte.” Veja: **Campos**, Adalgisa Arantes; *A morte, a mortificação e o heroísmo: o homem comum e o santo na Capitania das Minas*; IN: Revista do FAC, Publicação do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) Universidade Federal de Ouro Preto Número 2 - Dezembro de 1995, p. 05 a 12. Cabe observar que em São Paulo, desde o século XVIII, já existia a “Irmandade dos homens pardos de **Nossa Senhora da Boa Morte**”, cuja igreja, ainda existente, foi construída em 1810.

32 - A esse respeito ver “Ordenações Filipinas”, Livro IV, Título LXXXI, p. 908 a 911. Estavam proibidos de fazer testamentos as seguintes pessoas: o homem menor de 14 anos e a mulher menor de 12 anos, com exceção daqueles cujos pais fossem incógnitos ou que não tivessem pais; os loucos que houvessem perdido totalmente a razão, já que aqueles que conservassem momentos de lucidez poderiam fazê-lo nesses espaços de tempo; os nascidos mentecaptos; os “filhos-família”, ou seja, aqueles que de qualquer idade estivessem sob o pátrio poder; os apóstatas; os hereges; os escravos, com exceção daqueles cujo senhor o permitisse; os religiosos professos; os mudos e surdos de nascença; mas os que ouviam e falavam com dificuldade poderiam fazê-lo; os condenados à morte, com exceção daqueles que quisessem dispor da terça parte de seus bens para comprar a liberdade de escravos, para fazer casar órfãs, dar esmolas aos hospitais, mandar rezar missas, consertar e edificar igrejas e mosteiros. Entretanto, não tinham nenhuma possibilidade de “testar” aqueles que houvessem praticado crimes de heresia, traição ao Estado ou sodomia.

33 - Testamento de Bartholomeu Paes de Abreu, ano de 1738, in: Coleção Inventários e Testamentos, Vol. XXV, Arquivo do Estado de São Paulo, 1921, p. 449. Sobre a vida deste bandeirante veja **Franco**, Francisco de Assis Carvalho, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, 1954.

Apesar de ter exercido importantes cargos na então Vila de São Paulo nos primeiros anos do século XVIII e de sua vasta experiência como sertanista, com várias viagens empreendidas pelos sertões de Goiás, Minas Gerais, Curitiba e Rio Grande do Sul, onde granjeou fortuna, Bartolomeu Paes de Abreu encontrava-se pobre e enfermo pelos idos de 1737. Padecendo do mal das “bexigas” (varíola) ele morreria no dia 1º de janeiro de 1738, poucas horas depois de preparar o seu testamento. Como parte de suas últimas palavras, ele informou que, apesar de temer, já estava preparado para a morte, até porque esta era uma “coisa natural”. A hora do falecimento, por sua vez, dependia única e exclusivamente da vontade de Deus, que decidiria quando “o levaria para Si desta vida presente”.

Somente ficamos sabendo que Bartolomeu Paes faleceu de varíola ao consultar a prestação de contas dos funerais, onde encontramos uma petição assinada pelo seu filho, Pedro Taques de Almeida Paes, que foi anexada aos autos para explicar o fato de seu pai ter sido enterrado “*pelas duas horas da noite*”. Diz Pedro Taques que isso ocorreu porque Bartolomeu faleceu “*do venenoso e contagioso mal de bexigas*”.<sup>34</sup> No testamento, porém, nenhuma menção à doença cuja existência, é preciso frisar, dependia da vontade de Deus.



**Fig. 01: Paulista ditando seu testamento.**

Em casos como esse, não havia a necessidade de se determinar o mal que acometia o corpo e a possível causa da morte, a não ser que uma explicação fosse solicitada. Mas,

---

<sup>34</sup> - Id. ibidem, p. 471. Cabe observar que o personagem aqui citado é o conhecido historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

isso era raro de ocorrer. O comum mesmo era estar no “*entendimento que Nosso Senhor me deu doente*”<sup>35</sup> ou ficar “*doente em uma cama de uma doença que Nosso Senhor Jesus Christo foi servido dar*”<sup>36</sup> Mesmo quando citado, em excepcionais momentos, o mal que acometia o doente era tratado com generalidade, como foi no caso de Maria Álvares, que disse em 1600 estar “*doente em uma cama de doença perigosa e não sabia o que Nosso Senhor faria della*”<sup>37</sup> ou Estevão Furquim em 1660, que se declarou “*doente de alguns achagues que Deus Nosso Senhor foi servido dar-me*”<sup>38</sup> Não importava ser a moléstia por demais visível – passível portanto de uma identificação imediata – a mesma era, nesses casos, sempre atribuída a Deus, como relatou outro conhecido bandeirante em 1645:

“... estando eu João Missel Gigante, morador nesta Villa de Sam Paulo, doente de huma ferida em hua mão que Deus Nosso Senhor foi servido dar-me, e por não saber o que Deus de my ordenaria (...) determinei fazer este meu testamento ...”<sup>39</sup> (meu destaque)

Como documentos que expressavam a religiosidade católica, os testamentos deixam transparecer que a doença e a morte eram consideradas como “*coisa ordinária e natural*”, um desígnio de Deus.<sup>40</sup> E caso o doente já estivesse diante desse desfecho, o tempo que lhe restava deveria ser aplicado na tarefa mais importante que era a salvação da alma visando a uma vida eterna no Paraíso. De fato, e em todos esses antigos documentos, sobressai uma questão que precisa ser relembrada, ou seja, a de que o medo da morte não se fazia tão presente quanto o temor de “*não saber o que Deus faria da alma*”, como expressou claramente João Missel Gigante. Esta dimensão que emerge dos velhos testamentos paulistas já havia sido percebida por Georges Duby em suas análises sobre a França medieval: “*Mais do que a morte, nossos ancestrais temiam o Juízo Final, a punição do além e os suplícios do inferno.*”<sup>41</sup>

E estas eram parte importante das crenças daquela época que, por seu turno, marcaram profundamente o entendimento dos males que afligiam o corpo. Porém, seria exagero se considerássemos apenas esse aspecto da questão, até porque no próprio documento de Pedro Taques, antes citado, ele deixou escapar que a varíola era *venenosa e contagiosa*, sendo este o motivo de seu pai ter sido sepultado às pressas. Aqui, é claro, estava presente o medo do contágio, pois a respeito da varíola tinha-se uma certa experiência e

---

35 - Testamento de Mateus Leme, 1715, Inventários e Testamentos, Arquivo do Estado de São Paulo, s/ ref. de Vol., p. 361.

36 - Idem de Isabel Soares, 1629, Vol. VIII, p. 114

37 - Idem de Maria Álvares, 1600, Vol. I, p. 194.

38 - Idem de Estevão Furquim, 1660, Vol. XVI, p. 197.

39 - Idem de João Missel Gigante, 1645, Vol. XXXII, p. 117.

40 - Idem de Beatriz Rodrigues, 1625, Vol. VIII, p. 06 e de Izabel Soares, 1629, Vol. VIII, p.114.

sabia-se que, de algum modo, ela poderia migrar de um corpo doente para outro; algo bem concreto e terreno, pode-se dizer.<sup>42</sup> Mas, não havia contradição alguma, pois as duas concepções conviviam e estavam presentes no cotidiano.

Entre finais do século XVIII e início do XIX, a medicina acadêmica, ao falar sobre a saúde e as enfermidades do corpo, buscava uma complexa explicação nas forças da natureza e na velha teoria grega dos humores. Nesta interpretação, cheia de meandros, as doenças seriam provocadas por desordens naturais como, por exemplo, uma grande tempestade, raios ou ventos em demasia. Essa alteração, externa ao corpo, provocaria um desequilíbrio dos elementos que constituíam o organismo (os humores), sendo este “desarranjo” a causa das enfermidades.

Baseado nesse princípio, e para explicar as causas da “terrível praga” das icterícias em São Paulo, por exemplo, o então governador Morgado Mateus escreveria ao Marquês de Pombal, em 1768, atribuindo o problema ou...

“... esta inteperança, aos contínuos relâmpagos que continuamente se viram cintilar por todos os meses em que por cá costuma ser o inverno, durante estes metheoros té chegarem a formar no emisfério desta cidade uma terrível trovoadas.”<sup>43</sup>

Na missiva o governador daria ainda alguns detalhes da doença dizendo que *“horrorizava a vista esses homens tomados pela peste (as icterícias); transformavam-se em defuntos vivos, com os olhos amarelos, o rosto cheio de nódoas, a queixada caída e o nariz já apertado se comprimindo; nunca vivem mais que três dias e era preciso enterrá-los depressa.”* Claro, o procedimento de se enterrar os mortos rapidamente era uma necessidade frente à corrupção que o cadáver sofria, mas o medo maior, conforme explicou o governador expressando caráter fugidio deste mal era que *“a doença ficava no ar, nunca se sabendo ao certo onde ela estaria.”*<sup>44</sup> (meu destaque)

Ao permanecerem “no ar”, as doenças – dependendo da ocasião – estavam também em todo lugar, e talvez por um acidente (e por que não?) o mal poderia ser introduzido no corpo, causar a corrupção dos humores e levar à morte. Não por outro motivo, os bandeirantes e sertanistas – que mais se arriscavam por ambientes desconhecidos e inóspitos – carregavam consigo várias orações, escritas em pequenos pedaços de papéis, para serem

---

41 - Duby, Georges; *Ano 1000, ano 2000 – na pista de nossos medos*; S.P., Ed. Unesp, 1998, p. 123 e 128.

42 - Sobre o entendimento que se tinha a respeito do contágio trataremos com mais vagar no capítulo “Afecção, infecção e poluição” e sobre a varíola, especificamente, analisaremos este mal no capítulo “Entre epidemias, febres e bexigas”.

43 - Taunay, Affonso de E.; *Antigos aspectos paulistas*, 1927, p. 97 e Farina, Duílio Crispim; *Medicina no Planalto de Piratininga*, 1981, p. 49 e 50. Já no século XX, alguns autores associaram as antigas “icterícias” à febre amarela (Santos Filho, 1991, p. 123).

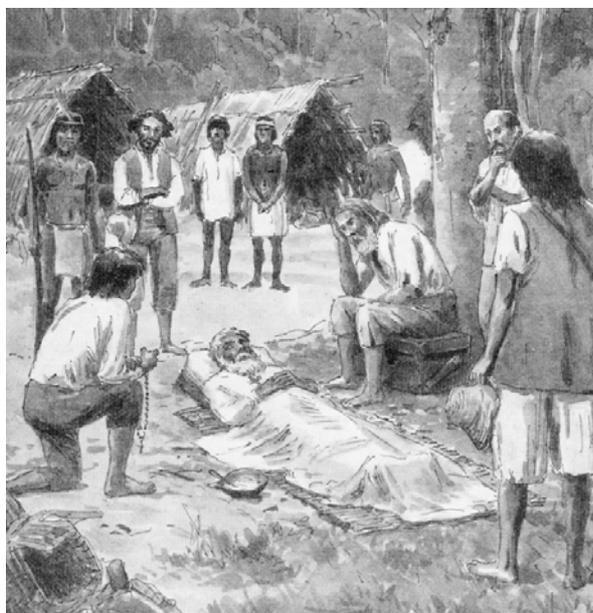
44 - Idem ibidem.

lidas em momentos específicos, quando da ocorrência de alguma doença entre os membros da expedição. Dentre as que conhecemos, destaca-se a do paulista Antonio Correa Pinto, este com várias incursões pelo sul do país, e fundador da cidade de Lajes em Santa Catarina. Nos seus pertencentes foi encontrada a seguinte oração:

#### Benssam do ar

Em nome de D.<sup>s</sup> Padre✕ Em nome de D.<sup>s</sup> f.<sup>o</sup>✕ Em nome de espírito Santo✕  
Ar vivo, Ar morto, ar de estupor, ar de perlezia, ar arenegado, ar escomungado, eu te arenego. Em nome da Santicima trindade q. sayas do corpo desta Creatura, ou animal e q. vas parar no mar sagrado p.<sup>a</sup> que viva sam e alliviado. <sup>45</sup>

Sabia-se, é claro, que algumas mortes poderiam ser provocadas por ferimentos ou decorrentes de agressões ao corpo, mas mesmo assim sempre presentes estavam também os humores e as forças sobrenaturais a agir, como no caso anotado nessa mesma época por ocasião da morte do padre Estanislau de Campos. Atacado por um parasita, o bicho-de-pé, muito comum em São Paulo, o padre havia cometido a incúria de extraí-lo à sua maneira, resultando *“daí uma erisipela, em consequência da qual transmitiu-se o mal aos intestinos por força do retrocesso dos humores, conforme dizem, e depois seguiu-se a gangrena, que lhe trouxe a morte (...)*<sup>46</sup>. O relato não faz qualquer menção, mas podemos supor que a agonia do padre Estanislau foi acompanhada de muitas orações.



<sup>45</sup> - Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo, Vol. III, Arquivo do Estado de S.P., 1913, p. 58. No Rio de Janeiro, entre finais do século XVIII e início do XIX, utilizava-se uma variante dessa oração: *“Todo mal que neste corpo entrou, / Ar de nevoa, ar de cinza, / Ar de galinha choca, ar de cisco, / Ar vivo em pecado, / Ar morto excomungado, / Ar de todo o mau olhado, / Seja deste corpo apartado, / Deus te desacanha de quem te acanhou, / Deus te desinveja de quem te invejou.”* Outras orações populares podem ser vista em **Edmundo**, Luiz; *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (1932), p. 472 e 473.

<sup>46</sup> - **Holanda**, Sérgio Buarque de; *Caminhos e Fronteiras*, 1975, p.112. A respeito desse parasita em São Paulo, bem como as técnicas para extraí-los, ver também p. 120 e 121.

**Fig. 02: Falecimento de Fernão Dias no Sumidouro, sertão de Minas Gerais, em 1681.**

Nessa concepção, a saúde deveria ser buscada através da não agressão, do equilíbrio interno e externo: nada de mais, nada de menos. Nesse caso, a doença originar-se-ia da falta de harmonia entre o homem e o ambiente.<sup>47</sup> Quando aplicada às pessoas, a receita pregava que todos os excessos eram perniciosos: a abundância ou a falta de alimentos, por exemplo, assim como a de líquidos, ou mesmo a exposição demorada ao frio ou ao calor incluindo, também, os exageros “libidinosos”. O método curativo das sangrias, muito utilizado no Brasil naquele período, tinha como uma de suas bases esta busca de um equilíbrio que fora perdido e, por isso, tentava “expulsar” para fora do corpo aquilo estava alterando a sua composição ideal e natural.

Entendia-se que a saúde dependia, ao mesmo tempo, das atitudes e costumes individuais ou coletivas e, também, do meio em que vivia. O controle da vida pessoal cabia a cada um, mas o equilíbrio ou o “desarranjo” da natureza, ao contrário, estava entregue a Deus ou a outras forças insondáveis que, inclusive, poderiam enviar algum castigo se ofendidos.

A respeito das antigas teorias médicas gregas explica a historiadora Tânia Andrade Lima:

“A medicina hipocrática tinha como premissa uma crença inabalável no poder curativo da *physis*, a natureza. Esta era constituída por quatro elementos que, para Empédocles era a água, o ar, a terra e o fogo. A estes elementos Aristóteles associou quatro qualidades: quente, frio, úmido e seco que, em múltiplas combinações, compunham tudo o que é visível no cosmos. O ar era quente e úmido; a água, fria e úmida; a terra, fria e seca; o fogo, quente e seco, todos relacionando-se, por sua, vez às quatro estações. A esses quatro elementos primários foram vinculados os *humores*, que resultavam da mistura, em quatro proporções diversas, os elementos primários (veja quadro abaixo). Definidos como elementos secundários do corpo e caracterizados por sua fluidez, miscibilidade e condição de suporte das quatro qualidades naturais, os humores básicos eram também em número de quatro: sangue, pituíta (fleuma ou catarro), bile amarela e bile negra (ou melancolia). Cada um deles tinha um centro regulador da sua dinâmica e para ele era atraído: o sangue, para o coração; a pituíta, para a cabeça; a bile amarela, para o fígado; e a bile negra para o baço. Eram igualmente portadores de um par de qualidades, de tal forma que o sangue era quente e úmido; a pituíta, fria e úmida; a bile amarela, quente e seca; e a bile negra, fria e seca. A saúde, nesse caso, seria conseguida via um equilíbrio ou, enquanto os humores estivessem balanceados. Certos processos, entretanto, podiam determinar um acúmulo maior de um dos humores, levando ao desequilíbrio da *physis*. O organismo acionava então um mecanismo de defesa, caracterizado por uma faculdade expulsora, que assegurava a eliminação do humor excedente. Este desequilíbrio era o causador da doença.”<sup>48</sup>

---

47 - Veja Rosen, op. cit., p. 37.

48 - Lima, Tânia Andrade; *Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX*; In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. II, nº 3, p. 44-96, 1996. A representação gráfica também foi baseada em modelo da autora.

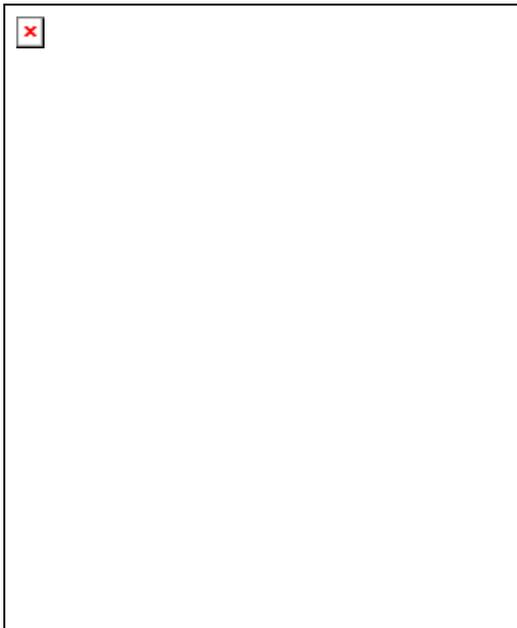
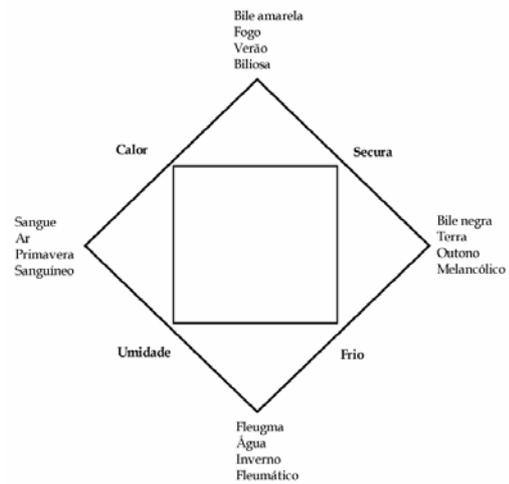


Fig. 03: Representação dos humores na Idade Média



A medicina acadêmica, como visto, guardava uma certa distância do sobrenatural até um determinado ponto quando, então, as duas concepções uniam-se para explicar a ocorrência dos males. Desse modo, era perfeitamente cabível o entendimento – principalmente pelo povo – de que outros elementos atuavam, e isso tanto para o bem, quanto para o mal. Quando da ocorrência de epidemias em São Paulo nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, pensava-se também na presença de alguma força maligna e que a moléstia poderia ser debelada através de orações, promessas e procissões. Caso tudo isso não resolvesse, solicitava-se a vinda da imagem de Nossa Senhora da Penha que, transladada de sua igreja, distante poucos quilômetros do centro, permaneceria pelo tempo necessário na Sé catedral. Na cidade, a santa estaria como que a proteger os habitantes, servindo de intermediária entre eles e Deus mas, também, com a clara missão de combater as forças negativas que estariam “alimentando” a epidemia reinante.<sup>49</sup> Já em plena segunda metade do

<sup>49</sup> - Nas justificativas que se fizeram para a vinda da Senhora da Penha, sobressaem não apenas o poder da imagem, como também a intercessão da Santa junto ao seu Filho, como podemos ver num abaixo assinado de 1828: “*Ilustríssimos Senhores do Nobre Senado – A plena confiança que o povo desta Imperial Cidade tem na intercessão da Virgem Mãe de Deus invocada sob o título da Penha de França, e representada na Sagrada Imagem que existe na Matriz de mesmo nome, é tão notória, que não necessita ser encarecida. Nas grandes pestes, nas longas secas, e em outras calamidades funestas, os devotos desta Soberana Senhora tem recorrido a ela e tem achado o alívio e remédio, que imploram de seu Filho Onipotente. Sem remontar a épocas mais remotas, na seca, e peste, que grassou nesta Província no ano de 1816 e depois na seca de 1819 foi evidente o prodigioso efeito que resultou de se ir buscar a dita Imagem para colocá-la na Catedral, onde se lhe dirigiram súplicas e votos sinceros (...)*” (Registro Geral da Câmara, Vol. XIX, p. 456 a 458). Ou ainda num outro de 1783: “... atendendo a pernicioso peste que lavra e frequenta com grandes excessos nesta cidade e suas vizinhanças queira por sua alta piedade mandar vir para esta cidade a Virgem Nossa Senhora da Penha para com a sua vinda ser festejada com novenas e

século XIX, a milagrosa imagem, a pedido da população, foi deslocada várias vezes para São Paulo. Em maio de 1858, ela viria para “*ver se com esse meio aplacava a peste das bexigas*”, conforme documento assinado por 136 moradores<sup>50</sup>; em agosto de 1863, a imagem da santa retornou para, novamente, ajudar no combate de outra epidemia de varíola<sup>51</sup>; em setembro de 1869 ela voltaria, mas dessa vez a sua ajuda fora solicitada por conta de uma grande seca que atingia a cidade<sup>52</sup>; em setembro de 1873 o seu traslado seria pedido tendo em vista novamente “*se achar grassando a varíola com grande intensidade*”, conforme relataram os moradores através de um abaixo assinado. Porém, e para surpresa geral, este último pedido foi negado pelo Bispo, que alegou “*motivos ponderosos*” para “*não permitir a transladação*”. De toda forma, completou o religioso, e tendo “*em vista o flagelo da varíola que nos aflige*” resolveu “*que se fizessem preces solenes por três dias*”<sup>53</sup>.

Aqui um parêntesis: o original desta carta (do Bispo em resposta à solicitação dos moradores) não foi localizado e, por isso, os pequenos trechos que citamos foram retirados das Atas da Câmara. Sabemos, entretanto, tratar-se de uma missiva de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo que recém assumira suas funções em São Paulo naquele mesmo ano de 1873, e que permaneceria no cargo até 1894. De orientação católica conservadora, autoritária e romanizadora, D. Lino Deodato foi um dos luminares de uma nova doutrina que começou a ser implantada no Brasil a partir da segunda metade do século XIX: o ultramontanismo.<sup>54</sup> Segundo Gaeta (1997), “*essa nova espiritualidade sacramental engendrou a condenação de práticas religiosas anteriores, vigentes desde o período colonial, isto é, as vivências de um catolicismo português leigo e despojado de um rigor teológico. Essas formas devocionais foram vistas então como com uma forte carga de negatividade e acusadas de serem portadoras de sobrevivências pagãs, de superstições, e de apresentarem atos exteriores e sem profundidade.*”<sup>55</sup> Explica-se, portanto, a negativa do Bispo para o traslado da milagrosa imagem de Nossa Sra. da Penha para a igreja da Sé, e isto não pela devoção em si, mas sim pela exterioridade das cerimônias, do cortejo festivo, das músicas e dos diversos

---

*preces para que assim a mesma Senhora queira pedir a seu Bendito Filho se lembre de todos com a sua graça e destrua uma tão grande peste como nos vimos vexados e queira abençoar esta cidade (...)*” (R. G. da Câmara, Vol. XI, p. 527 e 528.)

<sup>50</sup> - “Representação de 136 cidadãos pedindo a vinda da Milagrosa Imagem da Senhora da Penha”, A. C., 29/05/1858.

<sup>51</sup> - A. C., 29/07/1863, p. 160 e 01/08/1863, p. 163

<sup>52</sup> - A. C., 16/09/1869, p. 214 e 22/09/1869, p. 216 a 218

<sup>53</sup> - A. C., 11/09/1873, p. 196 e 197, A.C. 30/10/1873, p. 225.

<sup>54</sup> - A respeito desse novo modelo eclesial instalado no Brasil e em São Paulo, veja Gaeta, Maria Aparecida Junqueira Veiga, *A cultura clerical e a folia popular*; In: Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, S.P.: 1997.

<sup>55</sup> - Idem ibidem. Esta autora percebe, ainda como consequência dessa orientação, a gradativa e discreta retirada dos altares centrais das igrejas das imagens de santos católicos populares e de tradição negra como São Benedito, Santa Ifigênia e Santo Elesbão, dentre outros. Mas, ao mesmo tempo, afirma Gaeta que “as camadas populares não se constituíram num receptáculo passivo”, o que obrigou, aos dois lados, uma série de reelaborações.

outros componentes de cunho popular que se faziam presentes em tais ocasiões. Daí que, na mesma ocasião, o Bispo ter dito que se fariam preces por três dias tendo em vista o flagelo das bexigas. Estas preces, por sua vez, seriam realizadas no interior da igreja, não dando motivos a procissões que, a partir de então, “passaram a ser incessantemente devassadas, vigiadas e normatizadas.”<sup>56</sup>

Dentre as várias manifestações presentes nas antigas procissões paulistanas, certamente chamava a atenção do Bispo aquelas promovidas pelos negros – escravos ou libertos – que, por vezes, irrompiam pelos lados e pelos flancos do cortejo com seus batuques e danças. Tal ocorrência, aliás, era velha conhecida das autoridades e tanto que, nas procissões mais concorridas, os vereadores tentavam coibir tais práticas. Em 1713, por exemplo, decidiram eles...

“... que pela desordem que havia nas procissões públicas, entrando muita gente por elas, assim rapazes como carijós, negros e outras muitas pessoas, interrompendo o ornato, compostura e decência com que se devem celebrar as ditas procissões, que nenhuma das pessoas sobreditas possam acompanhar as procissões senão adiante ou atrás (sendo que) pelos lados nenhuma pessoa poderá ir; de qualquer qualidade que seja, salvo (quando) incorporada no corpo da procissão (...)”<sup>57</sup>

Por certo que sob as ordens da Câmara e sua supervisão, muitos negros participavam das procissões, incorporados oficialmente às mesmas, como o caso da “*preta Paschoa de Maria de Siqueira*” e de suas amigas quitandeiras, chamadas a dançar na procissão do Corpo de Deus em 1741 ou, nessa mesma cerimônia realizada dois anos depois, a “*preta forra Josefa*” e suas colegas padeiras, bem como as quitandeiras para “*concorrerem com suas danças*”, estas últimas lideradas por “*Josefa mina preta forra e Quitéria, escrava do irmão do Reverendo Padre Mestre Frei Ângelo (...)*”<sup>58</sup>. Esses “convites”, na verdade, eram ordens e sujeitavam os infratores à pesadas multas.<sup>59</sup>

Mas, desde aquela negativa de D. Lino, passaram-se três meses de sofrimento e nada da epidemia dar sinais de que “iria embora”. Numa situação considerada como de calamidade, muitos estavam já a criticar a atitude do Bispo, responsabilizando-o em parte pelo aumento dos casos de *bexigas*, já que o mesmo não teria permitido a vinda da santa para a cidade. E o caso era grave, uma vez que em agosto de 1873 foram anotados 08 (oito) casos de mortes por varíola na cidade, número este que subiu para 19 (dezenove) em setembro e para 40 (quarenta) em outubro. Esta quantidade era muito alta, pois representava a metade

---

56 - Idem ibidem.

57 - A. C. sessão do dia 19/02/1713, p. 275

58 - A. C. 13/05/1741 p. 237 e 01/06/1743, p. 105 e 106.

59 - A respeito da participação das mulheres em procissões veja Maria Odila Leite Silva **Dias** (1984) especialmente o capítulo “Padeiras e quitandeiras da vila: resistência contra o fisco” p. 44 e seguintes. Sobre os vários outros elementos como a tradição africana e indígena que, no Brasil Colônia, se incorporaram ao cristianismo europeu, veja Laura de

das mortes ocorridas naquele mês, que somou um total de 81 falecimentos.<sup>60</sup>

Fazendo coro aos aflitos paulistanos, alguns vereadores reclamaram, e coube ao capitão Portilho fazer a seguinte indicação:

“Que não tendo cessado ainda os sofrimentos porque está passando grande parte da população desta capital em consequência do terrível flagello da epidemia reinante, isto não obstante as preces e mais orações recomendadas pela Igreja, indica que esta Câmara a quem não é indiferente tais sofrimentos, oficiando ao Exmo. Vigário Geral do Bispado, peça-lhe suas ordens para ser trasladada para esta capital, como é de costume em casos taes, a Imagem da Santa Virgem da Penha, marcando S. Exa. o dia em que deverá ter lugar a dita trasladação, afim de que esta Câmara, encorporada aos seus municípios, vá buscar a referida Imagem a sua Igreja.”<sup>61</sup>

No dia 08 de dezembro do mesmo ano, e por conta da resposta afirmativa do Bispo permitindo a vinda da imagem, uma sessão especial da Câmara foi convocada para tratar exclusivamente desse assunto e um grande aparato foi montado. Comissões especiais de recepção foram nomeadas com os mais destacados membros das quatro freguesias centrais da cidade, a da Sé, Santa Ifigênia, Consolação e do Brás.<sup>62</sup> O presidente da Província foi convidado para fazer parte da comitiva, bem como “*todas a autoridades civis e militares da capital, chefes das Repartições Públicas com seus empregados.*” Ofícios foram expedidos ao Presidente da Sociedade Musical Enterpe, pedindo a cooperação daquela agremiação para que sua respectiva banda acompanhasse o cortejo. Igual pedido foi ainda dirigido aos comandantes do 1º e do 2º Batalhão da Guarda Nacional para que também “*concorressem com música.*”<sup>63</sup> Apesar de ser uma cerimônia que D. Lino não queria ver realizada (e se autorizou foi certamente sob grande pressão), era assim que até então sempre se costumara fazer. A partir dessas ações, esperava-se aplacar a epidemia e neutralizar os fatores negativos que estariam trazendo a doença e provocando mortes. Nesse caso, tanto o clamor popular verificado com a recusa do Bispo, quanto as dimensões que tomaram as cerimônias e o cortejo após a autorização, são provas inegáveis de que os paulistanos acreditavam em forças sobre-humanas para explicar o mal que tanto os afligiam. A imagem da santa e tudo o que ela representava, estaria assim como que travando uma luta com os espíritos malignos instalados na cidade e fazendo a mediação entre os homens e Deus. Somente ela poderia restaurar a

---

Mello e Souza (2005), especialmente o capítulo 2, “Religiosidade Popular na Colônia”, p. 86 e seguintes.

60 - Livros de Inumação do cemitério da Consolação, Livro nº 05, 1873, p. 217 a 247.

61 - Indicação do vereador Capitão Portilho, A. C., 04/12/1873, p. 244 e 245.

62 - Por essa época, o município de São Paulo era composto por nove Freguesias: as quatro citadas que compunham o núcleo central, bem como as mais distantes como a Freguesia do Ó, a própria Penha, além de Guarulhos, São Bernardo e Juqueri (atual município de Mairiporã).

63 - A. C., 08/12/1873, p. 246 a 249.

proteção que se perdera.<sup>64</sup>

Diante desses procedimentos, é preciso notar que os pedidos dirigidos à santa, bem como as rezas e as procissões, devem aqui ser vistos menos como um meio para a salvação da alma, e sim como algo que visava a conservação do corpo diante do mal que se anunciava. Nesse sentido, os rituais empregados – bem como todos os contatos dos homens com o sobrenatural – guardavam certas diferenças com relação à situação anteriormente apresentada, ou seja, com aquela vivenciada pelos moribundos. Estes, como vimos, colocavam-se numa posição de total submissão diante das forças divinas, confessavam seus pecados, pediam perdão e solicitavam a interferência dos santos no sentido de encaminhar suas almas ao céu. As argumentações presentes nos testamentos nos mostram a perda de qualquer esperança na vida terrena e, por isso, cuidava o doente de se preparar para uma *boa morte*, como então se dizia. Marca-se, portanto, uma diferença na situação e nos ritos que se faziam presentes nas quadras epidêmicas. A subordinação dos homens, por exemplo, não se mostrava de modo tão claro e apesar dos santos das igrejas, bem como as rezas, os bentinhas e as feitiçarias estarem sempre presentes no *arsenal* daqueles que se julgavam em perigo, “*o céu é aqui simples dependência da terra, disposto sempre a amparar os homens*” na sua vida terrena.<sup>65</sup> A tradição católica esteve por séculos a regular a vida das pessoas e, como o visto, interferiam nos casos de doenças e de morte. A esse respeito vale notar, por exemplo, que era atribuição dos padres dar a extrema-unção e encaminhar o cadáver para a sepultura que, na medida do possível, deveria localizar-se em um dos vários templos espalhados pela cidade. O “atestado” ou o chamado “bilhete de sepultamento”, também era uma das várias funções dos religiosos, sendo este o motivo principal para a não indicação da *causa mortis* na maioria desses antigos documentos até meados do século XIX.<sup>66</sup> Ora, ao se imaginar que “foi Deus quem quis” chamar a Si determinado indivíduo, não havia mesmo razão para indicar a causa da morte. Mesmo após a proibição dos sepultamentos nas igrejas – ocorrida em São Paulo a partir de 1858 com a inauguração do Cemitério da Consolação – muitos enterros foram realizados apenas com tais “bilhetes”, não havendo qualquer participação de médicos na sua redação:

---

64 - A imagem de Nossa Senhora voltaria para a sua igreja, na Penha, no mês de setembro de 1874. No ano seguinte, ela novamente foi trazida por conta de outra epidemia de varíola. Dessa vez ela retornou à Penha nos primeiros meses de 1876 e, desde então, as referências sobre a sua vinda para São Paulo não mais são encontradas nos documentos oficiais. E isto, certamente, pela ação do Bispo D. Lino Deodato. Veja A. C., 06/08/1874, p. 59; 12/08/1875, p. 101 e 30/03/1876, p. 29 e 30.

65 - **Holanda**, Sérgio Buarque de; *Monções*; R.J.: Casa do Estudante, 1945, p. 120 e 121. Apesar do contexto diverso, posto que o autor se refere aos temores que cercavam os sertanistas quando se embrenhavam pelo sertão desconhecido, julgo que a análise é válida para a situação aqui apresentada.

66 - No decorrer do estudo daremos mais detalhes sobre os “atestados” e “bilhetes de sepultamentos. Para o caso dos mais pobres ver especialmente o capítulo 5, item 5.4 “Pobres, escravos e indigentes” na Parte II.

“Aos 8 dias do mes de Dezembro de 1862, foi sepultada no cemitério Público (...) o cadáver de Raimunda, falecida ontem de febre com 2 anos de idade, filha natural de Joaquina Vasconcelos Machado, preta, solteira, crioula liberta desta Paróquia, poder ser sepultada no cemitério público como pobre que é. Sé de São Paulo 8 de Dezembro de 1862. O Cura Marcelino Ferreira Bueno. Nada mais constava a dita guia.”<sup>67</sup> (meus destaques)

Esta situação permaneceu inalterada por muitos anos, pois eram geralmente os padres que atestavam a morte e, como visto, a diferença agora era que a municipalidade exigia a identificação da doença para que o corpo fosse aceito no cemitério público – regra esta, é preciso frisar, nem sempre cumprida à risca.

E fosse pela novidade que estava sendo introduzida (a escritura de um documento público sobre a morte), fosse pela falta de informações mais precisas sobre o mal que havia acometido o falecido – porque os médicos não estavam presentes – ou mesmo devido à pouca importância que davam ao fato, os padres estavam sempre a depender do relato de familiares e amigos, já que, por si, não conseguiam determinar a causa da morte. Exemplar, nesse caso, foi o bilhete de sepultamento do africano Domingos, 55 anos, escravo de Augusto Mouran, falecido no dia 1º de fevereiro de 1860. O cura Marcelino Ferreira Bueno, da Sé, diante da obrigatoriedade de identificar a causa de falecimento, pergunta aos que estão próximos do corpo e então escreve: “*O cadáver de Domingos, falecido hoje, segundo disseram, repentinamente...*”<sup>68</sup>

A falta de rigor, ou mesmo a pouca importância dada à causa do falecimento, ficaria explícita em outro bilhete, este acompanhando o corpo de D. Francisca Fagundes, 64 anos, viúva, falecida no dia 2 de fevereiro de 1860. Nele, o mesmo Marcelino escreveria que D. Francisca havia “... *falecido ontem de estupor ou paralia* ...”<sup>69</sup>

Apesar de constar na lei a obrigatoriedade de um “facultativo” (médico) verificar a morte, tal determinação não foi cumprida à risca, e isso pelo menos até a década de 1870.<sup>70</sup> A

---

67 - Arquivo Histórico Municipal, Livros de Inumação do Cemitério da Consolação, Vol. 01, p. 287 (verso).

68 - Bilhete de Enterramento, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, ano de 1860, Vol. 188, documento nº 129.

69 - Idem, ibidem, documento nº 137.

70 - A legislação sobre os enterramentos exigiu, a partir de 1858, um “atestado original do facultativo (médico) que certificasse o óbito”, sendo os mesmos facultativos obrigados a “declarar nos atestados de óbito a naturalidade, idade, condição, estado, profissão, moradia do finado, **a moléstia de que faleceu, sua duração** e o dia e a hora do falecimento”, conforme consta no “Regulamento para os Cemitérios da cidade de São Paulo, aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial aos 03/05/1856”, Capítulo II, “Da polícia do Cemitério”, Arts. 10º e 12º. Tais disposições, é preciso lembrar, não se vinculavam apenas a questões médicas, senão, também, a uma outra dimensão da morte, ou seja, a ocultação de crimes. A esse respeito, ou sobre a obrigatoriedade de um médico verificar o óbito antes do sepultamento do corpo, assim se manifestou o jornal Correio Paulistano na sua edição de 02/09/1858: “Este objecto é importantíssimo, tanto pelo lado científico, como humanitário e moral (...) chamamos vossa atenção para o indesculpável desprezo que até hoje tem havido sobre este assunto, e indicamos que a autoridade competente intervenha diretamente neste ramo, (...) fazendo com que nenhum cadáver seja inumado antes de um médico ter verificado o

não observação da legislação nesse quesito pode ser atribuída ao costume muito antigo e arraigado no povo, que chamava sempre o padre e não um médico, para acompanhar os últimos momentos do doente. Isso certamente obrigou a uma negociação entre a municipalidade e a Igreja, já que todos reconheciam essa prática. Por outro lado, era possível uma outra interpretação na mesma Lei dos cemitérios, pois o Art. 10º dizia que “*Nenhum enterro terá lugar, tanto nos cemitérios públicos como particulares, sem prévia autorização da autoridade competente escrita no atestado original do facultativo que certificou o óbito*”<sup>71</sup> (meu destaque). Ora, quem seria a autoridade competente? O regulamento dizia ser um médico, mas, para o povo, os padres continuavam a ser uma “autoridade” no assunto. Além disso, e para aqueles que não podiam pagar um médico particular, restava apenas a solução de apelar para o médico da Câmara, este obrigado a atender não apenas os casos de falecimentos naturais, como também aqueles provocados por acidentes, casos de suicídios ou resultantes de crimes. Sempre que possível, o médico se esquivava desses atendimentos mas, em 1865, ficou deliberado “*não mais dar sepultura aos cadáveres dos doentes que sucumbirem, tratados por facultativos não legalizados, ou por outro*”.<sup>72</sup> Nessas circunstâncias, e obrigado a atender a todos, o médico pediu demissão alegando que resultava “*daquela medida que o médico da Câmara se vê obrigado a ir, sob as ordens da Delegacia, verificar a morte. Resolvido a não prestar esse serviço, cujo alcance não conheço, e justamente por este motivo e só por ele que peço exoneração do cargo.*”<sup>73</sup> Restava para a população, portanto, o atendimento proporcionado pelos religiosos na hora da morte e, inclusive, para atestar o falecimento.<sup>74</sup>

---

*óbito, classificar a enfermidade que deu a causa (...) declarando tudo isto com um atestado. Só desta forma é que poder-se há obter a certeza da morte, e de sua causa, para não se passarem despercebidos crimes domésticos ...”*

71 - Regulamento para os Cemitérios da cidade de São Paulo, op. cit.

72 - Arquivo Histórico Municipal, Coleção “Papéis Avulsos”, 1865, Vol. 214, doc. nº 84.

73 - Id. ibidem. Em outro contexto, mas numa situação correlata ocorrida na França entre finais do século XVIII e princípios do XIX, Philippe Ariès concluiu que muitos os médicos não aceitavam de bom grado a incumbência de verificar a morte de um indivíduo; havia mesmo, segundo suas palavras, uma certa repugnância ao ato. Para consolidar esta análise, o autor cita o verbete *Inhumation* de um dicionário médico editado em Paris em 1818: “*Os médicos raramente são chamados para constatar a morte, esse cuidado importante é abandonado a mercenários ou a indivíduos que são inteiramente estranhos ao conhecimento do homem físico. Um médico que não pode salvar um doente evita encontrar-se em sua casa depois de ter exalado o último suspiro e todos os práticos parecem penetrados desse axioma de um grande filósofo: não é de civilidade um médico visitar um morto.*” Ariès, Philippe; *O homem perante a morte*, vol. II, p. 128 e 129.

74 - Os problemas com os “Atestados de falecimento” ou sobre quem tinha competência para assiná-los, foi uma constante durante todo o século XIX. Em 1900, por exemplo, tal confusão ainda persistia, tendo denunciado o então administrador do cemitério do Araçá que muitos escrivões passavam “*certidões de pessoas falecidas sem assistência médica, não tendo para tal fim o atestado de facultativo*”. Coleção “Papéis Avulsos”, 1900, Vol. 1.476, doc. s/nº, de 11/10/1900.



**Fig. 04:** Exemplo de sepultamento realizado no interior das igrejas antes da abertura do cemitério da Consolação, este quadro representa as exéquias de Líbero Badaró ocorrida na igreja do Carmo, em São Paulo. Assassinado no dia 20 de novembro de 1830, seu corpo foi inumado em sepultura próxima ao altar daquele templo, um dos mais ricos da cidade. Prática arraigada, tal procedimento passou a ser duramente criticado por médicos e higienistas que viam nesse costume um enorme risco para a saúde.

Além da participação de padres e de toda a tradição católica nos casos de doenças e da morte, havia ainda um aceite tácito de outros personagens (ou de forças) quando se tratava de diagnosticar os males do corpo e, como consequência, o de propor tratamentos. Sobretudo na área rural, mas também presentes na cidade, estavam os chamados curandeiros, que se dividiam entre aqueles com conhecimentos empíricos sobre ervas, raízes e diversas plantas curativas, e outros que adotavam práticas religiosas como rezas e benzeduras vindas da tradição indígena, da religiosidade africana ou mesmo do catolicismo. Não raro, um único curandeiro detinha todos esses conhecimentos. Segundo análises de Lycurgo Santos Filho, estes eram bastante populares no Brasil, justificando em seguida que *“talvez pela proverbial falta de médicos, o fato é que as Câmaras de certas vilas se viram compelidas a deixar que uns tantos curiosos e curandeiros exercessem a arte de curar; por vezes, foram os habitantes que solicitaram aos camaristas que não obstassem, não tolhessem este exercício aos notórios, e por eles estimados, curandeiros.”*<sup>75</sup> (meu destaque) De outra parte é preciso considerar, e com razão, a descrença generalizada quanto aos meios terapêuticos dos profissionais e, por isso, *“o povo sempre preferiu entregar-se aos cuidados dos curandeiros e benzedores, que através de rezas especiais deixavam qualquer indivíduo de corpo fechado ou curado”*.<sup>76</sup>

Tocando de relance no envolvimento das Câmaras Municipais nas questões que envolviam a saúde do povo, Lycurgo Santos Filho nos fala da falta de médicos e das práticas pouco confiáveis desses profissionais e que, por isso mesmo, o Estado – aqui representado

---

<sup>75</sup> - Santos Filho, Lycurgo; *História geral da medicina brasileira*, Vol. 1, p. 206 e 262. Apesar de considerar essas práticas como “atrasadas”, o autor tem um interessante capítulo sobre este tema: “Medicina popular e Curandeirismo”, p. 346 a 356.

<sup>76</sup> - Id. *Ibidem*.

pelos governos locais – estaria a transigir com curandeiros e curiosos que aplicavam curativos baseados em métodos “atrasados” posto que não científicos. De fato, este autor não é o único a trazer esta análise que, mais ou menos explícita, com este ou com outros argumentos, estão sempre a considerar os séculos XVII, XVIII e mesmo parte do XIX como uma época de curas mágicas e onde imperava o obscurantismo. Caso continuemos com esta linha de raciocínio (desqualificando ou negando essas práticas), não nos será possível entender, por exemplo, por que os “*serviços médicos em São Paulo eram tão restritos*” no século XIX (Teixeira, 1995, p. 34) ou, ainda, por que “*da ineficiência dos serviços de combate às doenças*” no mesmo período (Morse, 1954, p. 195). Assim, também escapa à nossa compreensão o fato de que, “*durante o império, pouca coisa se fez em relação à saúde pública*”, sendo que “*as Posturas Municipais permaneceram solitárias e inoperantes*” (Ribeiro, 1993, p. 26).<sup>77</sup> Ora, estariam então os antigos administradores completamente despreocupados com a saúde do povo, não lhes importando a grande ocorrência de doenças e de mortes? De outra parte, podemos imputar aos antigos camaristas uma incúria, ignorância ou atraso pela autorização dada aos curandeiros no sentido de atuarem livremente? Ou, ao contrário, não estaria aqui uma preciosa indicação sobre o entendimento que se tinha a respeito da saúde, da proteção contra as doenças que, no caso, poderia ser conseguida de outra maneira? Fico com esta última opção, até porque se pensava que a origem dos males estava em outro lugar.

Vejamos o caso de D. Anna Curandeira, ou Ana de Oliveira Rosa. Residiu ela por muitos anos no *Largo da Forca* (atual Largo da Liberdade), vindo daí seu apelido de *D. Ana do Largo da Forca*. Falecida em 1890 com a idade de 83 anos, ela era paulista de Apiaí “... *uma boa velhinha, de cor fortemente bronzeada*”, como disse Affonso A. de Freitas, o que denunciava a sua origem. Era curandeira, a mais afamada de sua época, e sua casa estava sempre cheia de doentes em busca de tratamentos. Dos remédios que prescrevia, muitos tinham origem no conhecimento empírico das plantas como as receitas do *Cangirão* e a do *Bule Grande*.<sup>78</sup> Outras, porém, demandavam um complexo ritual como a cura do cobreiro, onde deveria ser aplicada uma simpatia chamada *Água da Fonte e da folha do monte*. Nesse caso, o doente devia deixar, ao sereno da noite, um prato pleno de água límpida e nela mergulhado um ramo de alecrim. Na madrugada seguinte, e acompanhado de um familiar muito próximo (um dos pais, marido, mulher, irmão ou irmã), o mesmo deveria fazer a aplicação do remédio, espargindo com o ramo de alecrim por três vezes. Cada aspersão deveria ser precedida do seguinte diálogo:

---

<sup>77</sup> - Além dos autores aqui citados, muitos outros também analisam a saúde no Brasil sob este prisma. Veja, por exemplo, Massako Yida, *Cem anos de saúde pública – A cidadania negada*, especialmente o 1º capítulo “*O caráter eventual da saúde pública: as comissões (até 1889)*”, p. 23 e seguintes.

<sup>78</sup> - Cangirão: cozinhava-se na mesma panela japicanga, carobinha, sabugueiro e cipó. Grande bule: uma infusão de sene, maná, rosa legítima ou cem folhas e cipó. Veja Freitas, Affonso A, de; *D. Anna Curandeira*, In: Revista do

Que é isso (fala-se o nome do doente)  
Cobrelo, senhor.  
Com que se cura?  
Com água da fonte e folha do monte.<sup>79</sup>

Muitas vezes, as práticas indígenas mesclavam-se com as tradições africanas e católicas, uma vez que para esta mesma receita contra o cobreiro, poderiam ser invocadas *as Três Pessoas da Santíssima Trindade* sendo o galho de alecrim substituído pelo de arruda; em outras simpatias, o pedido era dirigido à *Virgem Maria*; em algumas variações, a receita incluía ainda o ato de assoprar e de se cuspir na lesão.<sup>80</sup> A esse respeito, Laura de Mello e Souza notou que “*sopro e sucção tiveram papel de destaque nas curas mágicas e na motivação de doenças e malefícios*”, sendo essas práticas largamente utilizadas pelos Tupinambás, “*a sucção era comum também entre africanos*”<sup>81</sup>

A falta de médicos, nessa cultura, era relativizada. Spix e Martius perceberam que “*o sertanejo era notável pelo conhecimento perfeito das plantas medicinais da terra; sobretudo as mulheres (que tinham) fama de grande proficiência na prática da medicina.*” A esse mesmo respeito, completaram os viajantes, “*em quase todas as casas, uma ou outra exerce as funções de curandeira, que não lhe são disputadas por nenhum médico, nem cirurgião; na época em que percorremos a capitania de São Paulo, não existia na capital nem fora, médico diplomado algum.*”<sup>82</sup>

Na cidade sobejavam muitas *Anas do Largo da Forca*, que guardavam os segredos das artes de curar, de feitiçaria e macumbas africanas, “*... que retiravam do Tietê amuletos e mesinhas contra ramos de ar, estupor, mau olhado, envenenamentos, mordeduras de animais, que curavam com anhumas, esterco de vaca, de gambás, misturados com fumo, camina, pimenta da terra, suco de limão azedo.*”<sup>83</sup>

Presença anotada por diversos autores que estudaram este tema, os africanos ou seus descendentes participavam ativamente das artes de curar, seja através da sua relação com o sobrenatural, seja aplicando técnicas propostas pela medicina acadêmica como as sangrias.<sup>84</sup>

---

Arquivo Municipal, Vol. VIII, 1935, p. 13 a 15.

<sup>79</sup> - Esta receita, recolhida por Affonso A. de Freitas, foi também citada por Silvio Romero e, com algumas alterações, por Cabral, Oswaldo; *A medicina teológica e as benzeduras*; In: Revista do Arquivo Municipal, Vol. CLX, 1957, p. 05 a 204. Neste estudo, Cabral aponta cerca de 21 simpatias contra o cobreiro. Ainda sob esse aspecto, e para o caso de tradições que sobreviveram no século XX em São Paulo e região, veja Araújo, Alceu Maynard, *Alguns ritos mágicos: abusões, feitiçaria e medicina popular*; In: Revista do Arquivo Municipal, Vol. CLXI, 1958, p. 39 a 162.

<sup>80</sup> - Cabral, op. cit., p. 98 a 106.

<sup>81</sup> - Souza, Laura de Mello e; *O diabo e a terra de Santa Cruz*; S.P.: Cia das Letras, 2005, p. 168 e 169. A respeito da prática de sucção entre os africanos veremos um exemplo mais adiante.

<sup>82</sup> - Spix & Martius, op. Cit., p. 160.

<sup>83</sup> - Dias, Maria Odila Leite Silva; *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*; S.P.: Brasiliense, 1984, p. 183.

<sup>84</sup> - Veja Sidney Challhoub, *Cidade Febril* (1996) e sob sua organização “*Artes e Ofícios de Curar*” (2003); Gabriela dos Reis Sampaio, *Nas trincheiras da Cura* (2005); Tânia Pimenta Salgado, *Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX* (2003) e *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos* (2004). Jaime Rodrigues (2005), por seu turno, nos oferece uma excelente análise a respeito do entendimento que os negros da África ocidental tinham a respeito dos males que afetavam o corpo.

Em São Paulo, nada de muito diferente ocorria e, para exemplificar, temos um rumuroso caso que se passou em 1780. Em abril daquele ano, em plena Semana Santa, chegava à cidade um delegado do físico-mor do reino chamado José Teixeira Guimarães. Com ordens para proceder “*uma devassa*” nas boticas e estabelecimentos que vendiam remédios, ele estava ainda incumbido de visitar e realizar os exames necessários junto aos cirurgiões, barbeiros e parteiras. Imediatamente o delegado foi chamada à Câmara Municipal e dele foi exigida a apresentação das ordens e demais papéis que dizia trazer de Lisboa. A partir daí, teve início uma celeuma entre o delegado e os vereadores que perdurou por mais de vinte dias, período em que o delegado ficou na cidade. Procedendo as “*devassas, indo visitar e conhecer dos que curavam e sangravam*”, José Teixeira Guimarães provocou a fúria dos vereadores, que o acusaram de não ter poderes para isso e chegando, inclusive, a passar uma “*Certidão*” que o proibia de tais atos. De fato, e para resumir esses acontecimentos, o problema não era o “*vexame*” que estaria sendo imposto aos povos, conforme alegavam os vereadores, mas sim o fato de que a Câmara sentiu-se tolhida em seus poderes e mais, ainda, porque o delegado, por cada visita, cobrava a quantia de “*doze mil réis*” dos comerciantes. E quem eram esses comerciantes? José Teixeira Guimarães os apresentou: eram eles alguns dos próprios vereadores. E os camaristas, por sinal, não estavam apenas nesse ramo de negócio, senão também mantinham “*escravos sangradores que não querem que se examinem*”, conforme as palavras do delegado. Esses escravos, por sua vez, não estavam registrados como sangradores e nem possuíam licença para isso, arrematou.<sup>85</sup>

Do muito que poderíamos retirar dessa questão entre os vereadores e o delegado, sobressai o fato de que eram os negros, escravos ou não, os que mais atuavam na prática das sangrias e, certamente, não apenas nesse ramo como já comprovaram os vários estudos preparados para o Rio de Janeiro nessa mesma época. Aqui, porém, vale a informação de que seja nessas funções ou na de comércio de remédios, muitos dos quais preparados provavelmente com base no poder curativo das plantas, estavam também a atuar os próprios administradores da cidade e, nesse caso, explica-se o temor dos edis frente à *devassa* vinda do reino.

Nessa linha de raciocínio, vale lembrar que, para algumas das conclusões antes citadas e que nos falavam de uma certa incúria na área de saúde, faltou a compreensão de

---

85 - O conflito entre os vereadores e o delegado do físico-mor do reino pode ser acompanhado através das Atas da Câmara nas sessões dos dias 01/04/1780, p. 256 a 258; 08/04/1780, p. 260 e 261; e também através da correspondência transcrita no Registro Geral da Câmara (Vol. XI, 1764-1795), ano de 1780, p. 281 a 291. A questão, afinal, foi resolvida em outra instância, tendo como árbitro o governador da Capitania. Este autorizou as visitas do delegado às boticas, mas não aos outros estabelecimentos comerciais que também vendiam remédios (certamente nessa categoria estavam alguns dos vereadores); das demais incumbência poderia ele desempenhar sem problemas, como o exame junto aos sangradores, parteiras e outros que praticavam a arte de curar. Infelizmente,

que, talvez, o médico não fosse tão necessário naquela época (daí a sua pequena quantidade), assim como os seus métodos curativos já que, friso novamente, os médicos daquele período não eram tidos pela maioria como os portadores da saúde ou mesmo da cura.<sup>86</sup> E tal situação não ocorria apenas em São Paulo, posto que por todo o Brasil encontramos exemplos da mesma concepção. Para o Rio de Janeiro, por exemplo, Márcio Soares de Souza concluiu inclusive que *“mesmo entre as elites, os médicos não eram, como pretendiam ser, os senhores absolutos da arte de curar”*, e completou sua análise ao dizer que *“não é a ausência de médicos que explica a ampla aceitação dos curandeiros, mas antes a concepção de que a origem das doenças tinha uma natureza sobre-humana (...)”*<sup>87</sup>

Representativo, nesse caso, é o censo de 1872 que apontava, para todo o município de São Paulo, a existência de apenas 06 (seis) médicos; três deles residindo na Sé e os outros três em Santa Ifigênia. Nas demais freguesias como a Consolação, Braz, N. Sra. do Ó e Penha, bem como em Guarulhos, São Bernardo e Juqueri (que compunham o município), nenhum médico foi anotado.<sup>88</sup> Seis anos depois, em 1878, o número de médicos subiria para 19 (dezenove) mas, do mesmo modo, todos eles encontravam-se atuando na área urbana entre a Sé e Santa Ifigênia.<sup>89</sup> Mesmo em finais do século XIX, como anotou Sesso Júnior, eram muito deficientes os serviços prestados pelos médicos acadêmicos e, não apenas na Freguesia do Braz como em toda a zona leste da cidade, o povo...

*“...quando necessitava de socorros médicos, recorria aos velhos hábitos do passado: imediatamente procuravam os pretos véios que infalivelmente lhes receitavam os tradicionais chás preparados à base de ervas e raízes de*

---

os resultados desses exames não foram localizados.

**86** - A desconfiança do povo em relação aos médicos foi uma constante nos séculos XVIII e XIX. No Brasil e em Portugal, por exemplo, eram correntes diversos provérbios populares como: *“Quanto mais médicos, mais moléstias”*, *“A despeito dos médicos, viveremos até morrer”*, *“Deus cura os doentes e o médico recebe o dinheiro”* e *“Guarde-nos Deus do físico experimentador e de asno ornejador”*. Outros provérbios podem ser encontrados em **Costa**, J. R. M.; *Livro dos Provérbios Portugueses*, Lisboa, Ed. Presença, 1999 e em **Machado**, J. P.; *O grande livro dos provérbios*, Lisboa, Editorial Notícias, 1996. Veja também um estudo específico sobre esta questão produzido pelo Dr. Luís Manuel da Graça Henriques, professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, intitulado *“Representações Sociais da Saúde, da Doença e dos Praticantes da Arte Médica nos Provérbios em Língua Portuguesa”*, Lisboa, 2000, disponível no site [www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos74.html](http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos74.html).

**87** - **Soares**, Márcio de Souza, *“Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”*, In: Revista *“História Ciências Saúde – Manguinhos”*, Vol. VIII, nº 02, Julho/Agosto 2001, p. 407 a 438. O autor, aliás, é bastante contundente ao afirmar que, em sua pesquisa, jamais encontrou *“qualquer evidência de que os próprios segmentos populares se ressentissem da ausência de médicos (...)”*. Ao contrário, esse tipo de protesto partia sempre de viajantes estrangeiros, autoridades administrativas e de médicos que, para legitimar suas argumentações, estendiam suas próprias representações como um problema pertinente a todo o conjunto da sociedade.” Nesse estudo, Soares se encarrega também de demonstrar a pequena procura pela carreira médica entre os jovens brasileiros no período de que percorre o século XVII e até meados do século XIX, uma vez que a esmagadora maioria preferia sempre as ciências jurídicas.

**88** - *“Censo de 1872”*, Arquivo do Estado de São Paulo. Como forma de comparação existiam, no mesmo período, 22 (vinte e dois) advogados atuando na cidade.

**89** - *“Indicador de São Paulo para o ano de 1878”*, editado por Abílio A. S. Marques, p. 168. Na mesma comparação, esta publicação registra, para o mesmo período, cerca de 43 (quarenta e três) advogados na cidade.

plantas, quando não recorriam aos famosos benzedores e curandeiros, cujos conhecimentos sobre as várias doenças haviam adquirido ao acaso (...)”<sup>90</sup>

Ao *acaso*, disse este autor levado talvez por uma certa descrença. Mas, mas bem sabemos o quanto de experiência tinham esses “pretos veios” tão procurados pela população nos locais onde nenhum médico existia – ou não existiam justamente porque o povo deles não necessitava, posto que eram atendidos pelos seus vizinhos curandeiros.

O fato é que, ao lado de “*Donana Curandeira*”, muitos outros especialistas nesta arte de curar estavam a atuar na cidade e, como demonstra a documentação, a presença dos mesmos não se constituía em nenhum problema para os dirigentes municipais ou mesmo para as autoridades policiais, e isso pelo menos até meados do século XIX.<sup>91</sup>

Exemplar, nesse caso, foi a manifestação do delegado de polícia da capital em ofício enviado à Câmara no dia 27 de julho de 1865. Naquela oportunidade, e por conta de problemas relacionados com os bilhetes de sepultamentos (mais especificamente sobre as pessoas que poderiam atestar a morte), os vereadores ordenaram que o administrador do cemitério aceitasse os atestados assinados “*por todas as pessoas que a Polícia tolere que curem*”.<sup>92</sup>

Decisão repercutida com crítica pelos jornais, o delegado se viu numa situação bastante incômoda e respondeu que:

“...tendo visto no Correio Paulistano nº 2748 a declaração da Câmara Municipal, cuja redação em seu final [dizia] ‘pessoas que curam com a tolerância da Polícia’, tem sido entendida como significando que a Polícia fecha os olhos e não aplica a lei, vem por isso declarar que não tem penalidade alguma que possa aplicar a quem quer que seja que tenha a veleidade de exercer qualquer dos ramos da arte de curar no Município; acrescento que não lhe consta ainda oficialmente que o Governo tivesse atendido o pedido da Polícia desta Capital, apoiado pelo Presidente da Província, para que o regulamento e conseqüente penalidade da Junta Central de Higiene Pública fosse declarada em vigor na Província.”<sup>93</sup>

Por certo que o delegado fazia menção ao Regulamento da Junta de Higiene Pública, expedido no Rio de Janeiro aos 29/09/1851, e que dizia, em seu capítulo IV, artigo 25, que “ninguém poderia exercer a medicina ou qualquer dos seus ramos sem título conferido pelas

---

90 - Sesse Júnior, Geraldo; *Retalhos da Velha São Paulo*, p. 89. A respeito da atuação de alguns curandeiros negros que acabaram registrados pela imprensa ver Lília Moritz **Schwarz** (1987), especialmente os capítulos “O bruxeiro, o feiticeiro” p. 125 e seguintes e, também, “As práticas bárbaras: dos sambas às capoeiras e bruxarias”.

91 - Até as primeiras décadas do século XIX, os ofícios de sangrador, boticário, parteira e curandeiro, por exemplo, eram regulamentados pela Fisicatura (esta extinta em 1828). Posteriormente, ficaram as Câmaras Municipais com a incumbência de fiscalizar tais práticas. A esse respeito veja **Pimenta**, Tânia Salgado; *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*; In: **Chalhoub**, 2003, p. 307 e seguintes.

92 - A. C., 01/08/1865, p. 211.

Escolas de Medicina, nem poderia servir de perito perante autoridades judiciárias ou administrativas ou passar certificados de moléstias para qualquer fim que seja”.<sup>94</sup> Enquanto autoridade policial, o delegado deixou transparecer que bem conhecia o Regulamento; e nem poderia ser diferente, pois o mesmo estava em vigor já há 14 anos, ou desde 1851. Mas diante da argumentação de uns e de outro, fica explícito o fato de que, em relação aos que se aplicavam nas artes de curar – incluindo aqui os curandeiros – havia mesmo uma tolerância por parte da polícia. A alegação do delegado dizendo que nenhuma penalidade poderia ser aplicada porque o Regulamento da Junta de Higiene ainda “não fora declarado em vigor na Província” poderia ser interpretado como uma manobra bastante sutil, pois transferia culpa (se alguma houvesse) para os governos municipal e provincial. Entretanto, seria simplificar demais a análise. Tal regulamentação existia e fora promulgada por um órgão do governo imperial. Nesse caso, a sua validade atingia todo o território nacional. Mas, e por que a mesma não estava sendo observada em São Paulo? Um dos pontos a serem considerados era o já citado pequeno número de médicos acadêmicos na cidade, o que permitia o exercício de muitos curandeiros (ou o contrário, como tivemos a oportunidade de analisar); por outro lado, o que se pode perceber em todo este processo é a condescendência de todos os envolvidos: a Câmara Municipal, pois declarava abertamente que aceitava todas “as pessoas que curassem com a tolerância da polícia”, o Governo da Província que, conforme o delegado, não providenciara de forma adequada a aplicação do Regulamento na cidade e, por fim, o próprio delegado, pois ele sabia da existência de regras e penalidades.

De fato, a situação legal desses práticos no âmbito da municipalidade somente sofreria uma alteração mais profunda a partir das últimas décadas do oitocentos, mais especificamente a partir de 1886, ocasião em que encontramos aprovados dois artigos no Código de Posturas especialmente preparados para coibir a sua atuação. Incluídos no Título XVII, que versava sugestivamente “*Sobre vagabundos, embusteiros, tiradores de esmolos, rifas*”, estava consignado:

**Art. 199.** – Todos os que se intitularem curandeiros de feitiços, ou effectivamente empregarem orações, gestos ou outros quaesquer embustes, a pretexto de curar, incorrerão na multa de 30\$ e oito dias de prisão.

**Art. 200.** – Os que se fingirem inspirados por algum ente sobrenatural e prognosticarem acontecimentos que possam causar sérias apprehensões no animo dos crédulos, soffrerão a multa de 30\$ e dez dias de prisão.<sup>95</sup>

Apesar de cristalizada na Lei, esta regulamentação pouco ou quase nunca foi aplicada,

---

93 - Idem, p. 219.

94 - Regulamento da Junta de Higiene Pública, apud. Machado (1978), p. 212

e isto é bastante significativo uma vez que o ofício de curandeiro era exercido especialmente pelos negros, livres ou escravos. Estes, por sua vez, sempre estiveram na mira das autoridades municipais, especialmente quando ocorriam reuniões não autorizadas (ajuntamentos), festas, danças, jogos ou quaisquer outras atividades que se tinham por “suspeitas”. No caso dos curandeiros, o mesmo não ocorreu com tanta regularidade. Abro aqui um parêntesis: talvez pelas suas características, poderíamos concluir que as fontes consultadas (as administrativas municipais) não seriam as mais adequadas para perceber esse tipo de repressão aos curandeiros.<sup>96</sup> Entretanto, se constavam do Código de Posturas os citados artigos contra feiticeiros e outros que empregavam forças sobrenaturais, cabia sim à Câmara Municipal a fiscalização dos mesmos e, conseqüentemente, a menção em sua documentação de casos ocorridos. Ao contrário disso, o que notamos foi um silêncio em torno desse tema. As referências a estes curandeiros foram mais recorrentes na imprensa, conforme notou **Schwarcz** (1987), mas, na maioria dos casos, os relatos eram quase sempre no sentido de menosprezar e ridicularizar os crédulos. Outras práticas relacionadas aos negros, ao contrário, sempre foram motivos de vigilância e de repressão como, por exemplo, explicitou um edital de 1742:

“Porquanto nos tem vindo a notícia que costumam nesta cidade na paragem Anhangabahú costumam os negros e carijós e bastardos jogarem vários jogos e serem estes o motivo de haverem vários furtos e mortes e por evitar-se semelhantes danos (...) ordenamos que pessoa nenhuma jogue na referida paragem do Anhangabahú ou em outra qualquer parte com os referidos negros e carijós ou desta nação pena de que todo aquelle que for apanhado jogando sendo captivo ser açoitado á grade da cadeia com cicoenta açoites e trinta dias de cadeia e sendo forro condenado em seis mil réis e trinta dias de

---

95 - “Código de Posturas do Município de São Paulo – 6 de Outubro de 1886”, p. 40.

96 - Outra fonte que traz referências sobre essa questão são os chamados “Processos Crimes” abertos pelo poder eclesiástico e hoje custodiados pelo Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Entretanto, no rol dos 309 crimes investigados no século XVIII, apenas 3 (três) deles citam claramente a “feitiçaria” como crime: um em 1749, ocasião em que a ré usou de magia para “matar gente”; outro em 1765 e o último em 1771. Já no século XIX, para um total de 53 crimes investigados até 1862, nenhum deles teve como motivo a feitiçaria ou curandeirismo. Não consultados para este trabalho, mas com bastante possibilidade para pesquisas, são os “Processos Penais” custodiados pelo Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com base nesta última documentação, Boris Fausto (2005, p. 140), relata apenas um caso envolvendo um suposto curandeiro que foi condenado. Mas, é preciso frisar, tal condenação não ocorreu pelo exercício da profissão, e sim pelo crime que o mesmo curandeiro cometeu ao esfaquear um italiano nas imediações do Mercado Municipal. Em 1908, o mulato Jerônimo do Espírito Santo, chamado de *Sabará*, ganhava a vida livremente nas imediações do mercado vendendo raízes, peles e dentes de cobra, explica Fausto. Chamado de “caipira e negro macumbeiro” por um grupo de crianças das imediações, *Sabará* aplica alguns safanões num dos garotos que corre chamar seu pai. Este, um italiano valentão, desafia *Sabará*. A resposta foi uma facada mortal. Apesar desse único caso, Boris Fausto chama a atenção para o fato de que nem todos os presos pela polícia tiveram inquérito instaurado (para 3.466 pessoas presas na Capital em 1893, foram abertos apenas 329 inquéritos), o que demonstra, segundo o autor, que a prisão por um curto período e sem abertura de inquéritos, era, de fato um instrumento de controle social. É possível, portanto, que nesse caso pudessem estar incluídos alguns feiticeiros ou curandeiros.

cadeia (...).<sup>97</sup>

Não obstante ter sido esta uma ordem, o fato é que muitas denúncias ocorreram, como a registrada pelo fiscal da cidade em 1831:

“Participo a VV. Sas. que no dia 1º do corrente pelas 5 horas da tarde, andando de passeio fui á fonte denominada bica do gaio e achei 40 e tantos pretos divididos em 4 Secções, com o jogo do búzio, e diz a vizinhança que é de sempre continuado alli estarem e por vezes ter havido pancadas (...).<sup>98</sup>

A hipótese que levanto para a não aplicação regular daquela parte da legislação, ou seja, para a não repressão sistemática aos curandeiros, é a de que os mesmos eram bastante considerados pela população que deles se serviam constante e comumente na busca de curas para seus males.<sup>99</sup> De outra parte, é preciso notar que não eram apenas os mais pobres que recorriam a esta alternativa e, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro<sup>100</sup>, também a elite branca paulistana buscava os conselhos dos *pretos-véios* residentes na região do “Saracura” ou de João Manoel e Generosa Maria, *feiticeiros* residentes no Braz<sup>101</sup>, do mulato Manuel de Freitas, chamado de o *curandeiro das Perdizes*, de *tio Dito*, também conhecido como *feiticeiro do Belém*, ou de Antonio Euzébio de Assumpção, o *Catimbau*.<sup>102</sup> Costume arraigado, a consulta a esses feiticeiros passou a ser desqualificada entre finais do século XIX e primeiras décadas do XX, época em que o jornal Correio Paulistano denunciava que:

---

97 - Registro Geral da Câmara, Vol. V, p. 427. Como complemento deste edital, estabeleceu-se ainda um prêmio de 2 mil Réis aos milicianos que prendessem os tais jogadores.

98 - R. G. da Câmara, Vol. XXI, p. 252 e 253. A “Bica do Gaio” localizava-se nas barrancas do Anhangabaú, limites do bairro da Liberdade, mas nas proximidades do antigo Largo da Força onde residia Dona Ana Curandeira.

99 - Para auxiliar o trabalho diário dos fiscais na cidade, em 1888 expediu-se uma “Instrução para a boa execução das Posturas Municipais”. Em seu Art. 1º, § 1º podemos ler que “*Cumpra-se que da infração em que verificar que está o indivíduo não resultar mal material ao público, ou a qualquer particular, (o fiscal) se limitará a advertir o infractor que ainda não tiver sido admoestado por aquella falta.*” Ora, e apesar de estarem presentes na Lei os artigos referentes aos curandeiros, esta “Instrução” de 1888 afrouxava a sua aplicação e, somente em casos comprovados de reincidência, é que estava obrigado o fiscal a emitir um auto de infração (§ 2º do mesmo artigo). Talvez disso resulte o silêncio verificado sobre os curandeiros nos relatórios apresentados pelos fiscais à Câmara Municipal (A.C. 03/07/1888, p. 206 e 207), e isso não obstante ao Código Penal de 1890 que proibia o exercício da medicina sem habilitação (Art. 156), a prática “do espiritismo, da magia e de seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancia para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar cura de moléstias curáveis e incuráveis para fascinar a credulidade pública” (Art. 157), bem como o ato de “ministrar ou prescrever como meio curativo, sob qualquer forma preparar, substâncias de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo, assim, o ofício denominado de curandeiro.

100 - A esse respeito veja as análises de Gabriela dos Reis Sampaio: “Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial, In: **Chalhoub** (2003), p. 388 e seguintes.

101 - **Koguruma**, Paulo; *A Saracura: ritmos sociais e temporalidades da metrópole do café (1890-1920)*; 1999, p.95. A região conhecida como *Saracura* é o vale do ribeirão de mesmo nome, por onde hoje corre a Av. 9 de Julho. As barrancas desse ribeirão, bem como as do córrego do Bexiga e do Anhangabaú, entre os bairros da Liberdade e da Bela Vista (Bixiga), eram tradicionais redutos negros na cidade oitocentista.

102 - **Bertucci**, Liane Maria; *Remédios, charlatanismos ... e curandeirices*; In: **Chalhoub** (2003, p. 216).

“não é tão somente a plebe ignorante que se deixa vencer da credence, que traz *mascotes* e collecciona ferraduras. Compreende-se que seria indiscreto relevar segredos da *gente boa*, mas impõe-se ao homem da sciencia um estudo dessa face interessante do espírito popular.”<sup>103</sup>

De outra parte, é preciso lembrar que, em certos casos, alguns curandeiros ganharam fama e respeito inclusive entre médicos acadêmicos, o que tornava bastante tênue os limites entre uma e outra prática de cura.<sup>104</sup> De toda a forma, curandeiros e benzedeiros também se utilizavam de práticas sobrenaturais que, apesar de suas origens africanas ou indígenas, bem poderiam se ajustar ao catolicismo: “*Medicina, magia e religião eram então indissociáveis*”<sup>105</sup>

Colaborando ainda para a sua aceitação, é preciso frisar que os curandeiros sabiam muito bem utilizar a flora e a fauna brasileira, estas de longa tradição indígena e de há muito empregadas em São Paulo<sup>106</sup>: “dentes de jacaré eram poderosos talismãs capazes de contrabalançar eficientemente a influência de certas entidades funestas ao homem; outro bom remédio eram as unhas de tamanduás e das preguiças: curavam os males do coração; a cauda do gambá era matéria para preparar diversas mezinhas contra doenças dos rins, curava cólicas, fazia gerar leite e acelerava o parto; para acalmar dores reumáticas, os paulistanos costumavam friccionar as partes afetadas com banhas de anta, de capivara e até de cobra...”<sup>107</sup>

---

103 - Jornal “Correio Paulistano”, edição do dia 08/11/1907, notícia sob o título *Superstição*, In: **Koguruma**, op. cit., p. 96.

104 - **Xavier**, Regina; *Dos males e suas curas – práticas médicas na Campinas oitocentista*; In: **Chalhoub** (2003, p. 331 e seguintes). Neste estudo, a autora examina alguns casos em que ocorreram colaborações entre médicos e curandeiros na Campinas da segunda metade do século XIX.

105 - *Idem*, *ibidem*, p. 345.

106 - A utilização de ervas nas práticas de cura era algo corriqueiro em São Paulo desde os primórdios da cidade. Entre os séculos XVIII e XIX, vários moradores mantinham em seus quintais fornidas “farmácias” com tudo o que fosse necessário. Data dessa época, por exemplo, uma verdadeira “caça” às formigas que, além de provocarem estragos nos “templos sagrados e nos ornamentos das mesmas igrejas” também causavam sérios “prejuízos nas plantas e curas medicinais...” Registro Geral da Câmara, Vol. XI (1764-1795), “Edital contra formigas”, 24/11/1764, p. 68 a 70.

107 - **Holanda**, Sérgio Buarque de; *Caminhos e fronteiras* (1975) p. 94 e seguintes.



Fig. 05:

**Pai Inácio: conhecido vendedor de ervas, raízes e pássaros no antigo mercado dos caipiras de São Paulo na década de 1920.**

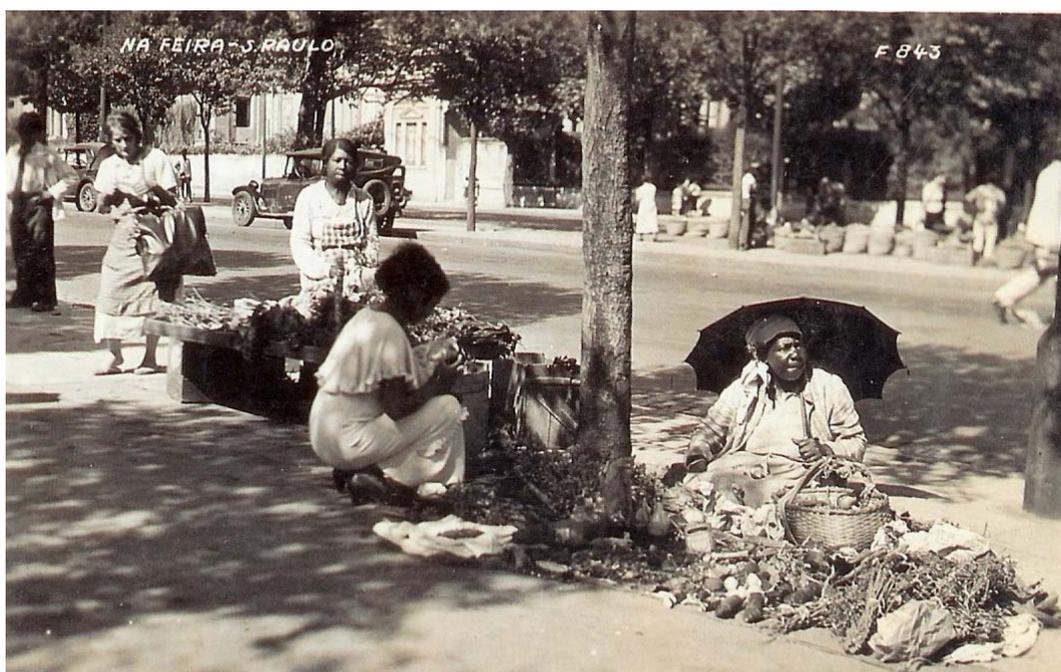
Ainda em 1920, como observou o botânico Frederico Carlos Hoehne, os ervanários de São Paulo expunham pelas ruas e comercializavam além da banha de anta, a de capivara, vendida em pequenos vidros ou garrafas, a de quati, as de cobras – jibóia, sucuri, jararacuçu, cascavel, coral e urutu – a do gambá, a do tamanduá, a do tatu, todas indicadas especificamente contra o reumatismo.<sup>108</sup> Aliás, o próprio Hoehne, ao mesmo tempo em que criticava algumas “crendices” (mas reconhecendo as propriedades curativas de algumas plantas) lembrava que:

*“O resultado de qualquer negócio não depende da oferta e sim da procura. Se pois o povo ainda não chegou a um grau de adiantamento capaz de avaliar e compreender a nulidade dos amuletos, figas, rezas e benzedadeiras; se mesmo pessoas de famílias mais cultas muitas vezes procuram favas e figas contra quebranto e mau-olhado, para dependurá-los ao pescoço dos seus herdeiros, e têm confiança em uma oração, por que razão haveríamos de censurar as pessoas que se dedicam a tal comércio?”<sup>109</sup> (meu destaque)*

108 - Idem, ibidem, p. 94. O botânico Hoehne, então funcionário do Serviço Sanitário do Estado, publicou em 1920 a obra “O que vendem os ervanários na cidade de São Paulo”, resultado de uma ampla pesquisa que realizou.

109 - Hoehne, 1920, Apud: Santos, Carlos José Ferreira dos (2003, p. 77).

Parte integrante do dia-a-dia dos paulistanos desde os oitocentos, ainda nas primeiras décadas do século XX podia-se encontrar pelas ruas ou mercados da cidade uma infinidade de ervanários que, a exemplo de *Pai Inácio*, não estavam a postos apenas para a venda de seus produtos senão, também, para aconselhamentos. E de tal maneira eles eram recorrentes na paisagem que mesmo nos cartões postais, estes especialmente destinados a divulgar uma imagem da cidade, esses profissionais apareciam com freqüência.



**Fig. 06:**  
**Neste postal da década de 1930, a presença de vendedoras de ervas medicinais – provavelmente nas imediações do Largo do Arouche.**

Seja pelas ruas da cidade, nas imediações da Av. São João e Largo do Arouche onde havia uma concorrida feira, seja nos mercados, a presença desses profissionais não passou despercebida para alguns memorialistas, como foi o caso de Jacob Penteadado:

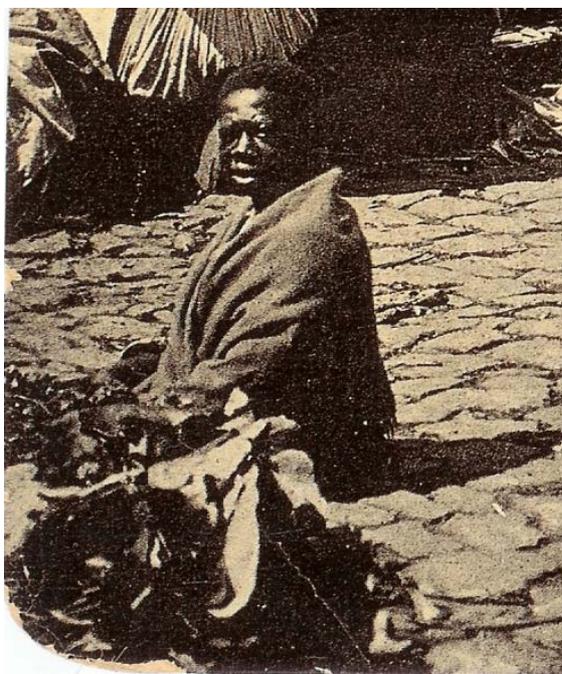
“Todas as semanas, eu e tia Romana íamos ao Mercado Municipal, antes Mercado Grande, na Rua 25 de Março, ao pé da Rua General Carneiro, antiga Ladeira João Alfredo. Ao seu lado, já nos terrenos da Várzea, havia o chamado Mercado Caipira, onde ficavam os vendedores de farinha de mandioca, milho, doces de frutas, aves domésticas, papagaios araras, macacos, ouriços, ervas medicinais, etc.”<sup>110</sup>

110 - Penteadado, Jacob; *Belenzinho* 1910; 1962, p. 58



**Fig. 07**

Entre os vários negociantes presentes no antigo Mercado dos Caipiras da Rua 25 de Março, notamos, no canto inferior esquerdo, a presença ativa de uma vendedora de ervas (ampliado abaixo) neste cartão postal de 1909.



Na história da medicina brasileira – e não na da saúde ou das práticas de cura no Brasil, é preciso sublinhar – fica muito claro o fato de que os médicos acadêmicos, desde as primeiras décadas do século XIX, almejavam uma participação mais ativa no aparelho de Estado para o controle das ações ligadas à saúde o que, de fato não ocorria. Com esta análise concordam todos os estudiosos da medicina no Brasil, bem como com o fato de que apenas em épocas de crises (de epidemias) os médicos faziam valer sua opinião de modo mais efetivo. Em períodos normais, eles se restringiam às assessorias esporádicas e nunca vinculadas ao comando da saúde pública.<sup>111</sup> A inclusão desses profissionais como gestores de políticas na área da saúde somente se daria, efetivamente, nas últimas décadas do século XIX e, em São Paulo, especialmente com a República.<sup>112</sup> Nesse sentido, cabe uma indagação, pois se não era ainda tão somente na medicina que se buscavam as curas, ou a proteção contra os males, onde então elas ocorreriam? Nesse campo, é preciso alertar, muitas das questões tornam-se incompreensíveis ao nosso olhar contemporâneo caso finquemos os pés na atualidade – e disso bem sabem os historiadores.

Uma das primeiras conclusões nesse caso, é a de que não podemos jamais entender a “história da medicina” como sinônimo da “história da saúde”, e isso apesar da aparência de que uma representaria a outra, ou que as duas seriam uma só. Em outras palavras, a primeira é parte integrante da segunda, mas não a sua totalidade até porque a vida, a doença e a morte – como é óbvio na história da humanidade – nem sempre estiveram sob o comando dos médicos. Acredito que para uma História da Saúde Pública, devemos considerar outros aspectos e elementos que não apenas os da ciência, pois do contrário muitas das práticas vigentes no passado quedam desqualificadas, como magia ou fantasias, e que, por isso mesmo, deveriam ser totalmente desconsideradas. No caso brasileiro, por exemplo, esta questão salta aos olhos, uma vez que há um reconhecimento de que a medicina como promotora da saúde pública – bem como a sua inserção no aparelho de Estado – é algo bastante recente e foi precedida por quase um século de lutas. Este fato é algo bastante

---

**111** - Não obstante os governos locais terem entre seus empregados os “cirurgiões de partido” ou “físicos”, como foi o caso da Câmara Municipal paulistana ou mesmo da Capitania e depois Província, o fato é que eles não determinavam as ações na área de saúde, ou do que hoje chamamos de políticas públicas. Eles obedeciam ordens, restringindo o seu trabalho às determinações superiores.

**112** - Um dos vários exemplos que podem ser citados a esse respeito foi o da instalação, em 1886, da “Repartição de Higiene da Província de São Paulo” e que foi praticamente ignorada pela administração municipal. No ano seguinte, reclamava seu diretor à Inspetoria Geral de Higiene do Império no Rio de Janeiro: “... é assim que a Chefatura de Polícia e a Câmara Municipal desta Capital têm obstado, entorpecido ou negado cumprimento às mais razoáveis, refletidas e úteis providências de higiene e saneamento, emanadas desta repartição...”. Relatório do dr. Marcos Arruda, inspetor de higiene da Província de São Paulo apresentado a “Exma. Inspetoria Geral de Higiene do Império” a 19/01/1887. Apud: Sá, A. Nogueira de; *Notas a margem dum relatório*, In: Revista do Arquivo Municipal, vol XXIX, 1936, p. 69 a 86.

representativo e de sua história conhecemos algumas minúcias, posto que são inúmeros os seus registros bem como as análises que se procederam.

Uma das etapas mais conhecidas na trajetória da medicina quando em busca de sua identificação como a verdadeira e única portadora da saúde (ou da cura), foi aquela ocorrida logo nas primeiras décadas do século XIX e que se caracterizou pela desqualificação de quaisquer outros métodos curativos que, a partir de então, foram taxados como charlatanismo. Estudioso desse momento da história da medicina, Roberto Machado nos trouxe análises significativas de tal processo e, ao falar das táticas então utilizadas, cita como exemplo a tese de Thomaz Antunes de Abreu, esta apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1839. Nessa passagem, Machado nos fala de uma opinião então compartilhada entre os médicos, ou seja, a de que “o medo da morte, quando usado pela avidez do charlatão, produzia a imaginação e o maravilhoso”, mas o médico, ao contrário “e pelo império que exerce sobre a morte, é de alguma sorte a imagem da Divindade sobre a terra (...)”.<sup>113</sup> Nem arrogante e nem herética, a frase do médico Antunes de Abreu está consoante com o momento vivido. Se a morte era entendida como um desígnio de Deus, estavam os médicos agora tentando tomá-la para si e, com base na ciência, procurando entender melhor os seus caminhos na intenção de evitá-la. Nesse caso, não apenas os médicos, mas toda a ciência, estaria representando Deus na terra.

Esta frase, por sinal, é grande relevância para a história da saúde no Brasil, e isto porque apesar de querer ser um divisor de águas, reconhece a existência de uma força sobrenatural que estaria a atuar para o aparecimento das doenças. Nesse sentido, configura-se para sociedade daquela época a importância de certas práticas religiosas ou, ampliando a questão, de uma proteção divina que se almejava para obstar os males. Entendendo a saúde sob este prisma, poderemos perceber que no Brasil daquele tempo já estava colocada para a população uma ampla rede de práticas curativas, esta engendrada principalmente num conjunto formado pelo Estado e pela Igreja, mas que, como vimos, incluía também outros elementos.

Deve-se ressaltar mais uma vez que a prática médica como hoje a conhecemos não nos serve tanto de parâmetro para entender os antigos caminhos da saúde, da doença e da morte.

---

<sup>113</sup> - Roberto Machado et al.; *Danação da Norma*, p. 203, aqui citando a tese do médico Thomaz Antunes de Abreu “*A medicina contribui para o melhoramento da moral e manutenção dos bons costumes*”, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839, p. 6. Para um contraponto às teses de Roberto Machado, especialmente no que diz respeito ao seu conceito de “medicalização da sociedade”, veja **Sampaio**, Gabriela dos Reis; *Nas trincheiras da cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*; S.P.: Unicamp, 2005, onde a autora mostra que esse caminhar da medicina acadêmica em busca de sua hegemonia não ocorreu de modo tão tranqüilo, senão com muitos percalços e disputas internas.

Se tanto a doença quanto a saúde estavam mais no mundo sobrenatural, também ali a proteção deveria ser buscada. Por isso a atuação dos governos em conjunto com a Igreja e não com a medicina (o que ocorreria bem mais tarde), daí as práticas e costumes que, apesar de diferentes das atuais, tinha a mesma finalidade, pois tentava abarcar todos os indivíduos com o intuito de protegê-los contra os males. Esta proteção por sinal, tal e qual as atuais, também previam regras que deveriam ser seguidas, como as orações, a presença nas igrejas, nas missas, etc., bem como condenava comportamentos inadequados que, se não corrigidos, poderiam trazer a doença.<sup>114</sup> Rezas e orações, ou pedidos de clemência dirigidos ao Todo Poderoso, eram entendidos como parte desse processo e, por isso, nada a estranhar que, na epidemia de cólera que atingiu o país em 1850, própria Câmara Municipal de São Paulo tenha solicitado uma ajuda ao vigário capitular da cidade nos seguintes termos:

“Ofício da Câmara ao Vigário Capitular: Illmo. e Rmo. Senr.

A V. S. Revma. roga a Câmara Municipal desta Imperial Cidade que preces sejam feitas afim de se impetrar a clemência do Todo Poderoso a cessação do flagelo epidêmico que devasta a Capital do Império e outras Províncias delle e para que o mesmo flagello se não toquem a esta e outras Províncias ainda não contaminadas. A Câmara Municipal em extremo sensibilizada com semelhante calamidade, e condoendo-se da sorte de seus irmãos espera que V. S. em seu coração piedoso receba esta presente rogativa e se servirá providenciar na forma pela mesma Câmara pedida.

Ds. Ge. a V. S. - Paço da Câmara em S. Paulo 9 de Abril de 1850.”<sup>115</sup>

Aqui podemos perceber a existência de uma *rede de proteção*, utilizada para não só prevenir o mal na cidade, como também para diminuir seus efeitos em outras províncias. Assim, e além de outros importantes significados, as práticas religiosas católicas não estavam a servir apenas como uma purificação visando uma vida eterna no paraíso senão, também, para um cuidado mais objetivo, servindo como um remédio para os males presentes na terra ou, mais ainda, com o intuito de prevenir as doenças e epidemias.

---

**114** - Essas “redes de proteção à saúde” sempre existiram na história da humanidade. O fato é que, dependendo da época, elas acabaram por ganhar outros nomes e outras formas de ação, sempre a partir das diferentes bases em que se assentavam. Como estamos vendo, ela já foi religiosa e, depois, alterou-se nas mãos de médicos e engenheiros quando do triunfo da teoria dos miasmas para, finalmente, transformar-se na moderna “política médica de saúde pública”. Os fins, no entanto, sempre foram os mesmos, ou seja, buscar uma “proteção” contra a doença para retardar ao máximo a morte.

**115** - Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Vol. XXXIV, 1850, p. 222.



Fig. 08

“Primeira saída de um velho convalescente” – aquarela de J. B. Debret que relata:

*“Submetido desde a infância às práticas religiosas, é o brasileiro naturalmente levado pela devoção, quando atacado de doença grave, a fazer uma promessa em benefício da igreja, a fim de merecer a convalescência; essa promessa é aprovada pelo confessor e o convalescente apressa-se em cumpri-la imediatamente após a sua cura. Mas, em virtude de um sentimento mundano que se ajunta ao dever religioso, esse ato de humildade e de gratidão para com o Criador adquire, no homem rico, um caráter de ostentação que eclipsa diariamente, aos olhos do povo, a mesma promessa do pobre, cuja oferenda modesta, mas igualmente meritória, apenas se nota ao ser levada ao pé do altar.”<sup>116</sup>*

Seja para conseguir uma maior proteção, seja para afastar um mal já instalado, não bastavam as missas, orações e promessas, bem como um comportamento adequado. Para o bem de todos, fazia-se necessário uma união entre os moradores da cidade que, em momentos especiais, saíam às ruas para participar de uma verdadeira catarse coletiva: as procissões. Em certos casos a participação tornava-se obrigatória e, até o século XVIII, conhecemos vários exemplos de moradores que foram multados pela Câmara por se ausentarem de tais compromissos.

Para as crises mais agudas, procissões eram especialmente preparadas e, nesse caso, reportamo-nos tanto às realizadas em 1822 para auxiliar no restabelecimento da Imperatriz Leopoldina, quanto a muitas outras preparadas em São Paulo com o intuito de atenuar os

---

**116 - Debret, Jean Baptiste; Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil; S.P., Livraria Martins, Vol. II, Parte III, p. 484 a 486.** Para esta aquarela (prancha nº 5) nos é dada a seguinte explicação: “O grupo principal do desenho representa um velho convalescente descendo de sua carruagem e sustentado pela filha e pelo genro ao entrar na igreja descalço, a fim de depositar parte de seu pesado presente, cujo resto é carregado pelo escravo. A dádiva, como em geral tudo o que se oferece à igreja, é toda enfeitada de fitas. Num plano mais afastado, mas na mesma escadaria, uma negra, entrando pela segunda porta, segura nos braços uma criança, encarregada de entregar a vela prometida. Um pouco mais longe, embaixo da escadaria, uma velha negra indigente, antes de entrar com sua vela, dá um vintém de esmola a outra mais pobre ainda. Essa verdadeira compreensão da caridade cristã observa-se

efeitos das perigosas "bexigas". Não obstante a realização destas cerimônias em momentos de crises (para alcançar uma finalidade específica), bem sabemos que as procissões eram uma constante em São Paulo. Idealizadas pelas inúmeras igrejas, confrarias e irmandades – e muitas delas tendo como finalidade alcançar uma *proteção* – muitos desses eventos tinham inclusive um caráter oficial, ou seja, eram pagas pelo poder público. No século XVIII, estas eram em número de quatro: a de São Sebastião, a do Corpo de Deus, a da visitação de Nossa Senhora à Santa Izabel e a do Anjo Custódio. A preparação destes e de inúmeros outros cortejos obedeciam a um ritual meticuloso que previam desde o reparo das ruas por onde elas passariam, a limpeza das mesmas, e até ao que poderíamos hoje chamar de “decoração”, incluindo as preparadas pelos moradores das residências no trajeto, que dispunham de flores e toalhas ricamente bordadas nas janelas. Justamente por isso, ou por estarem no caminho das procissões, estas residências eram as mais valorizadas da cidade e estavam localizadas no antigo *Largo da Sé* (de onde partiam a maioria dos cortejos), passando pela *Rua da Imperatriz* (atual 15 de Novembro), Boa Vista, São Bento, Direita para, novamente alcançar o *Largo da Sé*.

Como existiam em profusão na São Paulo dos séculos XVIII e XIX, muitos autores analisaram estas manifestações mais como momentos de sociabilidades, ressaltando nelas algumas características não religiosas como as de divertimentos ou festas populares. Paulo Cursino de Moura, por exemplo, as classificou de “*imponentíssimas*” e “*concorridíssimas*”, pois reuniam “*o povo em peso nas ruas e, por toda a parte*”<sup>117</sup>; já Ernani da Silva Bruno, mais explícito nesta questão, incluiu um minucioso relato das antigas procissões num capítulo de sua obra com sugestivo título de “Festas de brancos e de negros”, e chamou a atenção para a conservação de “*certos aspectos burlescos*” que esses eventos “*ostentavam no setecentismo e no começo do século XIX, apesar de estarem proibidas, desde 1831, o uso de máscaras*”. A procissão do Enterro, segundo ainda a análise do autor, “*exibia aspectos um tanto carnavalescos*” e representavam “*para os moradores de São Paulo, a recreação máxima, o motivo maior de atração (...) as outras diversões de rua eram reduzidas*”.<sup>118</sup> A contribuir com estas análises estavam os relatos de estrangeiros, como os do naturalista inglês Richard Francis Burton que reputava uma útil intenção às procissões, mesmo que não fosse encarada sob o ponto de vista religioso, uma vez que elas “*promoviam a reunião do povo, reuniam o passeio, a visita, o piquenique, e representava de fato a única válvula através da qual podia se exibir a vaidade humana, que não encontrava aqui as oportunidades que se tinha na Europa*.”<sup>119</sup>

Não restam dúvidas que as procissões também guardavam esse aspecto, mas não

---

diariamente na classe indigente.”

117 - Paulo Cursino de Moura, 1980, p. 54.

118 - Ernani da Silva Bruno, 1984, p. 754 e 755.

119 - **Burton**, Sir Richard Francis, *Viagens aos planaltos do Brasil*; S.P., Cia. Ed. Nacional, 1983, Vol. I, p. 192. Burton foi vice-cônsul britânico em Santos a partir de 1865 e em 1867 empreende uma viagem através do Rio de Janeiro,

apenas isso. A esse respeito, lembra-nos Affonso de Freitas sobre o *“espírito religioso profundamente arraigado na população e suas externalizações, idealistas e contemplativas”* que, completou ele, *“hoje nos pareceriam exageradas”*.<sup>120</sup>

E por que exageradas? Através de vários relatos, um primeiro ponto a ser levantado é justamente o fervor do povo que delas participava. Antonio Egydio Martins nos fala a esse respeito e lembra da já citada e *“concorridíssima”* procissão do Enterro na Semana Santa, na qual lanternas e tocheiros eram distribuídos aos fiéis. Por conta da grande concorrência de público, disse Martins, a disputa era aguerrida, sendo a entrega das lanternas feita *“no meio de empurrões entre os pretendentes, os quais, nessa ocasião, machucavam-se, rasgando, alguns, as suas roupas, tal era o desejo de fazer parte do préstito”*<sup>121</sup>

De outra parte, um certo *“exagero”* observado por muitos autores já no século XX, pode ser atribuído à participação efetiva do governo nesses antigos cortejos. Além da Câmara Municipal arcar com os custos de algumas procissões consideradas oficiais, todo um aparato sob a supervisão dos vereadores era empregado, inclusive com obrigações aos moradores, como ocorreu na procissão de Corpus Cristi de 1820. Naquela oportunidade publicou-se um edital com as seguintes disposições:

*“Fazemos saber a todos os moradores desta cidade que no primeiro de junho do presente anno se ha de celebrar na Sé Cathedral a festividade de Corpo de Deus na conformidade das reaes ordens de S. M. com solenne procissão, que ha de sahir pelas ruas publicas desta cidade, a que todos os fieis vassallos são obrigados acompanhar, para que mandamos aos sobreditos moradores tenham suas casas, e muros branqueadas, e testadas limpas, e varridas lançando folhas e flores pelas ruas em que ha de passar a mesma procissão tendo cada um suas portadas, e janellas ornadas como é devido, debaixo das penas de serem condemnados em seis mil réis para as despesas do Concelho, e trinta dias de cadeia (...). Senado em vereação de 17 de maio de 1820.”*<sup>122</sup>

Além dessa determinação dirigida ao povo, a própria Câmara era obrigada a seguir certas regras quando da participação de seus membros nos cortejos. Segundo uma ordem que remontava a D. João V, *“a Câmara incorporada e com o Real Estandarte”* deveria ser *“o corpo que*

---

Minas Gerais, Bahia e Alagoas. Seu livro foi publicado originalmente em Londres no ano de 1869.

120 - Affonso A. de Freitas, 1955, p. 98

121 - Antonio Egydio Martins, s/ data, p. 52. Nessa mesma linha de análise, ou seja, a de considerar as procissões mais como momentos de diversão e de criticar os *“exageros”* então empregados, veja **Debret**, Jean Baptiste; op. cit., p. 371 a 387. Na análise que procedeu sobre as cerimônias religiosas realizadas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, Debret chega a dizer que estas *“conservaram seu caráter bárbaro, exagerado”*, sendo as mesmas eram *“uma oportunidade de luxo e de divertimento público...”*. A exemplo do que ocorria em São Paulo, Debret cita que, no Rio de Janeiro, existiam oito procissões principais: São Sebastião, Santo Antonio, Nosso Senhor dos Passos, a do Triunfo, a do Enterro, a do Corpo de Deus e a da Visitação de Nossa Senhora. Para cada uma delas, o autor traz uma detalhada descrição do cortejo.

122 - Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1820-1822, Vol. XVI, p. 60 e 61.

*fecha a procissão (...) seguindo atrás dela a guarda militar*"<sup>123</sup>

As minúcias na preparação das procissões, a participação do povo e do governo local, bem como o circuito percorrido pela cidade e as manifestações que então eram promovidas, nos fazem crer que esses cortejos não apenas homenageavam os santos ou lembravam certos ritos do catolicismo senão, também, tinham a função de abençoar a cidade e seus moradores, livrar a comunidade de quaisquer males, purgar os pecados e solicitar a benevolência divina. Daí as regras a serem seguidas pela população e pelos vereadores, pois do contrário, ou seja, quebrá-las, poderia resultar em punição, castigos que bem poderiam vir sob a forma de epidemias.

Apesar das fontes consultadas para São Paulo não oferecerem dados mais consistentes, é preciso lembrar que para os africanos, especialmente para os **minas**, esta correlação religiosa também estava presente. Jaime Rodrigues (2005, p. 280) nos lembra que *"no interior dessas tradições, estabeleceu-se a crença de que Soponna (orixá conhecido ainda pelos nomes de Omolu, Obaluaiê, Xapanã ou Sapata, conforme a região da África onde era originalmente cultuado) castigava aqueles que o provocam, violam seus tabus ou negligenciam seu culto, enviando-lhes doenças."*<sup>124</sup> (meu destaque) A colaborar para com a influência dessa crença entre os escravos paulistanos, vale lembrar que a presença dos minas na cidade pode ser recuperada através da existência, bem ao lado do antigo Largo do Sé, do conhecido **Beco dos Minas**, logradouro hoje desaparecido, posto que parte foi incorporado à Praça Clóvis Bevilacqua e parte à Rua 11 de Agosto. Esta antiga denominação (referendada por vezes como "Beco das Minas", e isso pela existência de inúmeras negras quitandeiras) é, portanto, uma forte referência da presença desse grupo na cidade.

E não por outro motivo (a quebra de regras) é que as procissões mereciam, inclusive, um assentamento oficial, e isso da mesma maneira como se registravam as grandes discussões de governo. Nesse sentido, os cortejos religiosos eram, também, atos políticos:

Aos dez de novembro de 1822 nesta cidade de São Paulo, e casas da Câmara Paços do Concelho della onde se juntaram o juiz pela lei presidente o capitão Bento José Leite Penteado, e vereadores, e procurador abaixo assignados para irem á Sé Cathedral assistirem á missa cantada, e procissão que a santa igreja celebra hoje pelo patrocínio de Nossa Senhora, e daqui sahiram incorporados cobertos com o real estandarte para a mesma Sé onde assistiram a dita funcção, e procissão, e depois de finda recolheram-se á estas casas do Senado; e para constar mandaram lavrar este termo que assignaram: e eu João Nepomuceno de

---

<sup>123</sup> - Ofício do General Oeynhausien, Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1820-1822, Vol. XVI, p. 50 e 51.

<sup>124</sup> - **Rodrigues**, Jaime; *De costa a costa – Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*; S.P.: Cia das Letras, 2005, ver especialmente o capítulo 8 "Saúde e artes de curar". Também sob esse aspecto ver **Chalhoub** (1996), em especial o capítulo "Raízes culturais negras da tradição vacinophóbica", p. 134 e seguintes.

Almeida escrivão que o escrevi. – Penteado – Ramos – Bueno – Barbosa.”<sup>125</sup>

Todos esses rituais eram parte integrante da *proteção* que se queria efetiva, ajudando a população na prevenção dos males ou na debelação dos mesmos quando já instalados no meio. Dessas antigas práticas não participava a medicina e sim o Estado em conjunto com a Igreja. E este poder da Igreja, por sinal, ampliava-a em muitas vezes - diariamente, hora a hora - através dos seus símbolos dispostos em toda a cidade, representados que eram pelos seus inúmeros templos. Chega mesmo a impressionar o número de igrejas circunscritas apenas na chamada *colina histórica* ou no hoje chamado *centro velho* da cidade. Considerando-se como limites o ribeirão Anhangabaú no lado oeste, o Tamanduateí a leste, o morro de São Bento ao norte e o início do bairro da Liberdade pelo lado sul, a cidade tinha, nas primeiras décadas do século XIX, um total de 13 (treze) edifícios religiosos estrategicamente colocados para formar um cinturão de proteção ao redor do núcleo urbano.

Dentre as várias construções da cidade, eram as igrejas as mais sólidas e artísticas, destacando-se na paisagem por possuírem as suas torres uma altura muito superior aos dos outros edifícios. Assim, quem chegasse à cidade, logo teria sua atenção desviada para essas igrejas, não importando qual das entradas o viajante escolhesse, pois em todas elas, a dominar o horizonte estavam as igrejas.

Para os que vinham do Rio de Janeiro ou de Santos (entradas sul e leste) os primeiros elementos em destaque eram as torres das igrejas dos Jesuítas, da Sé, de São Pedro, de Santa Tereza, do Carmo e da Ordem 3ª, da Boa Morte, São Gonçalo e dos Remédios. Para os que chegavam do interior, pelo lado oeste, a paisagem era dominada pelas igrejas de São Francisco e da Ordem 3ª, Santo Antonio, São Bento e a de Nossa Senhora do Rosário, sendo que estas duas últimas também eram vistas por aqueles que demandavam do norte. O círculo estava completo e a cidade encontrava-se protegida por todos os lados como, aliás, demonstram os registros de diversos artistas que marcaram essa antiga vista de São Paulo em aquarelas, desenhos e gravuras, nos quais, sempre em destaque, estão as torres das igrejas.

Ora, se esta imagem exterior logo denunciava a força da religiosidade católica, em seu interior (nas ruas), o poder da Igreja se fazia mais presente e visível. Por um lado, se o modo como estavam dispostos os edifícios religiosos impressionava aqueles que chegavam, por outro, dominava quem ali ficasse. Raros eram os locais públicos de onde não se avistava uma igreja e impossível seria não ouvir os sons emitidos pelos seus sinos, estes presentes a cada hora ou acontecimentos diversos. Nesse caso, estavam a visão e a audição sempre a lembrar

---

<sup>125</sup> - “Ajuntamento”, A. C., 10/11/1822, p. 674 e 675.

cada morador da proteção presente; a rede estava completa.



Fig. 09

As igrejas de São Paulo em 1877

01 - Boa Morte; 02 - Carmo e Ordem 3ª do Carmo (duas igerjas); 03 - Santa Tereza; 04 - Matriz (Sé); 05 - São Pedro; 06 - Jesuítas; 07 - Rosário dos Homens Pretos; 08 -São Bento; 09 - Santo Antonio; 10 - Misericórdia; 11 - São Francisco; 12 - N. Sra. dos Remédios. Apesar de não representada neste

mapa, existia ainda a igreja de São Gonçalo, localizada nas imediações do “Largo da Cadeia”. Nessa mesma área, hoje permanecem 09 (nove) delas.

Em todas as culturas se aprendeu muito cedo a combater o mal físico com os meios disponíveis<sup>126</sup> e, para o caso de São Paulo (como de resto para o Brasil), os moradores valiam-se de práticas que acreditavam serem eficientes e suficientes para dar combate às doenças e abreviar a morte. Estas, por sua vez, ou eram oficialmente admitidas pelo Estado como no caso da religiosidade, ou tacitamente aceitas como no exemplo dos curandeiros. De fato, podemos concluir que a saúde sempre foi uma preocupação da humanidade e, em cada época e lugar, sempre se buscaram meios para atenuar e prevenir a doença. Assim sendo, ao dar um novo nome para aquilo que sempre existiu na história, a medicina apropriou-se de algo que nem sempre lhe pertenceu na totalidade: a saúde pública ou, a saúde dos homens que vivem em comunidade. Por razões óbvias a medicina venceu, mas nem por isso outras práticas devem ser desconsideradas nesse processo.

\*

\*            \*

Das práticas populares à medicina – incluindo certamente o entendimento religioso sobre a vida e a morte – temos aqui uma rede complexa de conhecimentos, ora sobrepostos, ora interagindo, fundindo-se mesmo uns nos outros, e que se fizeram presentes durante todo o século XIX na cidade de São Paulo. A opção no estudo por um determinado viés não deve excluir os demais, mas esta é uma tarefa difícil, pois são diversos os aspectos a serem considerados.

De qualquer forma, trabalhamos com algo real, pois as pessoas viviam, ficavam doentes e morriam na São Paulo do século XIX. De outra parte, temos as representações criadas e também parte integrante deste real. Todos os moradores, adultos ou crianças – e em seu cotidiano – estavam expostos ao ambiente e aos perigos, alguns deles perceptíveis ao olhar e aos conhecimentos da época, muitos outros não. Optei, daqui por diante, em identificar esses perigos, seja tentando uma aproximação com o mundo sensível daquela época, seja a partir do que hoje podemos entender como importantes causas dos males presentes na cidade e que afetavam a vida de todos.

Porém, aqui devemos tomar um certo cuidado, pois a morte, percorreu um tortuoso e complexo caminho. Às vezes ela poderia ser encontrada na própria natureza – ou no desarranjo dela; ora ela estava nas forças sobrenaturais que atuavam como que a punir ou

castigar o povo. Houve um tempo ainda que o mal estaria na podridão e nos fugidios miasmas que campeavam pela cidade. Não raro, todos esses “lugares da morte” embaralhavam-se sem, contudo, haver qualquer alternância. Dependendo, portanto, de seu lócus, o entendimento sobre a morte demandava sempre novas posições e enfrentamentos, estes somente possíveis através de uma reeducação dos sentidos que, necessariamente, deveriam redundar em rápidas alterações na prática cotidiana. Mas, é preciso dizer, nem sempre tal rapidez se fez presente. E isso porque o mal, a doença e a morte tomavam rumos desconhecidos e confusos para a maioria da população, pois frente aos ensinamentos da medicina acadêmica, por exemplo, o que antes era visto e sentido como inofensivo, tornava-se perigoso; a morte poderia estar em qualquer lugar e, sobretudo, em todos os lugares, como concluíram os higienistas em finais do século XIX. Tentaremos seguir este caminho, aquele percorrido pela morte na cidade de São Paulo, tentando perceber os seus lugares, ou onde o mal poderia ser encontrado, e isso em diferentes momentos.

## Capítulo 2 - A infecção no Anhangabaú

*“Transponhamos depressa a ponte sobre o Anhangabaú, triste nome, que bem corresponde ao miserável regato que aí corre, separando a freguesia central da cidade da de Santa Ifigênia. Si o nome é dissonante e lúgubre como o piar do mocho, não o é menos o ribeiro turvo e lodoso que parece esconder-se envergonhado no fundo do seu imundo leito.”<sup>127</sup>*

Cursando a Faculdade de Direito em São Paulo entre os anos de 1847 a 1851, o romancista e poeta Bernardo Guimarães, mineiro de Ouro Preto, era um arguto observador da cidade. Nada escapava ao seu olhar aguçado que, ora se dirigia para uma paisagem mais longínqua, ora fixava-se nas ruas, pontes e rios que cruzavam a cidade. Contemporâneo e amigo de Alvares de Azevedo, Bernardo Guimarães - um boêmio convicto - por vezes acompanhava seu colega nas críticas mordazes que este fazia a respeito da sociedade e do cotidiano vivido em São Paulo. E de suas observações nasceram peças literárias como o romance “Rosaura a Enjeitada”, ambientado na capital paulista de meados do século XIX, e do qual foi retirado este pequeno trecho que traz uma descrição do Vale e do Ribeirão Anhangabaú.

Sobre o “triste e miserável regato, turvo e lodoso ... que parecia esconder-se, envergonhado, no fundo do seu imundo leito”, falaremos a seguir. Antes disso, gostaria de chamar a atenção para algo que facilmente poderia passar despercebido, algo que, pela sua desimportância nos dias atuais - ou até pela facilidade com que é empregado - de maneira alguma nos indicaria qualquer fatalidade. Falo aqui do nome *Anhangabaú* ou, mais especificamente, do som que esta palavra ganha quando pronunciada, seja de modo pausado ou rapidamente, não importa. Guimarães destaca que esta denominação “é dissonante e lúgubre como o piar do mocho” ou, de outra maneira, que o som de *Anhangabaú* estaria a lembrar o piar de uma coruja, tendo em vista o alongamento que damos à última sílaba, a letra “u”. Por estar localizado no centro da maior cidade brasileira, este nome é nacionalmente conhecido, sendo pronunciado centenas ou milhares de vezes num único dia. Mas, damo-nos conta de que este é “um triste nome para um triste regato”, como diria o autor? A dimensão que o nome ganha na interpretação de Bernardo Guimarães é algo que escapa às nossas práticas contemporâneas

---

<sup>127</sup> - Guimarães, Bernardo Joaquim da Silva, “Rosaura a Enjeitada”, Tomo I, Livraria Garnier, R.J., Paris, 1914, p. 09. Ao lado de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães é considerado como um dos fundadores do romance brasileiro. Sua obra mais conhecida é “A Escrava Isaura” (Rio de Janeiro, 1875).

com a linguagem, pois como um topônimo corriqueiro como este poderia conter marcas tão negativas; como a sua pronúncia poderia lembrar algo tão triste? Essa dimensão do termo *Anhangabaú* foi perdida ao longo do tempo, o nome não mais traz vinculada uma idéia de algo “lúgubre” como no passado e, tão pouco, lembramo-nos da morte ou de doenças quando o pronunciamos. Mas, ampliando a questão trazida por Guimarães, percebemos claramente que tantos eram os males causados pelo “triste regato” que mesmo o seu nome e sua pronúncia estavam a funcionar como um prenúncio do mal. A morte, nesse caso, estaria presente num “local” inesperado, ou seja, nas palavras, seja pelo que elas representavam de concreto (e disso trataremos nas próximas páginas), seja pela angústia intrínseca à sua pronúncia e, neste caso, falamos do piar triste de uma coruja na mata escura. Certas palavras e termos contemporâneos, e apesar de seu uso recorrente na escrita, são por vezes evitados na fala cotidiana e, se utilizados, causam um certo mal estar. Certas doenças para as quais ainda não existem curas ou a própria morte, por exemplo, estão dentre elas, pois representam um mal, o definhamento do corpo, a supressão da vida. Mas o caso *Anhangabaú* nos traz uma outra dimensão, a dimensão de um tempo em que as palavras continham em si um mal, representavam-no ou lembravam a sua existência. Palavras interditas, pragas e maldições. A morte poderia ser encontrada, portanto, também nesses “locais” inesperados, nas palavras e nos nomes dos lugares.<sup>128</sup>

De qualquer forma, não restam dúvidas de que o vale e seu ribeirão se constituíam num um lúgubre local que deveria ser transposto rapidamente. Tendo em vista as águas infectas e mau cheirosas que por ele escorriam, imputava-se ao famoso Anhangabaú vários males sofridos pela população o que, por sua vez, o transformaram num sério problema para a cidade durante todo o século XIX. Mas, ao mesmo tempo, o “imundo regato” era, também, uma solução. O aparente paradoxo explica-se pela própria geografia do local escolhido para a fundação da cidade, ou seja, em uma colina cercada por dois cursos d’água: o Rio Tamanduateí de um lado e o Ribeirão Anhangabaú de outro. A colina, por sua vez,

---

128 - Na língua Tupi, Anhangabaú significa “Águas assombradas” ou “Águas do diabo”. De **Anhangá** = diabo, assombração, mau espírito + **y** = rio. Chamado também de **Anhangavay**, transformou-se em **Anhangabay** e, finalmente, em **Anhangabaú**. Uma questão diz respeito justamente a este tema: haveria uma relação entre o nome indígena do rio e os problemas que ele causava? As primeiras referências que encontramos sobre ele nas Atas da Câmara datam de 1625 quando foi citado como Ribeiro de **Aganobay** (06/01/1625) e, também, Ribeiro **Anangahu** (15/02/1625). Posteriormente, o encontramos como **Anhangavahy** (18/03/1715), **Anhangabahy** (05/11/1719) e mesmo **Inhengabahul** (12/06/1724). As línguas Tupi e Guarani não possuíam escrita e, por conta disso, os colonizadores utilizaram a grafia portuguesa para representar o som das palavras indígenas. Assim, muitos erros ocorriam ou, pelo menos, existiam duas ou três versões para o mesmo termo. Mas, nos chama a atenção o fato de que o nome do ribeirão tenha sido citado pela primeira vez em 1625, época em que grande parte da população de São Paulo era composta por índios. Por conta disso, a língua mais falada era justamente o tupi “pelo menos até meados do século XVIII, quando cedeu lugar ao português” (ver Monteiro, John Manuel, *Negros da Terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, S.P., Cia das Letras, 1995, p. 164). Nesse sentido, tudo leva a crer que a denominação do ribeirão tenha surgido no século XVII e representava, desde aquela época, os “malefícios” que ele causava à população por conta de suas “águas assombradas”. Este tema será retomado mais adiante, na Parte II do trabalho, onde analisarei a modificação do nome do bairro do **Bexiga** para **Bela Vista**.

proporcionava uma vista privilegiada dos arredores, constituindo-se, assim, em uma base importante e segura contra os ataques indígenas dos primeiros tempos; e os rios, por seu turno, ofereciam alimentos através da pesca, além de apresentar um outro fator positivo: as suas águas serviam como que um escoadouro para a sujeira, carregando consigo parte do lixo e todo o esgoto produzido na cidade. De fato, sabemos que a presença de cursos d'água era uma condição básica que orientava a escolha de um sítio ideal para a fundação de novas cidades, uma vez que:

“... a melhor maneira de dispô-la, (uma nova cidade) é sem dúvida, numa planície, na confluência de dois rios navegáveis; ou ainda, à direita e à esquerda de um grande rio que a atravesse do levante ao poente. Esta disposição não somente seria vantajosa para o comércio e para a importação de gêneros necessários à alimentação dos habitantes, como também contribuiria, devido ao curso de sua água, à salubridade do ar.”<sup>129</sup>

Ao eleger-se o topo de uma colina para a fundação de São Paulo, a primeira regra não estava sendo seguida. Porém, existia aqui um sério problema relacionado à segurança, qual seja, o do ataque de índios à nova povoação. Os demais preceitos foram seguidos: a cidade foi construída à esquerda de um grande rio (o Tietê) que atravessa seu território *do levante ao poente* (de leste a oeste), bem como o seu núcleo principal estava entre dois outros cursos menores.

Preceito muito caro aos higienistas do século XIX, sobretudo, a renovação do ar era tida como essencial para a saúde dos povos e, em São Paulo, isso seria realizado naturalmente, uma vez que a cidade era servida por dois rios no seu entorno que, além de lavar a sujeira do núcleo urbano, contribuiria também (através de sua correnteza) na constante substituição de uma atmosfera viciada por outra nova e pura. Os rios, portanto, além de levar para longe as impurezas sólidas, estariam também interagindo com o ambiente, forçando a circulação e a purificação do ar.<sup>130</sup>

Nessa mesma perspectiva e a partir de outra realidade, Georges Vigarello nos mostra que, no século XVIII, *“a atmosfera e o ar tinham prioridade absoluta. E a água os corrige ainda melhor na medida em que pode atingir as ruas. Absorve até mesmo os odores, simplesmente por seu movimento. Representação de turbilhões afogando as impurezas. Imagem física de cascatas rompendo e dissolvendo as poeiras. A água atrai e apaga. É o próprio ar que se lava dessa maneira”*. E, citando J.-B. Banau e A. -F. Turben, completou dizendo que havia um entendimento de que a “a água

---

**129 - Patte, Pierre**, “Memórias sobre os objetos mais importantes de Arquitetura”, Genebra, Monokoff Reprint, 1973; Edição facsimilar do original impresso em Paris no ano de 1769 - tradução de Ivone Salgado e Beatriz P. Siqueira Bueno para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Curso de Especialização em Urbanismo Moderno e Contemporâneo) P.U.C. - Campinas s/data.

**130** -Na realidade, os urbanistas dos séculos XVII e XVIII preconizavam inclusive a construção de canais artificiais que *“comunicando-se com o rio que atravessaria a cidade, tanto na sua entrada como na sua saída,”* ajudaria sobremaneira a renovação contínua do ar no entorno da mesma e, também, no centro. **Patte, Pierre** - Id. *Ibidem*.

corrente exercia uma atração sobre o ar, e em consequência disso absorvia os miasmas pútridos” de que estaria carregado.<sup>131</sup>

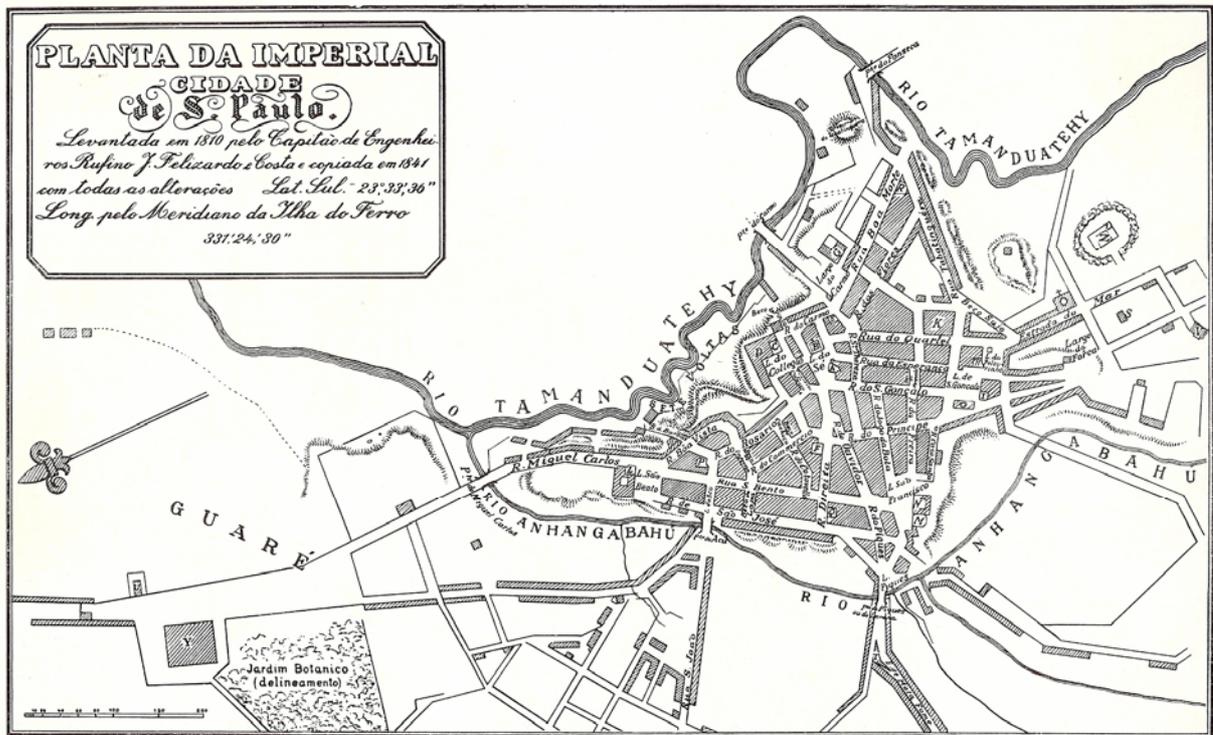


Fig. 10

O sítio original de São Paulo entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú em mapa de 1818.

131 - Vigarello, Georges, "O Limpo e o Sujo - Uma História da Higiene Corporal", Trad. Monica Stahel, S.P., Martins Fontes, 1996. Ver especialmente a 3ª Parte, Cap. 04 "Eflúvios populares e urbanos", ítem "A água que corrige o ar", ps. 169 a 172. Os miasmas, entendidos como causadores de doenças, estará sendo detalhado no decorrer do estudo.



**Fig. 11**

Uma das mais antigas representações do ribeirão Anhangabaú entre 1765 e 1775.

No núcleo urbano, o destaque para as torres das várias igrejas.

(a cor original do rio foi alterada digitalmente para melhor destacá-lo nesta reprodução)

Essas qualidades – entendidas como bastante positivas e presentes nos dois rios que cercavam o núcleo urbano – perduraram por um longo período. Mas, e especialmente a partir de meados do século XIX, eles que foram considerados como fatores preponderantes para a escolha do sítio original, passaram a ser condenados – pelas mãos de médicos e engenheiros – como locais de perigo, fontes de miasmas e de doenças que colocavam em risco a saúde da população. Infectos e perniciosos por conta dos despejos neles realizados, a situação dos rios agravou-se cada vez mais com o adensamento da população: de cerca de 31.000 habitantes em 1872 para 240.000 em 1900.<sup>132</sup> E não era para menos, uma vez que a maneira mais fácil e rápida para descartar o lixo produzido no dia-a-dia era, sem dúvida, jogando-o ribanceira abaixo na intenção de que as águas levassem consigo toda a impureza para bem longe. Tal procedimento fazia parte do cotidiano vivido na cidade desde o século XVI e continuava, com todos os seus agravantes, ainda no XIX.

A partir desses “usos e costumes”, como então se dizia, o governo municipal, aqui representado pela Câmara e seus vereadores, vez por outra tentava disciplinar e regulamentar a questão dos despejos através de editais que determinavam os locais onde o lixo poderia ser depositado e outros onde tal prática estava proibida. Exemplo disso foi um

---

<sup>132</sup> – Com base em diversos estudos, apresento uma rápida estatística da população paulistana: em **1554**, 100 moradores; **1765**, 20.873; **1798**, 21.933; **1872**, 31.385; **1886**, 47.697; **1890**, 64.934; **1900**, 239.820; **1905**, 275.840; **1910**, 375.439. Fontes: “O Novo Retrato de São Paulo”, SEADE, 1993; “Memória Urbana – A grandeza de São Paulo até 1940” Vol. I, Arquivo do Estado de São Paulo e EMPLASA – 2001; **Marcílio**, Maria Luiza, “A Cidade de São Paulo – Povoamento e População 1750-1850”, USP, 1974; Anuário Estatístico do Estado de São Paulo”, Departamento

edital expedido em 1790 que, inclusive, nos mostra a municipalidade já exercitando um maior controle da população e da cidade através da divisão da mesma em setores. A ordem estipulava que os moradores das ruas do Colégio, das Flores, do Convento do Carmo e do Largo da Sé, deveriam despejar o lixo no buracão do Carmo, ao lado do convento e da igreja de mesmo nome, nas margens do rio Tamanduateí; já os moradores das ruas do Rosário dos Pretos, Boa Vista e São Bento, deveriam dirigir-se ao buraco localizado nas imediações da atual Ladeira Porto Geral esquina com a Rua 25 de Março, também nas margens do Tamanduateí; por outro lado, os moradores das ruas Direita, da Quitanda, dos Camargos, São Francisco e Nova de São José, deveriam fazer seus despejos defronte ao “**Curral do Conselho**”, este localizado nas margens do **Anhangabaú** e, finalmente, aqueles que residiam no bairro de São Gonçalo e ruas próximas, deveriam jogar o lixo no “**córrego que vae para Santo Amaro**”, ou seja, um dos afluentes do mesmo ribeirão Anhangabaú.<sup>133</sup>

Em 1859, época em que ocorreu uma grave epidemia de varíola, já havia uma deliberação proibindo terminantemente a utilização desses lugares para o descarte do lixo. Entretanto, esta ordem não foi seguida à risca pela população que, burlando uma fraca fiscalização, continuava a proceder como sempre o fizera. Decerto que para esta atitude, estava a colaborar antigas práticas e costumes, mas, também, a compreensão que se tinha a respeito dos males que afetavam o corpo. Apesar da difusão das teorias que colocavam os miasmas como causas de enfermidades, ao que parece o povo ainda não estava totalmente convencido, pois do contrário poderíamos aqui acompanhar uma certa modificação nos seus hábitos. Nesse caso, talvez a relação entre o lixo e a doença não estivesse ainda totalmente esclarecida para o povo comum que, ao contrário, ainda relacionava as enfermidades como um castigo do céu ou decorrentes de outras forças.<sup>134</sup>

Nessas circunstâncias, e principalmente pela epidemia que grassava na cidade, o então Chefe de Polícia cobrou uma atitude mais firme por parte dos vereadores e lembrava “... a conveniência de mandar-se postar alguns Guardas Urbanos para vigiar durante as primeiras horas da noite, **para que não se façam despejos em lugares proibidos, como sejam a rua Municipal, ladeira do Carmo, Porto Geral, e a Ponte do Acu** ...”. Em resposta, o Presidente da Câmara “... comunicou haver já providenciado, ordenando aos Fiscais para mandar postar os ditos Guardas das Ave Maria até as 10 horas da noite nos pontos indicados,

---

Estadual de Estatística, 1940.

133 - Edital da Câmara Municipal de São Paulo publicado em 1790. In: **Ribeiro**, José Jacintho, “Cronologia Paulista”, Vol. I, p. 125, S.P., Governo do Estado, Gráfica do Diário Oficial, s/ data.

134 - Outras concepções sobre a varíola serão tratadas no Capítulo 1 da Parte II, “Entre epidemias, febres e bexigas”

e bem assim na ponte de Lorena”<sup>135</sup> (meu destaque)

Determinados os locais proibidos - e nesse caso em especial a “Ponte do Acú” que transpunha o Anhangabaú - os moradores se viam obrigados a procurar outros pontos de despejo. De fato, esta era uma necessidade, frente à maneira “defeituosa”, como se dizia na época, pela qual a municipalidade cuidava do recolhimento do lixo domiciliar. Para cada local interditado, um outro era rapidamente encontrado para substituí-lo. Se proibido estava lançar os detritos domésticos da ponte, bastava descer um pouco mais pela Ladeira do Acú (primeiro trecho da atual Av. São João), dobrar à esquerda na Rua de São José (hoje Líbero Badaró), e entrar sorrateiramente no *Beco do Cisqueiro*, também conhecido como *beco da rua de São José*. Poucos passos adiante, o lixo poderia ser atirado no ribeirão Anhangabaú logo em frente. Corria-se, é claro, um certo risco, seja pela denúncia de algum vizinho, seja pela infelicidade de se encontrar um guarda urbano pela frente:

“Foi preso no dia 30 do mez próximo passado as 9 oras do dia, pelo Guarda Urbano José Sebastião Pereira o escravo do Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Manoel Dias de Toledo, de nome João, por ter sido apanhado em ocasião de faser despejo no beco da rua de São José: participei ao Sr. Dr. Delegado de Polícia.”<sup>136</sup> (meus destaques)

Para escapar dessa situação de perigo, alguns moradores abrigavam-se na escuridão da noite e, sorrateiramente, procuravam aquelas águas que limpariam, levando para bem longe os restos, sobras ou dejetos que eles mesmos produziam. Prática que hoje entendemos como corriqueira, o ato de colocar o lixo para fora, transformou-se num caso de polícia durante toda a segunda metade do século XIX. Entretanto, esta era uma necessidade, ou seja, a sujeira de uma casa necessitava ser “expulsa”. Diante da impossibilidade de se manter o lixo no interior das residências e tendo em vista as regras impostas pela vigilância, não restava outra alternativa senão um ato clandestino que, por isso mesmo, deveria em certos casos ser praticado na calada da noite:

“Por ter observado que na Ponte do Piques costumão fazer despejos, dei ordem a dous Guardas para rondarem aquelle logar das 6 as 8 oras da noite, e de prenderem aos que fizessem taes despejos. Em consequencia foi presa a 23 do corrente as 8 oras da noute pelos Guardas Urbanos Joaquim Gz. da Silveira e José Ramos da Cruz, a escrava do Ilmo. Sr. Tenente Coronel Antonio José Ozório da Fonseca, de nome Benedita.”<sup>137</sup> (meus destaques)

---

<sup>135</sup> - Atas da Câmara Municipal de São Paulo, sessão do dia 10/11/1859, p. 191. A rua Municipal, a Ladeira do Carmo (o “Buracão do Carmo”) e a Ladeira Porto Geral, desembocavam no Rio Tamandateí; já as pontes do Acú e a de Lorena, estavam colocadas por sobre o Anhangabaú, a primeira na atual Av. São João e a segunda na Praça da Bandeira.

<sup>136</sup> - Relatório do Fiscal Antonio Joaquim de Lima, apresentado aos vereadores no dia 04/02/1865, A.C., p. 51.

<sup>137</sup> - Relatório do Fiscal Antonio Joaquim de Lima, apresentado aos vereadores no dia 23/01/1865, A.C., p. 39. A “Ponte do Piques” localizava-se nas imediações da atual Praça da Bandeira



**Fig. 12**

A Ladeira e a “Ponte do Acú” em 1827. À esquerda e à direita, vemos a depressão do Vale do Anhangabaú. No canto superior, à esquerda, observamos o “Morro do Chá” e, à direita, o início do casario de Santa Ifigênia. No centro, e em continuação da ponte, está a atual Av. São João.<sup>138</sup>

Uma outra maneira de livrar-se dos dejetos era, pura e simplesmente, atirá-los nas ruas na esperança de que as carroças de limpeza à serviço da Câmara Municipal, por ali passassem e os recolhessem. Apesar de muito criticada pelos médicos, especialmente em períodos de epidemias, tal costume não causava maiores celeumas e, em certas épocas, chegou mesmo a ser regulamentado, tornando-se obrigatória a colocação do lixo na calçada para que a empresa de limpeza contratada pela municipalidade procedesse o recolhimento.

Com respeito a essa prática, cabe uma observação: tudo leva a crer que, ao proibir o descarte do lixo doméstico nos ribeirões e, ao mesmo tempo “liberá-lo” nas ruas, o poder local estava levando em consideração uma questão muito prática, ou seja, era mais fácil recolher o lixo na rua ou calçadas do que no leito de um rio. Seguindo essa premissa, e aprofundando um pouco mais a questão, levanto, inclusive, a hipótese de que ao atirar qualquer dejetos no Anhangabaú (ou em qualquer outro rio) o lixo estaria entregue às forças da natureza, saindo portanto do controle dos homens. Mais ainda, nessas águas já saturadas de detritos, qualquer lixo atirado passava a ser, imediatamente, anônimo. Nas ruas, ao contrário (lembrar que as ruas, seus leitos e calçadas já são construções do homem na tentativa de “domar” a natureza) esse poder poderia ser exercitado com grande facilidade. Em primeiro lugar, a administração pública poderia rapidamente recolher os detritos e deles

---

<sup>138</sup> - Nesta aquarela, Debret escreveu: “Ponte de Santa Ifigênia”. Tal referência levou a interpretações equivocadas sendo esta pintura, em muitos casos, referendada erroneamente como sendo o primitivo Viaduto de Santa Ifigênia.

dispor da maneira que bem entendesse; por outro lado, o lixo na calçada (defronte às residências) identificava rapidamente o seu proprietário, possibilitando a aplicação de sanções por qualquer problema que ocorresse.

A constituição de uma vida urbana na São Paulo de meados do século XIX, certamente levava em consideração esse controle, bem como muitos outros. Mas, para o já sofrido ribeirão Anhangabaú, o costume de deixar o lixo nas ruas também trazia sérias conseqüências. Sabemos que a limpeza dos diversos logradouros da cidade não ocorria com freqüência e, por isso mesmo, o lixo comumente ficava acumulado nas vias públicas. Em 1863, como denunciou um dos fiscais da cidade, a empresa contratada para a limpeza das ruas não realizara a tarefa a contento. Assim, disse ele “... o lixo se acha nas seguintes ruas - Becco da Lappa, Ladeira Dr. Falcão, Ladeira de São Francisco, Rua da Consolação desde a Ponte do Piques, Rua da Palha, Rua de São José.”<sup>139</sup>

Exceto a *Rua de São José*, que era paralela ao Vale do Anhangabaú, todas as demais possuíam comunicação direta com o ribeirão, algumas pela sua margem esquerda, outras pela direita. A acentuada declividade do terreno, por sua vez, já nos faz antever o problema: toda a sujeira das ruas encaminhava-se para o vale e, conseqüentemente, para o leito do rio. Bastava uma chuva para que as ruas fossem “lavadas” e todo o lixo conduzido para o já infecto Anhangabaú. Mas, como bem notou Ernani da Silva Bruno, este problema não ocorria apenas em São Paulo uma vez que “essa era na época uma situação comum a todas as cidades brasileiras, escrevendo o viajante inglês George Gardner que mesmo nas capitais de província era a chuva o único varredor que conservava as ruas sofrivelmente limpas, quando construídas em declive.”<sup>140</sup>

Entretanto, a chuva que limpava também poderia causar catástrofes e trazer muitas doenças, e isso caso ela viesse em grande quantidade, provocando enchentes. Não obstante os danos materiais que dela poderiam resultar, o problema maior que identificamos seria os de saúde diante da invasão das moradias ribeirinhas por águas tão infectadas. Nessas ocasiões, elas eram sempre lembradas como causadoras de um sem número de febres.<sup>141</sup>

---

Debret assim a chamou pelo simples fato dela ligar o centro da cidade com a então *Freguesia de Santa Ifigênia*.

**139** - A.C. Sessão do dia 29/07/1863, p. 160 a 162 - Relatório do Fiscal “Rufino” apontando várias ruas onde o lixo estava acumulado. Aqui, porém, citamos apenas as ruas que possuíam comunicação direta com o Anhangabaú.

**140** - Bruno, Ernani da Silva - “História e Tradições da idade de São Paulo”, Vol. II (1828-1872), S.P., Hucitec, Prefeitura do Município de São Paulo, 1984, p. 506.

**141** - Uma das piores enchentes no Anhangabaú ocorreu na noite do dia 1º de janeiro de 1850. Naquela ocasião as águas ocuparam todo o vale e, como conseqüência, a ponte do Acú foi completamente destruída. Algumas casas vieram abaixo e outras tiveram suas estruturas seriamente comprometidas. Em todas as demais, localizadas nas proximidades, famílias perderam quase tudo que possuíam, de móveis a utensílios e outras miudezas. A primeira vítima do desastre foi Maria Januária, “*tintureira e senhora já avançada em idade*”, que residia no Largo do Riachuelo; em seguida, as águas do Anhangabaú atingiram a Ponte do Lorena e a casa do sapateiro José Manoel, “*homem*”

Não por outro motivo, um fiscal alertava em fevereiro de 1873 “*Que os esgotos do largo da Memória e canto da rua Formosa que recebem as agoas da Consolação e rua da Palha se achão completamente arruinados ... Que a rua Formosa de uma á outra extremidade se acha em estado de abandono pelo grande depósito que ali fazem, os moradores vizinhos, de lixo e imundicies, necessitando por isso de ser providenciado.*”<sup>142</sup> Estava ele preocupado não apenas com o lixo acumulado nas ruas mas, também, com os esgotos, ou canais de águas pluviais, completamente arruinados. E tudo isso num período muito crítico como eram os meses de janeiro e fevereiro, épocas do ano em que mais chovia (e ainda chove) na cidade de São Paulo. Ao emitir este alerta, o fiscal bem sabia das conseqüências caso o problema não fosse solucionado, pois um temporal mais forte, seria suficiente para alagar o Vale do Anhangabaú e espalhar todo o tipo de sujeira numa vasta área, atingindo quintais e residências, o que poderia resultar em doenças.<sup>143</sup>

Além de receber diretamente o lixo atirado pelos moradores, bem como aquele depositado nas ruas, o Anhangabaú tornava-se cada vez mais infecto por conta do esgoto doméstico (ou *águas servidas*, como então se dizia), que para ele era encaminhado. Na primeira metade do século XIX, costumava-se fazer o despejo desse material através de barris de madeira - conhecidos como *tigres* - que, após serem transportados pelas ruas da cidade, eram esvaziados nas margens do ribeirão.<sup>144</sup> Mas, logo em seguida, uma nova técnica se impôs, principalmente entre as camadas mais abastadas da cidade, e que consistia na condução do esgoto através de encanamentos subterrâneos: “*As casas esgotavam-se para a rua e*

---

*velho e de pouca fortuna*” e, adiante, D. Anna Theresa, “*senhora já quebrada pelos anos, que perdeu de todo a casa que tinha a beira do Anhangabaú*”. No rastro da destruição, outra vítima seria Manoela do Nascimento, “*mulher idosa, pouco sadia, e mãe de numerosa família que tudo perdeu com a inundação, que arrebatou-lhe os móveis, fez-lhe perecer a escrava, e abateu-lhe a casa, que está reconstruindo com dinheiro emprestado.*” Porém, a área mais atingida foi a região do “Beco do Sapo”, nas proximidades da Av. São João, onde a enchente destruiu a casa de D. Reginalda Maria do Nascimento, a da viúva Francisca de Paula, a do “*pobre alfaiate*” Benedito Alves dos Reis e a de D. Joaquina Maria Mendes, uma “*senhora há muito infortunosa e desvalida*” que ficou em estado de indigente. Não obstante serem estes os casos mais graves, é certo que dezenas de outras residências também foram invadidas pelas sujas e “assombradas” águas do Anhangabaú, o que nos leva a crer que muitas doenças vieram em seu rastro, dias ou semanas depois do ocorrido. Veja “Relatório do Fiscal”, A. C., 02/01/1850, p. 08 e Arquivo Histórico Municipal, Fundo CMSP, Grupo “Conselho de Vereadores”, série “Comissões”, 1831-1907, parecer de 29/05/1850.

**142** - Relatório do “Fiscal do Norte” da cidade, apresentado aos vereadores no dia 13/02/1873, A.C., pg. 57. A Rua Formosa, hoje praticamente desaparecida devido às reformas levadas a efeito no Vale do Anhangabaú, foi aberta em paralelo à sua margem esquerda.

**143** - Outras duas grandes enchentes ocorridas no Anhangabaú no século XIX: dia 19/02/1874, ocasião em que a inundação carregou consigo todo o tipo de sujeira, inclusive “*troncos de madeira e árvores que pararam embaixo da nova ponte do beco do Sapo, onde ficaram enroscados no cano de gás.*” (A. C., 20/02/1874, p. 35 e 36); dia 10/02/1890, quando as águas causaram grandes estragos por toda a cidade, chegando mesmo a levar consigo o “*paredão da ponte do Acú*”. (Ofício do Fiscal “Olegário”, apresentado aos vereadores na sessão do dia 12/02/1890, A.C. p. 43).

**144** - Trataremos com mais vagar sobre este tipo de despejo no capítulo 4 “O pútrido nas ruas”, item 4.1 “Os tigres do quartel e da cadeia”, analisando a sua relação com as doenças que atingiam a população.

*pelos fundos dos quintais, segundo o pendor do terreno. Alguns conventos e casas ricas tinham, porém, sua canalização particular, de que ainda hoje se encontram vestígios numa e noutra encosta da colina.*"<sup>145</sup>

Mas, ao nos aproximarmos das residências mais pobres, contíguas umas às outras e com quintais separados apenas por sulcos na terra (as *valas*) ou por frágeis cercas, a questão do esgoto nos revela outros conflitos vividos no cotidiano. Na impossibilidade de dar saída às águas servidas de suas casas através dos caros e difíceis encanamentos, esses moradores ou despejavam o esgoto diretamente na rua, fazendo-o escorrer ladeira abaixo, ou simplesmente atiravam toda a sujeira em seus quintais. Esses detritos não incomodavam os seus produtores ou, por certo, eram tolerados. Entretanto, quando a sujeira ultrapassava os limites de cada quintal (fato corriqueiro naquela época) o fato gerava repulsa e reclamações. O lixo "do outro" era insuportável e, constantemente, redundava em desentendimentos entre vizinhos. Algumas dessas brigas entre moradores chegaram, inclusive, a motivar representações encaminhadas aos poderes municipais. Em um desses casos, por exemplo, a Sra. Maria Benedita da Silva Prado, de tradicional família paulistana, queixou-se "*dos inquilinos das casas nº 3 e 5 da rua do Ouvidor, pelos despejos de águas servidas e imundas no esgoto que dá sobre o terreiro da casa em que habita a mesma suplicante.*"<sup>146</sup> Imediatamente, os vereadores solicitaram ao "*fiscal Vergílio*" para que verificasse o fato. Claro, aqui a intolerância era maior e o incômodo afluía, pois era insuportável o fato do lixo produzido por um pobre invadir a propriedade de um abastado.

Com a expansão da cidade a partir da segunda metade do século XIX, as construções de encanamentos particulares não mais foram autorizadas pela municipalidade. Por essa época, já estava instalada na cidade a Cia. Cantareira de Águas e Esgotos que, entre as décadas de 1870 e 1880, construiria a rede de distribuição de água, bem como a de coleta de esgotos. Certamente por isso, e também para tentar controlar os despejos no Anhangabaú, vários pedidos individuais com esta intenção foram negados. Dentre esses casos, encontramos o do rico empresário Frederico Gleite que, ao lado de Victor Nothman, foi um dos responsáveis pela abertura dos bairros Campos Elíseos e Higienópolis. Em 1878 ele estava cuidando da implantação do *Grande Hotel*, o mais elegante de sua época, localizado na esquina das ruas São Bento e Dr. Miguel Couto<sup>147</sup>. E foi nessa condição que ele solicitou a "*permissão para fazer um esgoto subterrâneo para escoamento das águas pluviais a encontrar com o esgoto geral na rua de São José em frente a Loja Piratininga*". Ao analisarem este pedido, os

---

**145 - Sampaio**, Teodoro – *op. cit.*, p. 74

**146 -** A.C. Sessão do dia 13/05/1875, p. 53.

**147 -** Tendo em vista a importância desse estabelecimento para a cidade, a rua que hoje se chama "Dr. Miguel Couto" era conhecida, naquela época, como "**Travessa do Grande Hotel**".

vereadores, sem qualquer explicação, simplesmente o despacharam como “*Indeferido*”<sup>148</sup>. Claro, Frederico Glete estava se utilizando de uma artimanha para aprovar não apenas o encanamento das águas pluviais mas, também, do esgoto das “*águas servidas*” de seu hotel. Tanto isso é verdade que, meses depois, chegava uma outra solicitação que melhor esclarecia a questão:

“De Frederico Glette por seu procurador Victor Nothman pedindo licença para poder fazer a condução das agoas servidas do Grande Hotel por canos que atravessando a rua de Sam Jose vão a outro lado em terreno de sua propriedade nos consumidores, evitando que desamboquem no rio - Indeferido”<sup>149</sup> (meus destaques)

Apesar de apresentar uma solução para esse esgoto - os *consumidores* ou fossas, que armazenariam os detritos - novamente o pedido foi negado. Certamente, os vereadores ou desconfiavam das reais intenções do empresário, ou então não estavam certos de que os consumidores resolveriam o problema de um estabelecimento que produziria grande quantidade de *águas servidas*.

O argumento utilizado para vetar tais solicitações era que, se aprovados, os despejos só fariam piorar o estado do ribeirão. Em 1874, por exemplo, essa explicação aparece no despacho dado ao requerimento do Senador Francisco Antonio de Souza Queirós e do empresário João Adolfo Schritzmeyer que, em conjunto, pediram uma autorização “*para construírem um encanamento que dê esgoto as águas pluviais e servidas de suas casas da rua do Ouvidor a sair no córrego Anhangabaú logo acima da ponte do Piques*”<sup>150</sup>. Para este caso, os vereadores solicitaram a opinião de uma comissão formada por três médicos. A resposta, assinada pelos doutores Reichert, Luis Lopes Baptista dos Anjos e Francisco Honorato de Moura, opinava “que não devia ser dado o consentimento para a canalização das águas pluviais e servidas das casas da rua do Ouvidor para o córrego Anhangabaú pela razão de tornar aquele riacho mais imundo e infecto e conseqüentemente mais prejudicial do que ora é a saúde pública da cidade, maxime aos ribeirinhos d’esse riacho que consigo já acarretam dissolvidos ou em suspensão os detritos do matadouro”<sup>151</sup> (meus destaques)

Esta situação no Anhangabaú, identificada pelos médicos como altamente prejudicial à saúde pública, num outro viés já havia sido percebida pelos paulistanos desde há muitos anos antes, sendo que um dos maiores exemplos do medo que sentiam pelas

---

148 - A.C. Sessão do dia 11/04/1878, p. 141

149 - A.C. Sessão do dia 14/12/1878, p. 50.

150 - A. C. Sessão do dia 26/-3/1874, p. 50

151 - Relatório lido na Sessão da Câmara do dia 23/04/1874, A.C., p. 53. A respeito da participação dos médicos na administração da cidade no século XIX, suas ações e, posteriormente, a sua inserção no aparelho de governo, ver Camargo, Luís Soares de, “Sepultamentos em São Paulo: 1800-1858”, Dissertação de Mestrado apresentada na

suas águas era justamente o significado de sua denominação indígena: águas assombradas ou do diabo. Mais ainda, este ribeirão, na altura da *ponte do Acú*, recebia as águas de um córrego denominado *Yacuba* que, na língua Tupi, significa “água envenenada”. A conjugação de tão mal fadadas águas estimulava a imaginação popular que, unindo o perigo existente mais a fragilidade da ponte do Acú, concretizou-se numa modinha muito em voga nos meados do século XIX:

“Eu fui passear na ponte  
e a ponte estremeceu  
Água tem veneno, morena ...  
quem bebeu, morreu!”<sup>152</sup>

Diante de tamanho risco de doenças e de morte que rondavam o local, a população, por intermédio da forte presença do catolicismo, também houve por encontrar uma solução. Claro, se aquelas águas estavam cada vez mais ameaçadoras e *endiabradas*, nada melhor do que recorrer a São João Batista, considerado como o protetor das águas na tradição religiosa. Por isso, as festivas procissões em homenagem a São João tinham como roteiro certo uma passagem pela Ladeira do Acú e, certamente, ali faziam uma parada estratégica como que a pedir uma proteção do santo. Tomando vulto, esse costume interferiu na história local e aquela que era conhecida como *Ladeira do Acú*, passou a ser identificada pelo povo como *Ladeira de São João Batista*. No dia 28 de novembro de 1865, o então vereador Malaquias Rogério de Salles Guerra (dele falaremos mais adiante) sugeriu que a tal “ladeira da ponte do acú” fosse chamada oficialmente de *Ladeira de São João*. Mais tarde ela seria transformada em Rua e, posteriormente, em Avenida São João.

Poderíamos parar por aqui, e isso se estivéssemos satisfeitos com esta parte da história do Anhangabaú, do *Yacuba*, do *Acú* e de *São João Batista* nomeando uma das mais tradicionais avenidas de São Paulo. Porém, vou arriscar uma outra interpretação que, antes de invalidar a primeira, soma-se à ela ao introduzir na análise uma questão até certo ponto conhecida, mas sempre negligenciada. A primeira pista nos foi dada por João José Reis que, ao estudar a denominação do tradicional bairro do **Acupe** em Salvador, explica a sua origem como uma derivação de *Acú*, nomenclatura esta presente também em São Paulo e da qual já demos a explicação corrente em nossa história. Entretanto, Reis analisa que este nome “pode estar

---

PUC-SP, 1995, Parte II, Capítulo 01, “Civilização X Barbárie”.

152 - Marques, Gabriel; “Ruas e Tradições de São Paulo”, S.P., Conselho Estadual de Cultura, 1966. A denominação “Yacuba” foi, posteriormente, reduzida para “Acú”.

relacionado com *Ikú*, morte em ioruba.<sup>153</sup> Eis aqui o elemento que nos faltava e, por sinal, muito bem lembrado pelo Prof. Dr. Jaime Rodrigues quando da leitura deste trabalho. Em outras palavras, Anhangabaú, Yacuba, Acú e agora Ikú, termos das línguas indígenas brasileiras e africanas, estavam a representar uma região inóspita, cheia de perigos que, inclusive, poderiam trazer a morte; *Acú* e *Ikú*, portanto, e para além da similaridade fonética que salta aos olhos (e ouvidos), lembravam igualmente algo de muito ruim que, por certo, confundiam-se: veneno e morte.

Desde Santa Ifigênia<sup>154</sup>, passando pelo Vale do Anhangabaú e até o Saracura, Bexiga e as barrancas da Liberdade com sua *Bica do Gaio*<sup>155</sup>, esta era uma região que abrigava uma grande população constituída por escravos e libertos. Aliás, nas projeções efetuadas com base no censo, calculamos para 1872 a seguinte população negra nessa região: para a Sé cerca de 3.760 pessoas (ou 40,72% da população total que somava 9.233 habitantes); em Santa Ifigênia residiam 1.537 negros (ou 34,46% na proporção para 4.459 habitantes) e na Consolação 1.248 (ou 37,57% para o total de 3.321 habitantes).<sup>156</sup> Média de 37,58% do total da população que, apesar de não se comparar com outras grandes cidades brasileiras daquele período, pode sim ser considerada como bastante representativa.

E a concentração dessa população na região poderia ainda ser medida seja pela existência das igrejas e irmandades citadas, seja pela principal delas, a do Rosário dos Homens Pretos, localizada justamente no antigo Largo do Rosário, início da *Ladeira do Acú*. Mais ainda, eram pelos lados da *Bica do Gaio*, do Bexiga e principalmente do Anhangabaú que se “*escondiam escravos fugidos*” e onde se davam concorridos “*jogos e capoeiras entre negros*” sempre reprimidos pelas autoridades – e isso desde pelo menos finais do século XVIII e até início do XIX.<sup>157</sup>

---

153 - Reis, João José; *A morte é uma festa*, 1991, p. 159

154 - Santa Ifigênia e Santo Elesbão, os dois protetores desta igreja e do bairro, são santos tradicionalmente cultuados pelos negros brasileiros. A Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, por exemplo, responsável pela construção da primeira capela naquele local em 1795, nasceu na igreja do Rosário dos Homens Pretos, onde foi provisionada no ano de 1758. A esse respeito veja: **Arroyo**, Leonardo; *Igrejas de São Paulo*, 1954, p. 189 e seguintes. Sobre os santos de devoção dos negros veja: **Scarano**, Julita; *Devoção e escravidão: a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantina no século XVIII*, 1975, especialmente o capítulo “Nossa Senhora do Rosário, protetora dos homens de cor”, p. 38 e seguintes.

155 - Sobre a “*Bica do Gaio*” já nos referimos, mas é preciso lembrar que, naquelas proximidades, estavam também erigidas duas igrejas que abrigavam irmandades de negros: a Irmandade de São Gonçalo dos Pardos, na igreja de São Gonçalo, cujo edifício ainda existe; e a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, na igreja dos Remédios já demolida, todas elas nas imediações da atual Praça Dr. João Mendes. A Irmandade dos Remédios, por sinal, desempenhou um papel fundamental na luta pela abolição, já que nela abrigava-se Antonio Bento e muitos de seus caifazes. A esse respeito veja: **Andrews**, George Reid; *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*; 1998, p. 210. Sobre “*São Gonçalo dos Pardos*” veja: **Abreu**, Manuel Cardoso de; *Divertimento admirável*; In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. VI, p. 253.

156 - Cálculos efetuados com base no Censo de 1872, Arquivo do Estado de São Paulo, e aqui considerando-se escravos e libertos.

157 - A. C., sessões dos dias 09/05 e 18/05/1831, p. 62 e 83; Registro Geral da Câmara, Vols. V, p. 427, e XXI, p. 138 e 139. Ainda em 1870, conforme reclamou o vereador Pacheco de Toledo, continuava o Anhangabaú como um

Nesse sentido, e no caso do *Acú* ou do Anhangabaú e da proteção de São João Batista, mesclaram-se tradições indígenas, católicas e africanas, até porque – vale ainda lembrar – que na religião afro-brasileira a divindade representada pelo Orixá Xangô foi associada a São João, seja pela relação daquele com a água, seja com o fogo: Xangô é a divindade que rege o fogo (que purifica), os raios e trovões; por outro lado, o fogo e as fogueiras estão sempre presentes nas festas em homenagem a São João. A esse respeito, é irresistível falar de uma delas, muito tradicional na São Paulo dos oitocentos, que ocorria pelos lados da Liberdade, nas imediações do conhecido reduto negro da *Bica do Gaió*. Organizada por João Manoel Floriano – chamado sugestivamente pelo apelido de “*João nhá mãe*”, e isso “pelas suas qualidades femininas no arranjo doméstico, notadamente de sacristias”<sup>158</sup> – a festa consistia em bailes, rezas e procissão iniciada em sua casa antes da meia-noite e seguia, em direção ao Anhangabaú e Bexiga, por um caminho estreito, com mato de lado a lado. No tanque do matadouro (falaremos dele a seguir) nas proximidades da Rua Humaitá, ocorria então o banho da imagem de São João. No acompanhamento dessa procissão, explica Antonio Egídio Martins, presentes estavam muitos rapazes que ganhavam, cada um deles, um rolinho de cera e breu que eram acesos. O festeiro, sabendo das brincadeiras que ocorriam, pedia o maior respeito. Porém, os mais galhofeiros não perdiam a oportunidade e, vez por outra, levantavam vivas a São João e ao organizador, chamando-o pelo apelido. Nada muito grave, não obstante a descompostura que o festeiro fazia questão de passar aos mais afoitos. O cortejo fazia o caminho de volta e terminava na Liberdade, com festas, fogueira e bailes, estes geralmente animados pelo músico *Chico Metralha*.<sup>159</sup> Apesar dos cronistas não especificarem, o caso é que, seja pela tradição, seja pelos locais onde ocorria o cortejo, certamente a concorrência dos negros era intensa nesses festejos a São João Batista.

Voltemos ao relatório preparado pelos médicos e que nos falava dos problemas existentes no Anhangabaú. De fato, ele nos mostra uma terceira causa de infecção das águas do Anhangabaú, ou seja, o despejo dos detritos produzidos no matadouro municipal. Este começou a ser construído em 1853 nas encostas do bairro da Bela Vista (também chamado de *Bexiga*), imediações da atual rua Humaitá. Nessa condição, o matadouro utilizava um dos afluentes do Anhangabaú (o córrego do Bexiga) para o descarte de toda a sorte de resíduos provenientes do abate de animais. Os detritos, por seu turno, seguiam pelo dito córrego,

---

conhecido local onde se escondiam escravos fugidos e aqui, especificou o edil, o caso se dava no famoso “Campo do Chá”, nas barrancas do Anhangabaú, local onde depois seria construído o Teatro Municipal. Disse o vereador: “Proponho que esta Câmara mande roçar as matas virgens existentes quase no centro da Freguesia de Santa Ifigênia, no Campo do Chá, por constar que ali se acoutam escravos fugidos; (...)” A. C., 21/04/1879, p. 73.

<sup>158</sup> - **Moura**, Paulo Cursino de, *São Paulo de outrora*; 1943, p. 68.

<sup>159</sup> - **Martins**, Antonio Egídio; *São Paulo antigo*; p. 109 e 110.

chegavam ao Anhangabaú e, atravessando o vale de lado a lado, desembocava mais adiante no rio Tamanduateí.

Não obstante os problemas que se fizeram sentir, a escolha daquela região para a edificação do novo matadouro fora muito bem planejada anos antes. O matadouro anterior – também conhecido como “curral do conselho” – localizava-se nos limites do bairro da Liberdade mas, desde 1830, o mesmo passou a ser motivo de reclamações que diziam respeito especialmente ao mau cheiro que o material em decomposição produzia. Invadindo a área central da cidade, esses “miasmas pútridos” foram condenados pelos higienistas, que entendiam ser este um fator que contribuía sobremaneira para com a insalubridade reinante. Num processo que teve como intenção principal o saneamento da área urbana para livrá-la dos miasmas, a transferência do matadouro foi defendida principalmente pelos médicos que, inclusive, participaram da escolha do novo local. A solução encontrada para este problema deve ser entendida a partir desse contexto: o matadouro não poderia mais continuar tão próximo da cidade; esta, por sua vez, circunscrevia-se à colina delimitada pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí; quando de sua transferência, em 1856, o Bexiga era ainda pouco habitado e “fora das pontes”, ou seja, além Anhangabaú; e, ponto fundamental, era necessário a presença de um curso d’água para o descarte de toda a sujeira<sup>160</sup>. Nesse sentido, e para aquela época, o matadouro na rua Humaitá fora muito bem planejado e serviu aos seus propósitos. Claro que, durante a sua construção, algumas pessoas já anteviam os problemas que surgiriam com mais força a partir da década de 70 do século XIX:

Os abaixo assinados moradores nas margens do Ribeirão Anhangabau, vem perante esta Ilustre Camara representar contra a pessima localidade escolhida para a construção do novo matadouro. A remoçam do antigo matadouro, era huma necessidade indclinavel e tam urgente que a Assembleia Legislativa Provincial não duvidou votar fundos para que ella se realizassem logo, ainda que provisoriamente: neste proposito, tratou-se de escolher hua localidade para os habitantes desta cidade, foi escolhido o valle em que se acha situada a chacara de João Sertorio; contra cuja conveniencia altamente protesta o simples bom senso: além de ser hum lugar baixo, humido, e cercado de montanhas, esta colocado na parte superior da cidade, de sorte, que o ar mephitico que se procurava desviar do povoado, muito facilmente será conduzido para elle, ou mesmo para todos os moradores da margem do dito Ribeiram incanado por toda a extençam do valle cercado de montanhas, até o lugar em que o mesmo desagua no Tamanduatehy: a esta inconveniencia acrece muito que este Ribeiram que poderia ser tam util se se removemem as causas que o tornam immundo e nocivo, he enriquecido de novos elementos de insalubridade, a realizar-se a funesta ideia de construir-se o novo matadouro no lugar indicado. Os abaixo assignados confiam de sobejo na Ilustraçam e interesse que tomam pelo bem do Municipio os Membros da Camara,

---

160 - A transferência do matadouro do centro para os “arrabaldes” do Bexiga, pode ser acompanhada em Camargo, op. cit.

e certos disso pedem a V.V. se dignem providenciar para que tam grande calamidade não se realize. S. Paulo 30 de Setembro de 1851 - Jacob Micheb, Domingos Sertorio, Malachias Rogerio de Salles Guerra”<sup>161</sup> (meus destaques)

Dentre os signatários deste documento, encontramos o Sr. Domingos Sertório e Malaquias Rogério de Salles Guerra. O primeiro deles era, certamente, parente de João Sertório, cuja propriedade localizava-se ao lado do local escolhido para o matadouro. Aliás, esta mesma Chácara do Sertório (como era conhecida) começava nas proximidades da Praça da Bandeira e, seguindo pelo Vale da atual Av. 23 de Maio, chegava até os altos do conhecido “Morro do Caaguaçú”. Posteriormente, essas terras foram loteadas e deram origem ao Bairro do Paraíso.

Voltando ao Major Domingos Sertorio, sabemos que ele foi Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo em 1887, diretor da Cia. Economizadora de Gás em 1890 e diretor do Banco da Lavoura em 1893.<sup>162</sup> O segundo, Malaquias Rogério de Salles Guerra, era outro grande proprietário na região. Com comércio estabelecido no “Largo do Bexiga” nº 2, seu estabelecimento era um dos maiores e mais movimentados. Bastante influente, ele foi um dos fundadores do Partido Republicano Paulista (P.R.P.) em 1873, na famosa Convenção de Itú. Vereador e Presidente da Câmara na década de 1860, participou de diversas discussões, sendo dele, por exemplo, a proposta que modificou o nome do Largo do Bexiga para Largo do Riachuelo em 1865. Atualmente, este antigo largo é a conhecida Praça da Bandeira.<sup>163</sup>

Tamanho era o prestígio e influência de Malaquias naquela região da cidade que, com o tempo, a sua propriedade transformou-se num marco, sendo sempre citada nos discursos e projetos que visavam o saneamento do local. Assim ocorreu em 1865, quando o também vereador (e por certo amigo de Malaquias) José Maria de Andrade, propôs a canalização do ribeirão Anhangabaú através da construção de *“hum arco de tijollos”* desde a casa do Vereador Malaquias até a ponte do piques. Para que não se tomasse esta proposta como um benefício particular, alegou o mesmo vereador que a canalização do córrego traria um *“espaçamento do largo, actualmente o mercado de madeiras, e o logar em que ha talves mais affluencia de tropas, facilita o transito, aformozea hum local importante, e deminue esse foco de miasmas quazi no centro da*

---

161 - Coleção “Papéis Avulsos”, Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Vol. 157, 1851, documento nº 103.

162 - “**História dos Bairros de São Paulo**”, acervo do Arquivo Histórico Municipal e Camargo, Luís Soares de, “História das Ruas de São Paulo” In: [www.dicionarioderuas.com.br](http://www.dicionarioderuas.com.br). Domingos Sertório faleceu em 1910, aos 86 anos de idade.

163 - Em 1859, o estabelecimento de Malaquias era fornecedor da Câmara Municipal que, em uma das compras, adquiriu “hum cargueiro de azeite para a iluminação da cadeia” ao custo de 52\$000 Rs. No recibo impresso, podemos ler: **MALACHIAS ROGERIO DE SALLES GUERRA - Largo do Bexiga N. 2**. Em sua propaganda constava: **“RECEBE A COMISSÃO TODOS OS GENEROS DE PRODUCCÃO DO PAIZ”** e **“COMPRA E VENDE SOMENTE GENEROS DE PRODUCCÃO NACIONAL”** - Papéis Avulsos, Vol. 187, doc. 193.

Cidade."<sup>164</sup> (meu destaque) No ano seguinte (1866), foi a vez de Vicente Mamede propor que se "mandasse proceder a limpeza do Anhangabaú, da casa de residência do cidadão Malachias Rogério até a ponte da Constituição". E isso era necessário, alegou o vereador, porque era preciso "facilitar o curso do ribeiro, evitando que fiquem estagnadas tão feias e nocivas águas." <sup>165</sup> (meu destaque)

Quanto ao requerimento de Malaquias e outros contra a instalação do matadouro nas imediações de suas propriedade, identificamos os seus autores como personagens influentes da época e, por isso, os mesmos conheciam os meios de se fazerem ouvir junto ao governo. Daí, talvez, muito mais do que o interesse público alegado, foram razões particulares as que mais pesaram na reclamação contra a construção do matadouro dirigida à municipalidade. E motivos para isso não faltavam, uma vez que a presença de tal estabelecimento nas vizinhanças certamente depreciaria as propriedades. Acredito ser pertinente esta observação, pois muitas vezes, somos tentados a generalizar e tomar como de interesse geral os abaixo-assinados ou reclamações dirigidas ao poder público e, também, à imprensa. Como demonstrado, as pessoas que assinaram o documento eram grandes proprietários e, nesse sentido, o mesmo não pode ser classificado como uma representação de "todos os residentes nas margens do Ribeirão Anhangabaú". Mas, de qualquer forma os peticionários não estavam enganados, já que o matadouro seria realmente um "foco de miasmas" e produziria muitos detritos que acabariam "infectando" a região, seus córregos e, principalmente, o ribeirão.

Seja em consideração à proeminência dos personagens que redigiram o abaixo-assinado ou talvez em razão dos fundamentos que embasaram a reclamação, o fato é que os vereadores resolveram estudar o caso. Ouvindo a opinião de alguns médicos, pouco tempo depois chegava a resposta sob a forma de um extenso relatório onde, se por um lado, reconheciam o problema, por outro tentavam minimizá-lo ao dizer que o matadouro não seria a única fonte de "infecção" no Anhangabaú:

(quanto) "a infecção da água do arroio Anhangabaú, pelo sangue das rezes mortas (...) observa a Comissão que a mistura do sangue d'algumas rezes nas águas do mencionado arroio, não as tornariam peiores do que são, por quanto a Câmara e todo publico sabem que tais águas apenas poderão servir para regas; visto q. são diariamente infeccionadas pelos despejos não só da cadêa, como pelos de todos numerosos moradores de suas margens, e recentemente pelo estabelecimento d'uma fabrica de chapéos q. della se serve pa. lavagem de tintas em grande quantidade." (meu destaque)

Ainda neste relatório, a comissão tratou também das possíveis "emanações pútridas"

---

<sup>164</sup> - A.C. Sessão do dia 13/06/1865, ps. 165 e 166.

<sup>165</sup> - A.C. Sessão do dia 13/11/1866.

originadas no matadouro dizendo que quanto a “*possibilidade de infecção atmosférica pelas emanações do sangue, e matérias fecais das rezes mortas (...) observa a comissão que no sistema em que será feito o matadouro, uma vez que se observe a policia e limpeza que tal sistema exige, as emanações não podem ser tais que inspirem receio de infecção danosa. Os matadouros do Rio de Janeiro e das principais cidades da Europa, feitos seguindo esse sistema, não estão mais distantes do que este; e alguns acham-se situados em pontos bem centrais da povoação.*” E, completando, lançaram o seguinte argumento:

“A Câmara não deve descuidar-se de prevenir este mal, porem isso só se conseguirá com mais demora e muita dificuldade pr. q. muito difficil será obrigar aos moradores visinhos a não sujarem essas águas.”<sup>166</sup> (meu destaque)

O último trecho deste documento nos apresenta um dado fundamental para o entendimento de todo o problema que já se apresentava de forma aguda desde meados do século XIX: reconhecia-se o perigo, mas era preciso se conformar com a situação. A solução, diziam eles, estava muito além da capacidade financeira do município. Entretanto, e mais importante, o discurso revela também um certo desconhecimento de como fazê-lo ou, em outras palavras, eles se debatiam com o seguinte dilema: sim, as águas do ribeirão estavam sujas e imprestáveis, transformando-se mesmo num perigoso foco de doenças; os culpados pelos despejos poderiam ser identificados e eram todos eles moradores ou proprietários estabelecidos nas imediações do Anhangabaú. Posto dessa maneira, pensaram, a única maneira de coibir tal “abuso” seria a de convencer a todos (moradores, comerciantes, industriais) para que não realizassem seus despejos no local. Claro que isto seria impossível naquele momento e, dessa maneira os vereadores - numa manobra muito inteligente - transformavam as supostas vítimas (os signatários do abaixo-assinado) em algozes. Ora, eles não residiam nas proximidades do rio? Pois era certo que eles também faziam seus despejos no local e ajudavam a poluir as *águas assombradas* do ribeirão Anhangabaú. Quanto ao matadouro, tentavam argumentar os vereadores, estava ele sendo construído de tal maneira que não ofereceria perigo algum. Claro que a previsão otimista não se confirmaria após a inauguração do estabelecimento, mas as razões apresentadas (sem muita consistência, hoje podemos dizer) foram fortes o suficiente para convencer os petionários naquele momento.

Além das observações e análises feitas ao documento, um personagem ali citado chama a nossa atenção. Trata-se de João Adolfo Schritzmeyer, que apareceu explicitamente em 1874 quando, ao lado do Senador Francisco Antonio de Souza Queirós, solicitou

autorização para construir um encanamento de esgoto e neste, referendado como proprietário de uma fábrica de chapéus que “diariamente infeccionava” as águas do Anhangabaú por conta da “lavagem de tintas em grande quantidade”.<sup>167</sup>

Eis aqui um outro dado muito importante sobre os problemas existentes no Anhangabaú durante todo o século XIX: além do despejo de material orgânico, como as águas servidas, esgotos, lixo doméstico e dejetos do matadouro, o seu leito servia também como receptáculo para os resíduos industriais das fábricas e oficinas instaladas na região. E estas, por sua vez, não eram em pequeno número como poderíamos supor. O matadouro, por si só, atraía para as suas proximidades não apenas aqueles que sobreviviam de seus restos mas, também, estabelecimentos que se utilizavam dos sub-produtos, como os curtumes e as fábricas de velas que empregavam o sebo como matéria prima. Além dessas indústrias diretamente ligadas ao matadouro, outras fábricas também ali funcionavam, literalmente, a todo o vapor como a indústria de licores de Henrique Henriksem & Filho, localizada na Ponte do Piques, e as duas fábricas de Jacob Michels na Ladeira de São Francisco nº 5: uma de cerveja e outra de chapéus.

Todas essas fábricas utilizavam-se das águas do Anhangabaú, ou de um de seus afluentes, para a limpeza diária das máquinas e para o descarte do lixo industrial:

“Diz Henrique Henriksem & Filho que elle suplicante tem uma Fábrica de Licores e Genebra estabelecida na Ponte do Piques da Freguesia de Santa Ifigênia, e chegando agora ao seo conhecimento a Postura desta Câmara de 10 de setembro pp. (...) e querendo o suplicante dar cumprimento ao art. 5º da mesma Postura vem declarar que emprega em sua Fábrica as seguintes matérias a saber = Agoardente = Assucar = Essência de Roza, de Limão = Canela = Cravo = Aniz = Erva dosse = Bagas de zimbro e essência do mesmo sendo seu alambique de cobre o qual todos os dias he limpo = Vem pois requerer a VV. SSas. que tomando as declarações do suplicante se dignem conceder-lhes licença para continuação da mesma sua Fabrica. São Paulo 22 de outubro de 1855. <sup>168</sup> (meus destaques)

É certo que essas fábricas, abertas em meados do século XIX, não eram de grandes proporções se comparadas com as indústrias que se instalaram na cidade a partir das

---

<sup>166</sup> - A.C. Sessão do dia 19/11/1851, p. 268 a 273.

<sup>167</sup> - A respeito de João Adolfo, sabemos que ele nasceu na cidade de Hamburgo, Alemanha, em 1828 e que veio para o Brasil no ano de 1848. Chegando em São Paulo em 1851, residiu inicialmente na Rua do Ouvidor, proximidades do Largo de São Francisco. No "Bairro do Piques", localizado na margem esquerda do Anhangabaú e ao lado da "Ladeira da Memória", ele adquiriu um grande terreno no qual construiu, em 1851, a sua residência e a "Fábrica de Chapéus João Adolfo". Posteriormente, a "Chácara João Adolfo" foi loteada pelos herdeiros, dando origem à Rua João Adolfo ainda hoje existente no mesmo local. João Adolfo Schritzmeyer faleceu em São Paulo aos 16/09/1902 e foi sepultado no Cemitério da Consolação.

<sup>168</sup> - Coleção "Papéis Avulsos" do Arquivo Histórico Municipal, 1855, Vol. 173, docto. n.º 79. A respeito de outras indústrias no local ver: A.C. sessão do dia 23/10/1855, p. 169 e A.C. sessão do dia 01/10/1855 p. 152.

primeiras décadas do século XX. Justamente por esse motivo, a maior parte da historiografia acabou classificando esses antigos estabelecimentos como indústrias rudimentares, pequenas oficinas artesanais ou, ainda, como apêndices de casas comerciais.<sup>169</sup> Assim procedendo, perderam esses estudos a chance de buscar na história o significado desses estabelecimentos para a São Paulo daquele período, seja numa interface com seus habitantes (se fábricas existiam, quem nelas trabalhavam?), sejam os sinais ou rastros que as mesmas deixaram no ambiente. De fato, muitas pistas sobre o tema - presentes tanto na documentação oficial quanto em relatos - permanecem, até hoje, inexploradas. Assim, cabe-nos lançar um olhar mais cuidadoso para que possamos chegar a algo mais próximo da realidade.

As indústrias paulistanas de meados do século XIX concentravam-se nas imediações dos cursos d'água que delimitavam o sítio urbano: de um lado o Anhangabaú, de outro o Rio Tamanduateí. A fábrica de chapéus de João Adolfo, por exemplo, estava colocada, desde 1851, na margem esquerda do Anhangabaú e servia-se das águas de um de seus afluentes, o Ribeirão Saracura. Motivo de orgulho para a cidade, a indústria de João Adolfo chamava a atenção daqueles que visitavam São Paulo:

"Hoje de manhã, em companhia do dr. Rath, visitamos a grande fábrica de chapéus do sr. João Adolfo Schritzmeyer, uma das maiores do país, na qual ocupam 132 pessoas. Fica situada em uma das ruas de baixo, em um edifício especialmente construído. (...) Daí prosseguimos nosso caminho pelos grandes espaços da fábrica onde se pode acompanhar a fabricação de chapéus em todos os seus sucessivos aspectos. Como já disse trabalham 132 pessoas na fábrica, que tem as máquinas de mais recente construção e cuja produção é colossal. É uma criação de primeira ordem, da qual o sr. Schritzmeyer deve estar orgulhoso a justo título. São Paulo, novembro de 1883." <sup>170</sup> (meus destaques)

Muito dos elogios presentes neste relato devem ser creditados ao fato de que seu redator, Carl von Koseritz, era conterrâneo de João Adolfo. Porém, chama a atenção o número nada desprezível de 132 operários trabalhando no local. Ao adicionarmos este dado com as "máquinas modernas" ali instaladas mais a "produção colossal", podemos concluir que também o lixo industrial era produzido em grande quantidade. E, no final, o mesmo era despejado nas águas já saturadas do Anhangabaú.

---

<sup>169</sup> - Dentre outros ver, por exemplo, **Bruno**, Ernani da Silva, "História e Tradições da Cidade de São Paulo", Vol. II, p. 673 e 711, SP, Hucitec, 1984.

<sup>170</sup> - **Koseritz**, Carl von - "Imagens do Brasil", Tradução: Afonso Arinos de Melo Franco, B.H. Itatiaia e S.P. Edusp, 1980, p. 271.



Fig. 13

Foto tomada do Viaduto do Chá em direção à Ladeira da Memória nos primeiros anos do século XX. Em primeiro plano, as obras de remodelação do Vale do Anhangabaú e, à direita, casas e quintais da Rua Formosa. Ao fundo, uma indústria e sua chaminé. Tendo em vista esta localização trata-se, provavelmente, da fábrica de chapéus de João Adolfo Schritzmeyer.

A técnica mais comum utilizada para a captação da água necessária às indústrias, resumia-se na abertura de um canal entre o leito do rio e o estabelecimento. Depois do uso, outro canal encarregava-se do despejo, servindo o mesmo como esgoto. Era assim que se procedia na fábrica de João Adolfo, ou seja, desviando parte da água do Ribeirão Saracura que, por sua vez, vertia do chamado “Tanque do Bexiga”. Após sua utilização na indústria o líquido, já carregado de impurezas, era encaminhado para o leito do Anhangabaú. Vez ou outra alguns fiscais ou vereadores detectavam os problemas existentes com esses canais abertos em plena via pública e denunciavam o fato. Em 1895, por exemplo, o vereador Alípio Borba solicitava a “obstrução das valas existentes nos terrenos que margeiam o córrego Anhangabaú, no trecho entre o Largo do Piques e a ladeira de São João”, alegando que as mesmas estavam “cheias de águas estagnadas” e concluindo que estas “*valas eram nocivas à saúde pública*”.<sup>171</sup>

A existência desses canais era algo tão comum na cidade que, anos antes, uma reclamação do mesmo tipo havia recaído justamente naquela aberta por João Adolfo Schritzmeyer. Corria o ano de 1889 e o funcionário Joaquim Leite Penteadado, encarregado da fiscalização das ruas daquela parte da cidade, “*participou que entre a casa do Sr. João Adolpho e a ponte do Piques, existia uma valeta por onde se escoavam as águas vindas do Tanque do Bexiga, o que tinha tornado aquele lugar um constante depósito de lixo.*” Para solucionar o caso, completou,

---

171 - Requerimento nº 94 do vereador Alípio Borba ao Intendente de Justiça - A.C. sessão do dia 27/11/1895, volume manuscrito, p. 242 e 243

*“seria conveniente a Câmara mandar fazer uma galeria”*.<sup>172</sup> A galeria subterrânea certamente solucionaria o problema do lixo depositado na vala aberta em plena via pública, mas não o das águas da fábrica de João Adolfo que, cada vez mais sujas e continuariam a impregnar o Anhangabaú.

Porém, e com respeito a este tema, um fato concreto deve ser trazido à luz: a quantidade de reclamações contra os detritos industriais na cidade de meados do século XIX é bem menor do que aquelas que referentes ao lixo orgânico. Nesse ponto, devemos levar em consideração que as grandes fábricas eram uma novidade para o período e, assim sendo, não havia ainda uma sensibilidade aguçada contra os detritos produzidos por estes novos equipamentos. Podemos mesmo dizer que os narizes e olhos dos paulistanos não estavam ainda treinados o suficiente para perceber esses males. Por outro lado, a menor quantidade de reclamações pode ser, também, um indício revelador a respeito daqueles que mais produziam esse tipo de documentação, ou seja, as camadas privilegiadas da população. Em outras palavras, e explicitando melhor a análise, tudo leva a crer que a maioria absoluta dos abaixo-assinados era elaborado pela elite e tinham como alvo certo ou um estabelecimento administrado pelo poder público ou, então, os hábitos e costumes da população – algo certamente difuso pois imputado a todos. As reclamações contra os grandes empresários e empresas não apareciam em grande número até porque ninguém critica a si próprio. Esta observação, vale a pena frisar, refere-se ao período citado, uma vez que, com o correr dos anos, esta situação não se mantém – seja pelo aprendizado sensível da população, seja pela quantidade cada vez maior de detritos produzidos pelas indústrias no mesmo ambiente físico.

O medo maior, portanto, se colocava em presença do lixo orgânico, dos despejos residenciais ou dos detritos do matadouro. A matéria em decomposição causava aversão, visão horrenda, uma vez que ela trazia consigo o perigo (este invisível) do mau cheiro e dos *miasmas pestilentos*. Médicos e higienistas daquela época ensinavam que era preciso guardar distância de tudo que estivesse em putrefação, pois qualquer descuido e o “ar envenenado” já estaria nos pulmões causando um desequilíbrio nos humores e, por consequência, traria a doença. E o que apodrecia, todos sabiam, era a matéria orgânica e não os resíduos industriais. E não por outro motivo que, em 1855, dois anos depois de inaugurado o matadouro da Rua Humaitá, um outro relato chegava às mãos da municipalidade dando conta dos problemas:

---

172 - A.C. sessão do dia 22/10/1889, p. 294

“Ilmos. Snrs. Presidente e Membros da Camara Municipal, os abaixo assignados moradores nas margens do Corrigo denominado Moringuinho, abaixo do Matadouro Publico, vem respeitosa e a presença de V. sas. reclamar, e pedir providencias para que cesse o abuso de se lançar immundicies no dito corrigo, que se tem tornado um foco de podridão. Vendendo os couros do gado que diariamente ali se matta, as barrigadas de todo esse gado, ha pessoas que fazem commercio com elles contra todos os principios de hygiene, e salubridade publica, vão essas pessoas lavarem, e limparem essas barrigadas no referido Corrigo, lançando nelle todo o estrume que das mesmas tirão, pela agua abaixo; bem como os chifres de maneira que com o calor do sol, impossivel he soffrer-se as exhalações putridas, e pestilentas que todo esse Corrigo exhala; e quando em todas as Provincias do Imperio se procura o aceio geral para afugentar essa horrivel peste que nos ameaça em nossa Provincia, de proposito se forma um imenso foco de molestias. Os abaixo assignados estão convencidos que V. sas., ignorão este abuso e he por isso que contra elle vem reclamar, esperando sabias e energicas providencia, que tenham por fim prohibir a liberdade dessa lavagem e de se lançarem os chifres no dito Corrigo, não só no lugar indicado, como mesmo no tanque que se acaba de construir; pelo que P.P. a V. Sas. que se dignem prover de remedio pronto os males do facto exposto podem resultar, não só aos Suplicantes, como aos mais habitantes desta cidade, pois assim lhes incumbe o art. 72 da Lei do 1º de Outubro de 1828. - Antonio de Padua Lisboa, Joaquim do Monte Carmelo, Joaquim Lopes Guimarães, Domingos de Paiva Azevedo, Fortunato José dos Santos, Delfino Antonio da Pureza.”<sup>173</sup> (meus destaques)

É certo que este abaixo-assinado difere do anterior, pois tratava-se agora do relato de algo que estaria ocorrendo e não mais de uma previsão do que poderia acontecer em relação à matança do gado nas imediações. Em outras palavras, aquilo que era considerado como uma ameaça ainda não concretizada em 1851, quatro anos depois os moradores vizinhos ao afluente do Anhangabaú já tinham exemplos para apresentar.

Mas, apesar da quantidade de assinaturas ser maior - o que poderia conferir certa representatividade popular ao documento - o caso é que, se analisarmos mais detalhadamente o discurso, perceberemos certos termos e concepções que mais os aproximam de uma camada média ou superior da população. Um exemplo é que a reclamação principal estava sendo dirigida aos trabalhadores que ganhavam sua vida com o comércio de miudezas (sobras) do matadouro como os chifres e as entranhas do gado abatido no local. Estes por sua vez, emudecidos no documento, deveriam ser em grande número, dada a quantidade de “sujeira” que lançavam no córrego. A reclamação, portanto, não era contra a existência do matadouro no local - este sim o grande problema - mas, especificamente, condenava a ação daqueles que viviam dos restos ali produzidos. Deve ser lembrado ainda que este estabelecimento (o matadouro) era público, ou seja, ele foi construído e era administrado pela municipalidade.

---

173 - Coleção “Papéis Avulsos”, Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Vol. 169, 1855, documento nº 147.

O fato é que, novamente, os signatários eram pessoas influentes, empresários do comércio, grandes proprietários, políticos e membros do clero, senão vejamos: Joaquim do Monte Carmelo era cônego da Sé (ex-beneditino) e proprietário de uma grande chácara na Várzea do Carmo; Joaquim Lopes Guimarães foi vereador e Prefeito de São Paulo em 1835; Domingos de Paiva Azevedo era um dos maiores comerciantes da época e proprietário do sobrado mais imponente, com três andares, na esquina da Rua 15 de Novembro com o Largo do Tesouro; o Capitão Fortunato José dos Santos fez parte de diversas comissões nomeadas pela Câmara Municipal, inclusive para festejos religiosos; e Delfino Antonio da Pureza, conhecido como “Delfino Tabaqueiro”, foi meirinho (antigo Magistrado) da Câmara Eclesiástica.<sup>174</sup>

Uma outra particularidade neste documento é o registro à “*horrível peste*” que ameaçava a província. Apesar de não mencioná-la, certamente pelo horror que ela causava, tratava-se do cólera que já havia atingido o Rio de Janeiro. Mediante a possibilidade da doença ser introduzida em São Paulo, naquele mesmo ano de 1855 o matadouro recebeu a visita do chefe de polícia que, através de uma inspeção, relatou “*as más condições do piso e os vários buracos onde se acumulavam água e sangue que faz exalar miasmas pútridos que hão de danificar a salubridade publica*” e, também, sobre “*o péssimo local escolhido para o matadouro, pois pela sua posição, levava todos os miasmas pútridos para dentro da cidade, pelo vento reinante e pelo rio Anhangabaú.*”<sup>175</sup> Dez anos depois, em 1865, os médicos elaboraram uma nova representação e solicitaram “*... a remoção do matadouro público para um lugar apropriado, evitando assim que o sangue apodrecido espalhe a morte nas águas do rio Anhangabahú*”.<sup>176</sup> (meu destaque) Eis aqui uma sutil mas importante alteração: em 1855 o Anhangabaú e o seu vale estariam como que a “encanar” os miasmas para a cidade; em 1865, eram já as próprias águas que *apodreciam*, tornando-se ele mesmo (o rio) num foco de infecção.

Não obstante a identificação do matadouro como o produtor maior de emanções pestilentas, sendo também o responsável pelos detritos que atingiam o ribeirão Anhangabaú, ele permaneceu no mesmo local até finais do século XIX quando, então, foi transferido para a “distante” Vila Mariana<sup>177</sup>. Assim, e durante todo o tempo em que esteve funcionando na

---

**174** - Camargo, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira, “A Igreja na História de São Paulo”, S.P., Cúria Metropolitana, 1953, Vols. VI e VII; Martins, Antonio Egídio, “São Paulo Antigo 1554-1910”, S.P., Paz e Terra, 2003; Arroyo, Leonardo, “Igrejas de São Paulo”, Livraria José Olympio Editora, R.J., 1954. Dentre os signatários, o personagem mais polêmico foi, sem dúvida, o cônego Joaquim do Monte Carmelo. Grande orador sacro, envolveu-se em diversos conflitos religiosos, inclusive com o próprio Bispo de São Paulo. Passou depois para o Santuário de Aparecida, onde teve atuação de destaque na construção da Matriz daquela cidade.

**175** - Coleção “Papéis Avulsos”, Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Vol. 172, 1855, doc. n.ºs 94 e 95.

**176** - A.C. sessão do dia 26/05/1869, p. 135. Este documento é citado como “Uma representação do povo desta Capital e Freguesias anexas, com um documento dos médicos”.

**177** - O novo matadouro da Vila Mariana foi oficialmente inaugurado no dia 05/01/1887 conforme o “Auto da inauguração do Matadouro Público desta Capital, novamente concluído na Várzea de Santo Amaro” (A.C. sessão do dia

Rua Humaitá, o estabelecimento carregava consigo, ao mesmo tempo, as imagens de vida e de saúde mas, também, as da doença e da morte. Um bom exemplo dessa imagem (ou qualidade) positiva presente no matadouro, pode ser encontrado num local inesperado pois a certa distância do mesmo, ou seja, no nome do estreito caminho utilizado pelos tropeiros que conduziam o gado para aquele estabelecimento: era o famoso **Beco do Mata-fome**, hoje desaparecido, mas cuja localização pode ser encontrada no cruzamento da atual Av. Ipiranga com a Rua da Consolação.

É certo, portanto, que no matadouro eram produzidos alimentos para a vida (que “matavam a fome”) mas decorrente desse processo, resultavam os dejetos que poluíam águas e ares, causando o medo de doenças. É certo, também, que muitos trabalhadores sobreviviam das sobras ao realizarem o comércio dos fatos do gado. Porém, esse meio de vida trazia outro efeito negativo, uma vez que redundava no lixo (o resto do resto) disperso pelas ruas e impregnando as águas do ribeirão Anhangabaú. Esta atividade, aliás, continuou sendo exercida durante muito tempo já que, desde aquela reclamação de 1855, em 1885 - trinta anos mais tarde - chegava a seguinte representação:

“Ilmo. Sr, Presidente e mais senhores vereadores da Ilma. Câmara Municipal. Os abaixo-assinados moradores na rua de Santo Amaro fiados no interesse que VV.SS. tomam sempre pelo bem estar dos seus munícipes vem respeitosamente chamar a atenção de VV.SS. para o estado lastimoso em que de tempos a esta parte se acha a rua de Santo Amaro. Grande porção de italianos, vulgarmente chamados tripeiros residem naquela rua onde diariamente se ocupam da limpeza dos intestinos do gado morto no nosso Matadouro, lançando na rua ou nos respectivos quintais as partes não aproveitadas dos ditos intestinos e isto em tamanha quantidade que produzem tais miasmas que torna impossível a vizinhança com eles a ponto de obrigarem a mudança daquele lugar a varias pessoas por ser principalmente insuportável o mau cheiro que naquela circunvizinhança se sente durante a noite e dias quentes. Os abaixo assinados expondo este fato a VV.SS. esperam uma providência qualquer a bem da salubridade pública. (...)”<sup>178</sup> Seguem 37 assinaturas (meus destaques).

Tudo isso somado, não era por outro motivo que *“as águas do tanque do matadouro público que corriam no Anhanhabaú, que então atravessava o largo do Bixiga, na ponte do Lucena (Piques) e próximo ao mercado de São João e na ponte do Miguel Carlos, na rua Florêncio de Abreu,*

---

05/01/1887, páginas 07 e 08). Os terrenos próximos ao novo matadouro foram, na mesma época, vendidos a funcionários públicos municipais (muitos deles trabalhadores do próprio matadouro), o que deu origem à Vila Clementino (ver Angrimani, Danilo, “Vila Clementino”, Coleção História dos Bairros de São Paulo, Vol. 25, Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, 1999). Na Vila Clementino, os detritos do matadouro passaram a ser despejados no Córrego do Sapateiro que, atualmente, abastece o lago do Parque do Iberapuera. O antigo prédio do matadouro abriga hoje a Cinemateca Brasileira.

*exalavam, em certas horas do dia, cheiro insuportável (...)*<sup>179</sup>

Identificado como estava o problema, o que chama a nossa atenção nesse caso é o fato dele persistir durante um longo período na vida da cidade. Não obstante ter sido tratado muitas vezes como verdadeiro escândalo em alguns discursos, o caso é que, por décadas, o paulistano conviveu com um ribeirão infecto e perigoso correndo a céu aberto na cidade e passando, inclusive, por diversos quintais e fundos de residências.

De fato, aqui devemos voltar nossos olhos para algumas questões até certo ponto já cristalizadas na historiografia da cidade, especialmente naquela que tem como tema a urbanização. Uma primeira delas diz respeito às “rápidas e radicais transformações” pelas quais passou a cidade - e a sociedade - entre finais do século XIX e início do século XX. Ora, como podemos perceber através das demoradas discussões, os problemas, apesar de identificados, não foram resolvidos de modo pleno e nem rapidamente. Mediante essa situação, podemos perguntar se o Anhangabaú (bem como a sujeira nele presente) era, por todos, entendido realmente como um problema. Ou, visto de outra maneira, não seria ele uma solução? Em outras palavras, o rio resolvia muito bem a questão do esgoto e lixo doméstico, bem como levava para longe outros dejetos como os do matadouro. Era a “água que lavava e purificava” como demonstrado por Vigarello. Nesse sentido, explica-se o aparente paradoxo, pois qualidades positivas e negativas conviviam e estavam presentes, ao mesmo tempo, nas águas daquele ribeirão. Caso algum problema ocorresse, ou o fator negativo estivesse por algum momento predominando (como já visto), talvez bastasse uma procissão ou uma fervorosa oração dirigida a São João Batista para solucionar o problema, pensavam os paulistanos.

Por outro lado, não podemos desconsiderar o fato de que uma menor ou maior sensibilidade à sujeira dependia sempre da posição ocupada pelos sujeitos, seja na sociedade, seja no ambiente físico da cidade. Claro está que os narizes e olhos daqueles que residiam nas imediações do rio, estavam mais atentos e treinados para perceber quaisquer alterações nas águas. Os administradores, por seu turno, bem como os médicos e engenheiros, também detinham informações que lhes mostravam os constantes perigos de águas tão pútridas. Mas, tanto para uns e outros e, principalmente para o restante dos moradores, não havia, naquele momento, maneira mais adequada de livrar-se de toda a sujeira que eles próprios produziam. E assim deveria ser. Tratava-se dos usos e costumes de uma época ou, de práticas arraigadas que já estavam presentes na comunidade desde há muito tempo. Estas, por sua vez, não

---

178 - Arquivo Histórico Municipal, Fundo CMSP, Grupo: Conselho de Vereadores, Série: Correspondência (abaixo-assinado) 1730-1889, documento datado de 25/04/1885.

desaparecem de modo tão rápido e nem facilmente de uma sociedade.

Uma outra questão, que deve ser levantada em todo esse processo, diz respeito aos interesses de determinados grupos que disputavam seus espaços na cidade e, de outra parte, os costumes e o modo de vida do povo comum. Assim, ao nos aproximarmos de algo que, num primeiro momento, pode se nos apresentar como bastante corriqueiro<sup>180</sup>, uma análise mais aprofundada, ao contrário, nos mostra que o ribeirão foi um palco de lutas onde estavam em jogo diversos interesses e, dentre eles, os dos empresários e comerciantes ribeirinhos:

“Ilmos. Snrs. Prezidente e Vereadores da Camara Municipal. Os abaixo assignados, moradores no largo do Riachuelo e nas ruas adjacentes ao mesmo, vem, com a mais viva fé, pedir a VV. Ssas. que se dignem ordenar a factura de uma obra, que muito credito e honra dará a esta Camara. Esta obra consiste em tapar-se o logar por onde em o dito largo passa correjo Anhangabahu, de modo que fique uma praça, desde a ponte em que começa a ladeira de Santo Amaro, até a ponte de Lorena. A urgencia e utilidade desta obra são manifestas. Com ella passarão inteiramente as exhalações pútridas que diariamente há no bairro, não mais se fará do dito córrego um despejo público. No logar, ficará uma praça extensa, que arborizada, servirá de passeio e distracção da população, alem de que mais acomodação oferecerá para a feira de madeiras que semanalmente ali se faz. Acresce que com menos de sette contos de reis, será feito esse grande melhoramento. Os abaixo assignados tem fé que VV. Ssas. sollicitos como são no beneficio público hão de tomar com consideração este pedido: com que Rs. Mces. São Paulo, 16 de agosto de 1871.”<sup>181</sup> - seguem 64 assinaturas. (meus destaques)

Utilizando como argumentação principal o fato de o ribeirão estar com suas águas pútridas pelos despejos que ali se faziam, os signatários apresentaram uma solução: a sua *tapagem* ou canalização subterrânea. Esta seria a técnica adotada bem mais tarde, mas chama a atenção o fato dela já estar sendo sugerida desde 1871 como uma alternativa para solucionar o problema. Na verdade, porém, sabiam eles que esta simples tapagem não resolveria a grande questão que era a sujeira presente nas águas. Apesar da menção correta de que, realizada canalização subterrânea, *não mais se faria do dito córrego um despejo público* - e isso pelo simples fato de que as pessoas não mais conseguiriam atirar o lixo diretamente nas águas - eles estavam cientes (e conformados) de que a infecção continuaria, pois o

---

179 - Martins, Antonio Egídio, “São Paulo Antigo 1554-1910”, S.P., Conselho Estadual de Cultura, s/ data.

180 - Digo “corriqueiro” pois não é novidade na historiografia o fato do Anhangabaú ter sido um receptáculo de impurezas durante muito tempo - e ainda hoje continua sendo, diga-se de passagem, mesmo que “escondido” nas tubulações.

181 - Coleção “Papéis Avulsos”, Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Vol. 253, 1871, doc. nº 54.

Anhangabaú ainda receberia os despejos do matadouro, parte do esgoto doméstico canalizado e, também, os detritos das indústrias locais. Por conta disso, estavam eles cientes de que o mau cheiro, as exalações pútridas ou os miasmas pestilentos considerados perniciosos, não seriam eliminados de vez, já que eles escapariam para o ambiente através das bocas-de-lobo que, desde essa época, já eram motivos de medo por parte da população. O mais importante, porém, é que subjacentes a este pedido estão presentes as relações que se forjaram frente à sujeira, uma vez que a sensibilidade visual era a mais aguçada. Esconder e tirar da vista mais próxima equivalia a limpar. Em seguida, o olfato era solicitado, mas, antes de tudo, era essencial colocar a imundície de lado, guardar uma certa distância e promover a sua circulação. Nesse sentido, a limpeza privilegiava, antes de tudo, a aparência.

Porém, no mesmo documento encontramos de maneira muito clara uma outra intenção - talvez a principal - de que o local, depois de “tapado”, ofereceria melhores condições para a realização da feira de madeiras. De certa maneira, todos entendiam que escondendo as águas pútridas, o local estaria saneado e isso muito interessava aos empresários e comerciantes que, concluída esta obra, teriam mais acomodação ou espaço para a realização de seus negócios. Aqui, a argumentação nos mostra a cidade sob um outro prisma, pois nesta segunda metade do século XIX, estava já colocada uma questão muito importante e que dizia respeito à delimitação de áreas para grupos específicos ou, de resto, uma disputa de territórios.

No caso específico do Vale do Anhangabaú, devemos nos lembrar que grande parte da área localizada entre as proximidades do Viaduto do Chá e até os limites da Av. São João era, até a primeira metade do século XIX, propriedade do barão de Itapetininga. A intenção da Câmara Municipal em sanear aquela parte da cidade sempre esbarrou nos obstáculos colocados pelo barão que, recorrendo aos seus direitos, não admitia ceder os terrenos necessários para as obras. Uma primeira vitória da municipalidade ocorreu em 1855, quando então foi aberta e inaugurada a Rua Formosa, obra esta que foi considerada como essencial para a urbanização do Vale.<sup>182</sup>

Entretanto, aquela representação dirigida à Câmara em 1871, referia-se ao espaço hoje

---

<sup>182</sup> - A respeito da urbanização dessa parte da cidade conhecida como “centro novo”, bem como as disputas entre a municipalidade e o barão de Itapetininga, ver: **Camargo**, Luís Soares de, “O Morro e a Chácara do Chá na história de São Paulo”, in *Revista Histórica*, Arquivo do Estado de São Paulo, nº 13, janeiro de 2004, páginas 12 a 18. Sobre a importância da Rua Formosa para o saneamento do Vale do Anhangabaú ver: **Camargo**, “Sepultamentos em São Paulo”, *op. cit.* páginas 137 a 139.

ocupado pela Praça da Bandeira, local para onde confluíam os córregos Saracura (hoje canalizado sob o leito da Av. 9 de Julho), Bexiga e o próprio Anhangabaú que, daí por diante, corria pelo vale até desaguar mais adiante do Rio Tamanduateí. *Terras de uso comum* como se dizia, ou públicas, o antigo Largo do Riachuelo (também conhecido como Largo do Piques e do Bexiga) já era, por décadas, utilizado para o comércio de vários gêneros. Exemplo disso é que em uma parte do Largo do Piques, imediações da atual Ladeira da Memória, localizava-se o maior mercado de escravos da cidade; já na década de 1870, a feira de madeiras ali realizada atraía grande público. É nesse contexto, portanto, que devemos inserir o abaixo assinado, pois num movimento único, conjugavam-se dois interesses: o de alguns moradores que, amedrontados pela ameaça constante de doenças, pediam pelo saneamento da área e, também, dos comerciantes, estes mais interessados no desenvolvimento de seus negócios.

Mas, a questão não seria resolvida de modo tão rápido, pois tendo em vista aquela solicitação, os vereadores responderam:

“A Comissão de obras públicas é de parecer **que se defira o abaixo assinado** dos moradores do Largo do Riachuelo sobre a canalização do correço Anhangabaú entre as pontes da rua Santo Amaro e o do Lorena, **ficando porém, para fazer-se a dita obra quando houver dinheiro.** (...) Aprovado.”<sup>183</sup> (meus destaques).

Seja pela falta de dinheiro aqui apontada, seja porque o ribeirão a céu aberto era uma solução para o lixo da cidade ou, também, por conta dos terrenos particulares em que ele corria, o fato é que o Anhangabaú permaneceu durante todo o século XIX a descoberto e num estado de constante ameaça. Não obstante, os problemas que ele causava nessa situação eram visíveis e constantemente denunciados. Em 1873, por exemplo, vários moradores reclamavam uma solução, pois ali se lançavam “*águas servidas, lixos e matérias fecais que infectavam todas as casas com grave perigo para a salubridade pública e incômodo dos moradores.*”<sup>184</sup> Três anos depois, seria a vez dos próprios vereadores denunciarem o estado calamitoso do local por conta do canal que servia de leito ao Anhangabaú porque ...

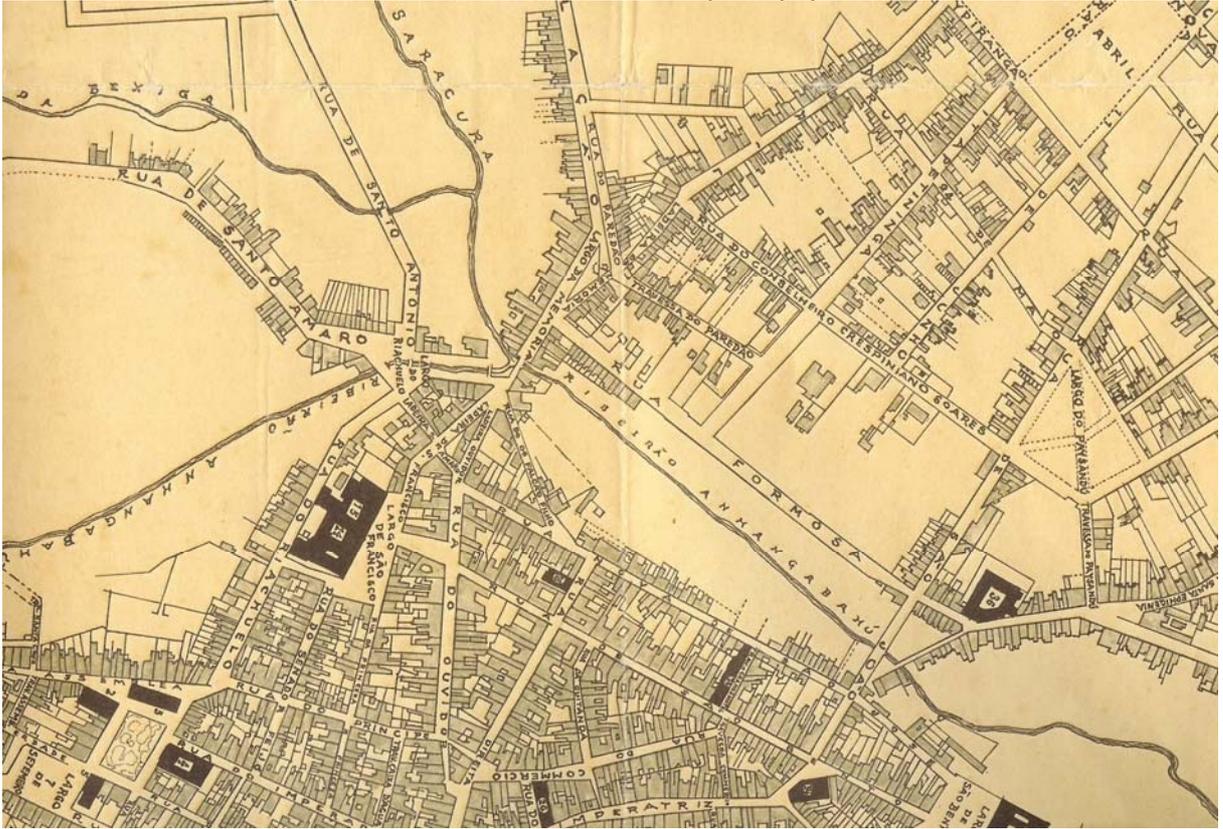
“... o lixo e as imundicias lançadas naquella valla, e mesmo os reziduos das reses cortadas no matadouro público que por ella diariamente passam, deve fazer daquelle lugar um foco de exhalações miasmáticas por certo comprometedoras e prejudiciaes a salubridade publica, e muito

---

183 - A.C. Sessão do dia 31/08/1871, p. 109

184 - Coleção “Papéis Avulsos” do A.H.M., 1873, Vol. 263, documento nº 39.

particularmente aos moradores daquele populoso bairro..."<sup>185</sup>



**Fig. 14**

A expansão urbana nas últimas décadas do século XIX. Neste mapa de 1881 vemos os ribeirões Saracura (vale da atual Av. 9 de Julho), o do Bexiga e o Anhangabaú, bem como os Largos do Riachuelo e da Memória (hoje Praça da Bandeira), e o Vale do Anhangabaú até a atual Av. São João.



**Fig. 15**

O antigo Largo do Riachuelo (também conhecido como do "Bexiga" ou do "Piques" e atual

185 - Indicação dos vereadores Portilho e Cantinho Sobrinho; A.C. Sessão do dia 21/09/1876, p. 89 e 90

Praça da Bandeira) entre 1862-63. Ao fundo, vemos uma tropa que conduzia mercadorias e, ao centro, o ribeirão Anhangabaú.

De fato, havia uma concordância de que o local havia se transformado numa área perigosa e que, ao mesmo tempo, algo deveria ser feito para sanear aquela baixada. Porém, os métodos utilizados nunca foram definitivos ou mesmo duradouros. Em outras palavras, as obras que ali eram realizadas duravam pouco tempo e logo precisavam ser refeitas. Nesse sentido, tornou-se rotina a realização de serviços de limpeza no ribeirão que, passados alguns meses, voltava ao seu antigo estado:

*“Achando-se o corrego do Anhangabaú bastante sujo, proponho que esta Câmara mande fazer a limpeza do mesmo pelos galés, desde a ponte do Piques até a do Miguel Carlos - Paço da Câmara Municipal de São Paulo, 8 de janeiro de 1867 - João Ribeiro da Silva - Aprovada”*<sup>186</sup>

E num contínuo, as solicitações multiplicavam-se ora para *“que se mandasse limpar o leito do rio Anhangabaú por que ele estava transformado num verdadeiro foco de miasmas”* (1869), ora para *“que se roçasse e limpasse as margens do rio desde a ponte de Lorena até a do Bexiga”* (1873).<sup>187</sup>

Subjacente aos argumentos apresentados nas representações, bem como nas ordens emitidas pelos vereadores, estava presente o medo que se tinha das águas estagnadas, fontes de podridão e de miasmas. O rio correndo solto não era motivo de temor, posto que ajudaria na dispersão da sujeira; o contrário, entretanto, era uma ameaça.

Ao analisar essa mesma questão na França dos séculos XVIII e XIX, Alain Corbin considerou os argumentos dos higienistas da época e concluiu que toda água estagnada exercia uma ameaça e que só o movimento poderia purificá-la: *“a correnteza leva, mói, dissolve os restos orgânicos...”*; o leito dos rios, por sua vez, *“ponto de concentração dos fluxos, contribui para a salubridade da cidade e, bem estruturado, pode tornar-se um dos mais eficazes reguladores.”*<sup>188</sup> Nessa linha de análise, era perfeitamente justificável a preocupação em roçar e destrancar o rio conforme as ordens dos vereadores paulistanos, uma vez que a vegetação ribeirinha poderia reter e colocar em putrefação vários componentes orgânicos que se encontravam em dispersão naquelas águas.

Entretanto, não podemos deixar de notar o fato da não perenidade das ações, ou seja, a de roçar e limpar as margens do ribeirão. De fato, a vegetação, por natureza, cresceria depois de algumas semanas, e da mesma maneira o ribeirão, pouco depois de desentulhado,

---

<sup>186</sup> - A.C. Sessão do dia 08/01/1867, p. 10.

<sup>187</sup> - A.C. Sessão do dia 16/09/1869, p. 215 e Sessão do dia 15/05/1873

<sup>188</sup> - Corbin, Alain; *Saberes e odores – O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*, S.P.: Cia das letras, 1987, páginas 47 e 129.

voltaria a apresentar o mesmo problema. A alegada falta de recursos para uma solução de longa duração é algo que deve ser levado em consideração, mas esta, por si só, acaba por empobrecer a análise, uma vez que tal argumento reforçaria as teses de uma incúria do poder público em resolver as questões de saúde da população, o que reputo um tanto quanto enganosas para o período que estamos analisando. Mediante as teorias que defendiam, cabia sim aos higienistas, médicos e engenheiros o papel de reclamar e alertar para o problema, o que, de certa forma, produzia também um efeito nas camadas médias e altas da sociedade. Entretanto, devemos voltar novamente nossos olhos para as crenças populares e verificar se este entendimento médico-acadêmico sobre as enfermidades era consenso.

De qualquer forma – como hoje sabemos – tal estado ou situação presente na cidade interferia no organismo causando um sem número de febres e outros males que ceifavam ou abreviavam a vida dos paulistanos. Como teremos a oportunidade de ver em detalhes, a existência do paulistano era breve se comparada com os dias atuais. E se a morte era antecipada em alguns anos, isso também se devia a determinadas condições presentes na cidade que interferiam no processo como, por exemplo, o contato com toda essa *infecção* presente no meio.

E dentre as doenças que mais atacavam os paulistanos, estavam as já mencionadas febres (nos seus diferentes tipos) que muitos atribuíam às exalações provenientes das águas pútridas que corriam e escorriam por toda a cidade. Pela sua grande ocorrência, as febres se constituíam numa das doenças mais temidas em São Paulo:

“Indico que a Intendência Municipal por meio da Comissão de Saúde Pública dê ao respectivo fiscal os meios de que precisa para a limpeza e desinfecção do córrego Anhangabahu, no lugar denominado Miguelzinho, fundos da chácara da baronesa de Limeira, onde começam a desenvolver-se febres palustres.<sup>189</sup> (meu destaque)

Chamadas simplesmente de “febres” até meados do século XIX, paulatinamente elas deixam essa característica genérica e ganham uma individualização através do vários tipos possíveis, conforme a observação médica ou o vocabulário do período. Assim, já no final do século XIX, tínhamos a febre palustre ou paludosa (antigo nome da malária), a febre terçã, tifóide, inflamatória, intermitente ou remitente e a perniciosa ou “maligna”, dentre muitas outras. Mas, para o povo comum, morria-se mesmo era de febre.

Em 1860, numa São Paulo cuja população beirava os 25.000 habitantes, ocorreram 461

---

<sup>189</sup> - Indicação apresentada pelo Vereador Hipólito da Silva ao Intendente Municipal. A.C. Sessão do dia

mortes. Destas, 441 tiveram as suas causas especificadas:

1º - Vermes / verminose	57 casos
<b>2º - Febres</b>	<b>53 casos</b>
3º - Hidropesia	37 casos
4º - Tuberculose	35 casos
5º - Recém-nascidos	30 casos

Já em 1872, as febres atingiam o primeiro lugar como causa de falecimentos entre os paulistanos, lado a lado com a tuberculose e com a “lesão cardíaca”, que apresentaram a mesma quantidade de óbitos. Nos anos de 1882 e 1890, esse quadro não sofreu grandes alterações:<sup>190</sup>

Causa mortis entre os paulistanos no ano de 1882	
1º - Enterite/entero colite	69 casos
<b>2º - Febres</b>	<b>57 casos</b>
3º - Tuberculose	39 casos
4º - Lesão orgânica	35 casos
5º - Lesão cardíaca	31 casos

Causa mortis entre os paulistanos no ano de 1890	
<b>1º - Febres</b>	<b>244 casos</b>
2º - Enterite/entero colite	201 casos
3º - Tuberculose	172 casos
4º - Bronquite/bronco-pneumonia	147 casos
5º - Atrepsia (desnutrição das crianças)	145 casos

Por outro lado vale lembrar que anos mais tarde, já nas primeiras décadas do século XX, as febres continuavam a ser muito temidas pela população. Num levantamento realizado entre 1908 e 1912 pela antiga Diretoria Geral de Estatística do governo federal, encontram-se os números de óbitos por moléstias, estes divididos em duas grandes categorias: as “moléstias gerais” e as “localizadas”. Dentre as gerais, destacamos o grupo das “doenças transmissíveis”, na qual somamos (deliberadamente) os casos de febre tifóide e os de febre e caquexia palustre.<sup>191</sup> Os números são os seguintes:

---

15/01/1890, pg. 09

**190** - Os dados apresentados nas tabelas foram coletados junto aos “Livros de Inumação” ou Registros de Sepultamentos do Cemitério da Consolação, Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, com base os anos de 1860, 1872, 1882 e 1890.

**191** - “Anuario Estatístico do Brazil 1908-1912”; Ministério da Agricultura Indústria e Commercio, Rio de Janeiro,

1908

1º - Tuberculose	381 casos
2º - Varíola	183 casos
3º - Sarampo <b>Febres</b>	76 casos <b>76 casos</b>
4º - Gripe	43 casos
5º - Sífilis	37 casos

1909

1º - Tuberculose	426 casos
<b>2º - Febres</b>	<b>89 casos</b>
3º - Sarampo	87 casos
4º - Gripe	56 casos
5º - Varíola	48 casos

1910

1º - Tuberculose	456 casos
2º - Sarampo	79 casos
<b>3º - Febres</b>	<b>71 casos</b>
4º - Gripe	52 casos
5º - Sífilis	38 casos

1911

1º - Tuberculose	447 casos
<b>2º - Febres</b>	<b>83 casos</b>
3º - Sarampo	80 casos
4º - Sífilis	59 casos
5º - Desintéria	55 casos

1912

1º - Tuberculose	438 casos
2º - Varíola	239 casos
3º - Sarampo	133 casos
<b>4º - Febres</b>	<b>124 casos</b>
5º - Gripe	106 casos

Na São Paulo do século XIX, os médicos insistiam que as febres - como de resto outras doenças - eram adquiridas através do contato olfativo com os miasmas pestilentos ou, simplesmente, com o cheiro de matéria orgânica em putrefação. E estas, como vimos, estavam dispostas em profusão no leito e margens do Anhangabaú, bem como nos seus afluentes, o ribeirão Saracura e o córrego do Bexiga cujas águas, não raro invadiam mesmo as residências em épocas de chuvas mais fortes:

---

Typographia da Estatística, 1916 (não incluídos os casos de febre amarela, inexistentes para o período em São Paulo). Assumo aqui o risco de agrupar sob a mesma denominação os vários tipos de "febres", pois entendo que o saber médico não era assimilado com tanta rapidez por parte da população. Nesse sentido, o ponto de vista que assumo é o do povo comum: morria-se mesmo era de febre. Cabe observar que de tal maneira se fazia presente o medo das "febres" em São Paulo que criou-se mesmo o forte designativo de "**febre paulista**" para qualificar um tipo de enfermidade muito comum e temida na cidade, "causadora de estados febris de longa duração, debilitamento e, em alguns casos, diarreias e outros sintomas" (Luiz Antonio Teixeira). Explicada simplesmente como "febre paulista" até finais do século XIX, a doença foi tema de um aguerrido debate, em 1897, na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, pois para alguns médicos tratava-se de febre tifóide e, para outros, de malária. Ver: **Teixeira**, Luiz Antonio; *As febres paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: uma controvérsia entre porta-*

"... falleceo hontem de febre na cadeia d' esta cidade, Francisco, preto Africano de vinte annos escravo que foi de Francisco de Albuquerque da Silva, foi sepultado hoje, ao primeiro de setembro de 1859, no quadro commum do Cemitério Municipal. E nada mais se continha na guia do Rev. Cura da Sé"

"... foi sepultado no quadro commum do Cemitério Municipal (...) Silvestre, mulato natural da Bahia, de dezesseis annos, solteiro, escravo de José Antonio Lima, morador d' esta cidade onde falleceo hontem de febre e sepultado hoje quatorze de Setembro de 1859. E nada mais se continha na guia do Rev. Cura da Sé"

"... falleceo hontem de febre no Hospital de Caridade, Maria Joaquina, natural desta cidade de cincoenta annos, livre, solteira, filha de Gertrudes Maria do Nascimento e sepultada hoje, aos vinte e seis de dezembro de 1859, no quadro commum do Cemitério Municipal. E nada mais se continha na guia do Rev. Cura da Sé"<sup>192</sup> (meus destaques)

Soube-se bem mais tarde que muitos desses casos poderiam ser classificados como sendo de febre tifóide e que tal moléstia é "causada por uma enterobactéria do gênero salmonela, o bacilo *S. typhi*, que penetra pela via digestiva e começa a se multiplicar no intestino, propagando-se pelo sangue. A doença é transmitida pela água contaminada por dejeções e por alimentos que se comem crus."<sup>193</sup> Mas, até finais do século XIX, os médicos identificavam este e outros males como provenientes dos miasmas, sendo estes os grandes portadores da morte. Assim, as recomendações eram sempre no sentido de evitar-se o mau cheiro, afastar-se de locais onde estavam em decomposição material orgânico, temiam-se os "odores pestilentos". De qualquer forma – e numa análise positiva – podemos "dizer que a hipótese dos miasmas foi uma das mais importantes e úteis teorias médicas de todos os tempos, embora estivesse errada."<sup>194</sup>

Não obstante as análises que procedi anteriormente a respeito das diversas reclamações que chegavam ao poder público, o fato é que as queixas contra a situação presente no Vale do Anhangabaú eram, em grande medida, motivadas pelo medo de alguns moradores frente à possibilidade de se adquirir alguma moléstia. Em diversos documentos daquela época este receio aparece de modo bastante claro como, por exemplo, num abaixo assinado dos moradores do Largo do Riachuelo elaborado em 1884 e solicitando providências "contra o mau estado em que se acha o córrego Anhangabahu que, em aberto, atravessa aquele largo, **prejudicando a salubridade pública** com os depósitos de materiais imundos que ali depositam."<sup>195</sup>

Tendo em vista a não solução do problema, o receio da população diante das "águas assombradas" do Anhangabaú só fez aumentar e transformou-se em pavor cinco anos depois quando, então, a epidemia de febre amarela atacou de modo virulento algumas cidades do interior. Momentos de crise, a eclosão de epidemias obrigava a que o governo tomasse (ou discutisse) medidas para debelar o mal e, nesse caso da febre amarela, para a sua prevenção

---

vozes de diferentes saberes; História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), 2004.

192 - Livros de Inumações do Cemitério da Consolação, vol. 01, 1859, p. 72 verso, 74 e 89 verso, respectivamente.

193 - Teixeira, Luiz Antonio, op. cit.

194 - Martins, Roberto de Andrade; *Tradição e Inovação na Microbiologia: Lemaire e os miasmas.*

em São Paulo. Por isso, no dia 30 de abril de 1889, o vereador Silveira Motta pediu prioridade para a discussão de medidas urgentes e “de salvação pública” a serem tomadas frente “o estado calamitoso das cidades de Santos, Campinas, Descalvado, Rio Claro e outras assoladas por epidemias...”<sup>196</sup> Nessa situação de calamidade onde milhares de vidas foram ceifadas em importantes municípios paulistas, o pânico alastrou-se pelas ruas da capital e atingiu, literalmente, o famoso ribeirão. Aquele que, há anos, já estava sendo apontado como um dos maiores problemas da cidade, foi eleito, agora, como o ponto mais crítico diante da catástrofe que parecia iminente:

“A pedido de urgência (...) entra em discussão a seguinte indicação: Tendo de se reunir a 20 do corrente a Assembléia Provincial, convocada especialmente com o fim de tratar de medidas hygienicas com relação, não só ás cidades flageladas pelas epidemias reinantes, como em geral a medidas de hygiene pública, indicamos que, no intuito de preservar de uma possível propagação nesta capital de epidemias, como as que infelizmente ora tanto lastimamos nas cidades vizinhas, se represente a Assembléia, pedindo uma verba sufficiente para a cobertura do corrego Anhangabahú, na parte que atravessa o centro da cidade até tresentos contos de réis, attendendo que este corrego com os despejos de toda a sorte que ali se fazem pode tornar-se em perigoso fóco de infecção. - Sala das sessões, 09/05/1889 - João Augusto Garcia, Silveira da Motta, Approvada”<sup>197</sup> (meus destaques)

Entretanto, a epidemia de 1889-1890 não atingiria a cidade com tanta força. Em 1890, por exemplo, foram anotados apenas 05 (cinco) casos de óbitos tendo como causa a febre amarela - não obstante outras 40 (quarenta) mortes terem sido classificadas como resultantes de *febre perniciosa* que, como desconfia-se, poderiam ser de febre amarela mas, para não causar pânico (ou mesmo para esconder o problema), eram citadas com esta denominação e, anos antes, como *febre maligna*. De qualquer forma, esses números não chegavam perto dos milhares de óbitos ocorridos em Campinas, por exemplo. Nessa situação, logo o projeto de tapagem do Anhangabaú foi esquecido.

Porém, não demoraria muito para que, novamente, as suas águas fossem qualificadas como perniciosas e causadoras de doenças. Em 1892, algumas vozes se levantaram contra um dos afluentes do famoso ribeirão, o córrego do Saracura. Dentre elas, estava a do respeitado médico Bráulio Gomes que, naquela época, fora eleito para a Câmara Municipal de São Paulo. Com trabalhos reconhecidos publicamente, o Dr. Bráulio atuara em Campinas por ocasião da epidemia de febre amarela e, anos antes, havia estudado e clinicado Paris e Viena. Por tudo isso, sua opinião era ouvida com muita atenção pelos seus pares. No dia 11 de agosto de 1892 não foi diferente e ele, subindo à tribuna proferiu o seguinte discurso:

---

195 - A.C. Sessão do dia 01/10/1884, p. 167.

196 - A.C. Sessão do dia 30/04/1889, p. 148 e 149.

197 - A. C. Sessão do dia 09/05/1889, p. 159

“Como médico, venho trazer ao conhecimento desta Intendência o lamentável estado em que se acha o correjo Saracura sendo um foco constante de infecções palustres sob a sua mais grave forma oferecendo dessa sorte perigo iminente aos que habitam as proximidades daquelle correjo. Como intendente indico que se mande orçar a cobertura do modo mais vantajoso e com a mesma urgencia se mande fazer a obra antes da estação calmosa para que a esta Intendência não caiba a responsabilidade de permanecer tal foco de infecções. Sala das Sessões 11/08/1892 - Braulio Gomes - Aprovada” <sup>198</sup> (meu destaque)

Apesar de opinião tão abalizada, praticamente de nada adiantaram as severas críticas do médico. Alguns orçamentos foram preparados, concorrentes se apresentaram para a realização dos trabalhos mas, concretamente, pouco foi feito.

Não obstante o fato de ter sido considerado como um verdadeiro foco de infecções e um local que amedrontava os moradores pelo mau cheiro que exalava, as soluções apresentadas para o caso *Anhangabaú* esbarravam em diversos obstáculos como, por exemplo, a propriedade particular dos terrenos no entorno do ribeirão. Os quintais das casas, tanto os da Rua Formosa quanto os da Líbero Badaró, estendiam-se até as suas margens e seus moradores faziam uso de suas águas. Esse aspecto da questão gerava, inclusive, uma certa indefinição quanto caráter público do rio, cujo domínio era atribuído ora ao Estado, ora aos residentes às suas margens.<sup>199</sup>

Seja por problemas como a falta de dinheiro para tão dispendiosa obra, seja por aspectos que envolviam questões como o uso do leito e das águas do ribeirão, o fato é que o *Anhangabaú*, por décadas, esteve a desafiar quaisquer intervenções na sua passagem a céu aberto pela cidade. A solução para o “imundo regato”, como havia classificado Bernardo Guimarães, somente ocorreria nas primeiras décadas do século XX, época em que um belo jardim ao estilo europeu tomou conta do lugar. Desde então, o rio encontra-se escondido em tubulações subterrâneas, mas vez ou outra - e sempre na “estação pluviosa”, as suas “águas assombradas” teimam em reaparecer sob a forma de inundações que hoje ocupam os modernos túneis ali construídos. A pior delas, por sinal, ocorreu no dia 1º de março de 1999, quando levou

---

<sup>198</sup> - Discurso do médico e vereador Braúlio Gomes proferido na Sessão da Câmara Municipal do dia 11/08/1892, A.C., exemplar manuscrito. O Doutor Braúlio Joaquim Gomes nasceu em Barra Mansa (São José do Turvo), R.J., aos 25/02/1854. Médico, estudou e clinicou nos hospitais de Paris e Viena; regressando ao Brasil, passou a atender em Campinas onde, entre 1889 e 1890, prestou serviços no combate da febre amarela tendo, inclusive, contraído a moléstia. Recebeu do povo campineiro uma medalha de ouro em gratidão pelos trabalhos prestados. O Dr. Braúlio Gomes foi o fundador das Escolas de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, em 1898, e também da Maternidade de São Paulo em 1894. Foi vereador da primeira câmara republicana de São Paulo. Faleceu em São Paulo aos 06/12/1903.

<sup>199</sup> - Essa ausência clara de limites apresentou-se de forma bastante explícita em algumas ações do próprio governo municipal, cujos membros não se entendiam a respeito das atribuições de cada uma das partes envolvidas: a pública e a privada. Em 1877, por exemplo, o vereador Luiz Pacheco de Toledo pediu para que a Câmara mandasse “*roçar o mato das margens do rio Anhangabaú*”, transparecendo aqui o fato de que a municipalidade era a responsável pela tarefa de conservar um bem público. Aprovada a indicação, um fiscal ficou encarregado de dar cumprimento à ordem. Porém, dois dias depois, o mesmo funcionário informava “*haver intimado os proprietários e moradores dos prédios por cujos quintais corre o córrego Anhangabaú para roçarem as suas margens, e limparem o seu leito na parte que lhes tocar*” (A. C. 09/01/1877, p. 13 e 11/01/1877, p. 15), ou seja, partes do ribeirão foram consideradas como propriedades privadas. Permeando todo esse processo estava a indefinição

consigo inúmeros automóveis e colocou em risco a vida de muitas pessoas.



**Fig. 16**

O Vale do Anhangabaú com o ribeirão já retificado, mas correndo a céu aberto em 1900.  
Destaque para os quintais da Rua Formosa (à direita) e os da Rua Líbero Badaró (à esquerda).  
Ao fundo o primeiro Viaduto do Chá, inaugurado em 1892.

---

de que falamos, certamente um sério obstáculo para qualquer plano de saneamento no local.



**Fig. 17**

O mesmo Vale do Anhangabaú, agora no ano de 1927.

Nada mais enganador do que supor que, em poucos anos, o Anhangabaú tenha sido “domado” e o seu Vale, de local infecto, tenha se transformado em belos jardins. O fato é que, desde o século XVIII pelo menos, ele já estava a desafiar os administradores da cidade, transformado que foi num palco de conflitos e disputas. Algumas parcelas da sociedade, por sua vez, ao mesmo tempo em que nutria um pavor pelas suas *águas assombradas*, entendia que o ribeirão era uma solução (às vezes a única possível) para o descarte de toda a sujeira que produziam. Certamente que ele foi um perigo para as pessoas, pois suas águas infectas causavam uma série de doenças que poderiam causar a morte. Mas, mesmo levando em consideração os problemas como a propriedade das terras, a falta de verbas, ou de conhecimentos específicos para sanar o problema, podemos conjecturar – e isso pelo longo tempo decorrido – que as doenças e a morte eram tidas, pela grande maioria, como tragédias inevitáveis já que parte da vida. Em outras palavras, no cotidiano do século XIX a morte tinha sua presença marcada, era certa e infalível e, talvez por isso mesmo, não importava um Anhangabaú infecto ou não, pois ela viria inexoravelmente até como um desígnio de Deus. Mas por outro lado, e tendo em vista os conhecimentos da época, percebemos claramente que uma das linhas de ação visando a neutralizar possíveis danos à população, concretizou-se nas várias ações de limpeza do ribeirão, na tentativa de se proibir o descarte de lixo em seu leito ou mesmo na sua cobertura. Essas ações, é fácil perceber, estavam sendo realizadas com o

intuito de proteger a população dos males, das doenças e da morte. Mais ainda, essas ações eram parte daquilo que os médicos chamariam mais tarde de “políticas públicas de saúde”, e aqui certamente pensando também na prevenção aos males. Ressalto mais uma vez que tais políticas (não com esse nome, é claro), sempre existiram; a diferença para a segunda metade do século XIX é que o Estado, aqui representado pela Câmara e seus vereadores, localizavam a morte ora no mundo sobrenatural, ora nos fugidios miasmas, na matéria orgânica que apodrecia. Tais *políticas*, portanto, tinham suas ações definidas mediante os conhecimentos e circunstâncias de cada época.

De qualquer forma a existência do ribeirão Anhangabaú a céu aberto na cidade, não obstante os danos que causava à saúde, era considerada como essencial. Eis aqui o paradoxo cujas nuances tentei recuperar.

Todavia, este não era o único local perigoso da cidade. No século XIX, outras regiões também possuíam essa mesma característica, inclusive um outro rio e sua várzea.

### **Capítulo 3 – A pestilência na várzea e no Tamanduateí**

Na manhã do dia 25 de abril de 1883, os paulistanos acordaram sobressaltados. Os avisos de que algo de muito grave havia ocorrido na cidade começaram a “correr” de boca em boca com o alarme dado pelos moradores das áreas ribeirinhas ao Tamanduateí. Alguns operários que começavam seus trabalhos nas oficinas da estrada de ferro e vários pescadores residentes nas imediações do Pari foram os primeiros a se espantar com o triste espetáculo: boiando no leito do rio estavam centenas, talvez milhares, de peixes já mortos e outros tantos se debatendo. Imediatamente, o burburinho atingiu o centro da cidade. Do terraço localizado na colina histórica do Pátio do Colégio, vários curiosos se aglomeravam e, ato contínuo, desciam as encostas na direção da Rua 25 de Março para melhor se inteirar do desastre que atingia a cidade de São Paulo. A pouca distância dali, dos lados da Ladeira Porto Geral, mais e mais pessoas se juntavam: foi justamente naquela região que a tragédia havia começado e onde a quantidade de peixes mortos era maior. Mas, e o que teria causado tamanha fatalidade? - perguntavam atônitos os paulistanos.

Em busca de informações mais consistentes para os seus jornais, os vários repórteres ali presentes se aproximaram dos moradores da antiga Várzea do Carmo, atual Parque D.

Pedro II. Claro, eles tinham uma história para contar e conheciam muito bem os fatos que levaram ao “acidente”.

Para entender as razões que levaram ao desastre daquele fatídico 25 de abril de 1883, precisaremos recuar no tempo, cerca de vinte anos antes, quando tudo teve início. E, ironia do destino, o triste espetáculo que todos presenciavam naquele momento estava relacionado com uma grande conquista da “modernidade”: os lampiões de gás. Vamos tentar nos inteirar daquela situação.

O avanço tecnológico em São Paulo a partir da segunda metade do século XIX foi algo surpreendente.<sup>200</sup> Além da inauguração da ferrovia em 1867, a cidade ganhou também, em 1872, um moderno sistema de iluminação a gás. Para que isso fosse possível, foi construída, em 1870, uma fábrica de gás (o Gasômetro) na antiga Várzea do Carmo, localizada estrategicamente às margens do Rio Tamanduateí.<sup>201</sup> Este rio, por sinal, era de grande importância para os moradores da cidade que dele se utilizavam para navegação, pesca, lavagem de roupas, e mesmo para o abastecimento em épocas de estiagem quando, então, secavam os chafarizes da cidade.

A troca dos antigos lampiões de querosene (ou de óleo) pelos combustores a gás produziu uma reação imediata na comunidade:

“GASÔMETRO – Realizou-se esplendidamente a experiência da iluminação a gás neste estabelecimento, na noite de 6. A luz, apesar de não ter ainda a perfeição desejada pelos empresários, é a melhor possível. Na frente do edifício, estavam as armas imperiais, formadas de luzes de diversas cores que ofereciam uma vista deslumbrante. A concorrência de povo, não obstante o mau tempo, foi imensa, e os empresários não se pouparam em dar explicações e mostrar tudo àqueles, dos espectadores, que desejavam ver tão importante estabelecimento, que, podemos dizer, já é uma realidade em São Paulo. Dando esta notícia, aproveitamos o ensejo para consignar aqui os nossos emboras ao Sr. Francisco Taques Alvim a quem deve a nossa capital tão importante melhoramento.”<sup>202</sup>

Iluminado inicialmente apenas o centro da cidade, logo os moradores de outros locais passaram a exigir que também suas ruas e bairros recebessem esse melhoramento. Os

---

<sup>200</sup> - Uma excelente análise sobre esse período na história de São Paulo, as novidades e os seus significados na vida da cidade pode ser encontrado em **Morse**, Richard M.; *De Comunidade a Metrópole*, 1954, especialmente no Capítulo III: “Surge a cidade organismo – período de expectativas”; numa outra perspectiva, ver **Matos**, Odilon N. de; *Café e ferrovias*, S.P.: Arquivo do Estado, 1981. As implicações desse mesmo processo na gestão da cidade e na política urbana podem ser vistos em **Rolnik**, Raquel; *A Cidade e a Lei – Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, 1997.

<sup>201</sup> - O edifício do antigo Gasômetro ainda existe no mesmo local, sendo hoje mais conhecido como “Casa das Retortas”.

<sup>202</sup> - Jornal “Diário de São Paulo”, edição do dia 09/01/1872.

lampiões, que no início eram um luxo, passaram a ser uma necessidade. Porém, a modernidade trouxe consigo um problema para os paulistanos. No dia 05 de dezembro de 1881, por exemplo, foi lido na Câmara Municipal um abaixo-assinado de vários moradores da rua do Gasômetro que reclamavam “*contra um depósito que faz a Companhia do Gaz, de piche e outras matérias em uma valla que existe em terrenos próximos ao estabelecimento da mesma Companhia.*”<sup>203</sup> Problema não resolvido, em fevereiro de 1882 os mesmos moradores novamente se manifestam contra “*o abuso da Companhia do Gás de lançar no vallo existente na rua, piche e mais matérias que produzem miasmas insalubres, e prejuízos aos supplicantes.*”<sup>204</sup> Vale lembrar que a fábrica de gás utilizava coque como matéria prima, o qual, ao ser manipulado no estabelecimento, gerava resíduos como o alcatrão e piche.

Não obstante as reclamações da população local, o caso não teve solução. Certamente, a nova iluminação a gás não poderia ser interrompida sob risco de protestos gerais na cidade, mas por outro lado, o que fazer com o lixo do Gasômetro?

Sem resolver o problema, a descarga aumentava dia-a-dia, até que sobreveio o desastre. As águas do Rio Tamanduateí, não mais suportando o atentado, sucumbiram. Os peixes foram as vítimas da primeira hora; anos depois, seria o próprio rio que estaria “morto”.

Pelas dimensões trágicas desse acontecimento, a imprensa paulistana registrou e denunciou de forma contundente aquele que teria sido o primeiro grande desastre ecológico ocorrido na cidade de São Paulo. Já na manhã do dia 26 de abril, “A Província de São Paulo” estampava em uma matéria interna:

**“Mortandade de peixes** - Do Gazometro foi hontem atirada ao rio Tamanduatehy uma porção do residuo do gaz, o que produziu a morte de muito peixe. É condemnavel o procedimento, tanto mais que ha posturas municipaes a este respeito. Ahí fica o facto, que aliás já não se dá pela primeira vez, competindo a quem de direito dar providencias.”<sup>205</sup>

De fato, como dizia a reportagem, não era a primeira vez que isso ocorria, pois como vimos, desde 1881 a população ribeirinha já denunciava o descarte de pixe no rio Tamanduateí. Mas, até então, não se supunha que algo de mais grave pudesse ocorrer.

Um outro periódico que se ocupou do acidente foi o “Correio Paulistano” que assim descreveu o episódio:

---

203 - A. C., sessão do dia 05/12/1881, p. 224.

204 - A. C., sessão do dia 13/02/1882, p. 40.

205 - “A Província de São Paulo”, edição do dia 26/04/1883, Arquivo do Estado de São Paulo.

“Hontem, no rio Tamanduatehy desde o porto da varzea do carmo, em que desagua naquelle rio um canal que passa junto ao Gazometro, e destinado ao escoamento do pixe e de outros residuos da fabricação do gaz, veio á tona d’agua enorme quantidade de peixes mortos, sendo esse facto geralmente attribuido a excessiva porção de pixe deixada escoar do gazometro. É bem ver que não faltaram pescadores de occasião para recolher os peixes mortos e prodozil-os á venda na cidade. A ser verdadeira a causa que ouvimos apontar da morte dos peixes, seria de desejar que a Camara Municipal tratasse de syndicar do facto. Não nos faltava senão esta: a Companhia de Gaz, que não nos dá luz, mata-nos agora os peixes. Quando será o gerente da Companhia condecorado pelo governo?”<sup>206</sup> (meus destaques)

Ironias à parte, o “Correio” apontou uma outra questão, consequência direta da tragédia, e muito importante para a saúde dos paulistanos, ou seja, a de que alguns pescadores (a maioria deles residentes no bairro do Pari) se aproveitaram do ocorrido para, facilmente, apanharam os peixes na intenção de vendê-los na cidade.

Chamada a atenção, os membros da Câmara Municipal se manifestaram. Tratando o caso com um certo cuidado, o vereador Ribeiro de Lima solicitou que *“com urgência os fiscais (procurassem) saber quem foi que hontem (dia 25) lançou no Rio Tamanduatehy objectos immundos ou outra qualquer substancia de **que resultou a destruição de uma grande quantidade de peixes existentes nesse rio**”*.<sup>207</sup> Por outro lado, o vereador Gabriel Franzem foi mais explícito e acusou diretamente a Companhia de Gás, exigindo que a diretoria da mesma fosse intimada a dar explicações. Dois dias depois do ocorrido, o jornal “A Província de São Paulo” voltou a tratar do assunto:

“Sobre a materia que demos hontem, de haver a Companhia de Gaz, com um desembaraço e falta de asseio inqualificaveis lançado ao rio Tamanduatehy os residuos da sua fabrica, ocasionando assim a destruição quasi completa de quanta criação de peixe que havia no referido rio, temos tido queixas de innumeros individuos, uns revoltados pela maneira porque n’esta nossa terra se pula por cima da lei, sem receio do merecido correctivo, outros prejudicados seriamente nos seus interesses, pois da pesca tiravam e tiram os parques meios de sua subsistencia. Cumpre que se ponha de uma vez por todas um paradeiro a estas constantes e manifestas infracções da lei, que se estão reproduzindo entre nós num crescendo assustador. Ha posturas da Camara Municipal, ha, se bem nos recorda, uma multa estabelecida pelo fallecido senador Florencio, quando presidente, e imposta aos que estabelecerem nos rios parys, cevados, aos que se servirem de dynamite na pesca e aos que lançarem nos rios substancias venenosas. Applique-se a lei. - é o remédio único aconselhado em taes circumstancias, mas aplique-se a qualquer infractor, seja elle ... a Companhia de Gaz. Naturalmente d’esta,

---

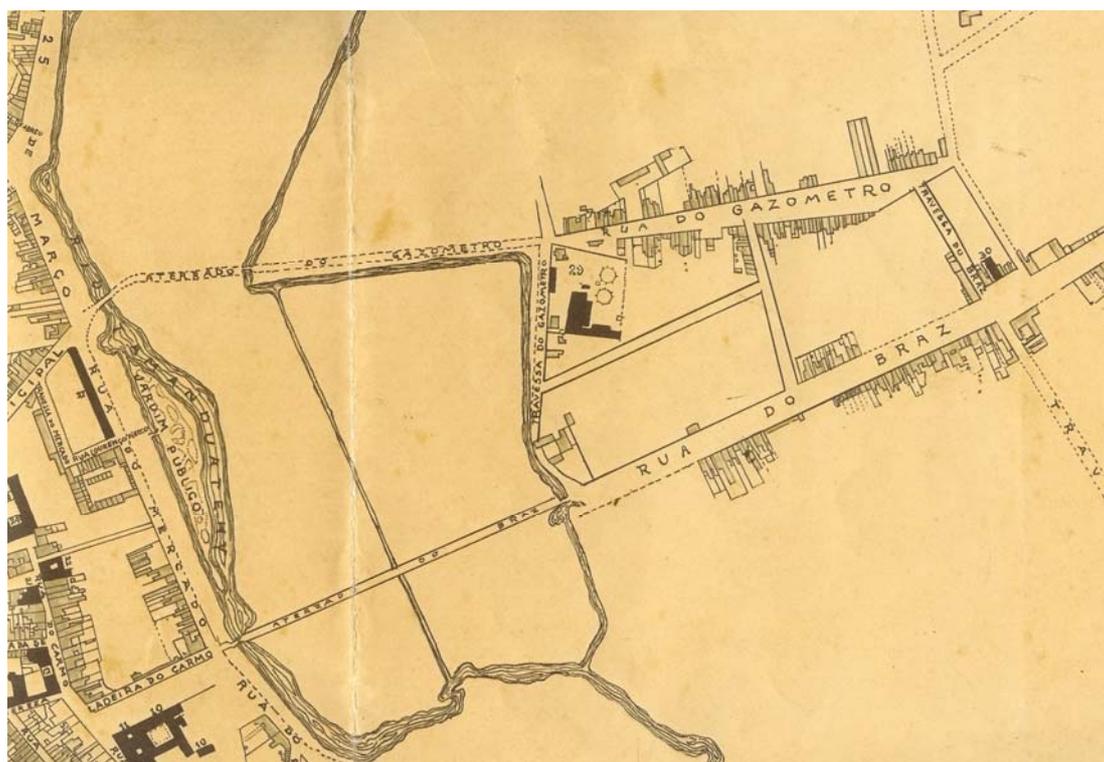
206 - “Correio Paulistano”, edição do dia 26/04/1883, Arquivo do Estado de São Paulo.

207 - A. C., sessão do dia 26/04/1883, p. 127 e 128

como das demais vezes, fica tudo como d'antes. Bem bom !”<sup>208</sup> (meus destaques)

Instada pelos vereadores da Câmara Municipal, e também pela imprensa, a diretoria da Fábrica de Gás foi obrigada a manifestar-se. Através de um ofício, assinado pelo gerente da companhia, a empresa explicava e reconhecia o fato “*de terem sido lançados no rio Tamanduathey alcatrão e resíduos da fábrica, motivando a morte dos peixes*”. Mas, ao mesmo tempo, declarava que tomaria as providências para que isso não mais ocorresse, e aproveitava “*a ocasião para oferecer à municipalidade alguns resíduos da fábrica, como o alcatrão, para serem oportunamente aproveitados como desinfetante poderoso a bem da salubridade de seus munícipes*”. Após um parecer do médico da Câmara, a oferta foi aceita.<sup>209</sup>

E assim foi ... o primeiro grande desastre ecológico e uma das etapas da destruição do Rio Tamanduateí ocorreu em 1883. E tudo por conta da iluminação à gás. Era a “modernidade” chegando em São Paulo ...



208 - “A Província de São Paulo”, edição do dia 28/04/1883, Arquivo do Estado de São Paulo. Na reportagem, a menção ao termo indígena “pary” é bastante significativa. Originalmente um instrumento de pesca, consistia num trançado de cipó ou taquara que era lançado em determinados pontos do rio de margem a margem. Posteriormente, esta armadilha foi proibida. Porém, o seu nome permaneceu na cidade, designando o local onde residia a comunidade de pescadores, atual bairro do Pari.

209 - A. C., sessão do dia 23/05/1883, p. 153. O alcatrão, extraído do carvão de pedra (coque), já havia sido estudado em 1860 pelo químico francês François Jules Lemaire, que dele extraíra um preparado anti-séptico muito utilizado no Brasil, a “creolina”. Veja **Martins**, Roberto de Andrade op. cit.

**Fig. 18**

A Várzea do Carmo em 1881. À esquerda o Rio Tamanduateí e a Rua 25 de Março. À direita, as instalações do “Gazômetro” (identificado com o nº 29), bem como o aterrado e a Rua do Gazômetro. Entre o rio e a fábrica de gás, vemos o canal que foi utilizado para o despejo dos resíduos.



**Fig. 19**

Rio Tamanduateí na altura do “Porto Geral” e Várzea do Carmo por volta de 1862, numa vista tomada do Mosteiro de São Bento.

Não obstante este acontecimento, a presença de pestilências na várzea e no rio Tamanduateí já se fazia notar há tempos. Desde os primórdios da cidade, por exemplo, o rio e sua várzea (então chamada de *Várzea do Carmo*) já eram utilizados para o descarte de parte dos resíduos e do esgoto das residências que lhe ficavam próximas. Nas suas margens, estavam colocados pelo menos dois grandes “esterquilínios”, um na altura da atual Av. Rangel Pestana – então chamado de *buracão do Carmo* – e outro nas imediações da Ladeira do Porto Geral. Essa prática, que já era um costume secular, foi, inclusive, regulamentada no ano de 1790. Naquela oportunidade, um edital da Câmara estabelecia que “os moradores da rua do Colégio, Largo da Sé, rua das Flores e do Convento do Carmo deveriam realizar seus despejos de lixo no buracão que se acha fronteiro do Convento dos Carmelitas, junto à estrada que vai para a ponte de baixo do mesmo Convento; e que os moradores da rua do Rosário dos Pretos, Boa Vista e São Bento, deveriam fazer o mesmo despejo no buraco que se acha junto ao caminho que vai para Tamanduatehy, fronteiro ao quintal amurado do Padre

Ignácio de Azevedo Silva<sup>210</sup>

O rio servia muito bem a este propósito. Com um volume de água bastante superior ao seu congênere, o Anhangabaú, o Tamanduateí melhor se prestava ao trabalho de dissolver as impurezas produzidas pelos habitantes da cidade e, ato contínuo, encaminhá-las para bem longe das vistas. Além disso, tanto o rio quanto a sua várzea estavam num território considerado “ermo”; e isso a despeito de ocupar uma posição contígua ao núcleo urbano, logo após as escarpas da colina, à leste. Tendo em vista esta conformação, era o Tamanduateí e a sua planície - muito mais do que o Anhangabaú - o local ideal para os despejos da cidade:

“Registro do Edital que a Câmara mandou publicar, destinando ao publico logares baldios para despejos dos lixos, e imundícies. Fazemos saber a todos os moradores desta cidade, que pelo officio do Ilmo. e Exmo. Senhor General do Primeiro do presente mês dirigido a esta Câmara pelo qual nos recomenda o aceio das ruas desta cidade e a conservação da limpeza das mesmas: mandamos a todos os sobreditos moradores tenham suas testadas sempre limpas, isentas de todo e qualquer lixo, que será lançado em logares, que este Senado passa a destinar, afim de cessar este procedimento contra a dita limpeza, a saber: (...) no terreno que fica além da última casa pertencente ao Mosteiro de São Bento - no terreno próximo ao rio Tamandatahi que fica nos fundos das casas do tenente coronel Antonio Maria Quartim - no buracão do Carmo no logar imediato á primeira casinha pertencente a este Conselho...”<sup>211</sup>  
(meus destaques)

Chamo a atenção para o fato de que, na década de 1820, toda aquela região ser ainda considerada como uma área *baldia* da cidade. De fato, aqui teremos que voltar nossos olhos para a questão da ocupação dos espaços por uma população que beirava os 20 mil habitantes em todo o município. Os que residiam na área urbana - na chamada colina histórica - eram em número bem menor, cerca de 5 a 6 mil moradores.<sup>212</sup> Os demais se dividiam em núcleos como os do Brás, Pari e Santa Ifigênia, mais próximos, e os da Penha e da Freguesia do Ó, mais distantes. Daí, portanto, a ocorrência de grandes vazios bem ao lado da cidade.

A várzea do Tamanduateí estava a meio caminho entre o que poderíamos chamar de centro da cidade e o incipiente núcleo do Brás que, naquela época, era ocupado principalmente por chácaras, bem como o do Pari, que abrigava uma comunidade de

---

<sup>210</sup> - Ribeiro, José Jacintho; op. cit.

<sup>211</sup> - Registro Geral da Câmara de S.P., Vol. XVI, 1820-1822, p. 131 e 132, S.P., Arquivo Municipal, 1922.

<sup>212</sup> - A esse respeito ver **Marcílio**, Maria Luiza; “A cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850), especialmente terceira parte, capítulo I, “A Estrutura da população”, p. 102 e 103. No estudo, Marcílio aponta os problemas decorrentes dos recenseamentos globais para São Paulo que incluíam a população dos diversos bairros limítrofes. Nesse sentido, aponta a autora, no ano de 1836 a população total do município era de 21.933 habitantes. Mas, na área central residiam apenas 5.568 moradores. Os demais se dividiam entre o Brás (669 hab.), Santa Ifigênia (3.064), Penha (1.206), Freguesia do Ó (1.779), bem como em bairros mais distantes e integrantes do município de São Paulo como São Bernardo, Juqueri (atual Mairiporã), Guarulhos e Cotia. A grande população de Santa Ifigênia (3.064 habitantes) é explicada pela extensão que este bairro possuía, abrangendo toda a parte norte e ultrapassando mesmo os limites de Santana, depois do Rio Tietê.

pescadores. É certo, portanto, que as bordas da várzea já eram habitadas, e isso a despeito dos fugidios miasmas condenados pelos médicos e higienistas.

E é justamente por conta dessa ocupação que necessário se faz introduzir a questão do parcelamento e loteamento daquela região da cidade já que, bastante imprópria para a habitação, a mesma foi ocupada majoritariamente pelos mais pobres. Da conjugação desses fatores, as doenças e as mortes logo se fizeram presentes. Mais ainda, proponho descrever rapidamente o processo de especulação que se fez presente na várzea em meados do século XIX e que partiram justamente das suas bordas, dos dois núcleos contíguos: Brás e Pari. Os terrenos públicos, pelo menos aqueles mais secos e que poderiam ser aproveitados para moradia, tornaram-se desde então o centro de uma acirrada disputa.

Naquela época, era costume a municipalidade destacar lotes das áreas públicas e concedê-los aos interessados mediante solicitação. Eram as chamadas *Datas de Terras* que, até finais do século XIX, foram distribuídas quase que gratuitamente, bastando o interessado pagar uma pequena taxa. Colocava-se apenas uma condição: que a casa fosse construída em 6 meses, pois caso contrário a posse do terreno voltava para a Câmara.

Em 1859, por exemplo, dos lados do Cambuci e do Lavapés os vereadores já haviam distribuído muitas datas. Como conseqüência, os arruamentos estavam quase que chegando à várzea, na altura da ponte do Carmo, nas margens do rio Tamandateí. Após receber algumas reclamações de outros munícipes sobre esta “invasão”, os vereadores decidiram:

“... demarcar novamente os terrenos dados a diversos no lugar denominado Lava-péz, **deixando do lado de cima a largura de vinte palmos, e do lado da margem do rio mais largura para servidão pública**, e que esta nova demarcação seja feita na presença de alguns senhores Vereadores.”<sup>213</sup> (meus destaques).

De fato, entre os anos de 1859 e 1860, havia o risco de toda a várzea (incluindo a área do atual Parque D. Pedro) ser retalhada em lotes. Porém, uma condição física do local não permitiria que, naquele momento, isso acontecesse: a planície mais próxima da margem direita do rio sofria com constantes inundações. Não obstante as várias ações para dessecar a várzea através da construção de pequenos canais e tentativas de retificar o leito do rio, as águas do Tamandateí espalhavam-se e ocupavam uma grande área a cada estação chuvosa. Esses terrenos úmidos, já que sujeitos a enchentes constantes, acabaram sendo desprezados para moradias e, como conseqüência, a ocupação daquela parte da cidade ocorreu de uma maneira *sui-generis*. Ao contrário do que acontecia pelos lados do Anhangabaú (cuja

---

<sup>213</sup> - Relatório da “Comissão Permanente” da Câmara - A. C. sessão do dia 03/11/1859, p. 184. Curiosidade: um dos vereadores nomeados para verificar essa nova demarcação foi justamente o nosso conhecido Malaquias Rogério de Salles Guerra.

expansão se dava, paulatinamente, na direção centro-periferia a partir do Morro do Chá, Santa Ifigênia e do Bexiga) da parte do Tamanduateí existia um vazio entre a colina e os núcleos de população rarefeita como o Brás e o Pari. Ocupando inicialmente as terras secas, o avanço das construções, e a conseqüente conquista da várzea, ocorreu na direção contrária, ou seja, da periferia para o centro. E isso a um custo muito elevado, representado pela necessidade constante de drenagens e aterros que, por sua vez, deram origem ao aterrado do Brás pelos anos de 1860 e ao aterrado do Gazômetro na década seguinte.

Esses trabalhos, levados a efeito pelo poder público, acabaram por tornar parte daqueles terrenos pantanosos em uma área passível de ser utilizada para construções e, como já era de se esperar, a várzea começou a despertar a cobiça de muita gente. De fato, na década de 1850, discutia-se um melhor aproveitamento daqueles terrenos o que, naquele momento, significava a sua privatização, via parcelamento, em detrimento o uso público que então vigorava. Mas, que usos eram esses? E, também importante, qual o entendimento que se tinha das áreas de *servidão pública*? O embate que ocorreu em meados do século XIX é bastante esclarecedor e dele podemos retirar alguns elementos que nos aproximam dessas questões.

Em 1859, por exemplo, Caetano Ferreira Balthar, proprietário de uma chácara nas proximidades da igreja do Brás<sup>214</sup>, solicitava a aprovação para uma rua que ele mesmo se incumbia de abrir, desde a sua propriedade até uma determinada ponte (construída pelo próprio Caetano) que transpunha um dos canais abertos para o dessecamento da várzea. Além disso, “oferecia” ainda a possibilidade da continuação desta rua que, cortando toda a planície, encontraria com a *Rua Municipal* (hoje General Carneiro), do outro lado do rio, já no centro da cidade. Como iria abrir esta rua parte em sua propriedade e parte em área pública, ele oferecia para a municipalidade o leito da via que lhe pertencia e porções de terrenos, “*em compensação de algum outro que lhe tocasse por alinhamento e pelos melhoramentos que ali iria realizar*”, declarou o empresário. Em outras palavras, era uma tentativa de privatizar uma área pública. Tal pedido, analisado por uma comissão de vereadores, recebeu a seguinte resposta:

“(…) entende a Comissão que he conveniente dar-se o alinhamento pedido para a referida rua. Quanto ao outro alinhamento, entende a Comissão ser ainda mais vantajoso ao público, huma vez que pelo alinhamento da rua Municipal se abra huma rua que vá terminar na rua do Pary, visto ser de grande utilidade aproximar-se a comunicação d’esta Cidade com os habitantes do Pary, e n’esta hypoteze o terreno que ficar para o lado opposto a chácara do Suppe., ficará pertencendo a Câmara, em compensação de outros que lhe possão tocar pelos alinhamentos que pede, e que a Comissão

---

<sup>214</sup> - Grande proprietário e comerciante na cidade, Balthar possuía uma outra chácara nas imediações da atual “baixada do Glicério”, entre as ruas Américo de Campos e Barão de Iguape.

julga justos.”<sup>215</sup>

Nesse meio tempo, e instada por uma consulta do governo provincial, a municipalidade se viu obrigada a discutir uma questão premente e que, naquele momento, estava sendo objeto de muita especulação: a necessidade de se delimitar e reservar espaços para o que eles chamavam de *logradouros públicos*. Estes, por sua vez, se constituíam em terras públicas que deveriam ser conservadas para o uso comum dos povos.<sup>216</sup> A preocupação com essas áreas já estava presente na cidade desde 1850, época em que foi promulgada a chamada Lei de Terras<sup>217</sup>. Porém, em 1859 o caso foi agravado por conta da expansão urbana.

Considerando o problema, resolveu-se definir com mais clareza a natureza e a extensão dessas áreas, para que não fossem “*diminutas a ponto de não dar préstimo algum e nem excessiva ou supérflua que prejudicasse a maior utilidade pública*”. Na base dessa discussão estava a necessidade, diziam eles, de ocupar as terras que se achavam incultas e abandonadas e que poderiam ser melhor aproveitadas. Por outro lado, e ainda segundo os vereadores, já não poderia mais subsistir de maneira tão ampla e indefinida o velho costume - definido como *abuso* - de se considerar como logradouro público tantas terras, simplesmente pelo fato de não se encontrarem “*fechadas por título algum...*”<sup>218</sup> o que, nesse caso, as tornariam devolutas.

Ora, a discussão naquele momento continha outros elementos e era mais profunda, pois ao questionar a utilidade pública das terras ou o uso que os moradores delas faziam, percebemos que subjacente estava a intenção de uma ocupação via privatização. O choque não poderia ser maior, pois há séculos, os paulistanos estavam a utilizar os *campos de servidão* como as várzeas, margens e leito dos rios para os seus afazeres.

Como forma de regulamentar essa questão através da legislação, determinou-se então que tais logradouros públicos deveriam ter a “*máxima extensão de um quarto de légua quadrada,*

---

**215** - Relatório da “Comissão Permanente”, A. C., sessão do dia 03/11/1859, p. 183 e 184

**216** - Atualmente define-se “logradouro público” como todo e qualquer espaço utilizado para a circulação de pessoas e de veículos, tais como o leito de ruas e avenidas, bem como as pontes, viadutos e as áreas de praças e parques. No século XIX, porém, a definição era outra e entendia-se como logradouro público as terras públicas utilizadas por um grande número de pessoas nos seus afazeres como a retirada de água, lavagem de roupas, pastagem de animais, etc., definição esta na qual se encaixava perfeitamente a “várzea do Carmo”.

**217** - A Lei nº 601 de 18/09/1850, a chamada Lei de Terras, estipulava em seu artigo 1º que, em todo o Brasil, ficavam “*proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra*”. Na prática, a lei determinou o fim do antigo costume das concessões gratuitas. Além disso, estabelecia que “*medidas e demarcadas*”, as terras poderiam ser vendidas para empresas particulares. No § 4º do Art. 5º, ficou regulamentado que “*Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais Freguesias, Municípios ou Comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto por Lei não se dispuser o contrário.*” O que se viu, a partir de então, foi uma disputa em torno das terras públicas que se cristalizou num conflito entre os governos do município e da província pela posse dessas áreas. Por outro lado, os chamados *campos de usos comum* não demarcados oficialmente, também poderiam ser “cercados” e vendidos.

**218** - Parecer da Comissão Permanente da Câmara, A. C., sessão do dia 18/11/1859, p. 194 a 196

ou meia légua em perímetro de campos e várzeas”.<sup>219</sup> Mais ainda, foram definidas as áreas passíveis de serem reservadas para o futuro como *campos de uso comum* e eram eles:

- 01 - a *Várzea de Santo Amaro* (atual Parque do Ibirapuera);
- 02 - as *vertentes do rio Ipiranga* (atual Parque do Estado e Zoológico);
- 03 - a região do rio Pirajuçara;
- 04 - na *Estrada de Jundiá* os chamados *Campos do alto do Anastácio* (atual Parque Anhanguera e, possivelmente, incluindo a área do Pico do Jaraguá);
- 05 - os *Campos do alto de Santana* (Parque da Serra da Cantareira);
- 06 - na direção de Guarulhos, os *Campos do Guapira*;
- 07 - na região da Penha o *Alto do Tatuapé*;
- 08 - na Estrada da Mooca, os campos e várzeas do mesmo nome;
- 09 - na Estrada de Santos, os campos do *Alto do Ipiranga*;
- 10 - na Estrada da Freguesia do Ó, as várzeas do mesmo nome localizadas no rio Tietê.<sup>220</sup>

Chama a atenção o fato de que, naquela época, todas essas áreas estavam distantes da cidade e, dentre elas, a mais próxima era a *Várzea da Mooca*. E aqui notamos um total silêncio em relação à várzea do Carmo, esta sim o verdadeiro logradouro público dos moradores, já que mais próximo da cidade e utilizado pelo povo em diversas atividades. Não pairam dúvidas de que este silêncio era estratégico, pois não estava nos planos a intenção de deixar a várzea nessa condição, mas muito pelo contrário promover a sua privatização através da concessão de terrenos e fomentar o parcelamento das chácaras.

Gestada seja por conta do crescimento da cidade e da conseqüente falta de espaços para construções, seja pela força da ideologia liberal que vicejava nas primeiras décadas após a Independência <sup>221</sup>, tal decisão, aliada ao projeto de Caetano Ferreira Balthar para a várzea do Carmo, acabou por provocar na comunidade uma forte reação e, acredito, não esperada pelos vereadores. Já nos primeiros dias de dezembro de 1858, chegava aos edis “*um abaixo assinado, elaborado por várias pessoas, representando contra a Câmara sobre a concessão de terrenos a*

---

219 - Id. ibidem. ¼ de légua = 1 Km.; ½ légua = 2 Kms.

220 - Id. ibidem

221 - João José Reis, ao analisar a intervenção do Estado nas práticas e costumes da população, escreveu que “A Independência e as primeiras décadas subseqüentes colocariam no centro da política brasileira a ideologia liberal. Essa é uma questão bem conhecida. Menos estudados que a manifestação liberal no plano macropolítico foram os efeitos na vida cotidiana do povo comum. Liberais radicais e moderados, liberais de centro e de fora do poder visualizaram uma intervenção global da sociedade, com características de um projeto de hegemonia ideológica e cultural. Nesse nível, o liberalismo se manifestou como uma campanha da civilização contra a barbárie, da cultura de elite contra a cultura popular, e de uma nova cultura pretensamente européia e branca contra uma definida como atrasada, colonial e mestiça. A idéia era fazer das “instituições liberais” um mecanismo eficiente de intervenção nos costumes do povo, sem abandonar uma longa tradição de dominação paternalista. A “instituição liberal” estrategicamente melhor posicionada para executar essa tarefa foi o Município.” Reis, João José; “A Morte

*Caetano Ferreira Balthar entre o rio Tamanduateí e a chácara do mesmo*".<sup>222</sup> Tamanha foi a celeuma criada que, imediatamente, a reclamação foi encaminhada para uma comissão dar a sua resposta. De fato, o caso merecia atenção principalmente porque o documento continha sérias acusações e, como nunca visto antes, no intervalo de poucas horas o parecer foi elaborado e lido ... na mesma sessão!

Dentre as denúncias contidas no abaixo assinado, a mais grave versava sobre a alienação por parte da Câmara dos terrenos municipais (públicos, portanto) como eram os da várzea mediante sua transferência para Caetano Ferreira. Após várias considerações a respeito dos alinhamentos que seriam feitos, os vereadores rebateram o argumento dizendo que a transação, de certa forma, importaria em perda de uma área por parte de Caetano e que, por isso, ele merecia uma compensação. Mas, logo em seguida, lançam mão de uma argumentação bastante autoritária (hoje podemos dizer) fazendo ver aos reclamantes que, pelo direito e leis estabelecidas, cabia tão somente à Câmara deliberar sobre este assunto:

"Os signatários da representação não podem desconhecer o direito que tem a Câmara de dar alinhamentos para a abertura de ruas, e embelezamento das construções urbanas, dentro dos limites que formam a área que constitui esta Cidade a qual compreende as duas próximas Freguesias, e devem convir que a concessão ou aquisição de terrenos havidos por alinhamentos, é, como está demonstrado, o resultados d'estes, e convencerem-se por consequência que a sua representação tende a subverter atribuições e deveres por Lei estabelecidos e impostos às Câmaras, e por isso estão no caso de não serem atendidos." <sup>223</sup>

Certamente que a acusação contida na representação irritou sobremaneira os vereadores. Logo em seguida, porém, a discussão que foi travada nos aproxima dos usos que a população fazia da várzea. Argumentando que o local deveria permanecer na mesma situação em que se encontrava, colocando-se contra, portanto, ao seu parcelamento em lotes (ou *datas de terra*, como se dizia), os reclamantes receberam a resposta de que a municipalidade estava ali realizando diversas e caras obras que se constituíam principalmente no

"... dessecamento do terreno e, por conseguinte proporcionando as melhores condições para se utilizar a várzea que, no estado de alagamento periódico a que está sujeita, não se presta convenientemente. (...) Ninguém dirá que tais melhoramentos que a Câmara tem em vista, e está convencida de os poder realizar, não sejam preferíveis a conservar a várzea no péssimo e inútil estado

---

é uma Festa", S.P., Cia. das Letras, 1991. Ver especialmente Capítulo 11 "Civilizar os costumes", p. 275.

<sup>222</sup> - A. C., sessão do dia 03/12/1859, p.198.

<sup>223</sup> - A. C., id. Ibidem, p. 204.OBS: O abaixo-assinado original não foi encontrado. Por isso, as argumentações contidas no mesmo estão sendo retiradas da própria resposta dos vereadores.

em que se acha, como almejam e se desvanecem os signatários de aconselhar á esta Câmara."<sup>224</sup>

E, talvez tocando no ponto principal que norteou aquele abaixo-assinado, responderam os vereadores com irritação:

"... e que **se alguns se interessam em ter animais soltos na várzea** (que está dentro da área da Capital) não é isto que se deve consentir; não é isto que as posturas devem permitir; e nem é o que se observa em Cidades bem policiadas." <sup>225</sup> (meu destaque)

Nesse mesmo dia, e como que a desafiar os que queriam transformar toda a várzea em logradouro público, os vereadores decidiram pela concessão de expressiva quantidade de datas de terras na várzea, 56 no total, entre os bairros do Pari e do Brás.<sup>226</sup> Mediante esta ação, as solicitações de terrenos só fizeram aumentar, e de tal maneira que, em janeiro de 1860, os lotes distribuídos já ultrapassavam o número de 181.

Em meio a todo esse processo de parcelamento da várzea que, inclusive, já ameaçava chegar às margens do Tamanduateí, vários protestos foram anotados, especialmente dos que queriam reservar um espaço para uso público. Por outro lado, aqueles que haviam sido agraciados com terrenos, temerosos que estavam de um retrocesso, também reclamavam da demora na confirmação das concessões. Naquele momento, cristalizava-se uma disputa envolvendo a utilização de um espaço que, por séculos, havia sido considerado como de "servidão pública", já que aproveitado pelos moradores na sua labuta diária. Os primeiros a serem atingidos pela medida eram certamente os carroceiros e tropeiros, que se serviam da várzea para a pastagem de seus animais e que, também, matavam sua sede no rio. Mais ainda, esse processo de privatização poderia atingir de forma diferente outros profissionais como os pescadores, aguadeiros e lavadeiras que da várzea retiravam os poucos recursos para a sua sobrevivência.

E os grupos eram expressivos: de um lado, 181 pessoas pediam pela imediata confirmação da posse dos terrenos e, de outro, 125 pessoas citadas como "*moradores nas três freguesias da cidade*" escreviam pedindo a "*revogação das mesmas datas de terra concedidas na várzea*"<sup>227</sup> Os contrários eram, principalmente, os citados tropeiros e carroceiros que se

---

224 - Id. ibidem, p. 205

225 - Id. ibidem.

226 - Id. ibidem p. 206

227 - Relatório da Comissão Permanente, A. C., sessão do dia 26/01/1860, p. 23 a 29

utilizavam da área para o descanso e pastagem dos seus animais e, com isso, os vereadores não concordavam:

“Por certo, devemos penalizar que na Capital da Província de São Paulo se manifeste o pensamento de querer-se converter em pastagens de animais terrenos dentro e contíguos a área da Cidade, para proveito de alguns animais (...) com preterição do direito e necessidade que tem os habitantes de edificar?”<sup>228</sup>

O projeto de tornar toda a várzea em “logradouro público”, desejo este manifestado pelos 125 requerentes, foi igualmente rechaçada:

“Em verdade, Snres., a pretensão de se querer considerar as Várzeas do Braz e do Carmo como terrenos de logradouro da Municipalidade, é essencialmente não só absurda, como contrária ao interesse da Civilização e crescimento d’esta Cidade; e o ato desta Câmara que a tal se prestasse, sem passar pelos trâmites competentes, seria ilegal, e além disso atentatório dos direitos dos habitantes.”<sup>229</sup>

A várzea, que por séculos havia sido considerada como de servidão pública, agora estava ameaçada pela privatização via distribuição de terrenos – o que realmente veio a ocorrer nas suas bordas. O embate, porém, envolvendo acusações e duras palavras de ambos os lados, perduraria ainda por muito tempo, voltando sempre quando os vereadores resolviam distribuir novas datas. A esse respeito, um último exemplo merecer ser trazido, pois o mesmo reforça as diferentes características e apropriações que se faziam da várzea, o que dependia, é claro, da posição que cada um ocupava. No dia 19 de julho de 1860, o vereador Diogo de Mendonça subiu à tribuna da Câmara e pronunciou um longo discurso a respeito do aumento dos aluguéis na cidade e sobre a necessidade de se aproveitar os terrenos da várzea para a construção de casas para “... o povo, principalmente as classes menos abastadas...”, sendo estas identificadas por ele como os “... empregados públicos, estudantes, artífices e comerciantes...” que, conforme suas palavras, compunham a imensa parte ou quase exclusivamente a população paulistana.<sup>230</sup> Aqui, e de maneira bastante explícita, nos é revelada a exclusão de parcelas significativas, justamente os mais pobres que, para o vereador nem mereceriam ser citadas ou, na sua maneira de pensar, não fariam parte do “povo” já que, talvez, não exerceriam funções dignas de serem mencionadas. Mais adiante, ele expõe a sua opinião a respeito da várzea e confirma a nossa suspeita:

---

228 - Id. Ibidem

229 - Id. Ibidem

230 - A. C. sessão do dia 19/07/1860, p. 151 a 154

“... ignoro a razão porque há de a Câmara conservar a várzea tal como se acha, **sem proveito digo de ser respeitado** e mantido. **Diz-se ser ella necessária para pasto de animais**, mas são meia dúzia de cavalos ou bois que unicamente em tempo seco ali pastam, e eu não sei como seriamente possa alguém entender que o povo deve sofrer a escassez de casas, a falta de habitação, afim de que esses animais não sejam desacomodados.”<sup>231</sup>

Os pontos de vistas antagônicos que envolviam grande número de pessoas, bem como as apropriações e significados da várzea para cada uma delas, nos faz ver que uma solução para o local teria que ser, necessariamente, negociada ao longo dos anos.

Apesar da longa exposição aqui realizada sobre a ocupação dessa parte da cidade, a mesma se fez necessária para encaminhar uma questão que reputo ser de muita importância: para quem, naquele momento, a várzea se mostrava perigosa?

Tendo em vista a sua característica de planície sujeita à inundações periódicas mais o tortuoso Tamanduateí que lhe margeava, bem como a presença adiante do rio Tietê, que represava as suas águas em épocas de cheias, o fato é que, não raro, a várzea do Carmo permanecia cerca de metade do ano inundada.<sup>232</sup> Em tais condições, dava-se como certa a vinculação dessas águas paradas – medonho viveiro e sepulcro de animais e plantas – com as doenças que atingiam a população. Não por outra razão, eram constantes as reclamações contra a umidade presente no local e contra as “... águas represadas (que) inundam as (...) propriedades, como (também) a mesma vargem, **formando estagnos, cuja putrefação contaminando a atmosphaera produzem moléstias como nunca se conheceram nesta cidade.**”<sup>233</sup> (meu destaque).

Desde meados do século XIX, na verdade, estavam os pântanos a desafiar os médicos e administradores da cidade. Tidos como locais insalubres e fontes de miasmas pestilentos, mesmo em sua forma natural eles eram considerados como “*misteriosos laboratórios de vida e da morte, (servindo) ao mesmo tempo de berço e de sepultura a muitas plantas, a inumeráveis gerações de animálculos, apresentam o contraste da imobilidade de suas águas dormentes com a agitação de tantos entes diversos que abrigam, e como para proteger as orgias de uma criação imunda, repelem o homem, fazendo em torno de seus bordos a moradia da infecção e da moléstia.*”<sup>234</sup> A umidade, as águas

---

231 - Id. ibidem.

232 - Ver Saint-Hilaire op. cit. e o “Relatório do Presidente da Província” Manoel Felizardo de Souza Mello apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo aos 07/04/1844, reproduzido em **Egas**, Eugênio; *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, vol. I, p. 149.

233 - Representação do Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leite e outro, enviado ao presidente da província em 1824 e citado na íntegra em Antonio Egídio Martins, “São Paulo Antigo”, p. 65 e 66.

234 - **Machado**, Roberto et alii; *Danação da norma*, R.J.: Graal, 1978, p. 267, aqui citando a tese de Francisco de Paula Pereira Lagos para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1853.

paradas e os terrenos encharcados como eram os da várzea do Carmo, eram muito temidos pelos médicos e engenheiros que, por isso mesmo, não se cansavam de pedir ao poder público as obras necessárias para o seu dessecamento:

“sendo geralmente reconhecidas as vantagens que devem resultar do dessecamento da várzea do Carmo; (é) certo que vários Presidentes tem ordenado exames e trabalhos n’esse sentido, e que tantos Engenheiros como juntas de hygiene tem sido concordes na opinião de que as águas ali estagnadas são prejudiciaes a salubridade publica (...)”<sup>235</sup>

Nesse ponto devemos voltar nossos olhos para o fato de que, apenas pelas suas características naturais, a várzea do Carmo já apavorava uma parcela mais “esclarecida” da população, especialmente os médicos. Porém, aqui é preciso adicionar pelo menos dois outros componentes: o lixo e o esgoto de boa parte da cidade que ali eram atirados. Estes, por sua vez, e em contato com as águas estagnadas das enchentes, produziam fermentações e miasmas pútridos tidos como insuportáveis pelos higienistas. De qualquer forma, e a exemplo do Anhangabaú do outro lado, também aqui conviviam duas características antagônicas: o rio e sua várzea eram, ao mesmo tempo, um problema e uma solução.

A historiografia vem repetindo, há anos, o temor que nossos antepassados possuíam frente às áreas alagadiças, brejos e pântanos, que causavam repulsa pelo fato de ali se encontrarem em constante decomposição toda a sorte de matéria, vegetal e animal, num imenso *caldeirão* onde ocorria a mais horrenda putrefação que infectava o ar com *vapores mefíticos*. “A vizinhança aquática multiplica os danos da fermentação e da putrefação, enquanto o ressecamento ao ar livre atenua o perigo. O pântano fascina; sobre ele delinea-se toda uma cosmologia. Na vasa nauseabunda mesclam-se os restos vegetais em fermentação, os dejetos orgânicos putrefeitos e os cadáveres de todos os seres imundos engendrados pela desunião dos corpos. Trocas incessantes de vapores se operam entre o subsolo, a turba fétida que o recobre e a massa aquática (Corbin, 1987, p. 48 e 49) e, por isso, “A drenagem de pântanos pestilenciais, situados na vizinhança de cidades, inscreveu-se na ordem do dia (Id. ibidem, p. 122). Mas, poderíamos questionar, na ordem do dia para quem? Vigarello ressalta ainda que “Os ventos, soprando sobre os pântanos, poderiam determinar a diferença do número de mortes” (Vigarello, 1996, p. 161).

No Brasil, reproduziram-se os estudos que partiram dessa mesma premissa, ou seja, a de que os pântanos causavam terror pelos miasmas ali produzidos. Citando um estudo de Manuel Vieira da Silva datado de 1808, Roberto Machado escreve que “A presença das águas estagnadas no Rio de Janeiro chega a ser vista como causa principal de insalubridade. Cercado de lugares

---

235 - Relatório da “Comissão de melhoramento de edificações da cidade”, apresentado na sessão da Câmara de 01/02/1859, A. C., p. 23 a 25.

*pantanosos, onde substâncias animais e vegetais se encontram em dissolução, o clima quente da cidade provoca a rápida putrefação dessas substâncias, dando origem a 'pestíferos gases que devem levar a todos os viventes preliminares da morte' (Machado, 1978, p. 266) e, com base nesta e em outras citações da época, ele arremata com suas próprias palavras que "Assim os pântanos aparecem como perigo para a saúde pública, por serem focos de exalações de miasmas (...)" (Id. ibidem, p. 267 e 268). Para complementar um tal horror frente aos pântanos, é exemplar a denominação que se deu a uma das várias febres que atingiam a população: a paludosa, palustre ou febre dos pântanos (identificada mais tarde como malária). Ou, ainda, a clara determinação contida na Lei Imperial de 1º de outubro de 1828 que, ao reorganizar as funções das Câmaras Municipais no Brasil, deliberou que a elas caberiam "tudo quanto diz respeito à Polícia e Economia das Povoações (...) pelo que proverão (...) sobre (...) o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas (...)"<sup>236</sup> determinação esta que, invariavelmente, constou de todas as recomendações médicas.*

Essas representações do passado podem nos levar a concluir que todos temiam esses lugares infectos e que, por isso mesmo, deles se afastavam frente ao pavor de adquirirem doenças. Porém, as disputas e todo o processo de ocupação da várzea nas décadas de 1850 e 1860 nos revela um outro lado da questão e que diz respeito às apropriações que a população fazia em relação a locais tão "infectos". Assim, a utilidade da várzea em seu estado natural não pode nunca ser negada: os aguadeiros dali retiravam seu sustento num ir e vir constante durante boa parte do dia; tropeiros e charreteiros transformaram o local num ponto certo de parada para descanso próprio e de seus animais. E, principalmente, tínhamos as lavadeiras, majoritariamente negras que, calçando seus tradicionais tamancos, desciam da rua do Glicério e de toda a encosta da colina central da cidade rumo às margens do rio. Nas mãos elas levavam uma tábua de bater roupa e, na cabeça, uma trouxa com tudo o que seria lavado naquele dia.<sup>237</sup>

Ao considerarmos os vários usos julgados salutares da várzea – lazer e lavagem de roupa, por exemplo – restaria perguntar para quem de fato este local representava uma ameaça à vida. Certamente para os médicos, engenheiros e em parte para o poder público, uma vez que parcelas da população não se intimidavam diante de local tão "nauseabundo" e danoso à saúde.

Estas nuances devem ser levadas em consideração quando tratamos de reconstruir o passado e, emprestando as palavras de Jean-Claude Schmitt, acredito que a História, ou "a compreensão (dela) brota da diferença: é preciso, para tanto, que se cruzem múltiplos pontos

---

<sup>236</sup> - Coleção das Leis do Império do Brasil desde a Independência; Ouro Preto: Typ. de Silva, 1833, p. 320 a 322.  
<sup>237</sup> - **Americano**, Jorge; *São Paulo naquele tempo 1895-1915*; S.P.: Edições Saraiva, 1957, p. 146. Sobre as lavadeiras no Tamanduateí, ver também um interessante relato em **Menezes**, Raimundo de; *São Paulo dos nossos avós*, S.P.: Saraiva, 1969, p. 25.

de vista que revelam o objeto – considerado, dessa vez, a partir de suas margens ou do exterior – múltiplas faces, reciprocamente ocultas.”<sup>237</sup>

Assim, não obstante a característica negativa a ela imputada por muitos, para outros a várzea estava carregada de sinais positivos, seja para aqueles que lutaram por um terreno *roubado* ao alagado para construir suas casas, seja para outros que ali tinham o seu local de trabalho, de ganho diário. Nessa perspectiva, a questão ganha outros contornos, pois de um local onde imperava a doença e a morte, agora poderemos entender o pântano como importante fonte de vida, já que muitos retiravam dele a sua sobrevivência. Nesse sentido, e não refutando as imagens pavorosas que diversas análises nos deram a conhecer sobre esses *caldeirões de putrefação* bem ao lado das cidades (visão do inferno, conforme Alain Corbin), afirmo que aquelas não são excludentes a esta que procedi. O fato é que devemos também voltar os nossos olhos para aqueles que não venceram a disputa e tentar “ouvir” suas argumentações. Caso contrário perderemos, no mínimo, a chance de entender as negociações engendradas que certamente nos relevam perspectivas ignoradas. Estas, por sua vez, podem estar na origem da lenta transformação daquela área considerada tão perigosa e insalubre.

Em estudos anteriores, eu mesmo já havia detectado uma certa demora na resolução deste problema.<sup>238</sup> Em meados do século XIX – e seguindo os preceitos então vigentes – médicos e higienistas acadêmicos elegeram os três maiores problemas presentes na cidade e que estariam colaborando para com a insalubridade geral: a posição do antigo matadouro no bairro da Liberdade, os sepultamentos nas igrejas e os pântanos. Em 1853 o matadouro foi transferido para o bairro do Bexiga; em 1858 era aberto o cemitério da Consolação tornando-se proibido, desde então, a utilização das igrejas para a realização de sepultamentos. Mas, o caso da várzea (e a exemplo do Anhangabaú) demoraria ainda um bom tempo.

Esgoto da cidade e ao mesmo tempo ganha-pão de alguns moradores, o rio Tamanduateí e sua várzea representavam tudo quanto os médicos não desejam para a urbe. Se no Rio de Janeiro a luta era pela extinção dos mangezais, em São Paulo o olhar médico recaía sobre a Várzea do Carmo e, principalmente nas épocas de epidemias, sempre lembravam ao poder público:

“... a conveniência de se tratar com urgência da limpeza do Tamanduateí, ou tapando a nova vala para que as águas corram pelo leito antigo, ou dessecando o leito antigo, que contem atualmente àgua estagnada e substancias em putrefação, (recomendendo) a V. Mces. que tomem este objeto na devida consideração, conforme reclama a salubridade publica em época tão melindrosa...”<sup>239</sup>

---

237 - Schimitt, Jean-Claude; *A história dos marginais*, In: Le Goff, Jacques; *A história nova*, 1993, p. 261 a 290

238 - Camargo, *Sepultamentos em São Paulo 1800-1858*, op. cit.

239 - Coleção “Papéis Avulsos”, Vol. 173, 1855, doc. nº 63. Consta na margem deste mesmo documento o seguinte

A solução encontrada naquele momento foi sempre a abertura de valas que, paralelas ou perpendiculares ao rio, ajudavam a dar um melhor escoamento às águas estagnadas responsáveis pela conformação pantanosa do local. Resolvendo parte do problema em épocas de cheias, na estiagem, ao contrário, essas mesmas valas exalavam um forte odor por conta do material em decomposição que nelas ficavam depositadas. Por vezes erros aconteciam tanto na abertura, quanto na tapagem dessas valas, o que, neste último caso, acabava por represar as águas alagando ainda mais os terrenos. Na década de 1850, o olhar médico esquadrinhava a várzea e não apenas apontava os erros cometidos, como também alertava para prevenir males futuros, causas de novos miasmas:

“...tapou-se a nova vala do tamanduateí com terra de uma escavação da vargem sem esgoto algum, de sorte que dentro em pouco tempo terá de converter-se em novo foco de infecção formado pelas águas estagnadas que necessariamente devem subsistir nesse lugar, mesmo no tempo em que toda a margem costuma dessecar-se.”<sup>240</sup> (meu destaque)

Não obstante, estava a várzea bem posicionada, ao lado da cidade e de seus moradores, sendo por isso bastante freqüentada diariamente. Os paulistanos que residiam nas imediações da Sé e da Rua Direita, chegavam até ela pela íngreme *Ladeira do Carmo* e, no trajeto, poderiam observar a igreja e o convento dos carmelitas, cujos edifícios se posicionavam à direita. Descendo um pouco mais, valia a pena parar por alguns instantes nas *casinhas*<sup>241</sup> para verificar o preço e a qualidade dos toucinhos ou do feijão, aproveitando o tempo para uma conversa com os vendedores e amigos ali reunidos. Continuando um pouco mais se encontrava, à direita, o famoso *buracão do Carmo*. Caso o objetivo do trajeto fosse justamente o de se livrar do lixo, o morador poderia ali realizar seu despejo. Mas, se ao contrário, o seu destino fosse o de seguir em frente, ele passaria pela ponte do Carmo que transpunha o Tamanduateí e, pelo aterrado, chegaria até o subúrbio do Brás. Na travessia da várzea ele certamente encontraria com tropas carregadas de mercadorias vindas das chácaras da região e mesmo da Penha, São Bernardo e das Vilas de Atibaia e Bragança. Alguns animais, cansados dessa viagem, estariam ali a pastar e a matar a sede num dos canais ou na

---

despacho feito pelos vereadores: “Se mandou tapar o canal novo do rio Tamanduateí”.

<sup>240</sup> - Coleção “Papéis Avulsos”, Vol. 174, 1855, doc. 52

<sup>241</sup> - As “casinhas”, em número de treze, foram construída pela Câmara na “Ladeira do Carmo” nas últimas décadas do século XVIII. Espécie de mercado, estabelecido em cômodos, ali se negociavam produtos não só dos arredores de São Paulo, como também de Jundiaí, Juqueri, Atibaia e Bragança, trazidos pelos próprios produtores: arroz, feijão, milho, farinha, toucinho, carne, leite, aves, ovos, aguardente, etc. Depois de demolidas, foram elas reconstruídas em outro local, no início da “Rua Municipal”, hoje General Carneiro, que também era uma das ladeiras que levavam à várzea. Ver: **Guimarães**, Olmária; “O Papel das Feiras-Livres no Abastecimento de São

própria margem do Tamanduateí. Se sobrasse um pouco de tempo, era o caso de observar as lavadeiras que se esmeravam na batida vigorosa das roupas contra as pedras e, no mais das vezes, utilizando-se das *lavanderias*, que eram uma espécie de banquinhos de madeira que se fixavam nas margens do rio.<sup>242</sup>

Esse trajeto não era percorrido apenas pelos paulistanos nos seus afazeres diários, já que muitos forasteiros, viajantes e estudantes da Faculdade de Direito também se utilizavam do caminho para curtos passeios entre as chácaras do Brás ou para uma visita à igreja da Penha. Não raro, o destino era o próprio rio Tamanduateí, que servia para divertidos banhos. Saint Hilaire, por exemplo, que visitou São Paulo em 1819, hospedou-se inicialmente no Bexiga, mas logo em seguida, conseguiu uma boa casa justamente no Brás. Desta sua caminhada ele diria:

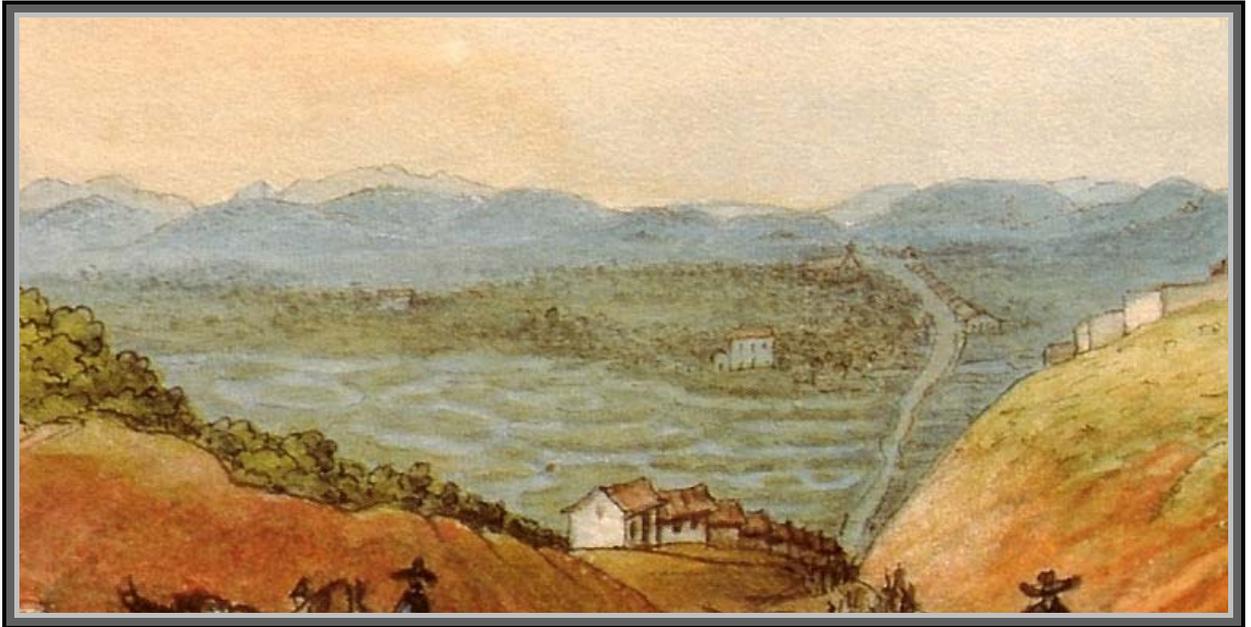
“Atravessei a cidade de São Paulo, incontestavelmente a mais bela de todas por mim visitadas desde que estava no Brasil. Chegando ao convento do Carmo, de onde se descortina belíssima vista, desci por uma rua calçada, a qual, por uma ladeira bastante íngreme, estende-se até o córrego Tamandatahy, e que é cercada de um lado por pequenas casas e do outro pelo terraço do convento. O córrego corre abaixo da cidade, constituindo ali um dos limites da mesma; é o mesmo transposto por uma ponte de pedra, de um só arco. Além dessa ponte, apresenta-se uma vasta planície (...) que, muito pantanosa nas vizinhanças do córrego, apresenta, mais longe, uma alternativa de pastagens e de capões de matos pouco elevados. No espaço de algumas centenas de passos a partir da ponte, o caminho é bordado e embelezado pelos tufos espessos de uma grande senecionácea de flores de um amarelo doirado; depois, além dessa parte do caminho, vêem-se várias casas de campo.”<sup>243</sup> (meus destaques)

---

Paulo”, S.P., USP, Instituto de Geografia, 1969, série “Teses e Monografias”, nº 02.

**242** - Até as últimas décadas do século XIX, foi intenso o trabalho das lavadeiras no Tamanduateí. Essa prática era inclusive reconhecida pela Câmara Municipal que, em 1889, analisou e aprovou uma indicação do vereador Carmillo no sentido de que a própria municipalidade mandasse contruir “*duas ou três lavanderias na varzea do Carmo sem prejuízo de qualquer melhoramento que por ventura se faça naquelle logar.*” A. C., sessão do dia 29/01/1889, p. 42.

**243** - **Saint-Hilaire**, Auguste; “Viagem à Província de São Paulo”, S.P., Livraria Martins Editora, 1945, p. 166. A leitura deste relato de Saint-Hilaire poderá ser feita ao mesmo tempo em que se observa a aquarela de Debret (veja Fig. nº 20 a seguir).



**Fig. 20**

Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro e Conventos dos Carmelitas

Nesta aquarela, data de 1827, Jean-Baptiste Debret registrou uma vista da cidade que, posteriormente, seria tema de uma das fotos de Militão Augusto de Azevedo (veja Fig. 22 adiante). Tomada nas imediações das atuais ruas Roberto Simonsen e do Carmo vemos, em primeiro plano, a “Ladeira do Carmo” (atual Av. Rangel Pestana), à direitas encontram-se duas igrejas: a do Carmo e a da Ordem Terceira do Carmo, bem como o edifício do Convento dos Carmelitas. Nesta composição podemos observar ainda alguns tropeiros chegando (à esquerda) e outros saindo da cidade (à direita). Na área em destaque vemos as famosas “casinhas” que eram alugadas aos comerciantes pela Câmara Municipal e, ao fundo, a várzea do Carmo – provavelmente inundada –

bem como a estrada e o núcleo do Braz.

Nenhum sinal de pavor, nada de medonho foi anotado pelo viajante. Detalhista nas suas descrições, Saint-Hilaire não percebeu naquele momento qualquer ligação entre o pântano e as possíveis doenças que ele causaria.

Cerca de quarenta anos depois desta visita, São Paulo recebeu o português Augusto-Emílio Zaluar, mais tarde naturalizado brasileiro e que residiu no Rio de Janeiro. De sua entrada na cidade, em 1860, ficou a seguinte impressão:

“Entramos finalmente em S. Paulo pelo lugar chamado Brás. É um dos arrabaldes mais belos e concorridos da cidade, já notável pelas elegantes casas de campo e deliciosas chácaras onde residem muitas famílias abastadas, ao lado todavia de alguns casebres e ranchos menos aristocráticos, mas que nem por isso deixam de formar um curioso contraste.”<sup>244</sup>

Zaluar também encantara-se com o rio e, numa noite em seu quarto, ao observar a várzea, inspirou-se:

“Ao longe, no meio da vasta campina, brilhavam, como uma toalha de prata, as águas adormecidas do Tamanduateí”<sup>245</sup>

Os elogios de Saint-Hilaire em 1819 e os de Zaluar em 1860, podem ser contrapostos ao olhar de um outro “forasteiro” que ali esteve em meados do século XIX. Trata-se do nosso conhecido Bernardo Guimarães, que também deixou registros de suas caminhadas por São Paulo. Numa das várias visitas que fez aos arrabaldes da cidade ele - que antes já havia lançado seu olhar crítico para o imundo *regato do Anhangabaú* - assim descreveu sua aventura pela várzea do Carmo:

“... e aquele comprido e monótono caminho do aterrado entre os charcos do Tamanduateí, exalando infectos miasmas de maresia, transposto o qual essas planícies, que de longe pareciam vastas e aprazíveis, vistas de perto não são mais do que áridas e acanhadas charnecas entre rincões estéreis, onde não murmura um regato, não sussurra um arvoredo, não canta um passarinho... terra de águas mortas e de formiga saúva, campos sem relva e sem flores...”<sup>246</sup> (meus destaques)

Tudo leva a crer que Bernardo Guimarães tenha feito esta observação numa das estações mais secas do ano, no inverno, provavelmente. Caso contrário, ele encontraria toda a

---

<sup>244</sup> - Zaluar, Augusto-Emílio; *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*, Livraria Martiins Editora, 1945, 1953, p. 123.

<sup>245</sup> - Id. *ibidem*, p. 129

várzea inundada ou, pelo menos, prestes a sê-lo, ocasião em que o aviso das enchentes viria precedido pelo aumento do volume de água do Tamandateí. De qualquer forma, não estava ele errado. Fora esses meses, geralmente entre dezembro e março, as águas realmente estariam *mortas* entre canais e poças que se sucediam entre os *monturos* do aterrado. Porém, chama mais a atenção as diferentes opiniões e representações do mesmo local feitas inicialmente por Saint-Hilaire e, depois, por Bernardo Guimarães. Uma primeira explicação, certamente redutora, seria considerar a diferença de épocas: o primeiro aqui esteve em 1819, período este em que a várzea ainda conservaria alguns aspectos dos primeiros tempos, e Bernardo Guimarães, que residiu em São Paulo entre os anos de 1847 e 1852, ocasião esta já de certo crescimento e expansão da cidade. Mas, ao mesmo tempo, temos o contraponto oferecido por Zaluar em 1860. Nesse sentido, quais das representações estariam mais próximas da realidade? No meu entender, todas elas, e aqui não apenas levando em consideração as múltiplas temporalidades, mas também a rede de representações que se sobrepõem, formando um quadro aparentemente confuso. Parte da inteligibilidade nos é dada quando nos aproximamos de cada um daqueles que produziram o discurso como é o caso de Guimarães, um crítico da cidade, e que colocou-se ao lado do colega Álvares de Azevedo, este mais explícito nos seus julgamentos desfavoráveis a São Paulo.<sup>247</sup>

Entretanto, a representação de Bernardo Guimarães não pode e nem deve ser invalidada, pois cotejada com outras fontes, é possível perceber que ele não estava errado. É certo, portanto, que em meados do século XIX, os monturos do aterrado intercalavam-se com as poças de *águas mortas* resultantes da última enchente. Não raro, o lixo que escorria do buracão do Carmo a elas se misturava provocando, através da decomposição e fermentação, um forte odor que incomodava, ao mesmo tempo em que colocavam sob alerta todos os que enxergavam ali a presença de doenças.

Mas, atirar o lixo na várzea era uma prática comum, sendo este um costume que perdurou por séculos no cotidiano da cidade. Reconhecido e regulamentado pelo poder público, tudo era feito no sentido de facilitar os despejos no Tamandateí – e isso pelo menos até as décadas de 1840 e 1850:

---

<sup>246</sup> - Guimarães, Bernardo Joaquim da Silva; “Rosaura a Enjeitada”, op. cit., p. 14.

<sup>247</sup> - Caso não levássemos em consideração essas diferentes imagens que, ao mesmo tempo, conviviam e se integravam uma às outras, poderíamos considerar que o próprio Bernardo Guimarães era contraditório, uma vez que em outra passagem de “Rosaura a Enjeitada” ele disse que “A capela do Brás, com o seu campanário branco, e

“Indicou (o sr Dr. Rodrigues dos Santos) que se mande proceder ao orçamento do aterro, e calçamento do beco entre a casa da Marquesa de Santos, e o falecido dr. Moura, afim de facilitar a descida dos que tem de lançar lixo na várzea, e que não fazem por causa do mau estado do dito beco. Que o sr. Presidente convide aos moradores contíguos ao dicto beco, e que imediatamente se interessão no asseio d’aquelle lugar a concorrerem para as despezas do aterro e calçamento.”<sup>248</sup> (meu destaque).

O citado *beco da Marquesa* não se constituía apenas em uma passagem ou caminho para a várzea, pois, mais do que isso, ele próprio era um conhecido local para despejo das imundícies. Reconhecendo essa *facilidade* como costume antigo, um edital de 1850 estabelecia que o “*becco entre as casas da Exma. Marquesa de Santos e do falecido Dr. Antonio Maria de Moura*” era um dos lugares autorizados para os “*despejos públicos*”. O mesmo edital, aliás, marcava ainda outros locais próximos do Tamanduateí para o descarte do lixo como o “Porto Geral de São Bento, a Ladeira do Carmo, além da ponte ao lado esquerdo e a Ladeira do Tabatinguera”.<sup>249</sup>

Por certo que a várzea do Tamanduateí era entendida pela grande maioria como uma área de servidão, “*um vasto logradouro público, encharcado, onde se faziam os despejos da cidade, soltavam-se animais, cortava-se lenha, e onde os ociosos vinham caçar e as lavadeiras fazer o seu mister.*”<sup>250</sup>

Mas, ao mesmo tempo em que era bastante utilizada pela população, a várzea se constituía também no receptáculo de vários canais de esgotos e de *águas servidas* que, até as primeiras décadas do século XIX, desciam quase que exclusivamente da colina acompanhando o traçado das ladeiras do Carmo, Porto Geral ou da rua Municipal. Estes desembocavam na margem esquerda do rio, mas posteriormente, e devido à ocupação do Brás e do Pari, outras valas de despejos foram construídas na planície da margem direita

---

*aquelas casas dispersas pela planície, exalam um perfume idílico que enleva a imaginação.”*

**248** - Requerimento do vereador Rodrigues dos Santos, A. C. sessão do dia 12/02/1849. O beco citado no documento ainda existe e pode ser localizado entre o Solar da Marquesa de Santos e a chamada “Casa nº 1” na Rua Roberto Simonsen. Atualmente ele recebe o nome de “Beco do Pinto” e encontra-se fechado ao trânsito público.

**249** - Edital da Câmara de 04/03/1850; Registro Geral da Câmara, 1850, p. 213. Nesse mesmo edital ficaram ainda marcados como ponto de despejos a “*Ponte do Acú, em baixo e junto ao córrego Anhangabaí; o beco em frente ao paredão da chácara de Luis Pereira Machado; a Rua do Cemitério, nas escavações* (o cemitério aqui citado é o antigo “dos Aflitos” no bairro da Liberdade) e o *beco de Santa Cruz, no fim onde não houverem moradores.*” Em aditamento a este edital, no dia 09/03/1850 a Câmara autorizou também os despejos na antiga “Rua da Palha”, atual Rua 7 de Abril; Registro Geral da Câmara, 1850, p. 217.

**250** - **Sampaio**, Teodoro; op. cit.

do Tamanduateí. Correndo a céu aberto, esses canais eram tolerados, ou pelo menos o foram até cerca de 1860, quando, então, passaram a ser duramente criticados por alguns moradores que se sentiam ameaçados diante de águas tão pútridas escorrendo ao lado de suas casas.

Na impossibilidade de fazer cessar o mal dessas valas tão fedorentas, pediam eles sempre pela “canalização dos regos por onde corriam as águas servidas”, especialmente o da rua Municipal.<sup>251</sup> Este canal, por sinal, foi motivo de muita preocupação, pois acumulava grande quantidade de esgotos produzidos na área mais habitada como eram as imediações do largo Sé, largo do Tesouro, rua Direita, Pátio do Colégio e da antiga rua da Imperatriz, hoje 15 de Novembro. E foi justamente por isso, ou seja, pelo aumento contínuo do esgoto que corria pela então rua Municipal (hoje rua General Carneiro) que o vereador Manoel Rodrigues Jordão reclamou:

“... fazendo sentir que o canal da rua Municipal que corre pelos fundos das casas ali construídas, recebendo grande quantidade d’águas pluviais, vai desmoranando aqueles terrenos de modo a ameaçar ruína às propriedades, além do mau cheiro que exala por ser esse canal o recebedouro de matérias infectas; pelo que pede que a Câmara Municipal determine aos proprietários d’aquellas casas e terrenos que façam assegurar os prédios e a evitar a exalação má.”<sup>252</sup>

Bem próximo daquele ponto, na altura das residências situadas na rua Boa Vista e ladeira Porto Geral, cujos quintais terminavam na rua 25 de Março, os problemas com o lixo e com as águas servidas também se faziam sentir. Mas, ao contrário do canal da rua Municipal, onde os despejos eram anônimos – já que provenientes de grande área da cidade, aqui o caso era diferente, uma vez que os culpados pela sujeira acumulada eram os próprios moradores que atiravam toda a sorte de detritos em seus quintais. Tendo em vista esse costume, mais a depressão do terreno e a soma do lixo com as águas servidas, o fato é que, de tempos em tempos, essa mistura explosiva escorria para a rua 25 de Março e chegava até as margens do rio, causando incômodo e medo por conta das *exalações pútridas* que então se verificavam. Em janeiro de 1865, por exemplo, e certamente pela ocorrência de uma das costumeiras chuvas de verão, os quintais daquela região foram “lavados” e toda a sujeira acumulada acabou sendo encaminhada para as margens do Tamanduateí que corria

---

251 - Abaixo assinado lido na sessão da Câmara do dia 24/09/1863, A. C., p. 207. A antiga “Rua Municipal” hoje é a conhecida “Rua General Carneiro”.

252 - A. C., sessão do dia 28/03/1865, p. 112

ao lado da rua 25 de Março. Não por outro motivo, os “*proprietários das casas localizadas na rua da Boa Vista, com fundos abertos para a rua do Porto Geral*”, e cujos quintais serviam, “*infelizmente, para depósitos de águas podres e outras imundícies*”, tiveram a ordem de nivelar seus terrenos, fazer os competentes aterros e cercá-los num prazo de 30 dias sob as penas da Lei.<sup>253</sup>

Não muito longe dali, pelos lados do convento do Carmo, o incômodo ocorria por conta de um fio d’água que se tornara infecto nas últimas décadas do século XIX:

“Diz Benjamin Constante de Oliveira que existindo entre os prédios do Comendador Joaquim F. Cantinho e o professor Otaviano Augusto de Oliveira, sitos a rua 25 de Março, um pequeno córrego que, vindo do alto da cidade, termina no Tamanduatehy, passando pelos fundos dos quartos da municipalidade existentes na ladeira do Carmo, cujos moradores nele fazem despejo d’águas servidas e outras matérias, provindo dahi uma constante exalação de miasmas delecterias prejudicialissimos á saúde, não só do supplicante e sua família, como dos demais vizinhos. Para remover estes inconvenientes e evitar o aparecimento de qualquer doença, muito fácil de manifestar-se, principalmente agora que estamos na estação calmosa, vindo em breve a força do verão, vem o supplicante lembrar a VV. SS. a grande e urgente necessidade que há em fazer esta Câmara uma coberta ou galeria sobre o dito córrego, prestando assim (...) um relevantissimo serviço aos moradores da rua 25 de Março.”<sup>254</sup> (meus destaques).

Num contínuo, ora abriam-se sulcos na terra para o escoamento da sujeira, ora aproveitavam-se pequenos córregos que, tornando-se imundos pela quantidade de detritos, em seguida deveriam ser canalizados. O lixo neutralizado seria aquele dissolvido em água corrente e que, sempre em movimento, seria encaminhado para bem longe.

Ao ser expulsa da cidade, a sujeira necessariamente reaparecia poucos metros adiante ao desembocar nos cursos d’água. E assim é que, pelo despejo de esgotos, águas servidas, e toda a sorte de impurezas, cada vez mais o rio Tamanduateí, suas margens e sua várzea tornavam-se infectas. Esta situação, por sua vez, era agravada por um antigo costume que ainda se verificava na várzea e cuja notícia nos é dada pelos relatórios semanais dos fiscais a serviço da Câmara Municipal:

---

253 - Proposta do Vereador Vicente Mamede, A. C. Sessão do dia 23/01/1865, p. 37

254- Representação datada de 14/11/1884, Papéis Avulsos, Vol. 433, doc. s/nº, lido na sessão da Câmara de 19/11/1884. No dia 26/11/1884, esta obra foi aprovada, mandando-se então “fazer a cobertura do referido córrego”.

“Participo a V. Sas. Que as ruas do meu destricto forão limpas; mandei limpar o chafariz da rua do Quartel, e abrir o esgoto da rua Formosa; foi feita a porteira para a mangueira do matadouro; mandei enterrar um Cavallo que estava morto na várzea do Carmo; (...)”<sup>255</sup> (meus destaques).



**Fig. 21**

Rio Tamanduateí e várzea do Carmo entre 1862/63. Área muito freqüentada, ali se reuniam lavadeiras, tropeiros e o povo em geral que descia da colina pela Rua Municipal (à direita) vindo do Pátio do Colégio (no alto à esquerda). Destaque para uma lavadeira em pleno trabalho e para os vários animais saciando a sede nas margens do rio.

---

255 - Relatório do Fiscal Rufino Mariano de Barros, A. C., sessão do dia 08/04/1865.



Fig. 22

Numa vista muito parecida com a tomada por Debret em 1827 (veja Fig. 20), o fotógrafo Militão registrou esta cena da Ladeira do Carmo por volta de 1862. À esquerda, vemos o “paredão do Carmo”, construído para conter as encostas do morro. Em seguida, está o rio Tamanduateí em época de cheia, esta perceptível pelo represamento das águas, à direita e, na continuidade, o núcleo do Braz. À esquerda, vemos as “casinhas” e, no canto, o rio numa de suas famosas “7 curvas”.

Numa época em que a tração animal era utilizada em diversos afazeres, não era nada incomum a circulação de centenas deles na cidade, num constante ir e vir pelas ruas transportando toda a sorte de mercadorias e pessoas. Nada incomum também era a morte dos mesmos que, pela dificuldade de transporte, acabavam enterrados nas proximidades da ocorrência, em valas não muito profundas. Assim, não causavam maiores espantos o fato de ter-se que *“remover um animal morto no tanque do Arouche”*<sup>256</sup> ou a notícia de que o então *“contratante da limpeza ter mandado enterrar há dias no meio da rua da Luz um animal morto”*.<sup>257</sup>

Entretanto, o local mais utilizado para o enterramento de animais era mesmo a várzea, área por onde circulavam uma infinidade deles, seja por que ali tinham pastagem, seja pelo trânsito de tropeiros, aguadeiros e carroceiros. Decerto que podemos ver aqui uma das causas da *pestilência* do terreno, uma vez que os animais eram depositados em covas rasas. Num curto espaço de tempo a terra era revolvida, expondo então toda a podridão ao sol e à chuva, bem como entrava em contato com muitas pessoas que por ali circulavam, inclusive crianças que brincavam pelas redondezas. Mas tal acontecimento (os enterramentos de animais) era tão natural e comum na vida da cidade, que não mereceu tantos registros na

---

256 - Relatório do Fiscal no Norte Antonio Joaquim de Lima, A. C. sessão do dia 12/11/1868, p. 153.

257 - Indicação do vereador Ribeiro de Lima, A. C. sessão do dia 02/04/1884, p. 82. Apesar desta indicação ter

documentação oficial. Vez por outra, informava-se laconicamente:

“Offício do exmo. sr. governador da província, sem data, remetendo por cópia, a informação do commandante da Companhia de Cavallaria sobre o facto do enterramento de um cavallo na várzea do Carmo. – Inteirada.”<sup>258</sup>  
(meu destaque)

Esses cavalos, ou mesmos bois e vacas, morriam de causas naturais (velhice), pela exploração e maus tratos, ou pelo ataque de algum animal peçonhento:

“Parte do Fiscal do Norte, pela qual communica ter fallecido duas Bestas do serviço das Carroças, sendo huma d’ellas encontrada morta no pasto da Câmara; e outra mordida por uma cobra, de que veio a morrer em curativo.”<sup>259</sup>  
(meu destaque)

De fato, outros “animais” também rondavam, de dia ou de noite, as cercanias e as ruas da cidade, o que dava motivos algumas vezes a “*pisar-se em sapos, que, ocultos durante o dia nos quintais, de noite vinham para a rua tratar da vida (...)*” e “*o mesmo se dava também com as cobras, pela contigüidade de alguns matagais. Estava coberto de capoeira todo o terreno compreendido entre o Tamanduateí e a rua Tabatinguera (...) da ponte do Carmo para baixo, toda a margem esquerda do Tamanduateí era também um matagal.*”<sup>260</sup> Os sapos, por certo, não representavam perigo, mas as cobras e aranhas sim. Tanto quanto os cavalos e o gado, era comum o fato de também os moradores “toparem” com esses perigosos animais pelo caminho ou serem vítimas de algum ataque repentino, inesperado mesmo, durante a sua labuta diária. Para esses casos – aliás bastante corriqueiros como observou o médico sueco Gustavo Beyer em 1813 – os paulistanos desenvolveram uma maneira toda especial de cura: “*O remédio mais comum contra as mordeduras de cobra é deixar um negro chupar o lugar mordido, o que ele faz do seguinte modo: começa por marcar bastante tempo um pedaço de fumo e em seguida sugar, cuspidando fora o que tira da ferida; depois faz-se uma mistura de fumo e água que se deita no lugar ofendido mudando duas vezes por dia.*” Reconhecendo a eficácia do método, o sueco completou que “*Este remédio que a experiência provou ser o melhor, deveria ser experimentado em outros países, si ai houvesse facilidade de ter sugadores como no Brasil.*”<sup>261</sup> Este método de cura, aliás, não era exclusividade de São Paulo, notando Laura de Mello e Souza que “*sopro e sucção tiveram papel de destaque nas curas mágicas*”

---

rido feita com o intuito de denunciar o fato, nenhuma punição foi aplicada.

258 - A. C., sessão do dia 29/05/1888.

259 - A. C. sessão do dia 18/11/1859, p. 191

260 - **Bueno**, Francisco de Assis Vieira, op. cit., p. 22 e 23

e, também no seu contrário, ou seja, “na motivação de doenças e malefícios”. Entre os Tupinambás, por exemplo, essa prática era bastante comum: “os índios doentes procuravam os pajés para terem remédio e, imediatamente, estes principiavam a soprar na parte doente, sugando e cuspidando o mal”. Como no caso citado pelo médico Beyer em São Paulo, Souza lembra que “a sucção era comum também entre africanos...”<sup>262</sup>

De qualquer forma, se faltassem os sugadores no momento, todo o cuidado era pouco na várzea, e disso bem sabiam as lavadeiras, os tropeiros e todos que por ali passavam, pois alguns desses encontros poderiam mesmo resultar em fatalidades, em ataques mortais:

*“Faleceu ontem, dia 23 de outubro de 1858, de **mordidura de cobra**, Maria, 38 anos de idade, solteira, Africana, escrava de João Ribeiro dos Santos Camargo e foi sepultada hoje no Cemitério Municipal.”*<sup>263</sup>

*“Faleceu ontem, dia 02 de maio de 1859, de **mordedura de cobra**, João Albertino de Abreu, de 25 anos de idade, livre, solteiro. Residia na Freguesia de Santa Iphigenia e foi sepultado hoje no Cemitério Municipal.”*<sup>264</sup>

O perigo, entretanto, não estava apenas na várzea ou nas capoeiras e touceiras de capim, senão também no interior das próprias residências, este um bom refúgio para as aranhas que ali faziam o seu habitat. O mesmo viajante Beyer assustou-se com elas quando de sua passagem pela cidade: “Por toda a parte há aranhas de tamanho descomunal, vermelhas, pardas, variegadas e peludas. É somente durante as horas mais quentes dos dias de verão que uma espécie de aranha grande, extremamente fria aparece. Desta aranha emana um cheiro fétido que envenena as bebidas e mata com frio excessivo e tremor.”<sup>265</sup>

Tão ou mais letais que as cobras, as aranhas invadiam sorrateiramente as casas, alojavam-se em locais escuros e também atacavam:

*“Faleceu hoje logo depois da meia noite, **de mordedura de aranha**, Joaquim Antonio de seis meses, filho natural da sra. Brazília Maria das Dores, solteira. Foi sepultado hoje, dia 07 de setembro de 1861, no cemitério municipal.”*<sup>266</sup>

Por certo que esses perigos estavam a espreitar a vida dos paulistanos, mas, pelos menos, estes eram bastante visíveis e, por isso mesmo, cada um poderia se prevenir

---

261 - Beyer, op. cit. p. 303.

262 - Souza, Laura de Mello e; *O diabo e a terra de Santa Cruz*; 2005, p. 168 e 169. A autora completa ainda que a sucção estava presente também em Portugal o que, por sua vez, aproximaria “práticas mágicas comuns a sociedades tribais e a sociedade européia da época pré-industrial, lançando por terra a possibilidade de distinguir rigidamente uma das outras.”

263 - Livro de Inumação do Cemitério da Consolação, vol. 01, 1859, p. 14.

264 - Livro de Inumação do Cemitério da Consolação, vol. 01, 1860, p. 57 verso.

265 - Beyer, op. cit. p. 303 e 304. Contra esta terrível aranha, completou o médico sueco, “Há pouco tempo, felizmente, achou-se no vinho um antídoto certo e agradável contra o veneno.”

266 - Livro de Inumação do Cemitério da Consolação, vol. 01, 1861, p. 189 verso.

mantendo-se sempre em alerta na presença de tais animais peçonhentos. Porém, os males que mais ceifavam vidas naquela época eram, ao contrário, invisíveis. E invisíveis eram os microorganismos (perigo este desconhecido em meados do século XIX) e, também, os fugidios “miasmas pestilentos” conforme divulgava a medicina acadêmica que, tal e qual um espírito do mal ou uma fantasmagórica nuvem incolor, estava a espreitar os incautos que se aproximavam dos *caldeirões* da várzea onde fermentavam as matérias em decomposição:

“Havendo ainda muito trabalho a fazer para que consiga a limpeza completa do rio Tamanduatehy com alguma perfeição, de maneira que por alguns annos fique preservado dos aguapés e capim guassú, que invadem, demoram e impedem a correnteza formando no rio immensos depósitos de ciscos, conjunctamente com animaes mortos, que é costume desgraçadamente mandarem lançar ao rio formando focos de matérias pútridas muito prejudiciaes á saúde pública, requeiro que a Câmara peça ao Governo (provincial) sua coadjuvação para tão importante e salutar serviço (...)”<sup>267</sup>  
(meus destaques)

Tendo em vista as diversas utilizações que se faziam da várzea, bem como pelo conjunto de práticas então vigentes como o descarte do lixo e a presença dos canais de esgotos que por ali desembocavam, é certo que ela transformara-se (e hoje bem o sabemos) numa uma região extremamente perigosa para aqueles que a freqüentavam, seja diariamente a trabalho, seja esporadicamente a passeios. Mas, o medo era de outra natureza e as bem treinadas lavadeiras, que ali ficavam por longas horas, bem sabiam que deveriam evitar certos trechos onde a “irregularidade do terreno (era) a causa de ficarem estagnadas as águas da inundaçãõ” passada e que, por isso, “produziam miasmas insalubres” e, mais ainda, tomavam o cuidado de desviar, aqui e ali, dos monturos de lixos e de “matérias pútridas” que, “n´aquella várzea (tornavam) mais iminentes o perigo de epidemias”.<sup>268</sup>

Frente a esses males, certamente as lavadeiras e carroceiros desenvolveram algumas estratégias e, além de talvez carregarem seus patuás, evitavam as inúmeras poças estagnadas no aterrado e escolhiam as margens onde a correnteza estava sempre a renovar as águas, mesmo que numa curva ou num pequeno braço do rio. O conhecimento dos riscos, este trazido por anos de convivência diária com eles, bem como os meios que empregavam para neutralizá-los, geralmente não era de conhecimento dos mais desavisados. Para os que se arriscavam a um passeio, ou para aqueles que apenas observavam a várzea a uma certa

---

267 - Requerimento do vereador Telles, A. C. sessão do dia 20/12/1854, p. 229.

268 - A. C. sessão do dia 15/07/1885 p. 104 a 110.

distância, qualquer descuido seria fatal. Para estes, o receio maior era o de se adquirir ali alguma febre de *mau caráter*.

Nesse grupo de não-iniciados, incluíam-se os estudantes da faculdade de Direito que, em sua maioria, vinham de outras cidades. Faltava-lhes a experiência nesse meio cheio de perigos invisíveis, bem como o conhecimento das estratégias desenvolvidas para evitá-los. Por isso os estudantes formavam um dos grupos que mais temiam esses focos de miasmas, até pelo contato que tinham com as teorias a esse respeito. E foram eles vítimas constantes desse mal, como ocorreu com Afonso Celso (Afonso Celso de Assis Figueiredo, turma de 1854-58) que “*morava numa república de mineiros, da qual ele era o chefe. No seu segundo ano, foi vítima de violenta febre tifóide, assaz comum nesse tempo em São Paulo*”.<sup>269</sup> Da várzea então muitos deles queriam distância, como foi o caso de Antonio Maximo Ribeiro da Luz, que frequentou a faculdade entre os anos de 1844-48. A seu respeito nos fala o colega J. L. de Almeida Nogueira:

*“Morava elle á rua das Flores numa casa que foi posteriormente propriedade e residência do conselheiro Amaral Gurgel.*

*Numa quinta-feira, dia de descanso acadêmico, fui visital-o*

*--- Antonio Maximo, vim convidar-te para fazermos uma falada. Veste-te depressa. O dia está bonito. Vamos dar um passeio á chácara do Bispo, no Braz.*<sup>270</sup>

*Antonio Maximo não pestanejou. Continuou a fumar tranqüilamente a ponta de cigarro, que se afigurava estar fazendo officio de brûle-gueule.*

*--- Então! Anda dahi! Deita fora a preguiça!*

*E, com effeito, elle espreguiçava-se naquelle momento com a voluptuosidade de um gato.*

*--- Ora, meu amigo! Deixa-te de passeio! Não vez como o sol chammeja? Ouve! Lá está uma cigarra a cantar no quintal.*

*--- Que temos com a cigarra? Nasceu para festejar o estio.*

*--- É signal de chuva.*

*--- Homem, essa!*

*--- Estou aqui tão a gosto! Não! Não vou arriscar-me a apanhar alguma febre no*

---

**269** - Nogueira, J. L. de Almeida; “A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências – Estudantes, Estudantões e Estudantadas”, S.P., Typ. Vanorden & Co., 1907, Vol. I, p. 124.

**270** - Chácara localizada entre os bairros do Pari e do Brás, pertenceu inicialmente a Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, 5º Bispo de São Paulo (1826). Com o falecimento do Bispo em 1847, a propriedade passou ao seu sobrinho de mesmo nome, o cônego Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, este falecido em 1879.

Aterrado!"<sup>271</sup> (meu destaque).

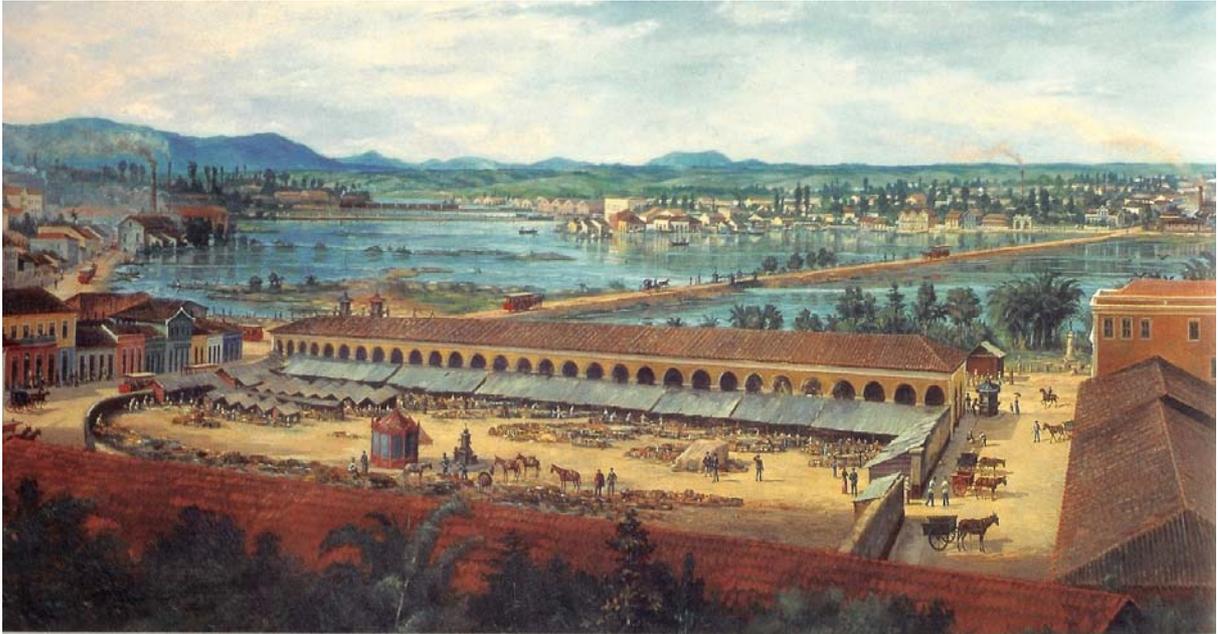
De fato, para aqueles que não dominavam os seus segredos, a várzea se mostrava bastante perigosa e, nesse sentido, valia mais a pena evitá-la.<sup>272</sup> De certa forma, o risco de se apanhar alguma febre, por exemplo, poderia assim ser eliminado pelo distanciamento seguro, lá no alto da cidade.

Entretanto, a várzea do Carmo estava localizada bem ao lado do núcleo urbano que lhe ficava sobranceiro, sendo certo, portanto, que os *vapores pestilentos* dela emanados bem poderiam atingir as ruas e as pessoas mais acima. Apesar de muito propalada naquela época, tudo leva a crer que esta ameaça não se colocava como de primeira ordem para os moradores, especialmente para aqueles que guardavam uma distância do local. Portanto, o risco maior estava, até meados do século XIX, restrito a grupos específicos como os que ali trabalhavam (e que, por isso mesmo, desenvolveram estratégias para fazer frente ao mal), para os não iniciados que se aventuravam por conta própria em passeios e, em certa medida, para a rarefeita comunidade do Brás e do Pari que também sabiam conviver com os focos de miasmas. O caso, porém, é que a partir da década de 1860 mais e mais pessoas passaram a ocupar os terrenos marginais à várzea, sendo certo que a partir de então este e outros problemas advindos com o adensamento de uma área de planície e sem o competente esgotamento, passaram a atingir um número cada vez maior de moradores.

---

271 - **Nogueira**, J. L. de Almeida op. cit, 1908, Vol. III, p. 32 e 33

272 - Como um claro exemplo da falta de conhecimento do terreno e de seus perigos, podemos citar um dos mais famosos e trágicos acontecimentos que se passaram no local e que envolveu o poeta Castro Alves, então estudante da mesma faculdade em 1868. Triste pelo rompimento do romance com Eugênia Câmara, Castro Alves planejara um passeio e uma caçada na várzea do Carmo. No dia 11 de novembro de 1868, percorria ele a planície trazendo uma espingarda debaixo do braço. Quando tentou transpor um dos vários canais abertos para "dessecamento", um desequilíbrio momentâneo trouxe como consequência o disparo acidental da arma. Seu calcanhar esquerdo foi atingido. Com grande dificuldade ele conseguiria ajuda, mas começava ali um longo martírio que levaria à amputação do pé, além de problemas infecciosos e pulmonares que o levariam a morte. Sobre este episódio ver: **Menezes**, Raimundo; *São Paulo dos nossos Avós*, 1969, p. 159; **Secchim**, Antônio Carlos; *Memórias Póstumas de Castro Alves*, disponível no sítio [www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/](http://www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/) e **Mascarenhas**, Maria da Graça (coord.); *Castro Alves – Poesia e Biografia (2 volumes)*, Nova Terra Comunicações, 1997.



**Fig. 23**

“Inundação na Várzea do Carmo” - Em primeiro plano, vemos o antigo Mercado Municipal e parte da Rua 25 de Março. Ao fundo, o rio Tamanduateí, sua várzea inundada e, na continuação, um dos “aterrados” e parte dos bairros do Pari e do Brás já bastante adensados.

Em 1894, os moradores das ruas Caetano Pinto e Carneiro Leão “quase exclusivamente de nacionalidade italiana e de poucos recursos, queixavam-se do cheiro infecto que exalam as águas servidas estagnadas nas frentes de seus prédios”<sup>273</sup>; em 1900 foi preciso verificar com urgência “o estado de umas valetas na rua Maria Marcollina, especialmente na parte entre as ruas Oriente e Silva Telles, pois que além de águas estagnadas continham ali toda a sorte de imundícies que pelo miasma que exalava ameaçava a saúde pública”<sup>274</sup>; o “becco do Lucas, no Brás, estava sofrendo com “as poças de águas estagnadas ali existentes, o que poderia prejudicar a saúde dos moradores do lugar”<sup>275</sup>. Todas essas novas ruas, ao invadirem a várzea, acabaram por trazê-la, literalmente, para a porta das casas. Nas lembranças do memorialista Jacob Penteado, esse problema aparece de forma contundente: “Fomos morar na Rua Benjamim de Oliveira (que) fica bem perto da Várzea do Carmo (...). Qualquer pancada de chuva inundava-a, (...) muitas vezes a água chegava até o peitoril da janela.”<sup>276</sup>

Sem o esgoto adequado, tanto as águas servidas quanto as pluviais, eram lançadas em valas abertas no leito das ruas. Na colina, elas escorriam ladeira abaixo, mas do outro lado, num terreno plano, ficavam elas estagnadas em poças esverdeadas, apodrecidas e exalando

273 - Indicação nº 57 do Intendente Municipal, A. C. sessão do dia 18/09/1894, volume manuscrito, p. 136 e 137.

274 - Indicação do vereador João Antonio Julião, A. C. sessão do dia 05/06/1900, p. 190

275 - Indicação do vereador José Oswald, A. C. sessão do dia 04/03/1901, p. 76

276 - Penteado, Jacob; *Belenzinho, 1910 - Retrato de uma época*; S.P.: Livraria Martins Editora, 1962, p. 57.

um forte odor que apavorava. O risco agora era para toda a cidade:

Indico que o Snr. Prefeito haja por bem providenciar para que seja obstruída uma valla que passa ao longe da rua Barão do Ladário a qual serve para repositório de immundicies, que infeccionam a cidade.<sup>277</sup> (meu destaque).

Uma nova condição da várzea, agora já ocupada por residências<sup>278</sup> e indústrias no início do século XX, podem ser vistas a partir do relato de um grupo de moradores e empresários:

V. s. não ignora que a rua Catumby é das mais movimentadas do Belenzinho, contando três fábricas e sendo a artéria natural do movimento dos materiaes que do porto do Catumby demandam a cidade. Apesar destas valiosas circunstancias e dos moradores terem reclamado com quatro abaixo-assinados á Câmara Muncipal e com dois á Repartição de Hygiene, não somente não conseguiram uma providencia siquer, mas ultimamente as condições da rua ficaram peoradas. As águas não tendo escoamento nenhum, com a menor chuva a rua fica uma verdadeira lagoa intransitável, as águas entram pelas casas, com quaes conseqüências funestas v. s. poderá facilmente imaginar. Para comprehender que há aqui um verdadeiro foco de infecção, basta dizer que os animais mortos, o cisco, as latas vazias, os cacos, tudo que for enfim residuo e que for encontrado na avenida Celso Garcia, vem parar na rua Catumby, donde as águas só desapparecendo pela ação do sol, ou pela infiltração no terreno, desenvolvem miasmas e cheiro insuportável."<sup>279</sup> (meus destaques).

Os problemas com a várzea, bem como a imagem de uma área perigosa e causadora de danos à saúde, foi sendo construída desde as primeiras décadas do século XIX, ao mesmo tempo em que surgiam as propostas para saneá-la. Estas, por sua vez, baseavam-se em dois pontos principais: a retificação do rio Tamanduateí e a drenagem (dessecamento) dos terrenos. Em 1835, por exemplo, tal obra já era listada como a de maior necessidade para o município, ou seja, era preciso dar um "*melhor encanamento ao rio Tamanduateí afim de evitar o grande estagnamento das águas que não pode deixar de ser prejudicial á saúde pública.*"<sup>280</sup> Desde então, o melhor *encanamento* para o rio foi sendo tentado através da construção de canais paralelos e perpendiculares, nem sempre com

---

277 - Indicação do vereador Gomes Cardim, A. C. sessão do dia 04/04/1902, p. 112

278 - Pela condição de terrenos "roubados" à várzea, úmidos e insalubres, esta região foi ocupada especialmente por operários e imigrantes, até porque os lotes eram bem mais baratos, muitos deles concedidos pela Câmara como vimos. A elite, ao contrário, pagou por terrenos mais secos e salubres, construindo, por exemplo, a sua "cidade da hygiene", ou higienizada, saudável, numa elevação a oeste do núcleo original, o bairro de **Higienópolis**.

279 - Parte de um abaixo-assinado dos moradores da rua Catumby, A. C. sessão do dia 16/04/1910. Muitas indústrias instalaram-se naquela região não apenas pela condição plana dos terrenos, seu preço mais em conta, mas também, pela proximidade com as linhas das estradas de ferro.

280 - Ofício enviado ao Governo da Província "sobre as maiores necessidades deste município", A. C., 19/01/1835.

resultados positivos, como nos dá a conhecer um relatório do fiscal Rufino Mariano de Barros que falava sobre a *“necessidade de aterrar o antigo leito do rio Tamanduatehy, por começar a aparecer algumas enfermidades nos moradores á beira desse leito”*<sup>281</sup>

As ações isoladas e pontuais desenvolvidas pela municipalidade predominaram até pelo menos a década de 1870 quando, então, projetos mais amplos foram apresentados como o de João Floriano Martins de Toledo, em 1878, que propunha um *“arruamento para posterior edificação”*<sup>282</sup>, ou o de João Maxwell Rudge que falava no *“embellesamento e hygiene”* mas sem descartar um loteamento para o local.<sup>283</sup> Pela sua condição histórica de sempre ter sido um logradouro público da cidade, preocupava não apenas o traçado das ruas, mas também *“as praças a deixar”*, conforme manifestaram os vereadores em 1885.<sup>284</sup> Inicialmente pensado como um loteamento tradicional com ruas e praças, a proposta para aquela área mais próxima do rio Tamanduateí foi, aos poucos, sendo modificada e tomou forma a idéia de um grande parque que conciliasse, nas suas bordas, a possibilidade de aproveitamento de terrenos para loteamento.

Porém, além de ser uma área perigosa (e daí a necessidade de saneá-la) o caso da várzea do Carmo requeria especial atenção, pois ela era considerada por muitos como de *“servidão pública”*. Na própria modificação do projeto original de um simples loteamento para o de um parque, já estava implícita a preocupação de não fazer desaparecer uma área muito utilizada há séculos. Exemplo maior desse fato – advindo, tudo leva a crer, mediante pressão popular – foi o fato de que, sem exceção, todos os projetos apresentados nas últimas décadas do século XIX faziam constar a construção de conjuntos de lavanderias para o uso do povo. Configurando uma tal situação, o vereador Vicente Ferreira manifestou-se em 1889 e, tomando a palavra, alertou seus pares a respeito de uma das propostas que estava sendo analisada, pois deveria ficar *“entendido que o público em nada sofrerá quanto ao uso que tem de tempos imemoriais sobre as águas desse rio, que serão mantidos e até ampliados quanto possível for. Assim, além das lavadeiras, se estabelecerão banheiros públicos, reservando-se lugares apropriados para lavagem de carros e animais (...)”*<sup>285</sup>

---

281 - Relatório dos Fiscais da cidade, A. C., 05/12/1865 p. 316.

282 - A.C. sessão do dia 31/10/1878, p. 122.

283 - A. C. sessão do dia 15/03/1883, p. 81.

284 - A. C. sessão do dia 15/07/1883, p. 114 e 115.

285 - A. C. sessão do dia 13/12/1889, p. 388 a 393



**Fig. 24**

Tradicionais na paisagem da cidade, as lavadeiras no Tamanduateí foram tema desta imagem do fotógrafo Gaensly, utilizada numa série de cartões-postais. Descrevendo o cotidiano dessas trabalhadoras, Jorge Americano disse: Já na beira do rio, e antes de iniciar seu trabalho elas “juntavam a parte traseira da saia à dianteira por um nó no apanhado, a qual tomava aspecto de bombacha. Sungavam-na pela parte posterior, amarravam-na à cintura com barbante, de modo a encurtá-la até os joelhos ou pouco acima, tomando agora o aspecto de calção estofado. Deixavam os tamancos que calçavam, entravam n’água e debruçavam-se sobre o rio, sem perigo de serem mal vistas pelas costas. Terminada a lavagem recompunham o vestuário, calçavam os tamancos e subiam as encostas da colina” rumo à cidade.<sup>286</sup>

Terreno perigoso e delicado o da várzea. Se reconhecido estava o uso do rio e da planície pelas lavadeiras, o mesmo não ocorria em relação ao lixo, verdadeiro “escândalo” no parecer de muitos médicos e vereadores. Prática em parte tolerada nas ocasiões mais calmas, sem epidemias, o mesmo não ocorria quando a ameaça estava próxima ou já instalada na cidade como ocorreu em 1865:

“Grassando ainda infelizmente entre nós a epidemia das bexigas, e accrescendo que o Cholera está fazendo estragos em diversas partes da Europa (...) que podendo por isso acontecer ser trazido para (...) esta Província (...) e para esta Cidade; julgo conveniente tomar-se desde já todas as medidas preventivas que cabem a esta Câmara, e assim proponho se recomende aos fiscais ponham em pratica as recomendadas pelas Posturas, como limpeza dos quintais, proibição de deposito de imundícies nas ruas e praças (...)”<sup>287</sup>

As zonas próximas ao Anhangabaú e à várzea do Carmo recebiam especial atenção e deveriam ser as mais vigiadas, frente ao costume generalizado de ali serem efetuados os despejos da cidade. Mas, o perigo não estava apenas nesses locais, senão também nas

<sup>286</sup> - Americano, Jorge, op. cit., p.146.

<sup>287</sup> - Indicação do vereador Salles Guerra, A. C. sessão do dia 24/10/1865 p. 284 e 285.

diversas ladeiras que levavam aos rios. Na parte do Tamanduateí, a rua Municipal (atual General Carneiro) era uma das mais utilizadas e, por isso, ali estavam sempre os guardas urbanos a rondar:

“Foi preso no dia 13 do corrente as 9 horas da noite pelo Guarda Urbano rondante, o escravo de José Barbosa Braga, de nome Francisco, por ter sido apanhado na ocasião de fazer despejo na Rua Municipal”<sup>288</sup>

“Foram presos no dia 26 do mês próximo findo – Josepha escrava do Capitam Antonio Ribeiro de Escobar, e Bento Africano livre, pelos Guardas Urbanos rondantes, por terem sido apanhados em ocasião de fazer despejo na Rua Municipal”<sup>289</sup>

Passada a ameaça, porém, tudo voltava ao normal e nenhuma punição era aplicada aos que atiravam seus detritos seja no rio, seja na várzea. Nessa situação, vez por outra tentava-se colocar uma certa ordem nesse costume, até porque difícil era terminar com ele. Assim, em 1873 o vereador Silva Ramos solicitou *“os serviços dos galés para roçarem e destocarem as moitas de mato na várzea do Carmo, que estavam em lugares baixos e onde as águas se conservavam estagnadas, desenvolvendo por isso miasmas”*. Como a grande causa dos miasmas era justamente a imundície que para ali era encaminhada sem qualquer controle, o mesmo vereador pediu para que o fiscal em serviço marcasse *“um ponto determinado na várzea do Carmo para só ai serem feitos os despejos da Cidade, e não como até agora ao lado do aterrado que vai para o Gasômetro, e desde já tratará de queimar tudo que ai se acha que for combustível e enterrar o que não for.”*<sup>290</sup>

Enfrentando certamente vários obstáculos para cumprir essa tarefa, a qual dependia é claro, de muita negociação junto aos moradores, somente quatro meses mais tarde o fiscal deu por encerrado este trabalho, ocasião em que informou ter mandado *“colocar na várzea do Carmo um pau como sinal indicativo do ponto determinado onde se deviam fazer os despejos da limpeza da Cidade, e (lembrava) a Câmara a necessidade de se colocar sentinelas na ponte do Mercado das 7 as 10 horas da noite para prevenir que não se façam os despejos fora do lugar designado **até que os condutores fiquem habituados a isso.**”*<sup>291</sup> (meu destaque).

Com uma grande naturalidade, o fiscal arremata o seu relatório com uma frase que, talvez, até pudesse passar despercebida ao nosso olhar contemporâneo. Porém, devemos estar atentos para tentar compreender o ideal médico que estava sendo construído naquele momento, bem como os métodos que utilizava para “domar” o mal no meio urbano, este já eleito como alvo de sua reflexão. Intervir na própria natureza foi um de seus primeiros atos e

---

288 - Relatório dos fiscais da cidade, A. C. sessão do dia 19/05/1865, p. 145.

289 - Id. ibidem, A. C. sessão do dia 01/08/1865, p. 220.

290 - A. C. sessão do dia 09/01/1873, p. 20.

daí a preocupação excessiva, por exemplo, com os dessecamentos e as retificações de rios e córregos. Num segundo momento, seria a própria sociedade que, por sua desorganização e mal funcionamento, seria a causa de doenças. Partindo desse pressuposto, a medicina deveria *“refletir e atuar sobre seus componentes (...) visando a neutralizar todo o perigo possível.”* Desse processo surgiria um controle que se queria rígido contra os perigos que, até então, não eram assim entendidos. Nasce, portanto, a *prevenção*, segundo a análise de Roberto Machado.<sup>292</sup> Entretanto, eu diria que naquele momento nascia não a prevenção como querem os estudiosos da medicina brasileira, mas sim uma nova precaução, posto que agora ela estaria baseada em novos princípios. A *prevenção* e a *proteção*, como tive oportunidade de demonstrar, já existiam mas, é claro, sob outras bases e de modo diferente desta que se quer original.

De qualquer forma, neste novo momento não mais bastava apenas reprimir os abusos, bem como algumas práticas que passaram a ser vistas como nocivas, pois era necessário, também, *“uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos”*. Ao mesmo tempo em que se recriam os mecanismos de normatização, o ideal fala também da normalização ou *“a transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado”*.<sup>293</sup> Era preciso organizar o que estava desorganizado e causando os males, era preciso regulamentar e, para isso, foi bastante significativo o ato de se *“finçar um pau”* num determinado ponto da várzea para, só ali, fazerem-se os despejos. O objeto, portanto, era o símbolo de uma ordem onde imperava a confusão e a desordem. Mas, isso não bastava, pois era preciso, também, fazer com que essas novas regras fossem seguidas, os moradores precisavam ser vigiados ou *“ensinados”*, os costumes precisavam ser modificados, até que todos *ficassem habituados a isso*, como disse o fiscal.

Entretanto, o novo aprendizado não era algo fácil de ser conseguido frente às práticas muito antigas e que envolviam necessidades básicas, imediatas e diárias do povo como era o descarte da sujeira. Como parte dos detritos não poderiam ser simplesmente atirados nos quintais, alguns dos restos certamente acabariam no rio. De um lado as novas regras sendo estabelecidas, de outro uma população que não as aceitava passivamente. O motivo poderia ser a simples comodidade: dirigir-se até o ponto determinado poderia resultar numa caminhada mais longa. A não aceitação dessas novas regras poderia ter, também, uma

---

291 - Relatório dos fiscais, A. C. sessão do dia 21/05/1873, p. 125.

292 - Roberto Machado, op. cit. p. 155

293 - Id. ibidem, p. 156.

relação direta com os vários canais de águas fedorentas que escorriam pela cidade. Nesse caso, como exigir do povo algo que a própria administração não resolvia? Não obstante o risco de anacronismos, aqui salta aos olhos o problema hoje enfrentado em diversas várzeas de rios e córregos da cidade: com a ocupação dessas áreas, a prática corrente da população é a de também fazer o descarte dos detritos nas margens e no próprio leito dos rios e ribeirões. Ignorância da população, como querem fazer ver nossos administradores ou, ao contrário, um sinal de que os serviços públicos ali não chegam? De mais a mais, é preciso lembrar que, a exemplo dos infectos canais que existiam por toda a cidade no século XIX, também os nossos grandes rios (Tietê, Pinheiros e mesmo o Tamanduateí), carregam consigo toda a sorte de detritos - industriais, por exemplo - sem que uma solução duradoura para isso seja encontrada (e os culpados por este tipo de sujeira?). Assim, esta é uma história que não se esgota na São Paulo oitocentista, e nem com aqueles personagens. De todo modo, como vivia-se naquele momento uma fase de transição, poderíamos também questionar a respeito do convencimento sobre os novos rumos que a doença e a morte tomavam. Era este um consenso? Ou, em outras palavras, todos acreditavam no que os médicos diziam? Penso que não, pois tanto esses profissionais, quanto engenheiros e outras autoridades não se cansavam de tentar impor regramentos para os despejos (normalmente não obedecidos) e sempre chamando a atenção para os seus perigos:

“Do sr. Américo Brasiliense: Indico que seja determinado pela Câmara um lugar conveniente, onde se faça deposito de lixo, e águas servidas, ficando proibido que se continue a effectua-lo na Várzea do Carmo, nas proximidades do rio Tamanduatehy, por ser prejudicial á saúde pública, como já se reconheceu (...)”<sup>294</sup>

Como parte da nova precaução ou *proteção* que se queria contra as doenças e contra a morte, tudo indicava que, no final do século XIX, uma intervenção mais séria deveria ser realizada na várzea, pois frente aos costumes desviantes, não bastava mais, por exemplo, o chefe de polícia declarar “*ter providenciado no sentido de não continuar o publico a fazer despejos no rio Tamanduateí, entre as pontes do Carmo e aterrado, afim de impedirem que se faça deposito de lixo no mesmo e nas margens.*”<sup>295</sup> Ao mesmo tempo, a cidade enfrentava um crescimento extraordinário naquelas últimas décadas e, dentre os novos moradores, estavam os imigrantes que, em sua maioria, ocupavam os terrenos “roubados” à várzea como os do Brás e do Pari. Uma nova preocupação surgia, já que eles também adoeciam na cidade:

---

294 - A. C. sessão do dia 05/06/1882, p. 160.

“Do médico da Câmara (...) para que se franquee o Lazareto de variolosos ao imigrante italiano Arthur Langué, atacado de varíola”<sup>296</sup>

Não apenas isso, pois o crescimento trouxe também a proliferação de cortiços cujos moradores, cada vez em maior número, não tinham outra alternativa que não aquela de encaminhar seus detritos para a várzea. Não por outra razão, esses moradores e suas casas tidas como infectas passaram a preocupar e, num primeiro momento, o olhar fiscalizador recaiu justamente naquilo que o cortiço “jogava fora”, naquilo que lhe era externo, fora dele, no ambiente da cidade. Por isso pedia-se, á todo momento,

“providências sobre a limpeza de vários canais de exgotos que lançam os moradores de vários cortiços no rio Tamanduatehy (...)”<sup>297</sup> (meu destaque).

De mais a mais, a falta de providências para resolver esses e outros casos, fazia com que a margem desse rio “*ao lado da rua Vinte e Cinco de Março*” ficasse cada vez mais num estado de total falta de asseio.<sup>298</sup>

Nessa situação, sabiam os médicos e administradores que qualquer ameaça mais grave poderia se transformar numa tragédia. Por isso, sempre que vislumbravam uma situação de risco, como a ocorrida em 1887, pediam eles que fossem:

“(...) tomadas providencias tendentes a impedir o desenvolvimento de epidemia na cidade, nomeando-se uma comissão de vereadores para resolver o que for necessário e propor a esta Câmara quaesquer medidas. Sala das sessões, 20 de Agosto de 1887. – Francisco de Pennaforte Mendes de Almeida. – Approvada, foram nomeados para a Comissão os Snrs. Dr. Pennaforte, Domingos Sertório, Silveira da Motta e Carmilo.”<sup>299</sup>

Seja pelo aumento excessivo da população, seja por entender que dificilmente a várzea deixaria de ser o local mais procurado para os despejos – e por isso mesmo uma fonte privilegiada de miasmas – o fato é que a partir da década de 1880, intervenções mais sérias foram pensadas para o local, sempre “... tendo em vista o saneamento e por base o aforamento ou venda dos terrenos”.<sup>300</sup> Em fevereiro de 1888, foi nomeada “uma comissão de profissionais e vereadores para tratarem sobre a divisão dos terrenos da várzea em lotes para serem vendidos e

---

295 - Ofício do chefe de polícia de 18/04/1885, A. C. sessão do dia 22/04/1885, p. 64

296 - A. C. sessão do dia 28/10/1885, p. 159

297 - Ofício do inspetor de higiene, A. C. sessão do dia 28/07/1886 p. 156. Posteriormente seria o próprio cortiço, ou o interior do mesmo a sofrer uma intervenção.

298 - Ofício do inspetor de higiene, A. C. 08/05/1888 p. 156.

299 - Indicação do vereador Francisco Pennaforte Mendes de Almeida, A. C. sessão do dia 20/08/1887, p. 237.

300 - A. C., 21/02/1888, p. 51

organização de um plano geral de embelezamento e saneamento desses terrenos".<sup>301</sup>

Nessa fase, surge o projeto de Victor Nothmann & Cia. para "o saneamento e embelezamento de uma área completamente abandonada" e que seria "dotada de parque e lavanderias públicas (...) além de ruas e avenidas completamente preparadas". Prevendo a venda de terrenos e a concessão de áreas para a iniciativa privada (ou empresa) que se dispusesse a realizar os melhoramentos, decidiu-se chamar outros concorrentes para apresentar propostas.<sup>302</sup>

No decorrer desse debate veio a República, ocasião em que todas as comissões da Câmara foram extintas. Aquela encarregada do "saneamento e melhoramento da várzea" entrega então todos os papéis referentes ao caso e apresenta as duas únicas propostas que chegaram para julgamento, a primeira de Victor Nothmann e a segunda assinada em conjunto por Augusto Cezar de Miranda Azevedo e pelo engenheiro Samuel Malfatti. Mesmo destituída, a comissão oferece um parecer favorável ao projeto de Miranda Azevedo e Malfatti, em detrimento ao de Victor Nothmann. E isso porque, "sob o ponto de vista econômico, eles fariam as desapropriações por sua conta, a estética era preferível e as obras reconhecidas como superior."<sup>303</sup>

Como sabemos, a construção de um grande parque na várzea do Carmo não seria realizada naquela época, senão muitos anos depois, já na década de 1920. Nos interessa, porém, a recuperação desses discursos sobre uma área de muita importância para a cidade, bem como a análise das diversas opiniões sobre um mesmo local. Como já havia ocorrido na década de 1860, também aqui estavam em jogo muitos interesses. De um lado, certamente o mais visível era o econômico. Porém, de outro, percebemos que todos os projetos de "saneamento e embelezamento" ultrapassavam em muito o simples dessecamento do terreno e a retificação do rio. Subjacente a todo esse processo, estava também a "limpeza" da área de seus tipos mais tradicionais, as lavadeiras, os aguadeiros, tropeiros e carroceiros. Com a construção do parque e o loteamento previsto, estes últimos certamente não mais teriam seus espaços e, conseqüentemente, deveriam procurar por outras "várzeas", já que esta estaria agora a embelezar a cidade. As lavadeiras, por seu turno, que ocupavam uma grande extensão das margens, seriam agora deslocadas e agrupadas em conjuntos de lavanderias em pontos pré-determinados. No projeto de Victor Nothmann, por exemplo, as lavanderias ficariam confinadas ao redor de um grande lago (chamado de reservatório) na altura do antigo Hospício dos Alienados (área hoje localizada nas imediações da Av. Rangel Pestana e Rua Tabatinguera) que, também, serviria para represar as águas do rio durante as

---

301 - A. C., 04/09/1888, p. 244.

302 - A. C. 12/02/1889, p. 59 e 60

enchentes.<sup>304</sup> Pela proposta de Miranda Azevedo e Malfatti – a vencedora naquele momento – seriam construídas quatro lavanderias públicas e, nesse sentido, argumentaram que:

“Algumas pessoas se levantam ainda contra o plano do saneamento, dizendo que vae-se tirar a uma classe numerosa o local que tem para exercer a sua profissão: a lavagem de roupa. Respondida fica esta objecção com o nosso projeto para a construção de quatro lavanderias públicas que offerecemos a Ilma. Câmara Municipal.”<sup>305</sup>

As quatro lavanderias de Miranda Azevedo e Malfatti foram apenas citadas no memorial por escrito, fazendo eles a menção de que elas estariam no desenho que seguia em anexo, e ao qual não tivemos acesso. Porém, tudo leva a crer que essas lavanderias, a exemplo das de Nothmann, ficariam restritas a um determinado local e não divididas ao longo do rio. Mas, mesmo que assim fosse, o caso era que as lavadeiras não poderiam mais escolher livremente qualquer ponto do rio para realizarem seus trabalhos, pois agora elas deveriam conformar-se com locais pré-determinados e, certamente, bem longe do *embelezamento* que se queria tanto para o parque quanto para a cidade. Sob esse ponto de vista, a “limpeza” e o “saneamento” da várzea do Carmo incluía não apenas os *charcos pestilentos*, mas também o de determinados grupos sociais. Aliás, de uma proposta aqui apenas esboçada, a mesma tornar-se-ia bem mais explícita nas primeiras décadas do século XX como teremos a oportunidade de ver adiante.

Antes, porém, reputo como da mais alta importância a análise do projeto assinado por Augusto Cezar de Miranda Azevedo e Samuel Malfatti. O primeiro deles, Miranda Azevedo, era um dos mais conceituados médicos paulistas. Participou da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e foi o seu presidente de 1897-1898. Em 1900, participou dos debates para a criação de uma faculdade de medicina em São Paulo. Além de sua atuação na área médica, engajou-se na política e foi eleito deputado. Miranda Azevedo é reconhecido ainda pela divulgação no Brasil das teorias evolucionistas de Darwin, tendo organizado em 1875, no Rio de Janeiro, a “Conferência popular sobre do darwinismo”.<sup>306</sup> O segundo autor do

---

303 - A. C., 17/12/1889 p. 354 e 355

304 - Victor Nothmann, “Proposta para o saneamento e aformozeamento da várzea do Carmo e terrenos circunvizinhos”, A. C. sessão do dia 17/12/1889, p. 376 e 377.

305 - Augusto Cezar de Miranda Azevedo e Samuel Malfatti, “Projecto para saneamento da várzea do Carmo”, A. C. sessão do dia 17/12/1889, p. 363 a 369.

306 - **Melo**, Luís Correia de, *Dicionário de Autores Paulistas*, S.P.: Comissão do IV Centenário, p. 73. Ver também **Sheppard**, Dalila de Sousa, *A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940*, In: Revista História, Ciências, Saúde Vol. VIII (1), p. 173 a 192. Augusto César Miranda de Azevedo nasceu em Sorocaba (1851) e faleceu em 1907. Além de sua carreira e política, Miranda de Azevedo foi também escritor, jornalista e historiador.

projeto, o engenheiro Samuel Malfatti, era italiano e trabalhou em Campinas junto às estradas de ferro. Ainda naquela cidade, e colaborando com o arquiteto Ramos de Azevedo, projetou (cerca de 1883) o conjunto de edifícios do “Circolo Italiani Uniti”, hoje Casa de Saúde Campinas. Ainda com Ramos de Azevedo, Malfatti foi o responsável pela elaboração, em 1880, do projeto de um parque naquela cidade, hoje conhecido como *Bosque dos Jequitibás*. Malfatti também teve participação política, tendo sido eleito deputado.<sup>307</sup>

Eram, em suma, um médico e um engenheiro trabalhando em conjunto, definindo estratégias e localizando os problemas que poderiam ajudar na geração e propagação da doença o que, no final, redundaria numa intervenção no meio urbano. Um dos fatores que deveriam ser analisados era certamente o aspecto natural da cidade, ou seja, a condição física ou geográfica do sítio urbano. Isso explicaria ou tornava legível, por exemplo, o clima e a direção dos ventos que, por sua vez, poderiam ser as causas dos males do corpo. Contra esses fatores naturais pouco se poderia fazer. Mas, não esquecendo que a cidade é uma criação do homem, esta poderia ser transformada a fim de que, pelo menos, se atenuassem algumas das condições naturais que influenciariam na saúde dos moradores. Baseado nesse princípio de atuação, e pensando nos fatores maléficos criados pelo próprio homem em seu ambiente como a sujeira, a aglomeração de pessoas, casas e ruas estreitas, etc., a cidade torna-se o objeto privilegiado de intervenção. É a cidade, podemos dizer, regida sim pela natureza, mas também, pela ação humana, sendo esta última uma das causas da insalubridade.<sup>308</sup> Caba, pois, promover a modificação do meio urbano, seja pela eliminação dos pântanos (um fator natural produtor de miasmas) e canalização de rios, seja pela interferência no modo de se dispor as ruas e as casas e até na falta de asseio da população que, nesse caso, precisaria ser reeducada. A saúde naquele final do século XIX estava, portanto, nas mãos não apenas dos médicos, mas também na de engenheiros que, como profissionais especializados, melhor saberiam projetar as reformas necessárias para tornar o ambiente salubre.

Eleita a várzea do Carmo como uma das áreas mais perigosas de São Paulo, uniram-se

---

307 - Informações disponíveis nos sítios [www.fec.unicamp.br/~arquitetura/pesquisas/ramos/circolo.htm](http://www.fec.unicamp.br/~arquitetura/pesquisas/ramos/circolo.htm) e [www.fec.unicamp.br/~arquitetura/pesquisas/ramos/bosque.htm](http://www.fec.unicamp.br/~arquitetura/pesquisas/ramos/bosque.htm) Samuel Malfatti nasceu em Lucca, Itália, e foi o pai da pintora Anita Malfatti.

308 - Termos recorrentes nos documentos médicos e administrativos até as últimas décadas do século XIX, salubridade e insalubridade já foram citadas algumas vezes neste trabalho. Mas, não obstante a semelhança entre *Salubridade* e *Saúde*, é preciso esclarecer que os conceitos guardam uma diferença. Foucault (1995, p. 93) ao analisar o surgimento de uma medicina urbana na França na segunda metade do século XVIII, esclarece: “Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, dos meios e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio.”

para discuti-la o médico Miranda de Azevedo e o engenheiro Malfatti. O resultado desse esforço foi elaboração de um projeto que visava a reformar, sanear e extirpar da cidade uma área chagosa, insalubre. Não por outro motivo que, já na introdução da proposta, eles dizem que *“principalmente sob o ponto de vista da hygiene, não se comprehende que tenham consentido na existencia desse vasto foco de infecção tão prejudicial à saúde pública”*<sup>309</sup> (meu destaque).

Aqui está uma primeira imagem da várzea que, no decorrer do discurso, será detalhada minuciosamente em seus horrores. Mas era necessário, logo de início, contrapor argumentos no sentido de desacreditar aqueles que ainda não haviam se convencido dos perigos ali existentes, e isso pelo simples fato de que não aparecera ainda nenhuma grande epidemia em suas margens e nem mesmo na cidade ou, pelo menos, concretamente a ela atribuída. Assim, argumentaram os autores, que não *“se diga illusória a ameaça de agentes deletérios oriundos da Várzea do Carmo, (e isso) por não terem ainda aparecido entre nós febres palustres generalizadas com o caráter epidêmico, pois que não é esse o tipo de tais afecções, (as que ali) predominam (são) endêmicas, flagellando continuamente as populações que lhe são sujeitas.”* (meu destaque)

Portanto, não se tratava de epidemia e sim de casos endêmicos aqueles que ocorriam na região da várzea, justificavam os autores. Mas, ao mesmo tempo em que tentavam dirimir quaisquer dúvidas ao explicar o caráter das doenças, eles alertavam que este era um mal possível de ser evitado, uma vez que guardava relação direta com o pântano. Nesse sentido, explicaram eles, já era um *“fato conhecido na clinica civil dos médicos que trabalham nesta cidade as constantes e numerosas agressões do principio palustre, coincidindo com as elevações de temperatura e com as evaporações lentas dos charcos formados pelas águas pluviais e transbordos do Tamanduateí na aludida planície que os proponentes pretendem sanear.”* (meu destaque) E arremataram, com toda a força e credibilidade que lhes era imputada que, *“ainda neste ano (1889) as circunvizinhanças de toda a Várzea do Carmo foram flageladas por febres palustres graves, e as perniciosas ai fizeram mais de uma vitima.”*

Dado este alerta e em parte já explicada a relação do pântano com as doenças, era preciso agora reforçar a periculosidade da várzea lançando mão dos conhecimentos científicos da época, pois já era *“sabido que durante a estação chuvosa afecções palustres do mais grave caráter reinam e desenvolvem-se em consequência da formação de pântanos nesses terrenos; são repetidas e freqüentes os prejuízos de ordem material, quer para o estado, quer para os particulares, por causa das inundações anuais, e, sobretudo, a nenhuma utilidade pública que resulta do abandono desse*

---

309 - Augusto Cezar de Miranda Azevedo e Samuel Malfatti, “Projecto para saneamento da várzea do Carmo”, op. cit. Os demais trechos do documento (citados a seguir em itálico) deverão ter a sua referência nesta nota.

*terreno é por todos reconhecida e censurada.*” O convencimento é conseguido através da união, na mesma frase, de condições diferentes: se causavam infecções, os terrenos eram inúteis. Na realidade, como vimos antes, não era isso o que ocorria com a várzea ou, pelo menos, inúteis os terrenos não eram. De qualquer forma, tal argumento ganharia mais consistência e credibilidade se confrontado, novamente, com as vozes discordantes: *“Fora singular que a decomposição de um poderoso acúmulo de matéria orgânica que se dissolve no fundo dessas águas estagnadas pela cocção de um sol abrasador, pudesse ser considerada como um agente ou um colaborador inócuo da atmosfera. Semelhante hipótese contraria todos os preceitos e indicações da ciência.”* Ao desacreditar outras versões, onde certamente estavam incluídas as de caráter popular, estavam também os autores reforçando o caráter *inútil* da várzea, agora valendo-se da ciência.

Mas, se tudo isso ainda não convencesse, eles dariam um cheque-mate com uma menção aos dados da morte - mesmo que num exercício de puro impressionismo, poderíamos dizer, mas que, para eles, não o era: *“Si, além de uma consulta cuidadosa da nossa estatística mortuária, pudéssemos conhecer uma outra que não existe (a dos casos curados de afecções palustres) ver-se-ia que a tranqüilidade dos que só descobrem nos banhados que rodeiam a cidade causas inofensivas feitas pela mão da natureza, com o fim de insinuar (apenas) aformoseamento futuros, repousam (eles) à sombra de uma suposição funesta.”* A crítica aqui estava sendo dirigida aos que pensavam apenas no embelezamento da várzea, esquecendo-se do processo de saneamento que deveria precedê-lo:

*“A idéia (...) mais geralmente atendida tem sido a do exclusivo embelezamento (...) e não se tem preocupado muito com as questões técnicas necessárias para dissecal-a, aterral-a e sanifical-a de acordo com os interesses geraes e particulares. A questão de salubridade pública tem sido completamente posta de lado; no entanto as tristes e dolorosas lições que nos ofereceram agora Campinas e Santos do quanto são importantes as questões de hygiene publica, devem chamar a atenção especial desta ilustríssima Câmara para o ponto do saneamento da várzea do Carmo.”*

Esta menção à epidemia de febre amarela em Santos e Campinas solidificava a posição dos dois profissionais e dava mais credibilidade para a imagem de uma várzea horrenda, cheia de perigos bem ao lado da cidade e de seus habitantes. Todo o cuidado era pouco, especialmente para as famílias pois *“a vida atribulada de enfermidades, salteada de incertezas pelo receio de agressões mórbidas, impede o trabalho, (e desvia) forçosamente as actividades úteis para o lado de precauções que acautela a sorte do lar e da família, no que eles tem de mais melindroso e de mais urgente.”* Aqui está: todos os esforços deveriam ser feitos no sentido de

livrar as famílias e cada um dos habitantes individualmente, dos perigos, das doenças pois, caso contrário, eles estariam a “desviar” um tempo precioso no “acautelamento”, deixando de aplicá-lo no trabalho. Tais argumentos, certamente, encontraram eco na administração e, acredito, foi uma das razões que influíram na aprovação da proposta.

Para encerrar esta parte do projeto (a introdução, poderíamos dizer), os autores chamam novamente a atenção para a higiene e para os perigos da várzea:

Nenhum povo deixa de utilizar as bellas naturaes de seu paiz, porque ellas educam o gosto e suavizam a existência, influindo sobre a vida moral da sociedade; mas o que fazem as nações policiadas é consultar no embellesamento das cidades os severos conselhos da hygiene. O projeto que ora offerecemos aos Ilmos. Snrs. vereadores desta cidade vem realizar esse ideal, porque sanea a vasta planície, ora reduzida a um perigoso pântano; embeleza-a e utiliza a área desperdiçada que até hoje permanece inaproveitada, inculta, exprimindo uma permanente ameaça à saúde pública. (meus destaques).

Apesar das obras não terem sido realizadas naquele momento, o projeto Miranda de Azevedo e Malfatti conseguiu o feito de amadurecer a idéia de um grande parque para a várzea que conjugasse, além do embelezamento, o seu dessecamento e saneamento. Esta era, também, a grande solução para o problema dos detritos ali atirados por uma parte da população que não se enquadrava nos novos moldes propostos.

De qualquer forma, a não concretização do projeto naquele momento muito tinha a ver com o caráter público ou de logradouro público da várzea, questão esta levantada pelo vereador Pennaforte no dia 30/12/1889. Por isso, dizia ele, a Câmara não poderia aliená-lo, nem mesmo em parte, para particulares e tão pouco vendê-los. Nessa situação, ele sugeriu que os dois projetos fossem rejeitados. Não atendido pelos demais, foi oficialmente aprovado o projeto do médico Miranda Azevedo e do engenheiro Malfatti. Não conformado, Pennaforte declarou que iria recorrer dessa decisão junto ao governo do Estado.<sup>310</sup>

E o caso da várzea, com seus problemas e perigos, se arrastaria ainda por um bom tempo. Nada foi tão rápido, nem no Anhangabaú e tão pouco no Tamanduateí. A falta de verbas para a intervenção que se queria pode ter sido um dos motivos, mas certamente não foi o único. E aqui reforço minha tese de que outros grandes embaraços tenham sido, de um lado, as qualidades ou a natureza positiva que persistiam nesses locais para muitos dos moradores e, de outro, a confusão que se instalou quanto aos rumos que os males e morte tomavam naquele momento. Este problema, que já estivera nas mãos de Deus e de outras forças sobrenaturais foi, depois, imputado aos miasmas e agora, diziam os médicos e alguns

administradores, as doenças e a morte estavam vinculadas aos micróbios. Nos jornais, já se podia ler:

“O bairro do Chá, onde o solo pede construções altas, arejadas e limpas, quintaes seccos e sem estrumeiras, é o mais estragado [pelos cortiços] verdadeiros focos de epidemias, **verdadeiros asylos de micróbios.**”<sup>311</sup> (meu destaque)

Ao mesmo tempo, porém, os mesmos periódicos estampavam anúncios de remédios com características milagrosas, seja contra o reumatismo, *afecções escrofulosas, tuberculosas e cancerosas*, gonorréia, erisipela, asma, bronquite, catarro pulmonar ou tosse. Todas as pílulas, charopes e “águas” (inglesa e brasileira) de acordo com os anúncios, eram preparadas “com vegetais indígenas”, ou com “lealima, remédio indígena” ou, ainda, “... exclusivamente com plantas indígenas do interior da Bahia”<sup>312</sup> Decerto que os anúncios “faziam efeito”, principalmente porque vinculavam-se a um universo conhecido dos paulistanos. Os novos remédios causavam sensação: que segredos guardariam as plantas indígenas vindas de longe, lá “do interior da Bahia”? Irresistível. Mais ainda, como não considerar os remédios que, além dessas poderosas propriedades, associavam-se à *Graça de Deus*?

**“Aparecimento Milagroso – Pílulas vegetaes da Graça de Deus**

preparadas de Tiborna, Acácia e Pacari.

Contra: febres intermitentes de Macacú, tifóide e todas as febres em geral. (...) No século luminoso em que vivemos, auxiliados pela Graça de Deus, foi-nos concedida a protecção de espantar as trevas de nossos espíritos para apresentar á humanidade martirizada uma taboa de salvação.

Este produto (...) garante a qualquer doente de sezões, embora esteja em eminente perigo de vida, a cura completa. (...)

A podridão e a decomposição da vegetação são a causa principal das febres intermitentes. Os miasmas dos terrenos humidos e paludosos vão todos os dias arbitrariamente apoderando-se do organismo humano, e, cooperando para o desenvolvimento de febres. (...)

As sezões, além do exposto, sabe-se que pela decomposição dos charcos, mangues, madeiras, ramagens, isto é, pela decomposição de matérias orgânicas, tanto animaes como vegetaes, são produzidas pela confinção do ar. Este ar sendo absorvido pela respiração, espalha-se pelos canais irrigadores do sangue como uma paralisia vegetal. (...)”<sup>313</sup>

---

310 - A. C. sessão do dia 30/12/1889, p. 388 a 393.

311 - “A Província de São Paulo”, edição do dia 12/01/1887, primeira página, *Hygiene Pública*.

312 - “A Província de São Paulo”, edições dos dias 28/03/1883, 18/07 e 29/07/1884. Apesar dos anúncios aqui recolhidos referirem-se a finais do século XIX, a vinculação dos mesmos na imprensa continuou ainda por muito tempo, até as primeiras décadas do século XX. A esse respeito veja a esclarecedora análise de **Bertucci**, Liane Maria; *Remédios, charlatanices ... e curandeirices – Práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo*; In: **Chalhoub** (2003), p. 197 a 227.

313 - “A Província de São Paulo”, edição do dia 13/06/1882, p. 03, anúncio.

Sobrepunham-se simultaneamente – e sem qualquer problema, como podemos perceber – saberes vindos dos mais variados matizes: para valorizar as propriedades curativas das *pílulas*, recorreu-se inicialmente a algo que produzia grande efeito pelo poder que representava, ou seja, à Mão Divina que, nesse caso e como que num milagre, havia concedido privilégios ao autor da façanha, alguém certamente puro e, talvez, santificado. A interface com este saber, porém, parava por aí, uma vez que o anúncio sobre o aparecimento das *Pílulas Milagrosas da Graça de Deus* enveredou por um outro caminho, este também bastante conhecido: o preparado levava tiborna, acácia e pacari, plantas valorizadas pelas suas qualidades curativas. O discurso em seguida – e com a intenção de consolidar os argumentos anteriores – muda novamente e, valendo-se das teorias médicas (que pouco depois seriam desqualificadas pela microbiologia), explica didaticamente a etiologia dos males, imputando-os aos miasmas. Neste último tópico, não há como não relacionar as doenças com a infernal *decomposição dos charcos* que ocorria na várzea do Carmo. Hoje poderíamos avaliar como contraditórios os caminhos escolhidos para a apresentar o remédio e presentes na propaganda. Entretanto, estes não eram assim percebidos naquela época. De fato, nesse caso temos um claro exemplo de que novas concepções não substituem plenamente (e nem rapidamente) as anteriores e, nesse sentido, presenciamos a convivência, num mesmo período, de várias visões de mundo.<sup>314</sup>

Na São Paulo das últimas décadas do século XIX conviviam, sujeitos e grupos das mais diferentes matizes, fossem eles os nacionais, fossem os recém-chegados imigrantes. Saberes, experiências e variadas concepções sobrepunham-se uns aos outros, o que resultava numa tensão própria diante do processo de urbanização da cidade. Nesse sentido, São Paulo apresentava um inusitado cosmopolitismo, já que em seu ambiente citadino conviviam, simultaneamente, práticas referendadas na antiga cidade provinciana oitocentista – com todas as suas crenças e valores – ao lado de outras, que se queriam “civilizadas”, e que buscavam suas referências ora na Europa, ora nos Estados Unidos.<sup>315</sup> Essa tensão, como não

---

314 - Mesmo no campo da medicina, e devido às constantes modificações experimentadas nas últimas décadas do século XIX, isso ocorreu, ou seja, a permanência de antigas teorias que ajustavam-se às novas sem qualquer problema aparente. Exemplo disso é um discurso oficial (melhor analisado em capítulos posteriores) e que, ao chamar a atenção para o perigo das bactérias existentes na lama das ruas “... na quantidade de 30 bilhões por centímetro” estas estariam “... acelerando as exalações miasmáticas.” A. C. sessão do dia 06/03/1894, vol. manuscrito, p. 143 a 163. Mais detalhes no capítulo 5 adiante.

315 - Comum na historiografia é a análise da vertente européia como modelo para nova cidade que se edificou a partir de finais do século XIX. Entretanto, desde a década de 1890, pelo menos, nota-se que este modelo também foi buscado nas grandes cidades americanas. Em 1893, por exemplo, renunciava o vereador Pedro Vicente de Azevedo: “... a cidade de São Paulo, que em menos de 20 anos triplicou em população, que não está estacionada, mas destinada a ser a Chicago da América do Sul, não imite jamais as cidades platinas ...” (aqui ele discursava contra os endividamentos das “cidades platinas”). A. C., sessão do dia 19/12/1893, p. 538. A respeito dos vários e diferenciados grupos que conviviam na cidade, veja **Koguruma**, Paulo (1999) e **Santos**, Carlos José Ferreira de (2003) op. cit.

poderia deixar de ser, fazia-se representar inclusive no poder público e aqui damos o exemplo da várzea, cujas longas e demoradas discussões, bem como o tempo decorrido para a implementação do projeto higienizador, são provas inequívocas de que também entre os administradores não havia ainda um consenso.

Trazendo esta análise para os personagens envolvidos naquela disputa, cabe ressaltar que temporalidades e ritmos sociais diferenciados interpunham-se e tencionavam um quadro já complexo. A experiência de uma lavadeira ou de um carroceiro que se serviam da várzea não era a mesma dos administradores ou a de médicos e engenheiros – não obstante a existência de diferenças entre estes; ao mesmo tempo em que se chamava a atenção para os perigos que os micróbios representavam, divulgavam-se anúncios onde os miasmas ainda apareciam como um grande perigo. Mediante esses descompassos, as curas para as doenças poderiam, por exemplo, serem tentadas com a ajuda das *Pílulas Milagrosas da Graça de Deus* ou, também, recorrendo-se a Pai Inácio. De toda forma, também nas ruas podia-se encontrar uma série de paliativos oferecidos pelos tradicionais ervateiros. Portanto, ao mesmo tempo em que se tentava impor um parque higienizado à várzea do Carmo ou ao Anhangabaú, curas mágicas para os males do corpo poderiam ser conseguidas a cada esquina. Mediante essas tentações, não seria ainda naquele momento que tais projetos cosmopolitas se concretizariam.<sup>316</sup>

Não bastou, por exemplo, uma nova ameaça de epidemia de febre amarela em 1892, quando então foram discutidas “*medidas de higiene e salubridade*” e onde foi lembrada “*a urgente necessidade de saneamento da várzea do Carmo.*”<sup>317</sup> Ou a paulatina ocupação da área vizinha, e as denúncias de construção de casas, especialmente nos limites do Braz, Mooca e Bom Retiro, sem levar em consideração o propalado projeto de saneamento.<sup>318</sup> Não bastou, principalmente, a divulgação recente de que seriam os micróbios (tão invisíveis quanto os miasmas) os causadores de tantos males sofridos pelo corpo, como alertou o vereador Ricardo Guimarães Filho no mesmo ano de 1892 por ocasião da ameaçadora epidemia de febre amarela:

---

**316** - A esses descompassos registrados entre indivíduos ou grupos que viveram numa mesma época podemos dar o nome de temporalidades, diferentes ritmos ou experiências sociais ou, como nos fala Alain Corbin, de sensibilidades diferenciadas. Segundo este autor, “*de certa forma os indivíduos que vivem um mesmo período não são contemporâneos*”. Nesse sentido, “*a história cultural é feita de recobrimentos, de sedimentações, de inércias*”, posto que os indivíduos não “*sentem a as mesmas coisas, segundo uma série de critérios: o sexo, a idade, a categoria social, o local geográfico, a tradição ou a cultura que recebeu.*” Portanto, completa Corbin, “*o historiador da cultura deve tentar sempre entender essa complexidade, essa simultaneidade de atitudes muito diferentes segundo os indivíduos e segundo os grupos.*” Para este estudo, tomo as palavras de Corbin mais como um alerta, pois consegue clarear algumas questões e aponta alguns caminhos cheios de possibilidades. Digo isso pois aqui existe um risco, qual seja, o de se verificar um certo estilhamento da história por conta de particularizações demasiadamente exageradas e considerando as inúmeras micro-variantes. Veja *Alain Corbin – o prazer do historiador*; entrevista a Laurent Vidal, trad. de Christian Pierre Kasper, In: *Revista Brasileira de História*, vol. 25, nº 49, São Paulo, 2005. Aqui de modo bastante sucinto, este caminho sugerido por Alain Corbin está presente em suas obras como *Saberes e Odores* (S.P.: Cia das Letras, 1987) e *História dos Tempos Livres* (Lisboa:Teorema, 2001).

**317** - A. C., reunião extraordinária de 12/03/1892.

“A Intendência Municipal compenetrada dos seus deveres de zelar pela salubridade pública e de attender para as condições melindrosas e altamente danosas aos habitantes dos bairros adjacentes às várzeas do Tietê e Tamanduateí, agora inundadas, e tomando em consideração os estudos (...) para o saneamento das mesmas várzeas (...) resolve pedir ao Dr. Governador do Estado de mandar por em execução o dito projeto, na parte relativa às obras de caráter urgente destinadas à proteção da parte baixa da cidade e impedir o desenvolvimento de germens danosos à salubridade pública (...)”<sup>319</sup> (meu destaque).

As obras de retificação do rio e a construção de seu canal somente tomariam impulso a partir dos primeiros anos do século XX, sendo levadas a efeito pela administração estadual. O discurso, porém, já era outro uma vez que os fugidios miasmas já haviam deixado a cena – ao menos na fala dos governantes – substituídos que foram pelos temidos micróbios. Ao lado destes, certos “macróbios” também preocupavam e acabaram sendo considerados tão ou mais perigosos quanto aqueles. Como todos estavam a viver numa “promiscuidade nojosa”, era preciso, concreta e explicitamente, realizar também uma “limpeza social” na várzea, ou expulsar dali tudo o que fosse entendido como podridão e que, naquele momento, incluía os seus freqüentadores menos desejados. A esse respeito disse em 1916 o então prefeito Washington Luís:

“(...) o que hoje ainda se vê, na adiantada capital do Estado, a separar brutalmente o centro comercial da cidade e os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos e, ainda, escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa em quase toda a sua extensão. Nessa vasta superfície acidentada, de mais de 25 alqueires de terra, após a época das chuvas, ficam estagnadas águas em decomposição que alimentam viveiros assombrosos de mosquitos, que levam o incômodo e a moléstia aos moradores confinantes; no tempo da seca formam-se aí trombas de poeiras que sujam e envenenam a cidade; a espaços, o mato cresce a esconder imundícies que sustentam, não obstante o zelo da Limpeza Pública, tudo isso com grave dano para a saúde dos munícipes. É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação **se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos.** É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como dão notícias os anais judiciais, com grave dano para a moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita. Tudo isso pode desaparecer e tendo sido já muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituídos por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a

---

318 - A. C. sessão do dia 19/03/1892

319 - Indicação (aprovada) do vereador Ricardo Guimarães Filho, A. C., sessão do dia 03/03/1892, volume manuscrito, p. 183 e 183 verso.

segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo.”<sup>320</sup>

Apesar desta preocupação “moderna” explicitada no discurso de Washington Luís, o fato é que antes desses macróbios, foram os micróbios presentes na várzea os maiores responsáveis pela perda prematura de grande número de vidas. Eram eles, e não os miasmas como se pensava, os causadores de um sem número de febres contraídas ou pelo contato com as águas pestilentas do Tamanduateí, ou diretamente com os detritos ali jogados diariamente. E, dentre as inúmeras febres que atacavam os moradores da região, estava uma das mais graves delas, a tifóide:

*“Faleceu ontem as 12 horas da noite, de Febre Renitente de Forma Tiphóide, Maria Adelaide, com 20 annos de idade, portuguesa, cazada com Gregório Tavares e foi sepultada hoje dia 30 de março de 1893 no cemitério do Brás”<sup>321</sup>*

*“Foi sepultado hoje no quadro geral 1º dos anjos grandes, o cadáver de Emydio com 5 annos de idade, filho do português João Lopes Theotonio, falleceu ontem as 10 horas da manhã de Febre Tyfoidea, sepultou-se hoje como pobre. Cemitério do Brás, 11 de Abril de 1893.”<sup>322</sup>*

É certo, entretanto, que muitas das condições presentes na cidade – e que poderiam causar algum mal às pessoas - não estavam presentes apenas no infeccionado Anhangabaú ou no pestilento Tamanduateí, até porque outros graves perigos estavam a rondar os paulistanos.

---

320 - Relatório do Prefeito Washington Luís, 1916, p. 172, ofício nº 1.191 de 16/12/1916.

321 - Livros de Inumação do Cemitério do Brás (Quarta Parada), Vol. 33, 1893, p. 34 .

322 - Livros de Inumação do Cemitério do Brás (Quarta Parada), Vol. 33, 1893, p. 44.

## Capítulo 4 – A podridão nas ruas:

### 4.1 – os tigres do quartel e da cadeia

*“Sendo uzo fazer-se o despejo das immundicies da Cadêa no Rio Anhangabahú, affectando assim aquellas águas, requeiro q. se officie a Policia, afim de que haja de dar providencias necessárias; e bem assim para que se não deite no largo da Cadêa as sobras ou lavagem da comida dos prezos”<sup>323</sup>*

No período transcorrido entre as décadas de 1860 e 1880 vários perigos estavam à espreita dos que residiam ou circulavam pelas ruas, becos e largos da cidade. Porém, numa área em especial o paulistano deveria redobrar sua atenção, olhar mais firmemente ao redor e ficar atento aos odores. Bastante freqüentado, já que no centro da cidade, nas imediações do antigo *Largo da Sé* e da atual Praça Dr. João Mendes, era este o conhecido *Largo Municipal* ou *da Cadeia*. Ali se encontravam diversos prédios importantes a exemplo do Teatro São José (o primeiro assim chamado), os edifícios da Câmara Municipal e da cadeia, o Quartel de Linha, as igrejas de Nossa Senhora dos Remédios e a de São Gonçalo. Por si só, esses grandes marcos físicos da administração pública, de religiosidade e de lazer, atraíam muita gente. Mas, mesmo se o destino não fosse um deles, diversas outras pessoas por ali transitavam, visto que esta era a melhor comunicação entre a cidade e o bairro da Liberdade, logo adiante, sendo ainda intensa a movimentação de viajantes que demandavam ou seguiam para Santos.

E o problema é que nesse mesmo local subsistia, há anos e sob a vista de todos, um costume que passou a ser considerado como dos mais maléficos à salubridade, já que o mesmo redundava numa constante causa para a *infecção dos ares* e dos terrenos adjacentes. Tratava-se do descarte das águas servidas e de toda a sorte de detritos produzidos pelos presos da cadeia e pelos soldados do quartel. Estes, por sua vez, agrupados em dois únicos prédios, somavam centenas de homens, sendo que somente na cadeia o número de presos já chegava a 126 pessoas no ano de 1867.<sup>324</sup> Nesse sentido, era grande o volume de dejetos produzidos nas duas instituições.

A primeira delas, a cadeia, esteve por muitos anos sob a supervisão da Câmara

---

<sup>323</sup> - Indicação do vereador Porfírio apresentado na sessão da Câmara do dia 24/03/1860, p. 89 e 90.

<sup>324</sup> - Informação do carcereiro da cadeia aos vereadores, A. C. sessão do dia 22/01/1867, p. 19

Municipal e localizava-se no térreo do mesmo edifício utilizado pelos vereadores, no antigo Largo Municipal (ou Largo da Cadeia), hoje um dos cantos da Praça Dr. João Mendes, sobranceiro ao Anhangabaú. O segundo estabelecimento, chamado de “Quartel de Linha” ou do “Trem”, abrigava muitos soldados e era de responsabilidade do governo provincial. Com sede em um prédio situado na antiga “Rua do Quartel” (hoje desaparecida, incorporada que foi à Praça da Sé), estava o quartel mais próximo da igreja do Carmo e do rio Tamanduateí. Poucos metros separavam os dois edifícios, mas, pela disposição dos mesmos na colina, cada qual escolhia o rio mais próximo para fazer os seus despejos. Os da cadeia, por exemplo, eram realizados exclusivamente no Anhangabaú; os do quartel, por outro lado, eram jogados preferencialmente no Tamanduateí e, vez ou outra, também no Anhangabaú.

Todavia, nem sempre os dejetos eram encaminhados rapidamente para os rios e suas várzeas, sendo muito comum o fato deles permanecerem a descoberto e por um longo “tempo exposto, corrompendo assim o ar contra a salubridade pública”, conforme denunciaram os vereadores em 1860.<sup>325</sup> De fato, e até 1865, a limpeza da cadeia era realizada diariamente pelos próprios condenados que, de manhã e à tarde, saíam pela cidade carregando cerca de vinte ou trinta tonéis de madeira cheios de toda a sorte de imundície como os restos da alimentação, as águas servidas e matéria fecal.<sup>326</sup> Esses barris, também chamados de “cubos de limpeza”, logo receberam, pelo forte odor que exalavam de sua *boca*, o acertado apelido de *tigres* da cadeia.

Para sair da prisão, os tonéis eram transpassados em uma vara, sendo esta empunhada pelos presos que, já na rua, atravessavam todo o largo de São Francisco para, em seguida, descerem as ladeiras rumo ao Anhangabaú. Porém, ocorria que os cubos da cadeia estavam quase sempre em péssimo estado muitos “quebrados e outros sem tampa, de modo que (no mínimo) exalavam mau cheiro”<sup>327</sup> mas, também, sofriam eles com o constante balançar pelas ruas da cidade e iam derrubando, aqui e ali, boa quantidade do material que carregavam. Talvez por este motivo, não raro lixo e esgotos eram atirados diretamente da cadeia no largo Municipal em frente, sem cobertura nenhuma, o que irritava muitos dos vereadores que por ali eram obrigados a passar em direção à Câmara que funcionava no andar superior do mesmo prédio.

De qualquer forma, não apenas os presos se utilizavam destes barris para limpeza, pois muitas famílias também assim procediam e, é claro, com os mesmos problemas. Utilizando-se de tonéis do mesmo tipo, moradores mais abonados delegavam a função dos despejos aos seus escravos, outros pagavam vintém a ambulantes acostumados ao trabalho.

---

325 - Ofício ao “chefe de polícia pedindo providências para que se obrigue aos presos que fazem a limpeza da cadeia que cubram o lixo onde depositam (...)” A. C. sessão do dia 14/06/1860, p. 129.

326 - A. C. sessão do dia 05/12/1865 p. 317.

327 - Ofício do delegado de polícia à Câmara Municipal datado de 19/11/1867, P. A., vol. 197, 1867, doc. nº 51

Piteco era um deles. Liberto, fora escravo do padre Chico Amaro, e era um tipo muito popular em São Paulo na década de 1870. “Durante o dia, ganhava alguns trocados levando águas às residências. À noite, ia à casa de um abastado no largo do Colégio para retirar o vasilhame noturno, a fim de descarregá-lo na várzea do Carmo. Certa vez, quando ele descia a ladeira Porto Geral, o vasilhame, que estava com o fundo estragado, destampou-se e a imundície foi toda sobre ele, quase asfixiando-o, o que não sucedeu por ser socorrido a tempo. Era tão lastimável o seu estado que ele saiu correndo e foi jogar-se n’água, ali perto, na Ilha dos Amores.”<sup>328</sup>

Na limpeza do quartel, por sua vez, nada de muito diferente acontecia. Apesar de estar colocado a pouca distância rio Tamanduateí e da várzea do Carmo, era muito mais cômodo fazer os seus despejos diretamente numa das ruas laterais como a Tabatinguera ou na própria rua da Glória. Aqui, porém, havia um problema: os militares sediados no quartel eram subordinados ao governo provincial, enquanto que a fiscalização das ruas era realizada pelos Guardas Urbanos, estes sob a responsabilidade do município. Por conta dos despejos, ou mesmo para resolver pequenas rixas entre eles, vários conflitos envolveram as duas forças e acabaram mesmo em prisões como a ocorrida em agosto de 1861. De um lado, estava o 2º sargento urbano Justino Fiel da Fonseca que mandara prender “a um preto do Quartel no acto em que lançava agoa immunda na travessa da rua da Glória” e, de outro, o alferes do corpo fixo Fernando Martins Bonilha que, achando-se ofendido, libertou o preso e, ato contínuo, mandou prender o próprio guarda Justino numa das celas do quartel. A querela perdurou por 27 dias, de 10 de agosto a 7 de setembro de 1861, período este em que o guarda urbano ficou preso “injustamente”, conforme manifestação dos vereadores ao presidente da província, uma vez que ele “não fez mais do que executar uma postura municipal”.<sup>329</sup>

Os soldados do quartel não se intimidavam e, não raro, realizavam seus despejos nos chafarizes das proximidades, colocando assim em risco muitos daqueles que ali iam em busca de água para seus afazeres e para matar a sede:

“A Câmara, ouvindo verbalmente o Sr. Fiscal a respeito do Chafariz de detraz do Quartel resolveu que se officiasse ao Exmo. Governador pedindo as necessárias providencias para que o Comandante do Corpo da Guarnição prohiba que as praças façam ali despejos como costumam.”<sup>330</sup> (meu destaque)

A repugnância ou o medo maior frente a tais despejos em plena via pública, eram expressos principalmente pelos que residiam nas imediações do quartel e da cadeia. Sempre

---

328 - Freitas, Affonso A. de, op. cit., p. 68

329 - Reclamação do 2º Sargento Justino aos vereadores e Ofício ao presidente da província, A. C. 22/08/1861, p. 161 e 162; Portaria do presidente da província, A. C., 12/09/1861, p. 177.

330 - A. C. sessão do dia 23/01/1865, p. 38.

em alerta para tais casos, eles reclamavam, denunciavam os acontecimentos mais graves e lembravam, a todo o momento, a “*necessidade de remover-se a limpeza da Cadêa e do Quartel para outro lugar*”.<sup>331</sup>

Um outro problema que se fazia presente nos dois locais, e que contribuía para com a insalubridade geral, era o fato de neles viverem centenas de pessoas, sejam confinadas em celas, sejam de passagem, como no caso do quartel. Muitos presos eram admitidos já doentes, outros ali mesmo contraíam seus males. A cadeia de São Paulo, segundo denunciava um relatório de 1831, era das mais “*imundas, pestilenta e com todo o seu ar infectado*”. Não existia uma divisão entre os presos e, por isso, resultava que “*em uma mesma cela conviviam o ladrão, o assassino, os correccionários e outros de menores crimes.*” Naquele mesmo ano de 1831, o número de presos chegava a 59, sendo 51 homens e 8 mulheres que, de acordo com o mesmo relatório, “*eram tratados com a última desumanidade, pois seu alimento era quase nenhum, dado no longo espaço de 24 horas.*” A realidade era que eles “*conviviam com a fome, com a nudez e com a falta de asseio.*” Para remediar essa situação, era comum os presos prepararem suas refeições ali mesmo, acendendo fogueiras no chão das celas, do que resultava um “*ar impestado pelo carbônico e pelo fumo*”, um verdadeiro tormento, finalizou o relato.<sup>332</sup> Não obstante a denúncia, nos anos seguintes a situação permaneceria a mesma, pois na enfermaria da cadeia continuava “*a falta de colchões, cobertores e travesseiros*” e a comida encontrada era “*pouco asseada e em diminuta quantidade*”.<sup>333</sup> Durante boa parte do século XIX, continuou a cadeia com uma “*falta geral de aceio, com ares mefíticos e num estado completamente infecto.*”<sup>334</sup> Em 1836, por exemplo, a quantidade de presos já chegava a 100, e destes nove eram mulheres. A aguardente ali entrava sem nenhum controle, reclamava o fiscal Bernardo Justino da Silva aos vereadores, tanto que um dia os “*dois galês da limpeza achavam-se tão embriagados na ocasião em que iam fazer a limpeza das imundícies, que derrubaram uma tina na 1ª enxovia, e outra na escada principal da cadeia.*” O fiscal resolveu então mandar buscar alfazema “*para sanar o grande fétido que ali existia.*”<sup>335</sup>

De tal maneira a limpeza da cadeia preocupava que, em 1831, o engenheiro alemão (marechal de campo) Daniel Pedro Muller ficou encarregado de elaborar um plano para dar uma solução a este problema. Não havia outro modo para resolver a questão, disse ele, a não ser que se comprasse “*um pequeno quintal nas proximidades do edifício, onde deveria ser construído um depósito*” para as imundícies e, segundo um projeto que oferecia, os mesmos

---

331 - Relatório do fiscal Rufino Mariano de Barros, A. C. sessão do dia 05/12/1865 p. 316.

332 - Arquivo Histórico Municipal, Fundo C.M.S.P., Conselho de Vereadores, Comissão de visitas a prisões e estabelecimentos de caridade, Relatório de 30/08/1831.

333 - Id. ibidem, relatório de 23/08/1839.

334 - Id. ibidem, relatório de 1841.

335 - Arquivo Histórico Municipal, Papéis Avulsos, 1836, citado em **Sant' Anna**, Nuto; *São Paulo Histórico*, vol. II, S.P.: Departamento de Cultura, 1937, p. 86

não prejudicariam “a salubridade da vizinhança”, visto que seguiam um modelo que se inventara na França, sendo os mesmos de pouca despesa.” Para este terreno seriam então “conduzidos dos quartos ocupados, as imundícies, com facilidade, duas vezes ao dia, pelos serventes, em barris tapados, feitos para esse efeito.”<sup>336</sup> Mas, não seria dessa vez que a questão seria resolvida. Após analisar o projeto, os vereadores responderam que “*tendo em consideração o desgraçado e miserável estado da dita cadeia, e os melhoramentos que se lhe projetam, é de parecer que o dito plano seja adotado na parte só relativa ao pavimento baixo (...). Porém, na “parte que diz respeito á água para o serviço dos presos, e o quintal para as latrinas, a Comissão é de parecer que por ora se não se trate disto, até que o tempo mostre melhores comodidades.”*<sup>337</sup>

No quartel, por sua vez, inaugurado em 1791 para nele instalar-se a chamada Legião de Voluntários Reais, era grande o trânsito e a hospedagem de soldados vindos de outras cidades e mesmo de diferentes regiões do país. Ali eles viviam “*ou antes morriam, pelos tempos afora, seminus, com soldos em atraso, com a família andrajosa e a barriga vazia...*” (sic)<sup>338</sup>

Os dois edifícios eram, portanto, locais propícios para o desenvolvimento de diversas moléstias, muitas vezes com caráter epidêmico, como a de varíola que atacou os presos em maio de 1863 e, aos poucos, espalhou-se por toda a cidade, causando muitas mortes até fevereiro de 1864. Como o mesmo edifício abrigava tanto a cadeia (que ficava no térreo) quanto a Câmara, os vereadores, bastante apavorados, abandonaram o local e passaram a se reunir em casas emprestadas aos colegas, fato este, aliás, que se repetia amiúde, a cada epidemia que assolava a cidade.<sup>339</sup> Não por outro motivo, reconheciam os vereadores em 1866 que “*... é sabido ser a cadeia, pela aglomeração de indivíduos que ali existem, sem as precisas condições higiênicas, um foco de infecção colocado, por assim dizer, no centro da cidade, e de onde nas ocasiões de epidemia, como a experiência ultimamente mostrou com as das bexigas, se propaga o flagelo com maior intensidade.*”<sup>340</sup>

De tal forma a cadeia era preocupante que, em 1886, e diante de uma ameaça de cólera que já estava “*assolando a vizinha República Argentina*”, lembrava o médico da Câmara

---

**336 - Sant'Anna**, ib. ibidem. Como parte desse projeto, Daniel Pedro Muller sugeriu ainda a completa separação dos presos que poderia ser feita da seguinte maneira: um espaço para os homens condenados à morte; outro para os processados por delitos capitais; e assim sucessivamente para os delitos não capitais - mais decentes; menos decentes; para os que devem sofrer pena de prisão e para os escravos fugidos. No caso das mulheres, separar: as condenadas à morte ou delitos capitais; as de mau procedimento; as presas por dívidas; as escravas fugidas. Deveriam existir ainda quartos de correção separados, para homens e para mulheres. Ver coleção Papéis Avulso do Arquivo Histórico Municipal, 1831, vol. 36, doc.nº 131.

**337 - A. C.** sessão do dia 13/09/1831, p. 156 e 157.

**338 - Sant'Anna**, Nuto; *São Paulo Histórico*, vol. VI, S.P.: Departamento de Cultura, 1944, p. 52.

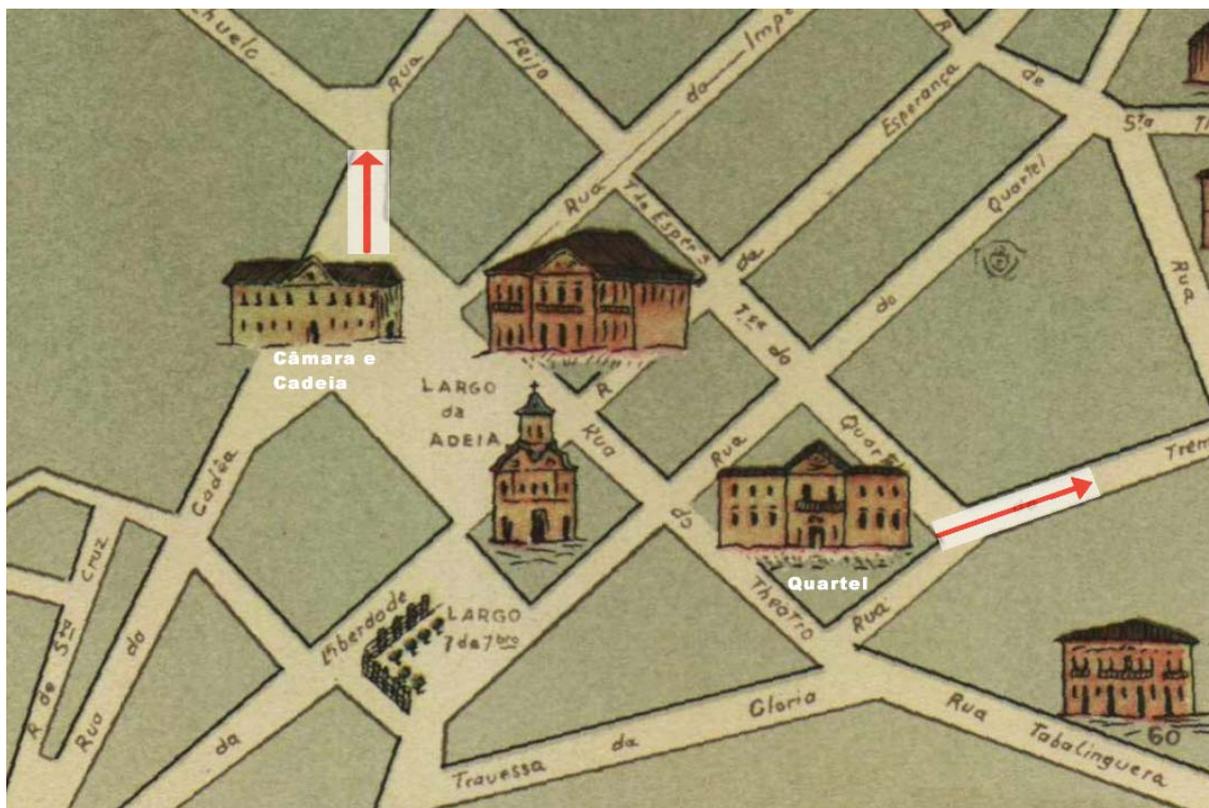
**339 -** Na abertura da sessão da Câmara de 16/05/1863, por exemplo, os vereadores consignaram que: “*As 10 e ½ horas da manhã em as Casas do Sr. Major Gabriel Marques Cantinho achão-se presentes os Snres. Vereadores (...), e isto por occasião das bexigas na Cadêa desta Cidade (...)*”, p. 111.

**340 -** Relatório da Comissão Permanente, A. C., 04/01/1866, p. 10. Este relatório foi preparado com para justificar a transferência dos presos condenados da cadeia para a “Casa de Correção”, presídio construído pela Província na Luz.

sobre as péssimas condições em que viviam os presos e reclamava sobre “diversas medidas hygienicas que deveriam ser tomadas, principalmente sobre a Cadeia.”<sup>341</sup> O caso portanto era que, nos dois edifícios, viviam, adoeciam e morriam muitas pessoas, os presos na cadeia e os soldados no quartel:

“Faleceu ontem Melquiades Souza Soares, de 46 anos de idade, livre, casado, condenado pela justiça, faleceu na enfermaria da cadeia de tísica e foi sepultado hoje, dia 12 de agosto de 1859, no cemitério municipal.”<sup>342</sup> (meu destaque).

“Faleceu ontem, dia 26 de agosto de 1859, Manoel Jacinto do Espírito Santo, de 29 anos de idade, cabo da esquadra do corpo fixo, natural da Bahia, solteiro, faleceu de pneumonia na enfermaria do corpo fixo e foi sepultado hoje no cemitério municipal”<sup>343</sup> (meu destaque).



**Fig. nº 25**

Nas imediações do antigo Largo da Cadeia vemos, à esquerda, o prédio da Câmara e Cadeia. No destaque a indicação dos despejos que seguiam o rumo do Anhangabaú. À direita está o prédio do quartel e, no destaque, a direção dos despejos para o Tamanduateí. Entre os dois edifícios, vemos o “Teatro São José” e a igreja de N. Sra. dos Remédios. No canto superior, à direita, está representada a antiga matriz e o Largo da Sé.

341 - Ofícios do Governo Provincial e do médico da Câmara, A. C. sessão do dia 07/12/1886, p. 236.

342 - Livros de Inumação do Cemitério da Consolação, vol. 1, 1859, p. 69 verso.

343 - Id. ibidem, p. 71.

É certo que o lixo e as imundícies das prisões e do quartel escorrendo pelas ruas próximas, infeccionando o chafariz, ou misturados às águas dos rios, bem que poderiam trazer o cólera ou a febre tifóide, por exemplo. Mas, a percepção dos perigos naquela época dava-se de modo diverso, eram os *monturos* estáticos de sujeira que incomodavam, eram os detritos visíveis nas portas das casas que causavam medo, era enfim tudo aquilo que, mais próximo da visão e do olfato, pudesse entrar em decomposição, já que, em seguida, o “veneno” dos miasmas seriam lançados no ar.

Não por outra razão, era necessário cobrir os tigres da cadeia, transportá-los em carros fechados até o seu destino final que deveria estar a uma distância segura, bem longe da cidade, de preferência “*além do rancho dos tropeiros, na Luz*”.<sup>344</sup> Frente ao incômodo que estava literalmente debaixo dos narizes dos vereadores e na frente de suas vistas, o caso dos despejos e dos tigres da cadeia mereceram uma resposta pelos anos de 1865, quando então lançou-se um edital para a contratação de um particular que ficaria incumbido de fazer a “*limpeza da Cadeia duas vezes por dia, de manhã e de tarde, (transportando) 30 barris de cada vez*”<sup>345</sup>, pois não era mais possível “*remediar o gravíssimo mal resultante da imperfeição com que se fazia este serviço*”, ou seja, “*o despejo das matérias fecais que diariamente saíam da Cadeia da Capital*” que, a partir de então, deveriam seguir “*em carro de mola e fechado*”<sup>346</sup>

Se resolvido estava o caso da cadeia (pensava-se, pelo menos), continuavam os despejos do quartel a serem feitos com o maior “escândalo” possível:

“Constando-me que os Quartéis do Corpo Fixo e Permanente mandam fazer a limpeza dos respectivos estabelecimentos na várzea do Carmo, e ainda mais que tem lugar este serviço entre as nove e as onze horas da manhã; proponho que esta Câmara represente com urgência ao Governador pedindo providencias a esse respeito. Os inconvenientes de semelhantes limpezas são de primeira intuição, e em nem um caso devendo a Câmara sancionar com seu silencio tão grande mal, menos o deve hoje, que como lhe cumpria e era instantemente reclamado pela salubridade e aceio públicos tem a Câmara providenciado do melhor modo sobre a limpeza da Cadea.”<sup>347</sup> (meu destaque)

Diariamente, portanto, continuavam as imundícies do quartel circulando pelas ruas da cidade, num roteiro nauseabundo que ora seguia do quartel para a várzea do Carmo, ora para o ribeirão Anhangabaú. Na várzea, o local preferido dos soldados para realizarem os despejos era um ponto conhecido como *Figueira* (atual rua da Figueira), logo após a Ladeira

---

344 - A. C. sessão do dia 05/12/1865, p. 317

345 - Idem ibidem.

346 - Relatório da Comissão Permanente, A. C., 11/09/1866, p. 113

do Carmo e ao lado do *buracão* ali existente. Do outro lado da cidade, eles geralmente escolhiam o antigo “*caminho de Santo Amaro, nos valos da chácara do Capitão Benjamin*” que ficava ao lado do ribeirão Anhangabaú. Todos estes locais “*inconvenientes como reclama a salubridade pública*”, conforme denúncias de um vereador em 1867.<sup>348</sup>

O problema maior, porém, não era identificado nos pontos de despejos às margens dos rios até porque a correnteza, pensava-se, cuidaria de levá-los para longe, mas sim na condução dos barris pelas ruas da cidade que, no trajeto, iam derramando imundícies pelas ruas que lá ficavam expostas. Ao contrário da cadeia, que fizera “*desaparecer o triste e miserável espetáculo que duas vezes ao dia se dava na cidade com o vergonhoso sistema por que era feito o despejo ...*

“... Desgraçadamente (e) para vergonha nossa, o despejo do quartel continua com o maior escândalo possível a ser feito, pois que desde as 7 as 11 horas da manhã, e das 3 as 6 da tarde, andam pelo centro da cidade de 4 a 6 pessoas a conduzirem mais de 40 barris em contínuo balancete por irem pendurados em um páo, de sorte que muitas vezes vão derramando matérias fecaes pelas ruas!!! E para cumprir com o meu dever proponho que com urgência se officie ao Exmo. Governo para que se digne dar suas ordens para que o despejo não continue a ser feito como se está fazendo, pois que alem de ser inconveniente offende á decência. São Paulo 8 de janeiro de 1867 – Justo da Silva – Aprovada – officinando-se ao Exmo. Governador”<sup>349</sup> (meu destaque)

Pouco ou de nada adiantaram as reclamações. Argumentando o governador que não havia verba disponível para o transporte dos tonéis em carroças fechadas, “*os galés do quartel continuaram a fazer a limpeza e os despejos junto à estrada de Santo Amaro*” e na várzea do Carmo, prometendo ele apenas providencias para que “*as matérias fecais fossem depositadas em um lugar distante da cidade.*”<sup>350</sup>

Dos lados da cadeia, porém, duraria pouco o “sucesso” alcançado com a contratação de uma empresa particular para a realização da limpeza. Menos de dois anos depois, em janeiro de 1868, tal sistema já dava sinais de colapso pela falta de capacidade do contratante em realizar os serviços. Vários dos animais que puxavam as carroças morriam ou ficavam inutilizados por tombos nas íngremes ladeiras, os veículos por sua vez desgastavam-se e a empresa alegava não ter condições para fazer os reparos. O resultado de tudo isso era que, por diversas vezes, ficava a cadeia sem limpeza, permanecendo os tigres acumulados nos corredores e salas do edifício.

Frente a esta situação, os ânimos acirraram-se e, na noite do dia 3 de fevereiro de 1868,

---

347 - Indicação do vereador Vicente Mamede, A. C. 23/10/1866, p. 139.

348 - Discurso do vereador Vicente Mamede, A. C. 13/11/1866, p. 143 e 144.

349 - Discurso do vereador Justo da Silva, A. C. 08/01/1867, p. 10

350 - A. C. sessões dos dias 29/01/1867 p. 20; 12/02/1867 p. 31 e 02/04/1867 p. 63.

uma medida extrema – verdadeira retaliação – foi tomada contra o empresário da limpeza. Sob as ordens do delegado de polícia, o carcereiro abriu todas as celas da prisão. Escolhidos e reunidos os presos necessários, pelas nove horas da noite receberam eles a ordem de retirar para fora os vários tonéis ali acumulados. Já em pleno “largo da Cadeia” novas instruções foram dadas e, ato contínuo, fizeram uso das varas, ajeitaram os barris e saíram pelas ruas da cidade em direção da casa de João Francisco Pereira, o procurador da empresa. Pouco tempo depois, *“todos os cubos de matérias fecais que existiam cheios na cadeia estavam na porta da casa do procurador, e lá permaneceram até as oito ou nove horas da manhã do dia seguinte, com grande incômodo dos vizinhos, do procurador e de sua família!”*<sup>351</sup>

Pelos lados do quartel o caso não era diferente, pois continuava o serviço de limpeza das matérias fecais e das águas servidas a serem feitos de modo inconveniente, num *“sistema mui prejudicial à saúde pública e não apropriado ao grau de civilização de nossa capital”*.<sup>352</sup> Da mesma forma, perpetuava-se o *“abuso que se pratica no Quartel da Guarnição de se fazerem os despejos de lixo e outras imundícies pelo canal que do mesmo Quartel vai sair á rua do Trem em frente a casa de José Theodoro Xavier”*.<sup>353</sup>

Os graves problemas com os despejos do quartel e da cadeia continuariam ainda por longos anos, e isso a despeito de estarem eles sempre na “mira” dos higienistas que reclamavam dos constantes incômodos por ele causado à salubridade pública. Era certo que, duas vezes por dia, o Anhangabaú recebia cerca de vinte a trinta barris contendo todo o tipo de dejetos da cadeia que infeccionavam suas águas e suas margens, bem como a todos que tinham contato com tais imundícies por intermédio do ribeirão. E isso tudo quando algo de mais grave não ocorria, ocasião em que os tonéis poderiam pender e mesmo virar em plena via pública, esta ocupada por pessoas de passagem e por crianças que ali estariam a brincar. Nas ladeiras de um e outro lado da cidade, escorriam as impurezas e o lixo pelo meio fiorento às calçadas, em frente das casas.

Caso algum morador tomasse seus devidos cuidados, evitando e escapando dos miasmas e da podridão ao seu lado, certamente algo poderia ocorrer quando ele e sua família tivessem sede. A água, vinda de algum chafariz nas proximidades poderia conter impurezas que lhe fariam algum mal. Havia ainda a possibilidade de se abastecer de um dos vários aguadeiros que, nas ruas, apregoavam sua mercadoria. Mas, via de regra, o líquido ou havia sido apanhado nos mesmos chafarizes ou, como era mais comum, nas margens infectas do próprio Tamanduateí. Não restam dúvidas, portanto, que os despejos da cadeia e do quartel

---

351 - Ofício do procurador da Empresa da limpeza da cadeia, A. C. 11/02/1868, p. 29 e 30.

352 - A. C. sessão do dia 05/06/1874, p. 90.

353 - Relatório do Fiscal Virgílio, de 02/08/1876, A. C. sessão do dia 10/08/1876, p. 77

estiveram por anos na raiz das diversas doenças que afetaram a população paulistana, causando muitas mortes.

Parte desses problemas somente foram resolvidos em 1883, época em que foi inaugurado o novo sistema de esgotos implantado pela Cia. Cantareira . No dia 29 de agosto de 1883, por exemplo, foi lembrado que *“continuando a ser feita a limpeza da cadeia por conta da Câmara, em carroças e barris com trânsito pelas ruas, e tendo a Companhia Cantareira e Esgotos colocado bacias por ordem do governo na Penitenciária, indico que se oficie ao Exmo. Presidente da Província, pedindo-lhe para ele autorizar (...) seja feita a limpeza da cadeia provisoriamente naquelas bacias (...)”*.<sup>354</sup> Pouco tempo depois, no dia 15 de outubro do mesmo ano, o presidente da província informava que já estava tudo providenciado *“a cerca dos despejos que fazem de águas servidas no Quartel de linha”*<sup>355</sup> certamente também já contando com os serviços da Cantareira.

Mas, se neutralizadas estavam as impurezas lançadas fora pelo quartel, a vigilância agora seria deslocada do exterior para o interior, o olhar mudaria de direção e, da rua, entraria pelos seus espaços internos, identificando ali grandes focos de infecção. Antes considerado como um dos mais sólidos e belos edifícios da cidade, o quartel passou ser qualificado como um mero *“barracão que serve de quartel ao 3º corpo e polícia, antigo quartel federal”*. Em finais do século XIX, pedia-se pela sua demolição, *“por ser um atentado à salubridade pública, moralidade e segurança, visto o péssimo estado em que se acha”* e não cabia mais em São Paulo *“um exemplar de arquitetura daquela natureza”*<sup>356</sup>

Como o prédio era de responsabilidade do governo estadual, diversos pedidos para a sua destruição foram encaminhados ao governador que, no entanto, não se manifestou. O caso ganhava amplitude num momento muito sensível para a municipalidade. Proclamada a República e instalado o novo governo, a antiga província – alçada agora à condição de Estado – acabou por exercer ainda mais influência nas Câmaras, completando um processo que se iniciara, com a Lei Imperial de 1º de Outubro de 1828, época em que suas funções foram redefinidas. O crescente poder do governo estadual e de suas secretarias, não era bem visto e, muitas vezes, entrava em choque com as ações da municipalidade. O poder de intervir na cidade, uma antiga prerrogativa dos vereadores, estava a partir de então sendo transferido para as mãos dos poderosos secretários estaduais. Especialmente na área da saúde, e por

---

<sup>354</sup> - Indicação do vereador Ribeiro de Lima, A. C., 29/08/1883, p. 232

<sup>355</sup> - Ofício do governador, A. C. sessão do dia 07/11/1883.

<sup>356</sup> - Abílio Soares, Indicação nº 5, A. C., 18/01/1899, vol. Manuscrito, p. 34. O vereador Abílio Soares era português de nascimento e veio ainda rapaz para o Brasil. Já em São Paulo, e além de seguir a carreira política e de ter sido um grande comerciante, ele havia alcançado o posto de coronel da antiga Guarda Nacional. Certamente por isso, Abílio Soares conhecia muito bem o edifício que agora criticava.

conta das várias epidemias que atingiam o interior, a ação do Estado se fez sentir de forma mais aguda, o que certamente representava uma ameaça ao poder dos edis. No bojo dessa acalorada discussão, e por conta justamente do prédio do quartel, levantou-se o respeitado vereador Abílio Soares para apresentar um projeto que unia, ao mesmo tempo, um protesto e uma mordaz ironia:

“Considerando:

1º Que o Governo do Estado tem faltado para com esta Câmara, com os preceitos da mais comensal atenção, para as suas reclamações.

2º Que o Snr. Dr. Prefeito já por duas vezes pediu o arrazamento do Quartel de Polícia (na Rua do Quartel) quer pelas condições hygienicas, quer pela sua segurança pública, pois está ameaçando ruína, e não ter até hoje, apesar de terem decorrido 11 mezes, o Exmo. Governo do Estado se dignado dar resposta ao mesmo Snr. Dr. Prefeito.

Proponho o seguinte projecto de lei:

Art. 1º - Fica concedido ao Exmo. Governo do Estado o privilégio exclusivo de conservar as repartições a seu cargo na maior immundicie, quer interna, quer externamente.

Art. 2º - Em tempo de epidemia não será permitido nas ditas repartições o ingresso a quaesquer commissões sanitárias, por se suppor que o Governo do Estado de São Paulo, fóra de qualquer medida sanitária e fóra das leis que para elle, senhor soberano e absoluto, não o podem attingir.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.”<sup>357</sup>

Projeto lido, ele serviu como desabafo num momento crítico, ocasião em que estavam sendo definidas com mais clareza as esferas de poder, estaduais e municipais, bem como as suas respectivas áreas de atuação. Em seguida, o projeto não foi considerado como objeto de deliberação, sendo logo arquivado.

Mas, nos resta saber por que o quartel tanto incomodava, por que estava ele a ameaçar a saúde pública, e de tal maneira que merecia mesmo ser destruído? De fato, tudo leva a crer que não era propriamente o edifício senão uma de suas alas, aquela que abrigava um perigo novo, recém percebido. Tudo continuava como antes, é preciso dizer, mas agora um novo saber – acompanhado de uma nova sensibilidade – estava a transformar em fonte de nocividade algo extremamente corriqueiro na cidade. A partir de então, anunciava-se que era preciso estar mais atento ao se caminhar pela cidade e, da mesma maneira, dedicar especial atenção na vigilância aos vizinhos da rua, aos seus quintais, ao capim que crescia por toda parte. O novo mal anunciava-se como devastador.

---

357 - A. C. sessão do dia 04/11/1899, p. 524 e 525.

## 4.2 - O despontar de um novo perigo

Ao examinar aquela pretensão de Abílio Soares, que pedia pela destruição do quartel, bem como as análises feitas em seguida pelos seus colegas de bancada dando-lhe apoio, surge com mais clareza o entendimento que eles tinham sobre o real perigo que se apresentava no interior do edifício, ou em uma de suas alas:

“A comissão de Justiça examinando a indicação feita pelo sr. vereador Abílio Soares (...) está de pleno acordo com a mesma visto que a necessidade de demolição daquele prédio, é há muito reclamada por todos que o conhecem, já pelo seu estado ruinoso que ameaça os transeuntes e ainda pelas más condições higiênicas impossíveis de se melhorar, acrescentando mais a inconveniência da existência de uma cocheira, sempre sem o asseio necessário, o que é um perigo para a saúde pública. S. Paulo 28/01/1899”<sup>358</sup>  
(meu destaque)

Eis aqui o verdadeiro mal que se queria ver extirpado com a demolição do quartel: uma cocheira vista agora como em péssimas condições higiênicas e que, por isso mesmo, transformara-se em motivo de apreensão.<sup>359</sup> De fato, foi somente a partir da década de 1880 que “notou-se” este novo perigo, ou aquele representado pelos animais (bestas, mulas, cavalos e bois), bem como pelas suas respectivas cocheiras. Mais ainda, neste documento aparece com clareza uma outra novidade, pois aos poucos o *estado das coisas* na cidade que poderiam redundar em salubridade ou insalubridade, acaba sendo substituído por saúde pública, ou seja, sem mais intermediações.

Antes dessa novíssima preocupação, e num período que remontava aos primórdios da cidade, nada mais natural do que o transporte de pessoas e mercadorias via tração animada. Até 1865, data da inauguração da ferrovia, toda a comunicação terrestre pelo interior da província era assim realizada. Pelas ruas da cidade o caso repetia-se, pois não havia uma outra maneira que substituísse o andar a pé. O transporte individual, de grupos e de mercadorias estava sempre a se utilizar de mulas e bestas, bois e cavalos que transitavam livres tanto pelas estradas quanto no interior da cidade. Nesse caso, muito comum também era a

---

<sup>358</sup> - Parecer nº 03 da Comissão Permanente, A. C., 01/02/1899, vol. Manuscrito, p. 41 e 42.

<sup>359</sup> - Essas cocheiras, bem como o próprio quartel, tiveram suas obras concluídas no dia 15/04/1791. Quanto às “cavalharisses” (cocheiras), não sabemos ao certo a quantidade das mesmas que funcionavam em anexo ao edifício. Nuto Sant’Anna, porém, deixa transparecer que eram várias, pois “... *cabiam em cada huma delas somente*

existência de cocheiras na área urbana, sejam as particulares (a exemplo das atuais garagens) sejam aquelas dos quartéis, da polícia e das empresas especializadas em transporte, sendo que estas últimas chegavam a agrupar dezenas e dezenas de animais num mesmo espaço.

Para que possamos ter uma rápida noção da quantidade de veículos movidos por tração animada na cidade, podemos ver os registros do ano de 1855, época em que foram cadastrados cerca de 631 carros, número este que, no ano seguinte, aumentaria para 650.<sup>360</sup> Por certo que tais quantidades referiam-se ao município como um todo, pois em 1871 e num levantamento feito com base apenas na área urbana, estavam circulando pelas ruas da cidade cerca de 596 veículos assim divididos: “400 carroças de carga, 62 de pipas de água, 40 de carros particulares, 67 de aluguel, 22 tálburis e 5 diligências.”<sup>361</sup>

Parte integrante da paisagem urbana, os animais estavam a prestar um serviço e, no máximo, anotava-se pelos idos das décadas de 1850 e 1860 um certo incômodo causado pelo seu aumento constante nas ruas da capital o que, de certa maneira, atrapalhava o trânsito de pedestres e de outros carros, especialmente quando amarrados nas esquinas, nos batentes das portas e mesmo nos postes da iluminação pública.<sup>362</sup> Um perigo ocasional que esses animais ofereciam era o de algum atropelamento ou acidente decorrente de um *desembestar* ligeiro, seja ele provocado pelo próprio condutor, seja por algum susto sofrido pelo animal. Por isso, vez ou outra reclamava-se “das disparadas de bestas pelas ruas que, levando rastos de cangalhas ou cargas aos trambolhões pelo meio do povo”, causava um certo risco para as pessoas.<sup>363</sup> Nada mais.

---

*vingte cavalos*”. Veja **Sant’Anna**, Nuto; São Paulo Histórico, Vol. VI, p. 51.

**360** - Arquivo Histórico Municipal, Fundo CMSP/INTDM/PMSP, Série Impostos (1738-1903), Vol. 1.326, Imposto matrícula de veículos, 1855.

**361** - Relatório da Repartição de Polícia da Província de São Paulo, 1871, p. 40 e 41.

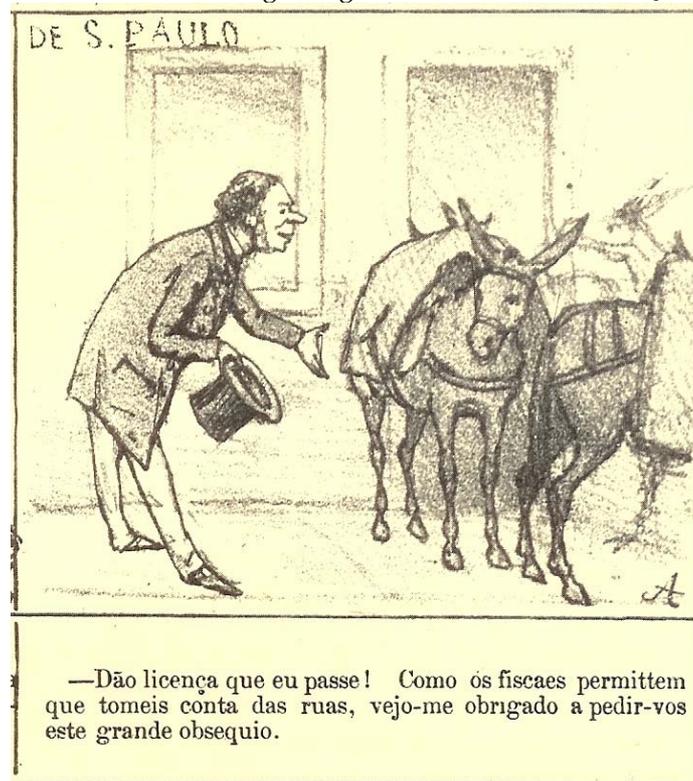
**362** - **Bruno**, Ernani da Silva, op. cit., p. 596 e 597

**363** - Jornal “Correio Paulistano”, edição do dia 07/07/1854.



**Fig. 26**

Tropas conduzindo mercadorias no antigo Largo do Riachuelo, atual Praça da Bandeira (c.1863).



**Fig. 27**

*As ruas de São Paulo, desenho crítico e satírico publicado no jornal "O Cabrião" em abril de 1867*

De qualquer forma, era considerado como muito seguro o transporte de passageiros nesses carros, especialmente se comparado com o infeliz acidente ocorrido justamente na viagem inaugural da E. F. Santos-Jundiaí, em 1865, nas proximidades da ponte sobre o rio Tamanduateí. Naquela oportunidade, morreu o maquinista e pessoas importantes da

comitiva saíram esfoladas da trágica experiência. Por conta disso, circulou na cidade alguns versinhos que zombavam do trem, mostravam seus perigos e louvavam os carros de aluguel puxados por cavalos e cujo ponto principal ficava no “Largo da Sé”:

Vou “prô” Rio de Janeiro  
Fazer queixa ao delegado  
Que o malvado trem de ferro  
Muita gente tem matado

Seguro morreu de velho;  
Quem avisa amigo é:  
Quem quiser dar bons passeios  
Tem carrinhos – sem receios  
Bem baratos lá na Sé<sup>364</sup>

E era na Sé onde todos se encontravam, homens e animais, carroças e tálburis de aluguel, para tratar da vida e dos negócios, contratar uma corrida ou simplesmente se inteirar das últimas novidades. Centro nervoso da cidade, não por outro motivo ali estava o maior e mais concorrido ponto para carros de aluguel. Já com uma certa distância no tempo, Paulo Cursino de Moura lembrou esse aspecto e destacou que “os tálburis paulistanos tinham, no espécime da raça, característicos da velha tipóia. Sonolentos e tardos, a algazarra dos cocheiros os despertava, no jogo da *morra* ou no tripúdio do respeito e da linguagem para a conquista dos fregueses, vexados e confundidos, diante daquela fileira de acenos e preferências.”<sup>365</sup>

---

364 - Freitas, Afonso A. de, op. cit., p. 76 e 77.

365 - Moura, Paulo Cursino de, *São Paulo de Outrora*, S.P.: Livraria Martins Editora, 1954, p. 24.



**Fig. 28**

1880: no antigo *Largo da Sé* o maior e mais concorrido ponto de carros de aluguel da cidade.

As qualidades dos animais eram sempre ressaltadas, pois deles dependiam o transporte de cargas e de passageiros, bem como auxiliavam a comunidade em diversos outros afazeres, constituindo-se numa importante ajuda para as tarefas diárias. Entretanto, o caráter positivo dos animais que circulavam pelas redondezas de São Paulo ia além e extrapolava a mera força de trabalho. No século XVIII, por exemplo, foi anotado um caso que ultrapassava essa característica utilitária, uma vez que eles foram utilizados justamente para aplacar uma espantosa epidemia de varíola, então conhecida como *bexigas*. Para combater o terrível mal, o então capitão general Martim Lopes escreveu à Corte, em novembro de 1775, e explicou que a vista do “excessivo estrago e mortandade em todos”, nas tropas, entre as crianças e adultos, além das preces públicas, a Deus e a muitos santos, se decidira lançar mão de todos os meios possíveis para debelar a peste e, por isso, fizera girar pelas ruas da cidade numerosos rebanhos de bois e carneiros para atrair sobre os animais a força da peste, e desviá-la dos humanos; mandara queimar também no hospital “grande copia de perfumes”<sup>366</sup> (meu destaque). Decerto que a experiência realizada naquela época supera em muito a mera curiosidade uma vez que, ao contrário, nos esclarece sobremaneira a concepção que se tinha a respeito do caráter sobrenatural dos males e das doenças que atingiam os homens, bem como sobre os métodos de cura.

Para atender e dar suporte ao crescente número de animais, existia na cidade uma

bem montada estrutura que incluía os terrenos de pastagens (muitos deles de aluguel), bem como diversas oficinas de ferreiros e ferradores. A exemplo de outras cidades brasileiras do século XIX, São Paulo era uma comunidade onde se poderia encontrar uma igreja e um ferrador praticamente a cada esquina. Nada a estranhar numa comunidade que muito se utilizava dos animais para as suas tarefas cotidianas. De fato, tal e qual os templos religiosos, os ferradores, ferreiros e fábricas de carros estavam dispostos como que a cercar a cidade pelos seus flancos, e isso desde a Av. São João, onde existiam alguns ferradores; passando pelo *Piques* e *Largo do Riachuelo*, com seus pastos e fábricas de carroças; e, subindo a colina, encontrávamos também os mesmos profissionais pelos lados da Glória, Carmo e na atual Rua Florêncio de Abreu (esta ainda hoje mantendo a característica de ser uma rua especializada em ferragens), que fechava o círculo. Somente no exercício de ferrador, o censo de 1822 apontava existência de quinze desses profissionais na cidade. Nas décadas seguintes, esse número subiria para a casa das várias dezenas.<sup>367</sup>

A existência de um grande número de ferradores na cidade já se fazia notar desde pelo menos o século XVIII e isso acompanhando a quantidade crescente dos animais. Nessas circunstâncias, era comum entre eles a disputa por fregueses, cada um oferecendo melhores preços e vantagens que o outro, o que gerava, por vezes, sérios conflitos. Não por outro motivo que em 1753 – e de comum acordo com esses profissionais – a municipalidade resolveu estabelecer um regimento que estipulava, dentre outras regras, o preço a ser cobrado pelos serviços. Assim, “os ferradores que tinham ferraduras e cravos comprados na cidade a vários preços, concordaram e assentaram que ferassem as bestas muares e cavalos a duzentos e quarenta réis por cada ferradura nova composta e pregada.” Mas, o trabalho de um ferrador não se resumia ao ato de ferrar, uma vez que eles também exercitavam a arte de curar os animais e, nesse sentido, estipulou-se que “por sangrar somente levarão por cada uma sangria seis vinténs”.<sup>368</sup>

Referências significativas na malha urbana e na vida dos moradores, as oficinas dos ferradores tornaram-se marcos indicativos e de localização no emaranhado da cidade. A esse respeito, relembra Jorge Americano numa “conversa caseira”:

- Você se lembra de uma portinha que havia no Largo do Rosário, em frente da ferraria?
- Que ferraria?
- Uma forja de ferreiro para ferrar cavalos, não lembra?<sup>369</sup>

---

366 - Taunay, A. de E., *Antigos aspectos paulistas*, p. 95.

367 - Arquivo Histórico Municipal, Fundo CMSP/INTD/PMSP, Série “Impostos Serviços e Profissões”, especialmente volumes das décadas de 1880 e 1890. Ver também Affonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências paulistanas*, p. 135.

368 - “Regimento para usarem os ferradores”, A. C., sessão do dia 23/06/1753, p. 435.

369 - Americano, Jorge; *São Paulo naquele tempo 1895-1915*; S.P.: Edições Saraiva, 1957, p. 97. O “Largo do Rosário”

Não apenas esta oficina marcou a memória do autor, como também as que existiam nos bairros, “até que a tração elétrica e os motores de explosão eliminaram burros e cavalos”. Na esquina do quarteirão onde residia, na Rua dos Andradas em Santa Ifigênia, uma delas em especial lhe chamava a atenção, pois quando criança ele ali permanecia para “ver ferrar os cavalos”.<sup>370</sup> Pelos lados do Brás, na antiga Av. da Intendência (hoje Celso Garcia), lembrava Jacob Penteado, “viam-se várias oficinas de ferreiros, seleiros e espingardeiros, devido ao grande número de veículos de tração animal e dos *caçadores*, numerosos, que pululavam do Brás à Penha.”<sup>371</sup>

De tal maneira eram essas oficinas significativas na vida da cidade que, desde meados do século XVIII, existia na capital um logradouro muito conhecido pelos serviços que oferecia: era a famosa Rua do Ferrador, atual Benjamim Constant, que liga a Praça da Sé ao Largo de São Francisco.<sup>372</sup> Este largo, por sua vez, também ficou conhecido durante muito tempo como *Largo do Capim*, certamente pela gramínea que ali crescia e que servia de alimento natural aos bois, cavalos e muares de passagem.

O conjunto formado pelos dois locais – Largo de São Francisco e *Rua do Ferrador* – era bastante procurado por aqueles que desejavam consertar seus carros, ferrar seus animais e, não raro, para a cura de mulas e cavalos doentes. Localizado a meio caminho entre a cidade e o Largo do Riachuelo - este um grande ponto de chegada para tropeiros – o largo de São Francisco abrigava também um dos hotéis mais famosos da cidade, o “Hotel Palm” (veja Fig. nº 31) no qual ficou hospedado, em 1860, o diplomata suíço Von Tschudi. A escolha não poderia ter sido melhor, uma vez que Tschudi necessitaria, dias depois de chegar à capital, dos préstimos de um afamado ferrador estabelecido naquele largo. Conta-nos o suíço que, numa manhã, foi surpreendido com a notícia de que a sua “rica mula encontrava-se gravemente enferma, sem poder levantar-se. A besta sofria de forte afecção catarral, que se manifestava por um corrimento pegajoso na boca e nas narinas, tosse, respiração pesada e absoluta falta de apetite, sintomas estes que provocavam acentuada fraqueza geral.” Tschudi deu a mula como perdida e pediu que lhe arranjassem uma outra. Nesse meio tempo, e depois de várias tentativas vãs para curar o animal, um amigo lhe recomendou um ferreiro que morava no Largo de São Francisco, em frente ao hotel, ao qual deveria levar o animal.

---

é a atual Praça Antonio Prado.

370 - Idem ibidem, p. 107

371 - Penteado, Jacob, op. cit., p. 231.

372 - A antiga “Rua do Ferrador” já era assim conhecida desde pelo menos 1765. Denominação alterada em 1770 para “Rua São Francisco”, e em 1810 para “Rua do Jogo da Bola”, voltou a chamar-se “do Ferrador” em 1830. Posteriormente, ficou conhecida como “Rua da Princesa” e, em 1889, foi oficializada como “Rua Benjamim

Dizia-se que este homem era muito prático em tais assuntos, sendo o único capaz de resolver o caso. O tratamento que foi aplicado à mula deixou o suíço de tal maneira estupefato que ele, no seu diário, desculpa-se e diz que relataria “este incidente apenas para falar de um método bastante curioso de tratamento dos animais, de que antes nunca tivera notícia.” Conta-nos ele que “de noite, a muito custo, levou o pobre animal à casa do dito ferreiro. Este, depois de haver auscultado minuciosamente a mula, confessou que o caso era grave, mas não sem remédio. Sangrou-lhe uma veia e despejou pelo corpo álcool muito forte, ao qual ateou fogo em diversos lugares. O álcool ardeu naturalmente com viva chama azulada, enquanto o animal se contorcia de dores” – tudo isso sob o olhar espantado do suíço. “Depois de alguns instantes, o ferreiro apagou as chamas com um cobertor e mandou que fizessem o animal se movimentar durante uma hora.” Tschudi completou que “este heróico método foi coroado do mais amplo êxito. No dia seguinte a mula estava boa, comia bem e nunca mais sofreu de mal nenhum.”<sup>373</sup>

Apesar do método inusitado de cura, o relato do suíço é bastante representativo de uma época em que os animais eram fundamentais, e isso a tal ponto que mereciam todos os cuidados, inclusive os dispensado à saúde, pois era grande o medo de perdê-los. Aliás, o receio da morte dos animais nos é sugerido não apenas por esta, mas por diversas outras fontes. Este medo, por sua vez, é algo hoje esquecido, tendo em vista a não mais utilização dessa força de forma expressiva como era no passado.

Em decorrência das transformações econômicas ocorridas em São Paulo justamente a partir daquela década de 1860, a quantidade de mulas, bois e cavalos a transitarem pelas ruas da cidade, redundou num aumento bastante expressivo.<sup>374</sup> Por certo que aqui já estavam sendo criadas as condições que levaram, 30 anos mais tarde, à condenação explícita das cocheiras e dos animais como focos de doenças, como danosos à saúde, numa completa alteração do caráter utilitário que até então eles possuíam. De qualquer forma, localizamos aqui o início de uma transformação, claramente ainda não percebida pelos homens, mas que, com o correr do tempo e em seu conjunto, influíram mesmo na percepção desse novo perigo (que já existia, é preciso dizer, mas ainda não considerado como tal) e no “aprendizado” de uma novíssima sensibilidade: a repulsa, que era visual e olfativa, frente aos excrementos e a toda e qualquer sujeira produzida nas cocheiras.

A partir de finais da década de 1860, portanto, cocheiras e mais cocheiras pertencentes às empresas de transportes especializados espalharam-se pela cidade. Cada uma delas com um variado leque de serviços ofertados: desde um simples passeio, até casamentos, batizados

---

Constant”. Veja: **Amaral**, Antonio Barreto do, *Dicionário de história de São Paulo*”.

**373** - **Tschudi**, J. J. Von; *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*; S.P.: Edusp e B.H.: Itatiaia, 1980, p. 130 e 131.

**374** - Trata-se aqui da conhecida expansão econômica experimentada a partir da introdução da lavoura cafeeira no oeste paulista o que, por sua vez, transformou a capital num grande centro de negócios.

e mesmo enterros. Outros empresários, após a inauguração da estrada de ferro, chegaram mesmo a implantar um serviço de diligências, com horários pré-determinados de saída e de chegada, num exercício do que seria mais tarde o transporte coletivo da cidade.

**Diligencias para o Bairro da Luz**  
Do dia 16 do corrente em diante, partirá, todos os dias, do largo da Sé para a estação do caminho de ferro na Luz, uma diligencia, e a mesma fará suas viagens regulares por todo o dia do modo seguinte: do largo da Sé para a Luz, às 5 1/2, 7, 9, 11 horas da manhã, 1, 3 e 5 da tarde; e da Luz para o largo da Sé 8, 10 e 12 da manhã e 2, 4 e 6 da tarde. As partidas da Luz para a cidade, esperarão o trem de ferro quando o mesmo tiver de chegar; por isso, talvez não possa regular muito bem a partida da diligencia á essas horas.  
O preço é de 320 rs. por passageiro da Sé para a Luz, e vice-versa. *N. do 2.º, 14-3-1866.*  
Do fim do mez em diante, se fará este serviço com maior regularidade por terem de trabalhar duas diligencias, as quaes farão suas viagens regulares, partindo á todas as horas do dia, do largo da Sé para a Luz, e ás mesmas horas da Luz para o largo da Sé.  
N.B.—Só serão admitidas nas diligencias pessoas decentemente vestidas.

**Fig. 30** Anúncio publicado no jornal Diário de São Paulo de 14/03/1866.



**Fig. 29** Anúncio de uma das várias empresas que se instalaram em São Paulo a partir das décadas de 1860 e 1870.

Ao mesmo tempo em que ocorria uma expansão desses serviços a partir da década de 1860, os tradicionais carros de boi, algo até então muito comum na paisagem da cidade, começaram a incomodar. Naquela época, o despontar dessa intolerância foi provocado por um processo no qual estavam presentes as modificações urbanas causadas pelo avanço da economia cafeeira, pelas novidades que chegavam a São Paulo e, também, devido à sofisticação nos meios de transporte. A relação deste novo incômodo com a insalubridade era percebida ainda de modo tênue, uma vez que a repulsa causada pelas imundícies e pelos excrementos que os animais depositavam nas ruas somente ocorreria de maneira mais explícita a partir da década de 1880. Porém este incômodo, ou o despertar desta sensibilidade que não existia, redundou na condenação dos carros de boi na cidade e, mais ainda, abriu um caminho para que, décadas mais tarde, todos os animais fossem “condenados” a sair das ruas, agora sob o novo argumento de que causavam um mal muito grande à saúde das pessoas.

A questão presente em 1860 era que numa cidade onde circulavam diligências, tálburis e outros carros mais “modernos”, não cabia mais o incômodo daqueles pesados e ultrapassados carros de boi que estavam sempre a lembrar um meio rural, uma estrada de terra, um sítio afastado. No cotidiano de uma cidade que buscava civilizar-se e que já contava com uma linha de trem à vapor, não haveria mais espaço para este símbolo de um passado recente. Assim teve início a expulsão dos primeiros animais do centro da cidade: os bois. Presente estava nesse processo uma novíssima intolerância, pois nessa época os ouvidos

ficaram por demais sensíveis ao *chiar* característico desses veículos que, desde sempre, estiveram a circular sem incômodo algum pelas ruas da cidade. Aquele peculiar e triste rangido provocado pelas rodas de madeira em veículos de eixo móvel, agora “... *amolavam e escangalhavam-nos os ouvidos*”<sup>375</sup>

Uma radical transformação operava-se no mundo sensível aqui representado pelos ruídos que se escutavam diariamente pelas ruas da cidade. Ao contrário do que poderíamos supor, essa intolerância não surgiu como que num instante mas, muito pelo contrário, este foi um lento aprendizado que se iniciou por volta de 1860 e continuou pelas décadas seguintes. A irritação com o barulho, ao que tudo indica, esteve inicialmente vinculado às marcas de atraso que esses veículos traziam. Affonso A. de Freitas, por exemplo, os chamou de “*antidiluvianos* carros de boi, que azoïnavam os ouvidos e o sistema nervoso dos paulistas, percutido pelo seu *chiar* característico, monótono e irritante que, diariamente, se arrastavam pesados e morosos pelas ruas da cidade, mercadejando lenha às carradas e às mocutas.” – meus destaques<sup>376</sup> Jorge Americano, por sua vez, também lembraria desses carros, dos chiados característicos e de seus condutores, “um caipira descalço”, personagem este que já não mais caberia na capital de finais do século XIX: “Escuta-se a distância um chiado estridente, como o canto de cigarras. Vem aumentando, e aparece o carro, com lenha bruta, vindo de Santo Amaro, puxado por juntas de bois. Tange-os, ao lado, um caipira, descalço, de chapéu grande e lenço no pescoço, com uma vara de acicate ao ombro.”<sup>377</sup>

Para resolver esse novíssimo problema, tentou-se obrigar a todos os proprietários de veículos com eixo móvel que os substituíssem pelo fixo.<sup>378</sup> A troca não foi possível, uma vez que “seria um pesadíssimo ônus na actualidade crítica para os nossos carreiros, pela maior parte sem forças para essa despesa”.<sup>379</sup> Diante disso, optou-se pela “proibição do chio do carro d’ eixo móvel dentro dos limites da povoação”<sup>380</sup> que, na prática, significava a simples expulsão dos mesmos da área urbana. Aprovada definitivamente uma postura em fevereiro de 1867, a reação logo se fez sentir com uma “representação assinada por cento e tantos (sic) carreiros pedindo pela sua suspensão”.<sup>381</sup> Inconformados com a medida estavam, por exemplo, João Antonio Pereira e Joaquim José de Sant’Anna que, sob o risco de perderem o ganha-pão diário, solicitaram

---

375 - Jornal “O Cabrião”, nº 10, 1866, p. 77.

376 - Freitas, Affonso A. de, op. cit., p. 27 e 99.

377 - Americano, Jorge; op. cit., p. 121

378 - A respeito do antigo sistema de eixo móvel e seu barulho, explica-nos Waldemar Corrêa Stiel: “carro de eixo móvel, que era o carro de boi, lento e vagaroso, tendo seu eixo quadrado nas pontas, encaixado nas rodas, virando junto com estas. Se não estivesse bem engraxado, chiava barbaicamente pelo atrito na junção com a carroceria do carro. Alguns carreiros colocavam pó de carvão, para o chiado ser mais forte ...” (sic) – Stiel, Waldemar Corrêa; *História dos transportes coletivos em São Paulo*, S.P: Edusp e Editora McGraw-Hill do Brasil, 1978, p. 09.

379 - Parecer da Comissão Permanente, A. C., 05/10/1866, p. 133.

380 - Id. ibidem

381 - A. C., 02/04/1867, p. 63.

insistentemente ao governo que atendesse o pedido.<sup>382</sup> Entretanto o caso estava decidido e, por parte das autoridades, não haveria volta, alegando os vereadores que era grande o “*encommodo que cauza á população o chio dos carros constantemente em transito pelas ruas da Capital*”.<sup>383</sup>

Chama justamente a nossa atenção o período em que ocorreu a proibição dos *chiados* e a conseqüente restrição com a proposta de expulsão dos carros de boi da área urbana, ou seja, entre os anos de 1865 e 1867. Nessa época foi construída a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, maior símbolo da modernidade e que, naquele momento, fazia sua entrada triunfal na cidade. Daí o incômodo, a irritação com o barulho que representava um passado visto como atrasado. Mas, o fato concreto, é que esta *aprendizagem* perdurou ainda por algumas décadas, até porque as residências necessitavam da lenha trazida pelos carros de boi. Numa medida paliativa, lembravam os vereadores que aquela chiadeira poderia “desaparecer dos carros de eixo móvel desde que fosse untado com qualquer gordura ou matéria oleosa, tais como azeite, sabão, etc.”<sup>384</sup> Mas, esta era uma solução momentânea, de curta duração, já que os materiais aplicados logo perdiam suas qualidades lubrificantes, sendo rapidamente absorvidos pela madeira. Tal e qual o seu *andar modorrento*, os carros de boi foram lentamente desaparecendo da paisagem paulistana, expulsos que foram principalmente pelo seu ruído que lembrava o atraso. De qualquer forma, e pelo menos até por volta de 1890, ainda se notavam, aqui e ali, alguns deles circulando pela cidade e, em maior número, pelos bairros.<sup>385</sup>

O aparecimento desta sensibilidade auditiva demonstra que um amplo processo de ruptura com o passado estava em andamento. Apesar de tomarmos aqui apenas um de seus exemplos, inusitado talvez, o fato é que neste novo ambiente algo ocorria, a sociedade modificava-se e, de tal maneira, que seus reflexos logo se fariam sentir nos temas ligados à saúde, à doença e à morte.

---

382 - A. C., 12/07/1867, p. 91 e 27/08/1867, p. 99.

383 - Parecer da Comissão Permanente, A. C., 21/11/1867, p. 137

384 - Id. *ibidem*.

385 - A aversão ao “chiado” dos carros de boi em meados do século XIX nos remete aos ruídos hoje tidos como normais ou inerentes à vida urbana e, dentre eles, estão os vários “sons mecânicos”. Alguns deles, pela modernidade e tecnologia que representam, são suportados, outros nem tanto.



**Fig. 31**  
Carros de boi nas imediações do Largo de São Francisco (c.1863)

Como parte desta modificação e também em decorrência do aumento excessivo de veículos e de animais em trânsito pelas ruas do núcleo urbano, um primeiro controle foi adotado em 1865. A partir daquela data, criou-se a obrigatoriedade de serem numerados todos os veículos da cidade, fossem eles “carros, tálburis, diligências, carros de aluguel ou carroças de condução”.<sup>386</sup> Posteriormente, esta regulamentação ganhou em detalhes, sofisticou-se e, saindo do âmbito privado (da propriedade particular dos carros), acabou expandido-se pelo espaço público. E isso tornou-se necessário, disseram os legisladores, por conta dos *“fatos perigosos que continuamente põe em sobressalto e grave perigo às pessoas que transitam pelas ruas da capital, praticados pelos condutores de veículos de aluguel que, imprudentemente, se encontram, atropelam e abalroam nas ruas, ainda as mais estreitas desta cidade”*. Esta nova situação criou as condições que permitiram a elaboração de *“posturas determinando quais devam ser as ruas para subidas e descidas dos veículos, e marcando em outras a maneira por que deva ser feito o trânsito dos mesmos, por meio de signaes”*.<sup>387</sup> Em fevereiro de 1871, estavam prontos e instalados os primeiros sinais de trânsito e de “mãos de direção” nas ruas de São

---

<sup>386</sup> - Ofício do procurador da Câmara, A. C., 28/02/1865, p. 80 e Ofício do delegado de polícia, A. C., 19/02/1867, p. 34 e 35.

<sup>387</sup> - Ofício do Dr. Tito Augusto Pereira de Matos, chefe de polícia da província, A. C., 28/01/1868, p. 20 e 21.

Paulo.<sup>388</sup>

Não restam dúvidas de que este foi um momento muito importante na vida da cidade, pois de maneira inequívoca estava marcada uma ruptura com o passado. Incorporava-se na vida das pessoas e em seu cotidiano, um novo equipamento de forte apelo visual, ou seja, a sinalização urbana que, a partir de então, estaria sempre presente para regulamentar e colocar “ordem” na circulação não apenas de veículos, mas, também, no andar tranqüilo das pessoas. Criava-se uma nova regra, alterava-se o andar despreocupado pelas calçadas e leitos das ruas; este demandava agora um novo aprendizado, seja para os condutores, seja para os pedestres. O hábito de olhar os sinais precisou ser incorporado pela população nesse meio urbano modificado.

Na São Paulo da década de 1870, podemos concluir, aumentava progressivamente a presença do Estado no cotidiano das pessoas, e isso para regular ações das mais mezinhas, como era o andar livre pelas ruas da cidade. Decerto que este controle seria exercitado por outras vias, bem como em outros momentos da vida ou, até, conjugado com um novo saber que estava a substituir a igreja e o mundo divino: a ciência médica. Assiste-se, especialmente a partir da década de 1860, um declínio constante da religiosidade popular, cujo efeito fez-se também sentir na redução da importância que era dada às procissões. O esplendor e o interesse que despertavam em outros tempos foi, aos poucos, arrefecendo-se:

“Aperta-se o coração do verdadeiro católico ao contemplar o estado deplorável de abandono e indiferentismo a que se acham reduzidos o culto e festividades religiosas desta capital, outrora tão notavelmente afamadas pelo espírito de devoção e de fervorosa religiosidade de seus habitantes”<sup>389</sup>

As novidades, porém, não paravam de chegar. Já em 1872, por exemplo, um outro equipamento seria introduzido na paisagem da cidade e que, por si só, causou uma grande revolução na movimentação e no transporte do paulistano. Além da citada inauguração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, a área urbana passou a contar com os serviços de uma companhia de bondes que ligava a área central aos bairros. A nova modalidade trazia uma rapidez de locomoção até então nunca vista pelo povo que, de agora em diante, poderia pagar uma passagem no valor de Rs. \$200 (duzentos réis) e realizar sua viagem.

Os bondes vieram atender a uma demanda, mas, também, criaram novos hábitos e necessidades. Antes de sua existência, aqueles que não possuíam seu próprio carro e necessitavam desse serviço, eram obrigados a alugar um veículo, algo que a imensa maioria não tinha condições de fazer.<sup>390</sup>

---

388 - Relatório do Fiscal do distrito norte Flaminio Alves Ramos, A. C., 16/02/1871, p. 33.

389 - Jornal “Correio Paulistano”, edição do dia 23 de setembro de 1860

390 - O aluguel por hora de um carro variava de 2 mil réis para os mais simples (um tálburi) até 8 mil para os mais luxuosos. Na época de sua implantação, o preço de 200 réis pela passagem de bonde não era acessível a todos os trabalhadores. Um pedreiro, por exemplo, ganhava em 1875 cerca de 2 mil réis por dia; se tomasse dois bondes diariamente, ele gastaria 400 réis de seu salário, ou 20% do mesmo, despesa esta difícil de suportar. Porém, este preço de 200 réis pela passagem do bonde permaneceu inalterado desde até 1947, quando as linhas já estavam eletrificadas - uma proeza que, enfim, barateou o custo deste transporte. Sobre os preços das passagens veja **Stiel**,

No início de sua implantação, os bondes fascinavam pela novidade que representavam, pela rapidez e pela modernidade. Todos desejavam utilizá-lo, muitos paravam para vê-los passar. O espanto era geral e provocava reações entendidas como normais, aqui representadas por um olhar mais demorado e sempre acompanhado de um comentário entusiasmado de elogio, ou então inusitadas, como nos conta Affonso A. de Freitas: "Tia Maria era escrava da família Santa Bárbara, ricos moradores na rua Santa Tereza, próximo à cocheira da Califórnia. Lá pelo ano de 1879, Tia Maria, sempre que encontrava oportunidade, fugia da casa dos seus senhores e ia postar-se no alto da ladeira do Carmo, em atitude de quem fiscalizava os cocheiros dos bondes puxados a burro da Companhia Viação Paulista, e gritava-lhes quando passavam: -- *na subida devagá prende, na descida devagá prende*. Não era alcoólatra e nem desordeira, apenas maluca ou *pancada*, sendo necessário que os transeuntes a advertissem: -- *Maria, olha o carro!*, para que ela não fosse apanhada por algum veículo em disparada."<sup>391</sup>

Porém, esse mesmo sistema apresentaria um sério problema – agravado mais tarde – mas que, no início, não fora percebido seja pelos empresários do transporte, pelo poder público e, tão pouco, pela população. Os bondes corriam em trilhos assentados no meio das ruas e, como visto, eram movidos por tração animada. Essa particularidade, aliada à acidentada geografia da cidade, trouxe como consequência um exagerado aumento no número de bestas e jumentos que circulavam pelas ruas. Explica-se: pelas condições naturais da cidade, ora os novos animais estariam a *puxar* os bondes, ora estariam em grandes levadas estacionados em cocheiras estrategicamente colocadas nos vales que cercavam (e ainda cercam) o velho centro. O bom funcionamento do novo empreendimento dependia dessa estratégia e, por isso, o Anhangabaú, no início da Av. São João, e a antiga Várzea do Carmo eram os locais preferidos para as cocheiras uma vez que, por qualquer problema com os bondes nas íngremes ladeiras, rapidamente mais animais eram deslocados para auxiliar na subida.

Uma curiosidade anotada naquela época diz respeito justamente a esse constante atrelar e desatrelar animais. Após vencer qualquer ladeira, e já no centro da cidade, as bestas "extras" eram soltas e, de tão acostumadas que estavam a esta rotina, acabavam voltando sozinhas para o início do percurso e, no ponto inicial, elas permaneciam no aguardando o próximo bonde. A esse respeito Jorge Americano nos conta que: "*À tarde tomamos na esquina da Rua dos Andradas, o bonde a tração animal da Rua Vitória, que passou pela estação da Luz, recém-construída, cuja imensa torre podia ser vista de qualquer ponto da cidade, e entramos na rua Florêncio de Abreu. No lugar onde*

---

Waldemar Corrêa, *História dos transportes coletivos em São Paulo* e, do mesmo autor, *Ônibus – uma história do transporte coletivo e do desenvolvimento urbano no Brasil*. Sobre os salários dos trabalhadores veja a coleção "Papéis Avulsos" do Arquivo Histórico Municipal, 1875, Vol. 292, documento nº 148.

391 - Freitas, Affonso A. de; op. cit., p. 68.

hoje há uma ponte sobre a rua Anhangabaú, atrelaram mais um burro ao bonde, para facilitar a subida da ladeira. Ao chegar ao largo de São Bento soltaram o burro, que desceu a ladeira sozinho."<sup>392</sup>

Inaugurado o novo serviço de bondes, poucos anos depois notou-se um grande acúmulo de animais na cidade, nas ruas e nas cocheiras. Percebido como um problema, os animais passaram, paulatinamente, a incomodar. Em fevereiro de 1874, por exemplo, os fiscais intimaram o gerente da companhia para que “removesse da ponte do Acú os animais ali estacionados destinados a auxiliar a subida dos bonds na aspera ladeira que segue do lado da cidade.” A ponte do Acú aqui citada, localizava-se no Anhangabaú que era o trecho inicial da Av. São João. Em resposta, o gerente F. M. Reisenberger alegou ser impossível tal remoção, pois colocaria em risco as viagens e, mais ainda, solicitou que o município cedesse gratuitamente um terreno na rua Formosa, ao lado da Av. São João, para a construção de um *telheiro* que serviria para abrigar tanto seus funcionários quanto os animais tão necessários ao novo sistema de transporte.<sup>393</sup>

Com a expansão das linhas de bondes para o Brás em 1877, Santana e Consolação em 1879, o que se viu foram mais bestas, mulas e cavalos da companhia a transitarem pelo centro da cidade. Estes, por sua vez, somavam-se às centenas de outros, utilizados seja para o transporte particular, seja para movimentar as carroças e tálburis de aluguel. Tudo isso, aliado ao crescimento da cidade e a necessidade cada vez maior de um transporte rápido, redundaram num novo problema: agora, a quantidade de animais presentes nas ruas havia passado rapidamente da casa centenas para a os dos milhares. Apenas os pertencentes à companhia de bondes, por exemplo, já somavam cerca de 473 no ano de 1889, estes necessários para a movimentação dos 41 carros de passageiros.<sup>394</sup> Dez anos depois, e somente com respeito à quantidade de veículos movidos por tração animada, os registros mostram que, excetuando-se os bondes, circulavam pelas ruas de São Paulo 5.472 veículos assim divididos:

1.848 carroças de mola  
1.050 carroças de lenha  
993 carroças de aterro (tijolo, terra)  
581 carros de eixo móvel  
305 caminhões  
190 tálburis particulares  
185 tálburis de aluguel  
135 carros de praça  
126 carros particulares  
49 carretões  
10 carros fúnebres<sup>395</sup>

---

<sup>392</sup> - **Americano**, Jorge; op. cit., p. 130

<sup>393</sup> - Ofício de F. M. Reisenberger contestando uma intimação dos fiscais. Atas da Câmara, sessão do dia 20/02/1874. Em resposta, os vereadores paulistanos autorizaram a construção do barracão no local, mas não cederam o terreno que, diziam, deveria ser solicitado ao Governo da Província.

<sup>394</sup> - **Bruno**, Ernani da Silva, op. cit., p. 1076, referendado no “Relatório da Diretoria da Companhia Carris de Ferro de São Paulo (1889) p. 13 a 15. Além desses veículos, existiam ainda “504 carroças de mão”.

<sup>395</sup> - **Stiel**, Waldemar Corrêa, 2001, op. cit. p. 02. Conforme o “Relatório do Prefeito Antonio da Silva Prado para



**Fig. 32**

Bondes que serviam os bairros mais afastados e pobres.

---

1903", p. 08, naquele ano o número de veículos em circulação na cidade elevava-se para 5.934 e, dentre eles, já existiam **16 automóveis**.



Fig. 33

Bondes que serviam o centro da cidade e bairros mais ricos.

Toda essa situação, já bastante agravada, acabou por aguçar uma nova irritabilidade que, a exemplo dos antigos carros-de-boi, atingiu inicialmente os ouvidos. Agora eram os barulhos causados pelos animais que, agrupados e presos nas inúmeras cocheiras espalhadas pela cidade, produziam um alarido que se tornara insuportável. Em 1889, por exemplo, os moradores da rua do Gasômetro reclamaram contra uma delas, localizada justamente ao lado de suas residências, alegando que os jumentos *“causavam dano à saúde, além de serem animais impróprios de se ter em quintais, como que no centro de uma capital civilizada, por causa do alarido ocasionado pelo zurrar constante, que durante a noite perturbavam o sono e repouso dos reclamantes.”*<sup>396</sup> (meu destaque). Por conta desse novo problema, as cocheiras passaram a ser um alvo privilegiado de vigilância e de reclamações que, por sua vez, não atingiam apenas as garagens das grandes companhias, senão também às de particulares, pertencentes muitas vezes ao vizinho da casa ao lado:

*“Os moradores da rua Galvão Bueno reclamam contra uma cocheira que existe em uma casa situada na mesma rua, esquina da rua Barão de Iguape, a qual não estando de conformidade com as leis municipais, não guardando distância legal dos prédios limítrofes (...) incomoda os moradores da vizinhança com o barulho que fazem os animais durante a noite (...)”*<sup>397</sup> (meu destaque)

De qualquer forma, seria reduzir demais a análise caso imputássemos essa maior

---

<sup>396</sup> - Parecer dos vereadores Vicente Ferreira da Silva, Francisco Pennaforte Mendes de Almeida e Silveira da Motta, A. C., 29/01/1889, p. 49

sensibilidade apenas ao aumento exagerado da quantidade de animais na cidade. É certo que isso ocorreu e contribuiu para com essa intolerância. Mas, aqui devemos levar em consideração um outro elemento que não aparece de modo claro no discurso e que, entretanto, já estava às vistas de todos: o trem a vapor. Desde a *Santos-Jundiaí* de 1865 e até a inauguração, em julho de 1877, da então chamada Estrada de Ferro do Norte que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, e passando pela antiga E. F. Sorocabana de 1872, a população já tinha exemplos de um transporte rápido e entendido como menos barulhento do que aquele movido por jumentos. A partir da década de 1880, alguns empresários já pensavam na possibilidade de utilizar essa nova força para movimentar linhas mais curtas no município<sup>398</sup> mas, em 1888, Alberto Kullmann apresentava uma proposta considerada revolucionária para a construção “na rua de São João, de uma via férrea elevada, a vapor, para ligar as duas colinas das freguesias da Sé e de Santa Ifigênia.”<sup>399</sup> Apesar deste projeto não ter sido concretizado, a sua proposta fazia ver que era possível substituir, no transporte público, os jumentos pelas máquinas. Um claro exemplo dessa nova situação (caso houvesse a substituição dos animais), pode ser encontrado na análise que fez o engenheiro da Câmara no projeto para o estabelecimento de uma linha à vapor do centro da cidade para o bairro do Ipiranga. Na ocasião, ele assim manifestou-se:

“o systema de tracção a vapor, por meio de **locomotivas silenciosas** e apropriadas ao trafego urbano, proposto por Justo Nogueira de Azambuja e Francisco Antonio de Souza Paulista, concessionários da linha de carris de ferro para o Ypiranga, é vantajoso por poderem vencer essas locomotivas rampas de cinco e seis por cento sob a carga de vinte mil kilogramas”<sup>400</sup> (meu destaque)

Para os novos bairros que se abriam, também existiam propostas de ligá-los via tramways, como a do engenheiro Luiz Bianchi Betoldi que solicitou uma “*autorização para construir uma linha de tramways entre a estação da Água Branca e a ponte do Anastácio, passando pelo bairro denominado Villa Romana*”.<sup>401</sup> Se este projeto não foi concretizado na zona oeste da

---

397 - Indicação nº 88 do vereador Pedro Aubues, A. C., 05/06/1899, p. 278.

398 - Petição de Miguel Escoffon pedindo concessão para estabelecer uma “linha (tranway) por tração animada ou a vapor” desde a Ponte Grande até a serra da Cantareira. A. C., 19/05/1886, p. 113.

399 - Parecer da Comissão de Justiça ao projeto e plantas oferecidas por Alberto Kullmann, A. C., 21/08/1888, p. 237. Por essa mesma época, foram apresentados muitos outros projetos que não mais utilizavam a força dos animais, como para a construção de elevadores na rua 25 de Março e ladeira do Carmo. Ver Projetos da Cia. Carris de Ferro de São Paulo, A. C., 20/11/1889, p. 320 e do engenheiro Eugenio de Carlos, A.C., 10/12/1889, p. 340.

400 - Ofício do engenheiro da Câmara, A. C., 17/12/1889, p. 349. A linha a vapor para o bairro do Ipiranga foi inaugurada oficialmente em 1892. O então chamado “Tramway” do Ipiranga utilizava dois tipos de tração no mesmo percurso: os veículos partiam do Largo ad Sé puxados por parselhas de mulas e, 500 metros depois do Largo do Cambuci, os animais eram desatrelados e locomotivas a vapor passavam a tracionar o tramway até a colina do Ipiranga, ao lado do Museu. Veja mais informações sobre esta linha em Stiel, Waldemar Corrêa, 1978, op. cit.

401 - Requerimento de Luiz Bianchi Betoldi, A. C., 14/12/1890, p. 241. O engenheiro italiano Betoldi foi o fundador do bairro que se chamou Vila Romana. Certamente que o seu projeto de loteamento teria muito mais sucesso com a implantação dessa linha férrea. Entretanto, seu pedido foi negado, pois a Câmara já havia

cidade, o mesmo não ocorreu ao norte, pois em 1892 era inaugurado o *Tramway da Cantareira*, movido a vapor.

De fato, e enquanto não existiam outras possibilidades, o *zurrar* das bestas, jumentos e cavalos eram tidos como naturais, inevitáveis mesmo e, por isso, não incomodavam tanto. Entretanto, essa percepção seria alterada com o surgimento de novas tecnologias, tornando incômodos os tais alaridos que não mais se justificavam, posto que passível de serem substituídos. Assim havia ocorrido, anos antes, com os chiados dos carros de boi; agora a intolerância voltava-se contra outros animais presentes na cidade, e muito porque eles começavam a ser vistos como supérfluos.<sup>402</sup>

Mais importante para esta análise, porém, está a questão de que, a contribuir com essa nova intolerância, não estavam presentes apenas o incômodo dos alaridos que a todos perturbavam, senão um aspecto mais grave, aquele que colocava em risco a própria vida, já que trazia consigo a possibilidade de doenças e mesmo de morte. A reunião de vários animais num mesmo espaço (o das cocheiras), bem como o descarte de toda a sorte de detritos que ali eram produzidos, passou a ser motivo de medo e tema recorrente nas discussões a respeito das doenças que atacavam os paulistanos. Concretamente, um dos primeiros alertas foi emitido em 1881:

*“Constando que vários moradores da rua de Lourenço Gnecco estão sofrendo de febres intermitentes, indico que vá uma Comissão composta dos Doutores Médico e Engenheiro da Câmara examinar os encanamentos existentes na Cocheira da Companhia de Bonds, para informar com urgência se as febres são provenientes das agoas que esses canos despejam na rua, e o que é preciso fazer para evitar que continue o mal.”<sup>403</sup> (meus destaques)*

O entendimento de que as águas sujas das cocheiras poderiam trazer algum risco à saúde era algo recente desde que, é claro, não permanecessem empoçadas. Antes disso, elas eram percebidas como prejudiciais apenas porque podiam provocar buracos no leito das ruas de terra, como explicou o fiscal Antonio Joaquim de Lima em 1866, ao pedir pela proibição da *“lavagem de carros nas ruas em que existem cocheiras, por causa dos estragos que causam à rua.”*<sup>404</sup>

---

concedido esse privilégio a outro empresário, e mesmo a Companhia Carris de Ferro de São Paulo (que explorava os bondes) protestou e recorreu ao governo do Estado por considerá-la prejudicial aos seus negócios.

**402** - Esta situação presente em São Paulo tornou-se muito mais desconfortável com a notícia da última maravilha implantada no Rio de Janeiro: a inauguração dos bondes elétricos em 1892. Seguiram-se os de Salvador em 1897 e o de Manaus em 1899. Buenos Aires, na mesma época, já possuía também a nova tecnologia. Talvez por isso a sigla C. V. P. (de Companhia Viação Paulista, pintada nos bondes à burro) passou a ser motivo de chacota e traduzida para “Cada Vez Pior”. Mais ainda, o bonde tracionado por animais passou a ser sinônimo de algo ruim, ineficiente e que causava transtorno. Surge então a expressão “trambolho”, numa junção de TRAM (de Tramway) + BO (Bonde) + LHO (contração). Veja a esse respeito **Menezes**, Raimundo, 1969, op. cit. e, do mesmo autor, *Coisas que o Tempo Levou*, 1938.

**403** - Requerimento do vereador Sertório, A. C., 18/07/1881. A rua citada no documento ainda existe com o mesmo nome e localiza-se nas encostas do Pátio do Colégio, nas imediações da Rua 25 de Março.

**404** - Relatório dos fiscais, A. C., 05/07/1866, p. 91.

Anos depois, o “estrago” seria visto como bem maior e mais grave. Ensaia-se a saída de cena dos miasmas como causadores dos males e, em seu lugar, entravam os micróbios. A febre tifóide, cujo bacilo havia sido descoberto em 1880 pelo alemão Karl Joseph Eberth, agora alimentava o pavor frente às águas pútridas misturadas com os excrementos vindos das cocheiras e que escorriam indiscriminadamente pelas diversas ruas da cidade. Em 1890, por exemplo, e diante do novo risco “*para o público da capital nos casos de falecimentos em consequencia de enfermidades transmissíveis por proximidades*”, logo foi lembrado do problema causado pela “*lavagem de carros e outros veículos nas ruas e praças públicas*”. O medo, como não poderia deixar de ser, voltou-se também para os mais perigosos veículos em trânsito pela cidade: os carros funerários que transportavam os mortos, muitos deles falecidos em decorrência de moléstias transmissíveis, como agora era sabido. Por isso, e em complemento às várias deliberações, lembrou o vereador Anhaia Mello:

“Indico que seja providenciado para que a cocheira da Empresa Funerária tenha a máxima cautela na higiene de seu estabelecimento e que não permita que sejam lavados os carros funerários, principalmente os fechados, na rua do Carmo, onde o trânsito é considerável”<sup>405</sup>

Recém-percebidos como redutos de doenças, esses inúmeros estabelecimentos espalhados por toda a cidade – as cocheiras e os estábulos – entrariam no rol dos locais a serem evitados por conta do alto risco que representavam. Não se sabia ainda muito bem como agir, mas, paulatinamente, as cocheiras passariam a ser classificadas como danosas à saúde, fossem elas de propriedade particular, de empresas de transportes ou mesmo do próprio governo.

Em 1884, o principal alvo dessa nova empreitada já estava eleito: as cocheiras do Quartel. Não por outro motivo, alertou o vereador Franzen, que “tendo-se dados casos de tifo e de outras febres perniciosas na rua do Trem”, era preciso que uma comissão formada por médicos e vereadores fosse examinar as “*cavallariças dos Corpos de linha e dos permanentes ali existentes, ficando a comissão autorizada a por um paradeiro a tais abusos, visto que os esforços do fiscal não foram suficientes*.”<sup>406</sup> Os tais abusos ali praticados diziam respeito principalmente às “*águas sujas e de lavagem de animais que, do edifício do quartel, eram jogadas nas ruas do Trem e do Carmo, bem como na ladeira do Carmo*”.<sup>407</sup> Desde essa época e até 1914 – passando é claro por 1899, ocasião em que o vereador Abílio Soares “perdeu a paciência” com

---

405 - Indicações dos vereadores Luiz de Anhaia Mello e Hipólito da Silva, A. C., 12/03/1890. Essas medidas estavam sendo lembradas por conta da ameaça da febre amarela.

406 - Indicação do vereador Franzen, A. C., 23/04/1884, p. 89.

407 - Ofício do fiscal Alfredo Augusto de Azevedo, A. C. 26/03/1889, p. 102.

o governo estadual – permaneceu o Quartel a infeccionar as ruas e os moradores vizinhos.<sup>408</sup>

Do outro lado da cidade, nas imediações da rua 25 de Março, ao lado da várzea do Carmo, o problema se repetia com a cocheira da companhia de bondes, acusada que foi de colocar em mau estado *“um valo que serve de receptáculo às águas podres e infectas que partiam”* da mesma cocheira. A solução, nesse caso, foi o encanamento subterrâneo dessas águas pútridas que, a partir de então, passaram a ser jogadas diretamente no Tamanduateí. A imundície era expulsa das ruas, mas agora infeccionava o rio com todos os seus agravantes.<sup>409</sup> Também insalubre foi considerada uma cocheira particular, situada na rua das Flores nº 57. Denunciada pelos próprios vizinhos, o seu estado foi observado como altamente prejudicial à saúde dos moradores, até porque, além de abrigar vários animais, conservava em seu interior um depósito de *guano animal* (esterco) que causava uma grande *“infecção pelo mau cheiro que exalava.”*<sup>410</sup>

Pelos lados do Brás, era péssimo o estado da rua Oriente, *“conservando-se sempre cheia de urina e lixo”* por conta da cocheira de bondes, *“sendo isso muito prejudicial aos moradores do lugar.”*<sup>411</sup> Na rua Santa Luzia, outra ainda foi condenada pois não tinha *“condições higiênicas e o seu estado de conservação era péssimo, exalando sempre um mau cheiro insuportável que incomodava os moradores das proximidades.”*<sup>412</sup>

Na análise de todos esses discursos, sobressai uma questão muito importante, pois até a década de 1880 pelos menos, o centro das discussões ou o foco do problema não eram tanto os animais senão as suas cocheiras. Elas é que deveriam ser expulsas da área urbana, até porque não havia ainda um substituto completo para o tipo de transporte então utilizado. Mulas, jumentos e cavalos ainda desempenhavam um papel de suma importância e eram imprescindíveis na vida urbana. Assim, o medo e a intolerância voltavam-se não para os animais individualmente, mas para a reunião de muitos deles num mesmo local, ou seja, nos estábulos e cocheiras. Essa prática trouxe, inicialmente, o incômodo dos alaridos e dos zurros coletivos que, incessantes, atrapalhavam o sono. Dessa maneira, foi provocada uma alteração na sensibilidade, tornando intolerável um ruído até então normal na vida de todos. Posteriormente surgiu o receio diante dos detritos produzidos nesses estabelecimentos e que, escorrendo pelas ruas, poderiam estar na origem das febres tão comuns na população,

---

408 - O “Quartel de Linha” foi demolido em 1914 para, em seu lugar se construir o Palácio da Justiça, edifício ainda hoje existente, localizado ao lado da Catedral da Sé. Veja **Santana**, Nuto; *São Paulo Histórico Vol. VI*, op. cit., p. 52.

409 - Ofício do engenheiro da Câmara respondendo um ofício do inspetor interino de higiene, A. C., 20/08/1889, p. 254.

410 - Ofício do chefe de polícia, A. C., 30/04/1889 e ofício dos drs. Antonio Benedito Marques e engenheiro Luiz César do Amaral Gama, A. C., 26/02/1890, p. 57.

411 - Informação de Guilherme M. Rudge ao Intendente, A. C., 03/04/1894, exemplar manuscrito, p. 198.

412 - Indicação nº 56 de Abílio Soares ao Prefeito, A. C., 08/04/1899, p. 180.

especialmente a tifóide. Portanto, e ao contrário dos animais, as cocheiras poderiam sim sofrer uma intervenção como, por exemplo, serem colocadas para fora da cidade ou, caso isso não fosse possível, pelos menos as imundícies ali produzidas poderiam ser neutralizadas em seus males via encanamentos ou métodos mais seguros de coleta dos resíduos. Para isso existiam soluções já testadas e implantadas em alguns estabelecimentos. O caso, entretanto, era que muitas outras cocheiras seguiam fazendo o que sempre fizeram, lavando seus carros nas ruas, promovendo a limpeza dos estábulos e despejando suas águas servidas em plena via pública e, quando não o faziam, a matéria fecal ficava exposta nas redondezas, impregnando terra, ares e, por conseqüência, também pessoas. Era, certamente, uma nova situação, pois agora (entre as décadas de 1880 e 1890) classificava-se como danosa uma prática antes corriqueira. Em 1887, por exemplo, e diante de uma ameaça de cólera que já afetava a Argentina, alertava o inspetor de higiene da província sobre a falta de asseio na cidade e pedia especial atenção para uma *“fiscalização rigorosa dos alimentos, bebidas, lotação de habitações e **estábulo**s, pelo rigoroso asseio de higiene pública e individual ...”* e, dentre as medidas sugeridas para atalhar o mal, sugeria *“desinfecções generalizadas, principalmente nos cortiços, hotéis, **estábulo**s (...) e em todos os lugares onde existam fermentações pútridas.”*<sup>413</sup> (meus destaques) Aqui chama a atenção a recente inclusão dos estábulos entre os locais passíveis de vigilância, o que até então não ocorria ou, pelo menos, não no sentido de que os mesmos pudessem causar algum mal à saúde. E isso devido a uma novidade, esta explicitada nas próprias considerações do mesmo inspetor de higiene:

*“E, mais que tudo, indispensável, para obter-se qualquer saneamento, é que a Câmara Municipal, e a polícia atuem de boa mente e de comum acordo com a Inspetoria de Higiene, antecipando, desde já, a profilaxia da peste, pois, infelizmente é certo que deixa muito a desejar o saneamento e higiene da província e principalmente da Capital, hoje, entretanto, que **se sabe depender a epidemicidade tanto do micróbio como do receptor.**”*<sup>414</sup> (meu destaque)

A partir desse momento nota-se um sensível aumento na quantidade de reclamações contra estábulos e cocheiras que, muitas vezes, concretizou-se em denúncias e até ameaças de fechamentos de diversos desses estabelecimentos. Em 1896, por exemplo, e por conta da Lei nº 234 de 17 de abril daquele ano, o intendente de higiene ordenou o fechamento de alguns estábulos e obrigou outros tantos a serem reconstruídos de acordo com um novo padrão que

---

413 - Relatório do dr. Marcos Arruda, inspetor de higiene da Província de São Paulo, op. cit., p. 77

414 - Idem, ibidem.

se estabeleceu.<sup>415</sup> Não obstante o aumento contínuo dessa nova intolerância, o fato é que ainda por alguns anos as cocheiras estiveram presentes na área urbana, mas não sem uma vigilância que antes inexistia. Várias foram as tentativas de enquadrá-las numa nova ordem que, entretanto, esbarravam numa simples questão: o automóvel ainda não fizera a sua entrada na cidade e, por isso, os ricos ainda se utilizavam de transportes particulares movidos a tração animada o que redundava na necessidade de cocheiras anexas às residências. Era este um problema de difícil solução e que somente seria equacionado nas primeiras décadas do século XX, ocasião em que se tornou possível uma legislação mais proibitiva.<sup>416</sup>

Ao mesmo tempo em que cocheiras e estábulos ganhavam essa característica negativa, o olhar educado pelos novos conhecimentos, deslocava-se rapidamente para a própria rua, esta também um ponto de reunião e de trânsito de centenas de animais diariamente. Inicialmente percebidos como um problema somente quando reunidos em um grande número em locais fechados, e isso por conta do barulho e da concentração de imundícies produzidas, rapidamente o foco da questão em torno da saúde ampliou-se e incluiu, desde então, cada animal individualmente. A grande novidade, portanto, foi que eles passaram a ser perigosos não apenas enquanto num conjunto em uma cocheira como antes, mas, também, quando de sua passagem constante pelas ruas da cidade.

Essa nova percepção, que colocava em jogo o caráter utilitário dos animais, apareceu de maneira bastante explícita em 1894, e isso no bojo de uma acirrada discussão sobre o melhor método a ser adotado para o calçamento das vias públicas. Para as ruas centrais e de maior movimento, parte das autoridades optava pelo paralelepípedo, já utilizado em algumas delas, sendo que outros apoiavam um novíssimo sistema que utilizava o asfalto, este oferecido por uma empresa com o sugestivo nome de *Pavimento Sanitário Fluminense*. O calçamento das ruas era entendido como primordial para a saúde, pois era uma das maneiras de se evitar o acúmulo de lixo nos interstícios e nos buracos formados pela chuva; com um calçamento bem nivelado e abaulado, evitava-se também o aparecimento de lagoas pútridas, esverdeadas, que presentes estavam no leito de diversas vias, fossem elas calçadas com pedras, pedregulhos ou pelo sistema chamado macadam, este o mais utilizado nas ruas da

---

**415** - Relatório do Intendente de Polícia e Higiene para o ano de 1896, p. 10

**416** - Em junho de 1912, por exemplo, proibia-se a construção de estábulos e cocheiras nas imediações de qualquer estabelecimento escolar, dos quais deveriam guardar uma distância mínima de 300 metros (Lei nº 1.550 de 11/06/1912, Projeto nº 11 de 1912, A. C., sessões dos dias 08/03/1912, p. 59 e 60; 07/06/1912, p. 243 e 244); o Ato nº 774 de 10/07/1915 impôs sérias restrições à construção de cocheiras, cavalariças e estábulos no perímetro urbano; em 1918, através da Lei nº 2.117 de 09/02, aumentou-se sobremaneira o valor dos impostos a serem pagos sobre as cocheiras, (de 100\$000 para 250\$000 Rs. no caso de cocheiras com capacidade para 10 ou mais animais), o que desestimulava a existência das mesmas, especialmente no chamado perímetro central da cidade.

capital, já que de menor custo para a sua realização.<sup>417</sup>

Tema bastante complexo, a questão do calçamento das ruas reunia aspectos delicados como o seu financiamento, o problema de higiene e saúde, bem como a parte técnica numa cidade que se irradiava por declives, vales e ladeiras. Não por outro motivo, o tema foi inclusive submetido aos engenheiros da recém-inaugurada Escola Politécnica, que deram um parecer favorável ao calçamento de paralelepípedos em detrimento ao de asfalto, o que contrariou muitos dos vereadores.

Para defender o asfalto e o “Pavimento Sanitário Fluminense”, sistema este impermeável e de fácil limpeza, os edis Elias Fausto, Joaquim Gomes Stella e Guilherme Rudge, produziram um relato aterrador dos fatos que diariamente ocorriam nas ruas da capital. Constataram eles, por exemplo, que existiam cerca de 7.500 animais em trânsito diário pela cidade. Estes, por sua vez, depositavam nas ruas 30 mil quilos de excrementos e 30 mil litros de urina por dia. Não obstante o trabalho realizado pela limpeza pública, alegaram eles que, pelo tipo de calçamento então utilizado, infiltravam-se no solo ou ficariam expostos na superfície, nada menos do que 7.500 quilos de excrementos e 900.000 litros de urina por mês. A cada ano, portanto, a imundície exposta ou absorvida chegaria ao impressionante número de 2.700 toneladas de excrementos e 10.800.000 litros de urina. Numa nova perspectiva em que se reconhecia a existência dos letais micróbios, completaram eles a análise dizendo que:

“O higienista não pode fechar os olhos a esta parcela de detritos orgânicos que podem aumentar o número de **bactérias** que existe na lama das ruas, na extraordinária proporção de **30 bilhões por centímetro**. E acelerando exalações miasmáticas, concorrendo em grande escala para a poluição do ambiente em geral. Estas infiltrações constituem um verdadeiro foco de mefitismo patogênico, além de gerarem toda a sorte de insetos nocivos, verdadeiros transmissores de **micróbios**.”<sup>418</sup> (meus destaques)

Do impressionante e tenebroso relato que mostrava ruas totalmente infectadas, com nojosas concentrações de micróbios pululando nos interstícios das pedras do calçamento e nos buracos cheios de urina, estes prontos para o “ataque” a qualquer desavisado que por ali passasse, percebemos, de qualquer forma, que estava em construção uma imagem maléfica a respeito dos animais – estes tão comuns na cidade – e que agora, até mesmo de forma individual, passaram a ser percebidos como parte responsável pela geração de doenças. Cada um deles era um problema, pois urinavam e defecavam em plena via pública.<sup>419</sup> Mas, não havia

---

<sup>417</sup> - O sistema chamado “macadam” ou “macadame” foi desenvolvido pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam e consistia na compressão de algumas camadas sobrepostas de pedregulho e terra. Em São Paulo utilizava-se também o saibro quando se queria dar uma boa qualidade ao calçamento.

<sup>418</sup> - A. C. sessão do dia 06/03/1894, volume manuscrito, p. 143 a 163. Veja a transcrição completa deste documento bem como uma outra análise no Capítulo 5, item 5.1 “Afecção, Infecção e Poluição”.

<sup>419</sup> - Por essa época, inicia-se um aprendizado no que tange aos perigos presentes nos excrementos animais, algo

ainda um substituto à altura para a sua força de trabalho; eles ainda eram úteis e isso até que algo viesse para desbancá-los e, dessa maneira, torná-los supérfluos. De qualquer forma, a conscientização a respeito dos perigos que mulas, jumentos e cavalos causavam já estava em andamento, permanecendo este aprendizado em curso durante toda a década de 1890.

Como visto, a partir dos últimos anos do século XIX o mal alcançava novos espaços e rumava por caminhos ainda não trilhados; a doença e a morte poderiam agora serem encontrados nas cocheiras, animais individualmente pelas ruas e, também, nos próprios veículos, muitos deles classificados como extremamente perigosos, já que conteriam impregnados os germes de doenças. A intolerância contra os animais – e principalmente contra os estábulos – foi ganhando força. O inspetor de higiene do Estado dizia, em 1890, “*ser muito prejudicial à saúde pública a construção de cocheiras no perímetro urbano*”<sup>420</sup> e, três anos depois, um projeto do Dr. Guilherme Rudge tentava proibir “*novos estábulos e cocheiras*” na cidade, sendo que as já existentes deveriam ser demolidas num prazo de 60 dias.<sup>421</sup> A proposta era por demais audaciosa para aquele momento, uma vez que atingia diversos particulares, empresas estabelecidas, e muita gente grada da sociedade que possuíam suas próprias garagens. Assim sendo, o projeto passou por uma negociação e somente os estábulos, aqueles que continham muitos animais, foram proibidos, sendo admitidas as pequenas cocheiras particulares.<sup>422</sup> Não obstante essa negociação, o caso é que o primeiro passo já havia sido dado e, iniciando pela área central da cidade, os animais começavam, aos poucos a serem expulsos da vida cotidiana.

Uma parte importante desse processo pode ser acompanhada através da intolerância que se construía em torno dos animais que movimentavam os bondes. E isso ocorria porque eles, agora, poderiam ser substituídos pela eletricidade, a exemplo do que já acontecia no Rio de Janeiro. Nesse sentido, pensavam os paulistanos, por que eles ainda conviviam com aquela forma arcaica e muito perigosa de transporte? Da capital da República chegavam as notícias dando conta das vantagens advindas com a instalação das linhas eletrificadas:

“Quando, porém, não proviesse outra vantagem da substituição do actual systema de tracção animal pelo da electrica, **bastaria a cessação da estrumeira e concomitantes exalações fetidas e nocivas, inevitáveis por mais que se procure manter rigoroso o prejuizo das molestias contagiosas e infecciosas, taes como o mormo, lamparão e outras que se desenvolvem e propagam-se**

---

ainda não totalmente reconhecido, posto que a muitos deles eram imputados qualidades curativas para diversos males, entrando os mesmos na receita para alguns remédios como veremos adiante no capítulo que tratará da mortalidade infantil.

420 - Ofício do inspetor de higiene do Estado, A. C., 12/03/1890, p. 66

421 - Projeto nº 73 do vereador Guilherme M. Rudge, A. C., 01/07/1893, p. 286.

422 - Discussão final do projeto nº 73, A. C., 26/12/1893, transformado na Lei nº 86 de 29/12/1893 que proibiu a “*a existência de estábulos no 1º perímetro da cidade.*”

nessa acumulação. Que diferença para o asseio e elegância dos carros electricos! Quanto! Quanto com elles lucra a hygiene?<sup>423</sup> meus destaques

Entretanto, e ao contrário dessa maravilha da modernidade, o centro da capital paulistana continuava a abrigar, por exemplo, o tal quartel com suas cocheiras infectas, e isso “com maior escândalo” possível. Nesse contexto, entendemos melhor a intolerância e a falta de paciência do vereador Abílio Soares que apresentou aquele irônico projeto “concedendo ao Governo do Estado o privilégio exclusivo de conservar as repartições a seu cargo na maior imundície”.

De qualquer forma, a construção de uma nova sensibilidade em relação aos animais, bem como o despontar de uma intolerância em relação aos seus excrementos e a tudo que os rodeava, ganhou novos contornos e tornou-se, entre os anos de 1899 e 1904, uma real ameaça frente à funesta possibilidade da cidade ser invadida pela peste bubônica, que já se manifestara em Santos. Nesse processo, outros animais – os ratos – entrariam em cena como os grandes responsáveis pela transmissão do mal e, tendo em vista a sua proliferação na cidade, bem como os lugares específicos que estes escolhiam como esconderijo, a campanha pela sua extinção acabou, também, por afetar a sobrevivência de cavalos, mulas, jumentos e mesmo a de bois e vacas no entorno e na área urbana. Detalharemos essa inusitada correlação, pois a ameaça da horrível doença, bem como os métodos empregados para barrar a sua entrada na cidade, redundaram num episódio até agora pouco estudado, mas que afetou a vida de muitas pessoas. Poderíamos chamá-lo de a “polêmica dos capinzais”.

Em outubro de 1899, os jornais paulistanos dariam o primeiro alerta: em Santos, confirmara-se a existência de alguns casos de peste bubônica. O fato era gravíssimo, pois São Paulo mantinha uma comunicação diária com aquele porto via estrada de ferro e, por isso, a doença poderia chegar muito rapidamente à capital. Decerto que o pavor repercutido pelos jornais demandavam a tomada de sérias decisões “*afim de prevenir o mal que fatalmente*” chegaria, tendo em vista a grande movimentação de pessoas entre as duas cidades.<sup>424</sup> Médicos e higienistas passaram a alertar que “*a peste era a mais terrível doença epidêmica*” e, fazendo reviver um antigo pavor, lembravam que esta doença, “*na idade média, havia provocado*

---

<sup>423</sup> - Relatório do Intendente de Polícia e Higiene Dr. José Roberto Leite Penteado, 1896, p. 159. O trecho aqui citado foi transcrito pelo intendente paulistano (a título de exemplo) diretamente do relatório da “Companhia Jardim Botânico” do Rio de Janeiro de 1893. Esta companhia foi a primeira a adotar, na América do Sul, a tração elétrica em substituição a animal em 1892.

<sup>424</sup> - Discurso do vereador Abílio Soares na Indicação nº 146, A. C., 18/10/1899, p. 486. A respeito do trem, de sua velocidade e de sua influência na rápida propagação das doenças e epidemias no Estado de São Paulo, ver **Ribeiro**, Maria Alice Rosa; *História sem fim ... Inventário da saúde pública*, 1993.

a morte de 25 milhões de pessoas na Europa e, no mundo, 42 milhões num período de 16 anos.”<sup>425</sup> Entretanto, a situação presente em 1899 não era a mesma da Europa medieval, principalmente porque agora estava “provado que da terrível peste são os ratos os principais vehiculos”.<sup>426</sup> Nesse sentido, a primeira medida sugerida (e que realmente foi colocada em prática) foi a eliminação desses pequenos e mortíferos animais. Claro que os ratos viviam escondidos nos monturos de lixo, no quintal das residências ou mesmo no interior das casas e, por isso, as autoridades lembravam também a necessidade das “*visitas domiciliarias*” que deveriam ser feitas “*diariamente e com o máximo rigor*” possível.<sup>427</sup>

Estabelecida uma relação entre os ratos e a peste, entendeu-se que a sua eliminação era primordial para obstar a doença e, por isso mesmo, todos os locais onde eles se escondiam foram vasculhados. Numa busca constante, o governo lançou uma campanha, na qual engajaram-se adultos e crianças, para a chamada “caça aos ratos” que, abatidos, eram comprados a 400 reis no Desinfectório Central.<sup>428</sup>

Até então, anotava-se uma aversão aos ratos muito mais pelo que eles poderiam trazer de prejuízo aos armazéns, aos grandes depósitos de alimentos ou mesmo aos mantimentos de cada residência.<sup>429</sup> Mas, a partir da grande ameaça de epidemia, os mesmos passaram a representar a doença e a morte, numa imagem de horror que então foi sendo construída a seu respeito. A difusão de tais qualidades negativas colaborou para transformá-lo num animal cruel, aquele que carregava consigo o símbolo da morte.

Rato velho descarado roedor  
Rato velho como tu faz horror

---

**425** - Miziara, Rosana, *Nos rastros dos restos – as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*, 2001, p. 89. A autora cita aqui o trecho de um documento intitulado “O rato e seus malefícios: conselhos e instruções higienicas ao alcance de todos”, produzido pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.

**426** - Abílio Soares, op. cit. No discurso do vereador já está presente o conhecimento sobre o bacilo da peste, este descoberto em 1894 por Alexandre Yersin.

**427** - Id. ibidem.

**428** - A respeito dos ratos, de sua vinculação à peste e seu extermínio, ver o excelente trabalho de Miziara op. cit., especialmente o capítulo “Personagens e monumentos cosmopolitas: as moscas, os ratos, os trapeiros e o incinerador”, p. 67 a 107. Desse tema trata também Ribeiro, Maria Alice Rosa, 1993.

**429** - A influência negativa do rato na história da peste somente foi reconhecida depois da descoberta do bacilo por Yersin em 1894 e depois dos trabalhos de Simond que, em 1898, chamaram a atenção para o papel da pulga. Antes disso, como reconheceu Delort para o caso europeu, no início do século XVIII “o rato surge dotado de igual número de qualidades e defeitos; é verdade que se vê nele a mácula e o animal rapace, mas é ele também o modelo de solidariedade, da entre ajuda, da coragem, da astúcia acima de tudo (...)” é ele que, em grupo, dá o primeiro alerta sobre o desabamento de uma casa, abandonando rapidamente sua toca, assim como avisando sobre um tremor de terra, ou que o navio está prestes a afundar. Delort, Robert; *Que a peste seja do rato!*, In: Le Goff, 1985, p.109 e seguintes. Diferente opinião manifestam Sournia e Ruffie (1986) que apontam várias referências aos ratos em antigos textos sobre doenças e epidemias, inclusive na Bíblia. Daí eles concluírem que “nossos antepassados teriam verificado o animal culpável pela transmissão, muito antes de o micróbio causal ser identificado” em 1894. Entretanto, esta análise torna-se frágil quando lembramos que os relatos e a iconografia, são sempre posteriores aos acontecimentos e, por isso, os ratos aqui estariam presentes mais com o sentido de “aviso”, de que algo muito ruim estaria por acontecer, ou que a catástrofe já estava em curso, como demonstrou Delort.

Nada valerá teu qui-qui  
Morrerás e não terás quem chore por ti  
Vou provar-te que sou mau  
Meu tostão é garantido  
Não te solto nem a pau<sup>430</sup>

Por certo que não eram apenas nos locais mais visados ou “acostumados” que os ratos viviam e se reproduziam, senão também nos capinzais que abundavam na cidade e no seu entorno. Grandes plantações dessa gramínea poderiam ser encontradas pelos lados da várzea do Carmo ou nos bairros do Bom Retiro e do Pari, por exemplo. E isso ocorria porque o capim era o alimento mais barato para as numerosas mulas, cavalos e jumentos que estavam a trabalhar pelas ruas paulistanas. Da mesma forma, a gramínea também fazia parte da dieta de bois e vacas, sendo estas últimas de muito préstimo, porque produziam o leite consumido na cidade.

Ocorre, porém, que, diante da fatalidade que se avizinhava, medidas de exceção poderiam ser tomadas e isso seria necessário, argumentou o então presidente da Câmara, Dr. Albuquerque Lins, porque era preciso “combater o mal a todo custo”. Nesse sentido, e sempre tendo em vista a “*salubridade pública, que é afinal de contas a primeira das necessidades*”, ele completaria dizendo que sacrifícios não deveriam ser medidos para barrar a entrada do mal na cidade.<sup>431</sup> E de tal maneira a doença apavorava que, no âmbito do governo estadual, por exemplo, foi devido à peste que se organizou o Instituto Butantã, idéia esta sugerida pelo Dr. Emílio Ribas, e que ficou sob a direção do Dr. Vital Brazil.<sup>432</sup> De fato, a ameaça era uma constante para São Paulo e a situação só veio a piorar em 1901, ocasião em que foram registrados os primeiros casos oficiais da doença no Rio de Janeiro.

No governo municipal, discussões e mais discussões foram realizadas e, dentre as medidas mais polêmicas, a então comissão especial de higiene fez ver que não bastava buscar os ratos nos locais já esquadrinhados e, por isso, apresentou o seguinte projeto:

“Considerando que pela Diretoria do Serviço Sanitário, como medida profilática, foi ordenada a destruição dos ratos; Considerando que as grandes plantações de capim e bambus existentes na área urbana da cidade,

---

<sup>430</sup> - Versos da música “Rato, Rato”, sucesso no carnaval carioca de 1904, numa composição de Casemiro Rocha e Claudino Costa. Veja mais dados em *Histórias ou estórias da MPB*, Omar Jubran, disponível no sítio [www.jornalmovimento.com.br/omar.htm](http://www.jornalmovimento.com.br/omar.htm)

<sup>431</sup> - Relatório do Presidente da Câmara, Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, A. C., 07/01/1900, p. 28.

<sup>432</sup> - Sobre o histórico dessa instituição e sua vinculação à peste bubônica, veja **Antunes**, José Leopoldo Ferreira (org.); *Instituto Adolfo Lutz – 100 anos do laboratório de saúde pública* (1992), **Silva**, Luiz Jacintho; *O controle das epidemias no Brasil e sua história*, In: Revista Ciência e Cultura vol. 55, nº 01, S.P., jan/mar 2003 e **Teixeira**, Luiz Antonio, *Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes*; R.J.: Ed. Fiocruz, 1995, especialmente p. 49 a 53.

constituem séria ameaça á população, porquanto são verdadeiros focos de propagação dos ratos; Considerando, finalmente, que a Câmara também tem por dever cooperar na defesa sanitária da cidade, propõe:

Art. 1º: Fica proibida a plantação de capim e bambus, dentro do 1º e 2º perímetro da cidade.<sup>433</sup> (meus destaques)

Apresentado como proposta, o tema era passível de discussões até ser concretizada através de uma lei. E a medida era mesmo polêmica, pois feria os interesses de várias pessoas, e isso desde os grandes empresários do transporte, e até o pequeno carroceiro. Por isso, os debates foram acirrados. De imediato, nada ficou resolvido, até porque a epidemia não atingiu a cidade, anotando-se apenas quatro casos em 1899.<sup>434</sup> Em 1900 ocorreram duas mortes – no mesmo dia e mês – diagnosticadas como peste bubônica. Os doentes estavam em tratamento no Isolamento, hoje Hospital Emílio Ribas, e os corpos foram sepultados no cemitério do Araçá em um local especialmente preparado e que se chamava *quadro das moléstias contagiosas*:

*“Francisco: aos 3 dias do mês de janeiro de 1900 sepultou-se no quadro geral 69 das moléstias contagiosas, sepultura nº 149, o cadáver de Francisco Martins, com 12 anos, espanhol, solteiro, faleceu no Isolamento vítima de peste bubônica. Atestado do dr. Espinheira. Sepultou-se como pobre.”*

*“André: aos 3 dias do mês de janeiro de 1900, sepultou-se no quadro geral 69 das moléstias contagiosas, sepultura nº 150, o cadáver de André Bonacica, com 25 anos, italiano, casado, faleceu no Isolamento vítima de peste bubônica. Atestado do dr. Espinheira. Sepultou-se como pobre.”<sup>435</sup>*

Por conta desses poucos casos – e principalmente porque em 1901 nenhuma morte ocorrera – a proposta ficou esquecida por quase um ano quando, então, foi reapresentada com uma novidade: todo o tipo de mato deveria ser roçado e queimado, ficando bem esclarecido que esses matos seriam aqueles *“constituídos pelas vegetações rasteiras e não pelos jardins, bosques ou pomares que servem de ornamento às habitações.”*<sup>436</sup> Salvavam-se assim os

---

**433** - Projeto de Lei nº 20, A. C., 16/10/1901, p. 348. O primeiro perímetro englobava o centro da cidade (chamado de “parte comercial”) e o segundo era formado pelos limites dos atuais bairros da Liberdade, Brás, Pari, Luz e Bom Retiro, Campos Elíseos, República, Consolação e Bela Vista, desde que suas ruas fossem servidas com águas, luz e esgotos. Veja o detalhamento completo dessa divisão administrativa da cidade em A. C., 23/04/1890, p. 113 a 115. Nos artigos subseqüentes (2º e 3º) desta proposta, tal proibição era estendida às áreas mais afastadas do centro da cidade, desde que os capinzais estivessem em ruas que possuíssem *“os seguintes melhoramentos: iluminação, nivelamento ou abaulamento, sarjetas e guias.”* Caso essas plantações não fossem destruídas num prazo de 60 dias, o proprietário pagaria uma multa de Rs. 50\$000, ficando a Câmara no direito de arrasar o capinzal, pagando o proprietário do terreno todas as despesas decorrentes da ação.

**434** - Apesar da mortalidade causada pela peste em São Paulo nunca ter sido alta, os poucos casos apavoravam. Para a primeira década do século XX os números são os seguintes: 1901, nenhum caso registrado; 1902, um caso; 1903, sete; 1904, seis; 1905, quatro, 1906, oito; 1907, três; 1908, cinco; 1909, nenhum caso; 1910, cinco casos. Veja **Sposati**, Aldaisa; *A Secretaria de higiene e saúde da cidade de São Paulo – história e memória*, Tabela 2.

**435** - Livro de Inumação do cemitério do Araçá, vol. 33, fl. 201.

**436** - Projeto de Lei nº 20 dos vereadores João Amarante, Dr. Pereira da Rocha e Dr. Evaristo Veiga, A. C., 02/08/1902, p. 212.

jardins das belas residências da Av. Paulista e de Higienópolis, por exemplo, bem como os organizados canteiros de alguns parques como os do Jardim da Luz. O que de fato preocupava era o matagal (rasteiro ou não) que crescia confuso, sem ordem e nem beleza, a vegetação deixada ao acaso, inculta. Eram as “charnecas”, conforme dizia Bernardo Guimarães, que ofereciam um perigo constante devido a sua profusão pela cidade já que presentes na maioria dos quintais, nos terrenos que margeavam os rios e em muitos dos logradouros públicos. Sem vigilância, a natureza exuberante que vicejava sem qualquer controle passou a ser, também, a morada da morte. Os jardins planejados, ao contrário, já que cultivados com cuidados diários, não ofereciam qualquer perigo. Eram duas condições diversas, uma vez que a natureza virgem e indomada – e isso por diversas razões – sempre foi temida.

O mato, uma vegetação típica que abundava em todos os lugares, e antes visto apenas como vergonhoso seja por lembrar um aspecto rural, por representar um certo desleixo – já que relacionado à sujeira – ou não condizente com a “civilização” que se queria<sup>437</sup>, agora era qualificado como algo medonho pelo abrigo que dava aos pavorosos ratos que, no imaginário, poderiam mesmo invadir ruas e casas a partir dessa confusa rede no entorno da cidade. É certo que todos sabiam serem os matagais um viveiro de cobras e aranhas, mas delas os moradores conheciam os hábitos; os ataques desses animais vitimavam apenas os incautos ou, quem sabe, numa ocasião inesperada, por conta de algum acidente. A peste, porém, era invisível, e o povo sabia que, de alguma maneira, os ratos estavam envolvidos nessa horrenda cadeia de infecção, podendo os pequenos animais serem a causa da morte de centenas ou milhares de pessoas.

As práticas adotadas contra os antigos perigos estavam caindo no esquecimento frente às novas descobertas; não bastavam mais as rezas e as procissões, mas evitar e destruir os ratos, bem como os matagais, era algo que se podia fazer. Transformados que foram em um dos lugares onde a morte fazia sua morada, os capinzais que vicejavam sem muita ordem receberam um ultimato e foram, aos poucos, sendo eliminados da paisagem até porque a “*sua extinção era de grande necessidade em benefício da higiene*”.<sup>438</sup> E tudo isso, agora, como parte de uma bem planejada *política de saúde pública* cujo melhor modelo, este engendrado em São

---

437 - Em 1893, o então Intendente Cesário Ramalho da Silva diria em um de seus relatórios trimestrais: “A vegetação exuberante nas ruas da cidade conquanto seja um attestado poderoso da fertilidade do nosso solo, é também uma nota dissonante em uma cidade civilizada.” A. C. 01/08/1893, p. 339 e 340.

438 - Parecer nº 41 da Comissão de Justiça da Câmara Municipal, A. C., 25/07/1902, p. 269. Iniciada em finais do século XIX, a polêmica sobre a extinção dos capinzais em São Paulo ainda permaneceria nos primeiros anos do século XX. E isso porque, além de envolver os interesses de grandes empresários do transporte, o caso refletia também na vida de trabalhadores que tiravam seu sustento do corte e transporte da gramínea para a alimentação dos animais. A esse respeito ver A.C. sessões dos dias 14/03 e 20/06/1903, onde este problema foi tratado.

Paulo, foi tomado como exemplo para os demais Estados da federação<sup>439</sup>. Mas, como já demonstrado, na verdade criava-se uma nova denominação para algo que sempre existiu, pois seria a mesma precaução antes citada e que agora era lançada sob novas bases para a população.

Nesta rede se faziam presentes os novíssimos conhecimentos que, expressos na polêmica dos capinzais, propugnavam que a sua extinção visava a *“acabar com os mosquitos, os estancamentos d’água, os ratos e muitas outras coisas que podiam de algum modo produzir dano á saúde pública”*<sup>440</sup>, ou porque *“a existência de capinzais em centros povoados é um perigo iminente, (pois) é um foco de procriação de moscas, que na sua maioria são veículos dos diversos germens patogênicos”*<sup>441</sup>, servindo também como local para a procriação de *“ratos, cobras e outras cousas mais (...)”* e cuja existência numa capital civilizada causava estranhamento e *“horror”*<sup>442</sup>.

Do relato sobre estes novos perigos e ameaças – não obstante algumas delas não se concretizarem como a da peste – depreende-se que elas tiveram um forte impacto na construção de um novo modelo urbano que, invariavelmente, acabava por se refletir na vida e nos hábitos de parte dos moradores. No caso da polêmica dos capinzais, outros animais entraram em cena como portadores da doença e da morte e, como consequência da proposta visando o aniquilamento dos mesmos, este novo quadro acabou por tornar ainda mais difícil a sobrevivência dos outros animais utilizados para o transporte na cidade: as mulas, jumentos e cavalos, uma vez que o alimento dos mesmos rareava na cidade, aumentando os custos de manutenção.

Entretanto, e a despeito dos novos conhecimentos sobre as doenças, a sua etiologia e formas de transmissão ainda não estavam totalmente desvendadas. O papel das moscas nessa cadeia ainda era um motivo de discussões naqueles primeiros anos do século XX e, nesse caso, debatia-se em 1901 a relevância do inseto nos casos relacionados às *“febres”*, doença esta que permanecia um como um dos grandes temores dos paulistanos. A tifoide, por exemplo, estava nessa categoria, uma vez que a todos atingia, não poupando ricos ou pobres.

A esse respeito, um rumoroso caso ocupou a imprensa naquela época e terminou por envolver algumas autoridades, pessoas gradas da sociedade, bem como os profissionais da saúde tanto do município quando do Estado. Porém, o mais importante é que o mal foi imputado a

---

<sup>439</sup> - A respeito das condições políticas, econômicas e sociais existentes em São Paulo em finais do século XIX e início do XX, condições estas que proporcionaram a elaboração de uma moderna legislação em torno da saúde, veja **Ribeiro** (1993) especialmente parte II *“São Paulo: a capital do café”* e o capítulo *“Legislação sanitária e saúde pública”*. Outro autor a tratar desse tema, **Tellarolli Júnior** (1996) apresenta uma circunstanciada análise na segunda parte de seu trabalho *“Fundamentos tecnológicos do modelo sanitário e a febre amarela”*, p. 87 e seguintes.

<sup>440</sup> - Discurso do vereador Nicolau Baruel, Anais da Câmara Municipal, 15/10/1904 p. 80 a 83.

<sup>441</sup> - Parecer nº 02 da Comissão de Higiene, Anais da Câmara, 29/03/1912, p. 109 a 112.

<sup>442</sup> - Discurso do vereador Sampaio Vianna, Id. ibidem.

uma cocheira e aos animais ali presentes e, também, falou-se da presença de moscas, num discurso bastante esclarecedor a respeito das concepções que se tinha a respeito do mal.

A doença, por sinal, atingiu diretamente a família de um conceituado médico da cidade, o Dr. Orêncio Vidigal, que ocupava uma importante posição junto à Repartição Sanitária do Estado, órgão este responsável por várias ações no campo da higiene e da saúde.<sup>443</sup> Debruçando-se sobre a moléstia que atingiu seus familiares, o médico julgou que o mal provinha de uma cocheira, vizinha a sua residência, e pertencente a uma das mais poderosas famílias de São Paulo. Mediante seus conhecimentos e diante do cargo que exercia junto ao serviço de saúde do Estado, ele acusou explicitamente a “*cocheira existente nos fundos do prédio da rua D. Veridiana nº 55*” como a responsável pelos casos de febre tifóide que estavam ocorrendo em sua residência, esta localizada na rua Marquês de Itú nº 93 (todas no aristocrático bairro de Higienópolis), e solicitou, formalmente, que uma comissão de médicos – provavelmente seus colegas – realizasse uma vistoria no local.

Apesar do primeiro relatório condenar a cocheira, nenhuma decisão foi tomada, o que obrigou o médico a solicitar uma nova inspeção e, ato contínuo, enviar todos os documentos à Prefeitura. O tema era delicado, como disse um vereador, pois o caso atingia “*a honorabilidade do Executivo Municipal*” uma vez que o Dr. Orêncio acusava explicitamente uma “*pessoa íntima do Prefeito*”, cargo este exercido naquela época pelo Conselheiro Antonio da Silva Prado.<sup>444</sup> Nos documentos municipais, o nome dos proprietários de tal residência, bem como da cocheira, nunca foram citados, mas quando o caso resvalou para a imprensa, alguns jornais não se furtaram em dizer que o imóvel, acusado de propagar a febre tifóide naquela região e localizada na rua D. Veridiana nº 55 era, nada mais, nada menos, que o famoso palacete de D. Veridiana da Silva Prado, mãe do então prefeito em exercício e dama de alta consideração na sociedade.<sup>445</sup>

---

**443** - O Dr. Orêncio Vidigal (1868-1949) era formado em ciências médicas, cirúrgicas, odontológicas e farmacêuticas. Veio para São Paulo em 1891, trabalhou na Santa Casa e foi nomeado médico legista em 1892. Sócio-fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em 1897, exerceu importantes cargos na administração pública estadual como os de Delegado de Higiene, Inspetor Sanitário, Médico da Penitenciária, sendo ainda o chefe de muitas comissões sanitárias enviadas ao interior para dar combate às epidemias. Comissionado junto ao governo de Minas Gerais, auxiliou no combate ao Cólera Morbus naquele Estado. Fonte: acervo da Seção de Denominação de Logradouros Públicos do Arquivo Histórico Municipal e informações biográficas constantes na Justificativa do projeto de Lei nº 436 de 17/10/1952 (autoria do vereador Mayer Filho), para a denominação da atual “Av. Dr. Orêncio Vidigal”.

**444** - Parecer nº 15 da Comissão de Higiene da Câmara Municipal, A. C. 02/09/1901, p. 237 a 239.

**445** - Jornal “Diário Popular”, edição do dia 02/08/1901.



Fig. 34: O palacete de D. Veridiana em Higienópolis

Fiado em seus conhecimentos médicos, ou quem sabe pelo desespero de ver a sua família doente, talvez o Dr. Orêncio não tenha calculado muito bem, ou não percebera naquele momento a magnitude de seu protesto e da acusação que fizera, pois no “jogo” que envolvia a doença e a saúde, nem sempre os argumentos médicos eram a regra principal. Como parte de comissões que condenavam “a bem da saúde pública” cortiços, estalagens, e residências mais pobres<sup>446</sup>, agora ele assumia um outro lado, ou seja, o desconfortável papel de vítima da doença e podia verificar que nem ele e nem sua família estavam a salvo em suas luxuosas residências de Higienópolis. Para os demais moradores do bairro, porém, tal fato era inimaginável uma vez que outros médicos e higienistas julgavam que insalubres eram ainda as áreas de várzea (Brás, Pari e imediações), bem como Santa Ifigênia com suas infectas pensões e cortiços que abrigavam operários, imigrantes e toda uma sorte de desclassificados, jamais a “cidade da higiene” ou “da saúde” que havia sido construída pela elite nos altos da Consolação. Daí o caso de febre tifóide na residência do Dr. Orêncio causar tanta celeuma e sofrer, pelas mãos de algumas autoridades estaduais e municipais, um processo de desqualificação no qual foram inclusive utilizados vários argumentos médicos. No embate que então se travou, muitos outros elementos estavam presentes e, sem dúvida alguma, a proeminência da família Prado se fez sentir com toda a sua força, até porque a acusada era a mãe do prefeito, que possuía um grande relacionamento político também na área estadual.

No âmbito da Câmara Municipal, o caso foi discutido entre os meses de julho e agosto de 1901, ocasião em que chegou às mãos dos vereadores a reclamação do Dr. Orêncio. Ao acusar a cocheira pertencente à residência de D. Veridiana como a causadora de alguns casos

---

<sup>446</sup> - A respeito da condenação de residências classificadas como insalubres, bem como a demolição de um grande número delas, especialmente na região de Santa Efigênia, veja “Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de Santa Ephigenia” In: Relatório apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva, 1893”. Uma análise a respeito desse mesmo tema foi feito por **Telarolli Júnior** (1996), especialmente no capítulo 10 “O modelo sanitário em ação”, item “Epidemias e repressão aos cortiços”, p. 139 e seguintes.

de febre tifóide em membros de sua família, o médico solicitava a imediata demolição daquela construção. Mais ainda, ele anexava alguns pareceres médicos que atestavam tal ocorrência, ou seja, a de que a febre havia sido propagada através da cocheira, seja pela estrumeira que infiltrava no solo, seja pela ação de moscas.<sup>447</sup> Encarregado de verificar a procedência da denúncia, o então vereador Francisco Amaro visitou o imóvel e, através de um curto parecer, concluiu:

“Examinando a cocheira existente nos fundos do prédio da rua D. Veridiana nº 55, verifiquei estar a mesma em completo desacordo com lei (...)”<sup>448</sup>

O texto, apesar de sucinto, foi suficiente para desencadear uma acalorada discussão entre os que julgavam ser justa a reclamação do Dr. Orêncio, este um bloco formado pelos vereadores Francisco Amaro, Abílio Soares e Dr. João Bueno, em oposição ao grupo que ficou ao lado de D. Veridiana e, portanto, ao lado do prefeito, pois diziam não ser procedente a denúncia contra a cocheira. Deste último faziam parte os vereadores José Oswald, Carlos Petit, Dr. Pedro Vicente (vice-prefeito) Dr. Olavo Egydio, João Penteado, Serafim Leme, Hermann Buchard e o Dr. Albuquerque Lins.<sup>449</sup> Uma nova visita foi agendada, agora através de uma comissão formada pelos vereadores José Oswald e Carlos Petit que, pouco tempo depois apresentava um relatório isentando a cocheira de qualquer culpa.

Neste novo relatório, ao qual o Dr. Orêncio teve acesso, a comissão afirmava inicialmente que havia visitado a tal cocheira “*afim de verificar a verdade do que o Dr. Orêncio alegava*” para, em seguida, tecer várias considerações a respeito da mesma, tanto sob o ponto de vista legal, quanto os da saúde e higiene.<sup>450</sup>

Num jogo de palavras, disseram inicialmente os vereadores que a cocheira de D. Veridiana havia sido construída em período anterior ao da casa do Dr. Orêncio, o que deixava implícita uma provável responsabilidade (ou imputando culpa) ao próprio médico, e isso por ele ter construído sua residência nas proximidades de uma cocheira que já existia!

---

<sup>447</sup> - Anais da Câmara, sessões dos dias 02/09 (p. 237 a 239) e 04/10/1901 (p. 335 a 338).

<sup>448</sup> - Parecer do Sr. Francisco Amaro datado de 01/08/1901, Anais da Câmara, 02/09/1901, p. 237.

<sup>449</sup> - Naqueles primeiros anos do século XX a efetivação de um poder executivo, este personificado na figura do prefeito, era ainda algo recente já que fora implantado a partir da República. Antonio da Silva Prado, também um vereador, foi o primeiro prefeito da capital, eleito indiretamente pelos seus pares na Câmara. Nesse sentido, tanto o prefeito quanto o seu vice, eram também vereadores e por isso todos eles participavam das sessões da Câmara. Daí a presença do vice-prefeito, nesta sessão do dia 04/10/1901, bem como a do prefeito, Antonio da Silva Prado, que ouviu toda a discussão a respeito da cocheira localizada no palacete de sua mãe, mas retirou-se antes das votações finais das Indicações e Pareceres finais.

<sup>450</sup> - Parecer nº 15 dos vereadores José Oswald e Carlos Petit, id. ibidem, p. 237 e seguintes. As demais citações desta relatório deverão ser referendadas nesta nota.

Mais ainda, disseram os vereadores, a cocheira lá estava antes da Lei que regulamentava a aprovação de novas construções desse tipo na cidade. Em seguida apontaram que, mesmo levando em consideração a nova lei, a cocheira de D. Veridiana atendia a vários requisitos ali estipulados como, por exemplo, o seu isolamento uma vez que ela estaria *“isolada e afastada um metro e vinte e cinco centímetros da habitação que lhe fica mais próxima, que é a do Sr. Dr. Orêncio Vidigal e que está afastada oito metros da rua que lhe fica mais próxima, que é a do Marquês de Itu”* (meu destaque). A partir desse ponto percebe-se com clareza a posição dos vereadores, uma vez que 1,25 metros é uma distância muito pequena para o total “isolamento” da cocheira em relação à residência do médico. Continuando, os vereadores falam do piso e aprovam a sua impermeabilidade, posto que calçado com paralelepípedos e cimento. Falaram ainda que existia um declive necessário para a lavagem das imundícies e também aprovaram a existência de um tanque de retenção, provido de sifão, que se encarregava de levar a água servida para o encanamento da rua. Entretanto, mais adiante eles deixaram escapar que, apesar das “boas condições”, notaram uma *“deficiência de luz”* e isso *“devido às grandes proporções da cocheira.”* (meu destaque).

Por fim os vereadores, sempre na tentativa de desqualificar as denúncias do Dr. Orêncio, lamentaram que a família do médico *“tenha sido flagelada pela febre tifóide”*, e apresentaram um parecer elaborado pelos doutores Clemente Ferreira, Evaristo Bacelar e Vieira de Melo que responderam a seguinte pergunta: Seria realmente a cocheira a causa das febres tifóides desenvolvidas no domicílio nº 93 da rua Marquês de Itu?

A crucial resposta desses médicos, contrapondo-se às análises de outros especialistas que forneceram um parecer ao Dr. Orêncio, é bem reveladora do quanto ainda era confusa a etiologia dessa doença, a sua transmissão ao ser humano, bem como o papel da cocheira, dos animais que ali permaneciam e, principalmente, das moscas. Assim, disseram os médicos, que somente na *“hipótese da ocorrência anterior de fatos de semelhante moléstia no pessoal encarregado de tratar dos animais se poderia operar a transmissão por conta das infiltrações no solo, e isso no caso de ser o piso estanque”*, o que não era o caso da cocheira de D. Veridiana, disseram eles. Em outras palavras, os médicos disseram que tanto a existência da febre no local, quanto a sua transmissão via infiltração no solo, somente seria possível caso alguma pessoa (os empregados na cocheira) a tivessem levado. Como nenhum dos trabalhadores estava doente, a culpa não poderia ser imputada à cocheira, concluíram. De outra parte, continuaram os médicos, que ao ...

*“apresentar uma cocheira, nomeadamente com defeituosa higiene, um meio favorável à paludação das moscas no caso de aí aparecer o germem tífico pela superveniência de tal enfermidade no pessoal (trabalhadores) da estrebaria*

que, no caso que se trata, dorme no próprio edifício da cocheira, poderá o dito germem ser transportado pelas moscas, para a habitação própria; nesse caso, porém, qualquer domicílio infectado representaria, embora em maior escala, idêntico papel visto como as moscas superabundam em todas as casas da cidade”

Ou seja, os especialistas – apesar de reconhecerem que as condições da cocheira não eram adequadas – novamente chamam a atenção para o fato de que as moscas somente poderiam carregar consigo o germe da febre caso algum dos trabalhadores estivesse doente, o que não era o caso. Mais ainda, eles alertaram que se isso fosse possível, todas as residências onde se manifestassem tais casos poderiam ser colocadas sob suspeição, uma vez que as moscas “superabundavam em todas as casas da cidade”. Com este argumento, a vítima (o Dr. Orêncio) passava a ser suspeito, uma vez que em sua residência haviam comprovadamente pessoas doentes e, nesse caso, era a sua casa uma potencial fonte de perigo, pois os insetos poderiam dali levar e espalhar o germe da febre tifóide para todas as casas de Higienópolis e, quiçá, para toda a cidade. Não obstante esta análise – mas ainda com respeito às moscas – não chega a ser surpresa o fato delas existirem em grande quantidade por toda a cidade. Entretanto, revela-se aqui que nem mesmo o aristocrático bairro de Higienópolis delas escapava; como no caso citado, nem a cocheira e nem a mansão de D. Veridiana estavam livres, bem como tantos outros palacetes ali construídos. Daí uma certa recusa em se admitir que tais insetos, tão comuns no dia-a-dia, poderiam carregar consigo os micróbios da febre tifóide transformando-se, portanto, em portadores de doenças e da morte. Mais ainda, ao se admitir tal hipótese de certa forma igualavam-se os perigos: as moscas presentes nos cortiços eram as mesmas que entravam naquelas mansões. Resumindo toda essa argumentação, os médicos finalizaram:

“Em resumo que uma cocheira, mesmo em estado hygienico defeituoso, não pode produzir febre typhoide a menos que o germen da moléstia tenha ahi sido levado ou ahi surja, oriunda de casos tal, infecção ocorrida no pessoal da estrebaria, sendo só nesta hypothese a cocheira em questão responsável pelos casos de infecção typhica que se manifestou na habitação nº 93, visto que o germen de febre typhoide até hoje tem sido considerado como exclusivamente hominícola.”

Numa análise mais apaixonada, poderíamos logo supor que ao isentarem a residência de D. Veridiana de qualquer culpa pela febre, estavam os médicos optando pela posição mais cômoda, ao lado da família Prado ou, no limite, elaboraram um parecer previamente acertado. Não acredito ser este o caso, e isso por algumas razões. O despontar da microbiologia na segunda metade do século XIX se, por um lado, respondeu a muitas perguntas, por outro abriu um novo universo ainda a ser conhecido. Para cada questão

solucionada, muitas outras surgiam e daí as incertezas, seja em relação às doenças, seja na forma de transmissão do mal; tudo poderia ser, ao mesmo tempo em que poderia não ser. Diagnósticos conflitantes eram comuns, pois cada especialista defendia ardorosamente o seu ponto de vista.<sup>451</sup> Mas, é certo que no caso da cocheira de D. Veridiana, outros elementos estavam presentes e nem digo aqui do grande poder político e econômico da família senão, também, a de todo um grupo representado pela elite residente em Higienópolis. Nesse caso, como concordar que aquela área construída especialmente apartada dos grandes focos de infecção como eram o centro da cidade e as várzeas, pudesse ela mesma ser considerada agora como propagadora de doenças? Como poderiam seus moradores serem comparados aos de Santa Ifigênia, pobres operários vivendo em locais insalubres? É claro que aqui não devemos analisar o caso apenas sob o ponto de vista da elite mas, também, tendo como suporte os conhecimentos médicos daquela época. Assim, a ocorrência de uma epidemia em Higienópolis, um local seco, com residências sólidas, salubres e bem construídas, com moradores que prezavam a higiene, contrariava a maioria das teorias que se tinha sobre as moléstias infecto-contagiosas. Não era isso possível e, portanto, explica-se a linguagem rebuscada e cheia de meandros dos médicos que isentaram a cocheira do palacete.

Mas, o Dr. Orêncio não se calou diante de tal análise. Usando dos meios que dispunha, publicou nos jornais as suas próprias conclusões e expressou suas dúvidas através de longos artigos. Nada comedido, em um deles, cujo título bem explícito era “*À Câmara Municipal e aos meus concidadãos*”, escreveu:

“Em vista da minuciosa descrição e ilustradas ponderações da comissão de inspetores sanitários, que a 15 do mês p.p. procedeu a 2ª vistoria na cocheira pertencente ao prédio nº 55 da rua D. Veridiana, de propriedade da veneranda e opulenta proprietária a exma. sra. d. Veridiana Prado, que leiam e tirem as conclusões com todo o critério a respeito dos quesitos seguintes:

1º) Nas condições em que a cocheira foi encontrada e descrita nas duas vistorias, pode ela ser considerada como absolutamente inócua em relação a saúde dos moradores do prédio vizinho sob o nº 93 da rua Marquês de Itu?

2º) Abstraindo da hipótese de ter havido nessa mesma cocheira **que aliás tem sido habitada**, algum doente de febre tifóide, seria absolutamente impossível que o gérmen desta moléstia fosse aí implantado, aí germinasse e daí contaminasse o prédio vizinho, servindo de veículo para esta implantação, algum objeto **infeccionado** levado de fora para o interior da cocheira, ou mesmo as **moscas** de que os peritos notaram que ela se constitui um **abundante viveiro**, encontrando aí um **meio propício** para fixação, desenvolvimento e propagação do gérmen infeccioso?

(...)

4º) As exalações que se despreendem dessa cocheira assim descrita, e invadindo o prédio mais próximo a rua Marquês de Itu nº 93, constituem para os moradores um ambiente especial, são agradáveis e confortáveis?

(...)

---

<sup>451</sup> - No caso das moscas, por exemplo, um outro documento já citado anteriormente e que será novamente analisado no capítulo a seguir, já se reconhecia que esses “insetos nocivos (eram) verdadeiros transmissores de **micróbios**.” A. C., 06/03/1894.

6º) Estando o depósito de carros “cocheira propriamente dita” em comunicação imediata e permanente com as baias “estrebrias propriamente ditas” da aludida instalação, e, além disso, sendo que naquele depósito de carros os animais bebem, são lavados, escovados, arriados, e atrelados aos coches, e sendo inevitável que muitas vezes aí façam dejeções, não só nessas ocasiões, como na passagem a saída para a rua Marquês de Itu, e regresso do serviço para as baias, dever-se-ão ou não considerar estas duas dependências fazendo parte de um só prédio, como igualmente **infeccionados** e **infeccionáveis**, principalmente estando a fossa fixa mais próxima do depósito de carros?

(...)

9º) Não é verdade que se tem modificado, retirado, afastado, isolado, interditado, demolido e até cremado habitações, quando estas tem sido consideradas focos para os moradores circunvizinhos (...)?

10º) A cocheira é condenada, reconhecida e declarada como um foco de infecção, apta a contaminar o prédio vizinho.”<sup>452</sup>



Fig. 35: Dr. Orêncio Vidigal

Dos itens transcritos, merecem destaque os contrapontos apresentados contra o laudo anteriormente citado (o que confirma nossa análise sobre as incertezas ainda presentes naquela época) mas, em especial, chamo a atenção para o item nº 9, onde o Dr. Orêncio faz menção ao arrasamento de pensões, estalagens, cortiços e outras residências da classe mais pobre, tidas como insalubres e cuja ocorrência se fez mais presente no bairro de Santa Ifigênia entre finais do século XIX e início do XX. Como já citado, o médico era membro da comissão estadual que fiscalizava, identificava e condenava tais moradias e, talvez por isso mais a angústia de ver a sua família afetada pela doença, ele não se furtou em dizer que a tal cocheira deveria ser destruída. Aliás, essa também era a opinião do próprio jornal *Diário Popular* que publicou a reclamação do médico e, citando o Código Sanitário do Estado, artigos 337 e 338, o jornal concluiu que “a cocheira deveria ser arrasada”. Mas, ao mesmo tempo o Diário ironizou e escreveu em seguida: “Mas esse foco de ... higiene é quase da prefeitura ... Como demolir e para que?”<sup>453</sup>

Apesar da tentação de discutir os meandros do público e do privado nesta questão da

---

452 - Jornal “Diário Popular”, edição do dia 02/08/1901, “Secção Livre”. Aqui foram escolhidos alguns itens considerados mais relevantes para este estudo.

453 - Id. ibidem. Os artigos citados pertencem ao Decreto nº 233 de 02/03/1891, o chamado “Código Sanitário”. Os artigos, na íntegra, estipulavam o seguinte: Art. 337 - Os estábulos e cocheiras devem ficar sempre isolados e afastados das habitações; Art. 338 - Deverão ser colocadas a distância de 8 metros pelo menos das ruas e praças públicas. “Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1894, Typ. do Diário Official”, p. 31.

cocheira de D. Veridiana, não o farei de momento pois a intenção com este exemplo e análises foi a de trazer mais claramente os muitos “novos perigos” que se apresentavam para os paulistanos naquele momento ou, mais especificamente, os rumos inesperados que a morte tomou a partir da segunda metade do século XIX. O que não era perigoso, passou a ser; o que era, não mais o seria de ora em diante; haveria, em seguida, rupturas constantes, pois antigas ameaças eram logo substituídas por novas preocupações.

De qualquer forma, acredito que esta ruptura, muito mais do que explicar sobre as doenças (muitas delas novíssimas) causou também uma certa confusão, seja no meio médico, seja na apropriação dos conhecimentos pelo povo. Ora, como entender agora os caminhos da morte?

Sabia-se, é claro, que a falta de asseio, a podridão presente nas ruas, quintais, rios e várzeas deveriam causar algum mal, especialmente quando exalavam uma nuvem de miasmas pestilentos. Por isso, desde muito antes das descobertas microbianas, alertava-se que:

“Existindo nesta cidade grande quantidade de corvos que habitão nos telhados de muitas casas e surgem dos quintaes, proponho que a Câmara ordene aos Fiscaes e guardas, que procurem indagar se tal existência é por falta de aceio”.<sup>454</sup>

Sabia-se da relação entre os corvos e a sujeira e estava claro, também, que materiais orgânicos entravam em decomposição, apodreciam, e de toda essa massa desprendiam os temidos miasmas. Que as mesmas existiam em profusão na cidade, também era sabido, até porque, como no alerta emitido, até mesmo as conhecidas aves que viviam da podridão estavam por toda a parte, nos telhados e nos quintais. Mas, vinte anos depois, nessa mesma cadeia entravam os jumentos e cavalos – tão úteis à sociedade – e, também, ratos e moscas. Essas mudanças, radicais é preciso dizer, certamente causavam muitas dúvidas nas pessoas comuns, sendo certo também que, devido aos avanços alcançados pela ciência, perdiam elas um conhecimento ancestral que detinham sobre as causas e os males que afetavam o corpo e, portanto, também o controle que até então tinham sobre a doença e a morte. Estas, como vimos, iniciaram uma trajetória cheia de meandros, confusa e desconhecida pela maioria.

Os novos conhecimentos impuseram muitas modificações, inclusive na concepção que se tinha sobre algo tão comum na cidade: a infecção.

## Capítulo 5 – Novos caminhos

## 5.1 - Afecção, Infecção e Poluição

Durante boa parte do século XIX – e num período anterior à microbiologia – médicos e higienistas protagonizaram um acirrado debate sobre a etiologia das doenças que afetavam o corpo – especialmente as epidêmicas – ou, em outras palavras, a respeito da característica de certas enfermidades, sobre sua origem e propagação. Variadas eram as concepções, mas dois grupos podem ser destacados: de um lado estavam os defensores do contágio, e de outro os adeptos da infecção. De fato, essa questão não é novidade na historiografia, uma vez que alguns autores já se debruçaram sobre este mesmo problema e o analisaram sob diversos aspectos. Não vou me alongar muito nessa discussão, até porque minha intenção é a de introduzir outros elementos que proporcionem uma nova reflexão sobre esta velha questão. De qualquer forma, seria interessante recuperar, inicialmente e em rápidas pinceladas, as teorias subjacentes às duas correntes que então se apresentavam.

Para a primeira delas, que abarcava os contagionistas, tinha-se como certo que as moléstias possuíam “*uma determinada propriedade de se comunicar de um a outro indivíduo pelo contato, ou por intermédio do ar*”, como definiu o médico Chernoviz.<sup>455</sup> Mas, completou o autor sobre este mesmo tema: “*poucas questões médicas tem sido mais debatidas e ficado mais indecisas.*”

Por conta da experiência que os homens acumularam durante séculos em relação aos males, não restavam dúvidas de que algumas doenças eram mesmo contagiosas e, no século XIX, sabia-se que a sarna, a sífilis, a hidrofobia, a catapora e as temidas *bexigas* (varíola) possuíam essa característica; outras eram tidas como possivelmente contagiosas e, dentre elas estavam o sarampo, escarlatina e coqueluxe; entretanto, dúvidas persistiam em relação ao tifo, febre amarela, peste e cólera.<sup>456</sup> Os adeptos do contágio acreditavam que “os agentes responsáveis pela doença passavam de pessoa a pessoa, através do contato de um corpo doente com outro são, seja através da pele e do ar (contato direto) ou através de objetos (contato indireto).”<sup>457</sup> Os contagionistas pregavam ainda que o surgimento das doenças se explicava pela existência de um *veneno* específico que, uma vez produzido, poderia reproduzir-se no indivíduo e se propagar; a varíola era o melhor exemplo em tais casos.<sup>458</sup> Mas, e o que seria este *veneno*? Para a medicina acadêmica este era um território ainda muito nebuloso, sabia-se que ele existia e agia, mas sob princípios e condições ainda não totalmente reveladas; tal *veneno* recebia, também, o nome de *vírus*:

---

454 - Representação aprovada do vereador Pacheco de Toledo, A. C. sessão do dia 06/07/1871 p. 76.

455 - Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão; *Diccionario de Medicina Popular*, Paris, 1862, p. 460.

456 - Idem ibidem.

457 - Telarolli Jr. (1996, p. 95), Almeida (2003, p. 125) e Beltrão (2004, p. 97 e seguintes)

458 - Chalhoub (1996), p. 64.

**“VÍRUS:** O vírus é um princípio não conhecido na sua natureza e inacessível a nossos sentidos, que se desenvolve em certas moléstias, e que, inoculado em um indivíduo são, transmite exatamente a mesma moléstia. Assim, a saliva de um cão danado inoculado no homem ou em certo animal gera a hidrofobia, o pus de um cancro sífilítico produz a sífilis: a vacina, as bexigas, o mormo, tem também um vírus. O vírus difere do veneno de certos animais, que é produto normal segregado por um órgão especial de um animal perfeitamente são [como a] cobra cascavel, víbora, escorpião, marimbondo, abelha, etc.”<sup>459</sup>

O contágio – ou o vírus – uma vez produzido, “não precisava, para se propagar, da intervenção das causas que o haviam originado; ele se reproduzia por si mesmo, não obstante as condições atmosféricas reinantes.”<sup>460</sup> Como forma de combater o mal, os contagionistas pregavam o isolamento dos doentes (geralmente nos lazaretos) e, na ocorrência de surtos epidêmicos, aconselhavam a realização de quarentenas e o estabelecimento de cordões sanitários – as barreiras – que cortavam a comunicação entre as cidades, impedindo a circulação de pessoas e mercadorias.

De outro lado, estavam os infeccionistas, posto que adeptos da teoria da infecção. Nessa perspectiva, as doenças seriam causadas pelos miasmas que, tal e qual o *vírus* possuía uma definição fugidia:

**“MIASMA:** Tomando a palavra em toda a sua acepção, consideramos sob este título todas as emanções nocivas, dissolvidas no ar, que atacam o corpo humano. Nada há mais obscuro que a natureza íntima dos miasmas: conhecemos muitas causas que lhe dão nascimento; podemos apreciar grande número de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que eles são. Submetendo-os a investigação de nossos sentidos, não temos senão o olfato para nos advertir da sua presença: não nos é dado tocá-los nem vê-los. A química mais engenhosa esbarra na sutileza das doses e combinações miasmáticas; de ordinário não descobre nada no ar insalubre ou mortífero que deles esteja **infectado**, e quando consegue assinalar nele uma proporção insólita ou a presença accidental de algum princípio gasoso, não nos revela senão uma pequeníssima parte do problema.”<sup>461</sup> (meu destaque).

Não obstante essa indefinição, os infeccionistas acreditavam que as enfermidades ocorriam pela ação de tais miasmas, sendo que a transmissão se dava unicamente na esfera do foco, ou seja, nas imediações do local onde o miasma era produzido. A doença, por outro lado, até poderia propagar-se de um indivíduo doente para outro são, como no contágio, mas sem ser por contato, uma vez que o próprio doente seria responsável pela alteração do ar em sua

---

<sup>459</sup> - Chernoviz (1862), p. 616 e 617. Um exemplo desta relação, ou similaridade, pode ser visto no relatório do médico Mariano José do Amaral (físico mor da capitania de São Paulo) que, em 1808, explicava a transferência do hospital dos bexiguentos para o bairro do Pari. Naquela ocasião ele dizia que a escolha se dera por que aquele era um “local retirado da estrada, sendo mais adequado para interceptar a comunicação do vírus variólico (...)” Veja Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 95, p. 202.

<sup>460</sup> - Chalhoub (1996), p. 168.

<sup>461</sup> - Chernoviz (1862), p. 48.

volta (através do hálito ou da transpiração, por exemplo), *infectando* assim o ambiente mais próximo.<sup>462</sup> A malária e a febre amarela eram tidas como moléstias infecciosas.

Ao longo dos séculos – seja no Brasil, seja na Europa – ambas as teorias conheceram momentos de valorização e desvalorização: ora o contágio ganhava terreno, ora eram os miasmas – e a infecção, portanto – que alcançavam certa hegemonia. No Brasil, entre meados e últimas décadas do século XIX, a teoria infeccionista triunfou na medicina acadêmica, angariando também mais adeptos no interior da administração pública. Por conta disso, e durante todo aquele período, várias foram as tentativas levadas a efeito no sentido de se drenar os pântanos, bem como ações (nem sempre bem sucedidas) para a limpeza das áreas urbanas, já que estas eram consideradas como as principais fontes de miasmas e de *infecção* nas cidades.

De um lado o contágio e de outro a infecção. Porém, nada muito rígido, já que por diversas vezes contagionismo e infeccionismo se ajustaram para explicar a propagação de diversos males.<sup>463</sup> A varíola, por exemplo, reconhecida pela medicina como uma doença contagiosa, mereceu por vezes ações que combinavam terapias oriundas das duas concepções: o isolamento do doente (contagionismo) e medidas para a limpeza da cidade (infeccionismo). Por vezes o próprio doente, como citado, era considerado como um foco de infecção, como foi observado em São Paulo no ano de 1875, e isso diante da ameaça de uma nova epidemia de *bexigas*. Naquela circunstância, decidiu-se pela construção de um novo lazareto cuja finalidade era abrigar, mas também afastar os enfermos da cidade. Na discussão sobre a necessidade desse hospital, os argumentos utilizados indicam que os doentes, eles próprios, eram considerados tanto como “focos de infecção” quanto de contágio:

“É de urgente necessidade a abertura de um Lazareto nesta Capital, onde possam ser recolhidos e devidamente tratados os infelizes acometidos da varíola, visto o incremento que ultimamente tem tomado essa terrível enfermidade. A conveniência que há de **segregar dos centros populosos os focos de infecção** está no alcance de todos, por isso limito-me tão somente a pedir a esta Câmara, que com a brevidade possível represente ao Exmo. Governo da Província, e que por ela sejam dadas todas as providências que estejam ao seu alcance, em ordem a evitar a propagação de semelhante mal.

---

462 - Langaard, Theodoro J. H.; *Diccionario de Medicina Doméstica e Popular*; R.J.: 1865, p. 609.

463 - Rosen (1994) chega mesmo a apontar uma terceira via além das duas apresentadas. Na Europa, disse ele, “a terceira posição era a dos empenhados em conciliar, ou ajustar, as teorias miasmáticas e contagionistas.” (p. 222 e 223). Já em São Paulo, e por ocasião de uma epidemia de varíola ocorrida em 1798, várias medidas pertinentes ao Contágio foram tomadas como, por exemplo, o estabelecimento de um cordão sanitário em relação a Santos e o isolamento dos doentes, mas o mal, como se disse, era mais funesto aqui por conta do clima frio e dos ventos; os pobres eram os que mais sofriam porque suas casas não tinham “nenhum reparo ou cobertura necessária que as abrigassem dos ventos” numa clara alusão aos “ares”, estes tão prezados pelos infeccionistas. R. G., vol. XII, p. 272 e 273

São Paulo 22 de julho de 1875.”<sup>464</sup> (meu destaque)

Segregar e isolar o doente eram medidas típicas pregadas pelos contagionistas; mas, ao mesmo tempo, estes eram tidos como “focos de infecção” (num ajuste explicado por Langaard), uma clara alusão aos infeccionistas. De qualquer forma, o debate entre os adeptos das duas correntes somente se acirravam em relação a certos males como, por exemplo, no caso das inúmeras febres e, em especial, quando da ocorrência de epidemias de febre amarela, também chamada de *palustre* ou *febre dos pântanos*, já definindo aqui a sua origem nos miasmas produzidos nesses locais; a peste e o cólera, por sua vez, também proporcionaram discussões aguerridas.<sup>465</sup>

Mas, não é este o problema principal que gostaria de trazer para discussão, senão uma outra questão, esta intrínseca ao mesmo debate e ao momento histórico da medicina acadêmica. Iniciemos com a morte da menina Jerônima, ocorrida em 1860:

“Aos treze de julho de 1860 foi sepultada no Quadro dos Anjos do Meio do cemitério público Jeronima, menor de dous annos e quatro mezes, natural desta cidade, filha de José Mariglio e de D. Maria Marigliana, fallecida hontem de **afecção de fígado** e foi sepultada hoje no quadro dito. Nada mais continha na guia do Cura da Sé (...)”<sup>466</sup> (meus destaques)

Apesar de não muito recorrentes nos registros de sepultamentos, as afecções estavam na categoria das causas arroladas como determinantes da morte até as últimas décadas do século XIX. No mesmo ano em que a menina Jerônima morreu de *afecção de fígado*, outros casos foram apontados como, por exemplo, uma morte por *afecção pulmonar*, outra por *afecção no útero* e finalmente uma devido a *afecção de urinas*. Em 1872, as *afecções* aumentam e para elas encontramos um total de onze casos divididos entre afecções cerebrais, cérebro-espinhal, do coração, hepática, interna, intestinal, mesentérica, pulmonar e uma morte por *afecção verminose*. Mas, é também nesse mesmo ano, que encontramos um solitário caso de morte por *infecção*:

“Aos 4 dias de fevereiro de 1872. Caetano: foi sepultado no Quadro Geral nº 2 sepultura nº 8 o cadáver do preto Caetano conforme atestado seguinte: atesto que o preto Caetano, africano de 60 anos de idade, sucumbiu ontem as 5 horas da tarde de uma **infecção pútrida** no hospital da Santa Casa, São Paulo

---

<sup>464</sup> - Indicação do vereador José Homem Guedes Portilho, A. C., sessão do dia 22/01/1875, p. 88. Este lazareto seria construído na antiga “Estrada do Araçá”, hoje Av. Dr. Arnaldo, dando origem ao “Isolamento”, atual Hospital Emílio Ribas.

<sup>465</sup> - A respeito do cólera, por exemplo, veja o excelente estudo produzido por **Beltrão**, Jane Felipe; *Cólera – o flagelo da Belém do Grão Pará* (2004), onde a autora trabalha com essa questão. Ver especialmente o capítulo III, “Além do flagelo, a polêmica”, p. 93 e seguintes.

<sup>466</sup> - Livro de Inumação do Cemitério da Consolação, v. 01, p. 119.

4 de fevereiro de 1872, **Dr. A. C. de Campos. (\*)** Sepulte-se como pobre que é. São Paulo, 4 de fevereiro de 1872. O cura Marcelino Pereira Bueno. Nada mais consta a dita guia, o Administrador Faria."<sup>467</sup> (meus destaques)

Dez anos depois, em 1882, ainda encontramos as afecções como causas de morte, estas registradas em seis diferentes tipos como afecção cerebral, do coração, pulmonar e do útero. E, novamente, mais um caso de *infecção* que, daí por diante, tornar-se-ia uma doença corriqueira:

"José: Aos vinte dias do mês de Junho de 1882 sepultou-se no Quadro Geral nº 7, sepultura nº 4 o cadáver de José Pereira da Silva Gomes dos Reis, com 21 anos de idade, falecido de **infecção purulenta** como consta do **atestado do Dr. Villaca**, e sepultou-se grátis. São Paulo 28 de Junho de 1882"<sup>468</sup> (meus destaques)

Este preâmbulo foi necessário porque, é preciso esclarecer, *afecção* não pode ser confundida com *infecção*, apesar da semelhança entre os nomes. A *afecção*, segundo Chernoviz (1862), era o nome que se dava "*a toda alteração de uma ou de muitas partes do corpo*", manifestando-se "*pelo desarranjo de suas funções*"<sup>469</sup> ou, em outras palavras, *afecção* seria o mesmo que moléstia ou doença, um termo mais geral, e cuja definição ainda hoje é válida. Entretanto, Theodoro Langaard, médico contemporâneo de Chernoviz, trouxe com mais detalhes uma definição para *afecção* onde incluiu um outro elemento:

"**Afecção:** Esta palavra é empregada para designar um estado moral, ou como sinônimo de doença. Diz-se: as afecções da alma, para designar as impressões e as diversas sensações que se experimentam. As afecções da alma tem uma ação mais ou menos direta sobre as doenças, e contribuem para o melhoramento e agravo do estado do doente, conforme são agradáveis ou tristes. Quando é empregado este termo como sinônimo de doença, diz-se, por exemplo, *afecção escrofulosa*, *afecção do peito*, *do coração*, etc.; *afecção recente*, *antiga*, *grave*, *ligeira*, etc."<sup>470</sup>

Ao dedicar algumas linhas para explicar as *afecções da alma*, Langaard nos remete aos sentimentos ou às emoções experimentadas (como o medo, por exemplo) enquanto agravantes de determinadas doenças ou mesmo como origem de enfermidades, como veremos adiante. De qualquer forma esta concepção estava muito mais ligada aos antigos conhecimentos sobre as doenças, ou seja, sobre um desequilíbrio dos humores que, *afetando* o corpo, provocaria o mal. Numa categoria análoga a de *afecção*, posto que decorrentes dela,

---

(\*) - Trata-se do Dr. Antonio Caetano de Campos, médico nascido no Rio de Janeiro em 1844 e falecido em São Paulo no ano de 1891. Formado pela faculdade daquela cidade em 1867, veio para São Paulo em 1870 onde atuou com consultório e junto à Santa Casa de Misericórdia. Após a República, foi chamado por Prudente de Moraes para reformar o ensino paulista. Era também professor de biologia da Escola Normal que, posteriormente, recebeu seu nome. Mais detalhes no *Almanak Administrativo da Província de São Paulo para 1873*, p. 116 e **Farina**, Duílio Crispim; *O doutor Antonio Caetano de Campos e a medicina*; In: Boletim da Academia Paulista de História, Agosto de 1991, p. 5 a 7.

467 - Idem, v. 05, p. 79 verso.

468 - Idem, v. 09, p. 78 verso

469 - Chernoviz (1862) p. 59.

estariam também outras causas mais comuns de morte no século XIX como as inflamações, as enterites, bem como as indecifráveis *moléstias internas*.<sup>471</sup> Nessa perspectiva, o organismo seria afetado por algo - ou de alguma maneira que não se sabia muito bem ao certo, talvez por um miasma, por exemplo - e, como consequência dessa influência maligna, viria a doença e, por vezes, a morte.

Em São Paulo, antes da década de 1870, não encontramos quaisquer registros de mortes que apontem a infecção como causa. Poderíamos, nesse caso, dizer que ninguém morria desse mal ou, em outras palavras, que esta causa de morte inexistia até então.<sup>472</sup> E mesmo depois, já em 1890, conviviam como motivos de falecimentos tanto as infecções (com nove casos anotados) quanto as afecções (com vinte e um registros). Posto dessa maneira, podemos concluir que a vulgarização das infecções no rol das causas de morte somente ocorreria nas últimas décadas dos oitocentos, e isso certamente por conta de uma maior participação dos médicos na escritura dessas ocorrências. Tomemos como exemplo os três registros de sepultamentos já apresentados: o primeiro deles, que aponta uma morte por afecção em 1860, teve a sua guia redigida apenas pelo *Cura da Sé*; já a segunda, de 1872, que nos informa ter sido a morte causada por uma *infecção pútrida*, teve como redator o *Dr. Antonio Caetano de Campos* mais a assinatura do *Cura Marcelino*; na última delas, de 1882, o médico *Dr. Villaça* é o único que atesta o falecimento causado por uma *infecção purulenta*. Aos poucos, os registros de óbitos deixam de ter a interferência dos padres, ou das antigas “autoridades” da morte.

Antes, como citei, inexistem registros apontando a infecção como causa da morte - daí a minha afirmação de que ninguém morria desse mal naquela época. Mas isso não significa que ela não existisse ou que não estivesse presente. E é justamente isso que discutirei neste item, uma vez que o termo *infecção* era comum e largamente utilizado em todo o século XIX, mas ao contrário da atual acepção, esta palavra era também utilizada para identificar os lugares sujos e mal cheirosos da cidade. Assim, a podridão presente nas ruas era logo chamada de infecção e a própria rua passava a ser qualificada como *infecionada*. Da mesma

---

470 - Langaard, (1865) p. 35 e seguintes.

471 - Os registros de sepultamentos produzidos em São Paulo entre meados e finais do século XIX, são fontes privilegiadas para o estudo de uma ruptura, esta já apontada por Foucault (1994), e que diz respeito à mudança ocorrida com o olhar médico em relação às doenças. Foucault explica essa mudança, atribuindo-a a uma alteração no suporte epistemológico da medicina que, a partir de finais do século XVIII e início do XIX, privilegiaria a anatopatologia, ou identificando os órgãos afetados. As “febres” (3ª causa de mortes em 1860 com 36 casos), as “moléstias internas” (6ª causa de mortes no mesmo ano de 1860, com 25 casos), ou as mortes identificadas apenas como “repentinas” (10ª causa no mesmo ano, com 13 ocorrências), diferem em muito das afecções apontadas para os últimos decênios do século XIX, posto que agora as moléstias tinham um “lugar”: no pulmão, no fígado, no útero, etc.

472 - Esse processo não ocorreu apenas em São Paulo, lembrando Fabíola Rohden que o mesmo se deu no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX quando, então, a palavra infecção passou a ser utilizada para explicar muitas doenças. Rohden, Fabíola; *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*, R.J.: Fiocruz, 2001, p. 23.

infecção sofriam os ares e as águas, como em referências já apresentadas, quando críticas foram feitas ao antigo matadouro da cidade, uma vez que “*a infecção da água do arroio Anhangabaú, pelo sangue das rezes mortas*” trazia consigo a “possibilidade de *infecção atmosférica* pelas emanações do sangue, e matérias fecaes das rezes mortas” (A.C., 19/11/1851); ou quando o chefe de polícia reclamou sobre um depósito de esterco animal em uma residência que, segundo ele, causava uma grande “*infecção pelo mau cheiro que exalava*” (A. C., 30/04/1889); o mesmo Anhangabaú, nas palavras do vereador Hipólito da Silva em 1890, precisava urgentemente de uma “*limpeza e desinfecção*” (A.C., 15/01/1890).

A infecção existia, mas a palavra guardava um certo distanciamento do significado atual. Corriqueiramente, ela dizia respeito ao resultado maléfico da sujeira exposta no meio urbano, passível de apodrecer, e cujos eflúvios poderiam penetrar no corpo e causar algum mal.<sup>473</sup> Nesse sentido é que Émile Littré, o conceituado filósofo e lexicógrafo francês definia, no seu dicionário médico de 1865, a palavra infecção como a “*ação exercida sobre a economia por miasmas morbíficos*”<sup>474</sup> e, no Brasil, muito parecida era a explicação, dizendo-nos Langaard que:

“Entende-se por infecção a ação que os miasmas morbíficos exercem sobre a economia; propaga-se de um individuo doente para outro são, como o contágio; mas sem ser por contato, é o ar ambiente que se acha alterado; por isso difere a infecção do contágio.”<sup>475</sup>

Em outras palavras, entendia-se a infecção como uma ação exercida pelos miasmas, não sendo, ela mesma, uma doença, assim como o contágio também não o era. Daí que, reforçando o que disse antes (e conforme o entendimento daquela época), ninguém poderia morrer de *infecção* e tão pouco de *contágio*, mas através deles. A diferença é sutil, mas os autores da época (Chernoviz, Langaard e Littré), bem como os registros de óbitos confirmam

---

**473** - A relação entre a podridão existente no meio e as doenças era algo já conhecido, sendo a teoria dos miasmas um exemplo disso. O médico italiano Fracastoro foi o primeiro, em 1546, a apresentar com certa clareza uma teoria da infecção no sentido moderno do termo (Rosen, 1994, p. 92). Para ele, as doenças seriam causadas por “diminutos seres *infectiosos* ou *seminarias* (sementes) que são transmissíveis e se reproduzem por si mesmos. A doença se instalava quando tais sementes introduzidas no organismo alteravam os humores e os princípios vitais.” A podridão de fora instalar-se-ia no corpo. E é aqui que melhor entendemos a origem da palavra *infecção*, do latim *infectione* e *infectio* que significava mácula, mancha e mesmo desonra (especialmente no francês *infection*) com o sentido mesmo de pecado. O corpo doente seria aquele “maculado” ou “manchado”. A infecção, portanto, era externa (a podridão no meio ambiente) que, de alguma maneira poderia introduzir-se no corpo e daí, como foi percebido, causar a putrefação de partes vitais do organismo. Não por outro motivo, os primeiros casos de infecções, estes anotados em São Paulo na segunda metade do século XIX, foram chamados de infecção *pútrida* e infecção *purulenta*, as duas denotando podridão. Sob esse aspecto, vale ainda notar que os primeiros antissépticos desenvolvidos por Lemaire em 1860 na França, tinham o sentido de impedir a putrefação dos tecidos (veja Martins, 1997).

**474** - Anos depois, na edição de 1908 (Littré morreu em 1881), a mesma obra apontou que infecção seria a “*ação exercida sobre a economia por agentes animados pertencendo freqüentemente ao grupo das bactérias e agindo por intermédio dos seus produtos solúveis*”. Apud. Sournia e Ruffie, *As epidemias na história do homem*; Lisboa, 1986, p. 221.

esta análise.

Mas isso não é tudo. Com respeito a este tema, podemos aprofundar um pouco mais a discussão, uma vez que o antigo significado de *infecção* muito se aproximava do entendimento que damos para a moderna *poluição*, e aqui quando aplicada ao meio ambiente. Para desenvolver esse raciocínio utilizarei como ponto de partida o trecho de um documento já citado anteriormente e onde essa questão aparece de maneira inequívoca. Trata-se daquele antigo relatório produzido em 1894 pelos vereadores Elias Fausto, Joaquim Gomes Stella e Guilherme Rudge que defendiam a utilização do asfalto para o calçamento das ruas paulistanas. Disseram eles naquele momento que:

**“Transitam 7.500 animais, diariamente, pelas ruas da cidade de São Paulo;** cada animal deposita cerca de 4 kilos de excremento e 4 litros de urina nos primeiros 2 kilometros que percorre. Desprezemos o resto e tomemos por base as unidades acima; temos portanto, um depósito de excremento nas ruas de 30.000 kilos e de urina 30.000 litros. A limpeza pública consegue limpar parte da primeira; mas permitindo este líquido apenas a evaporação da matéria volátil, e deixando a amoniacal nos interstícios dos paralelepípedos, e esta última é mais perniciosa à saúde pública. Suppondo que a limpeza pública remove 3/4 partes do excremento (o que não é possível) ainda assim infiltram-se no subsolo das ruas nada menos de 7.500 kilos de excremento cada mez e 900.000 litros de urina; ou seja annualmente 2.700 toneladas de excremento e 10.800.000 litros de urina. **O higienista não pode fechar os olhos a esta parcella de detritos orgânicos que podem aumentar o número de bactérias que existe na lama das ruas, na extraordinária proporção de 30 bilhões por centímetro. E acelerando exalações miasmáticas,** concorrendo em grande escala para a **poluição** do ambiente em geral. Estas infiltrações constituem um verdadeiro foco de mephitismo pathogenico, além de gerarem toda a sorte de insetos nocivos, verdadeiros transmissores de **micróbios**.”<sup>476</sup> (meus destaques)

Ao mesmo tempo em que entravam em cena os novíssimos micróbios, continuavam os miasmas a serem entendidos como fator de insalubridade e de doenças. A união de duas teorias, estranhas uma à outra, pode nos parecer confusa hoje, mas naquele período de transição, ela era perfeitamente cabível. No documento, por exemplo, “os micróbios estariam como que acelerando as exalações miasmáticas”.<sup>477</sup> A desqualificação dos miasmas, portanto, não ocorreu de forma imediata ao avanço da microbiologia, uma vez que as duas formas de entendimento sobre as causas das doenças conviveram juntas por um determinado tempo. Mas, aos poucos, “os miasmas deixam o palco da ciência” uma vez que as experiências científicas acabaram por demonstrar “*que nem tudo o que fede mata e nem tudo o que mata fede*”,<sup>478</sup> numa clara alusão à ação dos micróbios que, a partir de então, passariam a ocupar o lugar do

---

475 - Langaard (1865) p. 609.

476 - A. C. sessão do dia 06/03/1894, volume manuscrito, p. 143 a 163.

477 - O mesmo ocorreu na França, relatando Alain Corbin que, durante algum tempo, denominou-se o micróbio como “miasma microbiano”. Corbin, 1987, p. 284 e 367 (ver nota n° 04).

478 - Corbin, 1987, p. 284. A frase em destaque, reproduzida por Corbin, é do médico francês Paul Brouardel

mau cheiro como a causa maior dos males sofridos pelo corpo: “*O mau cheiro e a ameaça morbífica dissociam-se no espírito dos sábios, desde que estes adquiriram a convicção de que os germes infecciosos é que garantem a transmissão do mal.*”<sup>479</sup> (meu destaque)

Além de representar e trazer com clareza esse momento de transição vivido pela medicina acadêmica, o documento dos vereadores paulistanos ocupa-se também da divulgação do novo perigo, das bactérias que, a exemplo dos fugidios miasmas, também não poderiam ser vistas a olho nu. Aqui, porém, a grande diferença: o mau cheiro não poderia nunca ser “visto”, posto que pertencia única e exclusivamente ao campo sensível do olfato.<sup>480</sup> Com os micróbios, ao contrário, provava-se a sua existência visualmente com a ajuda de aparelhos especiais. Eles existiam concretamente e, de tal maneira, que poderiam mesmo ser mensurados na lama das ruas “na extraordinária proporção de 30 bilhões por centímetro”. O relatório, portanto, é didático. Ao fazer ver que existia agora um mundo novo e monstruoso, repleto de seres invisíveis e malignos, todos os lugares – inclusive os mais comezinhos, como a rua, o quintal e a casa – poderiam ser extremamente perigosos. Num misto de denúncia e alerta, miravam eles num alvo certo: as práticas e os costumes até então tidos como normais e corriqueiros.

Entretanto, este documento é singularmente importante por uma outra razão, por algo que até poderia passar despercebido ao nosso olhar contemporâneo, mas que, pelos signos que carrega, nos mostra a nova concepção que se criava em torno do mal que a todos rodeava, das doenças que atingiam o corpo e, por que não dizer, do próprio ambiente compartilhado por todos numa cidade: a **poluição**. De fato, a utilização do termo *poluição* neste documento representa uma grande novidade, algo que somente passa a fazer parte do vocabulário médio a partir desses últimos anos do século XIX. A esse respeito vale dizer que o “Código Sanitário do Estado”, promulgado em 1892, trazia a palavra poluição em apenas dois de seus 520 artigos e, curiosamente, sempre em relação ao abastecimento e ao consumo de água<sup>481</sup>, fato este que demonstra ter sido a água o primeiro elemento passível de poluição naquele momento.<sup>482</sup>

Antes disso, e como já visto em diversas transcrições de documentos ao longo deste estudo, a palavra utilizada nesses casos era *infecção*. Ora, e o que teria ocorrido para a

---

(1837-1906), proferida durante um debate ocorrido em Paris no ano de 1880.

479 - Corbin, id. ibidem.

480 - Aqui refiro-me exclusivamente ao mau cheiro e não ao foco do mesmo que, obviamente, era perceptível à visão.

481 - Os dois artigos do Código são os seguintes: Art. 94 – A água das cisternas deverá ser protegida contra a acção dos agentes exteriores, que a possam polluir; Art. 311 – A água destinada aos usos domésticos deverá ser potável e inteiramente insuspeita de polluição.

482 - Poluição (s.f.) veio do latim *pollutio* e *pollutionis*, sendo que o verbo poluir tem sua raiz em *polluere*. Além do significado moderno de “sujar e degradar”, o termo era identificado com o ato de *profanar* e *macular*, num sentido certamente religioso e moral. Veja Enciclopédia Larousse, Nova Cultural, 1998, p. 4.692 e 4.693.

substituição da palavra infecção por poluição? Ou, qual a justificativa para o emprego desse termo que, a partir de então, passou a ser vulgarizado na nossa fala, tornando-o comum e inteligível quando dizemos poluição visual ou poluição sonora?

Uma pista para responder essa questão pode ser encontrada no próprio documento e refere-se justamente ao novo embate presente no campo da medicina, ou seja, miasmas X micróbios. Como vimos, para os infeccionistas (grupo médico predominante no Brasil), as doenças eram atribuídas genericamente aos miasmas. Estes poderiam ser os diversos tipos de mau-cheiro presentes na cidade, os “vapores pestilentos” emanados de locais úmidos e impregnados de matéria orgânica em decomposição que, combinados com os ventos, com a falta ou abundância de chuvas, com as tempestades e seus trovões, poderiam tornar o ambiente infeccionado. Na medicina acadêmica convencionou-se, portanto, que o maior problema era mesmo o cheiro ruim, aquele produzido pela putrefação. Estes eram os miasmas mais ameaçadores; e aqui devemos explicar: não era propriamente a matéria, o lixo ou o excremento que deveria ser evitado. Eles existiam, não havia como não produzi-los. A questão não era essa e sim os eflúvios advindos com exposição dos mesmos excrementos quando parados (sem movimentação alguma) e em contato por muito tempo com o ar, com a terra ou com a água. A imundície em si não representava um problema maior, tanto que ela existia, como vimos, por toda a cidade. A gravidade, em outras palavras, era o seu tempo de exposição a céu aberto, ou a falta de movimento (que poderia ser solucionado pelas águas de um rio, por exemplo). A falta de mobilidade redundava na corrupção e no conseqüente mau cheiro, então chamado de miasma deletério. Este, por sua vez, ao ser introduzido no corpo, e ao combinar-se com ele, traria a doença. A diferença é sutil. Não era o excremento que metia medo, mas sim a podridão decorrente de sua imobilidade. O ambiente, a terra, a água e os ares estariam então *infeccionados*.

Experiências posteriores, principalmente as realizadas a partir de meados do século XIX, demonstraram que o mau cheiro era inócuo.<sup>483</sup> Eis a grande inovação: os causadores dos males eram os microorganismos, as bactérias. Aos poucos, a infecção ganhava um novo estatuto ao combinar-se com as novas descobertas e, em decorrência, a palavra acabou por incorporar novos significados: antes, ela era utilizada para identificar a podridão imóvel, bem como a ação ou maneira através da qual os males tinham origem, podendo se propagar; agora, ela era a própria doença. Componente desta operação, as infecções ensaiavam outra mudança, deixando aos poucos o meio externo que as abrigavam – as ruas, os rios e as várzeas, por exemplo – e

---

<sup>483</sup> - Alain Corbin apresenta diversos exemplos dessas experiências onde se comprovou, por exemplo, que “a água carregada de matérias orgânicas no último grau de putrefação pode ser evaporada quase até à completa siccidade sem que um único dos microgermes que nela pululam seja carregado pelo vapor”; Corbin, p. 284 e 285.

deslocando-se para o interior do corpo onde, daí por diante, faria sua morada.

Não obstante o caráter que possuíam nas últimas décadas dos oitocentos, acredito que os termos *infecção* e *miasma* eram inteligíveis para a população: “*Ar purgado – morte no cabo*”, dizia um antigo e popular provérbio português<sup>484</sup>; no Brasil, este entendimento (ou, poderíamos dizer, conhecimento) acabou por dar origem a uma frase ainda hoje utilizada: “...*não me cheira bem*”, que pode ser aplicada em várias situações, mas sempre antevendo ou prenunciando ocorrências malévolas.<sup>485</sup> Mais ainda, a *infecção* e os *miasmas* – e apesar da *perfeita imprecisão* dos conceitos naquela época<sup>486</sup> – podiam muito bem se adequar ao caráter sobrenatural que muitos males possuíam, sendo estes também muitas vezes fugidios, imprevisíveis (como um “*mau olhar*”), imperscrutáveis: “*Ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perlezia, ar excomungado (...) saias do corpo desta Criatura ...*”

Na mesma medida em que a *infecção* deixava de ser exterior, ela se afastava desse entendimento médio passando, agora sim, a ser um termo exclusivamente médico. Somente um conhecimento científico poderia determinar esta ou aquela *infecção* no corpo, este tornado agora um objeto de estudo e de pesquisas. Em suma, antes dessa inovação qualquer pessoa poderia sentir ou ver a *infecção* presente no Anhangabaú e no Tamanduateí, no Largo de São Francisco com seus inúmeros cavalos, e mesmo no ar no entorno do quartel ou da cadeia. Bastava abrir os olhos para ver a podridão inerte (nas ruas e nas várzeas) e apurar o olfato para perceber a sua presença. Agora, porém, a *infecção* entrara no corpo e percorria um caminho incerto e obscuro para a maioria; para conhecê-la era necessário uma sabedoria específica que só os médicos possuíam.

A operação completa-se: em substituição ao *ambiente infeccionado* entra o *ambiente poluído*, como aparece no documento dos vereadores paulistanos. E aqui as palavras iniciam um caminho que as levaria a ter um sentido diferente: com a “*invenção*” da poluição, a *infecção* ganha outro significado. A poluição passou a ser toda e qualquer sujeira e em qualquer estado (sólida, líquida ou gasosa), parada ou em movimento, e que poderia acarretar algum mal – e, aí sim, *infeccionando* o corpo. Como demonstra o discurso dos vereadores, falar em poluição era, ao mesmo tempo, identificar com mais sabedoria que a água poderia conter corpúsculos invisíveis (talvez até inodoros), mas que, mesmo assim, teria a capacidade de provocar uma doença. Da mesma maneira, os ares e todo o ambiente poderiam estar poluídos sem que mesmo o percebêssemos através do cheiro. A poluição passou a ser identificada por elementos como a urina, o excremento ou o lixo, e toda

---

484 - Luís Graça, op. cit.

485 - Veja Cascudo, Luís da Câmara; *Locuções tradicionais no Brasil – coisas que o povo diz* (1986), especialmente p. 130 e 131.

486 - Tomo aqui emprestada a análise de Chalhoub (1996, p. 169).

miríade de seres ali encontrados. Esses microorganismos, ao contrário dos miasmas – e mesmo que invisíveis a olho nu – tiveram a sua existência comprovada e puderam, inclusive, serem contados, um a um! A visão, como sentido, é valorizada. A rua e a calçada, conforme disseram os vereadores, estavam agora poluídas pelos excrementos dos animais e não mais infeccionadas, como se diria poucos anos antes. De qualquer forma, é preciso lembrar que a supressão da palavra *infecção*, quando relacionada ao meio ambiente, não vai ocorrer de imediato e nem rapidamente, pois alguns documentos ainda a manterão por alguns anos.<sup>487</sup> Nesse sentido, o relatório dos vereadores reveste-se de importância por trazer a marca de uma ruptura que, aos poucos, foi consolidada.

A poluição, em suma, é a aquela que se apresenta fora – no meio ambiente ou na natureza – posto que externa ao corpo; a infecção, por sua vez, a partir de então *penetra* no corpo, não mais como uma *afecção* indefinida, mas através de agentes concretos: os micróbios. Sob a supervisão dos médicos e principalmente dos microbiologistas, a infecção transformou-se em doença:

*“Antonia: Foi sepultada hoje na Quadra perpétua, Rua 2, sepultura nº 9 D. Antonia de Brito Magnani, brasileira, com 48 anos de idade, casada, falecida ontem as 2 horas da manhã de infecção niêmica, conforme atestado do Dr. José Fernandes de Magalhães Castro. São Paulo 2 de Setembro de 1890.”*

*“Bonifácio: Sepultou-se hoje no cemitério municipal o cadáver de Bonifácio, de 4 anos de idade, brasileiro, filho do Sr. Comendador Manoel Bonifácio da Silva Batista, falecido de infecção palustre, conforme o atestado do Dr. Bráulio Gomes. São Paulo 25 de Outubro de 1890.”<sup>488</sup> (meus destaques)*

Ao mesmo tempo em que este processo estava em curso, algumas das causas de morte hoje consideradas mais como sintomas foram sendo abandonadas como, por exemplo, o caso de Ignacia Maria do Monte do Espírito Santo, falecida em 1863 de uma *pontada*<sup>489</sup>, ou os vários falecimentos *repentinos* (08 casos) ou por *moléstia interna* (12 casos), estes apontados num universo de 529 mortes ocorridas em São Paulo no ano de 1872.<sup>490</sup>

De fato, entre as décadas de 1880 e 1890, aumentaram sensível e espantosamente os registros de falecimentos cujas causas foram atribuídas a algum tipo de infecção. Estas, por sua vez, se sofisticam, ganham novas classificações que chegam ao impressionante número de 65 (sessenta e cinco), estas anotadas no bairro paulistano do Brás no período de 1893 a 1918, como demonstra o quadro a seguir.

---

<sup>487</sup> - Representativo também nesse caso é o fato de não mais utilizarmos o termo *infeccionado* para a qualificação de lugares sujos ou poluídos, cabendo, entretanto, o seu derivado “*infecto*”.

<sup>488</sup> - Livros de Inumação do Cemitério da Consolação, v. 14, páginas 49 e 125, respectivamente.

<sup>489</sup> - Idem, v. 03, p. 16 verso e 17.

**Quadro geral de causas de morte por infecção no bairro do Brás <sup>491</sup>**  
(em ordem alfabética de doenças como aparecem nos registros)

- Atrepsia por infecção intestinal
- Auto infecção intestinal
- Bronco pneumonia complicada com infecção intestinal grave
- Bronco pneumonia complicada com infecção gastro enterite
- Bronquite infecciosa
- Bronquite infecturo
- Cirrose infecciosa
- Cirrose toxi-infecciosa
- Colite infecciosa
- Disenteria infecciosa
- Diarréia infecciosa
- Diarréia verde infecciosa
- Endocardite infecciosa
- Enterite infecciosa
- Enterite infecciosa e escorbuto
- Enterocolite infecciosa
- Enterocolite infecciosa aguda
- Febre gástrica infecciosa
- Febre infecciosa
- Febre verminosa
- Gastro infecciosa
- Hepatite infecciosa de natureza intestinal
- Icterícia infecciosa
- Icterícia infecciosa por parto
- Inanição seguida de auto infecção intestinal
- Infecção
- Infecção anêmica
- Infecção cancerosa
- Infecção empepelotosa
- Infecção epeciosa
- Infecção fleguidiosa
- Infecção gástrica
- Infecção gastro

- Infecção gastro enterite
- Infecção gastro intestinal
- Infecção gripal
- Infecção intestinal
- Infecção intestinal aguda
- Infecção intestinal crônica e nutrite gonocacica
- Infecção molenia de forma meningera grave
- Infecção morbilar
- Infecção nulosica
- Infecção paludosa
- Infecção palustre
- Infecção palutente
- Infecção puerperal
- Infecção purulenta
- Infecção resinosa
- Infecção serulenta
- Infecção shyptacoccio
- Infecção syphilitica
- Infecção siphytica
- Infecção steptocani e sarampo
- Infecção streptacica
- Infecção tífica
- Infecção tifo malárica
- Infecção umbilical
- Infecção úrica
- Infecção urinosa
- Infecção rins
- Infecção sytocenica
- Meningite complicada com infecção intestinal
- Meningite infectuoza
- Nefrite infecciosa
- Toxi-infecção intestinal

490 - Idem, volumes de 1872.

491 - Sant' Anna, Denise Bernuzzi de (PUC-SP); e S.M.C.-D.P.H, Arquivo Histórico Municipal; *Registros da morte ... Registros da vida*; Projeto na área de Políticas Públicas, FAPESP, 2003. Cabe observar que muitas das causas aqui arroladas poderiam ser agrupadas em uma única apenas, porém mantivemos as suas denominações separadas de acordo com os originais.

Menos pelo caráter ou etiologia de cada uma das moléstias aqui apresentadas, bem como suas possíveis relações com aquela comunidade pobre, imigrante e operária como era a do Braz (um estudo certamente instigante e possível de ser realizado), o quadro apresentado vincula-se mais à complexidade que os males ganham a partir da experiência clínica. Aqui reportam-nos novamente a Foucault que bem definiu a importância da palavra, da linguagem e do enunciável nesse novo arcabouço epistemológico da medicina.<sup>492</sup> Nesse momento não mais cabiam, portanto, as “moléstias internas”, mas sim uma *infecção nos rins* ou uma *infecção umbilical*; o nome das enfermidades ganha uma nova e rigorosa arquitetura, combina-se com outros elementos: *meningite complicada com infecção intestinal*. A linguagem médica começava a ganhar um distanciamento dos saberes populares e redundando, conforme análise de Sidney Chalhoub, num “processo de desapropriação de conhecimentos e práticas dos trabalhadores” e do povo comum, “possibilitando assim a sua subordinação real na produção e em outras esferas da vida”.<sup>493</sup>

De fato, o que assistimos nas últimas décadas do século XIX é uma profunda transformação e sofisticação na medicina acadêmica. E é esta nova medicina a responsável pela recuperação do sentido original da palavra infecção: mácula, mancha, corrupção. Este era o termo que melhor servia naquele momento, não obstante o significado ligeiramente diferente antes adotado pelos anticontagionistas. A corrupção, ou a infecção, ao ganhar o corpo, promovia a putrefação de partes ou órgãos vitais, e daí que devemos nos lembrar das primeiras infecções que mataram os paulistanos: *pútridas* ou *purulentas*.

Agentes vivos e invisíveis a olho nu (os micróbios) estavam a promover tal corrupção. De que maneira isso ocorria e como combater agora esses males? Somente a ciência poderia dar a resposta e, nesse caso, conforme avaliou Chalhoub, os antigos conhecimentos populares sobre as doenças e curas passam por um processo de expropriação.

Dando por concluída esta análise, lembro que nesse mesmo período em que a infecção deixava o meio ambiente para entrar no corpo, uma questão análoga (e decorrente das novas teorias) começava a preocupar, dando origem a uma “neurose” que, iniciada no meio médico, repercutiu nos administradores da cidade e em grande parte da população paulistana.

---

492 - Foucault (1994). Ver especialmente o capítulo III “Ver, saber”, p. 121 e seguintes.

493 - Chalhoub (1996, p. 172 e 173)

## 5.2 - A neurose da poeira<sup>494</sup>

*“Ontem de manhã dei um grande passeio pelas ruas da cidade e depois (...) fui até o Braz e a Santa Cecília, para conhecer os arredores. Devo dizer que tinha ouvido tanta coisa sobre o Braz que fiquei um pouco decepcionado, pois além da chácara do sr. Staudiegel e do jardim do velho francês Jolly, (...) não encontrei nada digno de nota. Uma cervejaria alemã, fundada por Jacob Friedrich, (...) é o ponto de reunião dominical do público alemão. Não tive a felicidade de descobri-la e voltamos para a cidade cobertos de poeira (...)”<sup>495</sup>*

Neste passeio pelos arredores de São Paulo, ocorrido em novembro de 1883, o alemão Koseritz expressou um certo desconforto pela poeira que cobria seu corpo e, principalmente, suas roupas. Até então era esta a relação que se tinha diante da poeira, ou seja, uma sensação desagradável frente a um volume muito grande de pó em suspensão e, também, a de respirá-lo. Além disso, como demonstrou o viajante, a poeira se assentava por todo o corpo e vestimentas, motivo maior de sua reclamação. Mas, nada muito grave neste início da década de 1880, até porque o problema poderia ser rapidamente resolvido através de uma vigorosa sacudida nas roupas e o seu corpo lavado numa das casas de banho que então existiam na cidade.<sup>496</sup>

De qualquer forma, não deixa de ser representativo o depoimento de Kosertiz, até porque esta reclamação é a marca de um período em que São Paulo descobre-se poeirenta. Décadas antes, poucas citações a respeito e quase nada a reclamar das ruas de terra batida, calçadas com pedras irregulares ou que se utilizavam do sistema macadam. Nesse sentido, o relato do viajante é um importante indício de que a poeira começava a incomodar, mas ainda não tanto que pudesse ser considerada perniciosa à saúde, fato este que ocorreria poucos anos depois. Até então a poeira era desagradável, mas inerente à cidade e, por isso, era preciso tolerá-la; o pavor viria logo depois.

Alguns sinais de que o pó já estava a causar um certo incômodo, começaram a aparecer por volta de 1860, período este em que ocorreu uma primeira ruptura com o passado colonial, conforme já visto páginas atrás. A partir de então, o caso é que a poeirenta São Paulo requeria ações do poder público para obstar aquela sensação desagradável, sentida por todos que estavam a circular por suas ruas mal calçadas ou mesmo sem calçamento algum, como

---

<sup>494</sup> - Este título foi inspirado na obra de Alain Corbin, *Saberes e Odores*, e cuja frase encontra-se na terceira parte do livro “Odores, símbolos e representações sociais”, capítulo 2 “O hálito da casa”, p. 218.

<sup>495</sup> - Koseritz, Carl Von; *Imagens do Brasil*, Trad. Afonso Arinos de Melo Franco, B.H., Itatiaia e S.P. Edusp, 1980, p. 265.

<sup>496</sup> - A respeito das práticas de higiene corporal em São Paulo no século XIX veja Sant’Anna, (2004), especialmente os capítulos 9 e 12, “O asseio a seco” e “Sêrea e Amores” respectivamente. Para o caso europeu ver

era o caso de inúmeras vias cujos leitos eram simplesmente de terra batida. No verão a situação era agravada naturalmente, uma vez que o temido vento noroeste varria o centro da cidade e levava consigo uma nuvem de terra seca cujas partículas invadiam casas e afetava quem por ali estivesse. Daí que a solução foi a de molhar as ruas mais centrais, serviço este de responsabilidade das empresas contratadas para a limpeza pública que, invariavelmente, não realizavam o trabalho a contento, dando motivo a muitas reclamações. Certamente por isso tentou-se, em 1869, a contratação deste serviço separadamente, o que permitiria um controle mais rigoroso das ruas que deveriam ser *regadas*.<sup>497</sup>

Que a poeira começou a incomodar não restam dúvidas, até porque em todos os contratos de limpeza pública existiam cláusulas que obrigavam as empresas ganhadoras a realizarem este serviço em dias muito secos e sem chuvas, bem como o de tapagem de buracos nas ruas e o recolhimento de lixo, esta a sua principal tarefa.<sup>498</sup> Por essa época, ainda não havia uma ligação entre o pó e a saúde, lembrando Corbin que, na França de 1810, o mesmo ocorria.<sup>499</sup> A esse respeito, devemos lembrar que, ao contrário dos temidos miasmas deletérios provenientes de material orgânico úmido em decomposição, a poeira era seca e, nesse estado, ela não causava tanto medo.<sup>500</sup> Somente quando ela se tornava insuportável é que as ruas eram molhadas como ocorreu em 1870, ocasião em que o fiscal do distrito sul da cidade (e certamente pelo não cumprimento da tarefa pela empresa de limpeza) gastou 3mil e 200 réis com quatro pipas de água para regar a rua do Quartel<sup>501</sup>; ou já em 1881, quando o gerente da Cia. Cantareira atendia um apelo da municipalidade para proceder a *“irrigação das ruas da cidade, embora a companhia não estivesse perfeitamente preparada para fazer com perfeição o serviço.”*<sup>502</sup> Em outras palavras, era este um serviço emergencial ou sazonal, aplicado somente em casos de urgência ou épocas de maior incidência da poeira na cidade.

Decerto que a poeira, tão comum em São Paulo naquela época, também chamava a

---

**Corbin** (1996).

**497** - Proposta do vereador Dutra Rodrigues, A. C., 14/01/1869, p. 38

**498** - Em 1877, por exemplo, sugeriu-se que o novo contrato de limpeza pública contivesse a seguinte cláusula: *“Irrigação diária, na estação calmosa, das principais ruas do centro da cidade”*. Esta cláusula foi, posteriormente, complementada com a indicação de que *“O serviço de irrigação será feito nas ruas, travessas, ladeiras e praças calçadas a paralelepípedos ou pedra irregular durante a estação calmosa, isto é, de Novembro a Maio, e será feito de modo que toda a rua, praça, etc. fique suficientemente molhada de sarjeta a sarjeta”* Indicações dos Vereadores Antonio Prado e Araújo Costa, A. C., 19/07/1877, p. 124 a 126.

**499** - **Corbin** (1987), p. 170. Na análise do autor, naquele momento, a poeira ainda não entrava no rol das preocupações.

**500** - É preciso ressaltar que esta noção a respeito da poeira prevaleceu até a revolução bacteriana promovida por Pasteur, e isso a despeito de outros estudos como os de François Jules Lemaire que, em 1864, já imaginava serem os *“os miasmas não apenas odores, mas microorganismos que acompanhavam o cheiro fétido de substâncias em decomposição. Na concepção daquele cientista, eles poderiam se espalhar pelo ar tanto despreendendo-se dos matérias durante sua putrefação, quanto através de pós secos desprendidos de organismos mortos.”* Veja **Martins**, Roberto de Andrade, *Tradição e inovação na microbiologia: Lemaire e os miasmas*, 1997, op. cit.

**501** - Relatório do Fiscal do Distrito Sul da cidade, A. C., 02/06/1870, p. 90

atenção pela estreita ligação com um mundo rural, lamacento ou poeirento, marcas estas que já não mais poderiam ser toleradas numa cidade que se queria civilizada. E isso não ocorria apenas no velho núcleo urbano como, também, nos novos bairros que se abriam ao seu redor, como o Bom Retiro, Campos Elíseos, Vila Buarque, Braz e Mooca. Conforme manifestação de alguns professores da recém-criada Escola Politécnica em 1894, passear por aqueles arrabaldes em determinadas épocas do ano era como “*se estivéssemos em viagem por paragens remotas do interior do país ao em vez de nos acharmos num centro de população laboriosa.*”<sup>503</sup>

Assim é que permaneceu a poeira, como um incômodo, algo desagradável ou como uma inaceitável marca de um mundo rural, distante e inculto em plena capital. Mas tudo isso sem maiores agravos e somente perceptíveis em determinadas épocas do ano. De fato, todos conviviam com as ruas de terra batida, pavimentadas pelo sistema macadam ou utilizando pedras imperfeitas que, sem chuvas, desprendiam – como era natural – inúmeras partículas que permaneciam em suspensão no ar, que entravam pelas casas através das portas e janelas, ou pousavam nas roupas. No centro da cidade, tal incômodo, aliado à sensação desagradável de se respirar o pó, era por vezes resolvido com a irrigação dos leitos das vias. A existência da poeira na cidade, portanto, estava muito mais ligada ao que poderíamos chamar de conforto (nesse caso a falta dele) do que com a saúde, pois nenhum relato daquela época traz qualquer menção ou relaciona o pó às doenças. A poeira existia em profusão e em todos os lugares, nas ruas, nas casas, no campo e nas estradas e, daí, o cuidado dos mais ricos em usarem os tradicionais guarda-pós em viagens longas, uma vez que apenas as roupas mereciam proteção.

A poeira, como visto, irritava o olfato em determinadas épocas, era desagradável tê-la por perto, nas roupas ou em casa e, nesse sentido, percebemos que o pó, motivo de tanta preocupação nas últimas décadas do século XIX e início do XX, era tido mesmo como inofensivo à saúde, algo presente na natureza e que deveria ser suportado. Foi somente a partir de um período bem marcado na história que a poeira passa a ter um caráter pavoroso, representada como portadora e *transportadora* de um sem número de doenças através de sua suspensão e vôo no ar. Iniciava-se, nas duas últimas décadas do século XIX uma *neurose da poeira*.

Um dos primeiros indícios de que algo de diferente estava ocorrendo em relação a este caráter da comezinha poeira que infestava as ruas paulistanas, ocorreu 1889, ocasião em que, pela primeira vez, a sua existência foi relacionada explicitamente à saúde. Naquele ano criticou-se a atuação da empresa responsável pela limpeza da cidade e, em especial, foi

---

502 - Ofício do Dr. Clemente Falcão Filho, A. C., 19/09/1881, p. 168.

503 - Ofício e relatório da diretoria da Escola Politécnica de São Paulo datado de 15/05/1894, A. C., 22/05/1894, v.

chamada a sua atenção pelo não cumprimento de cláusulas *“que interessavam a salubridade pública”*, pois era necessário *“fazer-se a irrigação das ruas o número de vezes estipulados, sem preterição por motivo algum que se alegue.”*<sup>504</sup> A partir de então, a irrigação das ruas deixaria de ser uma atitude que visava o conforto para, mais importante que isso, transformar-se num caso de saúde pública. Já no ano seguinte o serviço foi, em parte assumido, pela própria municipalidade, posto que a mesma adquiriu *“três carroças de pipas de água para irrigação”* da empresa Reis e Cia.<sup>505</sup>

Daí por diante, a inquietação só fez aumentar; as inúmeras ruas sem qualquer tipo de calçamento seriam as mais perigosas, colocando em risco toda a população, especialmente em períodos de seca quando, então, ocorria uma grande *“acumulação de poeira que, pelo vento, é espalhada por toda a cidade (...)*. Anos antes, esta seria uma reclamação que se perderia entre os inúmeros papéis da Câmara Municipal, mas agora o pó era considerado como muito perigoso, pois *“contribuía para originar e propagar certas moléstias.”*<sup>506</sup>

A relação estava estabelecida: a poeira poderia causar doenças e, por isso, ela agora era considerada muitíssimo perigosa, fonte de constantes preocupações e reclamações, especialmente por que, pelo crescimento da cidade, nem a empresa de limpeza pública, e tão pouco a municipalidade tinham mais condições de regar todas as ruas. Esta ação, por sinal, passou a ser regulamentada através do Código Sanitário de 1894, ocasião em que se tentou estabelecer que o *“jorro de água deveria ser largo, sobre o macadam ou calçamento estanque”*, bem como que a varrição das ruas e praças deveriam ser precedidas por uma umidificação que evitaria a poeira.<sup>507</sup> Relatórios minuciosos foram elaborados a respeito das ruas que não tinham sido irrigadas (112 delas, entre março e abril de 1894) e a empresa de limpeza multada pela grave falha em 20 mil réis.<sup>508</sup> A Light, companhia responsável pelos bondes que circulavam pela cidade – muitos deles correndo em trilhos assentados diretamente em ruas de terra batida – foi advertida para *“estabelecer em suas linhas alguns bondes de irrigação (...) cujo trajeto era feito sob espessa poeira que, além de incômoda, é anti-hygienica*

---

manuscrito, p. 299 a 322.

504 - Indicação do vereador Vicente Ferreira da Silva, A. C., 17/12/1889, p. 353

505 - Requerimento de Reis & Cia., A. C., 16/04/1890, p. 109.

506 - Proposta dos vereadores Henrique Schaumann, João Antonio Julião e Guilherme M. Rudge, A. C., 17/10/1892, p. 22 e 23.

507 - Código Sanitário, op.cit., artigos 16 e 19. Apesar de não citar explicitamente o temor em relação à poeira, muitos outros artigos deste Código fazem menção aos cuidados que deveriam ser tomados para que as partículas de pó não se espalhassem. Em um deles, por exemplo (o de nº 228) regulamentava a altura dos telhados para os teatros, sendo que estes deveriam ser suficientes para que, no palco, *“os panos de boca e vistas de fundo possam subir e descer inteiros, sem dobrar”*, o que nos revela uma preocupação com o constante agitar dos tecidos, potencial fonte para espalhar a poeira entre os espectadores.

508 - Relatório do Intendente Rodrigo Monteiro de Barros, A. C., 01/05/1894, v. manuscrito, p. 239 a 264.

(...)509; além do mais, como se afirmou em 1908, a mesma empresa deveria diminuir a velocidade dos bondes que transitavam pela cidade, velocidade exagerada segundo reclamações na imprensa, que apontaram esse fator como a causa principal da “*grande quantidade de poeira que ultimamente se levantava em São Paulo.*”510

A água consumida pela população também era fonte de preocupação contra as terríveis nuvens de poeira que, de repente, invadiram a cidade. Trechos lindeiros ao reservatório da Consolação precisavam ser imediatamente calçados “*afim de se evitar que a poeira invada aquele grande depósito, tornando a água menos pura.*”511 Entretanto, era mesmo a poeira em suspensão na rua, aquela que era respirada pela população, que mais causava temor e já considerada, em 1894, um “*terrível flagelo para população, onde muitas moléstias tem sua origem.*”512 Para esta análise foi considerado o fato de que nas ruas, em épocas de chuvas, formava-se um imenso lodaçal saturado de urina e excrementos dos animais. Com a volta do sol e evaporada a água, formava-se uma crosta *nojosa* que se dissolvia ao menor contato, encarregando-se o vento de levar essa podridão diretamente para dentro do corpo através do nariz e da boca, infectando-o. Este pó, facilmente posto em suspensão no ar, passou a ser considerado pelos higienistas como “*um meio perigosíssimo de transmissão de moléstias.*”513 Nessas temerosas circunstâncias, como disseram alguns membros da Comissão de Obras da Câmara Municipal em 1895, “*entrava em jogo a saúde pública.*”514

De um simples incômodo que se observava diante da poeira em meados do século XIX e até a profunda transformação que se operou nos primeiros anos do século XX, estava subjacente o temor frente a uma doença considerada das mais perigosas: a tuberculose. Era ela a fonte de todos os medos então presentes frente às *nuvens de poeira* que se levantavam por toda a capital:

“Indico que o sr. prefeito (...) mande calçar a paralelepípedos o trecho da rua Dr. João Theodoro, compreendido entre a avenida Tiradentes e o Hospital Militar. A saúde pública exige que se faça com a possível brevidade aquelle serviço. **O pó que se levanta naquelle trecho de rua** pode e deve concorrer grandemente para a **propagação da tuberculose nesta capital**, o que convém combater por todos os modos. Creio ser tão justa esta indicação, que não precise de mais fundamentações – Goulart Penteadó.”515

---

509 - Indicação do vereador Gomes Cardim, A. C., 06/03/1902.

510 - Requerimento e discurso do vereador Sampaio Viana, A. C. 20/06/1908, p. 160 a 162. Num aparte consentido, o vereador Bernardo de Campos chegou a dizer: “*É impossível continuarem as cousas como estão; o pó é insuportável.*”

511 - Indicação nº 38 do vereador J. Amarante, A. C., 14/03/1903, p. 78.

512 - Relatório da Comissão de Obras, A. C., 06/03/1894, v. manuscrito, p. 143 a 166.

513 - Id. ibidem.

514 - Projeto para o calçamento da cidade apresentado pela Comissão de Obras, A. C., 12/01/1895, v. manuscrito, p. 12.

515 - Indicação nº 222 do vereador Goulart Penteadó, A. C., 16/12/1905.

O temor era grande e, conforme já indicado, a tuberculose esteve sempre a amedrontar os paulistanos. Entre 1860 e 1890, esta doença oscilou entre as terceiras e quartas maiores causas de falecimento. A partir dos primeiros anos do século XX, e até 1908, foi ela a primeira causa apontada para as mortes decorrentes de doenças *transmissíveis*, conforme a nova classificação.

Por isso o pavor, daí uma *neurose da poeira* que se espalhou por toda a cidade: na Av. Brigadeiro Luís Antonio, moradores e transeuntes reclamavam que ali “*levantava uma poeira extraordinária, excessiva e intolerável*”<sup>516</sup> e, por vezes, formava-se uma “*nuvem de pó simplesmente insuportável, que acarretava grandes males aos moradores, e isso devido ao grande trânsito de veículos, carros, carroças, bondes, etc.*”, como citou o vereador Bernardo de Campos em 1908.<sup>517</sup> No centro da cidade, eram as ruas Direita, 15 de Novembro e Álvares Penteado que desprendiam partículas diariamente, e isso por conta do tipo de calçamento ali empregado: blocos de madeira rejuntados com areia.<sup>518</sup> Na praça da República, a “*poeira era infernal, e se levantava a mais leve aragem.*”<sup>519</sup> Na zona norte continuava todo o Bom Retiro e Luz, especialmente a problemática Rua João Teodoro, com “*uma profundíssima camada de pó, que asfixiava os transeuntes e emporcalhava as habitações*”.<sup>520</sup> Na alameda Barão de Limeira, a situação também era “*asffixante e aflitiva*”, conforme o relato dos moradores:

“Os abaixo assinados, moradores na alameda Barão de Limeira, via pública que não parece, mas que fica alguns minutos do coração da cidade, vem, respeitosamente, impetrar de vv. excs. uma medida que venha minorar a aflitiva e asffixante situação em que os mesmos se acham. Asffixante sim, pois é tal a poeira que naquela alameda ora se acumula, que tornando-se já inabitável, atentatória da já precária saúde dos que nela habitam e comprometedora dos créditos de uma cidade que timbra em se dizer: civilizada. O viajante que percorre o inóspito Saara, de tempos a tempos, de distancia em distancia, tem o seu desedentador oásis, quem, porém, tiver de atravessar a nossa desprotegida alameda, não encontrará, além da estonteadora poeira, o refrigerio que se depara no inóspito deserto. Os abaixo assinados não vêm pedir melhoramentos de monta, para a alameda Barão de Limeira, deixam de parte o higiênico asfalto, o corriqueiro paralelepípedo,

---

516 - Indicações n.ºs. 130 e 142, dos vereadores Correa Dias (25/08/1906) e João Amarante (10/09/1906), respectivamente.

517 - A. C., 20/06/1908, p. 160 a 162

518 - O calçamento de madeira foi utilizado em algumas ruas centrais da cidade entre finais do século XIX e início do XX. Londres e Paris, em 1887, também possuíam várias ruas assim calçadas. Porém, com o problema da poeira, este tipo de revestimento também passou a ser criticado, como disse o vereador Sampaio Vianna em 1910: “*A prefeitura não levou em conta as despesas com a conservação do calçamento a madeira; e essa conservação é muito dispendiosa com esse sistema de calçamento. Além disso, há o trabalho de se espalhar areia sobre o calçamento quando chove, e o de varrer depois. E a poeira que daí resulta prejudica não só o comércio, mas a higiene em geral*”. Complementando esta fala, disse o vereador José Oswald: “*o calçamento de madeira traz mil inconvenientes, entre os quais de ser muito escorregadio quando chove e muito poeirento quando há vento (...)*”. A. C., 12/03/1910 p. 46 a 48.

519 - Indicação n.º 414 de 1911 do vereador Alcântara Machado, A. C., 22/09/1911, p. 361

520 - Indicação n.º 415, idem ibidem.

contentam-se com o burguês e antiquado macadam, que já existiu, o que vêm solicitar é que vv. excs. intercedam ante á Prefeitura, para que, de vez em quando, mande lá aparecer um misericordioso varredor, que torne um pouco mais transitável essa ex-graciosa alameda, hoje desprotegida e tornada foco de miasmas os mais pestilentos e mortíferos.”<sup>521</sup>

Vale notar neste documento a permanência, ainda em 1911, de antigas referências como os miasmas pestilentos, estes agora mais perigosos ainda diante dos temidos micróbios. Mas, não era apenas na alameda Barão de Limeira, até então uma área nobre do elegante Campos Elíseos que apresentava tais problemas no início do século XX. Em 1906, o vereador Celso Garcia realizaria uma visita para fiscalizar as condições de alguns dos “arrabaldes” da cidade, e aqui incluindo o recém-aberto bairro da Lapa e a velha Freguesia do Ó. Naquela ocasião, ele manifestou um grande espanto pelo estado em que se encontravam as ruas dos dois bairros.<sup>522</sup> Em 1913, seria a vez de outro vereador, o Dr. Orêncio Vidigal<sup>523</sup>, realizar uma visita aos bairros de Santana, Barra Funda, Bom Retiro, Braz e Mooca. Ao relatar “o clamor geral” da população em vista da falta de higiene nesses lugares, o Dr. Orêncio destacou que daquelas condições funestas resultaram, “de 1 de janeiro a 31 de maio daquele ano, 71 falecimentos por febre tifóide” e, mais ainda, faz menção à terrível poeira que observou, indicando uma inusitada fonte produtora: as contínuas demolições de prédios que se verificavam em todos os pontos da cidade. Esta é uma dimensão perdida quando se trata do espantoso crescimento de São Paulo naquele período, ou seja, ao mesmo tempo em que o velho era demolido para a construção do novo (ação esta sempre elogiada pelos médicos e higienistas) o fato é que o contínuo refazer também acarretava um problema identificado como prejudicial à saúde. Por isso, disse o vereador, o ideal seria “determinar que em todas as casas demolidas, se fizesse a irrigação dos escombros” para evitar a grande quantidade de poeira.<sup>524</sup>

Porém, o Dr. Orencio não foi o primeiro a alertar para essa nova condição presente na cidade. Dois anos antes, o vereador Sampaio Viana já tocava no tema:

“Sendo de reconhecida e urgente necessidade encontrar-se uma solução definitiva para o problema de irrigação da cidade, que devido não só ao aumento de seu tráfego, **como á continuidade de suas construções**, além da má conservação do calçamento a macadam, **é invadida pelas grandes nuvens de poeira**, e que tem concorrido incontestavelmente para a sua insalubridade **bem manifestada nas moléstias dos órgãos respiratórios que em maior número se tem apresentado nestes últimos tempos (...)**”<sup>525</sup> (meus destaques)

521 - Representação dos moradores da alameda Barão de Limeira, A. C., 06/06/1913, p. 219 e 220.

522 - Discurso do vereador Celso Garcia, A. C., 19/05/1906, p. 76 a 79. A respeito da falta de serviços públicos nos chamados bairros populares e a aplicação de grandes somas no embelezamento da área central e nos bairros da elite nesse período, veja o estudo de **Rolnik** (1997), especialmente os capítulos “Mercados: legislação urbana e valorização imobiliária” e “Compromissos: legislação urbana e cidadania”.

523 - Agora eleito vereador, este é o mesmo Dr. Orêncio Vidigal que, em 1901, havia entrado em conflito com a família Prado por conta da cocheira de d. Veridiana.

524 - Discurso do vereador Orencio Vidigal, A. C., 06/06/1913, p. 217 a 219.

525 - Discurso do vereador Sampaio Vianna, A. C., 25/08/1911, p. 325.

Algumas áreas mais ricas da cidade como as avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antonio, receberam um tratamento especial com regas diárias de seu leito (às vezes em dois turnos, de manhã e à tarde), sendo que a mais aristocrática delas, a Paulista, foi a primeira ter o problema do pó resolvido: em 1911 ela seria a primeira via da cidade a receber uma camada de asfalto.

Em outros bairros, porém, o problema continuava, pois apenas cessavam as chuvas e a cidade ficava *“imersa em densas nuvens de poeira, absolutamente intoleráveis”*, nas palavras de Silva Telles, sendo que isso era *“extremamente prejudicial á saúde”*, completou.<sup>526</sup> E de tal maneira o caso era grave, disse Alcântara Machado, que *“a luta contra a poeira não poderia deixar de constituir numa das mais sérias preocupações da prefeitura.”*<sup>527</sup> Nessas condições foi pensado, inclusive, um complexo sistema elevatório das águas do rio Tietê para que, com isso, pudesse a cidade ser *“regada”* diariamente.<sup>528</sup>

A poeira, tida naquele momento como altamente facilitadora para a transmissão da tuberculose, havia transformado o ar que todos respiravam em um gás letal e, pior que isso, não havia como dele escapar. As ações localizadas, estas aplicadas mais amiúde nos bairros de elite, não bastavam, ricos e pobres estavam expostos a este perigo, e tanto que, na década de 1910 como visto, as reclamações eram constantes uma vez que era comum, seja pela imprensa, seja pelos discursos dos vereadores, ouvir-se que *“a poeira em São Paulo estava tomando proporções assustadoras, com grave ameaça para a saúde pública.”*<sup>529</sup>

Apesar de toda a cidade sofrer com o problema, em uma região específica o caso era mais grave, justamente naquela em que residia a maioria do operariado e que, em meados do século XIX, fora edificada na planície da várzea do Carmo. Era no Braz que a poeira se fazia mais presente, era na sua principal via, a av. Celso Garcia, que a quantidade de poeira era tal que se tornava quase impossível o livre transitar por ela. Ocupando-se do caso, o próprio Celso Garcia – este homenageado em vida com o empréstimo de seu nome à rua – pronunciou duríssimos discursos contra a prefeitura que, no seu entender, havia abandonado aquele bairro e sua população. Ali, disse ele, utilizava-se o pior dos calçamentos que era o macadam, *“justamente condenado pela higiene por facilitar a tuberculose.”* Estava o Braz, à vista de todos, ora mergulhado na lama, ora envolto em nuvens de poeira: lama com a chuva, pó com o sol.

Nessas circunstâncias, e diante da ameaça à saúde dos moradores, ele buscou entender os reais perigos então imputados ao pó, pediu a opinião de médicos e leu

---

526 - A. C., 12/02/1910 p. 24 e 25.

527 - A. C., 29/09/1911,p. 361

528 - Vereador Alcântara Machado, A. C., 17/04/1911,p. 170 e 28/07/1911, p. 302.

diversos textos escritos pelos maiores higienistas da época. Assim, o advogado Afonso Celso Garcia da Luz produziu um pequeno tratado sobre a concepção que se tinha a respeito da poeira e de seus perigos:

“As poeiras se distinguem em várias espécies: a poeira *orgânica*, isto é, sem vida, formada de partículas de palha, de seda, de lã, de ervas secas, de folhas de árvores, etc., e a poeira *organizada*, isto é, com vida própria, constituída por todas as variedades de micróbios. A poeira mineral, por último, de minúsculos fragmentos de carvão, de macadam, etc.

Para transmissão de certas moléstias, da tuberculose, por exemplo, essas três qualidades de poeira se combinam, produzindo cada qual seu efeito.

A poeira formada pelos germens de moléstias não é, per si, tão perigosa. Há, porém, a segunda poeira, formada por pequenos fragmentos de palha, de folhas secas, de algodão, etc. Qual é o papel desta poeira? É o de servir de condutor aos germens das moléstias. Exemplifiquemos. O germen de certa moléstia, colocado numa felpa de algodão ou de palha, vai a atmosfera, é conduzido a grandes distâncias. Si não houvera esse condutor, o micróbio, com peso específico superior ao do ar ambiente, com tendência natural a recair no solo, não seria tão perigoso.

O micróbio está para o condutor, como a mecha para o balão. A mecha, abandonada no espaço, cai. Mas, ligada ao balão, atravessa grandes distâncias.

Eis, pois, a combinação das duas poeiras. Qual a ação da última poeira, a de macadam?

A poeira de macadam, conforme dizer dos higienistas, exerce grande influência sobre a transmissão de certas moléstias. A poeira organizada, com vida própria, formada de micróbios, conduzida pela poeira orgânica (felpas de algodão, etc.) invadindo o organismo, não provoca, por si a moléstia. Outras condições são necessárias.

Pasteur, quando fazia suas célebres experiências, costumava, si não me engano, moer vidro para dá-los aos animais em que ia inocular a infecção carbunculosa. É que, para haver contágio, reprodução ou pululação de germens, é necessário uma lesão anterior ou solução de continuidade.

O papel da poeira do macadam é o mesmo. Formada de partículas de pedra, umas arredondadas outras de forma oblonga, etc., vai provocar lesões apropriadas ao desenvolvimento dos germens patogênicos. Ora, o germen da moléstia, levantado na atmosfera, conduzido pela poeira orgânica, pode ir invadindo o organismo, [aproveitando-se das] lesões causadas pela poeira mineral.

Não se diga que eu estou contando novidade sobre esta questão. (...)”<sup>530</sup>

De fato, Celso Garcia não contava novidade alguma para um público letrado como o composto por seus pares na Câmara Municipal. Mas, a linguagem é simples e didática, a utilização da metáfora do balão representando um grão de poeira e o micróbio como a sua “mecha” (ou sua chama), tornava tudo perfeitamente compreensível. Nem por isso, o relato é menos dramático e aterrador. O alvo do vereador eram as ruas calçadas pelo sistema macadam e a crítica dirigida à prefeitura que, na sua opinião, pouco fazia para resolver uma questão tão grave. De outra parte, o discurso visava a sensibilizar o morador comum, uma vez que a poeira - como que uma nuvem sombria - estava por toda a parte carregando consigo micróbios mortíferos. Nesse sentido, a população estava em perigo.

---

529 - Vereador A. Batista da Costa, A. C., 10/05/1912, p. 182.

530 - Discurso do vereador Celso Garcia, A. C., 20/04/1908, p. 90 e 91. Colocado aqui de maneira simplificada, pois visava um rápido entendimento, as teorias desenvolvidas pelo vereador estavam presentes em diversos tratados mais complexos. A esse respeito, é extensa a lista de trabalhos que tratam do tema. No Brasil ver: Hochman (1998), Teixeira (1995 e 2004), Czeresnia (2001), Benchimol (2000) e Mesquita Ayres (1992, 1993 e 1994);

As representações maléficas a respeito da poeira, porém, não se restringiam aos ambientes abertos, o das ruas da cidade senão, também, àqueles mais íntimos como a casa ou centros de reunião como teatros e hospitais. Aquilo que chamo de “neurose da poeira”, entre finais do oitocentos e início do novecentos, não poupava nenhum espaço. Tudo estava sob suspeita: o pó infectado do exterior poderia “viajar”, invadindo casas e outros locais, e mesmo no interior das residências encontravam-se focos, ali mesmo produzidos, e que passaram a ser uma fonte nojosa de minúsculos seres prontos para ataques letais. A transmissão da tuberculose estava subjacente a este pavor.

Hábito tão comum no final do século XIX, o ato de escarrar em público era tolerado sendo mesmo sinal de saúde, uma vez que, permanecendo resquícios das antigas teorias dos humores, seria esta uma maneira de expelir aquilo que corrompia o corpo. Cuspia-se na rua, nos bondes e no chão das casas mais humildes. Nos grandes salões, nos teatros e nas salas de visitas dos palacetes, existia um acessório indispensável: a escarradeira, um “bacião com aba coletora, no interior do qual se despejava uma solução anti-séptica, para servir de alvo e pontaria ao exercício de escarrar.”<sup>531</sup> Modelos de escarradeiras existiam às dezenas para todos os bolsos e gostos, podendo ser encontrados em faiança, porcelana, vidro e metais nobres; já os mais pobres contentavam-se com exemplares modestos, ou expectoravam mesmo no chão, na rua ou dentro de casa.

Muito criticado pelos higienistas a partir de das descobertas de Koch em 1882, tal hábito permaneceu na sociedade paulistana por mais algumas décadas, e isso até que o pavor da poeira, dentre outras condições, determinasse o seu fim.

No Código sanitário de 1894, o artigo 435 chama a nossa atenção. Através dele, estipulava-se que, nos hospitais, as salas destinadas às enfermarias deveriam ser construídas “*sem quinas ou ângulos interiores*”, sempre preferindo os cantos arredondados, para proporcionar uma fácil limpeza. Nos quartos, por sua vez, não seriam admitidos qualquer reentrância nas paredes e tão pouco os ângulos, quer horizontais ou verticais, a nova regra previa uma construção lisa e com superfícies arredondadas.<sup>532</sup> Ora, como sabemos, são nos cantos e nos ângulos das casas ou do hospital, dos salões e dos teatros, que a poeira pousa, sendo mais difícil a sua remoção. Esta, em pequena ou grande quantidade, sobe ao ar com grande desenvoltura ao mais leve toque da vassoura. Como lembrava Celso Garcia, enquanto pousada no solo, a poeira e os germes eram inofensivos, mas suspensos no ar seja por qualquer razão, a nuvem fantasmagórica estava pronta para o

---

no exterior: **Rosen** (1994) e **Sournia e Ruffie** (1986).

**531 - Antunes**, José Leopoldo Ferreira, et alii (2000). Os autores produziram uma excelente análise sobre esse antigo costume, sua aceitação social e posterior vinculação com a transmissão da tuberculose.

ataque. Visão horrenda seria aquela proporcionada por uma boa vassourada na sala e acompanhada, ao mesmo tempo, pelo penetrar do sol entre as frestas das janelas. Um mundo novo, vivo e horrendo estaria então sendo apresentado. O pulular de fiapos e grãos de pó, bem poderiam lembrar uma dança macabra entrecortada, aqui e ali, pelos fachos de luz.

Essa combinação de cantos escuros e poeirentos, mais os dejetos advindos com a expectoração, seja na escarradeira ou no chão, bem como o medo da transmissão da tuberculose, criaram as condições para que o ato de cuspir fosse então condenado.

A tuberculose, ensinava a Comissão de Higiene Municipal em 1900, “é transmitida mais freqüentemente pelas vias respiratórias que absorvem o pó contendo o escarro seco do tuberculoso ou envolto nos corrimentos procedentes dele.” O ar exalado pelos tísicos, por sua vez, era considerado inofensivo, desde que não houvesse um acesso de tosse. Portanto, a permanência junto aos doentes não seria tão perigosa, “desde que se evitasse a entrada no organismo dos produtos da expectoração.”<sup>533</sup> Entretanto, alertavam os médicos e higienistas, havia sim um perigo medonho, a poeira, que poderia invadir tanto a “choupana do pobre quanto o palácio do rico” e provocar dentre os incautos a “mais mortífera das doenças: a tuberculose”.<sup>534</sup> Convencionou-se, porém, que o pior ocorria nas casas mais humildes, naquelas onde os cuidados com a higiene não eram seguidos a contento.

Importante notar que aqui estamos acompanhando duas grandes alterações: num primeiro aspecto, a casa – e, se quiserem, a intimidade – foi agora tornado objeto de pesquisa, passível de reflexão e, principalmente, de intervenção; em segundo, já não era apenas a umidade que metia medo senão, também, o seco. Traduzindo essa mudança temos, por exemplo, um documento da Comissão Central de Saúde Pública, preparado entre agosto e setembro de 1855, e redigido por conta da ameaça de cólera que já se apresentava no Pará e ameaçava o Rio de Janeiro. O título deste documento é deveras representativo, posto que ele se apresentava não como uma ordem ou determinação, mas sim como “*Conselhos ao povo*”, a respeito dos preceitos higiênicos que deveriam ser guardados no decorrer da epidemia. Não obstante os médicos admitirem que “desconheciam de todo a causa geral da doença, sua extensão, bem como sua propagação”, eles sugeriam como uma condição essencial para obstar o mal seria:

“... entreter sempre no interior das casas luz e ar puro, removendo todas as causas que o possam viciar, corromper e torná-lo úmido. O melhor e mais simples meio de alcançar este fim consiste em abrir de tempos a tempos as

---

532 - Código Sanitário, op. cit., artigos 435 e 455

533 - Parecer nº 3 da Comissão de Higiene da Câmara Municipal, A. C., 02/07/1900, p. 217 e 218.

534 - Id. ibidem.

portas e janelas que comunicam com o exterior (...) <sup>535</sup> (meu destaque)

Tempos depois, e mediante uma nova ameaça de cólera, a Junta Central de Higiene Pública redigiria um outro documento intitulado “Cautelas contra o flagelo da cólera-morbus”. Novamente, esta não era uma ordem. Como primeiro conselho ou cautela <sup>536</sup>, dizia a Junta que era preciso:

“... conservar no maior asseio possível as habitações (...) expondo-as constantemente à ventilação durante o tempo seco (...). Destruir ou diminuir quanto se puder a umidade das casas, ou por meio da ventilação, conservando abertas as portas e janelas, ou por meio de fogos, quando faltem os recursos.” <sup>537</sup>

Décadas depois, em outubro de 1893, período este que coincide com o início da *neurose da poeira*, são outras as condições presentes e que permitem, por exemplo, uma inspeção rigorosa no interior das residências consideradas insalubres: as dos pobres e, em especial, dos cortiços. Era preciso, conforme justificativa apresentada, “*cuidar da unidade urbana a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas.*” <sup>538</sup> Aberto esse novo flanco, os médicos esquadrinham a casa operária, a habitação coletiva, os cortiços, então qualificados como uma “chaga oculta no coração da cidade.”

“São estas casinhas, em geral, soalhadas, forradas nos cômodos de dormir e na sala da frente, sem outro sistema de ventilação que o natural por intermédio das janelas e portas. No cômodo do fundo, onde não há soalho nem forro, nem mesmo ladrilhos assenta um fogão ordinário e rudimentar com chaminé que pouco funciona em vista da sua má construção ou do pouco cuidado que se lhe tem. Daí vem que o interior dessas pequenas casas tem paredes enegrecidas e pouco asseadas; do teto já se lhes não conhece pintura sob a camada do sujo das moscas. As paredes, com quadros de mau gosto, tem o reboco ferido por uma infinidade de pregos e tornos de que pendem vários objetos de uso doméstico e a roupa de serviço. Os móveis, desagradavelmente dispostos, tem sobre si empilhadas peças de roupa para lavar.” <sup>539</sup>

---

<sup>535</sup> - “Conselhos ao povo sobre os preceitos higienicos que deve guardar no curso da epidemia de cholera-morbus, e os meios de remediar aos primeiros soffrimentos” – Deliberação da Comissão Central de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1855. Coleção Papéis Avulsos do A.H.M, vol. 172, 1855, documentos de n.ºs. 227 a 231.

<sup>536</sup> - Essas disposições nos remetem a um fato já analisado, ou seja, os médicos apenas “aconselhavam”, posto que não estavam eles ainda no comando das ações públicas ou determinando as políticas na área de saúde pública.

<sup>537</sup> - “Junta Central de Hygiene Pública – Cautelas contra o flagello da cholera-morbus”, Coleção Papéis Avulsos do A.H.M, vol. 224, 1867, documento n.º 257, impresso, acompanhado por Circular do governo provincial de 23/03/1867.

<sup>538</sup> - Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ifigênia”, In: Relatório Apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente municipal Cesário Ramalho da Silva, 1893., p. 43. Este relatório foi preparado em vista do aparecimento de alguns casos de febre amarela naquela região.

<sup>539</sup> - Idem ibidem, p. 46.

Condições da casa operária, ou do cortiço, que nos parecem estranhas à saúde como os quadros de mau gosto ou os móveis desagradavelmente dispostos, entravam na composição de um ambiente insalubre, posto que pobre. Por outro lado, era este um momento de transição, período no qual permaneciam ainda os miasmas e a umidade como algo a ser combatido. Daí que o relatório daria especial atenção aos terrenos úmidos de Santa Ifigênia, fosse ele exterior ou interior à casa. O olhar médico desloca-se de fora para dentro, entra na casa, descrevendo-a em minúcias, qualificando-a como uma ferida, prestes a contaminar toda a cidade:

“O soalho jamais se lava (...). A crosta de lama que o encobre não deixa reconhecer a madeira, e o todo se mostra sob um aspecto nojento e insalubre. A umidade do solo sobe pelas paredes puindo o papel ordinário que as reveste e danificando o soalho que não é ventilado e se assenta diretamente sobre o terreno.”<sup>540</sup>

Apesar de já ser possível a realização de um inquérito sobre a casa insalubre, ainda encontramos aqui a umidade como a principal causa das doenças. Porém, não por muito tempo. A febre “palustre” cedia seu lugar à tuberculose como fonte maior de medo; ao úmido, juntava-se o seco, da água ao pó:

“É freqüente ser habitada uma casa por família que a encontre em péssimas condições de asseio, com as paredes e portas das alcovas horrivelmente cheias de catarro seco, causando repugnância, com o assoalho lodoso, indicando nunca ter sido lavado. Compreende-se que o desprendimento de tais crostas, se a casa foi habitada por tuberculoso anteriormente que, juntamente com o **pó, são** [tais crostas] **respiradas quando varre-a**, [podendo] mui facilmente determinar um mal que seria evitado, caso houvesse desinfecção e asseio.”<sup>541</sup>

Em 1913 ocorre uma grande novidade que, no meu entender, seria o ápice de todos os temores frente à poeira, e isso tendo em vista o pavor então instalado por conta do avanço da chamada “peste branca”. Através de uma representação assinada por membros da “Liga Paulista contra a Tuberculose” e entregue na Câmara pelo Dr. Orêncio Vidigal, pedia-se a “*votação de uma lei que ponha fim á nociva e repulsiva prática de se escarrar nos locais de freqüência pública.*”<sup>542</sup>

As discussões foram muitas e demandaram um longo período, mas em 1919 era aprovado o projeto nº 7:

“Considerando que está demonstrado pela ciência e pela observação médica, que a tuberculose pulmonar e outras moléstias contagiosas das vias respiratórias se transmitem ativamente pelos produtos da expectoração; e

---

540 - Idem ibidem.

541 - Parecer nº 3 da Comissão de Higiene da Câmara Municipal, A. C., 02/07/1900, p. 217 e 218.

542 - Representação, A. C., 20/06/1913, p. 242 e 243

sendo indispensável por em prática medidas profiláticas que embarguem ou restrinjam a disseminação do mal por esta via de propagação, a Câmara Municipal Decreta:

Art, 1º - Fica proibido cuspir ou escarrar no piso de tranways, carros ou no chão dos lugares cobertos acessíveis ao público e nos passeios das vias públicas. (...)” <sup>543</sup>

A doença e o medo da morte, bem como os avanços da medicina e da microbiologia, estiveram sempre a construir representações e determinando, por vezes, comportamentos; e isso desde a obrigação de se acompanhar uma procissão ainda na primeira metade do século XIX, até a proibição de se cuspir no chão em público, como ocorreu em 1919.

Mas, o acompanhamento deste caso específico – o da *neurose da poeira* – permite algumas análises, posto que o processo possui outras implicações. Como está claro, a presença do medo diante das partículas em suspensão no ar somente foi possível com o advento da microbiologia e explica, também, a nova e pavorosa imagem construída para um simples “grão” de pó. Numa análise ainda bastante simples, poderíamos verificar outros aspectos que acompanharam o rápido crescimento da cidade e o ambiente em que viviam os moradores de áreas periféricas, ou os problemas de saúde imputados às constantes demolições no centro da cidade, que se processavam num ritmo espantoso.

Entretanto, e mais do que isso, é preciso esclarecer que as medidas preconizadas no final do século XIX e concretizadas muitas vezes logo a seguir, encontravam um certo eco na sociedade ou, se quisermos, mais apoio do que reprovação. Em outras palavras, a nova medicina – já acompanhada da microbiologia – encontrou um espaço bem maior para sua atuação, inclusive ganhando força na administração pública. Algo que antes seria impensável, como a devassa nas residências mais pobres, agora tinha um suporte mais concreto. Em poucas décadas passou-se dos “aconselhamentos” à uma proposta de intervenção e, nesse caminhar, a construção de um mundo novo e pavoroso que encontrava abrigo nas nuvens de poeira, por exemplo em muito colaborou. Ao mesmo tempo em que fornecia as justificativas para uma remodelagem do centro da cidade, via ajustes ou mesmo demolições de residências populares, a ação médica acabou por redundar num aparte ou exclusão dessa mesma camada, até porque não apenas as suas residências foram consideradas como “focos de infecção”, senão eles próprios, com seus hábitos e costumes.<sup>544</sup>

De todo modo, e durante o correr do século XIX, o paulistano viveu ao lado das várias

---

<sup>543</sup> - A. C., 01/02/1919, p. 30. Este projeto deu origem à Lei nº 2.186 de 25/03/1919 que, em seu preâmbulo dizia: “Estabelece medidas profiláticas que embarguem ou restrinjam a disseminação da tuberculose pulmonar e outras moléstias contagiosas das vias respiratórias e dá outras providências.” Nessa mesma lei, previa-se em determinados locais como hotéis, pensões, cafés, escolas, igrejas e estações, a utilização de escarradeiras cujo tipo seria determinado pela Prefeitura.

<sup>544</sup> - A respeito da condenação de outros hábitos e costumes das camadas populares que residiam no centro da cidade, o que em muito colaborou para com essa mesma exclusão, veja a original análise de Santos, Carlos José Ferreira; *Nem tudo era italiano - São Paulo e pobreza (1890-1915)*, especialmente o capítulo III “Em busca da presença

doenças que poderiam lhe tirar a vida muito precocemente. Vivia-se, por exemplo, entre as epidemias, entre as febres e as temidas *bexigas*.

## Parte II

### Vida breve

---

dos nacionais: espaços urbanos, trabalho, cultura e transgressão; p. 65 e seguintes.

## Capítulo 1 - Entre epidemias, febres e bexigas

*“Ilmo. Exmo. Snr. Presidente e mais Vereadores da Ilma. Câmara Municipal: Não vos deve ser desconhecido o desenvolvimento que ultimamente tem tomado o bairro denominado Bixiga nesta Capital, esse desenvolvimento, porém, não corresponde aos esforços empregados pelos proprietários e moradores d’aquelle bairro para torná-lo um arrabalde de primeira ordem, embora seja elle dotado de todas as condições para isso necessárias, já pela fertilidade d’aquelles terrenos, já pela linda vista que d’alli se descortina e pela abundância d’água vertente que circunda todo o campo. Observando de perto o progresso rápido de vários outros arrabaldes desta Capital e reconhecendo que elle tem sido o resultado de mudanças de nomes, de ruas e dos mesmos arrabaldes, vem os abaixo assignados respeitosa e pedir a V. V. Excias. a mudança do nome de **Campo do Bexiga** para o de **Campo da Bella Vista**, visto como aquelle nome nenhuma tradição nos fez recordar.”*<sup>545</sup> (meus destaques)

Nas últimas duas décadas do século XIX, São Paulo experimentou um crescimento impressionante e poucas vezes antes anotado em outras cidades. A sua população, por exemplo, saltara dos 31.385 habitantes em 1872 para os 47.697 moradores em 1890, número este que atingiu 239.820 dez anos depois. Em decorrência dessa nova situação, antigas áreas de chácaras que circundavam o velho núcleo urbano acabaram sendo retalhadas em loteamentos sucessivos; novos bairros foram abertos a toque de caixa, alguns deles dedicados exclusivamente aos mais abastados como Campos Elíseos e Higienópolis, enquanto que outros foram reservados às camadas médias e pobres da população.

Nesta última situação encontrava-se o então chamado Campo do Bexiga, cujo arruamento, iniciado em 1879, ocorreu a partir da antiga Chácara do Bexiga, propriedade muito conhecida na cidade. Era nas suas imediações, por exemplo, que se encontrava o

---

<sup>545</sup> - Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, vol. 404, 1883, doc. s/nº com data de 22/06/1883. Consta desse documento 51 assinaturas e, dentre elas, reconhecemos as de Fernando de Albuquerque, engenheiro formado nos E.U.A e intendente em 1891; João Pedro da Veiga Filho, advogado, professor da Faculdade de Direito, vereador e deputado estadual; Juvenal Francisco Parada, advogado, deputado provincial e intendente municipal; e, finalmente, João Francisco de Oliveira Godoy, advogado, promotor público, desembargador, historiador e genealogista.

matadouro da cidade, um pólo que atraía para a região diversas outras atividades; num de seus flancos, por outro lado, estava o vale do Saracura, local onde viviam muitos negros que ganhavam a vida em pequenos expedientes, fossem eles ligados ao próprio matadouro, ou por conta de trabalhos esporádicos gerados pelo intenso comércio desenvolvido no *Piques*, um de seus limites. E certamente por essas características, ali estava localizada, nos primeiros anos do século XIX, uma das poucas estalagens existentes em São Paulo que, inclusive, abrigou por alguns dias o viajante Saint-Hilaire em 1819. Segundo o relato do francês, o local não era dos mais agradáveis, uma vez que o terreiro era “cheio de lama, uma buraqueira danada”. Os quartos da hospedaria, por sua vez, foram reputados como “imundos e repugnantes” o que deu motivos ao viajante para procurar rapidamente outro local na cidade.

A denominação *bexiga* (ou *bixiga*) tanto para a estalagem, quanto para a chácara e o futuro bairro, guardavam até o momento uma certa indefinição. Para alguns autores, a sua origem estaria ligada ao sobrenome do proprietário, um certo Antonio Bexiga (ou Antonio Manuel), referência esta apontada pelo mesmo viajante Saint-Hilaire. Estudando o assunto, Nuto Sant’Anna concluiu que, ao contrário dessa hipótese, nas imediações teria existido um *lazareto* ou uma casa para os atacados de varíola, doença então conhecida como *bexiga*. Na sua opinião, a denominação *bexiga* antecedeu ao do proprietário Antonio, que teria herdado do local este apelido. O autor, entretanto, nos dá a entender que esta seria uma hipótese, pois nos documentos oficiais da municipalidade, nenhuma menção existiria a respeito de tal estabelecimento na região, sendo certo que os únicos isolamentos para *bexiguentos* apontados naquela época eram algumas casas alugadas pela Câmara na rua de São Bento e um pequeno sítio “adiante da Tabatinguera”, locais estes distantes da chácara do Bexiga.<sup>546</sup> Apesar de não citada por Sant’Anna, existia ainda uma outra chácara destinada aos *bexiguentos*, qual seja, a do *bairro do Pacaembú*, para onde foram levados “dois negros novos atacados deste mal” e isto por ocasião da epidemia ocorrida em 1798.<sup>547</sup> Já Afonso A. de Freitas descarta todas essas hipóteses e nos apresenta uma outra, ou seja, a de que nas imediações do antigo matadouro da cidade, realizava-se o preparo e a venda das sobras do gado abatido, incluindo as *bexigas* bovinas, vindo daí o nome da chácara.<sup>548</sup> Baseado no fato de que o sobrenome Bexiga não era algo tão comum, poderíamos ainda supor que o próprio Antonio (ou Manuel) teria padecido do mal, ficando-lhe as marcas da

---

546 - Sant’Anna, Nuto; *São Paulo histórico vol.I*, S.P.: Prefeitura do Município, 1937, p. 153 e segs. A respeito dessa discussão veja também uma esclarecedora análise em Marzola, Nádia; *Bela Vista*, Vol. 15 da coleção “História dos bairros de São Paulo”, S.P.: Prefeitura do Município, 1979, especialmente p. 34 e seguintes.

547 - Registro Geral da Câmara, Vol. XII (1796-1803), p. 273

548 - Freitas, Afonso A. de, *Tradições e reminiscências Paulistas*, 1955.

doença impressas na pele, bem como o apelido e a denominação de sua propriedade.<sup>549</sup>

E era isso o que se sabia até agora, ou seja, muito mais hipóteses do que conclusões. Entretanto, nem sempre a chácara do Bexiga teve este nome e daí, certamente, a dificuldade de se buscar na história a sua relação com a varíola. De fato, por volta de 1750 ela não era assim denominada, sendo mais conhecida como Sítio da Samambaia, propriedade da família Paes Leme, mais especificamente de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.<sup>550</sup> Entre as sucessivas transações (em 1773 ela já era propriedade de Antonio Martins de Almeida e, em 1789, de Francisco Martins do Monte), o governo municipal, em conjunto com o da Capitania, ali instalou uma casa para abrigo e isolamento dos bexigentos. Esta, por seu turno, foi muitas vezes referendada como *Casa da Samambaia* ou *Hospital das bexigas*<sup>551</sup>, sendo certo que a denominação *chácara Bexiga* foi citada pela primeira vez em 1794, conforme o registro em uma escritura de compra e venda então efetuada.<sup>552</sup>

Como pode ser observado, em um curto espaço de tempo (entre finais do século XVIII e início do XIX) a cidade teve pelo menos quatro retiros destinados aos doentes de varíola. De fato, esta era uma característica marcante daquela época, ou seja, esses isolamentos ou hospitais eram criados e abertos mediante a eclosão de epidemias, sendo desativados logo após o fim das mesmas. Tinham esses estabelecimentos, portanto, um caráter provisório, uma vez que somente estavam ativos durante a ocorrência de surtos epidêmicos. Nesse sentido, vale lembrar que mesmo o Hospital de Isolamento (atual Emílio Ribas) também se pautava por essa prática: iniciada sua construção em 1875 – e para substituir um outro que existia no *Areal* no bairro de Santana – ele somente seria concluído em 1880. Em fevereiro de 1882 o “Isolamento” seria fechado, e isso por “se

---

**549** – Apesar de não ser muito comum na cidade, o sobrenome “Bixiga” aparece vez em quando. Em 1834, por exemplo, encontrava-se preso na cadeia da cidade um certo Manuel Bixiga, tido como “demente”, quase desnudo, pois nem camisa tinha, e que estava a perturbar os demais presos. Não conseguimos dados mais seguros a respeito deste Manuel Bixiga, permanecendo aqui a dúvida se o mesmo seria aquele apontado por Saint Hilaire como o dono da estalagem. Veja “Relatório da Comissão de visitas a prisões e estabelecimentos de caridade”, Relatório de 10/01/1834, Arquivo Histórico Municipal, Fundo C.M.S.P., Conselho de Vereadores.

**550** – A respeito de Pedro Taques já falamos no 1º Capítulo da Parte I citando, inclusive, que seu pai Bartolomeu Paes de Abreu, faleceu em decorrência das temidas “bexigas” no ano de 1738. O sítio da Samambaia, em 1750, já era uma parte destacada da antiga “Sesmaria do Capão” (ou Chácara do Capão), doada a Fernão Dias Paes Leme ainda no século XVII. A esse respeito veja mais dados em **Vieira**, Antonio Paim, *Chácara do Capão*, In “Revista do Arquivo Municipal”, Vol. CXVIII, S.P., Departamento de Cultura, 1952. Sobre Pedro Taques e o “sítio da Samambaia” veja “Escorço biográfico de Pedro Taques de Almeida Paes Leme” por Afonso de E. Taunay, In: **Leme**, Pedro Taques de Almeida Pais; *História da Capitania de São Vicente*; Brasília: Edições do Senado, Vol. 25, 2004, especialmente p. 51.

**551** – Ofício do físico mor da Capitania, Mariano José do Amaral, ao governador e capitão general José da Franca e Horta datado de 06/02/1806. In: Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 95, Arquivo do Estado, 1990, p. 202.

**552** - **Marzola**, op. cit., 37

*acharem ali poucos doentes em plena convalescença.*<sup>553</sup> Nessas circunstâncias, nomeava-se apenas um zelador que cuidaria do edifício até a sua próxima abertura, sempre ao sabor de novos surtos.<sup>554</sup>

Mas voltando ao *hospital das bexigas*, no bairro do Bexiga, sabemos que ele estava em plena atividade no ano de 1803, época em que ocorreu mais uma epidemia da doença em São Paulo. Naquela ocasião, para ele foram enviados cerca de trinta e nove doentes entre escravos, libertos e brancos, dos quais dois morreram.<sup>555</sup> Tudo leva a crer que desde pelo menos 1794 ali já existia um isolamento para tais casos, mas o reconhecimento de que aquele era o melhor local para um *hospital* somente ocorreria em 1800, e isto através de uma ordem do então governador Castro e Mendonça à Câmara Municipal, e na qual relatava os funestos acontecimentos verificados num dos surtos anteriores da doença. Disse ele na ocasião:

“E desejando que no meu tempo se não se renove a triste cena que encheu de luto esta cidade, com tão notável detrimento da povoação, lhes ordeno que tanto que vossas mercês receberem esta, logo estabeleçam uma casa nos subúrbios desta cidade, na qual á custa das rendas dessa Câmara, sejam assistidos os pobres miseráveis que forem acometidos das bexigas, os quais ou comunicarão o seu mal á sociedade, não sendo separados e assistidos fora dela, ou perecerão necessariamente, não sendo por ela socorridos como convém. [Este é] o único meio de evitar a propagação de um contágio tão prejudicial a todos.”<sup>556</sup>

Aberto pois naquela chácara, este *hospital* seria transferido, em 1804, para as cercanias do atual bairro do Pari, nas margens do rio Tamanduateí.<sup>557</sup>

Veremos adiante quanto os paulistanos se apavoravam diante da simples menção à palavra *bexiga* e, por isso, talvez esta busca da origem do nome do bairro nem fosse necessária. Porém, e já esclarecidas as dúvidas que existiam a esse respeito, podemos agora analisar aquele abaixo assinado dos moradores do “Campo do Bexiga”, datado de junho de 1883. Nesse caso, a vinculação que se fazia entre a denominação do local e o mal das *bexigas*, era patente, sendo este o principal motivo para a elaboração do documento solicitando a troca do nome para “Bela Vista”. Claro que esta argumentação

---

553 - A. C., sessão do dia 13/02/1882, p. 37

554 - A esse respeito veja **Antunes** (1992), especialmente o capítulo “O hospital de isolamento da Capital”, p. 23 e seguintes.

555 - Ofício do físico mor da Capitania, Mariano José do Amaral, ao governador e capitão general José da Franca e Horta datado de 10/06/1803; Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 95, Arquivo do Estado, 1990, p. 88 e 89.

556 - “Carta que o senhor general escreveu à Câmara sobre o objeto das bexigas”, 10/05/1800; Registro Geral da Câmara, vol. XII (1796-1803), p. 446 e 447 e Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 87, p. 193 a 195.

557 - Ofício do físico mor da Capitania de 06/02/1806, op. cit.

não consta do abaixo assinado, mas a varíola sempre fora conhecida como *bexiga*, nome este ainda utilizado em 1883. Mas, ao contrário, preferiram os signatários dizer que *aquele nome nenhuma tradição os fazia recordar*, certamente como forma de escamotear uma verdade da qual queriam distância. O bairro, disseram eles, desenvolvia-se, mas não tanto quanto esperavam seus moradores, que empregavam todos os esforços para *torná-lo um arrabalde de primeira ordem*. Estava ele dotado de todas as condições necessárias para isso, ou seja, possuía um terreno fértil, a paisagem era linda e contava ainda com alguns ribeirões a cercá-lo. Nesse sentido, qual era o problema, ou em outras palavras, o que estaria a entrar seu pleno desenvolvimento? Era o nome, diziam eles. Um nome que lembrava uma doença, um nome no mínimo desagradável, mas também maldito por conta do rastro de morte que deixara na cidade durante mais de 300 anos. Um nome que causava medo aos paulistas, e isso desde o século XVIII, como apontou o médico português João Rodrigues de Abreu em 1714:

“Na cidade de São Paulo e em muitas outras do País dos Paulistas (...) são morbos endêmicos as bexigas e é rara a pessoa a quem commettam que não matem. **São tão medrosos os seus habitantes desta queixa que até desconfiam de ouvir falar nella.**”<sup>558</sup> (meu destaque)

Cerca de cem anos depois deste relato, o padre Manuel Aires de Casal teve a oportunidade de observar a mesma situação, e surpreso num primeiro momento, constatou o pavor “*que os paulistas tinham das bexigas*”. Porém, logo em seguida ele completava reconhecendo que este mal ...

“... é que mata a maior parte dos que morrem, quando delas são atacados. Em se dizendo a um doente que seu mal são bexigas, ei-lo já abatido, e sobremaneira descorçoado: muitos nem querem sujeitar-se a remédios, nem tomar alimentos, persuadidos que não podem vencer a moléstia.”<sup>559</sup>

Nome maldito e que causava horror aos paulistas. Mas não por acaso, como fizeram ver os vereadores respondendo a uma consulta do governador em 1798:

“O horror que os povos desta capitania têm a esta moléstia, não provem de um terror pânico, nem nesta parte tem vossa excelência que desabusá-los: ele provem de uma longa experiência, que tantas vezes se tem feito funestas aos nossos olhos.”<sup>560</sup>

---

558 - Abreu, Dr. João Rodrigues, *Historiologia Médica*, apud. Taunay, A. de E., *História da Villa de São Paulo no século XVIII, 1701-1711*, p. 90.

559 - Casal, Manuel Aires de; *Corografia brazílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*; B.H.; Itatiaia e S.P.: Edusp, 1976, p. 110.

560 - “Carta da Câmara ao excelentíssimo senhor general”, 08/11/1798; Registro Geral da Câmara, vol. XII (1796-1803), p. 272.

Ao contrário do “Campo do Bexiga”, outros bairros com denominações bem mais aprazíveis estavam se desenvolvendo ou sendo planejados nas últimas décadas do século XIX como, por exemplo, os *Campos Elíseos* e *Higienópolis*. Eis aqui o contraste observado, uma vez que estes bairros, nas palavras dos moradores do *Bexiga*, estavam a progredir por conta dos idílicos nomes adotados. Esta argumentação presente no final do documento, e antes de provocar uma surpresa pelo inusitado, deve ser analisada sob um outro prisma, pois ainda se fazia presente na sociedade daquela época o medo diante da ocorrência concreta da doença ou das epidemias, bem como a angústia frente a tudo que pudesse “despertá-las”. As palavras, nesse sentido, eram parte importante do processo, seja no sentido de se alcançar uma proteção quanto, ao contrário, para atrair os males. As orações eram remédios; palavras malditas – ditas ou não com intenção – poderiam trazer conseqüências funestas. O nome *bexiga* não merecia e não deveria mais ser pronunciado pelo mal que poderia causar e, nesse sentido, quanto mais denominar uma comunidade inteira. Tanto isso sensibilizou os vereadores em junho de 1883 que, poucos dias depois de lido o abaixo assinado, o nome do bairro foi alterado, ocasião em que o *Bixiga* passou se chamar *Bela Vista*.<sup>561</sup>

Bexiga, portanto, não era uma denominação agradável; lembrava uma doença, a terrível varíola, que perseguia os paulistanos desde os primórdios da cidade, desde pelo menos 1564, época em que ocorreu o primeiro registro oficial de uma epidemia na cidade. Doença antiga, naquela oportunidade as *bexigas* teriam atacado com especial virulência os poucos moradores da então vila de Piratininga, produzindo algumas mortes e deixando outros tantos temporariamente incapazes. Para justificar o estado de penúria que se instalou naquele ano por conta da terrível doença, explicaram os vereadores paulistanos que ...

“... as doenças foram muitas e as **bexigas mataram muita gente** e os que escaparam estão ainda que não podem trabalhar.”<sup>562</sup> (meu destaque)

Ao que tudo indica, a ocorrência desse mal em São Paulo entre os anos de 1563 e 1564 foi em conseqüência da primeira grande epidemia de varíola anotada no Brasil que, iniciada em Salvador em 1561, atingiu seu clímax justamente em 1563, ocasião em que matou cerca de 30 mil índios até então indenes, que não possuíam qualquer tipo de

---

<sup>561</sup> - Apesar da alteração promovida na denominação em 1883, a designação *Bexiga* permaneceu e nos serve até hoje como referência para este antigo bairro paulistano. Nesse sentido, a hipótese aqui apresentada poderia ser imputada como equivocada. Porém, esta permanência pode ter relação com um outro processo histórico ocorrido naquela região, qual seja, a da chegada, a partir dos últimos anos do século XIX, de um novo grupo de moradores: os imigrantes europeus, especialmente os italianos. Nesse caso, vale lembrar que, na língua italiana, a palavra utilizada para identificar as tão temidas *bexigas* é o termo *buttero*. Assim, reputo como inofensivo aos novos moradores a expressão *bexiga* (ou *bixiga*, como eles pronunciavam); o contrário ocorreria se o nome do bairro fosse **Buttero**.

imunidade contra a doença. De fato, frente ao horror causado pela doença que nunca tinham visto e diante da tragédia que se lhes abatera, registraram-se muitos casos de índios que “abandonavam os irmãos e companheiros atacados e fugiam espavoridos, dando grandes voltas pelas matas, para despistar o *demônio da varíola*.”<sup>563</sup>

De passagem por São Vicente em janeiro de 1565, José de Anchieta escreveria ao seu superior na Europa, o padre Lainez, e ao dar alguns detalhes sobre a mesma epidemia, deixou um relato dramático de como a doença atacava o corpo:

*“Cubre-se todo el cuerpo, de pies a cabeza, de una lepra mortal que parece cuero de caçon y ocupa luego la garganta por dentro, y la lengua, de manera que com mucha dificultad se puede confesar, y en tres o quatro dias muere. Quebra-se les la carne, pedaço a pedaço com tanta podredumbre de materia que salle dellos un terrible hedor, de manera que acuendele las moscas, como a carne muerta y pudrida y sobre ellos y les ponen gusanos que sino les socorriessem vivos los comerian”*<sup>564</sup>

Desde então, as bexigas não mais deixaram de “visitar” o Brasil e, utilizando os dados apresentados por Lycurgo dos Santos Filho<sup>565</sup>, foi possível elaborar um quadro onde apontamos as maiores epidemias até finais do século XVIII:

Ano	Região atingida
-----	-----------------

562 - A. C., sessão do dia 29/04/1564.

563 - Santos Filho, 1991, op. cit., p. 157 e 158.

564 - Citado o trecho no original conf. Taunay, Afonso de E.; *São Paulo no século XVI*, p. 111. Entretanto, a carta de Anchieta traz ainda muitos outros detalhes, conforme pode ser visto na tradução portuguesa: (...) “Depois que eu vim de minha peregrinação há Nosso Senhor visitado e castigado esta terra com muitas enfermidades, de que há morto grande parte dos escravos (...) Dos meninos inocentes se há enviado uma boa copia deles á gloria com estas enfermidades. Louvores ao Senhor de que todos tem tanto cuidado. (...) A principal destas doenças hão sido varíolas, as quais ainda brandas e com as costumadas que não tem perigo e facilmente saram; mas há outras que é cousa terrível: cobre-se todo o corpo dos pés á cabeça de uma lepra mortal que parece couro de caçon e ocupa logo a garganta por dentro e a língua de maneira que com muita dificuldade se podem confessar e em três, quatro dias morrem; outros que vivem, mas fendendo-se todos e quebra-se-lhes a carne pedaço a pedaço com tanta podridão de matéria, que sai deles um terrível fedor, de maneira que acodem-lhe as moscas como á carne morta e apodrecida sobre eles e lhe põem gusanos que se não lhes socorressem, vivos os comeriam. Eu me achei em Piratininga um pouco de tempo, (...) ali se encruelceu muito esta enfermidade, de maneira que em breve espaço morreram muitos e a maior parte foram meninos inocentes, de que cada dia morriam três, quatro, e ás vezes mais, que para povoação tão pequena foi boa renda para Nosso Senhor; dos adultos morreram alguns (...) dava em as mulheres peçadas, e morriam elas e os filhos, os quais se batizavam (...) tive ali, como sempre, acudindo a todos, sangrando dez, doze cada dia, que esta é a melhor medicina que achamos para aquela enfermidade, (e) alguns deles, como são de baixo e rude entendimento, diziam que as sangrias os matavam, e escondiam-se de nós outros, e mandando fazer umas covas longas á maneira de sepulturas, e depois de bem quentes e com muito fogo, deixando-as cheias de brasas e atravessando paus por cima e muitas ervas, se estendiam ali tão cobertos de ar e tão vestidos como eles andam, e se assavam, os quais comumente depois morriam, e suas carnes, assim como aquele fogo exterior como o interior da febre, pareciam assadas. Três destes que achei revolvendo as casas, como sempre fazia, que se começavam a assar, e levantando-os por força do fogo, os sangrei e sararam pola boa vontade de Deus. A outros que daquele pestilencial mal estavam mui mal e esfolei partes das pernas e quasi todos os pés, cortando-lhe a pele corrupta com uma tesoura, ficando em carne viva, cousa lastimosa de ver, e lavando-lhes aquela corrupção com água quente, com o que pola bondade do Senhor sararam (...). Deste Colégio de Jesus de S. Vicente, 8 de janeiro de 1565.” ANCHIETA, José de, S.J., 1534-1597, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões / Padre Joseph de Anchieta*; R.J.: Civilização Brasileira, 1933, p. 238 a 240.

565 - Santos Filho, 1991, op. cit., p. 156 a 163

1598	Norte, especialmente Salvador e Paraíba.
1615 a 1621	Começa em Cabo Frio (R.J.) e propaga-se por todo o norte.
1641 - 1642	Norte, atingindo índios e soldados holandeses.
1650	Norte, especialmente no Brasil holandês.
1662 a 1666	Começa no Maranhão e atinge todo o litoral brasileiro
1695	Norte, atacou o Pará e Maranhão.
1705 - 1715	Pernambuco.
1720	Pará (morte de 15 mil pessoas).
1730	Maranhão.
1732 - 1733	Bahia
1743 a 1749	Belém, no Pará. Esta grande epidemia redundou na publicação, em Lisboa, do opúsculo <i>“Notícia verdadeira do terrível contágio, que desde outubro de 1748, até o mês de maio de 1749, tem reduzido a notável consternação todos os sertões, terras e cidade de Belém, e Grão Pará. Extraída das mais fidedignas memórias.”</i>
1762-63	Pará
1771	Pará e Goiás
1785-87	Maranhão
1793	Pernambuco
1799	Maranhão

Em São Paulo, e após a primeira epidemia de 1563-64, a doença não deu mais tréguas, sendo raros os períodos nos quais não foram anotados quaisquer casos. A moléstia causava pavor aos paulistas e qualquer ameaça de epidemias era motivo para que todos se pusessem em alerta para que o mal não os atingisse. Em 1665, por exemplo, um novo surto iniciado três anos antes no Maranhão já atingia a cidade de Santos. Horrorizados, os paulistanos recebiam notícias aterradoras do que estava ocorrendo naquele porto tão próximo. O primeiro alerta, dado em dezembro de 1665, redundou que, em janeiro do ano seguinte, se tentasse criar um posto de fiscalização ao pé da serra, nas proximidades de Cubatão, com o intuito de controlar o trânsito de pessoas para São Paulo. E tudo isso, diziam as autoridades, por que as bexigas eram *“um mal que se pega”*<sup>566</sup>. Em março chegaram as informações de que a epidemia continuava avassaladora, calculando-se que um terço da população santista já havia falecido do mal. Por essa época tomou-se a drástica decisão de cerrar as comunicações com o porto; uma barreira foi então criada na estrada, fechando o caminho do mar. O medo era tanto, seja do contágio, seja das pavorosas notícias sobre a epidemia que, em abril do mesmo ano, interceptou-se um mensageiro com as malas do correio (este fato, por sinal, nos faz ver que o bloqueio não era tão rígido assim). Ato contínuo, todas as cartas foram confiscadas e, sob as vistas dos vereadores, elas permaneceram depositadas na Câmara Municipal. Ao que tudo indica, a edilidade não tinha a intenção abrir as correspondências, mas vozes contrárias a esta decisão não tardaram a se fazer sentir. Grandes comerciantes com negócios pendentes em Santos e alguns padres do

<sup>566</sup> - A. C., sessões dos dias 31/12/1665 e 23/01/1666.

Convento do Carmo estavam dentre eles. Mediante essa pressão, no dia 19 de abril de 1666 procedeu-se a abertura das tais correspondências confiscadas. Nessa ocasião, grande número de pessoas dirigiu-se ao senado da Câmara para ouvir o que as cartas diziam e, horrorizados, ficaram sabendo que a epidemia de bexigas continuava grassando na vila de Santos; além disso, obteve-se a informação de que de vários comerciantes estavam se utilizando de “*paragens e caminhos ocultos*” para realizar seus negócios, não obedecendo, portanto, às ordens impostas.<sup>567</sup> Tal epidemia somente cessaria em maio de 1666 quando, então, as comunicações foram restabelecidas entre Santos e São Paulo que, por sinal, não foi atingida.

De qualquer forma, o caso do confisco das malas e das cartas merece mais algumas palavras. Em primeiro lugar é preciso dizer que este acontecimento não é novidade na história da cidade, uma vez que o episódio já foi relatado por Taunay e por Ernani da Silva Bruno, dentre outros, mas as análises produzidas por esses autores sempre foram no sentido de que este ato visava, antes de tudo, punir aqueles que ainda teimavam em se comunicar com a vila de Santos. Entretanto, penso que a questão merece ser analisada com mais profundidade. O confisco, pela Câmara das malas do correio certamente visava punir uma desobediência, mas como vimos, não era a intenção dos vereadores abrir as cartas. E se o fizeram, foi somente devido a pressões e pedidos insistentes dos destinatários que esperavam ansiosos as correspondências. E qual a razão dessa atitude, ou seja, por que não abrir as cartas? Um dado que não pode ser desconsiderado em relação às *bexigas* era justamente o seu caráter contagioso e cuja transmissão, acreditava-se, poderia se dar de modo direto ou indireto, como já mencionamos; as cartas, portanto, bem que poderiam carregar o “veneno” do mal e, daí, o medo em violá-las. Mas, outra razão existia, esta também de muita gravidade, e que dizia respeito às emoções, ou ao medo que as más notícias poderiam provocar nos indivíduos. Experimentar tais sentimentos era algo ruim, tal e qual uma influência maligna que, provocando um certo desequilíbrio, poderia facilitar (ou mesmo gerar) o aparecimento de doenças. Em outras palavras, seria o medo – ele próprio – um fator que desencadearia o mal e, por conseguinte, a morte. A esse respeito, vale citar as palavras esclarecedoras de Sournia e Ruffie (1986) que, ao tratarem dessa mesma questão, lembraram sobre “*a importância mental do pânico, pois até meados do século XIX, na Europa, discutia-se o medo como causa possível da doença e da morte.*”<sup>568</sup>

Nada de muito diferente ocorria no Brasil e, para isso, basta lembrarmos das “afecções da alma” citadas por Langaard páginas atrás ou, ainda, de alguns dos conselhos sugeridos pelos médicos acadêmicos quando da eclosão de epidemias. Em 1855, por

---

567 - A. C., sessão do dia 19/04/1666.

exemplo, a Comissão Central de Saúde Pública do Rio de Janeiro incluía entre os “preceitos higiênicos” contra o cólera a seguinte indicação:

“As contrariedades do espírito, os temores exagerados da epidemia, as precauções excessivas contra esta são tão prejudiciais quanto a coragem, a confiança e a tranqüilidade são disposições morais favoráveis para preservar-se dela (...)”<sup>569</sup>

Anos depois, e por ocasião de uma nova ameaça de cólera, a Junta Central de Higiene Pública, prescreveu dezesseis “cautelmas” contra o flagelo e, dentre elas, a de nº 12 dizia que era preciso:

“Fugir de todas as causas que possam excitar paixões vivas ou deprimentes, desterrar do espírito o temor exagerado da epidemia, e não empregar contra esta excesso nas precauções, porque tudo isto pode ser tão prejudicial quanto a coragem, a confiança e a tranqüilidade são disposições favoráveis para arredar ou atenuar o ímpeto da epidemia.”<sup>570</sup> (meu destaque)

Assim, aquele caso ocorrido em São Paulo em 1666 com a interceptação das cartas vindas de Santos, bem poderia ser visto sob esse prisma, ou seja, o isolamento da comunidade deveria ser total, inclusive evitando-se as notícias que pudessem causar pânico: não saber da situação pavorosa que ocorria em outra cidade era, também, uma medida de precaução, útil para salvaguardar os paulistanos da doença ou, em última análise, seria esta uma ação visando a saúde da população.

Para esclarecer ainda mais este processo (tirando-lhe, portanto, o caráter de mera ação punitiva contra comerciantes e outros mais) e tentando uma aproximação com os seus outros significados, temos um relato bastante elucidativo do então físico mor da Capitania de São Paulo, o médico Mariano José de Amaral que, em 1803, analisava a ocorrência de mais um dos vários surtos epidêmicos de *bexigas* na cidade. Disse ele na ocasião que:

“... tem durado semelhante contágio três meses. Do que parece se deve concluir que o terror pânico e a forte impressão que nos ânimos dos habitantes deste país [São Paulo] faz o contágio varioloso, contribui não pouco para o funesto êxito de tão mortífera doença (...)”<sup>571</sup> (meus destaques)

---

568 - Sournia e Ruffie (1986) op. cit. p. 153.

569 - “Conselhos ao povo sobre os preceitos higiênicos que deve guardar no curso da epidemia de cólera-morbus”, Papéis Avulsos do A.H.M, vol 172, ano de 1855, documentos de nºs. 227 a 231. A cidade de São Paulo não foi atingida por esta epidemia de cólera; mas diante da ameaça, o então vereador Gabriel José Rodrigues dos Santos logo sugeriu, dentre outras medidas, que “se proibisse a abertura das malas do correio em Santos, ou a remessa das mesmas para São Paulo.” A. C., sessão do dia 20/09/1855.

570 - “Cautelmas contra o flagelo da cólera-morbus”, Papéis Avulsos do A.H.M, vol 224, ano de 1867, documento nº 257.

571 - Ofício do médico Mariano José do Amaral endereçado ao governador Antonio José da Franca e Horta e assinado aos 10/06/1803. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 95, p. 89.

Apesar de não ser atingida pela epidemia de 1666, as ameaças não deram tréguas e, como poderá ser visto a seguir a partir de um quadro preparado para o século XVIII, em várias oportunidades os paulistanos não foram poupados do terrível mal das bexigas:

**Ano: Questões anotadas:**

- 1702** Epidemia; a Câmara Municipal permaneceu fechada durante meses, *“por causa da peste das bexigas”*.
- 1722** Apreensão devido à chegada de levas de africanos, estes tidos como perigosos transmissores da doença. Nomeou-se um médico para examinar os escravos; um pequeno surto foi anotado.
- 1723** Epidemia; as autoridades entenderam que o mal tivera início com a chegada de *“alguns negros novos sem lhes fazer o exame necessário”* e, por isso, ordenaram que *“nenhuma pessoa de qualquer estado, e condição que seja, que vier de portos de mar, e trouxer negros novos, não entrem com eles na cidade.”*
- 1724** Em março surgem rumores sobre a doença; em abril irrompe a epidemia; no dia 23 de abril, o juiz Pedro Taques Pires foi o único presente na reunião da Câmara, pois os demais vereadores *“estavam ausentes com receio das bexigas”*. A coragem do edil lhe trouxe conseqüências: poucos dias depois ele próprio caía doente, vindo a se restabelecer um mês depois; em junho anotou-se que os vereadores estavam ainda *“ausentes por causa do contágio das bexigas”*. A epidemia leva as autoridades a criarem um isolamento para os doentes de varíola.
- 1727** Novo receio de epidemia; repete-se o edital para que na cidade *“não entre pessoa alguma, de qualquer qualidade ou condição, seja trazendo negros escravos tanto para vender como para seu serviço, vindo do caminho do Cubatão do mar ou do caminho de Parati”* sem que antes fossem examinados pelo médico.
- 1729** Abriu-se uma nova frente de ameaça através do intenso trânsito entre São Paulo e as recém descobertas “Minas de Goiás”. Um novo edital dispunha que *“Como de ordinário nos anos passados causou notável prejuízo, perda e dano a esta cidade e seus moradores o contágio das bexigas, e porquanto com a nova freguesia das minas dos goiases se vem freqüentando a muita quantidade de negros novos para esta cidade, e estes de ordinário costumam sempre trazer vários contágios de doenças...”* deliberou-se novamente estabelecer a quarentena num local distante da cidade chamado “moinho velho”. Além disso, determinou-se *“debaixo das penas a todos os médicos, cirurgiões e barbeiros (que) não curem nem sangrem a pessoa alguma do dito mal sem primeiro dar parte (...) e assim mais as pessoas que tiverem em suas casas pessoas que tenham o dito mal...”*, pois deveriam imediatamente avisar as autoridades.
- 1730** Grande epidemia; um abaixo assinado informava que *“Em 9 de julho de 1730 entrou nesta cidade o pestífero contágio de bixigas que não só tem infestado a toda esta cidade como também além dos horríveis efeitos que tem resultado, tem despojado considerável parte deste povo...”*. Uma nova ordem estabeleceu, para os escravos recém chegados, dois diferentes locais para quarentena: *“no ribeiro Lavapés para aqueles que vierem da vila de Santos, e para os que vierem de Parati ou minas gerais, no ribeiro chamado de Santo Antonio.”*
- 1732** Ocorre um pequeno surto; uma nova ordem foi emitida: ninguém deveria manter bexiguentos em casa; os doentes deveriam ser enviados para longe da cidade. Estabelecia-se também que, nas casas em que tivessem ocorrido casos de varíola *“ainda que passados seis meses e mais tempos”*, as mesmas fossem *“muito bem limpas e fumadas por dentro com bosta de gado e depois de muito bem basculhadas,”* os lixos deveriam ser queimados e não postos *“nas ruas e becos da cidade em que costumam.”* Mais ainda, estas casas deveriam ser rebocadas com *“Tabatinga por fora e por dentro”*, deixando-as *“abertas por alguns dias para que corrompa o ar algum fétido ou resquício que houver nas tais casas”*
- 1735** Pela nova ocorrência da doença, os vereadores passaram um edital para que *“nenhuma pessoa que não fosse ocupado em curar os feridos da bexiga não entrassem na casa onde se curam os empestados desse contágio e outrossim não fizessem enterros públicos dos que morrem do dito contágio, por evitar a multiplicação da peste, e que serão os tais defuntos enterrados de noite, com licença do Juiz Ordinário.”*
- 1741** Anotado um pequeno surto.
- 1742** Nova ameaça: as autoridades restabelecem a quarentena.
- 1744** Anotado um pequeno surto; a Sra. Josefa Dávila é levada presa sob a acusação de *“estar tratando de bexiguentos ocultamente em sua casa.”*
- 1761** Grande epidemia; a cidade permanece quase que vazia pela fuga da população para o interior; uma grande autoridade (o juiz ordinário e capitão mor) também foge.

- 1768 Epidemia; apesar de não citada qual seria a doença, tudo leva a crer que tratou-se de varíola; na vereança do dia 09/02/1768, solicitou-se ao Bispo a vinda da imagem de N. Sra. da Penha *"para se lhe fazer preces e novena, e procissão no fim para por sua intercessão alcançar de Deus Nosso Senhor o remédio de aplacar as moléstias de doenças que nesta cidade, e suas vilas vão cada vez em aumento"*
- 1775 Grande epidemia; para combater o terrível mal, o capitão general Martim Lopes determinou que, além das preces públicas, a Deus e a muitos santos, decidira lançar mão de todos os meios possíveis para debelar a peste e, por isso, fizera girar pelas ruas da cidade numerosos rebanhos de bois e carneiros para atrair sobre os animais a força da peste, e desviá-la dos humanos; mandara queimar também no hospital *"grande copia de perfumes"* (já citado na 1ª parte).
- 1780 Epidemia; novamente não citada a doença, mas provavelmente era a varíola; no dia 11/03/1780 *"se laorou um edital para todos os moradores irem aos pés de N. Sra. da Penha que hão de entrar nesta cidade no dia domingo doze do corrente mês para aplacar a grande epidemia de moléstia que está na cidade"*
- 1784 Novo surto da doença; os vereadores passam um edital *"... para que toda a pessoa que tiver bexigas nesta cidade dentro do termo de vinte e quatro horas os ponham para fora desta cidade e seus arrabaldes, e das estradas públicas de saídas e entradas, debaixo da pena de seis mil réis de condenação e trinta dias de cadeia, e todo o oficial de justiça que souber e não der parte ficará suspenso do seu officio..."*
- 1790 Grande epidemia; muitos moradores fogem da cidade. Em dezembro, como os casos estavam diminuindo, várias pessoas retornam. Porém, alertou o então governador Bernardo José de Lorena, que *"Achando-se quase extinta a epidemia das bexigas, que tem causado nesta cidade os estragos que são notórios, principiou a concorrer para a mesma a gente que se achava retirada por este motivo, e como o mal não estava de todo extinto, tenho certeza de que vai grassando outra vez com força."* Nesse sentido, ordenou o mesmo governador que se realizassem cuidadosos exames *"... dos doentes de bixigas, e sem demora os façam sair logo da cidade (...) pois que a condescendência em semelhante ponto tem mostrado a experiência ser bem funesta..."*. Por fim, completava com extrema clareza o governador aos vereadores: *"om.ces farão despejar as casas de julgarem precisas para os doentes, e se em algum ponto destes lhes faltar a jurisdição, eu lha concedo por esta carta."*
- 1798 Grande epidemia; foi determinado que *"não enterrem dentro da cidade os mortos de bexiga falecidos no hospital interino que se nomeou fora desta cidade para a cura desta enfermidade; e (também) que fosse ordem ao dito hospital para que os cadáveres fossem sepultados na capela do Ó."*<sup>572</sup>

Apesar de rápida, esta cronologia sobre a varíola em São Paulo no século XVIII traz

algumas questões relevantes. A primeira delas a chamar nossa atenção é a vinculação que se fazia entre as epidemias e o tráfico negreiro. Havia mesmo um consenso na época de que os *negros novos*, recém-chegados da África, seriam os mais perigosos. Segundo Chalhoub (1996) estudos mais recentes demonstram a validade dessa observação sob o argumento de que um aumento do contingente de africanos sujeitos ao comércio negreiro coincidia com períodos de grandes secas em determinadas regiões da África; estes, por sua vez, já debilitados pela fome, por exemplo, seriam presas fáceis da doença que, mais tarde, seria transmitida no Brasil.<sup>573</sup> Além disso, sabe-se hoje que determinados grupos, como os negros, por exemplo, são mais sensíveis às doenças que se manifestam na pele como a varíola, possuindo certa resistência natural a outros males como as febres.<sup>574</sup> Longa

572 - Na elaboração deste quadro foram utilizadas as seguintes fontes: A. C. sessões dos dias 08/09/1702, 14/02/1722, 29/03/1723; 26/03, 23/04 e 20/05/1724; 23/07/1735, 13/01/1742, 09/02/1768, 11/03/1780, 10/07/1784 e Vol. XX, pgs. 139 e 140; Ordens Régias: nº 226 de 01/02/1727, In: Revista do Arquivo Municipal - vol. XXIX, 1936, p. 127; idem nº 03 de 02/12/1730, R.A.M, vol. XL, 1937, p. 124; idem nº 23 de 28/01/1732, R.A.M, vol. XLII 1937, p. 215; Arquivo Histórico Municipal, Fundo CMSP, Grupo Conselho de Vereadores, Correspondência (abaixo assinado); Documentos Interessantes para a história e costumes de S.P., vol. XLVI, 1924, p. 146.

573 - Chalhoub, op. cit., p. 108 a 110. A respeito do tráfico e das doenças que mais atingiam os cativos veja Rodrigues, Jaime; De Costa a Costa - Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860); S.P.: Cia das Letras, 2005, especialmente o Capítulo "Saúde e artes de curar".

574 - Trata-se aqui de uma pré-disposição de determinados grupos para certas doenças. A esse respeito veja o

experiência, portanto, tinham os africanos com o mal das *bexigas* e, como consequência, desenvolveram eles várias práticas e ritos de curas para atalhar o mal. Uma delas, em especial, nos interessa nesse momento e isso pela sua relação com a cidade de São Paulo. Começamos com um relato de Sérgio Buarque de Holanda que nos fala a respeito da “misteriosa afinidade que no espírito dos antigos paulistas parecia associar freqüentemente a baeta vermelha a determinadas moléstias, sobretudo moléstias contagiosas, pois pendurada, por exemplo, à porta de uma casa, servia para anunciar a presença de bexiguentos, e empregadas em cueiros e cobertores fazia sair a doença, mormente quando se tratasse de escarlatina ou de sarampo.”<sup>575</sup> Ora, qual a relação entre a cor vermelha e as doenças e, no nosso caso específico, com a varíola? Mais ainda, quais as referências para um entendimento de que esta cor ajudava na cura? Apesar de Holanda não identificar a origem de tal costume, estudos mais recentes são capazes de nos fornecer algumas pistas. Seguirei uma delas com apoio nas obras de Sidney Chalhoub e de Jaime Rodrigues.<sup>576</sup>

Não obstante as imensas dificuldades impostas ao trabalho de identificar os grupos étnicos a que pertenciam os escravos paulistanos<sup>577</sup>, estudos mais recentes, como os da historiadora Regiane Augusto de Mattos, tem buscado lançar alguma luz neste problema.<sup>578</sup> Utilizando livros de batismo e de óbitos das paróquias paulistanas entre 1808 e 1850, a autora identifica que cerca de 5% dos cativos registrados em São Paulo foram classificados como *mina* ou da *costa ocidental*.<sup>579</sup> Rodrigues já nos mostrou que entre os profissionais de saúde embarcados nos navios negreiros, os identificados como *minas* eram

---

estudo de Sournia e Ruffie (1984), especialmente os capítulos III “Poliformismo genético e doenças” e IV “A etiologia multifatorial dos caracteres normais e patogênicos”.

575 - **Holanda**, Sérgio Buarque de; *Monções*; R.J.: Casa do Estudante, 1945, p. 117 e 118.

576 - Seguirei aqui num diálogo com Jaime Rodrigues (2005), especialmente a partir do capítulo 8 “Saúde e artes de curar” p. 252 e seguintes e com Sidney Chalhoub (1996), a partir do capítulo “Raízes culturais negras da tradição vacinophóbica”, p. 134 e seguintes.

577 - Lembra-nos **Rodrigues** (2005) op. cit., p. 311, que os cativos desembarcados no Rio de Janeiro eram identificados como benguelas, cabindas e minas mais em referência ao porto de embarque ou regiões litorâneas da África do que à etnia, posto que muitos vinham também de regiões não especificadas do interior.

578 - **Mattos**, Regiane Augusto de; *A população africana e suas formas de organização social na cidade de São Paulo (1808-1850)*; In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 2004. Da mesma autora veja também: *Os grupos étnicos africanos e suas formas de organização social na cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX*; XXIII Simpósio Nacional ANPUH, Universidade Estadual de Londrina, 2005.

579 - **Mattos**, (2005) op. cit. Apesar da autora ressaltar que estes são dados ainda preliminares, a partir dos registros de batismo foi possível identificar a origem de 971 escravos paulistanos na primeira metade do século XIX assim divididos: 366 (ou 37,70%) foram citados como “da Guiné”; 224 (23,06%) foram chamados genericamente como “da África”; 150 (15,45%) eram “da Costa”, sendo que outros 68 (7%) foram descritos como “da Costa da África”; 66 (6,80%) foram classificados como do “Centro Oeste”, expressão que abrange os termos angola, cabinda, cassange, congo, munjolo e rebolo; os “Ocidentais” perfaziam um total de 51 pessoas (5,25%), que abrangiam os *minas*; 32 (3,29%) eram da “Costa da Guiné”, sendo que apenas 14 (1,45%) eram da África Oriental, expressão esta que abrange o termo Moçambique.

a maioria entre os sangradores.<sup>580</sup> Chalhoub, por sua vez, nos fala sobre a influência religiosa desses povos no Rio de Janeiro, não obstante a sua pequena presença numérica, cerca de 6,5% do total de africanos.<sup>581</sup>

Em São Paulo, por sua vez, e não obstante a semelhança entre os números apresentados para a corte, sabemos que ficou marcado na rede urbana o já citado *Beco dos Minas*, num raríssimo exemplo de topônimo desse tipo na cidade. Este fato, por sua vez, nos sugere que ou a presença desse povo era bem maior do que as estatísticas nos apresentam ou, como no caso do Rio de Janeiro, que sua influência (na religião e nas artes de curar, por exemplo) fossem inversamente desproporcional ao seu número. De toda forma, devemos ainda lembrar que, dentre as quitadeiras paulistanas, as *pretas minas* sobrepujavam as demais. Não obstante as quantificações apresentadas, tudo leva a crer, portanto, que o número deles, vindos da África ocidental, não seria nada desprezível na cidade. E é justamente dentre esses povos que encontramos a crença de que a doença nunca era algo natural, posto que sempre provocadas por forças sobre-humanas, evocadas por feiticeiros ou causadas por ofensas a divindades. A cura, nesse sentido, seria prioritariamente ritual.

O orixá da varíola era Omolu (ou Soponna, Obaluaiê, Xapanã e Sapata, conforme a região da África onde eram cultuados) que, se ofendido, poderia trazer a doença. Mas, também, somente ele é poderia curar ou, em outras palavras, da própria fonte do flagelo é que surgiria a possibilidade da purificação e da cura. Conforme Chalhoub “certas divindades possuíam o poder de causar determinada doença e o de controlar seus efeitos” – o chamado *controle dual*.

Entre os povos do Daomé e da África central, havia ainda a crença de que numa epidemia de varíola, toda a comunidade precisava ser purificada e não apenas indivíduos isoladamente. Quando da ocorrência de epidemias entre os bakongos, por exemplo, o sacerdote se empenhava em preparar e evocar o *nkisi* (que poderia ser um objeto ou uma preparação mágica) que seria utilizado para purificar toda a comunidade. Força “proveniente da terra invisível dos mortos” o *nkisi* poderia se submeter ao controle dos vivos, para ajudá-los, desde que obedecidos alguns rituais. No *nkisi*, explica Chalhoub, “predomina a cor vermelha, e um dos saquinhos é feito de fibras de ráfia, detalhes que lembram imediatamente objetos e rituais dedicados a Omolu no candomblé.”

---

580 - Rodrigues (2005) p. 275.

581 - Chalhoub (1996), p. 139 e 140.

E eis que essa tradição pode nos encaminhar para a “misteriosa afinidade dos antigos paulistas” com as *baetas vermelhas* que, pregadas à porta das casas, não apenas denunciavam o mal ali existente como explicou Sérgio Buarque de Holanda senão, também, serviam como remédio para os afetados de varíola. Esta hipótese, por sinal, ganha relevância com a descrição que o mesmo autor faz logo em seguida, ou seja, a de que tecidos (ou baetas) na mesma cor vermelha eram os preferidos para as roupas de crianças doentes: acreditava-se que cobertores e cueiros vermelhos, vale repetir, *faziam sair a doença*, numa clara alusão aos ritos de origem africana, estes bem explicados por Rodrigues e Chalhoub.<sup>582</sup>

---

582 - Não obstante a análise, bem como o caminho aqui escolhido, vale lembrar que a cor vermelha possuía significados mágicos em diversas culturas. Pela lembrança com o fogo e o sangue, associava-se esta cor à força e ao poder. Entre os alquimistas, explica-nos Israel Pedrosa, esta era “a cor do fogo central que anima o gênero humano e a terra. Estava ligada ao centro onde se operam a digestão e o amadurecimento, a regeneração do ser (...) era a cor da alma, da libido e do coração”, associando-se também ao princípio da vida. Veja: **Pedrosa**, Israel; *Da cor à cor inexistente*; R.J.: Leo Christiano Editorial Ltda., 2002, especialmente os capítulos “Utilização mística e simbólica” (P. 99-103) que traz o subtítulo “A cor nos cultos afro-brasileiros” (p. 102 e 103) e “Cores” (p. 107-119). Gilberto Freyre, por sua vez, atribuiu o uso freqüente do vermelho entre os brasileiros como “um caso típico das três influências – a ameríndia, a portuguesa e a africana – que aparecem reunidas numa só, sem antagonismos nem atrito”, conforme suas palavras. Para os índios, esta cor (quando aplicada ao corpo) desempenhava “uma função puramente mística, de profilaxia contra os espíritos maus (...) E como profilaxia, era o encarnado cor poderosíssima (...)”. Freyre lembra ainda que, junto aos portugueses, a mística do vermelho teria sido comunicada através dos mouros e pelos negros africanos; “e tão intensamente que em Portugal o vermelho domina como em nenhum país da Europa (...) Vermelho deve ser o teto das casas para proteger quem mora debaixo dele,” como expressa uma antiga quadra: “As telhas do teu tellhado / São vermelhas, tem virtude: / Passei por elas doente, / Logo me deram saúde.” E, numa relação direta com a nossa análise, completou: “Nos africanos, encontra-se a mística do vermelho associada às principis cerimônias da vida, ao que parece com o mesmo caráter profilático que entre os ameríndios. Nos vários xangôs e seitas africanas (...) é o vermelho a cor que prevalece (...)”. Veja: **Freyre**, Gilberto; *Casa-Grande & Senzala*; S.P.: Livraria José Olympio Editora, 1950; p. 235 a 243.



**Fig. 36**

Antiga Rua do Quartel, hoje não mais existente, em foto tomada na direção do *Largo da Cadeia*, atual Praça Dr. João Mendes, por volta de 1860. Esta rua estava há poucos metros do *Beco dos Minas*, tradicional reduto dos negros em São Paulo, motivo pelo qual os vemos nesta foto. No alto, a igreja de Nossa Sra. dos Remédios (já demolida) e, à direita, um quarteirão também desaparecido, incorporado que foi à atual Praça da Sé.

Voltemos à cronologia da varíola. Um outro ponto a ser destacado é a fuga dos moradores quando da eclosão de epidemias mais agudas. Costume este adotado no mundo ocidental desde a antiguidade, sabe-se em detalhes sobre a sua ocorrência especialmente na Europa durante o período medieval. Para o caso de São Paulo já no século XVIII, o ato de se evadir pode ser analisado sob dois prismas; o primeiro deles seria o do compreensível medo do contágio, pois assim guardar-se-ia uma certa distância daqueles já atacados pela moléstia; em segundo lugar – mas não menos importante – era o caráter sobre humano imputado às doenças e, em especial, às epidemias. Nesse sentido, a fuga individual, ou coletiva como muitas vezes foi anotada, teria o sentido de se tentar escapar da fúria ou do castigo divino que pairava por sobre a cidade. O que importa dizer, nesse caso, é que esta fuga voluntária era muito diferente das *quarentenas* ou, principalmente, dos *isolamentos* impostos nas mesmas épocas. Geralmente aplicados aos escravos (*quarentenas*) e ao povo comum da cidade (os *isolamentos*), essas medidas causavam um verdadeiro terror, pois significava um duplo castigo: o primeiro era a

doença em si, o segundo era o exílio forçado em retiros afastados da cidade. Decorrente dessa angústia, era o fato de algumas famílias esconderem seus doentes tratando-os em casa, o que, por vezes, era denunciado. Em 1851, por exemplo, a parteira Francisco Araújo foi acusada de dar abrigo “*a dois africanos afetados com o mal de bexigas*”; já em outra casa no Largo de São Francisco uma família dava abrigo a “*um moço vindo da corte*” com o mesmo mal.<sup>583</sup> Entretanto muitos outros doentes, geralmente indigentes ou muito pobres, nem com esta solução poderiam contar, o que os obrigava permanecer escondidos nos arredores da cidade. Outros ainda, valendo-se de uma rede de solidariedade entre vendedores e pequenos comerciantes, esgueiravam-se por entre as pilastras do mercado central da rua 25 de Março e, à noitinha, sempre conseguiam a ajuda de algum amigo que lhes garantiriam um teto nos *quartinhos* ali existentes, e onde dormiriam.<sup>584</sup>

O horror diante da varíola independia de classes e extrapolava condições. Na epidemia de 1730, por exemplo, uma das primeiras vítimas foi o padre Antonio Pires da Rocha que, caindo doente, morreu 36 horas depois. Em tais momentos, regras eram quebradas e no caso deste padre, ninguém quis dele se aproximar, motivo pelo qual faleceu “*sem sacramento algum*”, e isso para escândalo de alguns moradores que, inclusive, denunciaram o fato aos vereadores e exigiram providências a respeito.<sup>585</sup>

E as epidemias de bexiga não mais deixaram a capital anotando-se, em 1804, um novo surto. Este, por sinal, foi muito bem documentado e nos chega hoje como um dos raros exemplos de como se dava a introdução da doença na cidade, bem como a sua propagação dentre a população. Aliás, esses registros apenas existem porque a morte atingiu pessoas de certa influência, o que redundou num processo, interrogatórios e conseqüente defesa dos envolvidos, inclusive a do físico mor Mariano José do Amaral, que se resguardou por escrito das acusações que lhes foram imputadas por negligência. Mas, menos pelo imbróglio, o caso traz pistas importantes sobre o início e a disseminação do mal, sugerindo-nos um caminho para a doença na cidade.

Segundo o médico Mariano, o caso teve início em setembro de 1804, ocasião em que chegava à cidade um grande negociante de escravos, este identificado apenas como sendo natural de Sorocaba e tendo, mais ou menos, trinta anos de idade. Procedente do Rio de Janeiro com uma leva de africanos, estes permaneceram em quarentena na cidade de Santos. O negociante, entretanto, “*imprudentemente subiu*” a São Paulo e hospedou-se na

---

583 - Coleção Papéis Avulsos do A.H.M., 1855, Vol. 157, documento nº 141.

584 - A. C., sessões dos dias 28/07/1876, p. 68, e 10/08/1876, p. 77.

585 - A.H.M., Fundo CMSP, Conselho de Vereadores, Correspondência (abaixo assinado) de 1730.

casa do também comerciante Antonio Gomes de Castro.<sup>586</sup> Na noite do mesmo dia em que chegou, o negociante de escravos começou a sentir certos incômodos de saúde, ocasião em que seu amigo Antonio Gomes aplicou-lhes os primeiros remédios. O doente então “vomitou três vezes e purgando, gastou seis dias debaixo do frívolo pretexto” de que o mal seria uma simples constipação.

Na pequena São Paulo, temerosa do contágio das *bexigas*, logo o caso gerou comentários para, finalmente, transformar-se em denúncia que foi levada ao governo. O físico mor foi então chamado a dar sua opinião, mas não realizando a visita pessoalmente, incumbiu a um cirurgião espanhol, João Paes Lima da Motta (ou João Paulino da Motta), para um exame do doente. Sob os protestos de Antonio Gomes de Castro, o cirurgião “anunciou serem bexigas” os males sofridos pelo enfermo e, por isso, já no dia 29 de setembro de 1804, ele era encaminhado para o *Hospital dos bexiguentos* – este recém-instalado no bairro do Pari e que antes, como vimos, ficara por um bom tempo na chácara da Samambaia, no bairro do Bexiga. Visitando-o, o médico Mariano José de Camargo relatou que achara o paciente ...

“... com bexigas abatidas no centro, a maior parte confluentes, exceto no rosto, onde cada vesícula tinha seu centro próprio e igualmente abatido; estava justamente no sétimo dia de moléstia: o prognóstico era funesto, já pela demora daquela matéria exantemática, já pela direção primeira, e em consequência pelo abatimento de todo o sistema. E com efeito, faleceu no dia 16 de outubro (...), tendo ainda assim resistido alguma coisa por lhe sobrevirem tumores críticos, dos quais alguns retrocedendo para o interno, produziram diarreia, inflamação e gangrena.”<sup>587</sup> (meu destaque)

Interessante notar, nas linhas finais deste documento (as quais sublinhei) a concepção médica dos humores já referida páginas atrás, ou seja, os tumores (bexigas) que retrocederam e, no interior do organismo, acabaram por produzir diarreia, inflamação e gangrena.

De qualquer forma, a morte deste negociante de escravos, ocorrida no dia 16 de outubro de 1804, não teve maiores repercussões, mas tudo indica ter sido ele o introdutor do surto naquele ano e que, por alguns meses, ainda se faria presente na cidade. E tanto isso pode ser comprovado que, a 13 de outubro, dava entrada no mesmo hospital dos bexiguentos o relojoeiro Jerônimo José de Freitas, “de idade de 20 anos pouco mais, pouco menos”, também hóspede na casa de Antonio Gomes de Castro e que, por isso mesmo,

---

<sup>586</sup> - Ofício do físico mor Mariano José do Amaral ao governador Antonio José da Franca e Horta, Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 95, p. 202 e 203. Ao que tudo indica, a residência de Antonio Gomes de Castro era, na verdade, uma pensão, pois muitas outras pessoas estavam ali hospedadas, inclusive uma jovem meretriz.

<sup>587</sup> - Ofício do físico mor Mariano José do Amaral, idem, ibidem.

havia entrado em contato com o primeiro doente.

Ainda na casa de Antonio Gomes, caíram enfermos um escravo e um ajudante de cirurgia da Legião de Voluntários Reais que para lá fora auxiliar os doentes. A quinta pessoa que adoeceu foi uma *“meretriz de idade pouco mais de dezoito para dezenove anos”* que, nas palavras do médico Mariano José do Amaral, *“seja pelo desprezo que fez da doença, supondo-se constipada, seja pela pobreza em que se achava, veio para o Hospital no dia 30 de novembro, podendo-se dizer quase morta (...) falecendo daí a três dias.”*<sup>588</sup>

Conforme relatava o médico, o mal *“comunicou-se”* de uma a outra pessoa, sempre a partir do primeiro doente. De fato, aqui ficava explícito o caráter dessa doença, ou seja, sabia-se que ela era contagiosa. Nesse sentido, o documento de Mariano José do Amaral ganha relevância, pois nos dá um claro exemplo da ação médica baseada na teoria do contágio: *“o paciente era imediatamente inserido em sua rede de relações pessoais, e essa rede era exatamente a hipótese de encadeamento epidemiológico que cabia investigar.”*<sup>589</sup>

Prosseguindo ainda em suas explicações, o físico mor dizia que, por conta da estadia dos doentes no hospital, dois outros escravos que lá estavam também contraíram o mal, sendo que um deles faleceu. Por fim, e no balanço que fez, o médico concluiu que sete pessoas foram tratadas de bexigas no estabelecimento sob sua direção; três sobreviveram (o escravo de Antonio Gomes de Castro, um dos escravos do hospital e o ajudante de cirurgia da Legião de Voluntários Reais) e quatro morreram. Entretanto, estas não foram as únicas pessoas que contraíram o mal, admitindo o mesmo Mariano que a epidemia *“reinou na cidade”* de setembro a dezembro de 1804; os casos por ele relatados referiam-se apenas aos que deram entrada no hospital, fazendo-nos supor que muitos outros ocorreram sem que nem mesmo ele soubesse, pois era comum o fato das famílias tratarem de seus doentes em casa, às escondidas.

De qualquer forma, dentre os falecidos no hospital estava o relojoeiro Jerônimo José de Castro, hóspede e amigo de Antonio Gomes de Castro. Pois bem, esta morte (a do relojoeiro) foi a que desencadeou uma série de comentários na cidade. Bastante contrariado com tal acontecimento, Antonio Gomes passou a criticar publicamente o físico mor Mariano José do Amaral por negligência, imputando a ele a culpa pelo falecimento de Jerônimo. Tais comentários logo se transformaram em calúnias e ameaças de ambas as partes. Tal situação, por fim, redundou num processo cuja investigação foi levada a efeito

---

588 - Idem, *ibidem*.

589 - Chalhoub (1996) p. 174

pelo próprio governador Franca e Horta.<sup>590</sup>

Apesar de rico em detalhes, separamos deste inquérito apenas algumas partes mais esclarecedoras, ou aquelas que nos informam a respeito dos métodos curativos que então se aplicavam a pacientes com varíola, bem como o procedimento dos médicos e de outras pessoas envolvidas. Nesse sentido, uma primeira questão que merece ser trazida é o distanciamento do principal médico da cidade (o físico mor) em relação aos doentes; este apenas estava a avaliar a situação, e após diagnosticar o mal, deixava todo o tratamento nas mãos de cirurgiões e aprendizes.<sup>591</sup> Assim, no caso de Jerônimo, todos os remédios foram receitados e em parte aplicados pelo cirurgião João Paes Lino da Motta que, em seu trabalho, era auxiliado por um ajudante de cirurgia e também por uma mulher assalariada (ao que tudo indica funcionária do mesmo hospital). Ocorre que espalhou-se pela cidade que o paciente Jerônimo estava se recuperando muito bem, e que sua morte fora em decorrência de “um copo de vinho”, administrado de madrugada, pelas três ou quatro horas da manhã. Questionado pelo governador se desconfiava de algo, ou de que, além do vinho, algum outro remédio havia sido fornecido ao paciente, o cirurgião respondeu que sim e acusou prontamente a mulher que lá trabalhava dizendo ser muito provável que esta tivesse lançado mão de “alguma mezinha”, pois ele sabia de sua fama como *mezinheira*.<sup>592</sup> Completou ainda o cirurgião que realmente havia notado, “casualmente, umas notas suspeitosas em uma colher de prata, e tendo perguntado a dita mulher qual era o motivo de estar assim aquela colher, ela lhe dera uma resposta insuficiente, ou totalmente arbitrária.” E nada mais.

A respeito do copo de vinho, disse o cirurgião, o mesmo fora administrado ao paciente pela mesma mulher ou pelo ajudante, confessando, porém, que ele o teria receitado porque o enfermo estava com o pulso muito abatido, o que deu motivos a mudar “*seu método curativo, deitando mão de medicamentos animantes.*” Após tomar o vinho, o doente reclamou de “*um calor excessivo, que o abrasava.*” Poucas horas depois o paciente Jerônimo falecia.

Destacado este trecho do interrogatório, chamo a atenção para a presença da mulher tida como *mezinheira* naquele hospital, fato este revelador das práticas curativas

---

590 - “Interrogatório a que procedeu o Ilmo. e Exmo. Sr. Governador e Capitão General desta capitania de S. Paulo sobre a morte do Bixiguento Jerônimo José de Freitas.”; Documentos Interessantes, vol. 95, p.159 a 164.

591 - Até princípios do século XIX, denominavam-se **físicos** ou **licenciados** os médicos formados em universidades; os **cirurgiões** eram práticos, ou seja, exercitaram seu ofício em hospitais ou ao lado dos físicos e por isso poderiam requerer uma carta de aprovação após um exame. Apesar da existência de cursos superiores nessa especialidade em universidades européias, os cirurgiões-licenciados foram minoria no Brasil. Como pode ser visto no topo da hierarquia estavam os físicos aos quais se seguiam os cirurgiões e, depois destes, os barbeiros, parteiras e boticários, todos com carta de aprovação, além de um sem número de “aprendizes”. Aceitos tacitamente, mas não reconhecidos legalmente, tínhamos ainda os curandeiros, os curiosos, os entendidos, mezinheiros, etc. Veja **Santos Filho** (1991) p. 63, 64 e especialmente o capítulo VII, “Físicos e cirurgiões”, p. 303 e **Soares** (2001) p. 407 a 438.

592 - Mezinha: remédio caseiro revestido, muitas vezes, de caráter mágico; chás, poções, etc., muito utilizada por curandeiros e benzedeiros. A respeito de tais práticas no Brasil veja **Soares**, Márcio de Souza; *Médicos e*

então adotadas e aceitas tacitamente, bem como a utilização de “remédios animantes” (bebidas alcoólicas) ministradas aos doentes por conta do *desequilíbrio dos humores*.<sup>593</sup> Aliás, no mesmo interrogatório, há uma menção ao médico da municipalidade, o Dr. Tomás Gonçalves Gomide, que recusou tratamento aos *bexiguentos* do hospital dizendo que de nada adiantariam seus conselhos e seus remédios, pois mesmo que com eles melhorassem, os pacientes certamente procurariam outros métodos de cura. Apesar de não dizer claramente, o médico dá a entender que seu trabalho seria perda de tempo.<sup>594</sup>

A distância dos médicos (então chamados de físicos) de seus pacientes, a presença de uma conhecida curandeira num hospital, ou o tratamento dos doentes entregue a cirurgiões e ajudantes, nos aproximam de uma realidade onde a própria concepção do trabalho médico, ou da função de um hospital, por exemplo, diferem quase que radicalmente da atualidade. Nesse caso, e como já visto anteriormente, nada estranhar a prática de outros métodos curativos para as doenças (no hospital, inclusive), uma vez que a medicina acadêmica ainda não detinha a hegemonia no campo da saúde, e isso apesar da presença de alguns médicos no governo, suas ações eram muito mais de aconselhamentos ou de assessoria em ocasiões críticas como, por exemplo, nos surtos epidêmicos.

Em relação à varíola, a doença mais temida pelos paulistanos, os médicos estavam encarregados também de realizar os testes necessários com a então recém-descoberta vacina jenneriana<sup>595</sup> e, nesse particular, tenho algo a acrescentar nas análises e discussões que se procederam sobre a introdução de tal preservativo no Brasil e, particularmente, em São Paulo.

Considerando as diferenças entre *variolização* e *vacina*,<sup>596</sup> muitos autores chegaram a um consenso de que a vacina propriamente dita (a jenneriana) foi introduzida no Brasil em 1804 por iniciativa do marechal Felisberto Caldeira Brant (marquês de Barbacena), que enviou a Lisboa sete escravos e um médico a fim de que a vacina fosse transmitida, braço a braço, até

---

*mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial*, op. cit.

<sup>593</sup> - Utilizadas constantemente na composição dos remédios, as bebidas alcoólicas – como a cachaça, principalmente – eram produtos muito procurados. A esse respeito vale lembrar que até meados do século XIX existiu, no centro da cidade, o famoso “Beco das Cachaça”, hoje trecho inicial da Rua da Quitanda, esquina com a Rua 15 de Novembro.

<sup>594</sup> - As palavras do médico foram as seguintes: ele “*não fora tratar dos bexiguentos porque mesmo que com seus remédios melhorassem, os aviariam com outros.*”

<sup>595</sup> - Acredito poder dispensar maiores informações sobre a descoberta da vacina pelo médico inglês Dr. Edward Jenner, cujas conclusões foram publicadas em 1798. Para maiores detalhes, veja **Chalhoub** (1996), especialmente o capítulo “Variolização e vacinação”, uma vez que concordo com este autor de que é realmente “*irresistível o charme pastoril*” que envolveram tais pesquisas.

<sup>596</sup> - A variolização, método antiqüíssimo, consistia em aplicar o pus das feridas diretamente de uma pessoa a outra. A vacina antivariólica (ou jeneriana), por sua vez, tinha uma etapa anterior: ela era conseguida por intermédio da inoculação em animais para, daí sim, ser retirado o material que seria aplicado nos homens. A partir dessa primeira aplicação, o pus dos vacinados davam origem a outras vacinas, reaplicadas sucessivamente, braço a braço.

a Bahia. Nessa viagem, a vacina chegaria ao Rio de Janeiro em 1804. Outros estudiosos, porém, afirmam que esta iniciativa de Caldeira Brant, apesar de meritória, não teria sido a primeira, uma vez que as vacinas já estariam em uso no Rio de Janeiro desde 1798.<sup>597</sup> Para São Paulo as datas são mais imprecisas ainda, e a sua determinação percorre um longo período, desde um impreciso final do século XVIII e até a certeza de que em 1819 já havia vacinação pública na cidade. Outros ainda estabelecem, com certa dúvida, o período entre 1805 e 1811, mas para não correr grandes riscos, a grande maioria prefere mesmo dizer que a introdução da vacina em São Paulo teria ocorrido no primeiro quartel do século XIX.<sup>598</sup>

Pouco mais, pouco menos, a simples definição de datas mais precisas talvez nem seja de muita importância, e isto se ficarmos na simples observação do fato. Porém, não é o que ocorre com a introdução da vacina jenneriana, processo este relevante para a história da medicina, para sua consolidação como portadora da cura e, ao mesmo tempo, reveladora do embate que se travou na sociedade.

Para o caso de São Paulo, analisaremos o processo inicial da introdução da vacina através da troca de correspondências entre o físico mor da capitania, Mariano José do Amaral, e o governador Franca e Horta, ocorrida entre os anos de 1803 e 1806.<sup>599</sup> Nesse caso, e ao contrário dos autores que já trataram dessa questão, marcarei uma posição pois defendo que a vacina jenneriana foi aplicada pela primeira vez em São Paulo no ano de 1803.

Antes dessa data o terreno é ainda muito nebuloso, pois vacina e variolização se confundem nas linhas dos antigos documentos. Sabe-se que o dr. Edward Jenner publicou suas conclusões sobre a vacina (cowpox) em 1798, mas seus estudos remontavam à década de 1770; antes dessa descoberta, o método utilizado era o da *variolização*, também chamado de *inoculação*. E eis aqui um grande problema, ou seja, as fontes consultadas para aquela época (finais do século XVIII) utilizam quase sempre o termo “inoculação” que, atualmente, pode causar um certo embaraço e ser entendido como vacina e não como variolização. Por outro lado, não podemos descartar totalmente a hipótese de que, num primeiro momento, a vacina também tenha recebido o nome de inoculação, e isso pela relativa semelhança entre os métodos. Vamos dar um exemplo desse problema: no dia 01/12/1798, o então governador da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Melo

---

<sup>597</sup> - Veja **Chalhoub** (1996) p. 107, **Fernandes** (1999) p. 32, **Rodrigues** (2005) p. 286. Como contraponto, veja **Santos Filho** (1991) p. 270 a 271, que afirma ter sido a vacina introduzida no Brasil já em 1798 e aplicada pelo cirurgião mor Francisco Mendes Ribeiro. Este autor teve como fonte a obra de Alfredo Piragibe, “*A primeira página da história da vaccina no Brasil*” (R.J. 1881), sem levar em conta as críticas de José Fazenda Vieira, “*Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*” (R.J. 1924), que afirmou ser apenas variolização o método aplicado no país em 1798.

<sup>598</sup> - **Farina** (1981) p. 54, **Teixeira e Almeida** (2003) p. 475 a 498, **Bruno** (1984) p. 330, 344, 347 e 348, **Santos Filho** (1991) p. 272.

<sup>599</sup> - Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 95, especialmente p. 88, 89 e de 200 a 204.

Castro e Mendonça<sup>600</sup>, dirigiu uma mensagem à Câmara de Santos em que tratava da mais recente epidemia de varíola e nela ele citaria que ...

“... o sistema da **inoculação** era aqui mais conveniente que em qualquer outra parte; **a nossa corte e toda a Europa o tem adotado**, mas é preciso que os homens primeiro se desabusem, ou que algum bom cidadão, com seu exemplo, faça conhecer a vantagem que dela resulta e felicite assim a raça vindoura.”<sup>601</sup> (meus destaques)

Estaria o governador falando de variolização ou da vacina jenneriana? Pela proximidade de datas entre esta carta e a descoberta de Jenner, poderíamos supor que se tratasse mesmo de variolização, lembrando Chalhoub que essa precaução somente ganharia mais força em Portugal e no Brasil a partir de 1790, às vésperas da propagação do método jenneriano.<sup>602</sup> A mensagem de Castro e Mendonça datada de 1798 pode, portanto, ser lida a partir das explicações deste autor. Mas, o caso complica-se a partir daí. Em 1799, por exemplo, chega a São Paulo uma ordem vinda de Lisboa e dirigida ao mesmo governador da capitania. Esta, por sinal, recebeu o título de “Sobre a inoculação das Bexigas” e diz o seguinte:

“Constando aqui os grandes estragos que as bexigas tem causado e continuarão a causar em todo o Brasil, ordena o Príncipe Regente Nosso Senhor, que V. S.<sup>a</sup> procure introduzir, e promover por todos os meios nessa capitania a **inoculação** principalmente nos meninos negros e índios, **pois que tem mostrado a experiência ser este o único meio, e o verdadeiro preservativo contra o terrível flagelo das bexigas**, que fazem diminuir tão consideravelmente a população desse continente. Deus guarde a V. S.<sup>a</sup> Palácio de Queluz em 29 de Julho de 1799 – D. Rodrigo de Souza Coutinho.”<sup>603</sup> (meus destaques).

A citação de que a inoculação era o único meio e o verdadeiro preservativo contra o mal impõe uma dúvida: esta inoculação se referia a qual método? O signatário desta ordem, o poderoso e ilustrado ministro português D. Rodrigo de Souza Coutinho (futuro Conde de Linhares), encabeçava o conjunto de conselheiros de D. João VI e, nessa condição, mantinha estreitas ligações com a Inglaterra. Além do mais, ele acumulava o cargo de ministro com o de inspetor geral do Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, ou seja, ele era um homem que se interessava pelas ciências.<sup>604</sup> Por tudo isso, seria muito estranho o fato do ministro não conhecer os estudos de Jenner. Mas, de qualquer forma e caso se tratasse mesmo da vacina, este documento nos mostra que a

---

<sup>600</sup> - Castro e Mendonça foi o 14º governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, governou de 28/06/1797 a 10/11/1802. Mais detalhes em **Amaral**, Antonio Barreto do; *Dicionário de História de São Paulo* (1980) p. 309.

<sup>601</sup> - Registro Geral da Câmara, vol. XII (1796-1803), p. 282

<sup>602</sup> - **Chalhoub** (1996) p. 105.

<sup>603</sup> - Documentos interessantes op. cit., vol. 89, p. 166

<sup>604</sup> - **Zuquete**, Afonso Eduardo Martins (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960.

mesma não estava ainda sendo utilizada em São Paulo, posto que estas ordens ou recomendações eram para se introduzir o preservativo na capitania. Este fato, aliás, pode ser confirmado a partir de outro documento, uma carta do governador Castro e Mendonça dirigida à Câmara Municipal paulistana em maio de 1800:

“... ao paternal e indefeso cuidado do nosso amabilíssimo príncipe não tem esquecido prevenir estas causas do atraso da povoação, mandando já que as Câmaras imponham um tributo para a conservação de médicos e cirurgiões, e já recomendando encarecidamente a introdução do sistema da inoculação das bexigas para desta sorte se evitem os terríveis e sempre lastimosos estragos que este contágio costuma ocasionar. Ora, não sendo moralmente possível praticar a inoculação em todas as pessoas adultas de que se compõe esta cidade e seu termo, tomo o meio de ocorrer aos conhecidos danos que esta epidemia traz consigo, consiste em praticar este sistema nos pequenos e evitar que grasse o contágio entre os grandes.”<sup>605</sup> (meus destaques).

Ou seja, fosse vacina, fosse variolização, é certo que a “inoculação” (pelo menos de maneira oficial) não era ainda praticada em São Paulo. Posto dessa maneira é que faço a opção pelo ano de 1803 como o marco para a introdução da vacina em terras paulistas e, em assim sendo, podemos supor que antes disso - ou mesmo em 1803 - ela já estaria em uso no Rio de Janeiro ou em Salvador, por exemplo.

Inicialmente, vamos tentar nos aproximar do contexto ou dos acontecimentos que se fizeram presentes naquele período em São Paulo, ocasião em que a vacina jenneriana foi aplicada pela primeira vez. De fato, em março de 1803 a cidade se via às voltas com uma nova epidemia de varíola; esta, aliás, outra vez imputada à chegada de um comboio de *negros novos* vindos do Rio de Janeiro e que seguiam para a Capitania do Mato Grosso. Segundo o físico mor Mariano José do Amaral, foram esses “*negociantes e seus comboios que aqui ficaram que trouxeram a epidemia*”.<sup>606</sup> Nessas circunstâncias, e desde o século XVIII pelos menos, adotava-se a quarentena para os africanos recém-chegados, e isso seja para prevenir o mal ou para controlar a disseminação da varíola caso ela já tivesse se manifestado. Entretanto, e como nos mostram os fatos ocorridos em 1803, mesmo com a experiência adquirida, ou já com um certo conhecimento da etiologia da doença através do contágio, estas não redundavam em ações ou ordens permanentes, mostrando-nos que as determinações eram sempre relaxadas logo após a passagem do mal. De qualquer forma, esta não é uma conclusão original, até porque todos os que se ocuparam dessa questão perceberam o problema. Via de regra, o fator relevante para a não observação dessas medidas quase sempre foram imputados aos prejuízos causados pela imposição de

---

605 - “Registro de uma carta que o senhor general escreveu á Câmara sobre o objecto das bexigas”, Registro Geral da Câmara, vol. XII (1796-1803), p. 444 e 445.

606 - Documentos interessantes, vol. 95, op. cit.

quarentenas ao comércio; mas, penso eu, não apenas isso.

Nesse caso, não podemos deixar em segundo plano outras concepções que se tinham para os males ou para a eclosão de epidemias, estas já merecedoras de discussão páginas atrás. Mas, vale lembrar que o ato de deixar a cidade “aberta” após a passagem do mal, ou o de não se ter muito cuidado com a prevenção de novas epidemias (pelo menos a prevenção ditada pelos médicos), era algo comum e entendido por todos que assim deveria ser. A proteção, bem como a cura, acreditava-se, poderia ser conseguida de outra maneira.

O caso, porém, é que esta epidemia de bexigas ocorrida em 1803 foi uma das mais graves, tendo permanecido ativa desde o mês de março, quando os primeiros casos foram anotados, e até junho. Somente no hospital, que ainda funcionava no bairro do Bexiga, deram entrada 39 (trinta e nove) pessoas “entre escravos, libertos e brancos”, dois dos quais morreram. Muitos outros, a grande maioria dos doentes deve-se dizer, não foi ali tratada, lembrando o médico Mariano que, nesse caso, “o número de mortos superou o dos que sobreviveram” o contrário, portanto, do que teria ocorrido com aqueles sob tratamento no estabelecimento.

Em seu relatório, o médico fez questão de distinguir os tipos de varíola então contraídas pelos doentes, ao mesmo tempo em que mencionou um caso particular que nos aproxima do horror causado pelas bexigas na população e a prostração a que chegavam muitos dos doentes:

“... [sobre] a natureza do contágio, (...) nove tiveram bexigas benignas, da espécie *discretas*, [com] seus (...) períodos regulares, cessando a febre desde que a erupção se fazia, sendo as pústulas (...) em pequeno número, distintas, e de forma circular e elevada. Não foi porém o mesmo em todos os mais, que tiveram a espécie *confluentes*, com sintomas mais ou menos anômalos, continuando a febre ainda depois da erupção, ou ora desaparecendo, ora tornando; sendo as pústulas numerosas, flácidas, pouco elevadas, unidas e não regularmente circunscritas. Em alguns casos, o semblante afetava antes uma só vesícula do que um determinado número de pústulas; em outros estas ainda que separadas no princípio, não se elevavam em forma esférica, [permanecendo] achatadas (...) e outras vezes, depois de elevadas, se abatiam, como aconteceu especialmente a um homem branco de Cuiabá que, persuadido de não poder vencer a moléstia, teria um êxito funesto se não obstassem os estímulos continuados e o bom tratamento que constantemente o dissuadiam da sua opinião, vindo por fim a ter vários tumores críticos que o salvaram. Não falo de diarréias de uns, delírios em outros, tendo-se obtido de todos estes trabalhos um feliz êxito por meio do tratamento *sthenico* ou estimulante.”<sup>607</sup> (meu destaque)

Além do detalhamento da doença, que nos aproxima mais dos próprios doentes, o médico faz menção ao “homem de Cuiabá”, este prostrado diante do mal e esperando somente a morte. Casos como este foram anotados inúmeras vezes, sendo mesmo muito comum “os atacados de varíola aguardarem resignadamente seu fim, recusando alimentação ou tratamento.”<sup>608</sup> E essas ocorrências se davam tanto no hospital quanto fora dele. Mas nesse último caso, ou seja, para aqueles que recusavam o tratamento do médico ou o oferecido no hospital, não restavam outros cuidados que não aqueles administrados por *certos experientes* ou por outros especialistas nas artes de curar, aos quais o médico Mariano dirigiu uma crítica feroz, chamando-os de *algozes da humanidade*:

“... para o funesto êxito de tão mortífera doença, [une-se o] nenhum ou mau tratamento que se lhes dão, porque se não chegam a desamparar aos miseráveis enfermos, entregam-se a Certos a que elles chamam [de] experientes, por não dizer algozes da humanidade, que tanto abunda nesta Capitania, com detrimento não pequeno do Estado; os quais [exaurindo-os] em sangue, ministrando-lhes copiosas evacuações, já superior [ou] inferiormente, prestando-lhes certas bebidas a que a crédula superstição tem dado o nome de medicamentos, dando-lhes enfim unturas oleosas externamente, unturas mais capazes de embarçarem a saída da matéria exantemática, do que de a promover, sacrificam afinal a morte a estas desgraçadas vítimas do contágio, pois que [as condições de São Paulo], o Contágio [e] todas as potências aqui obram de mãos dadas sobre o sistema animal; a razão mostra e os fatos o decidem; por quanto o número dos mortos é superior ao dos vivos que [estiveram] fora do hospital, tratados pelo seu extravagante método de Cura.”<sup>609</sup>

Apesar da escrita truncada, retiramos deste documento algumas informações a respeito dos métodos aplicados fora do hospital – certamente por curandeiros – e condenados pelo médico. Em primeiro lugar, ele recriminava as sangrias (ou pelo menos as exageradas) em se tratando de varíola. Aqui não devemos nos esquecer que este era um método muito comum na época e cujo exercício era praticado pelos barbeiros, muitos deles africanos. Outra terapia que o esculápio condenava eram as evacuações (qualificadas de copiosas), fossem elas superiores, ou seja, com a aplicação de vomitórios, fossem inferiores, através dos purgativos. Além do mais, continuou, os doentes tomavam certas bebidas (infusões das mais diversas) e se deixava untar com produtos oleosos, os quais não permitiriam a saída da matéria corrupta do corpo, fato este considerado de muita gravidade, pois acreditava-se que disso em muito dependia a cura. Ou seja, através dessa

---

607 - Documentos Interessantes, vol. 95, p. 89

608 - Morse (1954) p. 28.

crítica, nos aproximamos dos métodos usualmente empregados pelos barbeiros, sangradores e curandeiros em tais moléstias. Por outro lado, esse discurso pode ser visto como um dos primeiros passos da medicina acadêmica na sua luta contra os charlatões, processo este que ganharia força mais adiante, especialmente a partir da década de 1830.

Resta dizer que, pela sua gravidade, a epidemia de 1803 alertou o então governador Franca e Horta<sup>610</sup> para um novo tratamento: a vacina jenneriana que, tudo leva a crer, já estava sendo aplicada no Rio Janeiro e em Salvador. Afirimo que a mesma já estava em uso no Brasil desde pelo menos 1803 porque, na seqüência de sua aplicação em São Paulo, disse o mesmo físico Mariano José do Amaral que a humanidade devia uma eterna gratidão aos médicos que a trouxeram, e com especial “*particularidade ao imortal Jener*”,<sup>611</sup> ou seja, referia-se ele sem qualquer dúvida à vacina jenneriana e não mais ao método da variolização.

Através deste relatório médico, ficamos sabendo que o *pus vacínio* utilizado em São Paulo em 1803 era proveniente de Londres e Lisboa, onde fora coletado entre fevereiro e março do mesmo ano. No dia 17 de novembro de 1803 a vacina foi aplicada pela primeira vez em dez escravos, todos menores de idade, no já famoso hospital dos bexigentos da chácara da Samambaia ou do *Bexiga*. Dessa primeira experiência, ficou o seguinte relato:

“... em novembro do mesmo ano [de 1803] chegaram a esta cidade uns vidros de pus Vacínio, de fevereiro e março do mesmo ano, vindos de Londres e de Lisboa. Vacinaram-se logo dez escravos de S. A., todos de menor idade em o dia 17 do dito mês; em nenhum [deles] apareceu o menor sintoma, a exceção de dois, nos quais passado o quarto dia, entrou a inflamar-se o braço, com febre tosse e dores de cabeça, estado em que permaneceram até o sexto para o sétimo dia, quando todo aquele aparato desapareceu, caindo-lhes a escara do braço sem sinal de matéria. E repetindo-se a vacinação em todos eles, onze dias depois da primeira, nenhuma novidade apareceu nos dois acima ditos, entretanto que alguns dos outros logo no segundo dia e lugar picado, parecia elevar-se; mas tal era o prazer comum, tal o desejo de afugentar o pernicioso contágio variólico, que continuou-se a vacina terceira e quarta vez, porém sem frutos, terminando-se estas tentativas a 28 de dezembro do mesmo ano...”<sup>612</sup>

Finalizada essa primeira experiência com a vacina em dezembro de 1803, em setembro de 1804 foi recebida uma nova “dose” que, dessa vez, havia sido recolhida na Bahia entre os meses de abril, maio, junho e julho do mesmo ano. Entretanto, e como

---

609 - Documentos Interessantes, vol. 95, p. 89.

610 - Antonio José da Franca e Horta, 15º governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, governou de 10/12/1802 a 31/10/1811. Mais detalhes em **Amaral** (1980), op. cit., p. 225 e 226.

611 - Documentos Interessantes, vol. 95, p. 200.

612 - Documentos Interessantes, vol. 95, p. 202

ocorreria diversas vezes daí por diante, elas não produziriam nenhum sinal nos escravos vacinados, demonstrando que ou o remédio já estava enfraquecido nos seus efeitos, ou mesmo corrompido pela dificuldade e demora no transporte dos mesmos.<sup>613</sup>

Estando apenas em teste durante esse período, posto que aplicadas em poucas pessoas, as vacinas de nada adiantaram para obstar a entrada de uma nova epidemia que apareceu em abril de 1805 e, outra vez, imputada à passagem e estadia na cidade de uma leva de “*escravatura vinda por terra da cidade do Rio de Janeiro*” com destino a Cuiabá. Manifestada inicialmente em cinco dos escravos, logo caíram mais dezoito. Antes, porém, os mesmos já haviam passado por Lorena, advindo daí uma das maiores epidemias anotadas naquela cidade e “*com mortandade não pequena*”.<sup>614</sup> Pela ocorrência sucessiva de epidemias em 1803, 1804 e 1805 e já conhecendo o método j Jenneriano, o governador Franca e Horta enviou, no segundo semestre de 1805, diversos...

“escravos à cidade da Bahia para que, vacinando-se uns após os outros, chegasse enfim – como se conseguiu – a matéria fresca e capaz de preservar do triste flagelo das bexigas aos povos da capitania e desta cidade de São Paulo (...)”<sup>615</sup>

Iniciada portanto a experiência com a vacina em 1803 e 1804, em 1805 já havia material suficiente para se tentar a propagação. E foi o que ocorreu: regulamentações foram expedidas tornando-a obrigatória; na capital, designou-se a própria sede do governo, o Palácio dos Governadores no Pátio do Colégio, como local para a vacinação e, nas vilas do interior, elas deveriam ser aplicadas nas Câmaras Municipais ou nas igrejas. Guardadas as devidas proporções para aquela época, bem como as reações contrárias ao novo método, pode-se dizer que a vacinação se fez com certa intensidade. Nesse aspecto, o governador Franca e Horta determinou, já em 1805, que os capitães-mores de todas as vilas reunissem os chefes de família com todos os parentes, agregados e escravos, para se deixarem vacinar. Os que se recusassem deveriam ser presos,

---

<sup>613</sup> - A respeito dos problemas com a vacina Jenneriana nesses primeiros anos no Brasil veja **Fernandes**, Tania; *Vacina antovariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina Jenneriana à animal)*; 1999 e, da mesma autora, *Imunização antovariólica no século XIX no Brasil: inoculação, varíola, vacina e revacinação*; 2003.

<sup>614</sup> - Documentos Interessantes, vol. 95, p. 203

<sup>615</sup> - Idem ibidem.

obtendo a liberdade apenas após a inoculação, a qual seria realizada mesmo na cadeia.<sup>616</sup> Apesar dessas ordens, sabe-se que a vacinação nunca foi popularmente aceita e, como veremos adiante, muitas reclamações foram anotadas na época. De qualquer forma, e além das ordens expedidas pelo governo, tínhamos aqui um outro fator preponderante de convencimento: o medo do contágio, especialmente em épocas de epidemias que, como o visto, quase que anualmente se faziam presentes na cidade. Assim, em fevereiro de 1806 já era possível elaborar um quadro das pessoas vacinadas:

<b>Quantidade de pessoas vacinadas na Capitania de São Paulo entre finais de 1805 e até janeiro de 1806<sup>617</sup></b>	
São Paulo (Capital)	1.250
Vilas:	
Parnaíba	2.056
Sorocaba	1.600
Itapetininga	882
Santos	642
Iguape	637
Castro	623
Itu	597
Lorena	585
Ubatuba	564
Atibaia	403
Paraitinga	398
Pindamonhangaba	245
São Vicente	221
Itanhaém	191
Itapeva	187
Jundiá	175
Guaratinguetá	155
São José	
_____	105
Jacareí	68
Arassariguama	56
<b>Total</b>	<b>11.640</b>

A considerar verdadeiros estes números (ou pelo menos próximos da realidade), uma outra dificuldade se impõe, qual seja, a verificação da porcentagem das pessoas vacinadas em relação ao total da população da cidade. Maria Luiza Marcílio, por exemplo, aponta para o ano de 1798, uma população de **21.304** habitantes para todo o município, dividindo-se estes moradores entre as paróquias da Sé (10.542) e as demais (10.762). Já

616 - Santos Filho (1991) p. 272

617 - Documentos Interessantes, vol. 95, op. cit., "Documento 3º", p. 204.

para o ano de 1836, a autora calcula o total dos moradores em **21.933** e, da mesma forma, espalhados entre a Sé (5.568) e as demais paróquias (16.365). De fato, Marcílio alerta para a consideração desses números, bem como para a grande diferença entre os anos de 1798 e 1836 para a paróquia da Sé (10.542 e 5.568 habitantes, respectivamente), lembrando aqui as muitas divisões ocorridas no território abrangido pela antiga Freguesia da Sé.<sup>618</sup> Levando em consideração este problema, arrisco dizer que, entre 1805 e 1806, a população do município deveria estar por volta de 21.500 habitantes. Nesse sentido, chega-se a uma média entre 5,5 a 6% o total da população vacinada até janeiro de 1806. Julgo serem esses os números mais aproximados para a época até porque, não obstante os problemas com os recenseamentos, havia ainda uma grande resistência da população em se deixar vacinar.

O método então utilizado, a vacina braço-a-braço, soube-se mais tarde ser um caminho muito propício para a transmissão de outras doenças, mas nesses primeiros tempos disso não se tinha conhecimento ou, pelo menos, não da maneira como hoje está esclarecido. Para os vários autores que estudaram o tema, o consenso geral das análises indica que o povo percebia a não imunização através da vacina, e isto ocorria por diversas razões como a falta de conhecimentos dos profissionais que as aplicavam, à corrupção do próprio pus que não resistia ao tempo decorrido para o seu transporte ou mesmo ao enfraquecimento de suas propriedades pela transmissão constante. Diante desses problemas – alguns deles conhecidos já naquele momento e outros não – os médicos reclamavam que “... *espalhou-se que as vacinas não preservam das bexigas naturais...*” e isto, na opinião dos mesmos, não passava de fantasias de “... *de um povo ainda bárbaro, incrédulo diante de tão interessante descoberta e antecipadamente tímido sobre tudo o que respeita a bexigas naturais.*”<sup>619</sup>

E o povo comentava. Falava-se, por exemplo, de pessoas vacinadas uma, duas, e até três vezes e que, mesmo assim, haviam contraído a doença; falava-se ainda que pessoas já acometidas pelo mal anteriormente estavam imunes, não necessitando de vacinas; falava-se também que crianças, filhos de mães vacinadas ou das que já teriam tido a doença, também não necessitariam do preservativo, posto que isto seria conseguido através da amamentação; outros ainda diziam que a vacina, ao contrário de preservar, trazia a doença para o corpo.<sup>620</sup> Este conhecimento popular, em muitos casos corretos, foi

---

**618** - Marcílio (1973) p. 102 e 103

**619** - Documentos Interessantes, vol. 95, p. 200.

**620** - A esse respeito o médico José Pereira Rego, na condição de presidente da Academia Imperial de Medicina entre 1864 e 1883, assinalaria alguns fatores que estariam afetando o desempenho da vacinação no Rio de Janeiro: “Os serviços de vacinação têm tido resultado de um modo pouco profícuo, como sucede sempre entre nós, por causas numerosas, entre as quais sobressaem, de um lado, a indiferença com que a nossa população olha para os efeitos de sua aplicação e só buscando o auxílio que ele lhe oferece para livrá-lo do terrível flagelo da varíola ao surgir alguma epidemia

desprezado pelos médicos naquele momento, uma vez que a luta era pela vacinação de todos. E, para cada versão ou reclamação que ouviam, tinham eles uma explicação.

Em primeiro lugar, argumentou o físico mor Mariano José do Amaral, dos escravos que ele vacinara, todos ficaram imunes à doença; ele mesmo, o médico, havia se auto inoculado com a vacina, bem como o cirurgião da Legião dos Voluntários Reais – prova maior de segurança não poderia haver. Entretanto, informou o mesmo, havia sim ocorrido um caso aos moldes dos boatos que se espalhavam pela cidade, porém a causa seria outra:

“... uma mulher de vinte e seis, ou vinte e sete anos de idade, que já tivera bexigas, enfermou com bastante incômodos originados da vacinação que consentiu lhe fizessem na certeza de nada sofrer, eu chamado a ver esta enferma achei-a em um estado de irritação grande, sendo a inflamação efeito [não] da operação com vacinas espúrias: a enferma era muito móvel de sistema nervoso.”<sup>621</sup> (meu destaque)

Ou seja, nas palavras do médico o mal que atingia a doente estaria mais próximo de uma “afecção da alma” e não de problemas decorrentes com a vacina.

A respeito das crianças que se imunizavam através da amamentação, tinha o esculápio uma interessante teoria que merece ser relatada:

“Não se pode duvidar que algumas crianças tem tido aqui vacinas em consequência da mãe ou ama as ter, o que observado faz ver que elas [as crianças] tem (...) alguma esfoladura, arranhadela ou sarna nesta ou naquela parte do corpo e que, roçando pela vacina, rompe-a, absorvendo-se o pus vacínio; o mesmo digo dos adultos, que tendo feridas pelo corpo, e dormindo com pessoas vacinadas, contraem várias vacinas (...)”<sup>622</sup>

Não obstante esses problemas enfrentados pelos médicos, muitos dos quais já analisados por estudiosos do assunto, creio que para a questão da não aceitação da vacina naquele primeiro momento dois outros fatores devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar o documento que estamos analisando faz uma clara menção ao “povo bárbaro” e, por isso, incrédulo a respeito da nova descoberta. Ora, para aqueles paulistanos de 1806, o que mais valeria como proteção, a vacina ou algum ritual, uma boa prece talvez? Ainda considerando a concepção religiosa da doença, mas já pensando em algumas das teorias médicas então em voga, temos que atentar para o fato de que, desde a

---

*devastadora; de outro lado, os preceitos que atuam no espírito dos habitantes do interior de todas as províncias, encarando-a como meio de transmissão e desenvolvimento da varíola.”* Veja mais detalhes em **Karepovs**, Dainis (texto e pesquisa); *São Paulo - a imperial cidade e a Assembléia Legislativa provincial*; S.P.: Assembléia Legislativa, Divisão de Acervo Histórico, 2005., p. 63.

621 - Documentos Interessantes, op. cit. p. 200 e 201.

antiguidade, tinha-se como base as amplas noções de puro/impuro como sinônimos de são/doente. Daí, por exemplo, a teoria miasmática explicada páginas atrás: o impuro, a matéria corrupta entrando no corpo através de suas emanções estaria a causar os males.<sup>623</sup> Nesse caso, como admitir a introdução direta de material corrupto no próprio corpo como eram as vacinas então empregadas? Ao nos basearmos apenas na medicina acadêmica daquele momento, temos que ter clareza quanto à imagem que se tinha da doença em relação ao corpo; o equilíbrio interno precisaria ser restaurado o que, em muitos casos, correspondia à expulsão da matéria corrompida. As erupções cutâneas eram disso a prova mais cabal, o pus das feridas (como os da varíola), era a sua materialização. Como então, e de forma deliberada, introduzir no próprio corpo a corrupção alheia? De fato, e numa concepção mais religiosa, lembra-nos Chalhoub (1996 p. 115) que as vacinas, um pouco mais adiante, seriam combatidas pelos padres em Portugal (e muito provavelmente também no Brasil) sob o argumento de que *“tal invento era um presente de satã e que vinha perturbar a marcha da natureza e que a divindade infernal queria por esse modo introduzir-se no corpo de suas religiosas e piedosas ovelhas para se apoderar de suas almas.”*<sup>624</sup> Aliás, a frase que sublinhei na referência nos mostra um outro entendimento a respeito das doenças e das epidemias, ou seja, para muitos a sua marcha não deveria ser interrompida pelos homens, já que se tratava de uma provação.

Ainda sob esse aspecto, tratarei mais adiante de um outro fator preponderante para o caso das vacinas, qual seja, o das marcas deixadas na pele. Porém, e não obstante esses percalços, o fato é que as vacinas alcançaram relativo sucesso, apontando Chalhoub que o mesmo ocorreu no Rio de Janeiro. Lembra este autor, porém, que a partir da década de 1830 houve um sensível declínio dessa prática naquela cidade, fato este que também observei para São Paulo a partir de outras constatações como, por exemplo, a ocorrência de grandes surtos da doença após um período de relativa “calmaria”. Sobre as causas desse declínio na vacinação concordam todos os analistas que foram dois os motivos mais preponderantes. O primeiro deles era imputado às dificuldades impostas pela necessidade de se importar a linfa diretamente da Europa, uma vez que o Brasil ainda não dominava a técnica de produção, o que somente ocorreria em 1887.<sup>625</sup> Ultrapassada essa barreira – que

---

622 - Idem ibidem, p. 201.

623 - A respeito desse tema veja a esclarecedora análise de **Diniz** (1999), *Epidemia: história epistemológica e cultural de um conceito*.

624 - Aqui o autor faz referência à obra de **Barbosa**, Plácido, e **Resende**, Cássio Barbosa de; *Os serviços de saúde pública no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907*; R.J.: Imprensa Nacional, 1909.

625 - A esse respeito veja **Fernandes** (1999).

incluía certamente o grande tempo decorrido durante o transporte nem sempre em boas condições até a inoculação – ocorria, já em território nacional, um enfraquecimento das qualidades preservativas do pus, uma vez que sua disseminação ocorria braço-a-braço. O sistema então adotado seguia o seguinte caminho: uma pessoa inoculada deveria retornar ao vacinador após uma semana, tempo necessário para que a pústula estivesse em condições de fornecer novo pus que, por sua vez, serviria a outra pessoa. Apesar desse retorno ser obrigatório, a grande maioria não o fazia.<sup>626</sup>

A não ocorrência de surtos mais graves de varíola nas décadas de 1810 e 1820 é um forte indício de que a vacinação expandira-se e fizera efeito, mas como no Rio de Janeiro, as epidemias recrudescem a partir de então. Em novembro de 1837 ocorreria uma de grandes proporções que, devido à sua virulência, estender-se-ia pelos primeiros meses de 1838. Era público e notório, disse um vereador naquele momento, que “*o flagelo das bexigas achava-se disseminado em vários pontos da cidade*” e, por isso pedia-se o socorro do governo provincial para “*atalhar o progresso*” do mal. Decorridos alguns meses, a epidemia não dava sinais de arrefecimento, atacando inclusive os presos da cadeia, motivo pelo qual o então cirurgião mor José Gonçalves Gomide, ordenou a queima “*de breu em todas as prisões, por ser este o antídoto mais eficaz do que o de folhas aromáticas.*” Somente em junho é que chegaram novas lâminas de pus vacínico que, então, foram utilizadas em São Paulo. Outras doses foram ainda encaminhadas para as Freguesias da Conceição (hoje Guarulhos) e Cotia, com a ordem expressa para que os padres e juizes de paz realizassem a vacinação “*do maior número de pessoas possíveis.*”<sup>627</sup>

Nessa primeira metade dos oitocentos anotaram-se ainda epidemias em 1845 e em 1847, ocasião em foi solicitada a vinda da imagem de Nossa Senhora da Penha para “*aplar a fúria*” do mal que se instalara na cidade. Entre 1858 e 1859 novamente a cidade

---

<sup>626</sup> - Além desses problemas, um outro foi apontado pelo médico Antonio Manoel da Silva que, a 14 de março de 1877, enviou uma petição à Assembléia Legislativa de São Paulo propondo seus serviços para a vacinação. Alegou o médico que “**É sabido que a província de S. Paulo é infelizmente visitada uma vez e outra por epidemias de varíola** (bexigas) ceifando milhares de vidas e paralisando a lavoura, o comércio e a indústria, mal este para todos. É também sabido que o único e poderoso preservativo d’ esta devastadora moléstia é o verdadeiro pus vacínico devidamente inoculado. Mas infelizmente o povo em geral da província não goza nem gozará d’ este precioso preservativo enquanto o governo provincial não tiver médicos ou cirurgiões contratados para vacinarem anualmente por toda a província correndo as povoações, a exemplo de muitas nações mais civilizadas. O povo tem abnegação de ir à cidade ou vila vacinar-se onde há médicos, e estes também como não são pagos (salvo algumas honrosas exceções), quase que não se prestam a vacinar algumas pessoas que se lhe apresenta, nem vão deixar de exercer a sua clínica diária para se entregarem a esse serviço gratuito. **As câmaras municipais nada podem fazer a este respeito porque às vezes nem dinheiro tem para pagar aos seus empregados, e algumas nem para mandar varrer as ruas.** Para o governo encarregar a pessoas caridosas e inexperientes o serviço de vacinar, embora sejam pagas, vale o mesmo que nada, porque essas pessoas são leigas na matéria. Finalmente n’ este estado de coisas está a província de S. Paulo sujeita a continuadas epidemias d’ esta natureza e às suas funestas consequências.” (meus destaques) Karepovs (2005) op. cit., p. 66.

se viu invadida pela “peste das bexigas”, e além da transladação da Santa da Penha para “*ver se com esse meio aplacava a peste das bexigas*”,<sup>628</sup> esta epidemia redundou em ações mais concretas e de longa duração como, por exemplo, a agilização das obras do primeiro cemitério da cidade, o da Consolação, inaugurado às pressas no mês de agosto para receber a grande quantidade de mortos.

Por conta dessa epidemia a cidade ficou isolada durante alguns meses, sendo que houve mesmo um risco de fome entre a população, e isso pelo desabastecimento iminente uma vez que este, realizado por tropeiros, foi interrompido pelo medo do contágio. Em junho de 1858 anunciava-se, por exemplo, que “*aterrorizados, os negociantes e tropeiros não queriam vir para a cidade, sendo certo que os que vem de Minas e de Franca, tem vendido seus gêneros em Campinas e outros lugares, e daí voltam...*”<sup>629</sup> Entre 27 de junho e 05 de agosto de 1858, a Câmara Municipal permaneceu fechada.

O grande número de óbitos causados pelas bexigas punha todos em alerta, especialmente os médicos, pois os cadáveres seguiam ainda sendo sepultados no interior das igrejas. Relatos de horror chegam ao governo:

“Tendo chegado ao conhecimento deste governo que se continua a enterrar no cemitério da igreja de Santa Efigênia **os cadáveres dos bexiguentos**, e que sendo este cemitério em extremo excasso, **tem-se tirado alguns cadáveres sepultados há poucos dias para lançar conjuntamente outros na mesma cova** cumprem que V. Mces. me informem se ainda não está servindo o cemitério da Consolação, que em meu ofício de 1º de Junho declarei achar-se convenientemente fechado, e se ainda não se acham em execução as Posturas dessa Camara relativas aos enterramentos. Cumprindo que V. Mces. em todo o caso providenciem em ordem a que cesse semelhante praticas tão nocivas.”<sup>630</sup> (meus destaques)

---

627 - A. C. sessões dos dias 19/12/1837, 30/05 e 09/06/1838.

628 - Representação “*de 136 cidadãos pedindo a vinda da Milagrosa Imagem da Senhora da Penha*”, A. C., 29/05/1858.

629 - Discurso do vereador Souza Barros, A. C., 27/06/1858. O risco de desabastecimento, e mesmo de fome, esteve sempre a rondar os paulistanos em épocas de epidemias de varíola, não sendo este fato uma novidade em 1858. Em 1800, por exemplo, dizia o governador aos camaristas de São Paulo: “*Vossas mercês mesmo, e todo o povo desta capitania são testemunhas de que a pouca atenção que se deu no tempo do meu antecessor às funestas conseqüências deste mal, foi causa de morrerem por ele assassinadas mil e tantas pessoas só no distrito da cidade, e as diligências de atalhar a mortandade, de que foram vítimas tantos habitantes, tudo foi inútil, tudo foi frustrado. Acresceu a este flagelo outro não menos temível, que foi o da fome, porque não tendo esta cidade em si provisão de mantimentos para mais de oito dias, o justo terror que conceberam os povos circunvizinhos á dita epidemia, fez que a desamparasse, e não trouxessem os viveres necessários á sua subsistência, sendo tão fresca e tão lastimosa a memória desta terrível catástrofe (...)” Registro Geral da Câmara, vol. XII (1796-1803), “Registro de uma carta que o senhor general escreveu á Câmara sobre o objecto das bexigas”, p. 445.*

630 - Ofício do presidente da Província enviado aos vereadores paulistanos aos 07/07/1858, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, Vol. 179, 1858, doc. nº 100.

Tendo em vista esta situação e mediante pressões, a partir de 15 de agosto de 1858 abria-se o cemitério da Consolação para o sepultamento dos corpos, ficando daí por diante proibidos os enterramentos nas igrejas. A partir desse momento, a municipalidade passa a ser responsável pelos registros dos corpos que ali davam entrada gerando, com isso, a centralização dos sepultamentos nas Freguesias do Braz, Santa Ifigênia, Consolação e Sé, que, a partir de então passaram a ser anotados nos Livros de Inumações, hoje sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. A unificação desses registros da morte, antes divididos por cada paróquia ou mesmo pelas diversas igrejas, facilitaram sobremaneira a computação dos dados e, para o caso desta epidemia de varíola ocorrido em 1858, podemos acompanhar dia-a-dia a sua marcha através das mortes. Nesse sentido tivemos, para o período de 15/08 a 31/12/1858, um total de 246 sepultamentos realizados; destes, 191 tiveram as suas causas especificadas; 30 foram por varíola como segue:

<b>Dia:</b>	<b>Nome:</b>	<b>Observações no registro:</b>
16/08	Jacinto Vieira Leite	(n/c)
19/08	Francisco Antonio	Indigente
20/08	Antonio	Indigente
22/08	Antonio	Indigente
22/08	Joaquina	Indigente
22/08	Benedito	“Creoulo”
23/08	Ana “de tal”	(n/c)
27/08	Antonio	Escravo de José Pinto Nunes.
27/08	Justa	Escrava “creoula” de Henrique F.....
29/08	Antonio Lourenço	40 anos, branco, agregado de Antonio Joaquim.
01/09	Felícia “de tal”	(n/c)
02/09	Claudina “de tal”	Indigente
02/09	João “de tal”	Indigente
04/09	Joana Maria de Jesus	30 anos, solteira, natural de Minas.
04/09	Gregório	40 anos, escravo de Joaquim de Castro Ferreira.
08/09	Ângela	09 meses, filha de Manoel Gomes Pereira.
13/09	Carlos Augusto	5 anos, filho de Margarida ...
13/09	Benedita	“menor”, filha de Manuel Benedito.
16/09	Ana Bernardina	Faleceu no Hospital dos Indigentes.
12/10	Joaquina Rosa de Lima	36 anos, viúva.
20/10	João Cipriano Mendes	23 anos, solteiro.
27/10	Ana Jacinta	26 anos, solteira, natural de Itapeirica.
30/10	Filisbina	15 meses, filha de João Francisco das Chagas.
20/11	Bella	1 ano, filha de Luis Antonio da Silva.
29/11	Luis Antonio da Silva	25 anos, livre, casado (tudo leva a crer que seja o pai da menina Bella, acima)
11/12	Antonio Lima	20 anos, livre casado.
18/12	Joaquim José Floriano	18 anos, livre, solteiro.
19/12	José	4 anos, liberto, filho de José Antonio Rodrigues.
21/12	José	1 mês, pardo, liberto, filho de Maria Joaquina.

24/12                      João    10 anos, livre, filho de João de Paula.

Esta epidemia fazia mais vítimas entre janeiro e fevereiro de 1859, ocasião em que mais cinco óbitos foram anotados:

<b>Dia</b>	<b>Nome</b>	<b>Observações no registro:</b>
11/01	Benedito	3 anos, livre, filho de Antonio Leme.
23/01	Manoel	1 ano e 10 meses, livre, filho de Joaquim Inocêncio Santana.
07/02	Maria	6 anos, filha de Francisco Antonio do Nascimento, este já falecido.
11/02	Ana de Jesus	60 anos, solteira.
18/02	Adão	6 anos, crioulo, escravo de Maria Vicência Novaes.

Apesar desses registros já serem de responsabilidade do governo civil que estipulava, por exemplo, ser obrigatória a anotação da causa mortis, nesses primeiros anos de funcionamento do cemitério da Consolação tal procedimento não foi adotado na íntegra. De fato, e como já mencionado anteriormente, os corpos davam entrada no cemitério acompanhados de uma guia ou “bilhete de sepultamento” que, nesses primeiros tempos, eram quase que invariavelmente assinados pelos párocos. Daí, portanto, que entre os 246 sepultamentos realizados entre 15/08 e 31/12/1858, apenas 191 deles registram as causas da morte. Este silêncio anotado para os 55 registros restantes tem muito a nos dizer, posto que nos remete ao entendimento que se tinha a respeito da morte, ou seja, para os padres a ela estaria nas mãos de Deus e, por isso, a causa terrena era algo que poderia ser desprezado. De outra parte, chama a nossa atenção o fato de que, para o mesmo período, somente 30 registros apontam como causa da morte a varíola. Ora, era de se esperar que, num período epidêmico, muito mais mortes ocorressem; porém, não é o que se observa aqui, a não ser, é claro, que entre os 55 sepultamentos com registros “emudecidos” muitos tivessem esta causa. Eis aqui uma hipótese com grandes chances de acerto.

Dos dados recolhidos e aqui expostos, salta aos olhos a condição dos mortos por varíola: entre as 30 pessoas falecidas deste mal em 1858, 07 deles estavam na condição de indigentes, 07 eram crianças, 03 eram escravos, sendo anotado ainda um “creoulo”, um liberto e um agregado, sendo que de dois outros (Ana de tal e Felícia de tal) nada foi especificado. Somente aqui temos 23 dos 30 casos de “bexigas”. Do restante, sete pessoas, tudo leva a crer que não pertenciam às elites, figurando eles certamente entre aqueles das

camadas medianas ou pobres da sociedade, posto que verificamos terem sido todos eles sepultados nas Quadras Comuns do mesmo cemitério, estas reservadas aos pobres e, por isso, gratuitas.<sup>631</sup>

Sabemos que, pelas condições em que viviam, escravos, pobres e indigentes estavam mais expostos ao contágio, porém não restam quaisquer dúvidas de que a varíola atingia também os ricos. Mas, salta aos olhos a condição dos que aqui morreram do mal; no mais um grande silêncio, o que nos leva a supor que o temor em torno da varíola estaria ligado, também, a um caráter maldito da doença, marca de um pecado ou punição que, a exemplo da lepra, tornava-se visível pelas feridas.<sup>632</sup> Nesse caso, a doença precisaria ser escondida, inclusive na hora da morte. Os mais ricos morriam especialmente de apoplexia, febres, moléstias internas ou afecções diversas, e não de “bexigas”, como nos mostram esses primeiros registros do cemitério da Consolação.

Ampliando essa questão, e retomando a comparação entre a lepra e a varíola, devemos sublinhar que as duas moléstias eram bem perceptíveis e notadas por todos, o que expunha o doente, quiçá, à vergonha e culpa por tê-la adquirido. Mesmo entre aqueles que da varíola sofriam e dela não morriam, ficavam-lhes as marcas das feridas. No rosto e nas mãos (partes do corpo que se mostravam) impressas estavam as cicatrizes do mal adquirido e daí, talvez, também o medo e a angústia frente às primeiras vacinas, pois aquelas também provocavam uma forma branda da doença, muitas vezes deixando os mesmos sinais. E estes de tal maneira incomodavam, nos lembra Mary Del Priore, que muito comum era a utilização, pelas mulheres do século XIX, de vários cosméticos como o pigmento branco alvaiade, que cobria o rosto e “escondia as marcas das doenças”, servindo mesmo para “dissimular, apagar e substituir as imperfeições então corriqueiras, como as da varíola”<sup>633</sup>, doença que freqüentemente deixava cicatrizes profundas na face.<sup>634</sup> Na falta desses “disfarces”, as paulistanas tinham a seu favor uma indumentária que as

---

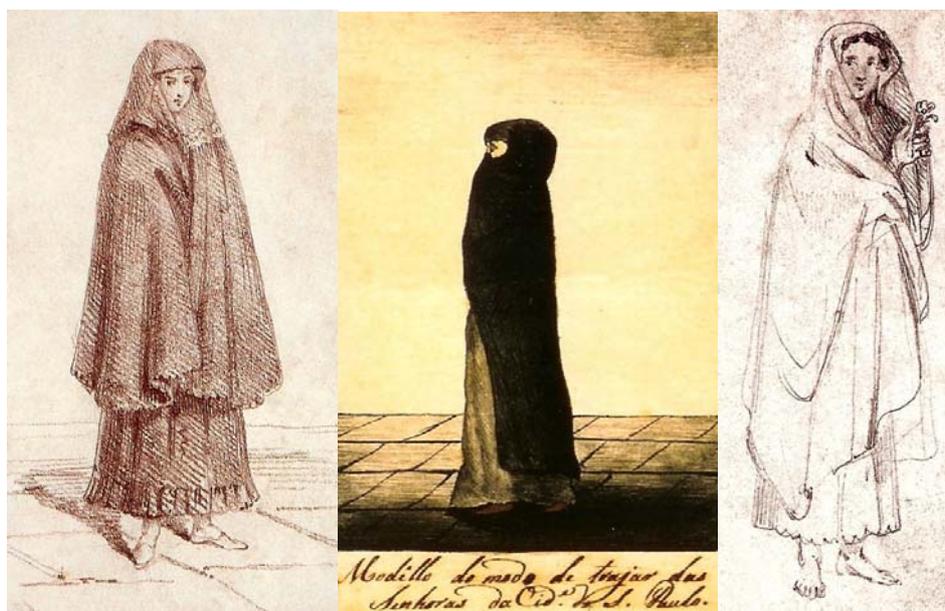
631 - Com a abertura deste cemitério, criou-se a possibilidade da compra de terrenos por particulares seja por um tempo determinado, seja perpetuamente. Dependendo da condição financeira de cada um, túmulos poderiam ser construídos, sendo estes chamados inicialmente de “carneiras”. Entretanto, tanto a aquisição de terrenos, quanto a construção das carneiras, somente era acessível às camadas mais privilegiadas da população. Os pobres, por sua vez, eram sepultados gratuitamente nas “Quadras” para eles destinados.

632 - A respeito das imagens e símbolos que se criaram em torno da lepra (como uma marca do pecado, por exemplo) veja a esclarecedora análise de **Béniac**, Françoise; *O medo da lepra*, In: **Le Goff** (1985); também do assunto trata **Rosen** (1994) e, para o caso do Brasil, veja **Machado** (1978), capítulo “Lepra, filha mais velha da morte”, p. 72 e seguintes.

633 - **Priore**, Mary Del; *Lindas e sedutoras desde 1500*, em especial o item “A origem dos cosméticos”; In: Revista Nossa História, R.J.: Ed. Vera Cruz, Ano 2, nº 23, setembro 2005, p. 54 a 58.

634 - Na sua fase evolutiva, as máculas da varíola surgiam inicialmente na face para depois tomar todo o corpo. E é justamente no rosto onde permaneciam as marcas e cicatrizes mais profundas. A esse respeito veja **Levi**, Guido Carlos e **Kallás**, Esper Georges; *Varíola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente de bioterrorismo*;

preservava: as famosas mantilhas. Estranharam-nas alguns viajantes que por aqui passaram em meados do século XIX, dizendo que tais vestimentas já estavam em desuso no Rio de Janeiro ou em Salvador, por exemplo. Antes disso, em 1775, o próprio governador Martins Lopes Lobo de Saldanha diria que as paulistanas andavam “rebuçadas em dois côvados de baeta preta assim como se cortavam nas lojas, e com chapéus desabados na cabeça; e deste modo com as caras todas tapadas, tanto nas ruas como nas igrejas...”<sup>635</sup> Já o nosso conhecido romancista Bernardo Guimarães também notou essa característica das paulistanas, mas disse que em sua época esta vestimenta era típica das escravas e das mulheres mais pobres, que costumavam “embrulhar a cabeça e os ombros em dois côvados de pano ou de baeta em que não andara nem tesoura nem agulha”<sup>636</sup> A moda e os cosméticos, como lembrou Del Priore, serviam a tais propósitos, ou seja, para esconder e disfarçar o mal das bexigas, suas marcas e sinais.



Figs. 37, 38 e 39

---

In: Revista da Associação Médica Brasileira, vol. 48, nº 04, São Paulo, Out./Dez. 2002.

<sup>635</sup> - Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XXVIII, p. 42 e 43.

<sup>636</sup> - Guimarães, Bernardo; *Rosaura a enjeitada*, op. cit. p. 119 e 147.

### Trajes típicos das paulistanas na primeira metade do século XIX.<sup>637</sup>

Nos anos que se seguiram a 1859, a epidemia deu uma trégua à cidade, não sendo anotado qualquer falecimento pela doença entre 1860 e 1861. Em 1862 apenas duas mortes por bexigas ocorreram, fazendo com que os paulistanos – até então já acostumados com os surtos anuais da varíola – quase que dela se esquecessem. Entretanto, em abril de 1863 ela voltaria, sendo que o primeiro caso de morte pela doença ocorreria na infecta cadeia pública da cidade, vitimando ali um dos presos. A exemplo dos surtos ocorridos nos primeiros anos do século XIX, também para este de 1863 é possível (e agora a partir dos registros de sepultamentos) realizar uma reconstituição dos acontecimentos, e isso desde a entrada do mal e até a sua propagação na cidade.

Assim, e a partir do histórico que conseguimos recuperar da primeira vítima da varíola em 1863, ficamos sabendo que ele era o sentenciado Benedito, *criolo* de 43 anos de idade, escravo de José Tibúrcio Ribeiro de Mello, de Mogi das Cruzes. Este preso, é preciso dizer, não sofreu o contágio na cadeia e nem em São Paulo onde as bexigas, como visto, tinham desaparecido por dois anos. Conforme os dados encontrados em seu registro de morte, Benedito havia fugido de Mogi e escondera-se em Santos quando, então, foi capturado e trazido para São Paulo.<sup>638</sup> Nesse caso, tudo leva a crer que Benedito tenha adquirido o mal em Santos e com ele veio para São Paulo. De qualquer forma, e não obstante a presença da doença novamente na cidade, nos parece que o caso foi tratado com certa displicência, já que nenhum aviso ou alerta foi emitido. Nem mesmo a morte do escravo, ocorrida no dia 12 de abril de 1863, foi capaz de despertar as autoridades para quaisquer ações. Não levando em consideração essa primeira ocorrência, os governantes somente iriam perceber que a situação poderia ser mais grave no mês seguinte, quando então outro encarcerado morreu do mesmo mal.<sup>639</sup> Este era o preso a galés José Peres da Silva que, certamente, havia mantido contato com o primeiro doente, dando-se ai a transmissão da varíola. O falecimento de José Peres no dia 2 de maio já causou uma grande apreensão, até porque nenhum padre fora chamado para dar os últimos sacramentos ao moribundo – algo de muito grave naquela época. Este fato,

---

<sup>637</sup> - Não obstante esta relação entre as roupas e as marcas da doença, vale lembrar que o “disfarce” proporcionado pela vestimenta típica das paulistanas se dava também por outro motivo, qual seja, para esconder a pobreza de muitas delas. A esse respeito veja a esclarecedora análise de Maria Odila Leite Silva **Dias** (1984) especialmente nas páginas 71, 83 e 174. Aqui a autora nos mostra que “*por trás da moda furtiva de mantos e baetas negras, para esconder a pobreza, desvendava-se o processo de multiplicação de moças pobres, brancas.*” Nesse caso, a roupa era um bom disfarce para mulheres que “*saíam misteriosamente à rua à noite para cumprir misteres – buscar água, fazer comprar – que cabiam antes a escravos que a donas brancas.*”

<sup>638</sup> - Termo de sepultamento de “Benedito”, Livro de Inumação do cemitério da Consolação, 1863, vol. 02, fls. 27 verso e 28.

<sup>639</sup> - Os problemas com a cadeia vinham de longa data e continuaram por um bom tempo. Em 1862, por exemplo, nem o médico da Câmara, obrigado a realizar visitas aos presos, dessa função não se incumbia. Reclamando dessa situação, os presos protestaram junto ao carcereiro que, por sua vez, levou o fato ao conhecimento do Delegado de Polícia. Instado a dar explicações, o médico Candido Ribeiro dos Santos responderia laconicamente que “*... os ditos presos não estavam gravemente enfermos, sendo portanto desnecessária qualquer visita*” à prisão. A. C. 03/07/1862, p. 95.

por sua vez, pode revelar que ou os padres se recusaram a ir até a cadeia já “contagiada”, ou os carcereiros não os chamaram propositalmente, e isso com o intuito de tentar esconder este segundo caso da doença.

E aqui vale uma observação a respeito da varíola, ou seja, a de que a quantidade de infectados sempre foi muito superior ao número de óbitos. Falta-nos em absoluto as quantificações dos doentes para aquela época, mas podemos supor que, para cada morte, existiria pelo menos o dobro de pessoas com a enfermidade.<sup>640</sup> Nesse caso a enfermaria da cadeia pública, onde faleceram os dois presos, já deveria estar repleta de doentes. Outro ponto que merece ser observado é a etiologia deste mal que hoje conhecemos. A varíola é causada por um vírus do gênero ortopoxvírus, sendo que o contágio se dá, na grande maioria das vezes, “pela inalação de gotículas contendo o vírus em suspensão, eliminadas pela mucosa oral, nasal ou faríngea dos doentes. Embora o vírus esteja presente em grandes quantidades em crostas infectadas, este mecanismo de transmissão é menos freqüente. Pode haver também infecção aérea à distância ou pelo manuseio de roupas, lençóis e cobertores contaminados. O período de incubação médio é de 12 dias, variando de 7 a 14 dias. O início dos sintomas é abrupto, com febre muito alta, cefaléia, calafrios, dores nas costas, com duração de dois a quatro dias, surgindo a seguir a erupção (as “bexigas”) que evoluem para crostas, sendo necessário mais dez dias para que estas caiam.”<sup>641</sup>

Seguindo o caminho do contágio em São Paulo no ano de 1863 – e este sempre acompanhando as duas mortes iniciais, uma aos 12/04 e a outra a 02/05 – seria mesmo de se esperar a sua expansão para o resto da cidade. E esta ocorreu, ultrapassando as prisões, saindo do centro da cidade e atingindo os moradores de Santa Ifigênia. Ali a primeira vítima foi Benedita, escrava de João Augusto de Azevedo, falecida no dia 14/05; logo em seguida, a varíola apanhou a “indigente Maria Fernandes”, sepultada às pressas no dia 21/05 por ordem do médico Candido Ribeiro dos Santos, uma vez que a mesma estava internada na “Enfermaria dos Bexiguentos”. Da cadeia para as ruas e atingindo Santa Ifigênia, outro foco da moléstia seria o também infecto Quartel, vizinho da prisão. Ali morreriam, no mês de junho, os soldados João dos Santos, de 40 anos, e José Antonio Pereira, de 24, respectivamente nos dias 13 e 22/06/1863. Entre essas duas últimas mortes, ocorreria também o falecimento do “preto” José Manoel de Oliveira, residente em

---

<sup>640</sup> - Uma indicação a esse respeito pode ser encontrada no relatório do físico mor Mariano José do Amaral sobre a epidemia de 1803. Naquela ocasião ele declarou que apenas no *Hospital dos bexiguentos* deram entrada 39 doentes, dos quais dois morreram. Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo, op. cit. <sup>641</sup> - Levi e Kallás (2002) op. cit. Os autores informam ainda que no caso do “Alastrim”, um outro tipo de varíola de forma menos grave, a mortalidade girava em torno de 1 a 2% dos infectados.

Santa Ifigênia e “*muito pobre*”, segundo todos informaram, sendo sepultado gratuitamente no cemitério da Consolação. No final desse mesmo mês de junho as bexigas já se espalhavam por toda a cidade, atingindo mesmo as classes medianas e da elite, esta aqui representada pelo falecimento do pequeno João, branco, de apenas um ano de vida, filho do conceituado cidadão Lauriano José Pereira e de D. Alexandrina Maria da Conceição, moradores na Sé.<sup>642</sup>

Receosos do contágio, uma vez que a cadeia e a Câmara ocupavam o mesmo prédio, os vereadores resolveram fechar a sala onde faziam suas reuniões e, na vereança do dia 16 de maio de 1863, eles registraram que a sessão estava sendo realizada nas “*casas do Sr. Major Gabriel Marques Cantinho, e isto por ocasião das bexigas na cadeia desta Cidade.*” Normalmente era esta a atitude que os vereadores tomavam, ou seja, em épocas de grandes epidemias ou se fechava a Câmara por alguns meses, ou a mesma passava a funcionar em casas dos próprios vereadores ou em alguma das diversas igrejas da cidade. E mais não fizeram naquele momento.

Talvez confiando na ação preservativa das vacinas, que em muito se expandira desde 1803, ou mesmo na sorte, as autoridades municipais não se preocuparam tanto com outras medidas mais sérias, lembrando apenas um solitário vereador que “*pelo receio da epidemia das bexigas tomarem proporções maiores que atualmente*”, seria necessário dar providências quanto à limpeza dos quintais particulares, para “*evitar que a epidemia aumente pela falta de aceio.*”<sup>643</sup> A rede de contágio, porém, já estava formada e em julho de 1863 morreram mais 19 pessoas, número este que atingiu seu pico entre agosto de setembro, com 52 e 51 casos fatais, respectivamente.

Em meio a esta situação, novamente foi requisitada a presença da milagrosa imagem de Nossa Sra. da Penha. No dia 05 de agosto o povo, temeroso da doença, acompanhou a procissão junto com as mais altas autoridades desde a igreja do Braz e até a Sé. Além disso, os moradores providenciaram a iluminação de suas casas nas noites dos dias 5, 6 e 7, como forma de homenagear a santa e pedindo sua proteção diante de tamanho mal que os assolava.<sup>644</sup>

Apesar da epidemia de 1858/59 ter oferecido alguns elementos para análise através dos livros de Inumação do cemitério da Consolação, o fato é que os ditos registros não abrangeram todo o período do surto. O contrário, porém, ocorreu com o de 1863/64, uma vez que os dados estão completos e, a partir deles, podemos construir diversas tabelas

---

<sup>642</sup> - Livro de Inumação do cemitério ad Consolação op. cit., fls. 33, 36 e 36 v., 38 v., 45, 47, 48 e 48 v. e 50 verso.

<sup>643</sup> - Indicação do vereador Cavalheiro, A. C. 21/05/1863. Eis aqui um outro exemplo do ajuste entre as duas teorias médicas, ou seja, entre o contágio e a infecção.

representativas que clareiam bem mais a situação então vivida. Nesse sentido, a seguir estão algumas das possibilidades que os registros de morte nos proporcionam e, inicialmente, apresento os cálculos gerais mensais de falecimento por varíola, não obstante ser possível um acompanhamento diário dos casos.

<b>1863: 185 mortes</b>		<b>1864: 23 mortes</b>	
Abril	01	Janeiro	05
Maio	03	Fevereiro	06
Junho	04	Março	09
Julho	19	Abril	Ø
Agosto	52	Maio	01
Setembro	51	Junho	01
Outubro	29	Julho	Ø
Novembro	20	Agosto	01
Dezembro	06	Fim da epidemia	

Os dados brutos, portanto, nos mostram a evolução da epidemia mês a mês que, no final, apresentou como resultado um total de 208 pessoas falecidas do mal. Entretanto, dos dados disponíveis sobre os indivíduos sepultados (muitos deles incompletos, é preciso esclarecer) podemos extrair ainda as seguintes informações: a doença atingiu mais os homens (123 casos) do que as mulheres (82 casos), sendo que de três registros não foi possível identificar o sexo. Mais ainda, é possível destacar os mortos pela sua condição:

Pobres	53
Escravos	50
Indigentes	21
Presos da cadeia	12
Soldados	08
Africanos libertos	05
<b>Total</b>	<b>149</b>

Além dessa identificação, mais detalhada, outros 59 casos referiram-se a brancos cujas famílias tiveram condições de arcar com as despesas do sepultamento incluindo, nesse caso, a aquisição de um terreno ou cova, por prazo determinado ou perpetuamente. Nesse sentido, fica claro que as bexigas atingiam muito mais os membros das classes populares, e isso pelas próprias condições em que viviam, mas não poupava também os das camadas medianas e altas da população.

Dentre outras possibilidades que nos números nos oferecem, creio ser importante trazer uma tabela construída a partir das idades indicadas dos falecidos (quando anotadas). Nesse sentido, a mesma se apresenta da seguinte maneira:

00 a 05 anos	43	mortes
06 a 10	10	“
11 a 15	07	“
16 a 20	19	“
21 a 25	18	“
26 a 30	26	“
31 a 35	04	“
36 a 40	15	“
41 a 45	04	“
46 a 50	07	“
+ de 50	13	“
<b>Total</b>	<b>166</b>	

Não obstante as informações contidas nesta tabela por faixa etária serem relevantes, os dados brutos obscurecem algo que julgo de muita importância, ou seja, o caminho percorrido pela contaminação. Este somente foi possível construir mediante o acompanhamento diário dos sepultamentos como fizemos. Analisando o conjunto das informações coletadas percebemos, também, a velocidade com que a epidemia se espalhou a partir de junho e julho, e em especial entre os homens adultos e menos entre mulheres e crianças.<sup>645</sup> Estas (as crianças) somente começam a ser atingidas em finais de agosto, recrudescendo o contágio em setembro. No cômputo final, temos o fato de que mais homens faleceram do mal e, quanto à faixa etária, o de crianças entre 0 e 5 anos superou todas as demais.

Com respeito ainda a esta epidemia, uma outra tabela merece ser explicitada, uma vez que ela nos informa sobre a seguinte questão: qual a sua expressão em relação à quantidade normal de falecimentos na cidade? A esse respeito, computei a mortalidade na cidade entre os anos de 1860 e 1865, e constatei que o número de falecimentos em épocas sem epidemia girava em torno de 55 a 60 mortes/mês. Nesse sentido, os poucos casos anotados entre os meses de abril (início da epidemia) e até junho, não interferiram nessa média. Porém, a partir de julho de 1863 a situação se modifica, como pode ser visto a seguir a partir da soma total de falecimentos divididos por mês e incluindo os mortos por bexigas. Uma volta à normalidade somente ocorreria entre os meses de abril e junho de 1864, já na etapa final da epidemia, quase um ano depois.

---

<sup>645</sup> - Dos 19 falecimentos anotados para este mês, somente duas delas atingem crianças com dois anos de idade (um menino e uma menina); as mulheres, por sua vez, são apenas quatro.

<b>1863</b>					
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
75 mortes	99 mortes	93 mortes	76 mortes	78 mortes	66 mortes

<b>1864</b>					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
70 mortes	46 mortes	61 mortes	47 mortes	52 mortes	45 mortes

Vale registrar ainda que a varíola, que tanto marcou a vida na cidade dos oitocentos, manifestava-se quase que anualmente e, nem bem curada desta epidemia ocorrida entre 1863/1864, já em 1865 uma outra grassava na cidade. Esta, por sua vez, merece uma menção especial devido aos problemas ocorridos com o antigo Hospital dos Bexiguentos, e em decorrência de denúncias que chegaram ao jornal *Correio Paulistano*. Instado a responder sobre as péssimas condições em que se encontrava aquele estabelecimento, o governo municipal enviou seu médico que, na companhia de um vereador, realizou uma vistoria. Do relato final desta comissão sobressaem informações contundentes a respeito da forma como funcionava tal estabelecimento (também conhecido como *lazareto*), sobre o tratamento dos doentes, bem como uma crítica aos procedimentos então adotados que, tudo leva a crer, sempre ocorriam em épocas dramáticas como eram as de epidemias. De fato, como anunciaram, o dito hospital encontrava-se repleto de doentes, cerca de 32, o que excedia a sua capacidade; apesar dos leitos estarem com todos os seus pertences, anotaram o médico e o vereador que os remédios não eram fornecidos no horário correto, uma vez que “os medicamentos formulados a 10 horas da manhã, não haviam chegado ao hospital as 4 ½ da tarde”. Porém a crítica maior não seria esta e sim um relato de horror que sempre se fazia presente em períodos críticos como este. Disseram eles na ocasião que ...

“encontraram dois cadáveres jazendo um ao par do outro e (que), e em uma saleta escura fronteira, achava-se gemendo um enfermo tendo por luz, companhia e consolação só aquela desolante vista! E se em um Hospital é de razão e humanidade que se oculte a morte a aqueles que ainda podem levantar-se, não é menos horrível que o moribundo em seu juízo tenha por última triste consolação esse espetáculo, digo, perspectiva, a dos mortos!”<sup>646</sup>

A comissão finalizou este relatório com um alerta: nenhum doente poderia entrar mais para o hospital, uma vez que isso afetaria negativamente o ar ali respirado, e isso pelo

---

646 - A. C., sessões dos dias 11/07/1865, p. 191 e 18/07/1865, p. 197 e 198.

grande acúmulo de pessoas.

De acordo com Roberto Machado, os antigos hospitais brasileiros eram destinados, sobretudo, aos doentes pobres e, pela sua organização e funcionamento, visavam muito mais a “preparar o doente, pela religião, a uma boa morte.”<sup>647</sup> E, de fato, eram essas as características encontradas no único hospital permanente na cidade, o da Misericórdia, bem como nos vários lazaretos que se abriam e fechavam ao sabor das epidemias. Entretanto essa regra, um tanto quanto geral, não significava que ações não fossem empreendidas no sentido de proporcionar uma terapia de cura aos doentes; as experiências com a vacina em 1803 disso são provas, bem como a administração de remédios (mesmo que falha) como citado neste documento. De qualquer forma, e pensando na análise de Machado, observamos que este *lazareto* para bexigentos guardava semelhanças com os antigos hospitais, pois tinha como base a exclusão dos doentes como forma de se evitar a propagação do mal (colocado que estava a uma certa distância da cidade) e de ser destinado aos pobres.<sup>648</sup> Mas frente a esta situação notamos uma crítica - mesmo que velada - no sentido de que o estabelecimento deveria “curar” e oferecer condições para o restabelecimento dos enfermos e, dentre as novas medidas a serem adotadas, estaria o ato de poupar os doentes da “perspectiva da morte”.

De qualquer forma essas críticas, bem como a introdução da vacina na cidade, não obstaram a eclosão de novos surtos de *bexigas*, como a ocorrida em 1869, bem como a maior de todas as epidemias desse tipo, que grassou na cidade em períodos quase que ininterruptos entre 1873 e 1876. Esta iniciaria o seu caminho de destruição em setembro de 1873 e avançou até agosto de 1874 para, em fevereiro de 1875, voltar com bastante intensidade. Nesta quadra, o mal somente seria controlado em março de 1876. E de tal maneira marcou esta epidemia que, ela mesma, passou a ser considerada como a causa de falecimentos (e não a varíola ou a bexiga) como nos mostra este registro de sepultamento:

“Atesto que pelas 4 horas da tarde do dia 8 de outubro [de 1873] faleceu o inocente João, com 4 anos de idade, filho do Sr. João Xavier Vieira de Moraes, vítima da epidemia reinante ...”<sup>649</sup>

Posteriormente, a epidemia reapareceria em fevereiro de 1878, ocasião em que começou a ser planejado o *Hospital de Isolamento* nos altos do Araçá, atual Hospital Emílio

---

<sup>647</sup> - Roberto Machado et alii, “Danação da Norma”, pg. 63 e 66

<sup>648</sup> - Por essa época é comum encontrar-se nos registros de óbitos dos mortos por varíola, a menção de que o doente falecera no hospital dos indigentes, o que nos mostra claramente a condição dos doentes ali internados.

<sup>649</sup> - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, nº 5, 1873, p. 218.

Ribas.<sup>650</sup> Pequenos surtos ocorreram ainda em 1883, 1886 e 1889. Já a partir de 1895, com a centralização das ações de saúde na esfera estadual, as estatísticas da morte passaram a ser realizadas anualmente e, para a varíola, temos as seguintes informações quanto ao número de mortos: 1895, 22 mortes; 1896, 21 mortes; 1897, 26 mortes; em 1898 ocorre um surto de maiores proporções, com 345 mortes anotadas; 1899, 07 mortes; 1900 com apenas 01 morte.<sup>651</sup>

Entretanto, o que mais importa notar até aqui é que, durante toda a segunda metade do século XIX, a varíola esteve a ceifar vidas na cidade de São Paulo, influenciando enormemente nos índices gerais de mortalidade (nas diversas faixas etárias) e, com isso, contribuindo para com a diminuição da expectativa de vida dos paulistanos. Por vários motivos ela causava terror, mas sabe-se que outras doenças eram tão ou mais letais que ela. Fora das quadras epidêmicas, muitos outros males afetavam a saúde dos paulistanos, matando-os muitas vezes em maior número e silenciosamente, poderíamos dizer, já que muitas delas eram tidas mesmo como causas “naturais” a exemplo das verminoses nas crianças e as inúmeras moléstias e inflamações internas. Para o período epidêmico que ocorreu entre 1863 e 1864, por exemplo, registramos outras 676 mortes com causas diversas, excluindo os 208 óbitos por varíola. Nesse sentido, a tabela a seguir é capaz de nos mostrar as demais enfermidades que resultaram em mortes na mesma época em que a epidemia estava em curso.

Hidropisia	89
Verminose	70
Tísica	62
Febre	47
Inflamação intestinos	41
Moléstia interna <sup>37</sup>	
Tifo	29
Estupor	19
Paralisia	17
Congestão cerebral	16
Repentinamente	13
Diarréia	10
<b>Total</b>	<b>450</b>

Para o caso de São Paulo, as análises que focam as áreas médicas e da saúde quase sempre centram suas preocupações na tuberculose ou na febre amarela, que muitas vítimas

---

<sup>650</sup> - Em fevereiro de 1878, o antigo *lazareto* para variolosos, já em ruínas, estava instalado no *Areal*, no bairro de Santana. Mediante a necessidade de um novo lazareto, uma comissão escolheu um terreno localizado na “colina do Araçá”, ao lado da “estrada de Pinheiros”. Seguindo os preceitos então vigentes, o que mais pesou nessa escolha foi o isolamento ou a distância em que a colina se encontrava “*de pontos povoados*”. Mais ainda, o novo hospital ficaria “*não muito distante do cemitério*” da Consolação, algo de suma importância, alegou a comissão, e isso “*pela convicção em que está de que a propagação da varíola se opera muito eficazmente pelos miasmas virulentos que exalam os cadáveres (...)*”, completando que “*Se pois o lazareto fosse colocado de modo que os corpos das vítimas da varíola tivesse de percorrer centros populosos para irem ao cemitério, não se conseguiria o fim a que o estabelecimento se destina, qual seja a extinção do mal pela segregação tanto das pessoas afetadas, como dos corpos impregnados do vírus.*” (meus destaques) A.C., 03/02 e 14/03/1878. Sobres este hospital de isolamento (atual Emílio Ribas) daremos mais alguns detalhes nos capítulos seguintes.

fizeram finais do século XIX e primeiras décadas do XX. Sem dúvida alguma elas merecem essa relevância, até porque a ocorrência desses males naquele período desencadearia ações controversas e já amplamente discutidas como, por exemplo, o foco de seu combate centrarse na população mais pobre, nos moradores dos cortiços localizados no centro da cidade (Santa Ifigênia, principalmente). Porém, não apenas de varíola, de tuberculose ou de febre amarela morriam os paulistanos; muitas outras doenças se faziam presentes na cidade, todas elas anotadas pelos médicos nos registros de sepultamentos.

A esse respeito as pesquisas revelaram, para o ano de 1890, cerca de 351 (trezentas e cinquenta e uma) doenças causadoras de morte na cidade e, vale lembrar, trinta anos antes, em 1860, elas eram apenas 90 (noventa). Claro, nenhuma doença nova foi “inventada” nas três décadas que separam 1860 de 1890, apenas o olhar médico é que se modificou, sofisticou-se, ateu-se a detalhes, par a par com o avanço da microbiologia. Como já foi detalhado páginas atrás, até meados dos oitocentos era a aparência ou aquilo que poderia ser visto e sentido (os sintomas, portanto) que classificavam as doenças e a causa das mortes, assim nada a estranhar que alguém morresse de uma *pontada*, ou por conta das inúmeras *moléstias internas*, *afecções* ou *inflamações* diversas, de *cupim nos pés*, de *histeria* ou de *alienação*. Disso o povo entendia. Mas, a partir das últimas décadas do século XIX, os rumos das doenças e da morte galgaram caminhos desconhecidos, entraram pelo corpo, numa área que somente os médicos dominavam. Esta sofisticação e todo detalhamento pode ser visto na tabela a seguir, esta elaborada com base nos 2.415 sepultamentos realizados na cidade no ano de 1890, onde listamos todas as causas de morte, bem como suas quantidades. Seguindo uma ordem alfabética, na primeira coluna está o nome da doença, em seguida a quantidade de sua ocorrência nos óbitos, estes divididos entre os sexos masculino (segunda coluna) e feminino (terceira coluna); finalmente, na última coluna, a soma de óbitos por cada doença. Algumas enfermidades, dada a sua maior ocorrência, encontram-se sublinhadas ou em destaque; de algumas delas falaremos a seguir.

1890	M	F	T			
Abscesso fígado	02	-	02	Afecção pulmonar	03	- 03
Acesso algido	01	01	02	Afecção uterina	-	01 01
Acesso algido tifóide	01	-	01	Afecção vulminosa	-	01 01
Acesso intra abdominal	01	-	01	Afogamento	10	- 10
Acesso paludoso	-	01	01	Aftas generalizadas	01	- 01
Acesso pernicioso	24	10	34	Alcoolismo	03	02 05
Adinamia	01	01	02	Amolecimento cerebral	03	03 06
Afecção cerebral	01	-	01	Anasarca	01	01 02
Afecção coração	02	01	03	Anasarca escarlatina	01	- 01
Afecção hepática	01	-	01	Anemia	06	07 13
Afecção intestinal	03	05	08	Anemia cerebral	01	02 03
Afecção palustre	02	-	02	Anemia intestinal	-	01 01
Afecção pneumônica	-	01	01	Anemia profunda	01	- 01

Aneurisma	01	-	01
Aneurisma aorta	06	01	07
Aneurisma, ruptura de	-	01	01
Angina	03	04	07
Angina crupe	01	-	01
Angina diftérica	04	04	08
Angina escarlatina	02	03	05
Angina gangrenosa	01	02	03
Angina maligna	01	-	01
Angina puerperal	-	01	01
Angina putacis	01	-	01
Angina ulcerosa	01	-	01
Aorta, ruptura de	-	01	01
Aorta torácica	01	01	02
Apoplexia	02	01	03
Apoplexia cerebral	02	01	03
Apoplexia cerosa	-	01	01
Apoplexia pulmonar	01	-	01
Ascila (Ascita?)	01	-	01
Asma	-	01	01
Asma cardio vascular	02	-	02
Assistoba	-	01	01
Atematite	-	01	01
<b>Atrepsia</b>	<b>80</b>	<b>65</b>	<b>145</b>
Atrepsia fígado	01	-	01
Atrepsia por diarreia	-	01	01
Atrepsia tuberculose	01	-	01
Atrofia fígado	02	-	02
Auramento cerebral	-	01	01
Bacilose pulmonar	-	01	01
Beriberi	-	01	01
Bronco pneumonia	27	25	52
Bronco pleuro pneumonia	01	01	02
Bronquite	24	11	35
Bronquite asmática	01	01	02
Bronquite capilar	42	53	95
Bronquite pulmonar	01	-	01
Cancro no estômago	03	-	03
Cancro na face	-	01	01
Cancro no seio	-	01	01
Cancro no útero	-	02	02
Caquexia	04	01	05
Caquexia arterial	01	-	01
Caquexia cancerosa	01	02	03
Caquexia cardíaca	-	01	01
Caquexia hepática	01	-	01
Caquexia paludosa	-	02	02
Caquexia palustre	01	01	02
Caquexia senil	-	01	01
Caquexia sifilítica	-	01	01
Caquexia tuberculose	01	-	01
Caquexia ulcerosa	01	-	01
Carbúnculo	01	-	01
Carcinoma	-	01	01
Carcinoma abdominal	01	-	01
Carcinoma estômago	-	02	02
Carcinoma interno	-	01	01
Carcinoma intestinal	01	01	02
Carcinoma útero	-	02	02
Catarrho pulmonar	01	02	03
Catarrho senil	01	-	01
Catarrho sufocante	10	10	20

Catarrho tráqueo	01	-	01
Cestiane 1º grau	01	-	01
Ceteno intestinal	-	01	01
Cirroze	02	01	03
Cirroze atrofica	-	01	01
Cirroze fígado	12	04	16
Cistite hepática	01	-	01
Colapso	-	01	01
Colapso cerebral	02	01	03
Cólera infantil	01	-	01
Colerina	02	01	03
Coma diabético	-	01	01
Concupção	01	02	03
Congestão cerebral	20	07	27
Congestão hepática	-	01	01
Congestão pulmonar	02	03	05
Constipação	01	-	01
Convulsão cerebral	01	-	01
Convulsão-convulsões	16	06	22
Convulsão intestinal	-	02	02
Coqueluxe	07	08	15
Criança abandonada	02	01	03
Crupe	01	01	02
Defitomon mesentérica	-	01	01
Degenerência	-	01	01
Delirium tremens	02	-	02
Demência	-	01	01
Dentição	01	05	06
Dentição eclampsia	-	01	01
Diabetes	01	-	01
Diactose gangrenosa	-	01	01
Diarreia	26	30	56
Diarreia coleniforme	-	01	01
Diarreia hepática	-	01	01
Diarreia palude	01	-	01
Diarreia palustre	01	-	01
Diarreia verde	04	01	05
Difteria	03	01	04
Difteria variolosa	01	-	01
Dugor petoris	01	-	01
Eclampsia	06	04	10
Edema cerebral	-	01	01
Edema geral	01	-	01
Edema pulmonar	01	-	01
Efisema	01	01	02
Embolia cerebral	04	05	09
Encefalite	10	06	16
Encontrado morto	01	-	01
Endo artenite	01	-	01
Endocardite reumática	02	-	02
Engorgitamento fígado	01	-	01
Enterite	48	49	97
Enterite (A)Otronico	01	-	01
Enterite abnomica	-	02	02
Enterite catarral	01	-	01
Enterite cloriforme	-	01	01
Enterite pernicioso	-	01	01
Enterocolia	-	01	01
Enterocolite	60	44	104
Epilego nefrite epitedial	-	01	01
Epilepsia	01	01	02
Escarlatina	02	01	03
Eschuose medular	-	01	01

Escorbuto	01	-	01
Esmagamento tórax	01	-	01
Espasmo		01	01
02			
Esteatose cardíaca	02	-	02
Estomatite	-	02	02
Estomatite ulcerosa	02	-	02
Estrangulação	01	-	01
Estrangulamento interno	01	-	01
Estreitamento do esôfago	-	01	01
<b>Febre</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Febre amarela</b>	<b>04</b>	<b>01</b>	<b>05</b>
<b>Febre americana</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>01</b>
<b>Febre angina</b>	<b>02</b>	<b>-</b>	<b>02</b>
<b>Febre biliosa</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
<b>Febre catarral</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>02</b>
<b>Febre cerebral</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Febre dinâmica</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>01</b>
<b>Febre escarlatina</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>02</b>
<b>Febre gástrica</b>	<b>02</b>	<b>-</b>	<b>02</b>
<b>Febre inflamatória</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Febre malárica</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>04</b>
<b>Febre paludosa</b>	<b>11</b>	<b>06</b>	<b>17</b>
<b>Febre palustre</b>	<b>25</b>	<b>08</b>	<b>33</b>
<b>Febre peritonite</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Febre perniciosa</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>
<b>Febre puerperal</b>	<b>-</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
<b>Febre remitente</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>37</b>
<b>Febre tifóide</b>	<b>38</b>	<b>21</b>	<b>59</b>
<b>Febre tísica</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
Ferimento coração	01	-	01
Ferimento penetrante	01	-	01
Idem pulmão e coração	-	01	01
Fimatose	-	01	01
Fimatose pulmonar	01	-	01
Fraqueza	-	02	02
Fraqueza congênita	08	10	18
Fratura cervical	-	01	01
Fratura crânio	01	01	02
Fratura rachis	01	-	01
Gangrena	02	-	02
Gangrena boca	-	02	02
Gangrena esterinos	01	-	01
Gangrena geral	-	01	01
Gangrena pés	01	-	01
Garpina pulmão	01	-	01
Gastrite	01	-	01
Gastro enterite	41	43	84
Gastro enterocolite	02	06	08
Gastro hepático	02	02	04
Gastro intestinal	01	-	01
Glânglios mesentéricos	-	01	01
Hemorragia	01	02	03
Hemorragia cerebral	21	14	35
Hemorragia consecutiva	02	-	02
Hemorragia interna	-	01	01
Hemorragia por ferimento	02	-	02
Hemorragia pós parto	-	04	04
Hemorragia pulmonar	06	01	07
Hepaterção pulmonar	02	-	02
Hepatite	03	10	13
Hepatite infecciosa	-	01	01
Hepatite intestinal	01	-	01

Hepatite supurada	01	-	01
Hepato apenite	-	01	01
Hepato enterite	-	01	01
Hérnia estrangulada	01	-	01
Hernia umbilical	-	01	01
Hidro encefalite	01	-	01
Hidrofobia	01	-	01
Hidropericardite	02	-	02
Hidropesia	01	01	02
Hidroteção	01	-	01
Hipertrofia do coração	02	-	02
Hymanegite	01	-	01
Icterícia	-	03	03
Ictus apoplético	-	01	01
<b>Impaludismo</b>	<b>08</b>	<b>15</b>	<b>23</b>
Inanição	01	04	05
Infecção	-	01	01
Infecção cancerosa	01	-	01
Infecção malitosa	-	01	01
Infecção morbilosa	01	-	01
Infecção palustre	02	03	05
Infiltração purulenta	01	-	01
Infecção urêmica	01	-	01
Influenza	01	-	01
Insolação	01	-	01
Insuficiência aorta	-	02	02
Insuficiência mitral	08	05	13
Intoxicação	02	-	02
Intoxicação palustre	01	-	01
Intoxicação teltúrica	-	01	01
Inviabilidade	10	11	21
Irregularidade circulação	01	-	01
Laringite perniciosa	-	01	01
Laringite Hysmutosa	-	01	01
Lepra tuberculosa	-	01	01
Lesão no coração	68	48	116
Lesão mitral	02	-	02
Lesão orgânica	-	01	01
Lesão orgânica pulmonar	01	-	01
Lesão renal	-	01	01
Lues cerebri (hospício)	-	01	01
Mal de Bright (nephrite)	06	03	09
Marasmo	07	08	15
Marasmo melancólico	03	-	03
Marasmo paralítico	02	-	02
Marasmo do sangue	-	01	01
Marasmo senil	03	07	10
Meningite	24	13	37
Meningite cerebral	02	-	02
Meningite e denteção	-	01	01
Meningite encefalite	06	03	09
Meningite tuberculosa	03	01	04
Mesenterite	04	03	07
Mesenterite tuberculosa	-	01	01
Metro peritonite	-	06	06
Metro puerperal	-	01	01
Mielite	01	-	01
Miocardite infecciosa	01	-	01
Misério orgânico	01	-	01
Moléstia natural	01	-	01
Mórfea	01	-	01
Necrose ossos	01	-	01
Nefiterite pneumatoce	-	01	01
Nephrite	08	02	10

Nefrite panchimatose	01	-	01
Nefrite parenchimatose	03	03	06
Obstrução intestinal	01	01	02
Oclusão intestinal	01	-	01
Opressão no ventre	01	-	01
Paralisia	03	03	06
Paralisia agitante	01	-	01
Paralisia geral	03	01	04
Parto	-	03	03
Paturmismo	01	-	01
Pelendinâmica	01	-	01
Peritonite	01	06	07
Peritonite puerperal	-	01	01
Peritonite suporada	01	-	01
Peritonite tifóide	01	-	01
P.H. tísica	-	01	01
Pleurisia (pleurite)	02	-	02
Pleuro pneumonia	01	03	04
Pleuropneumatórax	02	-	02
Pneumatose pulmonar	01	-	01
Pneumonia	21	15	36
Pneumonia dupla	07	03	10
Pneumonia hepática	01	-	01
Pneumonia tífica	01	-	01
Polinerite infecciosa	01	-	01
Poscumoneto	-	01	01
Pústula maligna	01	-	01
Queimadura	05	03	08
Raquitismo	05	03	08
Reumatismo	01	01	02
Rutonite	01	-	01
Sanani (snani)	-	01	01
Sarampão	04	03	07
Sarampo	07	01	08
<b>Sem Assistência médica</b>	<b>64</b>	<b>61</b>	<b>125</b>
Septecemia	01	04	05
Septecemia cardíaca	-	01	01

Septecemia puerperal	-	01	01
Serose renal	-	01	01
Seselento	01	-	01
Sífilis	05	02	07
Sífilis congênita	04	01	05
Sífilis constitucional	-	01	01
Sífilis pulmonar	01	-	01
Síncope	-	01	01
Síncope cardíaca	04	06	10
Talies dorseales	01	-	01
Tétano	05	04	09
Tétano recém nascidos	08	06	14
Tétano traumático	01	-	01
Tifo	05	04	09
Tifo abdominal	02	-	02
Tifo palustre	-	01	01
Tiro revólver	01	-	01
Tísica	-	04	04
Tísica pulmonar	02	05	07
Tosse convulsa	02	01	03
Tubérculos generalizados	-	04	04
Tubérculos laringe	01	-	01
Tubérculos mesentéricos	24	18	42
Tubérculos pulmonares	49	60	109
Tuberculose	32	31	63
Tumor	01	-	01
Tumor cerebral	01	-	01
Tumor garganta	01	-	01
Tumores escrofulosos	01	-	01
Ulceração intestinal	-	01	-
Uremia Brigtia (Bright)	-	01	01
Valvulo	01	-	01
Variola	03	01	04
Velhice	03	10	13
Veneno ofídico	01	-	01
Vermes	11	05	16
Volvo	-	01	01

Para a construção deste quadro, optamos pelo registro de cada uma das doenças da forma como elas se encontram nos livros de óbitos, atualizando apenas a sua grafia e desconsiderando os lapsos ocorridos na escrita de outras. Dessa forma, temos para a cidade de São Paulo, no ano de 1890, a mais completa estatística de morte que, certamente, poderá subsidiar outras análises como, por exemplo, a partir dos órgãos afetados, o caráter infecto-contagioso das enfermidades, bem como outros agrupamentos possíveis, cuja morbidade são altamente reveladoras da vida e das condições sociais.

As crianças, por exemplo, eram afetadas pela atrepsia (problemas relacionados à desnutrição) com 145 casos e que, somada à coqueluxe (15 casos), crupe (02) e verminoses (16), podem já nos oferecer um quadro a respeito da mortalidade infantil que, em mais detalhes, será tratada no próximo capítulo. Outras análises, por sua vez, poderiam ser realizadas com base nos males que atingiam o sistema respiratório, incluindo aqui as

bronquites, pneumonias e tuberculose que somadas, representam cerca de 450 casos de morte. Nessa mesma concepção, os problemas relacionados com o aparelho digestivo (muitos deles de caráter infeccioso) foram a causa de mais de 160 mortes. Chama a atenção também que, dos 2.415 óbitos anotados para o ano de 1890, 116 deles tenham ocorrido devido a lesões no coração, um número bastante expressivo por sinal, sendo que a enfermidade afetou – como na atualidade – mais os homens (68 casos) do que as mulheres (48 casos). A varíola, por sua vez, não fez muitas vítimas naquele ano, anotando-se apenas 4 casos. Por último, cabe uma explicação a respeito de uma causa que, num primeiro momento pode nos parecer estranha, ou seja, os 125 casos registrados como *sem assistência médica*. De fato, a expressão antes indicaria uma situação do que uma enfermidade, posto que diz respeito a uma provável falta de “assistência médica” durante a doença. Sem dúvida que isso ocorria, porém um registro de morte assim redigido explicitava uma outra circunstância, qual seja, a de que o atestado de óbito não fora firmado por um médico. A falta de assistência médica, portanto, seria em relação à morte, não obstante a grande possibilidade de também o ter sido durante a enfermidade. Segundo as disposições legais daquela época, outros profissionais poderiam “atestar” como, por exemplo, os delegados de polícia ou as parteiras.<sup>652</sup> Assim, verifica-se que 80% dos casos citados como sem assistência médica referem-se a crianças, desde recém-nascidos até a idade de dois ou três anos. Os demais casos dividem-se entre as pessoas com 60 anos ou mais (10%) e cujas mortes, a exemplo do das crianças, não chamavam tanto a atenção por serem consideradas “naturais”; completaram a lista muitos indigentes encontrados mortos. De qualquer forma, não deixa de ser representativa a citação de tal causa uma vez que, entre as décadas de 1860 e 1870, tais óbitos não mereceriam qualquer identificação ou, então, cairiam no comum das “moléstias incógnitas” como se costumava dizer. Mais ainda, a causa mortis *sem assistência médica* nos revela o espaço galgado pelos profissionais da medicina naquele momento. A morte sem causa específica, muito comum em épocas anteriores, agora já não deveria mais ser aceita e, para a sua verificação, a opinião de um médico não poderia ser dispensada; sob esse aspecto, a identificação de que houvera um falecimento “sem assistência médica” até poderia dar direito ao sepultamento no cemitério, mas era também um alerta que, antes, jamais seria feito.

Resta-nos analisar o caso das “febres”, estas apontadas como causa para 244 mortes

---

652 - Tal prerrogativa acabou sendo utilizada por outros profissionais que também se julgavam aptos a passar tais certidões. Em 1900, por exemplo, o administrador do cemitério do Araçá reclamava: “*Acontecendo que alguns escrivães passam certidões de pessoas falecidas sem assistência médica, não tendo para tal fim o atestado do facultativo e trazendo isto embaraços ao serviço desta administração, peço-vos dignéis providenciar perante ao Sr. Secretário do Interior, para que os srs. escrivães deixem de passar as referidas certidões (...) para serem os cadáveres depositados no necrotério deste cemitério a disposição do médico da Polícia afim de constatar a causa mortis.*” Coleção Papéis Avulso do A.H.M., 1900, vol. 1.476, doc. s/nº, datado de 11/10/1900.

ocorridas em 1890, incluindo aqui o chamado “impaludismo”, também conhecido como febre palustre, terçã ou quartã, nomes esses que identificam hoje a malária.

<b>1890</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>T</b>
Febre	-	01	01
Febre amarela	04	01	05
Febre americana	01	-	01
Febre angina	02	-	02
Febre biliosa	02	03	05
Febre catarral	01	01	02
Febre cerebral	-	01	01
Febre dinâmica	01	-	01
Febre escarlatina	01	01	02
Febre gástrica	02	-	02
Febre inflamatória	-	01	01
Febre malárica	01	03	04
Febre paludosa	11	06	17
Febre palustre	25	08	33
Febre peritonite	-	01	01
Febre perniciosa	20	20	40
Febre puerperal	-	02	02
Febre remitente	13	24	37
Febre tifóide	38	21	59
Febre tísica	02	03	05
Impaludismo	08	15	23
<b>Total de casos</b>			<b>244</b>

Em 1890, portanto, registraram-se 20 (vinte) tipo diferentes de “febres” nos óbitos, mas oito anos antes, em 1882, a quantidade delas foi bem menor, 09 (nove), como podemos ver na tabela:

<b>1882</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>T</b>
Febre	07	05	12
Febre intermitente	01	-	01
Febre maligna	-	01	01
Febre miliar	01	-	01
Febre paludosa	01	-	01
Febre perniciosa	05	02	07
Febre puerperal	-	02	02
Febre remitente	03	02	05
Febre tifóide	12	10	22
<b>Total de casos</b>			<b>52</b>

Para 1872, anotamos um número ainda menor, apenas 07 (sete), assim descritas: febre, febre catarral, febre cerebral, febre *consumptiva*, febre escarlatina, febre perniciosa e febre tifóide. Como podemos retroceder ainda mais, para o ano de 1862 o levantamento indicou somente 04 (quatro) diferentes “qualidades” deste mal assim contabilizados:

<b>1862</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>T</b>
-------------	----------	----------	----------

Febre	22	23	45
Febre tifo	-	01	01
Febre catarral	-	01	01
Moléstia de febre	01	01	02
<b>Total de casos</b>			<b>49</b>

Como em todos os anos apontados, é possível ainda verificar a ocorrência dessas febres tendo em vista a faixa etária e, para os 49 casos anotados em 1860, em apenas três deles não constava a idade do falecido. Assim, a tabela por idade de falecimento em decorrência de febres nos mostra a sua grande incidência entre as crianças, com 21 registros para os menores de um ano e 17 para os que se encontravam na faixa entre um e cinco anos.<sup>653</sup> O quadro, portanto, é o seguinte no que diz respeito à faixa etária:

- 01 ano	21
01 a 05	17
06 a 10	02
21 a 25	03
26 a 30	01
+ de 50	02

Importa, certamente, não apenas verificar a pequena quantidade de 04 tipos de febres em 1860, e a sua variação para 20 em 1890. De fato, e para o primeiro período, temos que levar em consideração a questão de que a maioria dos bilhetes de sepultamentos não era redigida por médicos, e sim por padres. Estes, ao atestarem a morte, geralmente se valiam de informações passadas por familiares ou pessoas mais próximas do doente. Porém, as informações não devem ser invalidadas, até porque aqui conseguimos nos aproximar das referências, da experiência, ou de um saber popular a respeito das doenças e da morte: morria-se mesmo era de febre, não importando qual o tipo, o órgão afetado ou menos ainda as suas origens.

Entre 1872 e 1882, a febre ganha algumas individualizações, intensifica-se a sua classificação, seja a partir do órgão atingido (febre cerebral) ou já identificando um problema específico (febre puerperal), o que nos mostra uma presença mais ativa dos médicos na avaliação das enfermidades e, principalmente, sua atuação mais efetiva quanto à elaboração dos atestados de óbito. Por outro lado, o aumento excessivo nos tipos de febres que notamos para 1890 espelha justamente essa sofisticação de um olhar médico que, naquela época, tinha por arcabouço uma epistême anatomopatológico; os órgãos atingidos e suas lesões visíveis, em primeiro lugar, e os seus sintomas, por último. A proliferação de inúmeras “febres” no

---

<sup>653</sup> - Aqui apenas como um exemplo das possibilidades oferecidas pelos Registros de Sepultamentos, o caso da

final do século XIX, como demonstrado no quadro para 1890, é um claro exemplo disso.

E já que a distância no tempo obscurece o entendimento que se tinha a respeito das febres, podemos nos valer de um “Guia Médico”<sup>654</sup> daquele período onde o verbete que descreve este mal foi redigido da seguinte maneira:

**Febres.** – *Não symptomaticas das moléstias agudas.* Na Europa e em todas as regiões existem muitas febres distintas. No Brasil não temos senão *uma febre*, é a *febre palustre*, a febre do veneno dos pântanos, que ora se chama Febre intermitente, ora Maleitas, ora Sezões, ora Febre thyphoide, ora Febre perniciosa, ora Febre larvada, ora Febre biliosa grave dos países quentes. Todas estas designações não indicam senão um só e o mesmo fato: o envenenamento do sangue pela absorção de plantas microscópicas, geradas nos pântanos.

Ao trazer esta primeira explicação, o guia já nos mostra a relação que se fazia entre as febres e os pântanos, as áreas alagadas, tão comuns em São Paulo naquele período, e esclarece um pouco mais sobre os perigos então presentes naquele momento, especialmente os imputados à Várzea do Carmo como já tivemos a oportunidade de analisar. Por outro lado, afirma-se: apesar dos vários nomes, existia mesmo apenas uma febre em São Paulo, a *palustre*. Em seguida, continua o guia, era preciso dizer que a *febre amarela*, tão comum no litoral, não ultrapassava a serra do mar e, por isso os paulistanos dela estavam livres. Livres também estariam eles da *febre tifóide*, porque para ela em São Paulo “*faltariam-lhe absolutamente as condições de origem e da propagação.*” O que se chamava por tal nome nada mais era do que “*a nossa febre palustre*”, muito artilosa, por sinal, já que ela se apresentaria “*sob todas as formas, revestindo todas as feições, todas as máscaras, ocasionando assim graves erros de diagnósticos pela variedade de tipos que pode afetar e de sintomas que pode apresentar.*”

Toda essa descrição, como lembrado por Foucault, pode nos parecer confusa, mas certamente não o era para aquela época. Como disse este autor, aquela rede “*desordenada para os nossos olhos*” contemporâneos é um problema moderno, pois ela só “*se tornou confusa no dia em que o olhar médico mudou de suporte epistemológico*”.<sup>655</sup>

A sensibilidade do olhar, a prática em perceber pequenas alterações na temperatura, na cor da pele, da língua, etc., era muito mais aguçada que a nossa, já que exigia-se isso em relação à doença; hoje não mais. Daí que o mais leve tremor no corpo, ou uma simples dor de cabeça mereciam atenção, até porque existia mesmo a *febre sem febre*:

---

mortalidade infantil será tratado com mais vagar no próximo capítulo.

654 - “Guia Médico” publicado no “Almanacha Litterario de São Paulo para o ano de 1879” por José Maria Lisboa; S.P.: Ed. fac-similar, Governo do Estado de S. Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de S.P., s/ data, p. 05 a 43. Apesar de não conter assinatura ou qualquer outra indicação, constatei que este “Guia Médico” foi baseado em dois grandes dicionários médicos do período, um de autoria de Chernoviz, e o outro de Langaard.

655 - Foucault, Michel; *O Nascimento da Clínica*, 1994, especialmente o capítulo X, “A crise das Febres”, p. 199 e segs.

A nossa febre palustre apresenta todos os graus de intensidade: desde o mais benigno arrepio de corpo, ou a mais leve dor de cabeça, manifestando-se a uma hora certa, até a mais violenta explosão de um ataque pernicioso. **Nenhuma moléstia existe no mundo mais traiçoeira.** Devemos estar sempre alerta, na cabeceira de qualquer doente, para não deixar escapar o menor indício de sua presença. É uma febre de tal ordem que muitas vezes o doente, no estado mais perigoso, não acusa absolutamente reação febril alguma, não tem sede, não tem dor, não se queixa de cousa alguma. **É uma febre sem febre!** É a esta forma que se dá o nome de *febre larvada*, que quer dizer mascarada. Neste caso, o mais seguro indicio da gravidade da moléstia, é o aspecto de apatia, de indiferença, de irresolução, de grande abatimento moral e físico, que se nota no rosto do doente: é a sua nenhuma vontade de deixar o leito, no qual conserva-se indefinidamente deitado de costas; é, enfim, um tremor mais ou menos pronunciado, que se observa nas mãos, nos braços e na língua, que é ordinariamente seca, e coberta de uma camada de muco espesso, mais ou menos escuro ou cor de fuligem, do mesmo modo que as gengivas, os dentes e os lábios. (...) Os doentes que morrem de pneumonia, morrem realmente de *febre pernicioso*. A pneumonia franca e simples é uma moléstia benigna, da qual ninguém morre. (meus destaques)<sup>656</sup>

A cautela diante das febres era algo compreensível, pois elas se constituíam, ao lado variola, numa das grandes causas de morte durante todo o século XIX como bem demonstram as estatísticas. Ao mesmo tempo, o receio dessa doença, bem como o conhecimento que se tinha a respeito de suas causas, possibilitou a construção de uma nova imagem da cidade enquanto portadora de perigos. Apesar de já existirem reclamações a respeito das águas pútridas e estagnadas por toda cidade, foi somente a partir do último quartel do século XIX que verificou-se, a exemplo da poeira, uma verdadeira “neurose das águas pútridas”. Ao ler as reclamações enviadas à municipalidade fica a impressão de que, instantaneamente, todas as ruas da cidade estavam cheias de buracos com águas estagnadas, o lodo esverdeado invadira as ruas, especialmente as do Bom Retiro e de Santa Ifigênia, febres pipocavam nas margens do Tamanduateí e do Anhangabaú; clamava-se por calçamentos e completo “esgotamento” da cidade como forma de se evitar os focos “paludosos” que, se ainda não haviam provocado doenças, certamente as trariam com a exposição dos moradores às suas “exalações pestíferas”:

“Ofício do Dr. Chefe de Polícia de 23 de Fevereiro findo, comunicando que tendo denúncia da existência de agoas estagnadas no campo dos Curros produzindo typho nas proximidades, para ali se dirigio acompanhado de um médico, encontrando com efeito agoas acumuladas que pela natureza do terreno não podiam ter fácil derivação; mas foram informados que os casos de typho que ali se deram foram antes das chuvas, concordando entretanto o médico que a conservação das agoas pela acção mais ou menos demorada do sol pode produzir moléstias, pelo que pedia providências a respeito – Que se

---

656 - “Guia Médico”, op. cit. Apesar de não ser citada nos registros de sepultamentos, existia ainda uma febre exclusiva na região, a chamada “Febre Paulista”, tal era a importância do mal e suas características ditas especiais. Em finais do século XIX (entre 1896 e 1897) travou-se inclusive uma discussão no meio médico se tal febre realmente existiria ou, se ao contrário, não seria ela uma forma de malária ou de febre tifóide. Tal discussão pode ser acompanhada em Antunes (1992) e em Teixeira (2004).

lhe responda que já está providenciado.”<sup>657</sup> (meus destaques - o antigo Campo dos Curros é a atual Praça da República)

E assim, num contínuo, a cidade foi tematizada por este viés: percebia-se que a rua 24 de Maio estava coberta com águas estagnadas; que a rua da Imperatriz (hoje 15 de Novembro) até o Largo do Rosário (Praça Antonio Prado) estava cheia de poças exalando uma fedentina insuportável, havendo queixas “*dos transeuntes que vem-se obrigados a tapar o nariz para não serem atacados de dor de cabeça*”<sup>658</sup>, da antiga rua dos Bambús nos Campos Elíseos (atual Av. Rio Branco), passando pelas problemáticas baixadas do Brás e do Pari, e até as ruas do centro, as reclamações somavam-se às dezenas: notava-se com temor a formação “*de verdadeiras lagoas em dias de chuva*”. Estas, por sua vez e com a ação do sol, produziam “*miasmas deletérios*”, transformando-se em verdadeiros “*focos de infecção e de moléstias.*”

Apesar desse cheiro nauseabundo ainda causar temor, a ele adicionou-se a existência dos monstruosos micróbios. As águas pútridas transformam-se então num verdadeiro caldo mortífero:

“A comissão de Higiene examinando a petição de Dyonizio Pereira dos Santos, proprietário de diversas casas no Largo do Arouche, casas esses em que estabeleceu um esgoto de matérias fecaes para o tanque do Arouche, sem licença nem sequer consulta desta Intendência a exemplo do que também fez, segundo diz, o Dr. Jaguaribe Filho, em suas casas contíguas, attendendo-se a que esses exgotos que servem cerca de seis casas além das duas do Dr. Jaguaribe, todas hoje ocupadas com moradores, convergem para um córrego que passa pelos fundos das diversas casas da rua Santa Cecília e D. Maria Thereza, córrego esse cujas águas são aproveitadas por todos os moradores dessas casas para os diversos misteres, tendo em vista o enorme perigo que d’ahi provém não só a esses moradores, como a todo o bairro, é de parecer que se mande obstruir esses encanamentos (...)”<sup>659</sup>

O nosso olhar contemporâneo - não o daquela época - percebe aqui a origem de muitas das diversas febres que grassaram na cidade durante todo o século XIX, ou seja, através do consumo de águas carregadas de impurezas por conta dos despejos de lixo e esgotos realizados nos córregos. Como vimos em detalhes na primeira parte deste estudo, o lixo escorria por toda a cidade e, descendo as encostas, “*infectavam*” as águas do Anhangabaú e do Tamanduateí. Por vezes eram as águas dos próprios chafarizes que,

---

<sup>657</sup> - A. C., sessão do dia 07/03/1874 p. 40. O “campo dos Curros” é a atual Praça da República.

<sup>658</sup> - A. C. 18/04/1892, volume manuscrito, p. 32 verso.

<sup>659</sup> - A. C. sessão do dia 03/12/1890, p. 236.

abastecendo as residências, levavam consigo os germens da febre e de inúmeras doenças.<sup>660</sup> A esse respeito, aliás, lembrou o memorialista Vieira Bueno - muitos anos depois, é preciso dizer - do verdadeiro horror que deveriam ser tais águas:

“... arrepiam-se-me os cabelos quando me lembro da impureza da água do chafariz da Misericórdia, que era a que se gastava em nossa casa. Vinha do tanque chamado Reúno, que era uma represa dum pequeno córrego afluente do Anhangabaú; e em seu trajeto, até chegar na cidade, passava por um rego, descoberto, parte do qual atravessava um arrabalde escuso, chamado rua do Rego, cujo ar era empestado, e cujo chão era juncado de caveiras de boi, de sabugos, de chifres, de ossos, e de outros resíduos imundos, porque os moradores eram quitandeiros de miudezas do matadouro.”<sup>661</sup>

Claro que desde a década de 1870 a cidade já contava com um sistema de água encanada implantado pela Cia. Cantareira, mas como nos informa Everardo Vallin de Souza, este “serviço deixava muito a desejar, a caixa d’água era alimentada por uma tubagem única de trinta centímetros de diâmetro, provinda dos mananciais da serra da Cantareira; pouquíssimas eram as residências” que podiam contar com tal benefício mesmo nos anos de 1890.<sup>662</sup>

De tal maneira era a vida na cidade que, não fossem as quase anuais epidemias, estavam seus moradores às voltas com as febres e um sem número de outros males que ceifavam-lhes as vidas, a grande maioria ainda em tenra idade.

## Capítulo 2 - A mortalidade infantil

---

<sup>660</sup> - Entre finais do século XIX e início do XX, a água esteve relacionada também com um outro perigo, como nos mostra o seguinte discurso: “Indico que o Exmo Sr. Dr. Prefeito mande intimar aos proprietários de terrenos alagadiços e brejos existentes na rua Anhangabaú, a saneá-los visto ser o ninho de enorme quantidade de mosquitos, hoje francamente considerados transmissores do germen da febre amarella. S.Paulo 07 de março de 1903 - Dr. P. da Rocha - À Prefeitura.” A.C. 07/03/1903, pg. 63 e 64.

<sup>661</sup> - **Bueno**, Francisco de Assis Vieira; *A cidade de São Paulo - recordações evocadas de memória*; S.P.: Academia Paulista de Letras, 1976, p. 23.

<sup>662</sup> - **Souza**, Everardo Vallim Pereira de; *Reminiscências acadêmicas 1887-1891 - metamorfose da paulicéia provinciana em grande metrópole*; In: **Moura**, Carlos Eugênio Marcondes (org.); “Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX”; S.P.: Ed. da Unesp e Imprensa Oficial do Estado, 1999, p. 205.

Seu nome era Ana, nasceu em São Paulo em 1860 e morava no distrito da Sé. Ela não tinha sobrenome, e este era o costume. Essas crianças eram apenas filhas de Franciscas, Antonias ou, quanto muito, de um certo Manoel ou Joaquim.

Ana, a exemplo das inúmeras Marias, Josés e Beneditos, passaram rapidamente pela cidade e, enquanto isso, estavam a andar descalças em casa, nas ruas e calçadas; brincavam nos quintais de terra onde era costume criar-se algumas galinhas e porcos, bem como era o local onde se despejavam partes do esgoto e do lixo doméstico. E as crianças da casa viviam por ali.

Ana era filha de Margarida, tão somente. Mãe e filha sem sobrenomes. Margarida era crioula, nascida no Brasil, e escrava; Ana também. De seu pai nenhuma informação. A menina, como centenas de outras, era filha de *pai incógnito*, um caso corriqueiro na São Paulo daquela época.<sup>664</sup> Ana, portanto, nascera escrava e sua mãe, Margarida, pertencia a Gabriel Serafim da Silva. A menina, por sua vez, e mesmo com pouca idade, tinha outra senhora, já que escrava de D. Maria Leopoldina de Siqueira.

Ana passaria rapidamente por São Paulo, pois viveu muito pouco. Com apenas dois anos já sofria com uma verminose que lhe tiraria a vida, e isto no dia 8 de fevereiro de 1862. Foi sepultada no dia seguinte, no cemitério da Consolação, na Quadra 2ª dos Anjos do Meio, sepultura nº 44.<sup>665</sup> Ana teve uma breve existência e, a não ser talvez pela anotação de seu de batismo, o registro mais detalhado de sua vida foi aquele onde constou a sua morte. E como ela, assim ocorreu com milhares de outros pequenos que, quase anônimos, viveram pouquíssimo tempo na cidade do século XIX.

Casos como os de Ana, antes de se constituírem em exceção, eram, na verdade, a regra naquele período.<sup>666</sup> Para exemplificar este caso, ou seja, para que tomemos um contato inicial com a impressionante taxa de mortalidade anotada entre as crianças nascidas em São Paulo, podemos nos valer do estudo pioneiro de Maria Luiza Marcílio que, para o ano de 1798, anotou (entre adultos e crianças) um total de 310 mortes na paróquia da Sé. Repartindo os

---

<sup>663</sup> - **Penteado**, Jacob; *Belenzinho 1910* (1962), p. 30.

<sup>664</sup> - **Marcílio** (1974) registra, no período de 1741 a 1845 na paróquia da Sé, cerca de 21.681 batismos. Destes, 5.032 eram "filhos ilegítimos", numa proporção de 23,20%.

<sup>665</sup> - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, 1860, cujo termo de sepultamento é o seguinte: "Aos 8 dias do mês de Fevereiro de 1862, foi sepultada no cemitério Municipal o Quadro 2º dos Anjos do Meio, sepultura nº 44, o cadáver de Ana, párvula de 2 anos de idade, falecida hoje nesta Paróquia de bichas, filha de Margarida, crioula, solteira, escrava do Sr. Gabriel Serafim da Silva e sendo a dita Ana escrava da Sra. Maria Leopoldina de Siqueira, pode ser sepultada no Cemitério Público. Sé de São Paulo 8 de Fevereiro de 1862. O Cura Marcelino Ferreira Bueno, e nada mais constava a dita guia. O Administrador."

<sup>666</sup> - A mortalidade infantil já foi tema de vários estudos. Para o caso europeu veja George **Rosen** (1994), especialmente o capítulo "Uma chacina de inocentes", p. 118 e seguintes. No Brasil, veja Jurandir Freire **Costa**

óbitos por idade, a autora construiu a seguinte tabela:

Idade	Homens	Mulheres	Total
<b>- de 1 ano</b>	<b>62</b>	<b>43</b>	<b>105</b>
<b>01 a 04 anos</b>	<b>31</b>	<b>19</b>	<b>50</b>
<b>05 a 09 anos</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>10</b>
10 a 19 anos	07	06	13
20 a 29 anos	14	26	40
30 a 39 anos	16	18	34
40 a 49	10	11	21
50 a 59	07	06	13
60 a 69	07	08	15
70 a 79	02	04	06
+ de 80	02	01	03
Total geral	162	148	310

Dos óbitos verificados no período (310 no total), 50% deles, ou 155 casos, diziam respeito a crianças de até quatro anos de idade.<sup>667</sup> Apesar de não apresentar as causas específicas para os falecimentos nesta faixa etária, a autora nos traz um dado muito importante, qual seja, a de que no período entre 1799 a 1809, o primeiro fator de mortalidade eram as febres com 260 casos, e em seguida as verminoses com 177 anotações. Como sabemos, este mal (as verminoses) atingia quase que exclusivamente as crianças até 10 anos de vida, o que nos leva a deduzir que a maioria das 155 mortes acima citadas tiveram como origem este problema.

E é justamente isso que confirmamos, por exemplo, para 1860. Naquele ano, registraram-se 461 mortes na cidade e, dentre elas, 194 (ou cerca de 43%) foram de crianças até de 10 anos de idade, assim divididas por faixa etária:

Recém nascidos e - 01 ano	100
De 01 a 05 anos	076
<u>De 06 a 10 anos</u>	<u>018</u>
Total	194

Dentre as causas anotadas para esses falecimentos, a verminose liderou com 55 óbitos, em segundo lugar, foram apontados 32 óbitos referentes a “recém-nascidos” e, em terceiro lugar, estavam as febres com 20 registros. Vejamos a tabela completa a seguir para que

---

(1983), especialmente o capítulo V “Adultos e crianças”, p. 153 e seguintes.

**667 - Marcílio** (1974), p. 174. A autora calcula que, para o período de 1796 a 1809, a taxa da mortalidade infantil chegava a 239 por 1.000 nascidos vivos. A título de comparação, e não obstante as grandes diferenças regionais, o Brasil registrou, para o ano de 2003, a taxa de 24,3 por 1.000 (no sudeste era de 17 por 1.000). Em 2004, o Estado de São Paulo registrou a taxa de 14,25 por 1.000 e, a capital, 13,96 por 1.000 crianças nascidas vivas. Fontes: IBGE e Fundação Seade.

possamos analisar algumas dessas informações:

### Ano de 1860: óbitos entre crianças de 0 a 10 anos

Causa	nº de óbitos		
Verminose	55	Catarro	01
Recém nascidos	32	Congestão cerebral	01
Febre	20	Coqueluxe	01
S/ causa	18	Dentição	01
Câimbra de sangue	09	Derramamento sangue	01
Tifo	06	Doença de garganta	01
Inflamação de intestinos	05	Exaurido	01
Moléstia de peito	05	Icterícia	01
Moléstia incógnita	04	Inanição	01
Pneumonia	04	Mal de 7 dias	01
Moléstia interna	03	Moléstia de umbigo	01
Queimaduras	03	Pústula	01
Bronquite	02	Repentinamente	01
Tosse	02	Retenção de urinas	01
Gastrite	02	Sarampo	01
Defluxo	02	Sarna	01
Abortivamente	01	Tuberculose	01
Afecção de fígado	01	<u>Tumor no peito</u>	<u>01</u>
Apoplexia	01	Total	194

Além da verminose – um mal compreensível na atualidade – temos, na tabela, a menção aos *recém-nascidos*, este como o segundo fator determinante para a morte das crianças. De fato, e durante todo o século XIX, os registros de falecimentos definiram esta que seria uma condição, como a causa da morte. Assim, não era nenhuma doença, moléstia ou enfermidade que tirava a vida, senão o próprio processo que, neste caso, era o do nascimento, bem como a sua condição: o de ser um recém-nascido.

Causa que hoje se nos apresenta como estranha ou mesmo incompreensível, o enigma dos recém-nascidos merece mais algumas palavras e, a partir dessa questão, um tanto quanto imponderável, duas análises são possíveis. A primeira delas pode nos levar a entender que este fato – a morte ao nascer – era algo tão comum e previsível que não havia necessidade alguma de se buscar as razões e, por isso, a simplicidade nos registros. Era normal, corriqueiro mesmo e, por isso, natural que se morresse no momento do parto, e isso tanto quanto era também natural e esperado que os idosos morressem de “velhice” ou de decrepitude. E esta era mesmo uma ocorrência comum e já esperada, posto que os bebês tinham mesmo grandes probabilidades de morrer na São Paulo, no Brasil e no resto do

mundo do século XIX. Daí a explicação de que os recém-nascidos transformavam-se, eles mesmos, em *causa mortis* ou, de outra forma, carregando em si tamanha fragilidade que esta lhes suprimiria a vida. A segunda hipótese que levanto pode ser traduzida em uma pergunta: seriam a gravidez e o parto, sob determinadas condições e em alguns de seus momentos, considerados como um mal? Nesse caso, tal estado poderia até diferir do de uma doença, mas nem tanto. E aqui estamos levando em consideração o fato de que a gravidez e o parto eram sim momentos de grande risco tanto para a mulher quanto para a criança, posto que nas condições em que ocorriam, tais situações poderiam mesmo redundar em morte. A gestação e o ato de dar à luz, nesse caso, eram momentos traumáticos na vida de uma mulher, momentos em que a sua vida corria um grande perigo. Esses problemas, portanto, não diziam respeito apenas aos recém-nascidos, posto que as próprias mulheres estavam sujeitas ao risco de morrer, seja no momento do parto, seja em decorrência de complicações puerperais. Esta condição, aliás, se fez representar na alta taxa de mortalidade anotada entre as mulheres que, por sua vez, acabou por se refletir nos cálculos para a sua expectativa de vida: no século XIX, como teremos a oportunidade de detalhar no próximo capítulo, as mulheres viviam menos que os homens, numa relação oposta ao que hoje ocorre. De qualquer forma, e não obstante as duas hipóteses levantadas, o que os registros nos informam claramente é que muitas crianças morreram simplesmente porque eram *recém nascidas*, sendo esta a causa para a sua não sobrevivência.

Para determinados falecimentos, os registros apontam também o fato de que a criança teria sobrevivido poucos minutos ou horas; em outros, informa-se que a mesma já teria *nascido morta* ou mesmo de que ela teria *morrido ao nascer*. Como podemos notar no quadro, para o ano de 1860 existe ainda a menção de uma morte que teria ocorrido *abortivamente*, num dos raros registros deste problema. Apesar da conservação pelos anos seguintes da causa *recém-nascido* como um dos maiores fatores para a morte de crianças, nas décadas seguintes ocorre uma grande alteração, ou seja, a partir de 1870 e 1880 nota-se que esta foi, aos poucos, sendo substituída por “inviabilidade” e “insuficiência congênita”, ou seja, um mal foi tomando o lugar de uma condição. Sob esse aspecto, aqui está a confirmação de que muitos recém-nascidos, seja pelas condições em que ocorriam a gravidez, seja pelo estado debilitado da mãe, já nasceriam tão enfraquecidos que não teriam mesmo condições de sobrevivência. E desse processo resultou que muitas das crianças que “passaram” pela cidade em 1860, não mereceram quaisquer anotações que explicassem suas mortes, e aqui nos referimos ao caso dos 18 óbitos onde nada foi assinalado: bastava ser criança.

Explicando ainda uma outra causa, a *câimbra de sangue*, cuja designação não mais

usamos, basta dizer que eram as diarréias para que fiquem mais compreensíveis. De qualquer forma, e como já visto antes, as causas de morte não eram tão complexas e existiam em pequeno número (especialmente se comparadas com as das décadas seguintes). Ainda prevaleciam para 1860 as “moléstias”, internas ou incógnitas, as “doenças” simplesmente e, também, a referência ao “mal de 7 dias” ou à “moléstia de umbigo”, as duas representando infecções adquiridas por algum trauma no corte do cordão umbilical.

Porém, o mal que mais matou naquele ano foi mesmo a verminose e, por isso, os 55 casos merecem um detalhamento. Em primeiro lugar, o termo que aparece nos registros para esta causa é sempre *bichas* ou *vermes*, posteriormente é que temos a *verminose*, a *febre verminose* e as *convulsões verminosas*, como poderá ser visto adiante. Daqueles óbitos ocorridos em 1860, encontramos 23 meninos e 22 meninas, ou seja, havia uma equidade entre os sexos. Com respeito às condições sociais, destacamos que dentre essas crianças encontramos 16 escravos, 03 libertos e 03 citados como pardos ; 07 eram filhos de mães solteiras e 03 eram de brancos pobres. O restante, que somam 23 casos, ou eram da camada mediana ou mesmo da elite. Ou seja, a distribuição desse mal ocorria tanto entre pobres quanto entre ricos, entre brancos e negros, não havendo aqui qualquer restrição.

De fato, este mal era tão comum que, apesar do fácil diagnóstico, alguns desses falecimentos foram classificados como *mortes naturais*, como foi o caso do menino José, falecido no dia 9 de maio de 1860, e em cujo bilhete de enterramento podemos ler:

“Attesto que faleceu de morte natural no Quarteirão 11 o filho de Manoel da Cruz de nome José da Cruz, de idade 8 annos, e é sumamente pobre, o que afirmo por ter pleno conhecimento e debaixo do meo cargo. Palmeiras 10 de maio de 1860 – O Inspector João Manoel Floriano” [Consta ainda abaixo da assinatura:] “Confirmo o que attesta o Inspector – Francisco da Penha Xavier de Toledo.”<sup>668</sup>

Chamado para fazer o encaminhamento do corpo, o então vigário de Santa Ifigênia, Joaquim Barbosa, pergunta aos familiares, percebe o engano (provavelmente corriqueiro naquela época) e, utilizando um espaço no mesmo papel, reescreve o bilhete:

“Vai sepultar-se o cadáver de José de idade mais ou menos 8 annos, filho legítimo de Manoel da Cruz e de sua mulher Maria dos Anjos, já fallecida, cujo José falleceu ontem pelas 9 horas da noite de lombrigas. Santa Iphigenia 10 de maio de 1860.”<sup>669</sup>

Certamente que as crianças eram as mais afetadas e, para entendermos essa situação,

---

<sup>668</sup> - Coleção Papéis Avulsos do A.H.M., 1860, Vol. 190, documento nº 13.

<sup>669</sup> - Confrontado este bilhete com o livro de sepultamento, verificamos que a causa da morte do menino José foi registrada como “lombrigas” e, por isso, ele faz parte do grupo de 55 crianças falecidas deste mal naquele ano de 1860. De qualquer forma, este foi apenas um caso em que foi possível fazer tal verificação. Muitos outros, certamente, escaparam ao nosso olhar.

devemos nos lembrar do cotidiano vivido por elas naquele período, ou seja, andando descalças pelas ruas e quintais infectados, pela Várzea do Carmo (algumas possivelmente acompanhando suas mães lavadeiras), brincando entre monturos de lixo e águas pútridas que escorriam pela cidade. A esse respeito, vale lembrar uma experiência relatada por Jacob Penteado que, em seu tempo de menino, não via qualquer problema em brincar em águas provavelmente insalubres:

*“o jogo de futebol era praticado no Buracão, uma grande escavação existente na confluência da Rua Conselheiro Cotegipe com a Avenida Álvaro Ramos. Na época das chuvas, o Buracão transformava-se em lagoa, a nossa piscina.”*<sup>670</sup> (meu destaque)

Somente bem mais tarde ele confessaria: *“Apanhei esta [febre tifóide] em 1911, talvez por tomar banho em águas pluviais contaminadas, no Buracão.”*<sup>671</sup> E muitas crianças assim se contaminaram, ou seja, em momentos de diversão; outras, ainda – especialmente as pequeninas – adquiriam verminoses pela compulsão de levarem à boca tudo o que pudessem tocar. Nesse caso, qualquer objeto por elas encontrado, seja em casa, seja na rua ou nos quintais poderiam conter o mal que, inocentemente era introduzido no organismo.<sup>672</sup> Uma outra prática muito perigosa era, inclusive, aconselhada por compêndios de doutrina católica que circularam no Brasil colonial, posto que recomendavam às mães e amas que se empenhassem *“em fazer com que as crianças pronunciassem primeiro que tudo os Santíssimos nomes de Jesus e Maria. Depois de levantados, quando tiverem algum conhecimento, **os mandem beijar o chão**, e que prostrados por terra lembrem do inferno onde vão parar as crianças que fazem obras más e lhes expliquem o horror do fogo do inferno.”*<sup>673</sup> (meu destaque)

Outra grande possibilidade era a ingestão de água contaminada e, também, através de frutas e verduras apanhadas na beira do rio ou cultivadas em hortas regadas com aquelas águas infectadas pelos despejos de casas particulares, da cadeia ou do quartel. Na cidade do século XIX, tudo contribuía para que as crianças adquirissem verminoses, mas é preciso sempre lembrar que de tal fato eles não sabiam e muitos médicos ainda consideravam os

---

670 - Penteado, op. cit., p. 257.

671 - Idem ibidem, p. 280.

672 - É preciso lembrar que essa questão não é algo tão distante no tempo, ocorrendo com bastante frequência ainda hoje na periferia das grandes cidades. Num estudo esclarecedor, a pesquisadora Rita de Cássia Rego (2002) chegou a entrevistar algumas mulheres trabalhadoras em lixões e delas ouviu que os filhos estariam doentes porque eles *“não guentavam ver nada, tudo eles põem na boca, qualquer coisa”* (entrevista com Nazú); uma outra ainda disse que *“a verminose é problemas de lixo também. Ela pequenina (apontou a criança) ficou com problema de verminose, porque ela estava começando a se arrastar e eles iam para a rua andar lá fora ... Elas ia pro chão, botava a mão na boca e pegou verminose, então pegou de lixo ...”* (entrevista com Agda). Veja Rego, Rita de Cássia Franco, Barreto, Maurício L. e Killinger, Cristina Larrea; *O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano*. In: Cad. Saúde Pública; nov./dez. 2002, vol.18, no.6, p.1583-1591.

673 - Del Priore, Mary; *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império*; In: *História das crianças no Brasil*, org. da autora, S.P.: Contexto, 2006, p. 94.

vermes como decorrentes de geração espontânea, não existindo ainda um consenso sobre como eles penetrariam no corpo.<sup>674</sup> Pensava-se mesmo que certos alimentos, como aqueles engrossados com farinha, tinham o poder de causar *“azedumes, lombrigas, obstruções do mesentério e opilação do estômago.”*<sup>675</sup> Assim, práticas tidas como inocentes ou brincadeiras das mais diversas poderiam esconder inúmeros males e colocar, acidentalmente, os menores em contato com o perigo.

Mas também era comum que, nas travessuras infantis, deliberadamente “entrassem no jogo” um dos mais danosos e divertidos elementos: os excrementos, transformados muitas vezes no objeto principal das travessuras. Recolhidas de suas memórias, o mesmo Jacob Penteado nos apresenta uma série de folguedos com esta temática e bastante comuns entre os meninos do Belenzinho nos primeiros anos do século XX. A mais simples das brincadeiras consistia numa batalha envolvendo dois ou mais grupos de garotos que, à beira do Tietê, espreitavam outros que estavam nus a nadar naquele rio. Na saída da água, o “inimigo” atacava, dando nós nas roupas que ficaram na margem e besuntando os corpos dos incautos com excrementos. Em outras diversões, pedaços de madeira eram lambuzados com fezes e, sorrateiramente, passados às mãos dos distraídos. Havia ainda a brincadeira chamada “Garibaldi”, que consistia na imitação do herói de mesmo nome, no justo momento em que este retornava de alguma batalha. Nesse caso, tanto os ferimentos quanto o sangue nas pernas - ou a “maquiagem”, poderíamos assim dizer - era reproduzida com *“aquilo que de mais fedido havia”*. A última travessura citada por Penteado envolvia, de um lado, os mesmos elementos mau cheirosos e, de outro, os bondes, estes ainda tracionados por mulas. Nessa brincadeira, grupos de meninos se postavam no ponto final da condução e, aproveitando o descuido de cocheiros e cobradores, *“besuntavam o veículo, banco por banco. Coitado do passageiro que ali se sentassem.”* Penteado explica ainda a facilidade de se obter a “matéria prima”: *“Eram montes de fezes, colhidas nas proximidades, muito encontradiças, àquele tempo.”*<sup>676</sup>

Ao lado da revelação de um universo infantil de meninos entre finais do século XIX e início do XX, o texto de Penteado ganha relevância também pelo que ele não diz, ou pelo silêncio anotado em relação aos perigos que tais elementos poderiam causar em contato com

---

**674** - Madel Luz, ao estudar a ação dos médicos da chamada Escola Tropicalista Bahiana, mostrou com clareza essa tendência no Brasil entre as décadas de 1840 e 1870. Não obstante o médico Wücherer ter demonstrado todo o ciclo de variados vermes, desde a incubação dos ovos e até a sua instalação no organismo, bem como os danos que estes causavam, especialmente os chamados ancilóstomos, a sua tese foi duramente criticada pelos seus colegas cariocas pelos anos de 1840. Veja Luz, Madel Therezinha; *Medicina e ordem política brasileira – políticas e instituições de saúde: 1850-1930*; R.J.: Graal, 1982, especialmente o capítulo IV “A Escola Tropicalista Bahiana: o modelo de conhecimento”, p. 129 e segs.

**675** - Del Priore (2006), op. cit., p. 87.

**676** - Penteado op. cit., p. 256, 257, 292 e 293.

o corpo. Ao contrário, o autor antes exalta a folia dos garotos, qualificando os dejetos como divertidíssimos, posto que seriam apenas “mau-cheirosos” e próprios, portando, para as travessuras. Assim, essas brincadeiras foram classificadas apenas como folguedos e traquinagens sem qualquer conseqüência, não merecendo por isso nenhuma censura, recriminação ou castigo por parte dos adultos (pais, professores e vizinhos), ao contrário de outras tantas que Penteadado faz questão de mencionar. Apesar do texto não identificar de modo claro, tudo leva a crer que os excrementos utilizados pelas crianças naquelas brincadeiras eram de animais que pastavam pelas redondezas. Contudo, não devemos descartar a hipótese de que também dejetos humanos “entrassem no jogo”.

Em assim sendo, as traquinagens relatadas por Penteadado nos encaminham para a análise de certos aspectos perdidos ou, em outras palavras, que explicitam as relações um tanto quanto ambíguas que se tinha diante dos excrementos. Não obstante o sentimento de abjeção que existia frente a essas imundícies, uma grande apreensão em torno dos dejetos animais, como vimos páginas atrás, somente ganharia terreno a partir das décadas de 1890 e pelos anos de 1900; antes disso – e a não ser que ficassem expostos “infectando” o ambiente – não havia ainda uma clara percepção dos perigos resultantes de seu manuseio e utilização, até porque os excretos não haviam ainda adquirido o estatuto que hoje possuem. O seu emprego na agricultura, por exemplo, era algo milenar posto que sabia-se de suas poderosas qualidades fertilizantes.<sup>677</sup> Mas, não apenas isso. E aqui devemos voltar nossos olhos para uma antiga relação – esta construída há séculos e em diversas civilizações – entre as fezes (humanas ou animais) e a cura de determinados males. Para a cicatrização do umbigo dos recém-nascidos, por exemplo, muito comum era a utilização de “fumo com excrementos de cavalo” que deveriam ser postos na ferida.<sup>678</sup> Luiz Edmundo nos fala de uma antiga técnica utilizada pelos sangradores “quando, na hora da sangria, por distração ou imperícia, o operador cortava algum vaso mais importante, era dos livros: um pouco de esterco de jumento. O sangue deixava, logo, de correr.”<sup>679</sup> Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, nos lembra desse aspecto “nada irrelevante da arte de curar, tal como praticavam médicos e curandeiros da era

---

677 - A esse respeito vale lembrar que a manipulação de excrementos animais – bem como o do lixo orgânico produzido nos mercados (restos de frutas e de verduras) – era uma atividade intensa na cidade, já que serviam como ótimos fertilizantes. Em São Paulo, o recolhimento desses materiais realizava-se nas imediações do Mercado dos Caipiras, na Rua 25 de Março, conforme explica Jorge Americano ao citar o caso de um chacareiro que fornecia para o mesmo estabelecimento: “Vendia como podia, juntava o lixo que podia dentro do carro, para servir de adubo.” Americano, Jorge; *São Paulo naquele tempo 1895-1915*; Saraiva, 1957, p. 110. Num outro contexto, Alain Corbin (1987, p. 154, 285 e 286) examina a mesma qualidade positiva dos excrementos, agora humanos, na Paris do século XVIII: “Líquido ou sólido, ele constitui o mais rico dos adubos”, explica Corbin.

678 - Del Priore (2006) op. cit., p. 16.

679 - Edmundo, Luiz; *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*; 1932, p. 476.

colonial”, ou seja, utilizando-se largamente dos excretos animais. No século XVIII, um médico português já se referia ao amplo emprego do esterco de cão (o célebre jasmim-de-cachorro ou jasmim do campo) contra tumores de garganta, esquinências e bexigas, mas de certa forma criticou:

“... o mesmo he dizer o Pay ou a May, que ao seu filho lhe doe a garganta, estando já com sinaes de bexigas, que já a Alva de Cão vem pelo caminho.”<sup>680</sup>

E não apenas no Brasil isso ocorria, já que em Portugal tais elementos eram largamente utilizados nos séculos XVIII e XIX, como o chá de excremento de rato para os desarranjos intestinais e icterícia<sup>681</sup>, bem como a urina, tida entre os portugueses como um poderoso cicatrizante.<sup>682</sup> Em outros países da Europa, “era o estrume de vaca aquecida que curava as picadas de abelhas e vespas”, sendo ainda usual na região do Bessin, na França, “empregar-se o excremento de gato diluído em água e em vinho branco noutros lugares da Normandia” para se curar machucaduras internas; já na Lorraine, retomavam os franceses o mesmo material “só que desta vez diluído em vinho vermelho aquecido” para as cólicas.<sup>683</sup>

E esta prática não se restringiu aos séculos XVIII e XIX, como poderíamos supor. Em São Paulo, Alceu Maynard de Araújo recolheu, entre 1946 e 1951, várias receitas vindas da medicina popular (ou caipira, como ele a chama) utilizadas na cidade de São Luís do Paraitinga. Dentre elas, não faltou o tradicional “chá de jasmim do campo, da bem branquinha,” para ser utilizado na cura do sarampo. O autor ainda destaca no capítulo denominado “Excretoterapia”, os seguintes preparados: para queimadura de água fervente, colocar fezes recentes de vaca em cima da ferida; para curar tosse comprida, recolher um pouco de estrume fresco de vaca e colocar numa “trouxinha” de pano, fazendo uma “bonequinha”, e fervê-la no leite que a criança deve bebê-lo em jejum.<sup>684</sup> Cansativo seria citar outras inúmeras e hoje repugnantes *receitas*, imagino que estas já foram mais que suficientes

---

**680 - Holanda**, Sérgio Buarque de; *Caminhos e Fronteiras*; R.J.: Liv. José Olympio Ed., 1975, p. 97 a 99. O trecho aqui citado é do médico Manuel da Silva Leitão em *Arte com Vida ou Vida com Arte*, escrito em 1738.

**681 - Edmundo** (1932) op. cit., p. 490 e 491. Aqui o autor se apóia na obra *Origens da Cirurgia Portuguesa*, de Hernani Monteiro, publicada em 1926.

**682 - Andrade**, Mário de; *Namoros com a medicina*; B.H.: Itatiaia, 1980, p. 75.

**683 -** Idem *ibidem*, p. 73, 83 e 84.

**684 - Araújo**, Alceu Maynard; *Alguns ritos mágicos: abussões, feitiçaria e medicina popular*; In: Revista do Arquivo Municipal, vol. CLXI, 1958, p. 121. Aqui citadas apenas três das doze receitas recolhidas pelo autor.

e, por isso, pouparei o leitor.

Resta, entretanto, verificar as possíveis origens para tal costume e que, nesse caso, podem nos esclarecer as “divertidas” brincadeiras do menino Jacob Penteadado. Para isso, seguiremos algumas indicações sugeridas por Mário de Andrade, mais especificamente, três delas que julgamos as mais relevantes.<sup>685</sup>

A primeira delas diz respeito aos ritos mágicos de renascimento da terra que ocorriam entre os povos antigos. Após o inverno, um tempo em que a terra “morria”, e mesmo depois do último plantio que a depauperava, ela poderia reviver mediante a estrumação. “*Ora, as terras gastas (doentes, mortas ...) revivem.*” Nesse caso, fácil seria associação de imagens: se o estrume conseguia dar vida a ao solo achacado, o mesmo poderia ocorrer aos homens também doentes. Já no Brasil Colônia, um outro costume pode ter contribuído para reforçar essas qualidades positivas dos excrementos, ou seja, aquele empregado na refinação de açúcar, onde entrava o estrume de vaca. “*Com [esse] excremento, o açúcar se purifica e aperfeiçoa. O açúcar se limpa. O excremento adquire assim um conceito de elemento lustral, purificador (...)*” que, naturalmente, se juntava ao anterior: o de vivificador.<sup>686</sup>

Importante notar, porém, que estes atributos positivos se contrapunham a outros menos nobres e que, acredito, também coexistiam em certo grau e ao mesmo tempo como os de repulsa e aversão às imundícies. Mas esta mesma característica, antes de diminuir suas qualidades enquanto elementos vivificadores pode, ao contrário, enfatizar ainda mais este conceito e contribuir para o seu emprego medicinal. Vejamos de que forma isso ocorre. “*Desde os tempos pré-cristãos, está entre os requisitos da medicina popular atingir os demônios da doença através*” de uma excitação por meio do horror. A imundície, nesse caso, transforma-se num poderoso instrumento para tais práticas, já que empregadas “*como um valor expurgatório, exorcístico, afastador de coisas detestáveis, perigosas, ou decididamente ruins.*” Daí que uma pequena porção do malefício pode servir para instigar outra força do mal forçando a sua saída: as doenças.

Esta qualidade, aliás, pode ser exemplificada: “*em São Paulo, o excremento do rato, torrado na chapa do fogão e guardado em caixa de papelão, preserva a casa dos maus espíritos; em Pernambuco, excremento seco de boi era queimado como desinfetante, eficaz até em epidemias de varíola; no vale do Paraíba, o caboclo queima estrume à porta da casa com a finalidade de espantar os males.*”

---

685 - **Andrade** (1980) op. cit., especialmente Parte II: *A medicina dos excretos*, p. 63 a 124. Os trechos em seguida, destacados entre aspas e em itálico, devem ser referendados nesta nota.

686 - Com esta análise concorda Sérgio Buarque de Holanda (1975) p. 98

Adepto dessas práticas, o famoso médico português Curvo Semedo<sup>687</sup> relatou um caso em que magia, qualidades positivas e negativas se juntaram para proporcionar a “cura” de um caso passional:

“Aquelles que havendo sido bem casados e muito amantes de suas mulheres, passaram a uma tal metamorphose ou mudança odiosa que nem as podiam ver, nem deitar-se com ellas na mesma cama, fiz reconciliar em amizade, mandando que, ás escondidas, untassem a palmilha dos sapatos do amancebado com o esterco da manceba, e a palmilha dos sapatos da manceba com o esterco do amancebado. E daquelle dia por diante se converteu em desagrado e aborrecimento de ambos o que até aquelle momento tinha sido cegueira do amor lascivo...”<sup>688</sup>

Tendo em vista essas concepções é que se explica, por exemplo que pelos anos de 1910 em São Paulo, ainda se considerassem apenas como divertidas travessuras o ato de besuntar o próprio corpo (ou dos companheiros) com excrementos das mais diversas procedências. E assim, brincando muitas vezes, meninos e meninas adoeciam, a grande maioria morria.

Em alguns casos, o que hoje sabemos ter sido a causa da morte, não o era pela década de 1860. Em 1862, por exemplo, morria no Hospital de caridade o menino “*Fellipe, crioulo, com treze anos de idade, escravo do Sr. Antonio Joaquim Pereira Braga, morador em Santa Ifigênia*”. A causa de sua morte foi bem especificada, ou seja, uma “*opilação proveniente de comer terra*”.<sup>689</sup> Este era um caso típico de infestação pelos vermes ancilóstomos, estudados pelo médico Wücherer na Bahia na década de 1840. A opilação, ou hipoemia intertropical, nada mais era do que uma anemia causada por este tipo de verme nos intestinos, levando suas vítimas a uma “*estranha compulsão de comer terra, o que se atribui à busca instintiva do ferro, um dos remédios da anemia*.”<sup>690</sup> Conforme demonstrado pelos médicos baianos em 1840, os ancilóstomos, penetravam no organismo de duas maneiras: ou pela pele, ou ingeridos. No primeiro caso, a infestação poderia ocorrer, por exemplo, através da sola dos pés desprotegidos.

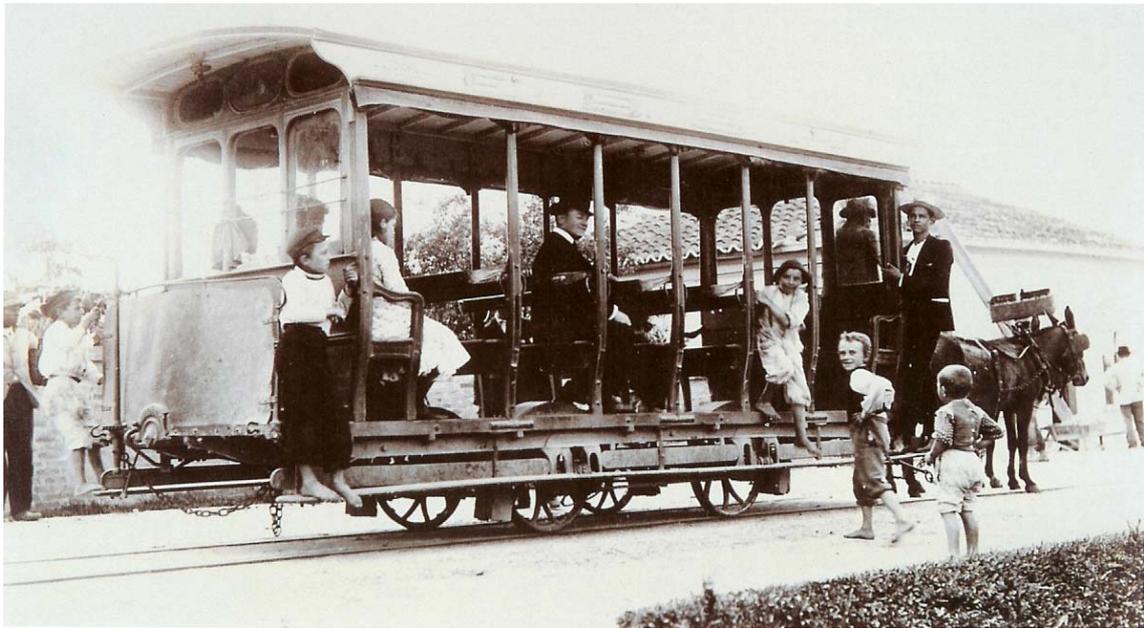
---

687 - João Curvo Semedo (1635-1719) granjeou respeito e foi médico da Casa Real. Considerado como o pioneiro da indústria farmacêutica portuguesa, foi o criador do “*bezoártico de Curvo Semedo*”, uma concreção calculosa proveniente dos intestinos de animais. Utilizava-se de muitas poções e mezinhas, cujas fórmulas somente ele sabia. Veja mais detalhes em *Cadernos de Cultura*, nº 18, Nov. 2004, p. 53 a 57, UBI-Portugal.

688 - **Curvo Semedo**, João; “*Observações doutrinárias de cem casos gravíssimos*”, 1754. Apud: **Edmundo**, Luiz (1932) p. 472.

689 - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, vol. 01, fls. 233 e 233 verso.

690 - **Benchimol** (2001), p. 113; veja também **Rey** (2001). A opilação, ou ancilostomose, era a doença do famoso



**Fig. 40**

Crianças ao redor do "Bonde de Santana" em 1900. Nos detalhes abaixo os pés nus, como era o costume.





**Fig. 41**

Grupos de crianças na antiga Travessa de São Francisco em 1910.  
Nos detalhes ampliados abaixo, algumas delas com os pés descalços.



Um outro aspecto relevante que deve ser levantado para o caso da morte de crianças no século XIX é um silêncio – quase que total – por parte dos administradores, sendo ainda poucos os médicos e higienistas que dela trataram.<sup>691</sup> Foram estas mortes, na maioria das vezes, tidas como naturais e apenas hoje percebidas como tragédia, mas que, naquela época tudo leva a crer, eram tidas como inevitáveis e que deveriam ser suportadas. A morte como parte da existência o era muito mais na vida das crianças. E tanto, que somente para elas foi cunhada uma expressão que até hoje utilizamos, ou seja, *mortalidade infantil*. Esta diferenciação, é preciso lembrar, não existe para as demais faixas etárias da vida, ou não com uma denominação específica.<sup>692</sup>

Diante dos males que atingiam as crianças, aplicava-se unicamente o que era geral para todos, como no caso da varíola, onde havia a obrigatoriedade dos pais vacinarem seus filhos, obrigação esta estendida para toda a população.

E a espantosa *mortandade de crianças* não era uma situação presente apenas em São Paulo, senão também em todo o Brasil.<sup>693</sup> Para o caso de Salvador, por exemplo, das 536 crianças recebidas em 1852 no Hospital da Misericórdia, 407 delas morreram.<sup>694</sup> No Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, em treze anos a roda dos expostos recebeu cerca de 12 mil crianças, 11 mil delas faleceram.<sup>695</sup> Na roda dos expostos de São Paulo, das 109 crianças que ali entraram entre 1825 e 1831, 60 delas morreram, o que provocou uma reação solitária da comissão encarregada da fiscalização do estabelecimento:

---

691 - Alguns jovens médicos formados pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro não se furtaram ao problema e teses por eles defendidas tratavam dessa questão. A esse respeito veja **Marcílio** (1998) especialmente o capítulo “A roda dos enjeitados em debate”, p. 196 e seguintes. Veja também o original estudo de **Vailati**, Luiz Lima; *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos, Rio de Janeiro e São Paulo*, Tese de Doutorado apresentado na F.F.L.C.H.-USP, 2005, que chama a atenção para o fato de que, majoritariamente, esses estudos trataram da gravidez e dos problemas relacionados ao parto; o autor percebe, também, algumas críticas sobre a grande mortalidade entre as crianças que somente se avolumam a partir das últimas décadas do século XIX, algo que também ocorre em São Paulo.

692 - No século XIX, falava-se “mortandade de crianças”, como na memória de José Pereira Rego intitulada “*Algumas considerações sobre as causas da mortandade de crianças no Rio de Janeiro e moléstias mais frequentes nos 6 ou 7 primeiros anos de idade*”, publicada 1847 no jornal da Academia do Rio de Janeiro. Em 1869, o médico Luiz Corrêa de Azevedo já falava em “mortalidade das crianças”, no que foi seguido por José Maria Teixeira com a memória “*Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*”, publicada em 1888. Veja mais detalhes em **Vailati**, op. cit., p. 40

693 - Na Europa, por exemplo, o mesmo ocorreu até pelo menos finais do século XVIII. Veja **Rosen** (1994), especialmente o capítulo “Uma chacina de Inocentes”, p. 118 e seguintes; **Áriès** (1981) também estuda esse tema, veja capítulos 1 (As Idades da Vida) e 2 (A descoberta da Infância).

694 - **Leite**, Miriam L. Moreira, *A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem*, In: **Freitas** (1997), p. 17 e seguintes. A respeito das crianças abandonadas no Brasil veja o extenso estudo de **Marcílio** (1998).

695 - Relato do Imperador D. Pedro I à Assembléia Constituinte aos 03/05/1823; Apud: **Passeti**, Edson; *Crianças carentes e políticas públicas*; In: **Del Priore**, Mary; *História das crianças no Brasil*; S.P.: Contexto, 2006, p. 348.

“consternou a comissão ver que de 109 expostos que tem sido lançado na roda desde 4 de julho de 1825 até o presente, 60 tem falecido: seria pois para desejar que o Mordomo dos expostos empregasse muita atividade sobre este artigo: seria conveniente que porventura cada 15 ou 20 dias fizesse ir a sua presença todas as amas que criam os expostos, pois que sem dúvida ao desleixo delas em parte se pode atribuir tão funesto efeito: é preciso providenciar sobre isto, para que a humanidade não seja iludida, **e pobres vítimas inocentes não vão encontrar a morte onde procuram a vida.**”<sup>696</sup> (meu destaque)

De todo o modo, havia um consolo para os pais e familiares dos pequenos falecidos, até porque estes eram tidos como anjos, almas imaculadas que se encaminhariam diretamente para o céu. Pais e amigos, diante do infortúnio da perda, se resignavam frente à fatalidade; e estas ocorriam a todo dia, a toda hora, anunciadas que eram pelos sinos das igrejas. Luiz Edmundo, por exemplo, anotou para o Rio de Janeiro essa tradição e, ao falar da constância dos dobres de sinos que a muitos enervava, revelou que os cariocas (maldosamente, no seu entender) atribuíam letras e versos para acompanhar o badalo, sendo que “quando batia pelas crianças que iam enterrar” cantavam:

*Feliz anjinho  
Que vai p´ro céu!  
Feliz anjinho  
Que vai p´ro céu!*<sup>697</sup>

Para alguns dos estrangeiros que passaram pelo Brasil no século XIX, muito marcante foram as imagens retidas a respeito da morte e dos enterros de crianças, todas elas relacionadas com a pureza da alma infantil, como observou Carl Seidler num funeral preparado no sul do país:

“O pequeno cadáver jazia como um boneco de cera sobre a cama de gala, enfeitada de coroas e flores, mãozinhas cruzadas, **trajado como um anjo que como alva pomba iria diretamente para o céu.**”<sup>698</sup>

Dentre todas as passagens citadas pelos viajantes, nenhuma delas é tão explícita e impressionante quanto as de John Luccock, inglês que chegou ao Brasil em 1808 e que aqui

---

<sup>696</sup> - Arquivo Histórico Municipal, Fundo C.M.S.P., Conselho de Vereadores, Comissão de visitas a prisões e estabelecimentos de caridade, Relatório de 05/05/1831.

<sup>697</sup> - Edmundo, Luiz; *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*, R.J.: Imprensa Nacional, 1932 p. 107 e 108.

<sup>698</sup> - Seidler, Carl; *Dez anos no Brasil*, Trad. Bertoldo Klinger; S.P.: Livraria Martins Editora, 1951, p. 144 e 145.

permaneceu por dez anos. Ao falar dos cuidados dedicados às crianças, ele criticou um certo desleixo das mães que deixavam seus filhos “tanto meninos quanto meninas”, a andarem nus pela casa até a idade de cinco anos ou mais. Por felicidade, completou Luccock, “*neste clima tão quente não se exige do desvelo das mães que se ocupe desde cedo com as roupas das crianças.*” Porém, o que mais chamou a atenção do inglês foram as reações de familiares diante da morte de uma criança:

“notei uns tantos fatos curiosos ocorridos por ocasião dos funerais de crianças; entre os parentes mais distantes, maior complacência que pesar e, mesmo na mãe, nenhuma dor profunda, nada que a pudesse ao menos distinguir dos outros acompanhantes. Em uma dessas ocasiões foi ouvida uma mãe que assim se exprimia: *Ó como estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou!* repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse um exemplo isolado de sentimentos maternos estranhos, poderia ainda ser considerado efeito de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar a desculpa dessa espécie. Não posso ter opinião boa sobre o futuro de um estado onde assim se dissolvem os mais fortes laços dos seres deste mundo.”<sup>699</sup>

Analisado já por alguns estudiosos<sup>700</sup>, este relato de Luccock pode levar a interpretações parciais se tomado for este acontecimento como geral na sociedade. De fato, estudos recentes do historiador brasileiro Luiz Lima Vailati apontam outros caminhos, ou seja, o autor percebeu diferentes posicionamentos e identificou mudanças, pois “*apesar do tom de resignação e do fato de por vezes apresentar uma argumentação que leva a crer que a morte infantil [era] encarada com naturalidade, esse discurso, com a intensidade daquilo que é confidenciado, [foi] diversas vezes pontuado por uma profunda manifestação de dor que a morte prematura propiciava.*”<sup>701</sup>

É certo que essas imagens e representações da morte de crianças conviveram em espaços e momentos diferentes, fazendo-se presentes entre as camadas mais pobres e as da

---

699 - Luccock, John; *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil - 1808 a 1818*; S.P.: Livraria Martins Editora, 1951, p. 79 e 80.

700 - Veja, por exemplo, Costa, Jurandir Freire, *Ordem médica e norma familiar*, R.J.: Graal, 1983, especialmente o capítulo V “Adultos e crianças”, p. 153 e seguintes.

701 - Vailat, Luiz Lima; *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)* Tese de Doutorado, Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, U.S.P., 2005, p. 226.

elite, como bem o demonstramos para o caso das verminoses em São Paulo no ano de 1860. Daí, talvez, que a imagem do *anjinho* servisse a todos como a maior e mais poderosa *consolação*.

De qualquer forma as crianças, tendo em vista seu organismo ainda em formação, adoeciam e morriam muito mais do que os adultos. Apanhavam mais facilmente uma febre, tinham mais condições de adquirir verminoses ou gripes, como nos fala Jorge Americano, citando uma passagem comum na sua infância:

“Todas as crianças ficaram doentes. Uma espirrando, espirrando. O nariz escorria sem parar. Depois a outra, depois mais um, e foram todos. Não havia a noção de contágio da gripe. Era uma friagem. Vinham espirros, e o defluxo. Em seguida passava para o peito. Era *constipação* ou bronquite. Prendia o peito. O peito preso, com chiado, era asma, e dava febre. Outras vezes afetava a garganta, febre alta, era *angina*. Mais tarde, com caráter epidêmico, aqueles resfriados passaram a chamar-se influenza, e mais recentemente gripe. (...) Todas as crianças estavam doentes.”<sup>702</sup> (meus destaques)

E as doenças foram mudando de nome, como aponta singelamente Americano; mas, de qualquer forma, elas não deixavam de provocar a morte de muitos meninos e meninas.

Nesse sentido, poderemos agora acompanhar um quadro mais completo a respeito da mortalidade infantil em São Paulo e, para além daquele já demonstrado com os dados de 1860, acompanharemos a seguir os números da morte nessa faixa etária ocorridas nos anos de 1872, 1882 e 1890. Para 1872 coligimos os dados que nos informam terem ocorrido 528 mortes na cidade; destes, 196 foram de crianças entre 0 e 10 anos assim divididos por faixa etária:

Recém nascidos e - 01 ano	113
De 01 a 05 anos	069
<u>De 06 a 10 anos</u>	<u>014</u>
Total	196

Quanto ao sexo, manteve-se uma equidade entre meninos, com 95 óbitos, e meninas, com 99 casos anotados; sendo que duas crianças não tiveram essa informação registrada.

---

702 - Americano, Jorge; *São Paulo naquele tempo 1895-1915*; S.P.: Edições Saraiva, 1957, p. 34.

Quanto às causas, elas foram as seguintes:

<b>Causas</b>	<b>n° de óbitos</b>		
Enterite	18	Anomalia congênita	01
Recém nascidos	17	Apoplexia	01
S/ causa	17	Asma	01
Convulsão	15	Catarrho sufocante	01
Gastroenterite	10	Cianose	01
Verminose	09	Congestão	01
Hepatite	07	Congestão hepática	01
Moléstia interna <sup>07</sup>		Congestão pulmonar	01
Pneumonia	07	Derrame cerebral	01
Tétano recém nascidos	07	Disenteria	01
Meningite	06	Doença cardíaca	01
Febre	05	Doença de umbigo	01
Inviabilidade	05	Doença do fígado	01
Dentição	04	Eclampsia	01
Afecção intestinal	03	Escarlatina	01
Ataque repentino	03	Febre catarral	01
Insuficiência congênita	03	Febre escarlatina	01
Bronquite	02	Febre tifóide	01
Diarréia	02	Gastro hepato enterite	01
Enterocolite	02	Hemorragia pulmonar	01
Gangrena	02	Hidro tórax	01
Hidropsia	02	Icterícia	01
Insuficiência orgânica	02	Impigens	01
Inanição	02	Mesenterite	01
Reumatismo	02	Mielite	01
Afecção hepática	01	Moléstia intestinal	01
Afecção mesentérica	01	Paralisia	01
Afecção pulmonar	01	Prematuridade	01
Anemia	01	Queimaduras	01
Angina	01	Ulceração gástrica	01
Angina fonsilar	01	<u>Uremia</u>	<u>01</u>
		Total	196

Como já observado nas listagens para o restante da população, também aqui encontramos um número muito maior de doenças daquelas especificadas em 1860, não obstante pouca variação na quantidade de falecimentos de crianças, 194 para aquele ano e 196 para este. Outra variação encontrada refere-se à causa principal de falecimentos: no levantamento anterior eram as *verminoses* e neste a *enterite*. Tomando a enterite como uma inflamação do intestino, podemos aqui aventar duas hipóteses para esta modificação: ou as verminoses de 1860 eram na realidade enterites, ou muitos dos casos de enterites registrados em 1872 seriam, de fato, um mal causado pelos vermes. Tudo indica que a segunda hipótese seja a mais correta, até porque não foram anotadas na cidade quaisquer ações que pudessem

obstar esse mal, conforme verificamos na primeira parte do estudo; em segundo lugar, grandes alterações não seriam notadas em apenas doze anos para algo que afetava as crianças desde pelo menos o século XVIII, conforme demonstrou Maria Luiza Marcílio. De outra parte, ocorre aqui algo já discutido, ou seja, uma modificação na maneira como a medicina percebe a doença: os sintomas são substituídos pelas lesões visíveis nos órgãos. Nesse sentido, privilegia-se o dano causado pelo verme no intestino e não o verme em si; a verminose de antes transformou-se em uma lesão no intestino, numa inflamação, numa *enterite*. De outra parte, a denominação popular para as moléstias infantis também começam a ser substituídas por designações próprias da medicina acadêmica como foi o caso do “mal de 7 dias” para “tétano dos recém nascidos”.

Passados dez anos, outras modificações ocorrem. A cidade cresce bastante e esta nova condição se faz representar no número de mortes, que quase dobram, passando para um total de 919 casos. Deste total, 374 eram crianças entre 0 e 10 anos assim divididos:

Recém nascidos e - 01 ano	206
De 01 a 05 anos	117
De 06 a 10 anos	017
<u>Anotado apenas como criança</u>	<u>034</u>
Total	374

Nos registros do cemitério da Consolação para este ano de 1882 encontramos, fora dos registros normais, uma quantidade expressiva de 34 óbitos sem a indicação de idade e, entre eles, 32 sem a menção ao sexo. Apesar dos esforços, não conseguimos maiores informações a respeito dessa ocorrência, mas tudo leva a crer que se tratavam de fetos ou de recém-nascidos, uma vez que a falta dessas duas informações indicavam, geralmente, cadáveres nessa condição. É preciso dizer, entretanto que este foi um caso anotado apenas para este ano. Excetuando-se aqueles não indicados, em 1882 faleceram 174 meninas e 168 meninos. Com respeito às causas de morte, algumas inovações também ocorrem nesse período: pela primeira vez (e explicitamente) duas crianças mortas são recolhidas das ruas, outra foi sepultada por ordem da polícia e um menino de 1 ano e meio faleceu por conta de uma *pisadura do carro n° 14*, ou seja, atropelado por um bonde.<sup>703</sup> A cidade crescia e casos

---

703 - A partir de finais do século XIX, este era um novo perigo que se apresentava, ou seja, a morte por atropelamentos, especialmente por bondes. A esse respeito veja, por exemplo, o belo e trágico conto

como estes passariam a ser rotineiros. Dos demais, as causas foram as seguintes:

Causa	óbitos		
S/ causa	46	Cloroze	01
Recém nascidos	46	Congestão	01
Enterocolite	29	Defeito orgânico	01
Enterite	21	Difteria	01
Gastroenterite	21	Edema pulmonar	01
Convulsão	16	Erisipela	01
Inviabilidade	15	Escrófulas	01
Meningite	11	Estomatite	01
Vermes	09	Faringite	01
Atrepsia	08	Febre maligna	01
Bronquite	07	Febre miliar	01
Febre	07	Febre remitente	01
Febre tifóide	07	Febre verminose	01
Bronquite capilar	06	Fraqueza	01
Catarro sufocante	06	Gangrena	01
Marasmo	06	Gastrite aguda	01
Dentição	05	Infecção sifilítica	01
Disenteria	04	Intestinos	01
Enterite crônica	04	Intoxicação uremica	01
Fraqueza congênita	04	Lesão cardíaca	01
Inanição	04	Leucemia	01
Meningite aguda	04	Linfatite	01
Tétano	04	Mal de 7 dias	01
Anemia	03	Nascimento difícil	01
Bronquite crônica	03	Nefrite crônica	01
Enterite aguda	03	Nefrite intestinal	01
Sífilis congênita	03	Operação obstétrica	01
Tifo	03	Paralisia cerebral	01
Diarréia	02	Parto laborioso	01
Eclampsia	02	Parto precoce	01
Gastrointestinal	02	Parto prematuro	01
Meningite cerebral	02	Pericardite	01
Sífilis	02	Peritonite	01
Albuminuria	01	Pneumonia	01
Anasarca	01	Queimaduras	01
Angina	01	Tísica	01
Asfixia por submersão	01	Tísica mesentérica	01
Astma	01	Tísica pulmonar	01
Atelectere	01	Tosse convulsa	01
Bronquite aguda	01	Tubérculos	01
Caquexia	01	Tubérculos mesentéricos	01
Catarro brônquico	01	Tuberculose intestinal	01
Cerema	01	<u>Tuberculose</u>	<u>01</u>
Cistite aguda	01	Total	374
Cloro anêmico	01		

Um dos destaques para este quadro de 1882 é o aumento das mortes sem causa

---

“Gaetaninho”, de Alcântara Machado, e cujo personagem morre atropelado por um desses veículos enquanto brincava nas ruas do Braz no início do século XX. Machado (2004), p. 21 e seguintes.

identificada. Aqui esta ocorrência já divide o primeiro lugar com os *recém-nascidos* que continuavam a serem tratados dessa maneira. Mas, se voltarmos para o ano de 1860, esses casos colocavam-se em 4º lugar, subindo para 2º em 1872 e agora alcançando o topo, numa situação que se manterá para o ano de 1890 (veja o quadro a seguir). Pela sua relevância, esta situação merece algumas palavras, até porque se este problema tivesse ocorrido com mais frequência na década de 1860, poderíamos explicá-lo a partir da crença daqueles que emitiam os bilhetes de sepultamentos, ou seja, os padres. Porém, o aumento progressivo deste “silêncio” na documentação para as últimas décadas do século XIX não se apóia nesta hipótese uma vez que, cada vez mais, os médicos se faziam presentes neste processo; e a legislação pertinente – mesmo com falhas – já era aplicada com certo rigor, havendo sempre a obrigatoriedade de se indicar a causa do falecimento.

O não cumprimento dessa parte do regulamento para o caso das crianças é algo que pode nos surpreender. Porém, um primeiro dado a ser visto refere-se justamente à condição dos *recém nascidos*: para eles nada precisaria ser dito ou explicado, haviam nascidas já mortas ou permanecido vivas poucas horas e isso bastava. Mereceram essas crianças um registro até porque elas precisavam ser sepultadas, mas esta situação (a de natimorto) e certamente pela grande quantidade de casos, fosse mesmo considerada “natural”, não obstante a crítica de alguns médicos. Mas, era justamente a classe médica que apontava a causa da morte e, por isso, tudo leva a crer que realmente esses bebês não mereceriam muita atenção, mais do que nunca estes eram os verdadeiros *anjinhos*.<sup>704</sup> Esta hipótese se confirma quando confrontamos os dados da estatística: para estes falecimentos sem causa identificada (46 no total), encontramos a referência de idade para 22 casos. Dentre essas crianças, 15 delas foram apontadas com idade inferior a um ano, sendo que muitas acabaram registradas apenas com “*uma hora de vida*”, “*duas*”, “*vinte e quatro*”, ou “*poucas horas*” e “*por momentos*”. Assim, restava a consolação. De qualquer forma, e para o caso de São Paulo, um outro fator deve ser levado em consideração. Especialmente no que se refere ao aumento expressivo da morte dessas crianças, os seus números devem ser vistos numa relação direta com os da explosão demográfica verificada na cidade nas duas últimas décadas do século XIX. Eis aqui uma outra face do crescimento e que se fez representar nos números da morte. De fato, entre 1880 e 1889 entraram no Estado de São Paulo cerca de 183.504 imigrantes, destes 144.654 eram italianos.

---

704 - Ariès (1981), analisa a questão sob o mesmo ponto de vista, ou seja, que havia um “*sentimento de indiferença com relação a uma infância demasiado frágil, em que a possibilidade de perda era muito grande...*” p. 22.

Na década seguinte, esses números saltariam para 734.985 e 430.243, respectivamente.<sup>705</sup> Tendo em vista o tempo e as condições da viagem, muitos desses imigrantes já chegavam enfraquecidos ou mesmo doentes; depois, havia o problema da adaptação ao meio, aos costumes alimentares o que, certamente, acabava por tornar ainda mais frágil o organismo e, no que se refere aos natimortos, cabe ressaltar especialmente o caso das mulheres. Ao mesmo tempo, sabemos que a cidade não estava preparada para receber milhares de pessoas em tão curto espaço de tempo, resultando disso uma falta crônica de moradias e assistência. Tais condições que afetavam o organismo dos adultos, maior consequência tiveram sobre a vida e a morte dos pequenos.

Ainda com respeito ao quadro elaborado para 1882, vale notar o avanço da medicina acadêmica neste campo, que já atribuía causas com nomes muitas vezes diferentes para a mesma situação. No caso do natimorto ou daqueles que tenham sobrevivido poucos dias, dava-se como causa da morte a “inviabilidade” que, como a própria designação nos diz, eram situações onde nada se podia fazer. Os que viviam por alguns meses poderiam morrer de Atrepsia, Anemia, Fraqueza, Inanição ou Marasmo, todas elas significando (como hoje sabemos) que a criança não recebeu a alimentação suficiente ou adequada. Mas, apesar de poucos, estes de qualquer forma já foram individualizados em suas causas de morte.

Passemos agora para a última tabela elaborada para o ano de 1890 e que, a exemplo de 1882, também espelha o espetacular crescimento da cidade. Neste ano, registramos o sepultamento de 2.857 pessoas, dessas 1.552 eram crianças entre 0 e 10 anos de idade, ou cerca de 55% das mortes ocorridas. Quanto ao sexo, faleceram 825 meninos e 719 meninas, sendo que para 8 casos esta identificação não aparece. A divisão por faixa etária é a seguinte:

Recém nascidos e - 01 ano	847
De 01 a 05 anos	635
<u>De 06 a 10 anos</u>	<u>070</u>
Total	1.552

Dentre as causas especificadas para este ano, encontramos também algumas que, a exemplo de 1882, fogem aos padrões como o caso de “um menino morto abandonado pelo pai

---

705 - Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Depto. de Imigração e Colonização: Estatística dos

no cemitério” (sem especificar a causa); uma menina “encontrada morta em uma cocheira do Braz” e já em estado de decomposição, bem como o de um outro menino também abandonado no cemitério, não se sabendo dizer por quem, mas falecido de gastroenterite. Dos demais, as causas foram as seguintes:

<b>Causa</b>		Meningite tuberculose	03	Bronquite mesenterica	01
<b>óbitos</b>		Mesenterite	03	Bronquite pulmonar	01
S/ causa	210	Tétano espontâneo	03	Caquexia hepática	01
Atrepsia	140	Tosse convulsiva	03	Caquexia sifilítica	01
S/ causa (feto)	91	Tubérculos generalizados	03	Catarrho laringis e tétano	
Bronquite capilar	89	Tifo	03	dos recém nascidos	01
Enterocolite	88	Sífilis hereditária	03	Catarrho traqueo	01
S/ assistencia medica	87	Sífilis congênita	02	Cestiane de 1º grau	01
Gastroenterite	64	Sífilis	02	Cirroze hepática	01
Recém nascidos	37	Caquexia paludosa	02	Cirroze	01
Bronco pneumonia	37	Difteria	02	Cólera infantil	01
Tubérculos mesentericos	33	Asfixia por submersão	02	Cólica verminosa	01
Meningite	32	Ataque de bixas	02	Congestão pulmonar	01
Enterite	29	Bronquite pneumonia	02	Coqueluxe complicada de	
Enterite aguda	29	Colerina	02	broncopneumonia	01
Enterite crônica	28	Crup	02	Constipação	01
Convulsões	21	Diarréia crônica	02	Convulsão intestinal	01
Catarrho sufocante	20	Doença ilegível	02	Convulsões pneumonite	01
Inviabilidade	19	Enterite grave	02	Defimoton mesenterica	01
Fraqueza congênita	17	Enterite tuberculose	02	Dentição eclampsia	01
Coqueluxe	15	Espasmo	02	Dentição laboriosa	01
Diarréia	14	Estomatite	02	Derrame cerebral	01
Bronquite	14	Estomatite ulcerosa	02	Diacthose gangrenosa	01
Febre palustre	13	Febre amarela	02	Diarréia coleniforme	01
Bronquite aguda	10	Febre biliosa	02	Diarréia ataque de vermes	01
Febre remitente	10	Febre gástrica	02	Diarréia e dentição	01
Angina	09	Gangrena na boca	02	Diarréia paludica	01
Febre pernicioso	09	Infecção morbilosa	02	Diarréia verde infantil	01
Enterocolite aguda	08	Lesão cardíaca	02	Difteria variolosa	01
Febre tifóide	08	Mal de sete dias	02	Disenteria de dentição	01
Vermes intestinais	08	Nefrite	02	Disenteria e dentição	01
Raquitismo	08	Pernicioso	02	Edema geral	01
Tétano recém nascidos	08	Tétano	02	Edema pulmonar	01
Angina diftérica	07	Tísica	02	Encefalite aguda	01
Acesso pernicioso	07	Tuberculose e marasmo	02	Encefalite	01
Eclampsia	07	Tuberculose mesenterica	02	Enterite catarral	01
Sarampão	07	Abcesso	01	Enterite cloriforme	01
Sarampo	06	Acesso paludoso	01	Enterite e	
Congestão cerebral	06	Afecção gastro enterite	01	broncopneumonia	01
Disenteria	06	Afecção hepática	01	Enterite pernicioso	01
Febre remitente paludosa	06	Afecção intestinal	01	Entero	01
Gastroenterocolite	06	Afecção pulmonar	01	Enterochagia	01
Impaludismo	06	Aftas generalizadas	01	Enterocolite crônica	01
Impaludismo agudo	05	Anasarca de escarlatina	01	Febre angina	01
Afecção gastro intestinal	05	Anemia cerebral	01	Febre catarral	01
Angina escarlatinoso	05	Anemia intestinal	01	Febre cerebral	01
Meningo encefalite	05	Angina crupal	01	Febre escarlatina	01
Pneumonia	05	Angina gangrenosa	01	Febre inflamatória	01
Anemia	04	Angina maligna	01	Febre peritonite	01
Dentição	04	Angina puerperal	01	Febre remitente tifóide	01
Diarréia verde	04	Angina puttacis	01	Febre tífica	01
Febre remitente palustre	04	Angina tísica	01	Febre tifo	01
Inanição	04	Angina ulcerosa	01	Febre tifóide remitente	01
Mesenterite crônica	04	Apoplexia pulmonar	01	Fraqueza capital	01
Nefrite parenchimatose	04	Asfixia e eclampsia	01	Fraqueza	01
Queimaduras	04	Assistoba	01	Gangrena	01
Disenteria crônica	03	Atematite e convulsões	01	Gastro enterocolite	01
Febre paludosa	03	Atrepsia por diarréia	01	Gastro hepato enterite	01
Convulsões verminosas	03	Atrepsia tuberculose	01	Tubérculos mesentericos	
Escarlatina	03	Bronquite catarral	01	e meningite	01
Caquexia	03	Bronquite e convulsões	01	Gastro intestinal	01
Gastroenterite aguda	03	Bronquite enterite	01	Gastroenterite crônica	01
Marasmo	03	Bronquite generalizada	01	Gastroenterite e eripsela	01

Hemorragia	01	circularização	01	Queimadura de 2º grau	01
Hepateração pulmonar	01	Marasmo do sangue	01	Rutonite	01
Hepatite aguda	01	Meningite cerebral	01	Sarampos recolhidos	01
Hepatite infecciosa	01	Meningite e dentição	01	Septcemia	01
Hepato enterite	01	Meningite encefálica	01	Sincope cardíaca	01
Hidrocefalia aguda	01	Meningite traumática	01	Tetania	01
Hidrofobia	01	Miserio orgânico	01	Tifo palustre	01
Hidropsia	01	Parto laborioso	01	Tiro de revolver	01
Hymanegite	01	Peritonite	01	Tubérculos mesentericos	
Infecção cancerosa	01	Pleurisia	01	e meningite	01
Infecção palustre	01	Pleuro pneumonia	01	Tubérculos pulmonares	01
Infecção palustre crônica	01	Pneumonia aguda	01	Tuberculose	01
Interite aguda	01	Pneumonia complicada	01	Ulceras sifilíticas	01
Intoxicação palustre	01	Tumores sanguíneos na		<u>Uremia brigtia</u>	<u>01</u>
Intoxicação	01	garganta	01	Total	1.552
Irregularidade da		Pústula maligna	01		

Uma primeira observação refere-se, novamente, o aumento expressivo na quantidade de novas denominações para os males ou para as causas de morte; se em 1860 tínhamos 38 doenças listadas, em 1890 elas já eram 226. Tornaram-se comum, também, as doenças conjugadas, ou seja, a *Anasarca conseqüente de escarlatina*, *Tubérculos mesentericos e meningite*, *Enterite e broncopneumonia* ou *Coqueluxe complicada de broncopneumonia*. A complexidade da linguagem médica aumenta sensivelmente e, como conseqüência, as doenças e a morte escapam cada vez mais do controle e dos saberes populares. Aliás, como forma de avançar nesse campo de conhecimento, mantendo para si o controle da saúde, da doença e da morte, a medicina muito se valeu das positivas descobertas e para elas deu-lhes uma nova denominação. Somente os iniciados (os formados nas escolas médicas) é que detinham esse novo conhecimento e bem sabiam manejar a nova linguagem; a grande luta contra os charlatões já ficara para trás, agora o alvo era o próprio doente e sua família; dar um novo nome e um novo estatuto para os males que afligiam o corpo significava, também, ter o controle sobre eles; as classes populares não precisavam saber e nem deveriam.

Um outro ponto que merece ser novamente ressaltado quando analisadas conjuntamente as quatro tabelas apresentadas, é a grande quantidade de mortes dos recém-nascidos e, também, entre aqueles que se encontravam com menos de um ano; para os que estavam na faixa de idade até os cinco anos, o perigo também era muito grande. Dos números totais de falecimentos para cada período estudado, verificamos que a porcentagem desses casos específicos sempre girou em torno dos 90% se considerados os totais de crianças falecidas entre 0 e 10 anos. Como é próprio da constituição biológica do ser humano, sabemos que a faixa etária entre 0 e 5 anos requer cuidados especiais, até porque o mundo lhes é mais hostil. Nesse sentido, poderíamos sim considerar como vitoriosos aqueles que chegaram vivos

na idade de 5 ou 6 anos no decorrer do século XIX o que, por sua vez, redundou em uma concepção de “ser criança” - ou de infância – bem diferente da nossa na atualidade. Desse tema trataremos com vagar mais adiante, mas vale indicar desde já que a infância e a adolescência tal qual a conhecemos, não existia, até porque a infância, para os parâmetros atuais, era muito breve, como a vida.

Como vimos nesta última tabela para 1890, aumentaram positivamente os conhecimentos sobre as moléstias, e aqui identificados apenas através de suas nomenclaturas o que, sem dúvida é uma das possibilidades de análise. De qualquer forma, toda esta ação acaba por se refletir nos cuidados com a saúde da criança a partir desses últimos anos do século XIX. Apesar das ações de saúde concentrarem-se nas mãos do Estado logo após a República, também na esfera municipal essas questões não deixam de ser tratadas. Em 1894, por exemplo, e a pedido dos doutores Bráulio Gomes e Rodrigues dos Santos, a municipalidade auxiliou com verbas a fundação do primeiro hospital especializado da cidade, a “Maternidade São Paulo”, que entrou em funcionamento no dia 12 de agosto do mesmo ano.<sup>706</sup> Nesse mesmo ano, e ao discutir um requerimento do padre Camilo Passalacqua, diretor da *Associação das Damas de Caridade* que pedia subsídios à Câmara, o então vereador Pedro Vicente produziu um discurso esclarecedor de uma nova concepção a respeito das crianças que, então, cristalizava-se. Em alguns trechos escolhidos, disse ele que era preciso:

“Preparar as crianças para as luctas da vida, instruindo-as, educando-as e formando-lhes o caráter, é assunto sobre o que não há duas opiniões: ninguém desconhece o enorme proveito que dahi provém para a sociedade. (...) A infância é sempre uma esperança que submetida a preparo conveniente pode redundar em esplêndida realidade.”<sup>707</sup> (meu destaque)

As crianças como esperança para o futuro, eis aqui uma grande alteração operada com respeito à infância. Não que ela não houvesse antes, porém, agora em outras condições, até porque a medicina prometia fazer cessar a grande mortalidade que, até então, havia

---

<sup>706</sup> - Requerimento dos Srs. Rodrigues dos Santos e Bráulio Gomes, A. C. 30/01/1894, vol. manuscrito, p. 76. Este auxílio (ou subsídio) passou a ser anual e somava, em 1896, o montante de 500 mil Réis (A. C. 25/02/1896 p. 149). Segundo Maria Lúcia Mott, esta maternidade, além de ser a primeira em São Paulo, possivelmente seria também a primeira do Brasil. Ainda segundo a autora, a criação da maternidade teria ocorrido da seguinte maneira: *Em 1894, o médico Bráulio Gomes, se deparou no meio da rua com uma mulher que estava dando à luz. Penalizado, levou-a para a sua própria residência onde deu toda assistência. Naquele mesmo dia organizou uma reunião e convidou um grupo de senhoras para participar de uma subscrição para criação de uma casa de assistência à mãe pobre. Fundou-se então a Associação Protetora da Mãe Pobre, a partir de donativos particulares*” que, meses depois, daria origem ao hospital. Veja: Universidade Federal Fluminense, Núcleo de Documentação, <http://www.ndc.uff.br/portaldereferencia/noticias.asp?cod=322> (notícia publicada aos 27/11/2004). Não obstante o reconhecido altruísmo do médico, vale lembrar que somente naquele momento (em 1894) é que estavam dadas as condições para a criação de tal estabelecimento, antes não.

imperado. A vida das crianças especialmente, mas também a dos adultos, não dependeria mais das forças sobrenaturais.

De toda a forma, a inauguração da maternidade e o discurso de Pedro Vicente estavam já afinados com uma época ou um tempo em que a recente microbiologia alertava, por exemplo, para o caso do principal alimento das crianças: o leite. A partir do mesmo ano de 1894, e através de uma denúncia dos mesmos doutores Bráulio Gomes e Rodrigues dos Santos, tentou-se regulamentar o trabalho exercido pelas amas-de-leite ou, em suas palavras, que fosse “*regulamentado o serviço das mulheres que se alugam para amas de leite.*”<sup>708</sup> Essas mulheres, conforme explicou o Dr. Zuquim em 1897, colocavam em risco a “*a saúde e o futuro dos pequeninos munícipes*”, ou seja operava-se uma radical transformação no estatuto das crianças, agora citados como pequenos cidadãos, já que munícipes. Porém, não nos iludamos com as belas palavras do vereador, até porque se ele mirava nas crianças, o seu alvo, na verdade, eram as amas de leite:

“... aqui na capital de São Paulo tal profissão é vil, desapiedosa e gananciosamente explorada e exercida por mulheres que não apresentam as condições de aptidão para amas de leite, visando as mais das vezes o ordenado, pouco lhes importando o grito de fome e desespero dos pequenos seres que lhes caem nas mãos, pouco lhes importando as lágrimas dos pais que ignorantes e inconscientes lhes entregam seus filhos, pouco lhes importando ainda a inoculação na criança do terrível veneno que lhes mortificará a existência inteira. [São diários] os abusos que se dão aqui na capital no exercício da profissão de ama de leite, acarretam a morte de muitas crianças ou degeneram-lhes a saúde pela transmissão freqüente do vírus sífilítico, da tuberculose e outras modalidades patológicas transmissíveis.”<sup>709</sup>  
(meus destaques)

As amas de leite, como bem sabemos, tiveram uma longa trajetória na história da família brasileira. Se a criança pertencesse a uma classe “distinta”, como disse o viajante Ferdinand Denis, “raro é que a própria mãe o amamente”; eram antes as escravas incumbidas desse trabalho que, por isso, gozavam de certos privilégios como se refere o mesmo viajante ao dizer que “a ama não (era) considerada como escrava, mas sim como fazendo parte da família.”<sup>710</sup> Quando havia a necessidade de uma de leite e esta não se encontrava dentre os escravos da casa, podia-se mesmo alugá-las, porém, a um preço muito mais alto do que se cobrava por uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama.<sup>711</sup> Em 1876, como lembrou Thomas Lino d’Assumpção, escolhiam-se as amas entre as negras, “escravas voluntárias das

---

707 - Discurso do vereador Pedro Vicente de Azevedo, A. C. 23/10/1894, vol. Manuscrito, p. 278 e 279.

708 - Parecer do Dr. Pedro Vicente, A. C. 18/09/1894, vol. manuscrito, p. 123 a 125.

709 - Indicação nº 12 do vereador Dr. Alfredo Zuquim, A. C. 14/04/1897, vol. manuscrito, p. 63 e 64.

710 - Denis (1980), p. 213

711 - Charles Expilly, 1862; Apud: Leite. Miriam L. Moreira; *A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem*; In: Freitas (1997), p. 29 e 30.

crianças (com) leites riquíssimos e abundantes.”<sup>712</sup> Da mesma forma, as crianças mais pobres, as expostas nas rodas, por exemplo, também eram alimentadas pelas escravas ou, muito mal alimentadas, por libertas que se encarregavam desse trabalho como complemento de sua renda ou mesmo como atividade principal.<sup>713</sup> As amas de leite, portanto, estavam nessa categoria: negras e pobres, tiveram elas esta rara oportunidade de ganho após a libertação.

Consideradas até então como essenciais na vida das crianças, em 1894 percebemos a emergência de um novo discurso onde elas agora eram parte da cadeia de infecção, da doença e da morte de inúmeros bebês à elas confiados. Ora, possivelmente isso realmente ocorresse aqui e ali, mas como bem nos lembra Chalhoub, esta não era a questão principal, senão a identificação dessas mulheres (ou de todos os pobres) como uma “classe perigosa”. No Brasil, esta noção vai aparecer com mais clareza na década de 1880 e vai permear toda uma série de ações na área da saúde. Uma delas foi justamente a tentativa de enquadramento desta que agora havia se transformado em uma profissão livre e não mais privatizada como ocorria até então, posto que sob o domínio dos proprietários de escravos.<sup>714</sup> Para esta grande parcela da população, a disciplina e o regramento agora estavam nas mãos do Estado. Por outro lado, a medicina alertava contra os costumes e *vícios* dessa classe, da sua moradia insalubre, do *ajuntamento promíscuo* em que se encontravam. Tudo isso poderia ser fatal, especialmente para as crianças brancas e da elite, que sugavam seu principal alimento de corpos, talvez, corrompidos e infectados. A microbiologia estava, também, a serviço da moral e dos bons costumes, excluindo aqui os elementos que pudessem prejudicar uma sociedade *civilizada*. O corpo do pobre foi tematizado nessas novas condições e, também a vida na cidade. Não por outro motivo “descobriu-se”, em 1891, que as ruas de São Paulo estavam “*infestadas de mendigos, velhos, crianças e até de homens sadios que podiam empregar-se em serviços honestos*” mas que, pelo contrário, muitos deles nada mais eram do que “*guardas avançadas das quadrilhas de ladrões que andavam revistando as entradas das casas.*”<sup>715</sup> Ao mesmo tempo tentou-se, entre 1892 e 1893, a aprovação de um “Regulamento Sanitário para as Prostitutas”, também muito perigosas para a saúde pública, já que elas “*propagavam moléstias venéreas*” conforme disse o então Intendente de Higiene.<sup>716</sup> Aqui, a imagem da prostituta infectada poderia se igualar, em perigo, às amas de leite. Não por outro motivo

---

712 - Id. ibidem, p. 30

713 - A esse respeito veja **Marcílio** (1998), op. cit.

714 - Veja **Chalhoub** (1996), especialmente capítulo 1, item “Classes pobres, classes perigosas”, p. 20 e seguintes.

715 - Indicação do presidente da Câmara, Clementino de Souza e Castro, determinando a proibição de mendigos na cidade e prevendo a prisão dos adultos nessa condição, bem como a entrega dos menores ao Juiz de Órfão.

716 - O acompanhamento da discussão a respeito deste regulamento pode ser feito através dos pareceres e dos discursos registrados nas Atas da Câmara, sessões dos dias 10/12/1892, p. 133 a 135; 07/01, 04/02 e 11/02/1893, p. 05, 65 e 82, respectivamente. Tal proposta não foi aprovada e isso por dois motivos principais: o primeiro dizia respeito à falta de verbas para fiscalização e construção de uma enfermaria e hospital exclusivo para prostitutas conforme previa o projeto; em segundo lugar, a proposta foi considerada bastante vaga pelo então médico e vereador Henrique Schaumann e por Guilherme M. Rudge, principalmente por que previa o “estabelecimento de regras para decidir se uma mulher devia ou não ser considerada prostituta”, sem dizer como isto ocorreria.

também foi possível nessa nova ordem uma “desinfecção geral” no bairro de Santa Ifigênia, processo que incluiu a destruição de cortiços e casas mais humildes (muitas delas queimadas simplesmente) por conta do saneamento que se queria contra a propagação de epidemias e visando, principalmente, a tuberculose e a febre amarela.

Apesar de fazer parte dos debates no âmbito da Câmara Municipal, a questão das amas de leite seria regulamentada pelo governo estadual que, desde finais do século XIX, já assumira a direção dos serviços de higiene e saúde. E foi nesse contexto que editou-se o Decreto nº 1.294 de 19 de julho de 1905 estabelecendo o “Regulamento para o serviço das amas de leite na capital do Estado”, sendo bastante sugestivo o fato de que, apesar de ser um decreto estadual, o regulamento seria aplicado apenas na capital, deixando de lado as cidades do interior.<sup>717</sup> Através dele criou-se, na antiga Diretoria do Serviço Sanitário, um “gabinete de inspeção de amas de leite e um consultório destinado a lactantes, filhos de indigentes”, conforme o artigo 1º do decreto. Todas as amas “que se quizessem alugar” (art. 3º), deveriam passar por um exame nos seguintes moldes:

Artigo 6º - No exame a que proceder o inspetor encarregado do serviço, deverá atender particularmente ao estado geral da nutris, antecedentes mórbidos pessoais de da família, cor, cabelos, dentes, gengivas, adenopatias, vestígios de moléstias cutâneas ou outras contagiosas, antecedentes puerperais, número de filhos vivos e mortos, conformação dos seios, mamelão, apojadura e a qualidade do leite (elementos físicos, químicos e microscópicos). (meus destaques)

A menção à cor e aos vestígios de moléstias cutâneas (prováveis marcas de varíola), são recomendações mais do que suficientes para nos mostrar o caráter de tal regulamentação.

É certo que a discussão a respeito das amas de leite, referia-se à saúde das crianças brancas da elite, uma vez que seus pais poderiam pagar por tais serviços e, do mesmo modo, ocorreu pouco tempo antes, em 1895, com a ameaça de que também as vacas leiteiras poderiam transmitir várias outras doenças através do leite que era ingerido *in natura*. Discussão longa foi esta, posto que em 1913 ela ainda estava sendo feita.

Com respeito ao leite destinado às crianças mais pobres, uma das soluções mais duradouras somente ocorreria a partir de 1904, ocasião em que se foi fundada na cidade uma instituição chamada “Gota de Leite” que, no ano seguinte, já atendia a mais de 70 crianças “que ali eram levadas pelas mães que não tinham absolutamente recursos nem estavam em condições de

---

717 - Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1905 – Tomo XV, p. 101 a 103. No município da capital, ao contrário das cidades do interior, a quantidade de escravos urbanos (muitos deles do “serviço doméstico”) suplantava os demais. Nesse sentido, e após a libertação, houve uma grande disponibilização dessa mão-de-obra na cidade, o que incluía as amas de leite. Por outro lado, data dessa mesma época um aumento expressivo no número de imigrantes que escolhiam a cidade para residência e, dentre eles, estavam também as amas européias brancas. Estas eram as preferidas pelas famílias da elite conforme demonstram os anúncios publicados nos jornais da época que solicitavam essas profissionais. Nesse sentido, a legislação visava especialmente as libertas num momento em que, também, se colocava claramente uma política de branqueamento da população.

pagar a quem lhes cuide dos filhos e ao amamente.”<sup>718</sup> O vereador Carlos Garcia, defensor daquela instituição, atacou o problema da mortalidade e produziu um discurso onde sobressaem conclusões somente possíveis naquele momento:

“O elevado coeficiente da mortalidade infantil, nas crianças de 1 a 2 anos, muito principalmente vem, desde longe, despertando a atenção dos higienistas e poderes públicos. A observação e estatísticas tem demonstrado que a causa principal desta mortalidade tão absurda é devido (...) às moléstias do aparelho gastro-intestinal, ocasionadas pela ignorância dos preceitos higiênicos da alimentação infantil e pela miséria das mães operárias que, não tendo leite para alimentar os seus filhos, se vêm privadas de recursos para obter o leite de vaca em boas condições. Em São Paulo a mortalidade Infantil é mais elevada do que em qualquer outra cidade do mundo, e essa mortalidade é pura e simplesmente devida às moléstias dependentes da má alimentação fornecida às crianças, quando as mães não tem leite ou não podem aleitar seus filhos.”<sup>719</sup>

Com o avançar dos tempos, porém, uma outra causa de infortúnios para as crianças se fez presente. Apesar de não anotada nas estatísticas do estudo que empreendo, vale dedicar algumas linhas a um problema que começou a ser notado em 1896: a presença cada vez maior de crianças a perambular pelas ruas da cidade. Estas foram então chamadas de “menores vagabundos” que estariam a provocar “contínuas desordens e impedindo o livre trânsito”, nas palavras do vereador João Bueno.<sup>720</sup> Ora, que crianças eram essas? Pobres, certamente, muitas delas naturais da cidade que, a esse tempo, se juntavam aos milhares de imigrantes ou filhos destes. Alguns dos meninos poderiam realmente estar à mercê de mendigos e de ladrões, como já havia sido denunciado, mas o que faziam essas crianças nas ruas? O jornal da colônia italiana, o “Fanfulla” já pregava a “necessidade de medidas em relação à verdadeira legião de menores que vivem nas ruas, no vício e no embrutecimento”, e denunciava que “a uma da manhã se vêem grupos de garotos (...) nos pontos centrais da cidade, vendendo jornais que àquela hora já não são comprados mais, trocando improperios e socos (...), no Largo do Rosário, um menino de três anos e um mês de idade, vende bilhetes de loteria!”<sup>721</sup>

Muitos dos “menores vagabundos”, portanto, poderiam ser esses pequenos que estariam já a ganhar as ruas para sobrevivência, exercendo tarefas como as de engraxate, vendedor de jornais e de bilhetes de loterias, como bem reconheceu a Comissão de Justiça da municipalidade em 1911.<sup>722</sup> Eram eles meninos em tenra idade, que se atiravam num comércio difícil e num meio cheio de perigos; andavam descalços, alimentavam-se mal, com os restos que adquiriam nas confeitarias e restaurantes; entregues estavam “às moléstias de que são férteis as nossas madrugadas úmidas, e aos

---

718 - Proposta de auxílio à instituição “Gota de Leite”, apresentada pelo vereador Carlos Garcia, A. C., 14/10/1905, p. 165 e 166.

719 - Id. ibidem, sessão do dia 21/10/1905, p. 174 e 175.

720 - Requerimento do vereador João Bueno, A. C., 14/02/1896, p. 125.

721 - *Fanfulla*, 11/03/1899, p. 02 e 31/10/1892, p. 02. Apud: Moura (1999)

722 - Parecer da Comissão de Justiça sobre o projeto que regulamentava “o exercício da profissão de vendedor de jornais”; A. C. 19/05/1911, p. 240.

*vícios que se contraem e propagam na promiscuidade.*"<sup>723</sup> Não raro, disputas ocorriam, seja num enfrentamento com companheiros, rivais ou concorrentes. Nessas refregas, ocasionalmente uma faca aparecia, o que dava motivos tragédias como a que sofreu o menino Rafael, ferido mortalmente na Av. São João. O seu corpo foi ali abandonado:

*"Cemitério do Braz. Rafael de Castro, aos 31 de janeiro de 1912 sepultou-se no quadro 12º dos adultos, sepultura nº 104, brasileiro, solteiro, com 12 anos, falecido ontem às 7 horas da noite na Av. São João (encontrado na rua) vítima de ferimento no pulmão esquerdo, conforme atestou o dr. Archer de Castilho."*<sup>724</sup>

Era este um novo perigo que se apresentava para as crianças, meninos especialmente que, segundo os cálculos para 1904, já seriam mais de quinhentos, *"dormindo nas tipografias aos magotes de cinquenta e mais, acumulados sobre o cimento, sem higiene e sem moral, dormindo às dezenas pelas ruas"*<sup>725</sup>, ou à noite, *"maltrapilhos e sonolentos, amontoam-se à porta das redações, numa promiscuidade lamentável, à espera da madrugada, que é quando se inicia a venda avulsa"* dos jornais.<sup>726</sup>



Fig. 42: Vendedores de jornais no Rio de Janeiro, 1889

Para esta nova situação de perigo que se apresentava para as crianças – obrigando-as a buscar sua sobrevivência nas ruas – infelizmente não temos os cálculos totais referentes aos males sofridos e, também, para a aqueles menores empregados na indústria das primeiras décadas do século XIX. Mas este é um trabalho possível de realizar, ficando aqui a indicação para um estudo tendo como suporte esta “nova” fonte, ou seja, os registros de sepultamentos.

De qualquer forma, fica a certeza de que, a cada novo momento, um novo perigo se apresentava, seja para as crianças, seja para os adultos e nesse aspecto, as más condições de vida

---

723 - Id. ibidem.

724 - Livro de Inumação do Cemitério do Braz, Vol. 46, f. 22

725 - Requerimento do vereador José Oswald, A. C., 17/12/1904, p. 135

repercutiam sob a forma de doenças e de morte. Tal fato por sua vez, uma constante durante todo o século XIX, implicou na menor quantidade de anos vividos pelos paulistanos nascidos naquela época ou, numa frágil existência.

### Capítulo 3 - Uma frágil existência

No palácio de Queluz, em Portugal, o primeiro imperador do Brasil agonizava. Era setembro de 1834 e ele estava recolhido aos mesmos aposentos onde havia nascido, trinta e seis anos antes, em 1798. Esta área do palácio, aliás, tinha lá as suas peculiaridades, sendo conhecida como *Sala Dom Quixote*, pois fora decorada com várias pinturas que lembravam o famoso romance de Cervantes. Sem muitas esperanças e ali recolhido desde início de setembro, no dia 17 ele resolveu ditar seu testamento ao ministro do Reino Bento Pereira do Carmo. Sete dias depois, a 24 de setembro de 1834, D. Pedro I do Brasil (e IV de Portugal) falecia vítima da tuberculose, aos 36 anos de idade ainda incompletos.



Fig. 43  
"Morte de D. Pedro IV"

A doença, todos são unânimes em dizer, fora adquirida durante as batalhas que Pedro movera contra o irmão, D. Miguel, pela posse do trono português. Esta campanha, por sua vez, tivera início em 1832 nos Açores, onde ele mesmo criara uma força expedicionária para invadir Portugal. As condições impostas pela guerra, trouxeram-lhe o mal.

Para os nossos padrões, D. Pedro teve uma curta existência, assim como sua primeira esposa, D. Leopoldina. Para ela, buscaram-se explicações nos maus tratos sofridos e numa infeliz gravidez e, para ele, nos conhecidos exageros de juventude que bem poderiam ter-lhe debilitado o organismo, razão pela qual a tuberculose avançou. Em outras palavras, fatalidades, muitas das quais impossíveis de serem previstas.

É preciso deixar claro, entretanto, que essas justificativas somente hoje são necessárias, posto que muitos entendem essas mortes como casos excepcionais. Mas, é preciso sempre lembrar, não para aquela época. Causa-nos uma certa perplexidade a morte prematura de duas figuras públicas e do porte histórico como as do imperador e da imperatriz do Brasil, e isso principalmente porque a expectativa de vida média do brasileiro já chegou, em 2004, a 71,7 anos. Mas, nem sempre foi assim.

Segundo Jean Bernard, o homem da pré-história morria geralmente aos dezoito anos.<sup>727</sup> Na Inglaterra quinhentista, a média geral para a esperança de vida era extremamente baixa: 29,6 anos<sup>728</sup>, sendo que nas regiões mais desenvolvidas daquele país, esta chegava a 37 anos entre 1628 e 1699, e 42 anos de 1700 a 1774.<sup>729</sup> O francês, entre os séculos XVII e início do XIX, freqüentemente morria antes dos quarenta.<sup>730</sup> E é quase um consenso entre os historiadores europeus com formação em demografia que, na Idade Média, a esperança de vida naquele continente se situava, em média, entre 35 e 40 anos.<sup>731</sup> Os velhos – de acordo com os nossos padrões contemporâneos – eram figuras raras naquela sociedade; e, quando citados em textos da época, os personagens assim qualificados (como *velhos*) não possuíam mais do que 40 ou 45 anos<sup>732</sup>; “entre os cavaleiros do século XIII, um homem de quarenta anos era visto quase como um velho”.<sup>733</sup> Arnolphe, o velhote enganado de *Escola de mulheres* (Molière, 1662) ironizado por Agnès e Horace, mal passara dos quarenta anos e seu amigo Chrysale já

---

727 - Bernard, Jean; *Esperanças e Sabedoria da Medicina*; S.P.: Unesp, 1997, p. 9.

728 - Souza, Laura de Mello e; *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*; (2005) p. 167.

729 - Chaunu, Pierre; *A história como ciência social*; R.J.: Zahar, p. 458

730 - Bernard op. cit.

731 - Le Goff, Jacques e Truong, Nicolas; *Uma história do corpo na Idade Média*, R.J.: Civilização Brasileira, 2006, p. 93.

732 - Idem, ibidem, p. 103.

lhe recorda a idade na primeira cena do primeiro ato: “Que diabo fez você resolver, aos quarenta e dois anos, a se desbatizar?”<sup>734</sup>

A mulher de trinta anos, escreveu Balzac em 1832, ainda poderia apaixonar-se e ser amada. Causou furor e foi um sucesso imediato pelo inusitado: até então “*todas as namoradas de romances tinham vinte anos, e ele prolongou até aos trinta, até aos quarenta sua vida afetiva.*”<sup>735</sup> O comum seria que, aos 30 anos, as mulheres já estivessem casadas, carregadas de filhos e próximas do fim ou, ao contrário, seriam elas muito experientes e sábias, perigosas sedutoras: “*Uma mulher de trinta anos tem atrativos irresistíveis*”, ousou Balzac dizer para uma sociedade onde a morte chegava, geralmente, por volta dos 40 anos.

Em São Paulo, ainda na década de 1890, morria-se de *marasmo senil* aos 47 anos de idade<sup>736</sup>; das 9.233 pessoas que residiam na Paróquia da Sé em 1872, apenas 414 delas (ou cerca de 4,5%) indicaram ter mais de setenta anos; entre os escravos a situação era agravada: apenas 34 deles declararam idade igual ou superior a 70 anos, ou cerca de 1,7% do total.<sup>737</sup> De fato, e como poderemos observar a seguir, a esperança de vida dos paulistanos entre as décadas de 1870 e 1890 esteve sempre em torno dos 40 anos<sup>738</sup> e, como comparação, lembro que, para o ano de 2004, o IBGE já calculava para os brasileiros uma expectativa de vida em torno dos 67,9 anos para os homens, e de 75,5 para as mulheres, ficando a média nacional para ambos os sexos em 71,7 anos. Entre 1980 e 2004, a esperança de vida ao nascer, no Brasil, elevou-se em mais 8,3 anos para os homens e mais 9,8 para as mulheres.

Antes de especificarmos os cálculos para o século XIX, seria importante compor um quadro geral para a cidade no século XX. Nesse sentido, apresento uma tabela quinquenal para o período de 1900 a 1994, com os dados referentes à esperança de vida ao nascer para os

---

733 - Elias, Norbert; *A solidão dos moribundos*; R.J.: Jorge Zahae Editor, 1990, p. 14

734 - No original: *Qui diable vous a fait aussi vous aviser, à quarante-deux ans, de vous débaptiser?* O personagem, na verdade, não se conformava com a insistência de Arnolphe em trocar o nome para “Monsieur de la Souche”

735 - Rónai, Paulo; *Introdução*, In: **Balzac** (2004).

736 - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, vol. 14, 1890 a 1891, fls. 187, onde se encontra o seguinte registro: “*Guerino, aos 27 dias do mês de novembro de 1890. Sepultou-se no quadro geral 42, sepultura 70 o cadáver de Guerino de tal, de 47 anos de idade, brasileiro, solteiro, falecido no Hospital de Caridade hontem de Marasmo senil. (...)*” Marasmo: enfraquecimento geral.

737 - Recenseamento Geral de 1872, Província de São Paulo, original no Arquivo do Estado de São Paulo (veja Fig. nº 44, adiante). Charles de la Roncière apresentou números muito próximos a estes para algumas regiões da Itália medieval: considerando a mesma faixa etária (entre 65/70 anos ou mais), eles representavam 3,8% da população em Prato no ano de 1371 e 4,8% na Florença de 1480. Veja **Roncière**, Charles de la; *A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença*; In: **Ariès e Duby** (1995), p. 231.

738 - Ao estudar essa mesma questão, **Marcílio** (1986) indicou que a esperança de vida dos paulistanos, entre as décadas de 1870 e 1890, seria de 33,9 anos, passando para 39,3 entre 1890 e 1920.

paulistanos. Parte de um estudo desenvolvido pelo cientista social José Leopoldo Ferreira Antunes, a tabela foi gentilmente cedida pelo autor. Na primeira coluna especifica-se o ano e, na segunda, a esperança de vida ao nascer.

Ano	Esperança de vida ao nascer
1900	46
1905	48,25
1910	48,28
1915	47,16
<b>1918</b>	<b>31,08 (*)</b>
1920	41,93
1925	41,58
1930	46,75
1935	48,93
1940	50,37
1945	54,84
1950	57,65
1955	59,64
1960	62,01
1965	62,16
1970	63,17
1975	64,66
1980	67,84
1985	68,94
1990	68,77
1994	70,1

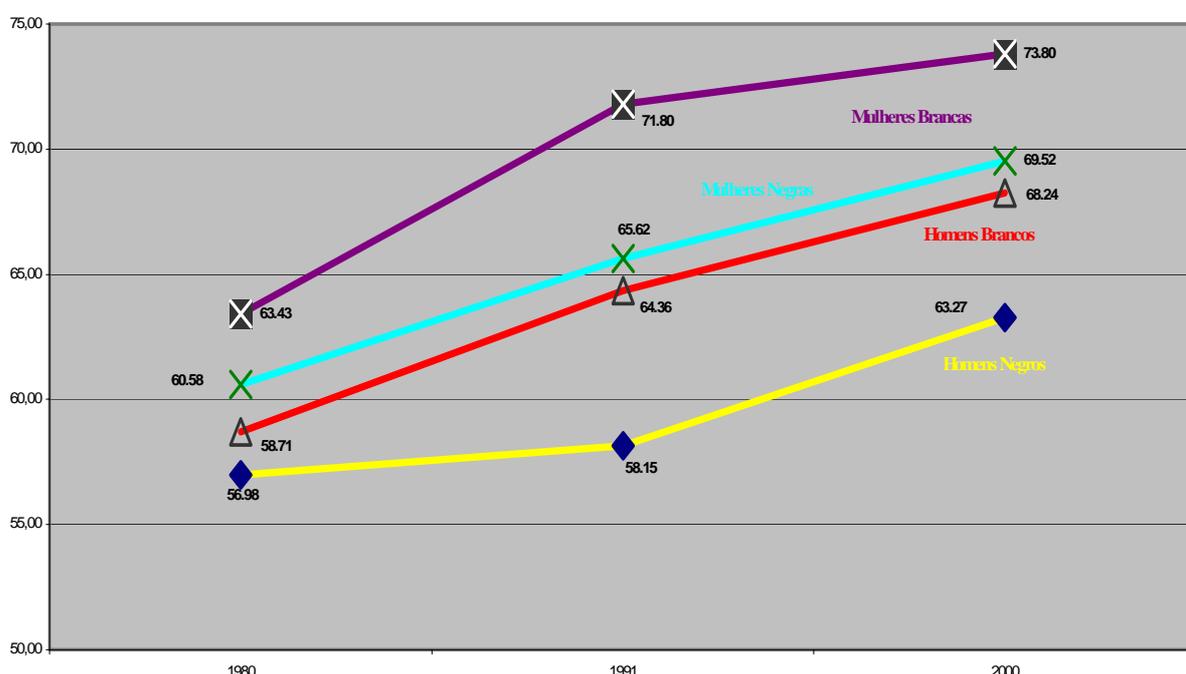
Para que os números das estatísticas não ocultem outras questões, já que os mesmos homogeneízam as imensas e históricas desigualdades presentes no país, um segundo quadro

---

(\*) - Decréscimo na esperança de vida ocasionado pela epidemia de Gripe Espanhola.

se faz necessário. Nesse sentido, a seguir apresento um outro, este elaborado a partir da diferenciação entre homens e mulheres, brancos e negros, tendo como base os anos de 1980, 1991 e 2000.

**Esperança de vida ao nascer entre os brasileiros, este divididos por sexo e cor, entre os anos de 1980, 1991 e 2000**



Como o quadro bem demonstra, ainda hoje temos uma perversa desigualdade na vida que, inclusive, se faz representar na hora da morte.<sup>739</sup>

Para os números que virão a seguir, destaco não apenas os cálculos efetuados para o geral da sociedade, como em especial aqueles distinguindo homens e mulheres, bem como livres e escravos. Não obstante o ineditismo de tais projeções para a população escrava e urbana, elas apontam ainda uma grande possibilidade para o estudo da sociedade paulistana no século XIX, ou seja, para as condições de vida que os registros de morte poderão revelar para as diversas parcelas da população.

<sup>739</sup> - Reproduzido do "Atlas Racial Brasileiro - 2004"; Banco de dados eletrônicos, PNUD-Programa das Nações Unidas

### 3.1 – Esperança de vida: considerações preliminares e quadros resumidos

Os cálculos da esperança de vida para determinada comunidade em um período específico, somente são possíveis mediante a existência de dois dados: a quantificação das pessoas vivas e os números da mortalidade. Os recenseamentos suprem a primeira demanda, desde que abranjam toda a população local e disponibilizem os dados relativos à faixa etária de cada grupo mensurado. Para o caso do Brasil, o primeiro censo com tais características foi realizado em 1872;<sup>740</sup> antes desse período, portanto, a aplicação das fórmulas matemáticas indicadas pelos profissionais da área são dificultadas, não obstante a possibilidade de aproximações. De fato, as equações utilizadas neste estudo necessitam ser alimentadas com números que indiquem, separadamente, a quantidade de pessoas com

---

para o Desenvolvimento e UFMG, disponível no sítio [http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas\\_racial/index.php](http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php)

740 - No Brasil colônia foram realizados alguns levantamentos censitários que visavam, essencialmente, a objetivos militares e estratégicos. Deles participavam os membros do clero, que contavam os fiéis de sua paróquia e enumeravam os fogos. Data dessa época, por exemplo, a constituição para a Capitania de São Paulo dos chamados *Maços de População*, atualmente disponíveis no Arquivo do Estado. Conforme **Oliveira** (2003), “A finalidade dessas listagens – como o recrutamento militar ou a cobrança de impostos, quando não ambas – justificavam o temor e a resistência que tais contagens provocavam na população.” Muitos, portanto, fugiam da contagem. O primeiro regulamento censitário do Brasil data de 1846, sendo que somente em 1850 o governo foi autorizado a despender os recursos necessários para a sua realização. A regulamentação do processo viria no dia 18/06/1851 com os Decretos 797 e 798, porém, com uma novidade: na mesma época a responsabilidade pelos registros de nascimentos passariam para os cartórios, algo até então de responsabilidade da Igreja. O primeiro censo, marcado para 1852, não aconteceu devido a uma revolta popular ocorrida principalmente nas províncias do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. O temor era que, com a nova legislação, os dados de nascimentos pudessem ser falseados visando a escravização dos nascidos livres. Segundo **Silva** (1920/1986, p. 14 e 15), “a oposição feita pela parte da população menos sensata e ilustrada á execução do Regulamento do registro dos nascimentos e óbitos, não se cifrava unicamente no protesto da abstenção (...) eram ameaças, manifestações criminosas, reuniões armadas [pelo] boato, arteiramente espalhado e loucamente acreditado pelo povo rude, de que o registro só tinha por fim escravizar a gente de cor (...) em Pernambuco, apelidaram-na de LEI DO CATIVEIRO.” A esse respeito veja também uma esclarecedora análise de **Secreto** (2003), onde esta revolta é estudada num processo que inclui outras manifestações ocorridas no nordeste no mesmo período.

menos de 1 ano e, sucessivamente, com 1, 2, 3, 4 e 5 anos. Daí por diante, agrupa-se a população por quinquênios (até os 30 anos) para, em seguida, considera-las em decênios.<sup>741</sup> Estes números, por sua vez, devem ser confrontados com as quantificações da morte para o período, também divididas conforme as faixas etárias já descritas para os vivos.

Os dados sobre a população de São Paulo para o ano de 1872 são amplamente conhecidos e, conforme o censo divulgado naquele período, sabe-se que, na área total abrangida pelo município, os moradores somavam um total de 31.385 pessoas assim divididas por faixa etária:

Censo de 1872:	
Faixa etária	Quantidade
0 e -1 anos	1.154
1 ano	539
2 anos	565
3 “	527
4 “	601
5 a 9 “	4.219
10 a 14 “	3.523
15 a 19 “	3.045
20 a 24 “	3.124
25 a 29 “	3.085
30 a 39 “	4.261
40 a 49 “	2.955
50 a 59 “	1.821
60 a 69 “	963
70 a 79 “	471
80 e + “	396 <sup>742</sup>

Incluídos na soma geral dos habitantes da capital estavam, além dos moradores das Paróquias da Sé, Braz, Santa Ifigênia e Consolação, também os da Penha e da Freguesia do Ó. Mais ainda, naquela época o município englobava também as Paróquias de **Guarulhos** (hoje

---

<sup>741</sup> - Apesar de existência de outros métodos, como os de Pollard (veja **Yazaki** 1990), optamos por utilizar neste estudo o proposto pelo Prof. Dr. Jair Lício dos Santos e descrito na obra “Dinâmica da População – teoria, método e técnicas de análise”, especialmente no capítulo “Principais técnicas de análise e projeção”, p. 103 a 155; também disponível em **IBGE** (2000) p. 03 a 23. As equações para o cálculo da esperança de vida sugeridas pelo autor foram facilitadas pelo desenvolvimento das mesmas em uma base informatizada, cujo programa foi gentilmente cedido pelo cientista social José Leopoldo Ferreira Antunes. Veja no capítulo 3.2, logo após as tábuas completas de “Esperança de Vida”, um detalhamento oferecido por **Santos** a respeito dos cálculos que compõem esta base.

<sup>742</sup> - Recenseamento Geral de 1872, Província de São Paulo. Consultado o original custodiado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Posteriormente, este mesmo censo foi divulgado no **Anuario Estatístico do Brazil 1908-1912**; R.J.: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Typ. da Estatística, 1916; p. 308 e 309.

município), **Juqueri** (atual Mairiporã) e **São Bernardo** (hoje município de mesmo nome). No total dos habitantes calculado para a cidade de São Paulo, portanto, encontravam-se somados os números de regiões que hoje não mais fazem parte da capital. Eis aqui um problema que pode facilmente passar despercebido e, em assim o sendo, provocar alterações nos cálculos que estamos procedendo. Ponderando esse aspecto da história, Maria Luiza Marcílio já alertava para o problema uma vez que, para cada período estudado quanto à população devemos, antes, situar a área de abrangência do município nas diferentes épocas.<sup>743</sup>

---

<sup>743</sup> - Veja **Marcílio**, 1974, especialmente Capítulo 4º, p. 31 e seguintes.

**PROVINCIA DE S. PAULO**  
**QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO DA PAROCHIA DA SÉ**

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Estatos cíveis				Religião			Instrução			Defeitos físicos						Casas					
			Brancos	Pardos	Fora	Candados	Vítimas	Católicos	Acatholicos	Irreligiosos	Irreligiosos	Alfabetizados	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Alfabetos	Habitadas	Deshabitadas	
LIVRES	Homens...	2684	794	1311	844	1311	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123	123
	Mulheres...	2680	682	1191	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100	2416	100
ESCRAVOS	Homens...	7544	445	232	480	232	718	306	692	1102	4089	2252	1077	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63
	Mulheres...	1077	188	891	677	23	1077	23	1077	23	1077	23	1077	23	1077	23	1077	23	1077	23	1077	23	1077	23
Somma geral...		1809	322	1387	1727	146	80	1009	777	65	4089	2252	1077	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63
Somma geral...		9253	1720	2382	3367	258	907	206	8032	1221	4089	6164	785	866	1664	60	7	101	11	77	20	1614	19	1614

**Parochia da Sé**

SEXOS	CONDIÇÕES	Idades	População considerada em relação ás idades Presentes (População de facto)												TOTALS												População legal																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
			M e z e s												Anos completos												das Casas						das (Unidades) dos Sexos						Masculinos	Femininos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
			7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24			25	26	27	28	29	30																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
HOMENS	LIVRES	Francos...	10	4	7	8	6	5	2	8	4	13	17	21	26	30	34	38	42	46	50	54	58	62	66	70	74	78	82	86	90	94	98	102	106	110	114	118	122	126	130	134	138	142	146	150	154	158	162	166	170	174	178	182	186	190	194	198	202	206	210	214	218	222	226	230	234	238	242	246	250	254	258	262	266	270	274	278	282	286	290	294	298	302	306	310	314	318	322	326	330	334	338	342	346	350	354	358	362	366	370	374	378	382	386	390	394	398	402	406	410	414	418	422	426	430	434	438	442	446	450	454	458	462	466	470	474	478	482	486	490	494	498	502	506	510	514	518	522	526	530	534	538	542	546	550	554	558	562	566	570	574	578	582	586	590	594	598	602	606	610	614	618	622	626	630	634	638	642	646	650	654	658	662	666	670	674	678	682	686	690	694	698	702	706	710	714	718	722	726	730	734	738	742	746	750	754	758	762	766	770	774	778	782	786	790	794	798	802	806	810	814	818	822	826	830	834	838	842	846	850	854	858	862	866	870	874	878	882	886	890	894	898	902	906	910	914	918	922	926	930	934	938	942	946	950	954	958	962	966	970	974	978	982	986	990	994	998	1002	1006	1010	1014	1018	1022	1026	1030	1034	1038	1042	1046	1050	1054	1058	1062	1066	1070	1074	1078	1082	1086	1090	1094	1098	1102	1106	1110	1114	1118	1122	1126	1130	1134	1138	1142	1146	1150	1154	1158	1162	1166	1170	1174	1178	1182	1186	1190	1194	1198	1202	1206	1210	1214	1218	1222	1226	1230	1234	1238	1242	1246	1250	1254	1258	1262	1266	1270	1274	1278	1282	1286	1290	1294	1298	1302	1306	1310	1314	1318	1322	1326	1330	1334	1338	1342	1346	1350	1354	1358	1362	1366	1370	1374	1378	1382	1386	1390	1394	1398	1402	1406	1410	1414	1418	1422	1426	1430	1434	1438	1442	1446	1450	1454	1458	1462	1466	1470	1474	1478	1482	1486	1490	1494	1498	1502	1506	1510	1514	1518	1522	1526	1530	1534	1538	1542	1546	1550	1554	1558	1562	1566	1570	1574	1578	1582	1586	1590	1594	1598	1602	1606	1610	1614	1618	1622	1626	1630	1634	1638	1642	1646	1650	1654	1658	1662	1666	1670	1674	1678	1682	1686	1690	1694	1698	1702	1706	1710	1714	1718	1722	1726	1730	1734	1738	1742	1746	1750	1754	1758	1762	1766	1770	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1798	1802	1806	1810	1814	1818	1822	1826	1830	1834	1838	1842	1846	1850	1854	1858	1862	1866	1870	1874	1878	1882	1886	1890	1894	1898	1902	1906	1910	1914	1918	1922	1926	1930	1934	1938	1942	1946	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022	2026	2030	2034	2038	2042	2046	2050	2054	2058	2062	2066	2070	2074	2078	2082	2086	2090	2094	2098	2102	2106	2110	2114	2118	2122	2126	2130	2134	2138	2142	2146	2150	2154	2158	2162	2166	2170	2174	2178	2182	2186	2190	2194	2198	2202	2206	2210	2214	2218	2222	2226	2230	2234	2238	2242	2246	2250	2254	2258	2262	2266	2270	2274	2278	2282	2286	2290	2294	2298	2302	2306	2310	2314	2318	2322	2326	2330	2334	2338	2342	2346	2350	2354	2358	2362	2366	2370	2374	2378	2382	2386	2390	2394	2398	2402	2406	2410	2414	2418	2422	2426	2430	2434	2438	2442	2446	2450	2454	2458	2462	2466	2470	2474	2478	2482	2486	2490	2494	2498	2502	2506	2510	2514	2518	2522	2526	2530	2534	2538	2542	2546	2550	2554	2558	2562	2566	2570	2574	2578	2582	2586	2590	2594	2598	2602	2606	2610	2614	2618	2622	2626	2630	2634	2638	2642	2646	2650	2654	2658	2662	2666	2670	2674	2678	2682	2686	2690	2694	2698	2702	2706	2710	2714	2718	2722	2726	2730	2734	2738	2742	2746	2750	2754	2758	2762	2766	2770	2774	2778	2782	2786	2790	2794	2798	2802	2806	2810	2814	2818	2822	2826	2830	2834	2838	2842	2846	2850	2854	2858	2862	2866	2870	2874	2878	2882	2886	2890	2894	2898	2902	2906	2910	2914	2918	2922	2926	2930	2934	2938	2942	2946	2950	2954	2958	2962	2966	2970	2974	2978	2982	2986	2990	2994	2998	3002	3006	3010	3014	3018	3022	3026	3030	3034	3038	3042	3046	3050	3054	3058	3062	3066	3070	3074	3078	3082	3086	3090	3094	3098	3102	3106	3110	3114	3118	3122	3126	3130	3134	3138	3142	3146	3150	3154	3158	3162	3166	3170	3174	3178	3182	3186	3190	3194	3198	3202	3206	3210	3214	3218	3222	3226	3230	3234	3238	3242	3246	3250	3254	3258	3262	3266	3270	3274	3278	3282	3286	3290	3294	3298	3302	3306	3310	3314	3318	3322	3326	3330	3334	3338	3342	3346	3350	3354	3358	3362	3366	3370	3374	3378	3382	3386	3390	3394	3398	3402	3406	3410	3414	3418	3422	3426	3430	3434	3438	3442	3446	3450	3454	3458	3462	3466	3470	3474	3478	3482	3486	3490	3494	3498	3502	3506	3510	3514	3518	3522	3526	3530	3534	3538	3542	3546	3550	3554	3558	3562	3566	3570	3574	3578	3582	3586	3590	3594	3598	3602	3606	3610	3614	3618	3622	3626	3630	3634	3638	3642	3646	3650	3654	3658	3662	3666	3670	3674	3678	3682	3686	3690	3694	3698	3702	3706	3710	3714	3718	3722	3726	3730	3734	3738	3742	3746	3750	3754	3758	3762	3766	3770	3774	3778	3782	3786	3790	3794	3798	3802	3806	3810	3814	3818	3822	3826	3830	3834	3838	3842	3846	3850	3854	3858	3862	3866	3870	3874	3878	3882	3886	3890	3894	3898	3902	3906	3910	3914	3918	3922	3926	3930	3934	3938	3942	3946	3950	3954	3958	3962	3966	3970	3974	3978	3982	3986	3990	3994	3998	4002	4006	4010	4014	4018	4022	4026	4030	4034	4038	4042	4046	4050	4054	4058	4062	4066	4070	4074	4078	4082	4086	4090	4094	4098	4102	4106	4110	4114	4118	4122	4126	4130	4134	4138	4142	4146	4150	4154	4158	4162	4166	4170	4174	4178	4182	4186	4190	4194	4198	4202	4206	4210	4214	4218	4222	4226	4230	4234	4238	4242	4246	4250	4254	4258	4262	4266	4270	4274	4278	4282	4286	4290	4294	4298	4302	4306	4310	4314	4318	4322	4326	4330	4334	4338	4342	4346	4350	4354	4358	4362	4366	4370	4374	4378	4382	4386	4390	4394	4398	4402	4406	4410	4414	4418	4422	4426	4430	4434	4438	4442	4446	4450	4454	4458	4462	4466	4470	4474	4478	4482	4486	4490	4494	4498	4502	4506	4510	4514	4518	4522	4526	4530	4534	4538

Nesse sentido procedeu-se a uma primeira exclusão, no censo da população paulistana de 1872, das Paróquias de Guarulhos, Juqueri e São Bernardo, uma vez que os mortos dessas localidades não eram sepultados no cemitério da Consolação.<sup>744</sup> Em outras palavras, seria um erro considerar para este estudo esses núcleos mais afastados no tocante à soma geral da população, uma vez que não teríamos disponíveis neste momento os dados referentes aos falecimentos, fato este que poderia elevar artificialmente a expectativa de vida.

De outra parte devemos analisar a situação de duas outras freguesias que, até o último quartel do século XIX, encontravam-se distantes da chamada região central da cidade e aqui, especificamente, estamos nos referindo à Freguesia do Ó, localizada a noroeste, bem como a Penha, no lado leste do núcleo principal. Num primeiro momento, seria mesmo natural considerarmos os moradores desses bairros como parte integrante do município o que, na realidade, o eram. Entretanto, para cada uma dessas localidades havia um pequeno cemitério paroquial a céu aberto onde os seus mortos eram enterrados. O cemitério da Freguesia do Ó, por exemplo, começou a ser construído em 1860 sendo que suas obras foram finalizadas entre 1862 e 1863 <sup>745</sup>; já o cemitério da Penha começou a ser planejado em 1855 e foi aberto pouco tempo depois.<sup>746</sup> No ano de 1872, portanto, o cemitério da Consolação servia aos residentes das paróquias da Sé, Braz, Santa Ifigênia e Consolação, ou ao que podemos chamar de freguesias centrais da cidade. Este fato pode, inclusive, ser confirmado através dos próprios registros de sepultamentos deste cemitério, uma vez que as guias que acompanhavam os corpos eram assinadas exclusivamente pelos párocos responsáveis por estas paróquias, inexistindo quaisquer referências de cadáveres que tenham vindo da Freguesia do Ó ou da Penha. Nesse sentido, a população residente nessas duas últimas freguesias também foi

---

<sup>744</sup> - Não obstante a proibição dos sepultamentos no interior das igrejas a partir de 1858, nessas localidades tal prática permaneceu até por volta de 1861, época em que a municipalidade encarregou-se da construção de pequenos cemitérios nas paróquias do Juqueri e de Guarulhos (A. C., sessões dos dias 09/03 e 22/03/1861, p. 63 e 70 respectivamente). O novo cemitério de Guarulhos, por exemplo, já estava servindo em 1865 (A. C. de 31/10/1865, p.289, e 19/12/1865, p. 323); o de São Bernardo teve os seus muros concluídos bem antes, ou seja, em 1854 (Coleção Papéis Avulsos, vol. de 1854, recibo datado de 24/11/1854). De outra parte, essas localidades estavam a uma longa distância do centro urbano paulistano e do cemitério da Consolação, o que tornava muito difícil o transporte dos cadáveres. Calculada a partir da Praça da Sé, as distâncias eram as seguintes: Juqueri, 30 Km.; Guarulhos, 18 Km. e São Bernardo 21 Km. A esse respeito veja **Marcílio** (1974), especialmente p. 50 e 51.

<sup>745</sup> - Ofício do encarregado das Obras do Cemitério da Freguesia do Ó, A. C. 17/11/1860 e 20/12/1860, p. 220 e 225, respectivamente; e Ofício do vereador Fortunato Alves de Siqueira, A. C., 08/05/1862, p. 68 e 69. Antes da existência desse cemitério, os falecidos naquela freguesia eram enterrados no interior da igreja ou em seu adro, como demonstra uma reclamação datada de 1917, ocasião em que se pediu a remoção “... para o cemitério da Freguesia do Ó um túmulo que data de 1839 e que se conservava no largo da Matriz Velha, daquela Freguesia.” A.C. 29/12/1917, p. 890.

<sup>746</sup> - Ofício assinado pelo vereador Gabriel José R. dos Santos e pelo vigário da Penha, Antonio Benedito de Camargo, A. C., 07/12/1855 e Registro Geral da Câmara, Ofício datado de 03/12/1855.

excluída.

Apesar de utilizarmos comumente o cálculo de 31.385 habitantes para o município de São Paulo em 1872, o fato é que este número não é adequado para as projeções que realizei. Nesse sentido, e apesar da aproximação que pode ser utilizada para todo o município, a esperança de vida do paulistano levará em consideração os vivos residentes nas paróquias da Sé, Braz, Santa Ifigênia e Consolação, uma vez que os dados da morte referem-se também a esta população. Assim sendo, as duas tabelas que serão utilizadas, a dos vivos e a dos mortos, serão as seguintes:

<b>1872: população residente</b>	
<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>
0 e -1	528
1	305
2	303
3	277
4	336
5	430
6 a 10	2431
11 a 15	2058
16 a 20	1.795
21 a 25	2019
26 a 30	1.962
31 a 40	2569
41 a 50	1.846
51 a 60	1.165
61 a 70	582
71 a 80	321
81 a 90	165
91 a100	92
100 e +	12

<b>1872: mortes</b>	
<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>
0 e -1	113
1	37
2	16
3	07
4	04
5	05
6 a 10	14
11 a 15	08
16 a 20	19
21 a 25	17
26 a 30	29
31 a 40	63
41 a 50	51
51 a 60	43
61 a 70	33
71 a 80	19
81 a 90	12
91 a100	02
100 e +	01

Antes porém de nos determos nos dados gerais a partir das tabelas produzidas, chamo a atenção para um cuidado que devemos ter diante dos números. Vale, nesse sentido, lembrar o alerta de Jean-Louis Besson já que, para ele, as estatísticas não refletem de todo uma realidade, posto que não podem existir cifras absolutamente exatas: estas provêm de observações, requerendo, portanto, observadores e informadores que podem ser falíveis. Os recenseamentos, devemos nos lembrar, não podem nunca ser exatos, o que não quer dizer que sejam falsos. Em resumo, toda a observação estatística é afetada por um certo grau de

inexatidão, cuja estimativa é incerta.<sup>747</sup>

Eis aqui um problema, bem como um outro já velho conhecido dos historiadores, ou seja, o fato de que tal e qual as fontes escritas ou imagéticas do passado, os resultados das equações devem ser encarados enquanto representações que podem nos aproximar de uma realidade, já que parte dela, mas não nos informam nunca sobre sua totalidade. Um outro alerta é no sentido de que, se por um lado os cálculos nos mostram algumas verdades, por outro podem encobrir tantas outras.

De qualquer forma, as quantificações aqui foram cercadas do maior cuidado e rigor possível, especialmente no que tange aos números da morte que, pela primeira vez, se conhece por inteiro para o núcleo central da cidade de São Paulo no período especificado. Na seqüência, apresento os quadros resumidos para um total de 12 (doze) tabelas produzidas que, na íntegra, poderão ser consultadas no capítulo 3.2 a seguir.

No primeiro quadro, produzido para o ano de 1872, os cálculos foram baseados na população geral da cidade<sup>748</sup>, aqui incluindo homens e mulheres, livres e escravos. O resultado nos oferece uma média geral para a expectativa de vida que pode ser visualizada da seguinte maneira:

<b>Quadro 01: ano de 1872 - Geral</b>		
Esperança de vida ao nascer		<b>31,53</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>37,40</b> “
“	c/ 2 anos	<b>41,07</b> “
“	c/ 3 anos	<b>42,27</b> “
“	c/ 4 anos	<b>42,34</b> “
“	c/ 5 anos	<b>41,84</b> “

Esses cálculos gerais para a cidade melhor esclarecem uma questão já colocada, ou seja, a de que os paulistanos viviam, em média, cerca de 40 anos. Entretanto, e como já alertado no início, apesar desses números nos aproximarem de uma realidade eles não dão conta de algumas especificidades, pois acabam por homogeneizar os diferentes grupos que viviam na cidade. Assim, e utilizando a mesma base, realizamos os cálculos tendo em vista

---

<sup>747</sup> - Besson, Jean-Louis, *A ilusão das estatísticas* (1995), especialmente “Editorial” e parte 1 “As estatísticas: verdadeiras ou falsas?” p. 17 e seguintes. A esse respeito veja também Szwarcwald e Castilho (1992) que alertam não apenas sobre o propósito que fundam algumas estatísticas, mas também sobre métodos inadequados ou, mais grave ainda, as induções que são possíveis se serem feitas mediante a escolha de métodos de apresentação.

<sup>748</sup> - Entendendo-se aqui “cidade” como o núcleo central, composto pelas já citadas Freguesias ou paróquias.

uma divisão entre os sexos. Vale antecipar que essas novas tabulações, ao mesmo em que clareiam um pouco mais a situação, também nos apresentam outros problemas. Vejamos então o quadro geral para homens e, em seguida, para as mulheres:

<b>Quadro 02: ano de 1872 - Homens</b>		
Esperança de vida ao nascer		<b>33,23</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>40,52</b> “
“	c/ 2 anos	<b>43,88</b> “
“	c/ 3 anos	<b>44,10</b> “
“	c/ 4 anos	<b>44,42</b> “
“	c/ 5 anos	<b>44,30</b> “

<b>Quadro 03: ano de 1872 - Mulheres</b>		
Esperança de vida ao nascer		<b>29,78</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>34,41</b> “
“	c/ 2 anos	<b>38,39</b> “
“	c/ 3 anos	<b>40,36</b> “
“	c/ 4 anos	<b>40,21</b> “
“	c/ 5 anos	<b>39,42</b> “

Não obstante o caráter ainda geral – posto que incluem livres e escravos – os dois últimos quadros nos oferecem algo que, à primeira vista pode surpreender, ou seja, uma diferença de 4 a 5 anos favorecendo os homens. Esta ocorrência, por sua vez, além de se manifestar à época do nascimento, acaba mantendo-se nas idades posteriores. Como sabemos, a situação inverteu-se no século XX uma vez que, atualmente, as mulheres vivem mais do que os homens. Anotado este fato, impossível seria analisá-lo unicamente com base nesse ano, até porque esta ocorrência poderia ser específica para 1872. Nesse sentido irei fazê-lo em seguida, com base em um segundo bloco de tabelas, onde o período para o cômputo das mortes foi ampliado.

As três tabelas apresentadas, é preciso frisar, oferecem uma imagem restrita ao ano de 1872 e, nesse sentido, refletem uma conjuntura única, já que presente apenas naquele momento. Dito isto, torna-se necessário uma ampliação dos dados para se chegar a resultados médios e mais próximos para um período mais longo. Com o intuito de melhor dimensionar a expectativa de vida dos diversos grupos que viviam em São Paulo na segunda metade do século XIX, este novo cômputo dos dados, bem como a projeção segmentada, foi realizada da seguinte maneira: reunindo as quantificações para as mortes no período entre 1869 e 1874, estas foram somadas e divididas pela quantidade de anos (seis), chegando-se assim a uma

média de falecimentos no intervalo. Dessa maneira atenuam-se (eliminando-se por vezes) as ocorrências extemporâneas ou muito singulares a um determinado ano.<sup>749</sup>

Realizadas estas operações encontramos, como média para o período de 1869 a 1874, as seguintes projeções com relação à esperança de vida do paulistano (os três primeiros quadros repetem os grupos antes apresentados):

<b>Quadro 04: média entre 1869/1874 - Geral</b>		
Esperança de vida ao nascer		<b>28,67</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>33,36</b> “
“	c/ 2 anos	<b>37,70</b> “
“	c/ 3 anos	<b>38,98</b> “
“	c/ 4 anos	<b>39,53</b> “
“	c/ 5 anos	<b>39,48</b> “

<b>Quadro 05: média entre 1869/1874 - Homens</b>		
Esperança de vida ao nascer		<b>28,26</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>33,37</b> “
“	c/ 2 anos	<b>37,72</b> “
“	c/ 3 anos	<b>38,85</b> “
“	c/ 4 anos	<b>39,31</b> “
“	c/ 5 anos	<b>39,35</b> “

<b>Quadro 06: média entre 1869/1872 - Mulheres</b>		
Esperança de vida ao nascer		<b>28,24</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>32,36</b> “
“	c/ 2 anos	<b>36,53</b> “
“	c/ 3 anos	<b>37,87</b> “
“	c/ 4 anos	<b>38,75</b> “
“	c/ 5 anos	<b>38,59</b> “

Apresentados esses resultados, cabe a pergunta: qual deles é o correto? Ou, em outras palavras, qual das projeções mais se aproxima da realidade? Ambas estão corretas, é preciso dizer, sendo que os números para 1872 indicam os fenômenos ocorridos exclusivamente

---

749 - Técnica elaborada sob a orientação do Prof. Dr. José Leopoldo Ferreira Antunes.

naquele ano e que, necessariamente, não estavam presentes nem antes e nem depois. Nesse caso, as demais projeções espelham a média alcançada num período onde alguns fatores singulares puderam ser amenizados.

Talvez nem fosse necessário apresentar as três primeiras tabelas, posto que as demais melhor indicam a tendência verificada quanto à esperança de vida dos paulistanos nesta segunda metade do século XIX. Porém, elas aqui estão justamente como um alerta para o problema apontado por Jean-Louis Besson (1995) e por Szwarcwald e Castilho (1992), ou seja, a produção de uma estatística, bem como a escolha do método de sua apresentação – e apesar de revestir-se de um caráter científico – não é uma atividade neutra. Assim, os dados singulares para 1872 não servem para 1871 e nem para 1873, dada a ocorrência fenômenos específicos em cada período (como as epidemias, por exemplo) que mais atingiam este ou aquele grupo. Nesse sentido, faço a opção de trabalhar com os resultados médios, já que os reputo como os mais corretos e, principalmente, mais honestos.

E dentre os vários grupos que viviam e morriam na cidade, temos aquele composto pelos escravos. Pelas condições de vida a que estavam submetidos esperava-se desde o início das tabulações resultados inferiores aos dos livres, ou a de que eles viveriam menos.

Segundo o censo geral de 1872, o município de São Paulo possuía um total de 31.385 habitantes. Cerca de 37% deles eram negros (pretos e mulatos), sendo que 12,2% do total geral dos habitantes – ou 3.828 moradores – estavam na condição de escravos. Nos cálculos utilizados especificamente para a esperança de vida, e excluindo as Freguesias já citadas, o núcleo central paulistano contava com 19.196 moradores. Destes, 2.968 (ou 15,4%) eram escravos.

Para o país como um todo, os cálculos dão conta que, na mesma época, 58% dos quase 10 milhões de brasileiros eram de origem africana, pura ou mestiça.<sup>750</sup> Com respeito à longevidade dessa importante parcela da população brasileira, já vimos num quadro anterior que sua expectativa de vida ainda se mantém numa escala inferior à dos brancos, variando para menos entre 4 e 5 anos segundo a projeção feita para o ano de 2000. Recuando no tempo, e antes de 1872, várias circunstâncias nos impedem de realizar um cálculo que poderíamos chamar de científico, mas algumas aproximações já foram feitas como, por exemplo, a de que nas lavouras a *“vida útil de um jovem escravo compreendia entre 7 e 15 anos”*, ou que, na mesma situação, a *“esperança de vida para os escravos do sexo masculino seria de 18,3 anos.”*<sup>751</sup> De fato, são

---

750 - Bacci, Massimo Livi; *500 anos de demografia brasileira: uma resenha*, (2002), p. 147

751 - Id. ibidem, p. 150. O autor, entretanto, chama a atenção para as fontes utilizadas nesses cálculos, “gravemente deficitárias devido à ausência de registro dos eventos (mortalidade e natalidade), e às peculiaridades da estrutura por idade e sexo.” (p. 151) Na relação entre escravos e senhores, e nas questões ligadas à saúde, doença, trabalho e morte, Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (1951, p. 385-386) cita a tese do médico David

aproximações que não fogem muito da realidade como teremos a oportunidade de ver em comparação com os escravos que residiam e trabalhavam, em sua grande maioria, na cidade.

Um primeiro dado que poderá ser observado nos quadros elaborados para os escravos é a ausência dos cálculos para a  $e_0$ , ou seja para a esperança de vida ao nascer. As equações não foram possíveis de serem realizadas para esta idade por um simples motivo: no ano anterior ao censo, mais precisamente no dia 28 de setembro de 1871, era promulgada a Lei do Ventre Livre e, por isso, o censo, não poderia assumir, como é óbvio, a existência de escravos com menos de 1 ano de idade. Estes, portanto, foram incluídos ou na categoria de *livres* ou na de *libertos*. Sabe-se, porém, que esta Lei teve poucos efeitos práticos, até porque deixava os menores sob a tutela dos senhores.<sup>752</sup> Nesse sentido, e apesar de não constarem nessa condição nos registros do censo, alguns deles foram tratados como escravos na hora da morte como podemos observar nos seguintes casos:

- Ermelina, com 3 meses de vida, falecida no dia 14/05/1872, escrava do Dr. Antonio Pinto do Rego Freitas.
- América, com 10 meses de vida, falecida no dia 14/08/1872, escrava do Dr. Martinho da Silva Prado.
- Isabel, com 3 meses de vida, falecida no dia 05/10/1872, escrava do major Sebastião de Azevedo.
- Joana, com 4 meses de vida, falecida no dia 02/12/1872, escrava de Rufina Maria da Conceição.<sup>753</sup>

Tendo em vista este problema optei por não correr riscos e, mediante os erros que certamente ocorreriam com a  $e_0$  para os escravos (se considerados fossem os óbitos sem a indicação dos vivos), os cálculos mais seguros iniciam-se com a expectativa de vida a partir da idade de 1 ano. A seguir veremos as três projeções preparadas para este segmento da população e que nos apresentam os cálculos médios para a esperança de vida dos escravos entre 1869 a 1874. A primeira tabela refere-se ao geral e, em seguida, as mesmas dividem-se

---

Gomes Jardim, de 1842, que, ao indagar de um fazendeiro porque lhe adoeciam e morriam tantos negros, surpreendeu-se com a resposta: “Respondeu-nos pressuroso que [a mortandade], pelo contrário, não dava dano algum, pois que quando comprava um escravo era só com o intuito de desfrutá-lo durante um ano, tempo além do qual poucos poderiam sobreviver, mas que não obstante fazia-o trabalhar por um modo que chegava não só para recuperar o capital que neles havia empregado, porém ainda tirar lucro considerável.” (meu destaque). Em contraposição a esta perspectiva, Betânia Gonçalves Figueiredo cita o trabalho do cirurgião português Luís Gomes Ferreira que atuou nas Minas Gerais no século XVII. Esta autora nos mostra que “boa parte da clientela do cirurgião português era composta por donos de escravos preocupados com a saúde da sua mão-de-obra.” Veja **Figueiredo**, Betânia Gonçalves; *As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde*, In: **Nascimento, Carvalho e Marques**, “Uma história brasileira das doenças” (2006), p. 252 a 273.

<sup>752</sup> - A respeito das ambigüidades dessa Lei veja a análise de Arethusa Helena **Zero** (2003)

<sup>753</sup> - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, 1872, Vol. 5. Outras crianças foram ainda citadas como

por sexo.

<b>Quadro 07: Escravos - Geral</b> (média entre 1869/1874)			
Esperança de vida	c/ 1 ano	<b>20,70</b>	anos
"	c/ 2 anos	<b>23,63</b>	"
"	c/ 3 anos	<b>31,27</b>	"
"	c/ 4 anos	<b>34,00</b>	"
"	c/ 5 anos	<b>34,95</b>	"
"	c/ 6 anos	<b>33,95</b>	"

<b>Quadro 08: Escravos - Homens</b> (média entre 1869/1874)			
Esperança de vida	c/ 1 ano	<b>20,30</b>	anos
"	c/ 2 anos	<b>22,73</b>	"
"	c/ 3 anos	<b>34,92</b>	"
"	c/ 4 anos	<b>36,01</b>	"
"	c/ 5 anos	<b>35,01</b>	"
"	c/ 6 anos	<b>37,69</b>	"

<b>Quadro 09: Escravos - Mulheres</b> (média entre 1869/1874)			
Esperança de vida	c/ 1 ano	<b>18,36</b>	anos
"	c/ 2 anos	<b>22,04</b>	"
"	c/ 3 anos	<b>26,92</b>	"
"	c/ 4 anos	<b>30,72</b>	"
"	c/ 5 anos	<b>34,15</b>	"
"	c/ 6 anos	<b>36,05</b>	"

Uma primeira constatação que pode ser feita diz respeito a esta oscilação negativa notada em relação ao geral da cidade, especialmente nesta última projeção com relação às mulheres. Estas são explicadas pelas características que envolviam a vida desse segmento da população, na qual se destacava uma baixa natalidade acompanhada por uma altíssima taxa de mortalidade infantil. No censo de 1872, por exemplo, anotamos a existência de apenas 16 crianças escravas apontadas com 1 ano de vida, sendo que nesse mesmo ano 8 delas (ou 50%) morreram.<sup>754</sup> Para a população livre, ao contrário, os números são bem mais favoráveis, ou seja, nesse mesmo ano existiam 289 crianças livres vivas, sendo que 29 delas morreram (ou 10%). Como pode ainda ser observado, nota-se uma clara desvantagem das mulheres em relação aos homens e, nesse sentido, uma análise mais geral será realizada em seguida. Para

---

libertas.

**754** - Segundo os estudos de José Roberto de Góes e Manolo Florentino, "... os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco (...). Aqueles que escapavam da morte prematura, iam, aparentemente, perdendo os pais. Antes mesmo de completarem um ano de idade, uma entre cada dez crianças já não possuía nem pai nem mãe anotados nos inventários. Aos cinco anos, metade parecia completamente órfã, aos 11, oito a cada dez." **Góes e Florentino**; *Crianças escravas, crianças dos escravos* ; In: **Del Priore** (2006) p. 180.

o caso específico das mulheres escravas, veremos mais alguns detalhes no próximo capítulo.

Como já visto anteriormente, os primeiros anos de vida se constituíam na fase mais crítica da existência, período em que a fragilidade se apresentava de forma mais aguda. No caso dos escravos esta também era a realidade, mas que, somada à baixa natalidade, produziam resultados como estes que podem ser observados nas projeções para a esperança de vida. Ultrapassada essa fase e chegando à idade entre os 4 e 5 anos, ocorre a estabilidade que, também, pode ser verificada para a população livre (veja as tabelas completas presentes no final deste capítulo).<sup>755</sup>

Registrada essa primeira oscilação, o fato é que podemos depurar ainda mais esses cálculos, uma vez que a comparação aqui realizada não é a mais correta. Nesse sentido, e em relação aos escravos, devemos contrapor os seus quadros com aqueles preparados para os livres e, nesse sentido, os de nºs 7, 8 e 9 devem ser comparados com os de nºs 10, 11 e 12 a seguir:

<b>Quadro 10: Livres - Geral</b> (média entre 1869/1874)		
Esperança de vida ao nascer		<b>29,49</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>34,33</b> “
“	c/ 2 anos	<b>38,76</b> “
“	c/ 3 anos	<b>39,88</b> “
“	c/ 4 anos	<b>40,04</b> “
“	c/ 5 anos	<b>39,60</b> “

<b>Quadro 11: Livres - Homens</b> (média entre 1869/1874)		
Esperança de vida ao nascer		<b>29,41</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>34,78</b> “
“	c/ 2 anos	<b>39,32</b> “
“	c/ 3 anos	<b>40,29</b> “
“	c/ 4 anos	<b>40,32</b> “
“	c/ 5 anos	<b>39,99</b> “

<b>Quadro 12: Livres - Mulheres</b> (média entre 1869/1874)		
Esperança de vida ao nascer		<b>29,58</b> anos
“	c/ 1 ano	<b>33,95</b> “
“	c/ 2 anos	<b>38,27</b> “

<sup>755</sup> - Lembramos aqui que a população escrava tinha um crescimento vegetativo muito abaixo da população livre, sendo o seu aumento (ou a reposição dos que morriam) devido muito mais ao tráfico. Nessas circunstâncias é que se explica existência de apenas 16 crianças escravas com 1 ano de idade na região central da cidade em 1872, ao contrário das 289 livres na mesma faixa etária. Outros números que melhor esclarecem essa questão: no mesmo período encontramos para a área central da cidade cerca de 2.255 escravos na faixa entre 1 e 40 anos; destes 155 eram crianças entre 1 e 5 anos, ou 6,9% do total. Já para os livres as quantificações são as seguintes: 12.230 pessoas, sendo 1.496 delas na faixa entre 1 e 5 anos, ou 12,2%.

“	c/ 3 anos	<b>39,27</b>	“
“	c/ 4 anos	<b>39,53</b>	“
“	c/ 5 anos	<b>39,01</b>	“

Refletidos nesses quadros estão, por um lado, a maior fragilidade anotada anteriormente com respeito às crianças e, por outro, a constatação de que esta situação era agravada quando se tratava de crianças escravas. As condições de vida impostas a esta parcela da população afluem nos números da morte e consubstanciam as informações que já tínhamos sobre a alta taxa de mortalidade entre adultos e, mais ainda, entre as crianças. Poderíamos aqui supor que a vida na cidade não implicava nos rigores da lavoura, mas nem por isso eles eram menos escravos; daí a constatação de que, no geral, entre as crianças escravas com 1 ano de idade, a sua esperança de vida era de menos 14 ou 15 anos em relação aos livres. A comparação entre os quadros nos mostra também que a fase mais crítica estaria entre o nascimento e até os três anos de vida, estabilizando-se depois para menos 5 ou 6 anos.

A conclusão geral nesta parte é a de que os livres na sociedade paulistana tinham uma expectativa de vida que variava entre os 30 e 40 anos. Para os escravos, no entanto, esta mesma esperança estava na casa dos 20 a 36 anos.

Com os últimos quadros apresentados, conseguimos nos aproximar de uma questão explicitada anteriormente e que diz respeito à diferença na expectativa de vida entre homens e mulheres. Os quadros 02 e 03 nos mostraram uma média de quatro a cinco anos a menos para as mulheres, número este que foi atenuado quando da elaboração da média geral. Ou seja, foi um fenômeno típico daquele ano. Entretanto, uma comparação entre as projeções apresentadas nos quadros 05 e 06 (diferença média de um ano a mais para os homens), 08 e 09 (com grandes oscilações de um a oito anos a favor dos homens), bem como entre os de números 11 e 12 (com uma diferença média de um ano a favor dos homens), percebemos que em todas as categorias estudadas, a mulher vivia menos que os homens, numa relação oposta aos dias de hoje.

É certo que tantos os homens quanto as mulheres estavam expostos, na cidade, aos inúmeros riscos à saúde, aos perigos de uma epidemia, por exemplo, ou a possibilidade de adquirir quaisquer outros males que poderiam levar à morte. Entretanto, a condição feminina trazia um outro risco que não fazia parte do universo masculino: a debilitação do organismo provocado pela gravidez. Esta, inclusive, poderia vir acompanhada de vários problemas pré e pós-parto. Esta situação de morte prematura das mulheres em relação aos homens no século XIX fez com que, no próprio censo de 1872, este dado fosse anotado da seguinte forma: em todo o município de São Paulo existiam 129 viúvos contra 123 viúvas contados entre os livres, ou seja, o homem sobrevivia alguns anos a mais que a esposa. No caso dos escravos, esta

situação agravava-se (como, aliás, demonstram as projeções já apresentadas); entre eles, existiam 23 viúvos contra 13 viúvas.

A ocorrência desse fato, portanto, está plenamente confirmada para meados do século XIX, sendo este um tema bastante instigante e certamente com muitas possibilidades para aprofundamentos. Entretanto, a intenção deste capítulo foi a de trazer a expectativa média de vida para os paulistanos do século XIX, comprovando que esta nunca esteve acima dos 40 anos.

Algumas análises sobre os reflexos dessa baixa expectativa de vida na sociedade serão tentadas adiante. Antes, porém, apresento as tábuas completas referentes à esperança de vida do paulitano (cujos resumos já foram apresentados), bem como uma rápida explicação a respeito das equações que fazem parte do programa informatizado que utilizei.

### **3.3 - Tábuas de cálculos**



TABELA 01

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_0P_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_0D_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_0O_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_0E_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_0q_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( $l_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_0d_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_0L_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	528	113	113	630	0,17945	100000	17945	83949	3152812	31,53
1	305	37	37	331	0,11182	82055	9175	75632	3068963	37,40
2	303	16	16	311	0,05145	72880	3749	71005	2993330	41,07
3	277	7	7	281	0,02498	69130	1725	68268	2922325	42,27
4	336	4	4	338	0,01183	67405	798	67008	2854057	42,34
5	430	5	25	443	0,05650	66608	3763	323630	2787051	41,84
6 -- 10	2431	14	70	2468	0,02839	62844	1784	308762	2463421	39,20
11 -- 15	2058	8	40	2078	0,01925	61061	1175	302364	2153669	35,27
16 -- 20	1795	19	95	1843	0,05156	59885	3089	291706	1851295	30,81
21 -- 25	2019	17	85	2062	0,04123	56797	2342	278132	1559589	27,46
26 -- 30	1962	29	145	2035	0,07127	54458	3881	262575	1281458	23,53
31 -- 40	2569	63	315	2727	0,11553	50574	5843	238265	1018881	20,15
41 -- 50	1848	51	255	1974	0,12921	44731	5780	209208	780616	17,45
51 -- 60	1165	43	215	1273	0,18998	38952	6581	179305	571408	14,67
61 -- 70	582	33	165	665	0,24831	32370	8039	141758	393103	12,14
71 -- 80	321	19	95	369	0,25780	24333	6273	105981	251345	10,33
81 -- 90	165	12	60	195	0,30769	18060	5557	76406	145365	8,05
91 -- 100	82	2	10	97	0,10309	12503	1289	59282	68959	5,52
100 e +	12	1	5	15	0,34483	11214	3867	9667	9667	0,86

**Esperança de vida do paulistano: média geral para toda a população em 1872**

<b>Esperança de vida ao nascer</b>	<b>31,53</b>
" com 1 ano	<b>37,40</b>
" aos 2 anos	<b>41,07</b>
" aos 3 anos	<b>42,27</b>
" aos 4 anos	<b>42,34</b>
" aos 5 anos	<b>41,84</b>

TABELA 02

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_0P_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_0D_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_0O_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_0E_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_0q_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( $l_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_0d_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_0L_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	254	62	62	310	0,20013	100000	20013	81988	3323216	33,23
1	162	17	17	174	0,09776	79887	7819	74514	3241228	40,52
2	144	4	4	148	0,02740	72168	1977	71179	3166714	43,88
3	134	4	4	138	0,02941	70191	2054	68158	3085535	44,10
4	151	3	3	153	0,01967	68128	1340	67458	3028378	44,42
5	217	1	5	220	0,02278	66788	1521	330128	2858920	44,30
6 -- 10	1378	8	30	1391	0,02157	65266	1408	322804	2628794	40,28
11 -- 15	1013	3	15	1021	0,01470	63857	938	316839	2305990	36,11
16 -- 20	823	7	35	841	0,04164	62818	2620	308042	1999051	31,61
21 -- 25	964	7	35	982	0,03566	60298	2150	298116	1691009	27,88
26 -- 30	787	13	65	820	0,07932	58148	4612	279211	1394893	23,82
31 -- 40	1370	31	155	1448	0,10708	53538	5733	253349	1105882	20,65
41 -- 50	1005	38	180	1095	0,16438	47803	7858	219372	852333	17,83
51 -- 60	628	22	110	681	0,16153	39945	6452	183598	632962	15,85
61 -- 70	297	15	75	335	0,22422	33493	7510	148891	449368	13,42
71 -- 80	170	7	35	188	0,18667	25983	4850	117791	300675	11,57
81 -- 90	88	5	25	102	0,24631	21133	5205	92653	182884	8,65
91 -- 100	40	1	5	43	0,11765	15928	1874	74955	90231	5,66
100 e +	9	1	5	12	0,43478	14054	6110	15278	15278	1,09

**Esperança de vida do paulistano: média geral para homens em 1872**

<b>Esperança de vida ao nascer</b>	<b>33,23</b>
" com 1 ano	<b>40,52</b>
" aos 2 anos	<b>43,88</b>
" aos 3 anos	<b>44,10</b>
" aos 4 anos	<b>44,42</b>
" aos 5 anos	<b>44,30</b>

TABELA 03

Grupos Etários (em anos)	População ( $l_{p,x}$ )	Óbitos esperados ( $l_{D,x}$ )	Óbitos esperados ( $l_{O,x}$ )	Expostos a morrer ( $l_{E,x}$ )	Probabilidade de morrer ( $l_{q,x}$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( $l_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( $l_{d,x}$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( $l_{L,x}$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	274	51	51	320	0,15942	100000	15942	85652	2978057	29,78
1	143	20	20	157	0,12739	84058	10708	76562	2892405	34,41
2	159	12	12	165	0,07273	73350	5335	70882	2815943	38,39
3	143	3	3	145	0,02076	68015	1412	67309	2745161	40,36
4	185	1	1	188	0,00539	66803	359	66423	2677852	40,21
5	213	4	4	223	0,08869	66244	5941	316367	2611428	39,42
6 -- 10	1055	8	40	1075	0,03721	60303	2244	285904	2295062	38,06
11 -- 15	1045	5	25	1058	0,02364	58059	1373	286863	1899157	34,43
16 -- 20	972	12	60	1002	0,05988	56886	3394	274946	1712294	30,21
21 -- 25	1055	10	50	1080	0,04630	53292	2467	260292	1437348	26,97
26 -- 30	1175	16	80	1215	0,06584	50825	3346	245758	1177056	23,16
31 -- 40	1199	32	160	1279	0,12510	47478	5939	222543	931299	19,62
41 -- 50	841	15	75	879	0,08537	41539	3546	188829	708756	17,06
51 -- 60	539	21	105	582	0,17751	37993	6744	173102	509927	13,42
61 -- 70	285	18	90	330	0,27273	31248	8522	134936	336825	10,78
71 -- 80	151	12	60	181	0,33149	22726	7533	94797	201889	8,88
81 -- 90	76	7	35	94	0,37433	15183	5687	61745	107092	7,05
91 -- 100	52	1	5	55	0,09174	9506	872	45347	45347	4,77
100 e +	3	0	0	3	0,00000	8633	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para mulheres em 1872

Esperança de vida ao nascer	29,78
" com 1 ano	34,41
" aos 2 anos	38,39
" aos 3 anos	40,36
" aos 4 anos	40,21
" aos 5 anos	39,42

TABELA 04

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_xP_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_xO_x$ )	Obitos esperados ( ${}_xO_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_xE_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_xq_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( ${}_xL_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_xM_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_xL_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( ${}_xT_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	528	103	103	621	0,16594	100000	16594	85065	2867278	28,67
1	305	47	47	338	0,13809	83406	11601	75285	2782213	33,36
2	303	18	18	312	0,05769	71805	4143	69733	2706928	37,70
3	277	11	11	283	0,03894	67662	2635	66345	2637195	38,98
4	336	8	8	340	0,02353	65027	1530	64262	2570850	39,53
5	430	5	5	443	0,05650	63497	3587	308518	2506558	39,48
6 – 10	2431	15	75	2469	0,03038	59910	1820	294989	2188070	36,69
11 – 15	2058	12	60	2088	0,02874	58090	1669	286275	1903071	32,76
16 – 20	1795	28	140	1865	0,07507	56420	4235	271514	1616798	28,66
21 – 25	2019	27	135	2087	0,06470	52185	3376	252484	1345282	25,78
26 – 30	1962	39	195	2060	0,09468	48809	4621	232490	1092798	22,39
31 – 40	2569	72	360	2749	0,13096	44187	5787	208470	860308	19,47
41 – 50	1846	54	270	1961	0,13629	38401	5234	178919	653838	17,03
51 – 60	1165	42	210	1270	0,16535	33167	5484	152124	474920	14,32
61 – 70	592	31	155	660	0,23503	27683	6506	122147	322796	11,66
71 – 80	321	21	105	374	0,28112	21176	5953	90989	200649	9,48
81 – 90	165	13	65	198	0,32911	15223	5010	63591	109649	7,20
91 – 100	92	4	20	102	0,19608	10213	2003	46059	46059	4,51
100 e +	12	0	0	12	0,00000	8210	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para toda a população 1869/1874

Esperança de vida ao nascer	28,67
" com 1 ano	33,36
" aos 2 anos	37,70
" aos 3 anos	38,98
" aos 4 anos	39,53
" Aos 5 anos	39,48

TABELA 05

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_xP_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_xO_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_xE_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_xq_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( ${}_xl_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_xd_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_xl_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( ${}_xT_x$ )	Esperança de vida ( ${}_xe_x$ )
0	254	54	303	0,17845	100000	17845	83839	2825501	28,26
1	162	25	180	0,13928	82155	11442	74145	2741562	33,37
2	144	8	148	0,05405	70713	3822	68801	2667417	37,72
3	134	5	137	0,03663	66890	2450	65665	2598616	38,85
4	151	4	153	0,02614	64440	1685	63598	2532851	39,31
5	217	2	222	0,04505	62755	2827	306710	2468353	39,35
6 – 10	1376	8	1396	0,02885	59928	1717	285350	2162843	36,09
11 – 15	1013	5	1026	0,02438	58211	1419	287509	1867294	32,08
16 – 20	823	12	853	0,07034	56792	3995	273974	1579785	27,82
21 – 25	964	16	1004	0,07968	52797	4207	253470	1305811	24,73
26 – 30	787	21	840	0,12507	48591	6077	227759	1052341	21,66
31 – 40	1370	39	1468	0,13268	42513	5849	198443	824562	19,40
41 – 50	1005	31	1083	0,14319	36984	5278	171124	626139	16,99
51 – 60	626	22	681	0,16153	31596	5102	145173	455015	14,41
61 – 70	297	15	335	0,22422	26484	5938	117573	309842	11,70
71 – 80	170	11	198	0,27848	20546	5722	88424	192269	9,36
81 – 90	89	7	107	0,32864	14824	4872	61841	103845	7,01
91 – 100	40	3	48	0,31579	9952	3143	41904	41904	4,21
100 e +	9	0	9	0,00000	6809	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para homens 1869/1874

Esperança de vida ao nascer	28,26
" com 1 ano	33,37
" aos 2 anos	37,72
" aos 3 anos	38,85
" aos 4 anos	39,31
" aos 5 anos	39,35

TABELA.06

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_xP_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_x D_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_x O_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_x E_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_x q_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( $l_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_x d_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_x L_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	274	48	48	318	0,15404	100000	15404	86136	2523870	28,24
1	143	22	22	158	0,13889	84596	11749	76371	2737734	32,36
2	158	10	10	164	0,06098	72847	4442	70026	2681363	36,53
3	143	7	7	147	0,04778	68405	3268	66770	2590737	37,87
4	185	4	4	187	0,02139	65136	1393	64440	2523968	38,75
5	213	3	15	221	0,06803	63743	4336	307874	2459527	38,59
6 – 10	1055	8	40	1075	0,03721	59407	2210	291507	2151653	36,22
11 – 15	1045	8	40	1065	0,03756	57196	2148	280611	1860145	32,52
16 – 20	972	17	85	1015	0,08379	55048	4612	263709	1579535	28,69
21 – 25	1055	13	65	1088	0,05977	50436	3015	244843	1315825	26,09
26 – 30	1175	20	100	1225	0,08163	47421	3871	227428	1071183	22,59
31 – 40	1199	34	170	1284	0,13240	43550	5766	203336	843754	19,37
41 – 50	841	23	115	899	0,12799	37784	4836	176831	640419	16,96
51 – 60	539	20	100	589	0,16978	32948	5594	150756	463588	14,07
61 – 70	285	17	85	328	0,25954	27354	7100	119022	312832	11,44
71 – 80	151	10	50	176	0,28409	20255	5754	86888	193810	9,57
81 – 90	76	6	30	91	0,32967	14500	4780	60551	106923	7,37
91 – 100	52	1	5	55	0,09174	9720	892	46371	46371	4,77
100 e +	3	0	0	3	0,00000	8628	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para mulheres 1869/1874

Esperança de vida ao nascer	28,24
" com 1 ano	32,36
" aos 2 anos	36,53
" aos 3 anos	37,87
" aos 4 anos	38,75
" Aos 5 anos	38,59

TABELA 07

Grupos Etários (em anos)	$({}_tP_x)$	$({}_tD_x)$	Óbitos esperados	Expostos a morrer	$({}_tq_x)$	Probabilidade de morrer	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X	$(l_x)$	Nº de mortes no intervalo	$({}_td_x)$	Nº de anos vividos no intervalo	$({}_tL_x)$	Total de anos vividos a partir da idade x	$(T_x)$	Esperança de vida	$(e_x)$
1	16	3	3	19	0,16043	100000	100000	16043	85561	2068559	20,70					
2	6	2	2	7	0,27027	83957	83957	22691	68073	1983988	23,63					
3	35	4	4	37	0,10811	61266	61266	6623	57854	1915924	31,27					
4	53	3	3	55	0,05505	54643	54643	3008	53139	1857970	34,00					
5	45	0	0	45	0,00000	51635	51635	0	51635	1804831	34,95					
6 - 10	287	4	20	287	0,06734	51635	51635	3477	249482	1753196	33,96					
11 - 15	289	3	15	287	0,05059	48158	48158	2436	234698	1503714	31,22					
16 - 20	265	6	30	280	0,10714	45721	45721	4899	216360	1269016	27,76					
21 - 25	402	5	25	415	0,08031	40823	40823	2462	197958	1052658	25,79					
26 - 30	415	7	35	433	0,08092	36361	36361	3104	184042	854898	22,28					
31 - 40	442	12	60	472	0,12712	35256	35256	4482	165077	670656	19,02					
41 - 50	302	10	50	327	0,15291	30775	30775	4706	142109	505579	16,43					
51 - 60	231	8	40	251	0,15936	26069	26069	4154	119959	363470	13,94					
61 - 70	114	4	20	124	0,16129	21915	21915	3535	100736	243512	11,11					
71 - 80	30	2	10	35	0,28571	18380	18380	5251	78771	142776	7,77					
81 - 90	23	4	20	33	0,60606	13129	13129	7957	45751	64004	4,88					
91 - 100	12	2	10	17	0,58824	5172	5172	3042	18254	18254	3,53					
100 e +	1	0	0	1	0,00000	2130	2130	0	0	0	0,00					

Esperança de vida do paulistano: média geral para escravos (geral) incluindo homens e mulheres 1869/1872

Esperança de vida com 1 ano	20,70
" aos 2 anos	23,63
" aos 3 anos	31,27
" aos 4 anos	34,00
" aos 5 anos	34,95
" aos 6 anos	33,95

TABELA 08

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_xP_x$ )	Óbitos ( ${}_xO_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_xO_e$ )	Expostos a morrer ( ${}_xE_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_xq_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( ${}_xL_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_xM_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_xL_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
1	12	2	2	14	0,14493	100000	14493	88957	2030385	20,30
2	2	1	1	3	0,37037	85507	31889	63338	1843429	22,73
3	17	1	1	18	0,05714	53838	3076	52300	1880080	34,92
4	31	0	0	31	0,00000	50761	0	50761	1827780	36,01
5	28	0	0	28	0,00000	50761	0	50761	1777029	35,01
6 – 10	165	2	10	170	0,05882	50761	2886	246342	1726267	34,01
11 – 15	142	1	5	145	0,03460	47775	1653	234745	1479825	30,98
16 – 20	137	3	15	145	0,10381	46122	4788	218642	1245181	27,00
21 – 25	194	3	15	202	0,07444	41335	3077	188980	1026538	24,83
26 – 30	221	5	25	234	0,10707	38258	4086	181047	827558	21,63
31 – 40	223	6	30	238	0,12605	34161	4306	160042	646511	18,93
41 – 50	178	6	30	191	0,15707	28855	4689	137554	488489	16,29
51 – 60	135	5	25	148	0,16949	25168	4265	115167	348915	13,86
61 – 70	77	2	10	82	0,12195	20801	2549	98131	233748	11,18
71 – 80	20	1	5	23	0,22222	18352	4078	81563	135617	7,39
81 – 90	12	3	15	20	0,76923	14274	10880	43918	54054	3,79
91 – 100	8	2	10	13	0,76823	3284	2534	10135	10135	3,08
100 e +	1	0	0	1	0,00000	760	0	0	0	0,00

**Esperança de vida do paulistano; média geral para escravos homens 1869/1874**

<b>Esperança de vida com 1 ano</b>	<b>20,30</b>
" aos 2 anos	<b>22,73</b>
" aos 3 anos	<b>34,92</b>
" aos 4 anos	<b>36,01</b>
" aos 5 anos	<b>35,01</b>
" aos 6 anos	<b>37,69</b>

TABELA 09

Grupos Etários (em anos)	População ( $l_p$ )	Óbitos esperados ( $l_{D_x}$ )	Óbitos esperados a morrer ( $l_{O_x}$ )	Expostos a morrer ( $l_{E_x}$ )	Probabilidade de morrer ( $l_{q_x}$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( $l_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( $l_{d_x}$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( $l_{nL_x}$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
1	4	1	1	5	0,20408	100000	20408	81633	1836148	18,36
2	4	1	1	5	0,21277	79592	16934	67738	1754515	22,04
3	18	3	3	20	0,15385	62657	9640	57838	1686777	26,92
4	22	3	3	24	0,12766	53018	6768	48634	1626840	30,72
5	17	0	0	17	0,00000	46250	0	46250	1579306	34,15
6 – 10	122	2	10	127	0,07874	46250	3642	222144	1533057	33,15
11 – 15	147	2	10	152	0,06579	42608	2803	206031	1310913	30,77
16 – 20	128	3	15	136	0,11070	38605	4406	188008	1104881	27,70
21 – 25	208	2	10	213	0,04685	35398	1662	172837	916874	25,80
26 – 30	194	2	10	199	0,05025	33736	1695	164444	744037	22,05
31 – 40	219	6	30	234	0,12621	32041	4108	148836	579583	18,09
41 – 50	126	4	20	136	0,14706	27833	4108	128387	428657	15,38
51 – 60	96	3	15	104	0,14493	23825	3453	110495	300261	12,60
61 – 70	37	2	10	42	0,23810	20372	4851	89736	189766	9,31
71 – 80	10	1	5	13	0,40000	15522	6209	62088	100030	6,44
81 – 90	11	1	5	14	0,37037	9313	3449	37942	37942	4,07
91 – 100	4	0	0	4	0,00000	5864	0	0	0	0,00

**Esperança de vida do paulistano: média geral para escravos mulheres 1869/1874**

<b>Esperança de vida com 1 ano</b>	<b>18,36</b>
" aos 2 anos	<b>22,04</b>
" aos 3 anos	<b>26,92</b>
" aos 4 anos	<b>30,72</b>
" aos 5 anos	<b>34,15</b>
" aos 6 anos	<b>36,05</b>

TABELA 10

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_xP_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_xO_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_xE_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_xq_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( ${}_xL_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_xd_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_xL_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	528	103	621	0,16594	100000	16594	85065	2948789	29,49
1	289	44	320	0,13759	83406	11475	75373	2863724	34,33
2	297	16	305	0,05248	71930	3773	70044	2788351	38,76
3	242	7	246	0,02851	68157	1943	67185	2718307	39,88
4	283	4	285	0,01404	66214	929	65748	2651122	40,04
5	385	5	398	0,06289	65284	4106	316157	2585373	39,60
6 -- 10	2144	11	2172	0,02533	61178	1550	302018	2269216	37,09
11 -- 15	1769	9	1792	0,02512	59629	1498	294400	1967198	32,99
16 -- 20	1530	22	1585	0,06940	58131	4034	280568	1672799	28,78
21 -- 25	1617	22	1672	0,06579	54097	3559	261588	1392229	25,74
26 -- 30	1547	32	1627	0,09834	50538	4970	240264	1130643	22,37
31 -- 40	2127	60	2277	0,13175	45568	6004	212830	890380	19,54
41 -- 50	1544	44	1654	0,13301	39564	5262	184665	677550	17,13
51 -- 60	934	34	1019	0,16683	34302	5723	157202	492885	14,37
61 -- 70	468	27	536	0,25210	28579	7205	124884	335683	11,75
71 -- 80	291	19	339	0,28065	21374	5999	91875	210800	9,88
81 -- 90	142	9	165	0,27358	15378	4208	66363	118925	7,73
91 -- 100	80	2	85	0,11765	11170	1314	52562	52562	4,71
100 e +	11	0	11	0,00000	9855	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para a população livre 1869/1874

Esperança de vida ao nascer	29,49
" com 1 ano	34,33
" aos 2 anos	38,76
" aos 3 anos	39,88
" aos 4 anos	40,04
" aos 5 anos	39,60

TABELA 11

Grupos Etários (em anos)	População ( ${}_xP_x$ )	Óbitos ( ${}_xD_x$ )	Óbitos esperados ( ${}_xO_x$ )	Expostos a morrer ( ${}_xE_x$ )	Probabilidade de morrer ( ${}_xq_x$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X ( ${}_xL_x$ )	Nº de mortes no intervalo ( ${}_xd_x$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( ${}_xL_x$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( ${}_xT_x$ )	Esperança de vida ( ${}_xe_x$ )
0	254	54	54	303	0,17845	100000	17845	83939	2941390	29,41
1	150	23	23	168	0,13847	82155	11376	74191	2857451	34,78
2	142	7	7	148	0,04811	70778	3405	68076	2783260	39,32
3	117	3	3	119	0,02532	67373	1708	66521	2714184	40,29
4	120	2	2	121	0,01653	65668	1085	65125	2647663	40,32
5	189	2	10	194	0,05155	64682	3329	314590	2582538	39,99
6 -- 10	1211	5	25	1224	0,02043	61253	1252	303138	2267948	37,03
11 -- 15	871	4	20	881	0,02270	60002	1362	296604	1964810	32,75
16 -- 20	688	9	45	709	0,06351	58840	3724	283887	1688207	28,45
21 -- 25	770	12	60	800	0,07500	54915	4119	264279	1384319	25,21
26 -- 30	588	15	75	604	0,12428	50787	6313	238201	1120040	22,05
31 -- 40	1147	32	160	1227	0,13040	44484	5801	207917	881839	19,82
41 -- 50	829	25	125	882	0,14021	38893	5424	178856	673921	17,42
51 -- 60	491	17	85	534	0,15933	33259	5299	153049	494065	14,85
61 -- 70	220	12	60	250	0,24000	27950	6710	123025	341017	12,20
71 -- 80	150	9	45	173	0,26087	21250	5543	92390	217991	10,26
81 -- 90	77	4	20	87	0,22989	15708	3611	69505	125601	8,00
91 -- 100	32	1	5	35	0,14493	12096	1753	56096	56096	4,64
100 e +	8	0	0	8	0,00000	10343	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para os homens livres 1869/1874

Esperança de vida ao nascer	29,41
" com 1 ano	34,78
" aos 2 anos	39,32
" aos 3 anos	40,29
" aos 4 anos	40,32
" aos 5 anos	39,99

TABELA 12

Grupos Etários (em anos)	População ( $l_{p_x}$ )	Óbitos esperados ( $l_{o_x}$ )	Expostos a morrer ( $l_{e_x}$ )	Probabilidade de morrer ( $l_{q_x}$ )	Nº de sobreviventes que iniciaram a idade X	Nº de mortes no intervalo ( $l_{m_x}$ )	Nº de anos vividos no intervalo ( $l_{L_x}$ )	Total de anos vividos a partir da idade x ( $T_x$ )	Esperança de vida ( $e_x$ )
0	274	49	318	0,15404	100000	15404	86138	2957808	28,58
1	139	21	154	0,13863	84596	11558	76505	2871672	33,95
2	155	8	158	0,05031	73038	3675	71200	2785167	38,27
3	125	4	127	0,03150	69363	2185	68271	2723866	39,27
4	163	2	164	0,01220	67178	819	66769	2655696	39,53
5	196	3	204	0,07371	66359	4891	318588	2588927	39,01
6 -- 10	933	6	948	0,03165	61468	1945	302475	2289361	36,92
11 -- 15	898	5	911	0,02746	58522	1634	293526	1966886	33,04
16 -- 20	844	13	877	0,07416	57888	4293	278708	1673359	28,91
21 -- 25	847	10	872	0,05734	53695	3073	260293	1394651	26,02
26 -- 30	981	17	1024	0,08305	50522	4196	242121	1134358	22,45
31 -- 40	980	28	1050	0,13333	46326	6177	216189	892237	19,26
41 -- 50	715	19	763	0,12459	40149	5002	189242	676047	16,84
51 -- 60	443	17	486	0,17508	35147	6153	160353	487805	13,88
61 -- 70	248	15	286	0,26270	28894	7617	125927	327453	11,29
71 -- 80	141	10	166	0,30120	21377	6439	90789	201526	9,43
81 -- 90	65	5	78	0,32258	14938	4819	62644	110737	7,41
91 -- 100	48	1	51	0,09801	10119	1002	48093	48093	4,75
100 e +	3	0	3	0,00000	9118	0	0	0	0,00

Esperança de vida do paulistano: média geral para as mulheres livres 1869/1874

Esperança de vida ao nascer	29,58
" com 1 ano	33,95
" aos 2 anos	38,27
" aos 3 anos	39,27
" aos 4 anos	39,53
" aos 5 anos	39,01

## Os cálculos

(conforme especificações do Prof. Dr. Jair Lício dos Santos)

Convenções utilizadas para representar a esperança de vida:

$e_0$  - representa a esperança de vida ( $e$ ) ao nascer ( $o$ )

$e_x$  - representa a esperança de vida ( $e$ ) nas idades subseqüentes ( $x$ )

A primeira quantificação é assim representada:

${}_n P_x$ : sendo “n” o número da População em determinada idade ( $x$ ) e cujas informações para este estudo foram retiradas dos recenseamentos

A segunda quantificação (os dados da morte), está representada da seguinte maneira:

${}_n D_x$ : sendo “n” o número de Dóbitos em determinada idade ( $x$ ). Para esta parte, os dados foram retirados dos livros de inumações do cemitério da Consolação.

A terceira coluna das tabelas já é o resultado de um cálculo que assim se representa:

${}_n O_x$ : sendo “n” o número de Obitos esperados em determinado idade ( $x$ ). A equação leva em conta o número de óbitos ocorridos numa certa população durante determinado ano, dividido pela população (estimada ou recenseada) no meio daquele ano. Nas tabelas finais, poderá ser observado que este resultado, quando indicadas as idade entre 0 e 4 anos separadamente, se igualam ao  ${}_n D_x$ , alterando-se daí por diante, uma vez que agrupam-se pessoas de idades diferentes no mesmo campo (somam-se os indivíduos entre 5 e 9 anos, por exemplo) e computam-se as mortes. O resultado, na verdade, é  ${}_n O_x$ , ou, como o próprio nome diz, “óbitos esperados” sendo, portanto, uma probabilidade, uma vez que o  $x$  tornou-se variável.

A quarta coluna das tabelas também é uma equação que calcula o número de pessoas em determinada idade expostas ao risco de morrer e sendo assim representada:

${}_n E_x$ : sendo “n” o número de Expostos a morrer em determinada idade ( $x$ ). O resultado é obtido através de uma equação com a seguinte fórmula:  ${}_n E_x = n^P_x + {}_x n^0_x$

A quinta coluna (representada por  ${}_n q_x$ ) vai nos oferecer a probabilidade de uma

pessoa de exata idade “x” vir a falecer. O resultado é calculado com base na seguinte equação:

$$nq_x = \frac{n \cdot n^0_x}{n^p_x + a_x \cdot n \cdot n^0_x}$$

A sexta coluna (representada por  $n d_x$ ) apresenta o número de mortes no intervalo, sempre a partir de uma proporcionalidade hipotética com o número 100.000. A equação possui a seguinte fórmula:  $n d_x = 1_x \cdot n^q_x$

A sétima coluna ( $n L_x$ ) apresenta o número de sobreviventes que iniciaram a idade x, normalizada aqui a partir da proporcionalidade entre o quantidade pessoas na idade “0” e o número 100.000 (campo “Nº de sobreviventes que iniciaram a idade x, representado por  $1_x$ ). A equação é a seguinte:  $n L_x = n \cdot \{1_x (1 - a_x) + a_x 1_x + n\}$

A penúltima coluna ( $T_x$ ) apresenta o total de anos vividos a partir da idade x, sendo também chamadas de tábuas de sobrevivência: pessoas/anos vividos).

A última coluna apresenta o resultado final, ou seja, a esperança de vida, ou “ $e_x$ ”.

## Capítulo 4 – O tempo: as idades da vida.

“Então o Rei de Armas, alçando a mão direita, na qual tinha um rico chapéu de plumas, disse em alta voz: -- *Ouvide, ouvide, estai atentos!*

A este tempo o Exmo alferes-mor saindo da linha avançou em frente ao peristilo do templo, e desenrolando a bandeira disse:

-- *Está sagrado o mui alto e mui poderoso príncipe o senhor D. Pedro II por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos. Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. -- Viva o Imperador!”*<sup>756</sup>

De acordo com o protocolo, o alferes-mor deveria repetir por três vezes a última frase. Não o fez. Sua voz foi emudecida pela saudação de milhares de pessoas concentradas no Terreiro do Paço. Nos festejos que se seguiram, a participação do público foi intensa: aberto para visita pública às “*pessoas decentemente vestidas, que se apresentassem com este intuito*”,<sup>757</sup> o paço imperial recebeu somente no primeiro dia cerca de 15 mil pessoas; outros tantos não conseguiram entrar, sendo obrigados a retornarem no dia seguinte. As comemorações continuaram por 5 dias seguidos, ocasião em que algumas dependências do palácio permaneceram franqueadas à visita.

Na época de sua coroação, ocorrida no dia 18 de julho de 1841, D. Pedro II contava com 15 anos de idade; mas, ele já era imperador de fato desde os 14 anos e 7 meses, ou desde 23 de julho de 1840, dia em que se deu o desfecho de um processo que, na história brasileira, ficou conhecido como Golpe da Maioridade.

Apesar de assim classificado (como golpe), os debates a respeito da emancipação do imperador ocorreram abertamente no Senado e na Câmara dos Deputados, tendo recebido, inclusive, grande apoio popular. A questão, portanto, não era novidade em 1840, até porque o desejo manifestado por alguns grupos políticos no sentido de abreviar a Regência e coroar D. Pedro II, já havia dado origem a projetos de modificação da constituição em 1835 e em 1837. Naquela época, todas as propostas previam que o então príncipe poderia ser considerado maior quando completasse 14 anos de idade ou, mais precisamente, a partir de 02 de dezembro de 1839.<sup>758</sup> O primeiro projeto, de 1835, foi considerado inconstitucional e sequer

---

<sup>756</sup> - “Coroação e Sagração de D. Pedro II”, *Jornal do Comércio*, R. J., edição do dia 20/07/1841; In: **Bonavides**, Paulo e **Amaral**, Roberto (orgs.); *Textos Políticos da História do Brasil*; Brasília, Ed. do Senado Federal, 2002, Vol. I, p. 63.

<sup>757</sup> - *Idem*, *ibidem*, p. 64

<sup>758</sup> - Pela constituição de 1824, D. Pedro II somente atingiria a maioridade aos 21 anos; com o Ato Adicional de 1834, esta idade foi reduzida em três anos, ou seja, sua emancipação ocorreria no dia 02/12/1843, data em que ele completaria 18 anos; com esta hipótese não concordavam grupos liberais que queriam reduzi-la ainda mais, para 14

foi discutido; o segundo, de 1837, chegou a ser apreciado, mas foi derrotado em plenário.<sup>759</sup> Apesar de apresentadas no Parlamento, essas duas primeiras propostas não encontraram um ambiente propício para um desfecho favorável, principalmente a de 1835, posto que D. Pedro ainda era muito jovem à época, com apenas 10 anos; já o projeto de 1837 conseguiu a façanha de seguir para votação e, dentre outras condições presentes, certamente pesou o fato de que o futuro imperador já chegara à casa dos 12 anos de vida.<sup>760</sup>

O tempo, aos poucos, se encarregava de alterar as perspectivas em torno da questão e, se anotada de forma tímida em 1837, a proposta ganharia vigor a partir de 1839, ano em que o monarca completou 14 anos de idade. No início de 1840, por exemplo, era fundado no Rio de Janeiro o *Clube da Maioridade* pelas mãos do senador José Martiniano de Alencar. Com um jornal próprio também chamado *Maioridade*, este realizava um trabalho em conjunto com o *Despertador*, órgão do partido liberal. A partir de então, os debates ganharam força, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado. Em maio de 1840, época da abertura dos trabalhos legislativos, a discussão opôs claramente dois grupos: de um lado os “maioristas”, composto majoritariamente pelos liberais, e de outro os conservadores, estes contrários à proposta. O clímax do confronto ocorreu por conta da redação de um texto protocolar que se chamava “*Resposta à Falla do Throno*”, com a qual os deputados costumavam retribuir o discurso do monarca por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos. Composto geralmente pela exposição de problemas, mas também por amenidades, elogios e saudações de ambas as partes, poucas vezes a “Resposta” trouxe qualquer problema. Não foi o que ocorreu em 1840, até porque a proposta inicial estava assim redigida:

“Senhor:

A Câmara dos Deputados rende graças ao Todo Poderoso pelo completo restabelecimento da saúde preciosa de Vossa Majestade Imperial, e pela continuação da que felizmente gozam as augustas Princesas brasileiras.

A Câmara, Senhor, profundamente convencida da importância do consórcio das augustas Princesas, sobre o qual tem Vossa Majestade Imperial grande interesse pela natureza e pela lei, e vendo com prazer aproximar-se a

---

anos.

**759** - Uma das primeiras propostas coube ao deputado pernambucano Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque que, em 1835, apresentou um projeto que antecipava a maioridade de D. Pedro II para o dia 02/12/1839; tal proposta não foi sequer discutida, sendo considerada inconstitucional. Outro projeto de mesmo teor seria apresentado pelo deputado carioca José Joaquim Vieira Souto no dia 20/05/1837; esta última proposta foi derrotada, sendo apoiada por apenas nove outros deputados. Veja: *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados*, volumes de 1835, 1837 e 1840.

**760** - Nesta análise, privilegio o viés que norteia o trabalho. Entretanto, outras condições e questões políticas relevantes se fizeram presentes naquele momento. Data de 1837, por exemplo, a renúncia do Regente Feijó, tido como de linha moderada, e a subida ao poder de Pedro de Araújo Lima, este representante dos conservadores. Como esta última Regência deveria perdurar até 1842 – mas com grandes chances de chegar até dezembro de 1843, época em que o monarca completaria 18 anos – os liberais perceberam na proposta da antecipada maioridade um caminho para se aproximarem do poder. Outras questões inerentes à política do momento podem ser vistas na obra de Maria Odila Leite Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos* (2005), especialmente o capítulo “Ideologia liberal e construção do Estado” p. 127 e seguintes, bem como na de Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil* (1980), especialmente a Parte III, “A revolução”, capítulo “A menoridade”, p. 58 e seguintes.

maioridade de Vossa Majestade Imperial; assegura a Vossa Majestade Imperial que se ocupará oportunamente, com toda a solícitude, deste objeto, que o trono se dignou oferecer a consideração da assembléa geral (...)”<sup>761</sup> (meu destaque).

A parte referente ao interesse pessoal de D. Pedro em relação às suas irmãs, citando inclusive que este estaria assegurado por lei (uma clara referência à sua responsabilidade no âmbito da família imperial e, portanto, uma prova de maturidade), bem como a citação de que a maioria do futuro imperador estava próxima, irritou alguns membros do partido conservador e, em especial ao deputado Carneiro Leão, que a partir de então tomou as funções de porta-voz do grupo cujo posicionamento era contrário à emancipação. A discussão foi demorada, permanecendo durante dias na pauta do legislativo, até que sobreveio a vitória dos conservadores, momento este em que as menções referentes à maioria (as quais sublinhei no texto transcrito) foram retiradas. Basicamente, os conservadores invocavam os dispositivos legais para não antecipar a maioria e os liberais, por seu turno, além de se aproveitarem das brechas na legislação, incluíam também outros argumentos nos quais sobressaíam, por um lado, a necessidade de se ter uma figura forte e incontestável como a do Imperador no comando do país num período de crises constantes como foi o da Regência e, por outro, a reconhecida maturidade intelectual de D. Pedro. No entender de algumas facções políticas, esta era a solução para uma série de problemas que pipocavam por todo o país como a revolta dos Cabanos no Pará, a dos Balaios no Maranhão e a dos Farrapos no Rio Grande do Sul. E foi justamente nesse sentido que se manifestou o Cônego Antonio Bento, no dia 25 de maio de 1840, em discurso no Senado:

“Sr. Presidente, na época presente, à vista das críticas circunstâncias em que está o país, todos olham para o monarca ... Se alguns brasileiros, pouco orientados, tiveram algumas idéias contra o regime monárquico – constitucional representativo, eles, como V. Ex.<sup>a</sup> muito bem disse, aprenderam dos governos regenciais quais os males que lhes reserva um tal sistema”<sup>762</sup> (meu destaque)

Por sinal, esses mesmos argumentos chegaram inclusive a convencer parte da ala conservadora, fazendo-se presente, por exemplo, no dia 20 de maio de 1840, ocasião em que

---

<sup>761</sup> - Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados, 1840, primeiras sessões ordinárias. A respeito das discussões que se seguiram, veja também um interessante estudo intitulado “*A declaração da maioria de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II, desde o momento em que essa Ideia foi aventada no corpo Legislativo até o acto de sua realização*”, R.J.: Typographia da Associação do Despertador, 1840 (consultado um exemplar disponível na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo). Esta obra, na verdade uma compilação dos debates ocorridos na Câmara e no Senado, não tem um autor definido, mas é certo que o livro foi redigido pelos deputados da ala liberal, até porque o mesmo foi impresso na tipografia do “Despertador”. Tudo leva a crer que o livro teria sido escrito em resposta a outro documento, este intitulado “*Exposição do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ex-Ministro do Império, sobre os memoráveis acontecimentos ocorridos ultimamente nesta Corte*”, que também foi reproduzido na obra. Este último texto (o de Bernardo Pereira de Vasconcelos) também pode ser consultado na íntegra em **Bonavides e Amaral** (2002), p. 53 a 58.

<sup>762</sup> - Citado em **Calmon** (1959), p. 1628 e 1629.

um dos projetos que propugnavam pela maioria foi à votação no Senado: acolhido silenciosamente pelos conservadores, o mesmo acabou sendo rejeitado por pequena maioria de votos: 16 a favor e 18 contra.<sup>763</sup>

A partir desse momento verificou-se um fortalecimento da proposta em favor da maioria. Não conseguindo barrar as discussões, estas já com a participação do povo que invadira as galerias da Câmara, o governo optou por suspender os trabalhos legislativos. Ao não concordar com tal medida, um grupo formado por deputados e senadores da ala liberal rebelou-se e, em reuniões não autorizadas, decidiram consultar o próprio monarca sobre a questão. Tais acontecimentos culminariam, no dia 23 de julho de 1840, com a declaração da maioria de D. Pedro II, tendo o Imperador feito o seu juramento na mesma data. No ano seguinte, aos 18 de julho de 1841, ele seria coroado com todas as pompas.

Episódio complexo, desde sua configuração a maioria do imperador Pedro II foi classificado pelos seus opositores como um ato inconstitucional, que feria a legislação vigente e, em assim o sendo, sua concretização foi tratada como um golpe. Esta era a opinião, por exemplo, do poderoso e breve ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que qualificou o movimento como uma conspiração ou revolução, urdida no interior da facção liberal.<sup>764</sup> O próprio imperador, por outro lado, se viu beneficiado e, daí, a sua concordância, bem como a explicação pelo seu ato de, rapidamente, prestar o juramento. Era certamente um “golpe” a seu favor, fato este reconhecido por ele anos mais tarde.<sup>765</sup>

Apesar de bastante explorado na historiografia, os estudos sobre a antecipada maioria de D. Pedro ora destacam os bastidores, ora o processo político subjacente, deixando sempre ao largo um dado fundamental que agora cabe ressaltar. Em parágrafos antecedentes relatei rapidamente as anteriores e frustradas tentativas de emancipação do

---

<sup>763</sup> - Profundamente comprometidos com o regime monárquico, ficaram os conservadores numa posição muito desconfortável diante da mobilização pela maioria. O então regente Pedro de Araújo Lima (que substituiu Feijó), e tido como ultra-conservador, foi o responsável, por exemplo, pela reintrodução da cerimônia do beija-mão, que reconhecia a autoridade do jovem monarca; tempos depois, seria ele quem recomendaria a suspensão da Assembléia Geral, aos 22/07/1840, quando o movimento pela maioria ganhou força e, por fim, o mesmo regente esteve presente no dia 23/07/1840, quando uma comissão de deputados e senadores levou a D. Pedro a proposta para assumir a coroa imediatamente; ao que parece, Araújo Lima não se opôs tenazmente ao intento. A esse respeito veja **Galanti** (1913), capítulo “A maioria”, p. 392 e seguintes; e “*Exposição do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ex-Ministro do Império...*” (1840) op. cit., especialmente p. 57.

<sup>764</sup> - Bernardo Pereira de Vasconcelos, da ala conservadora, já exercera interinamente o cargo de Ministro do Império, mas somente no dia 22 de julho de 1840 ele foi nomeado oficialmente. Considerado como uma afronta aos liberais, teria sido este ato a gota d’água que faltava para a revolta verificada no Senado e na Câmara que culminou, no dia seguinte, com a decretação da maioria de D. Pedro II. Assim, Bernardo de Vasconcelos permaneceu oficialmente neste cargo por apenas 9 horas. Veja “*A declaração da maioria de Sua Majestade Imperial...*” (1840) e a “*Exposição do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ex-Ministro do Império...*” (1840) op. cit.

<sup>765</sup> - No dia 23/07/1840, quando recebeu uma comissão formada por deputados e senadores que lhe questionavam se preferia esperar mais algum tempo para assumir o governo ou se o ato se daria naquele mesmo momento, D. Pedro teria respondido “Quero já”. Esta versão, por sinal, consta inclusive da “*Exposição do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ex-Ministro do Império*” (1840) op. cit. Sobre a definitiva resolução do imperador, disse Bernardo de Vasconcelos, “*Sua Majestade dignou declarar que queria tomar já as rédeas do governo*” (p. 53). Entretanto, o próprio D. Pedro II ofereceria, em 1863, uma outra versão para esses acontecimentos. Na verdade, disse ele, “*não me exprimi assim*”, pois questionado se queria “*ser aclamado logo*”, respondeu que “*sim*”. Sobre a legalidade do ato ele não deixou dúvidas e disse que a proclamação da maioria não

monarca, e afirmei que um dos motivos relevantes para a sua não aceitação seria a pouca idade de D. Pedro à época dos acontecimentos, seja em 1835 ou em 1837. Esta situação sofreria uma alteração em dezembro de 1839, período este em que o imperador completava 14 anos de vida. Antes disso, e não obstante as disputas políticas e as gravíssimas crises, mínimas eram as chances de sucesso daqueles que intentavam pela emancipação. Prova disso é que, em 1835, a idéia foi reputada simplesmente como inconstitucional. De fato, D. Pedro era tido como muito jovem aos 10 anos – idade esta muito próxima da infância; com 12 ele se encontrava numa fase intermediária, mas aos 14 anos ele já se encontrava às portas da idade adulta. Não descartando os demais elementos que se fizeram presentes no processo, foi esta uma das razões que levaram ao sucesso da empreitada, ou seja, na sociedade brasileira do século XIX, a idade de 14 anos era um dos principais marcos que estava a separar adultos de crianças.

A partir de 1839, como disse o senador Cônego Antonio Bento, todos já *olhavam para o monarca*, o que antes não faziam, ou pelo menos não no sentido de considerá-lo como aquele que estaria pronto para governar. A consolidar estas análises estão, por exemplo, as justificativas apresentadas pelos liberais na defesa do projeto em prol da maioria a partir de 1840, nas quais a maturidade de D. Pedro – aos 14 anos – foi sempre um dado muito valorizado. No século XIX, como será detalhado adiante, a definição da idade adulta não levava em consideração apenas o fator cronológico, ou o tempo vivido senão, também, o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Nesse caso, muito contribuiria para a maturidade do monarca a excelente educação que tivera durante a infância.<sup>766</sup>

E nesse caminho seguia o deputado Holanda Cavalcanti, dizendo que era “... a todos notório que o nosso augusto imperador se acha presentemente muito desenvolvido em suas faculdades ...”<sup>767</sup>; ou a argumentação utilizada pelo Marquês de Paranaguá que, no Senado, disse: “Sr. Presidente, trata-se neste projeto de declarar maior a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, que está próximo a contar 15 anos de idade; trata-se de se lhe suprir por lei, pois que inteligência lhe sobra bastante...”<sup>768</sup>; ou, finalmente, o deputado Álvares Machado que questionou: “Ora, perguntarei eu, há alguém que duvide de que Sua Majestade o Imperador se acha nas circunstâncias de poder bem governar-nos? Quem poderá negar que ele se acha mais que suficientemente habilitado para governar o país e elevá-lo à sua prosperidade?”<sup>769</sup>

É certo que tal eloquência chegava pelas vozes dos defensores do projeto, mas essas palavras não foram e jamais poderiam ser pronunciadas antes que D. Pedro tivesse completado 14 anos, idade esta considerada como um dos divisores etários mais importantes

---

fora feita de acordo com as disposições constitucionais. Citado em Calmon (1959), p. 1631.

<sup>766</sup> - Sob esse aspecto, Philippe Ariès chama a atenção para o fato de que “as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais”, estas passíveis de serem exercidas mediante um amadurecimento intelectual que poderia ser conseguido, por exemplo, através de uma boa educação. Veja Ariès (1981), p. 9.

<sup>767</sup> - “A declaração da maioria de Sua Majestade Imperial...” (1840), op. cit., p. 6 e Annaes do Parlamento Brasileiro, 1840, sessão ordinária de 13/05/1840.

<sup>768</sup> - Idem ibidem, p. 20 e seguintes.

<sup>769</sup> - Idem, ibidem, p. 29.

durante todo o século XIX.



Fig. 45

D. Pedro II coroado aos 15 anos, em 1841

Abaixo a Proclamação da Maioridade onde a maturidade do imperador foi destacada.<sup>770</sup>

### Proclamação da Assembléia Geral ao povo sobre a maioridade

*Brasileiros!*

A Assembléia Geral Legislativa do Brasil, *reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual de S.M.I. o Senhor D. Pedro II*, com que a Divina Providência favoreceu o Império de Santa Cruz; reconhecendo igualmente os males inerentes a governos excepcionais, e presenciando o desejo unânime do povo desta capital; convencida de que com este desejo está de acordo o de todo o Império, para conferir-se ao mesmo Augusto Senhor o exercício dos poderes que, pela Constituição lhe competem, houve por bem, por tão ponderosos motivos, declará-lo em maioria, para o efeito de entrar imediatamente no pleno exercício desses poderes, como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Brasileiros! Estão convertidas em realidades as esperanças da Nação; uma nova era apontou; seja ela de união e prosperidade. Sejamos nós dignos de tão grandioso benefício.

Paço da Assembléia Geral, 23 de julho de 1840 - Marquês de Paranaguá, Presidente - Luiz José de Oliveira, 1º Secretário do Senado - Antônio Joaquim Álvares do Amaral, 1º Secretário da Câmara dos Deputados.

<sup>770</sup> - Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 23/07/1840. Meu destaque para o trecho inicial da *Proclamação* onde, novamente, a maturidade do imperador foi destacada.

Em 1825, mesmo ano em que D. Pedro II nascia no Rio de Janeiro, era criado em São Paulo o Seminário das Educandas da Glória. Quatro anos depois, em 1829, a instituição já abrigava cerca de 28 órfãs. Destas, *“a maior parte eram de meninas com mais de 12 anos de idade”*, informaram os membros de uma comissão encarregada de verificar as condições das prisões e estabelecimentos de caridade existentes na cidade.<sup>771</sup> Em 1831 registrou-se que ali estavam *“27 educandas, sendo 9 pensionistas e 18 sustentadas por conta na nação”* e, conforme consiguindo nos relatórios, elas recebiam uma instrução *“própria para meninas”*, ou seja, aulas de costura, bordado e outros trabalhos domésticos, sendo esporádicas as de escrita e leitura; *“além disso, as meninas não aprendiam tabuada [e tão pouco] operações aritméticas, porque a diretora confessou que nada disto sabia.”*<sup>772</sup> As meninas ali estavam sendo preparadas para que fossem, num futuro bem próximo, *“donas de casa [e] mães de família (...) dignas de serem companheiras de homens sizudos e graves.”*<sup>773</sup> Em outras palavras, cuidava-se de educá-las para o casamento, para uma vida junto ao marido e para bem desempenhar as tarefas decorrentes do novo papel que logo assumiriam.

Tinha-se como certo que futuro melhor não poderia haver para aquelas jovens, pois caso contrário, conforme registrado em 1836, corriam elas o risco de cair na *“vil devassidão”* e isso levando em conta qualquer *“infortúnio que sobrevenha”*, ou mesmo decorrente de um *“desastre da sorte”*.<sup>774</sup> Nesse caso, tudo indica que a ausência de pretendentes para as órfãs – o que as obrigaria a permanecerem solteiras – bem poderia ser visto como um real *“desastre da sorte”* ou como um grande *“infortúnio”* que rondava a vida dessas moças. E as que se encontravam nessa situação não eram em pequeno número. Em 1839, por exemplo, existiam no estabelecimento treze pensionistas e *“vinte e oito recolhidas por conta da Fazenda, entre as quais doze estavam em idade de se casarem”* ou, como se dizia naquela época, na idade *“de tomar*

---

771 - *“Relatório da Comissão de visitas a prisões e estabelecimentos de caridade”*, Fundo C.M.S.P., Conselho de Vereadores, Arquivo Histórico Municipal, Relatório datado de 26 de setembro de 1829. Destinado principalmente à educação de meninas órfãs e filhas de militares falecidos, o Seminário das Educandas de Nossa Sra. da Glória também aceitava pensionistas cujas despesas eram pagas pelas respectivas famílias. Criado em virtude do aviso expedido pelo Governo Imperial de 08/01/1825, foi instalado sob as ordens do Visconde de Congonhas do Campo, então Presidente da Província, na Chácara da Glória, propriedade da Fazenda Imperial. Em 1833 foi transferido para o prédio do antigo hospital militar, este localizado no *“Beco do Sapo”* – atual Rua do Seminário, nas imediações da Av. São João e Vale do Anhangabaú. Voltou depois para a Chácara da Glória, de onde retornou ao Beco do Sapo em 1844. Funcionou ainda na antiga Chácara do Fonseca e, a partir de 1898, num prédio ao lado da igreja da Consolação que fora adquirido de D. Veridiana da Silva Prado. Veja mais informações em **Amaral**, Antonio Barreto do; *Dicionário de História de São Paulo*, p. 425 e 426 e também os relatórios dos presidentes de província em **Egas**, Eugênio; *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, Vol. I, Período monárquico, 1822-1889; S.P.: Publicação oficial do Estado, Seção de Obras de *“O Estado de São Paulo”*, 1925.

772 - Idem, Relatório de 05/05/1831.

773 - Idem, Relatório de 29/09/1836. A respeito do Seminário da Glória e sobre a educação feminina em São Paulo, veja **Marcílio**, *História da Educação em São Paulo e no Brasil*, S.P.: Imprensa Oficial e Instituto Fernando Braudel, 2005, especialmente p. 63 a 65.

774 - Idem ibidem.

estado”<sup>775</sup>; já em 1841, o total das internas chegava a 42 meninas, “das quais 18 já com precisão de tomar estado”, informaram.<sup>776</sup> Mas, em que fase da vida estariam elas prontas para o casamento? Ou, em outras palavras, com que idade elas deixariam a infância já que aptas para “tomarem o estado” de casadas?

Um primeiro indício para o esclarecimento dessa questão se nos apresenta logo naquelas primeiras linhas do citado relatório de 1829, ou seja, ali constou a indicação de que, dentre as 28 meninas internadas na instituição, a maioria já estava com mais de 12 anos de idade. E esta informação não estava ali gratuitamente como poderíamos supor num primeiro momento. O limite, ao contrário, era bastante relevante, pois a idade de 12 anos representava um corte e servia de parâmetro para dividi-las em grupos etários diferenciados; ou, de outra maneira, o relato denuncia que, a partir daquela idade, tinha início uma nova fase na vida das jovens.

Complementando este primeiro subsídio – que já esclarece um pouco a respeito das idades da vida de uma jovem – uma outra parte da resposta para a questão proposta pode ser encontrada em outro relatório, este de 1833, em que os membros da comissão de fiscalização, ao criticarem uma situação encontrada no dormitório do Seminário, explicitaram com mais nitidez o entendimento que se tinha a respeito da maturidade das mulheres. Disseram eles na ocasião que:

“Vimos misturadas meninas de oito a nove anos com meninas de quinze; qualquer chefe de família conhece o mau resultado de tal ajuntamento. Além disto, vimos que algumas camas acomodam duas meninas: também não nos pareceu isto bom: desde que ellas chegam a idade próxima á puberdade, isto é, desde que tocam os nove annos, é necessário infundir-lhes o desejo de se respeitarem a si próprias, de se arranjarem e de conservarem a maior decência e honestidade em tudo. Se a falta de tudo isto produz inconvenientes nos homens, muito mais produz nas mulheres.”<sup>777</sup> (meu destaque)

Ao citarem o “amontoamento” de meninas entre 8 e 9 anos com as de 15, o relato pode nos levar a entender que a crítica estava sendo dirigida ao fato de se encontrarem misturadas no dormitório as menores (ainda crianças) com as maiores que, apesar de adolescentes para os nossos padrões, naquela época já poderiam ser consideradas como

---

<sup>775</sup> - Idem, Relatório de 23/08/1839. Para os romanos, estado (do latim *status*) designava as qualidades que um indivíduo deveria possuir para tornar-se sujeito de direito na sociedade civil. Posteriormente, já no direito moderno, o sentido de estado permaneceu intimamente ligado ao de capacidade. Estado, nesse caso, seria “a soma das qualificações da pessoa, permitindo sua apresentação na sociedade, em dada situação jurídica, para que possa usufruir das vantagens e sofrer os ônus dela decorrentes.” A esse respeito veja: **Monteiro**, Washington de Barros.; *Curso de direito civil*; S.P.; Ed. Saraiva, 2001, especialmente p. 77 e **Diniz**, Maria Helena; *Curso de direito civil brasileiro*; S.P.; Ed. Saraiva, 2001, especialmente p. 131. Nesse caso, *tomar estado* como diziam os paulistanos no século XIX em relação às mulheres, bem poderia adquirir o sentido de “tornar-se capaz” ou “emancipar-se”, e isto sempre tendo em vista o matrimônio.

<sup>776</sup> - Idem, Relatório de 07/04/1841.

<sup>777</sup> - Idem, Relatório de 22/10/1833.

adultas. Porém, não é este o ponto principal e, arrisco mesmo a dizer, a censura passou a uma certa distância deste fato. O que realmente preocupava, ou a questão mais importante, foi explicitada logo em seguida a esta crítica, ganhando o documento bastante relevância quando nos informa sobre a chegada da puberdade – fase da vida que significaria a perda da ingenuidade, como veremos adiante. Esta, nas palavras dos comissários, dar-se-ia por volta dos nove anos. Nesse caso, chegamos ao âmago da questão, posto que a crítica estava sendo dirigida muito mais ao “ajuntamento” noturno – na mesma cama, por exemplo – de todas as meninas acima dos nove anos. Este era um fato que não poderia ocorrer, já que essas jovens, não sendo mais crianças, não eram tão pouco inocentes. Com respeito ao temor do que poderia ocorrer nessas ocasiões, ou entre duas jovens púberes dormindo no mesmo quarto e até na mesma cama, é bastante sugestivo um trecho do relatório de 1836, ocasião em que os membros da comissão solicitaram um lampião para iluminar os quartos alegando que *“não é útil que tantas meninas durmam às escuras, porque nas trevas de uma noite inteira, muito mal se pode facilmente praticar.”*<sup>778</sup>

Não eram adultas ainda essas meninas entre os 9 e 10 anos, mas tudo leva a crer que, nesta fase, considerava-se que elas já haviam deixado para trás a pureza característica da meninice. Nesse sentido, nada o opor quando da ocorrência (ou necessidade) de se colocarem para dormir em uma única cama meninas até os 7 ou 8 anos; a partir dos 9 anos, isto não poderia mais ser tolerado. Essa questão, aliás, pode ser confirmada pelo fato da não existência de quaisquer críticas quanto ao fato de dormirem juntas crianças abaixo dos oito anos de idade, episódio cuja ocorrência era bastante freqüente, dado a falta de camas ou mesmo de quartos suficientes para todas.<sup>779</sup>

Até aqui já estamos com dois indícios importantes e que identificam algumas das fases da vida, ou seja, para as meninas tinha-se como primeiro limite o período entre os 8 e 9 anos, época em que deixavam de ser crianças mas, é preciso sublinhar, ainda não eram adultas. Esta etapa se configurava como um divisor etário importante, entrando as meninas a partir daí numa fase intermediária que as levaria para a seguinte, ou para serem consideradas adultas. E eis aqui o ponto principal da questão proposta, ou seja, com que idade isso ocorria, ou quando estariam elas prontas para se casar? De fato, tudo indica que um período da vida ao qual hoje chamamos de adolescência, chegava bem mais cedo para as mulheres que viviam no século XIX, ou por volta dos nove anos. Mais ainda, esta “adolescência” também

---

778 - Relatório de 29/09/1836.

779 - No edifício da Chácara da Glória em 1829, por exemplo, dormiam 28 meninas *“em três quartos mui estreitos”*; quase o triplo da capacidade, posto que, juntos, os três dormitórios poderiam acomodar quanto muito de *“8 a 10 pessoas”*, conforme o Relatório de 26/09/1829. Em nenhum dos demais relatórios foi anotado qualquer censura ao fato de dormirem juntas crianças menores de oito anos (consultados aqui um total de 14 relatórios entre os anos de 1829 a

terminava mais rapidamente, em torno dos 12 anos, etapa esta em que elas já poderiam contrair matrimônio.<sup>780</sup> Entretanto, e como já visto em parágrafos antecedentes, não era incomum o fato de algumas das jovens internadas no Seminário das Educandas passarem pela dificuldade de não encontrar pretendentes, motivo pelo qual elas lá permaneciam numa idade já considerada “avançada”, aos 18 anos. As chances de casamento para essas moças eram bastante estreitas, motivo pelo qual ficariam elas sob a tutela do Estado. Pensando nesse problema, a comissão nomeada para o ano de 1841 chegou inclusive a sugerir que, nessas circunstâncias, melhor seria:

“... dar-se destino a todas aquellas educandas que já [tenham] chegado ao ponto de sua educação ou que, pela sua idade, convenha fazer sahir do estabelecimento para dar lugar ao ingresso de novas (...). Até aqui tem sido practica só sahirem aquellas educandas que, tendo chegado a idade da nubilidad, recebem o estado de casadas; porém isto offerece alguns embaraços [porque] não [são] poucas [as] defficultades de se achar maridos; e eis ahí por que é necessário haver algum outro expediente. Lembra a comissão que aquellas que tiverem chegado a idade de 18 anos, e fossem órfãs, faltando-lhe o casamento, o governo [as] desse a qualquer família honesta, que o requeresse a título de criadas (...)”<sup>781</sup> (meu destaque)

Muito mais do que o limite de 18 anos para deixar a instituição – especialmente no caso de órfãs mantidas às expensas do governo – chama a atenção um outro critério, qual seja, a questão de que “se chegada nessa idade e ainda faltando-lhe o casamento” as jovens deveriam sair para dar lugar a outras menores. Ora, nesse caso, as núpcias poderiam ser contraídas aos 17, 16, 15 ou mesmo aos 14 anos, deixando o documento transparecer que era isso mesmo o esperado, pois era nesse intervalo que uma mulher deveria se casar, assumindo definitivamente um outro papel. Por outro lado, difícil era a situação das demais ou para

---

1841).

**780** - Conforme Fábio Pestana Ramos, no século XVI, em Portugal, as meninas de 15 anos eram consideradas aptas para se casarem; as que estavam na faixa dos 12 aos 16, já estavam em idade considerada casadoura pela Igreja Católica e eram caçadas e cobiçadas. **Ramos**, Fábio Pestana; *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*; In: Del Priore (2006), p. 48.

**781** - Idem, Relatório de 20/04/1841. Desde 1836, pelo menos, preocupavam-se os Presidentes da Província com a grande quantidade de meninas no seminário em idade de se casarem. A esse respeito manifestou-se, por exemplo o Presidente José Cesário de Miranda Ribeiro (presidente entre 1835 e 1836), dizendo que “*algumas das órfãs ali existentes já estavam em condições de se casarem e outras ali continuavam sem haver necessidade...*”; já o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar (presidente entre 1840 e 1841) registrou que, no seminário, permaneciam “*30 alunas sustentadas pela província e 12 pensionistas. Existiam 16 alunas maiores de 14 anos e era necessário estabelecer medidas que assegurassem o futuro das que deviam sair para entrarem outras.*” Veja “Relatório dos Presidentes da Província” In: **Egas** (1925), op. cit. Vale ainda registrar que a proposta para empregar as meninas “mais velhas” em casas de família realmente foi concretizada através da Lei nº 337 de 16/03/1847 ao estipular em seu artigo 2º que “*O governo fará contratar com famílias os serviços das que não forem julgadas aptas para o magistério (...)*” - Leis da Província de S. Paulo – Anos de 1846 e 1847, p. 24.

aquelas que chegavam aos 18 anos sem pretendentes: elas dificilmente conseguiriam ver concretizados os planos previamente idealizados, seja por aquela instituição, seja pela própria sociedade, posto que o comum seria a realização do casamento em idades anteriores a esta, antecipadas, prematuras ou abreviadas, como de resto era toda a vida que, como vimos, possuía uma expectativa em torno dos 40 anos em média.<sup>782</sup>

Esta situação, aliás, não ficou restrita aos oitocentos, já que nas primeiras décadas do século XX ela também se fazia presente. Ecléa Bosi, por exemplo, recolheu diversos relatos nesse sentido, sendo as memórias de D. Alice uma das mais esclarecedoras:

*“Com dez anos comecei a trabalhar numa oficina de costura na rua Apa (...) com doze anos, comecei a trabalhar na oficina de costura na rua Duque de Caxias (...) conheci meu marido numa sociedade musical do Bom Retiro. Eu tinha treze anos, ele vinte e dois; foi meu primeiro namorado (...) eu já tinha 17 anos, podia ficar noiva (...) eu casei em abril, com dezoito anos.”<sup>783</sup>*

Nada de muito diferente ocorria com os meninos no que se refere a este rápido processo de amadurecimento e, permanecendo com Ecléa Bosi, podemos ler nas memórias do Sr. Amadeu: *“Fui muito feliz na infância, porque, já aos nove anos, tinha muito juízo e fazia aquilo que achava certo. (...) Comecei a trabalhar com nove anos numa oficina de gravura (...) quando entrei na fábrica ganhava 500 réis por dia, então era menino...”*, reconheceu ele muito tempo depois.<sup>784</sup> Ou nas memórias do Sr. Ariosto, que nasceu em 1900: *“Comecei a trabalhar com doze anos num armazém de secos e molhados na Av. Brigadeiro Luís Antonio.”<sup>785</sup>* Ou, ainda, nas lembranças do Sr. Antonio, nascido em 1904: *“Na época [1918] eu tinha quatorze anos, era aprendiz de ourives, no centro da cidade. Comecei a trabalhar com dez anos.”<sup>786</sup>*

O precoce amadurecimento dos jovens era visto com naturalidade, assim deveria ser e questionamentos a esse respeito somente seriam anotados com mais frequência a partir das primeiras décadas do século XX. Antes disso, ou antes que a vida fosse prolongada em mais alguns anos, tal comportamento obedecia as necessidades de uma época, onde o risco de falecimento em tenra idade era uma constante. Já tivemos a oportunidade de quantificar e demonstrar, páginas atrás, os altíssimos números da mortalidade infantil e ressaltamos que a esmagadora maioria falecia antes dos 5 ou 6 anos; os que permaneciam vivos aos 7 anos

---

<sup>782</sup> - Sob esse aspecto, bastante esclarecedoras foram as palavras do 8º presidente da Província, Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto que governou de agosto de 1836 a março de 1838; em seu relatório ele escreveu que no *“colégio de meninas se vão juntando moças que já passaram da idade da puberdade [e é] por isso que nem a todas se oferecem casamentos (...)”*, ou seja, ao chegar a puberdade estavam as meninas em condições de se casar. Veja Egas op. cit., p. 64.

<sup>783</sup> - **Bosi**, Ecléa; *Memória e sociedade: lembranças de velhos*; S.P.: T. A. Queiroz/Edusp, 1987, “Lembranças de D. Alice”, especialmente p. 57, 59 e 61.

<sup>784</sup> - Idem ibidem, “Lembranças do Sr. Amadeu”, especialmente p. 80 e 84

<sup>785</sup> - Idem, “Lembranças do Sr. Ariosto”, p. 110.

<sup>786</sup> - Idem, “Lembranças do Sr. Antonio”, p. 177.

poderiam ser considerados grandes vencedores. E isso não ocorria apenas dentre os mais pobres, lembrando-nos Ana Maria Mauad da apreensão e dos temores que também cercavam as mães da elite: *“Desde o momento em que uma mulher se descobre grávida e até os sete anos, quando se considera que a criança superou as crises das diferentes doenças, ditas da infância, tudo é incerteza e expectativa.”*<sup>787</sup>

Na origem desse comportamento – o de se antecipar as etapas da vida – estava subjacente a experiência de séculos com respeito à fragilidade da existência humana e, daí, a necessidade de se viver mais rapidamente as etapas que, no nosso mundo contemporâneo, foram possíveis de serem expandidas. Na São Paulo e no Brasil dos séculos XVIII e XIX, ao contrário, a vida era muito breve, o que obrigava os indivíduos que sobreviviam a deixar rapidamente a infância para ingressar o quanto antes no mundo dos adultos. E aqui, vale lembrar, não importava a classe social, posto isso ocorria tanto entre os mais pobres quanto nas camadas médias e mais privilegiadas da população. Uma forte referência para este último caso pode ser verificado, por exemplo, dentre os rapazes da elite que se matriculavam na Faculdade de Direito de São Paulo: *“Os estudantes que vinham eram meninos com 15 anos, idade mínima prevista pela Lei de 11 de agosto de 1827, para iniciar o curso de Direito. Muitos deles chegavam a São Paulo mesmo antes desta idade para freqüentar o curso preparatório, então chamado de Curso Anexo e depois prestar os exames para o ingresso efetivo na Academia”*.<sup>788</sup>

Mas, não restam dúvidas de que foi mesmo entre os mais pobres que a abreviada infância trouxe maiores riscos, estas percebidas mais tarde como tragédia. Seja na Europa a partir de finais do século XVIII, ou na São Paulo das últimas décadas dos oitocentos e princípios dos novecentos, a larga utilização dessa mão de obra na indústria foi constante.

Para as classes mais oprimidas, onde o risco de morte era mais presente, não restava outra alternativa para a sobrevivência senão apressar a entrada de seus filhos no mundo da fábrica. Este era *“um recurso do qual a classe trabalhadora dificilmente poderia abrir mão”*.<sup>789</sup> E foi nesse contexto, onde conjugavam-se uma baixa expectativa de vida mais a necessidade de sobrevivência que possível se tornou a exploração da força de trabalho desses jovens pelos empresários da nascente indústria paulista de finais do século XIX e início do XX.

Em 1890, por exemplo, cerca de 15% dos trabalhadores nas fábricas da cidade estavam na faixa dos 12 (ou até menos) aos 18 anos, número este que chegava a 25% no caso das tecelagens. Em todo o Estado, no ano de 1919, 37% dos trabalhadores têxteis eram *menores*;

---

787 - **Mauad**, Ana Maria; *A vida das crianças de elite durante o império*, In: Del Priore (2006), p. 156.

788 - **Martins**, Ana Luiza e **Barbuy**, Heloisa; *Arcadas – Largo de São Francisco – História da Faculdade de Direito da USP*; S.P.: Melhoramentos/Alternativa, 1999, p. 31

789 - **Moura**, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*; In: Del Priore (2006) p. 273.

porcentagem esta que subia para 40% na Capital.<sup>790</sup>

A legislação, por sua vez, referendava tal situação. O Decreto Estadual nº 233 de 02/03/1894, por exemplo, ao mesmo tempo em que estipulava que “as crianças menores de 12 anos não deveriam ser admitidas aos trabalhos comuns das fábricas e oficinas”, abria a possibilidade para que “as autoridades competentes determinassem certa ordem de trabalho acessível às crianças de 10 a 12 anos”.<sup>791</sup> De fato, este passou a ser o limite mínimo de idade para a contratação nas indústrias, ou seja, 10 anos de idade.<sup>792</sup>

Ao contrário do que ocorria com os mais afortunados, cujos filhos deixavam a infância para ingressarem nas faculdades, em função da pobreza as crianças das classes operárias estavam já nas fábricas cumprindo jornadas de 12 horas ou mais, incluindo aqui o trabalho noturno. Frente a esta situação – que se tornaria uma das maiores bandeiras do movimento operário nas primeiras décadas do século XX – acidentes ocorriam e, não raro, acabavam por vitimar mortalmente inúmeros jovens. Este foi o caso de Arnaldo Dias, 14 anos de idade, que faleceu na manhã do dia 19 de novembro de 1913. Arnaldo estava junto de seus companheiros, as 6 e meia da manhã, esperando pela abertura dos portões da fábrica de tecidos de juta, no Braz, onde trabalhava. Inadvertidamente, ele pousou a mão num cano e, para surpresa dos outros operários, caiu fulminado por uma corrente elétrica. Ele não sabia, mas durante a madrugada um fio de alta tensão havia se rompido, caindo sobre o telhado de zinco da fábrica que, por sua vez, se comunicava com o cano de esgoto:

*“Arnaldo Dias, aos 20 de novembro de 1913 = Sepultou-se no quadro 14 o cadáver de Arnaldo Dias, filho de Arthur Francisco Dias, natural desta Capital, com 14 annos de idade, falecido hontem as 6 horas e meia da manhã na casa nº 42 da rua Cesário Alvim, victima de choc electrico conforme o attestado do Dr. Paiva Lima (...) Cemitério do Braz 20-11-1913.”*<sup>793</sup>

E casos como os de Arnaldo juntavam-se às dezenas de outros operários, que ainda se adaptavam à recente novidade que foi a eletrificação da indústria paulista na primeira década do século XX. Nesse sentido, muitos acidentes ocorriam pela falta de experiência com a nova energia:

*“Giacomo de Biasi: aos 18 dias do mez de março de 1910 sepultou-se no quadro geral 17 dos adultos, sepultura nº 127, o cadáver de Giacomo de Biasi, italiano, de cor branca, com 23 anos de idade, solteiro, faleceu hontem as 6 horas da manhã na rua Fernandes Silva, **Fábrica Matarazzo**, victima de choque*

---

<sup>790</sup> - Moura, op. cit., p. 262 e 266.

<sup>791</sup> - Decreto Estadual nº 233 de 02/03/1894, Art. 180.

<sup>792</sup> - Posteriormente, e no âmbito do Estado, esta disposição foi mantida uma vez que o Decreto nº 2.141 de 14/11/1911 estipulava que “Não serão admitidos como operários os menores de 10 anos, podendo os de 10 a 12 anos executar serviços leves” (Art. 173); já em 1918, através do Decreto 2.918 de 09/04, estabeleceu-se que a idade limite seria de 12 anos: “Nas fábricas, oficinas e quaisquer outros estabelecimentos industriais, bem como nas construções, é proibido o trabalho às pessoas menores de 12 anos.” (Art. 210).

<sup>793</sup> - Cemitério do Braz, Livros de Inumações, Vol. 49, fls. 38. Este caso foi recolhido por Moura (2006, p. 259) e, mediante a referência, localizamos o registro de falecimento de Arnaldo Dias nos livros do cemitério do Braz.

elétrico.”<sup>794</sup> (meu destaque)

Apesar de contarmos com estudos bastante relevantes nessa área<sup>795</sup>, a questão dos menores trabalhadores merece ser analisada sob este ponto que estamos detalhando, pois caso contrário não conseguiremos entender de todo o fato de muitas crianças deixarem rapidamente a infância para ingressarem no mundo do trabalho. Assim, ao incluirmos aqui este dado sobre os conceitos que então vigoravam a respeito das *idades da vida*, possível se torna analisar um aspecto de suma importância, qual seja, a respeito das condições que tornaram possíveis esta larga exploração da mão de obra infantil por parte dos industriais entre finais do século XVIII e início do XX.



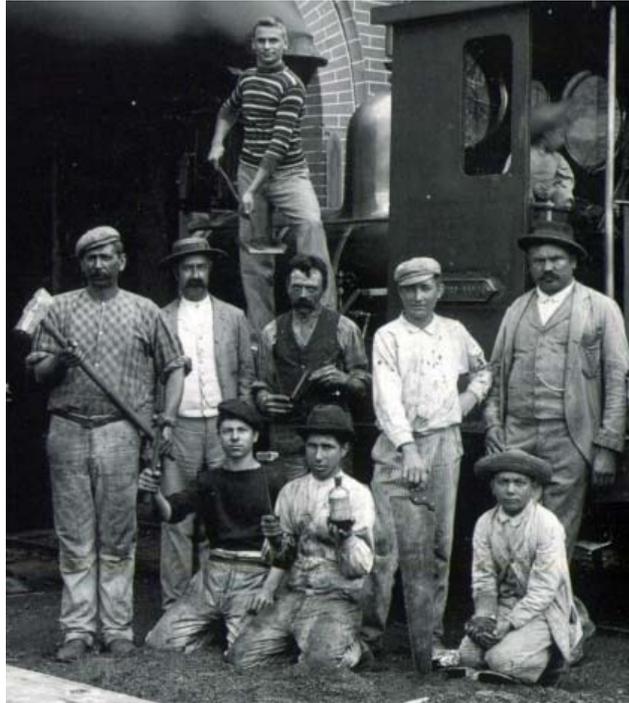
Fig. 46: Trabalhadores da mina de cal “Olhos d’Água”, em Caieiras (SP), 1898



794 - Cemitério do Braz, Livros de Inumações, Vol. 43, p. 197.

795 - Veja, por exemplo, **Dean**, Warren; *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*, S.P.: Edusp, 1971; **Fausto**, Boris; *Trabalho urbano e conflito Social (1890-1920)*; S.P.: Difel, 1976; **Moura**, Esmeralda Blanco B. de; *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*; Petrópolis: Vozes, 1982 e **Pinto**, Maria Inez Machado Borges; *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*; S.P.: Edusp, 1994.

**Fig. 47:** Oficina de Francisco Soler, de dourados e relevos, 1920



**Fig. 48:** Indústrias de papéis Melhoramentos, equipe de manutenção das locomotivas, c. 1920  
Interessante composição fotográfica onde cada operário posa com seu instrumento de trabalho.



**Fig. 49:** Trabalhadores na indústria de papéis Melhoramentos



**Fig. 50:** Pastifício de Stefani de L. Stefani & C, 1920

E de tal maneira os conceitos eram outros que inúmeros são os vestígios deixados pelos nossos antepassados sobre essa questão. Um deles, por sinal, data de 1792, época em que o então governador da Capitania de São Paulo, o general Bernardo José de Lorena, remeteu aos capitães mores das vilas do interior uma ordem com o seguinte teor:

“O Ilmo. e Exmo. Sr. General ordena a v. mce. que em recebendo esta, mande prontificar em seu Distrito dez rapazes que tenham até dezesseis anos de idade, e dos mais suficientes, para lhes sentar praça de soldado nas tropas desta cidade, para onde v. mce. os remeterá com toda a brevidade.”<sup>796</sup> (meus destaques)

Apesar do documento não explicitar a idade mínima a partir da qual os rapazes poderiam ser engajados, sabemos que muitos deles eram recrutados entre os 12 e 14 anos, como nos informa uma ordem de outro governador, esta datada de 1610, e que foi lida no plenário na Câmara Municipal paulistana:

“... e também ordenaram com ordem do sr. governador que todos os moradores dessem por rol toda a gente de guerra que em suas casas tivesse a saber filhos de quatorze anos arriba...”<sup>797</sup> (meu destaque)

Mais esclarecedoras ainda são as listas das “Companhias de Ordenanças” da cidade, elaborada em 1772, e que apontam, dentre outros, os seguintes rapazes engajados:

Manoel:	<b>12 anos</b> , filho de Anna Maria Salles, residente na Rua das Flores.
Francisco Alves Filho	<b>12 anos</b> , pardo, sobrinho de Rosa Angélica.
Manoel da Fonseca:	13 anos, residente da Rua Direita.
José de Toledo:	13 anos, residente na Rua da Quitanda.
Joaquim:	13 anos, residente na Rua de São Bento, caminho da Luz.
José:	13 anos, residente na Rua de São Bento, caminho da Luz.
José:	13 anos, residente na Rua de São Bento, caminho da Luz.
Manoel Monteiro:	13 anos, residente na Rua do Rosário.
Manoel Alves:	14 anos, residente na Rua da Quitanda.
José Ribeiro:	14 anos, residente na Rua da Quitanda.
João da Cruz:	15 anos, residente da Rua Direita. <sup>798</sup> (meus destaques)

---

<sup>796</sup> - General Bernardo José de Lorena – Ofícios aos diversos funcionários da capitania: 1788-1795; Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XVI, p. 189. Aqui transcrevemos o ofício dirigido ao Capitão Mor de Jundiá, Antonio Jorge de Godoy, aos 07/12/1792.

<sup>797</sup> - A. C., sessão do dia 20/02/1610, p. 261.

<sup>798</sup> - “Recenseamentos das Ordenanças da Cidade de São Paulo e seu município”, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XXIV, 1938, p. 505 a 526. A respeito das antigas Companhias de Ordenanças e sua atuação em São Paulo veja: **Leonzo**, Nanci; *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo – das origens ao*

O recrutamento desses meninos entre os 12 ou 13 anos, antes de serem considerados como casos excepcionais permaneceu, pelo contrário, como regra durante os séculos XVII e XVIII.<sup>799</sup> Já no século XIX, esta ocorrência pode ser comprovada por ocasião dos recrutamentos levados a efeito durante a Guerra do Paraguai. Entre as crianças que participaram do conflito, a serviço da Marinha, estavam meninos de 9 a 12 anos.<sup>800</sup>

Como visto, desde o século XVII, pelo menos, estavam esses meninos-homens engajados e em condições de se apresentarem nas lutas mais encarniçadas. Este foi o caso de José Moreira, com 14 anos em 1642, e já na condição de soldado. Ele era órfão de Pedro Moreira e, por isso, estava sob a custódia de um tutor, o seu tio João Moreira. Naquele mesmo ano, o Juiz de Órfãos de São Paulo, ao questionar o tio sobre o paradeiro do sobrinho, recebeu como resposta que “... o dito órfão José estava na cidade da Bahia, em serviço de Sua Majestade, para onde fora em socorro por soldado, em companhia do capitão Antonio Raposo Tavares.”<sup>801</sup> Nada mais foi dito ou perguntado pelo Juiz, o que demonstra a naturalidade com que o caso foi encarado. Mas, tendo em vista a data (1642), a cidade onde o rapaz se encontrava, bem como a menção ao nome de Raposo Tavares, tudo leva a crer que o jovem José Moreira fora engrossar as fileiras das tropas que lutavam contra os holandeses no Nordeste brasileiro.

De acordo com as conclusões de Belmonte, que estudou esse mesmo tema em uma de suas obras, “aos quatorze anos de idade, o paulista do seiscentismo já se não considerava um menino” e participava ativamente de diversas empreitadas, seja nas tropas como soldados, seja como integrante de expedições, embrenhando-se pelo sertão em busca de riquezas.<sup>802</sup>

Já como sertanista em 1670 encontramos, por exemplo, o menino Antonio Pires de Campos na companhia de seu pai, Manuel de Campos Bicudo, internado numa Bandeira pelo norte de Mato Grosso. Marchando para leste, esta mesma Bandeira acabou por encontrar a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o velho Anhanguera, que por sinal estava acompanhado do filho, o jovem Bartolomeu (o 2º Anhanguera), então com 14 anos.<sup>803</sup> Tendo

---

*governo do Morgado de Matheus*; In: Coleção Museu Paulista, série de História, vol. 6, 1977, p. 123 a 239.

**799** - Não apenas na capital, mas sobretudo no interior da antiga Capitania paulista, o engajamento de menores a partir dos 12 ou 13 anos acabou por gerar um problema bastante sério para as famílias camponesas. Os pequenos sitiantes, por exemplo, necessitavam da mão de obra desses meninos-homens para a sobrevivência do grupo. Não por outro motivo, quando da elaboração das Listagens anuais de População nas vilas, freguesias e bairros rurais (documentos estes hoje sob a custódia do Arquivo do Estado), muitos pais ou omitiam os filhos naquela idade, ou imputavam-lhe deficiências para que estes não fossem chamados às milícias. Na região de Jundiaí, Bragança e Atibaia, inúmeros foram os meninos apontados como “mudos” ou “incapazes”. Veja coleção “Maços de População” das Vilas de Atibaia, Bragança e Jundiaí, 1795 a 1836, Arquivo do Estado de São Paulo.

**800** - **Venâncio**, Renato Pinto; *Os aprendizes da guerra*, In: Del Priore (2206), ver especialmente p. 208.

**801** - Inventários e Testamentos, Arquivo do Estado de S. Paulo, Vol.XI, 1921, Inventário de Pedro Alves Moreira, p. 355.

**802** - **Belmonte** ou **Barreto**, Benedito carneiro Bastos; *No tempo dos bandeirantes*; S.P.: Melhoramentos, 1948, ver especialmente o capítulo “Meninos-Homens”, p. 189 a 195.

**803** - Idem ibidem, p. 188.

como base os inventários dos séculos XVII e XVIII, constata-se que esta era a regra, ou seja, a intensa participação de rapazes com pouca idade, mas já considerados homens feitos, nessas expedições ao sertão. Esse foi o caso de Francisco Dias da Silva, filho de Bento Pires Ribeiro e de Sebastiana Leite da Silva. Sua mãe, falecida em 1670, era irmã do afamado bandeirante Fernão Dias que, por isso, tomou a função de curador do menino Francisco. No dia 4 de julho de 1673, ao ser questionado pelo Juiz de Órfãos sobre o destino de Francisco, então com 16 anos, Fernão Dias não titubeou e declarou “*que o órfão Francisco Dias da Silva o levará elle dito Curador ao descobrimento da prata em serviço de Sua Alteza, por ter idade e ser capaz para isso.*”<sup>804</sup>

Uma outra referência a respeito das fases da existência humana - e de suas classificações - nos chega através dos antigos censos realizados na então Capitania de São Paulo. Chamados de *Listas de Habitantes*, essa documentação começou a ser produzida no ano de 1765 por ordem do governador e capitão-geral D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão. A contagem da população atingia os mais remotos rincões, desde as Vilas estabelecidas, Freguesias, Capelas, Bairros Rurais e sítios mais afastados. Documento inicialmente de cunho militar, hoje eles recebem a denominação de *Maços de População*, encontrando-se sob a custódia do Arquivo do Estado de São Paulo. No quesito que estamos analisando, o que mais nos interessa nessa fonte não é a contagem em si, mas o resumo (ou quadro geral) que deveria acompanhar cada listagem. Era o que se chamava de *mapa geral resumido* de cada uma das companhias de ordenanças, prática que se tornou obrigatória a partir da Ordem Régia de 25 de maio de 1768. Nos resumos, a população deveria ser dividida em 10 classes assim dispostas:<sup>805</sup>

Classes:	Total
1ª - crianças do sexo masculino até 7 anos completos	.....
2ª - meninos de 7 a 15 anos	.....
3ª - homens de 15 a 60 anos	.....
4ª - homens de 60 a 90 anos e mais	.....
5ª - crianças do sexo feminino até 7 anos completos	.....
6ª - moças de 7 a 14 anos	.....
7ª - mulheres de 14 a 40 anos	.....
8ª - mulheres de 40 a 90 anos ou mais	.....
9ª - os que nasceram no ano, ambos os sexos	.....
10ª - os que morreram no ano, ambos os sexos	.....

---

804 - Inventários e Testamentos, Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. XVII, 1921, Inventário de Sebastiana Leite da Silva, p. 290, 317 e 318. Este caso de Francisco Dias da Silva também foi citado por Belmonte, porém, equivocou-se o autor ao dizer que o rapaz tinha 14 anos na época do fato narrado. Na verdade, Francisco tinha tal idade quando da abertura do inventário de sua mãe em novembro de 1670. Em 1673, ocasião em que Fernão Dias fez esta declaração, seu sobrinho Francisco estava com 16 anos.

Chama a nossa atenção a classificação dos meninos enquanto homens (adultos, portanto) já a partir dos 15 anos e para as mulheres a partir dos 14. Outro dado a ser considerado é a diferente divisão etária entre homens e mulheres na terceira etapa da vida: para os homens esta iria dos 15 aos 60 anos, mas para as mulheres, esta chegaria apenas até os 40. Implícito aqui está o fato de que elas viviam menos que os homens, como já demonstrado anteriormente.

A partir das informações até aqui expostas, seja em relação às meninas quanto aos meninos, teríamos já condições de arriscar a elaboração de um quadro que nos informasse a respeito das “idades da vida”, especialmente no que toca à infância, juventude e idade adulta. Com pequenas diferenças, as fases parecem coincidir tanto para as mulheres quanto para os homens. Entretanto, torna-se necessário um refinamento desses dados e, uma das maneiras para levar a termo esta tarefa, seria a de confrontar os elementos até aqui apontados com as legislações civil e eclesiástica.

No Brasil Colônia, e mesmo no Império, a base do direito poderia ser encontrada nas Ordenações Filipinas, conjunto de normas que estava em vigor, por exemplo, em 1808, quando do desembarque da família real no Rio de Janeiro, sendo que alguns de seus conjuntos (códigos) permaneceram vigentes até a República. Ali, um primeiro dado revelador da concepção legal que se tinha a respeito das idades da vida estava consignado no Título LXXXI, que tratava especificamente *“Das pessoas a que não é permitido fazer testamento.”* Documento de suma importância no que tange aos ritos fúnebres e tido como uma das principais garantias para a “entrada da alma no céu”, mesmo assim estavam proibidos de testar, conforme a regulamentação, *“o varão menor de quatorze anos e a fêmea menor de doze.”*<sup>806</sup> A delimitação entre os grupos etários está aqui colocada de maneira bastante clara ou, em outras palavras, a legislação nos oferece um forte indício de que a idade adulta – época em que se poderia exercer direitos e sofrer sanções – começaria após os 14 anos para os rapazes e, para as meninas, após os 12.

Entretanto, e sob o aspecto legal, a maioria dos indivíduos apresentava várias outras nuances, o que dava margem a diferentes entendimentos e proporcionava algumas negociações. Nos códigos analisados, por exemplo, chama a atenção o caráter fluido das regras estabelecidas, posto que muitos dos seus artigos dependiam de análises subjetivas. Cada caso era um caso, poderíamos dizer. No interior da legislação civil, portanto, diversas eram as possibilidades de entendimento para este tema, o que dava margem a diferentes julgamentos a respeito da maioria ou da fase adulta de um indivíduo.

---

805 - Conforme modelo coligido por **Marcílio** (1974), p. 90.

De toda a forma, e apesar de seu caráter fugidio, os códigos civis e criminais nos oferecem informações valiosas, até mesmo no sentido de esclarecer que a percepção a respeito da maturidade de uma pessoa decorria em grande parte de seu discernimento, ou da astúcia e inteligência do jovem que, em agindo com perspicácia e sagacidade, já poderia ser considerado como adulto. Nesses casos, a idade cronológica ou biológica do sujeito era menos importante do que o critério intelectual, este sempre dependente de avaliação por terceiros. “Ser capaz”, ou adulto no século XIX, dependia, portanto, de outros juízos e valores que não poderiam ser mensurados apenas de forma cronológica.

Começemos pela análise da maioridade à luz dos códigos criminais. Apesar de estabelecida em lei que a plena maioridade civil era uma prerrogativa conferida apenas para aqueles que completassem 21 anos de idade<sup>807</sup>, o código criminal de 1830 estabelecia que a inimputabilidade seria conferida apenas para os menores de 14 anos ou, em outras palavras, os jovens a partir desta idade já poderiam ser considerados responsáveis por delitos cometidos e, portanto, passíveis de serem incriminados. Nesse sentido, dispunha o código de 1830:

“Art. 10º. Também não se julgarão criminosos:

1. Os menores de 14 anos (...)

Art.13º - Se se provar que os menores de 14 anos que tiverem cometido crimes obram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção pelo tempo que ao Juiz parecer contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 anos.”<sup>808</sup> (meu destaque)

Além de responsabilizar criminalmente pessoas a partir dos 14 anos, havia ainda a possibilidade de julgamento dos que se encontravam abaixo dessa faixa etária – entre os 7 e 13 anos – desde de que se julgasse que o menor praticara o delito com *discernimento*, ou seja, estando ciente do que fazia, ou com plena capacidade intelectual para entender a ação que praticara. Esta determinação permaneceu vigente durante um longo período e mesmo na República, com a edição do “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”, foi alterada apenas a parte relativa aos menores de 14 anos, posto que agora poderiam ser julgados apenas os maiores de 9 anos e não mais a partir dos 7:

“Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º. Os menores de 9 anos completos;

§ 2º. Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento; (...)

Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz

---

806 - Ordenações Filipinas: Livro IV, Título LXXXI; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 908.

807 - Esta disposição, que se apresentava desde as Ordenações Filipinas, permaneceu vigente durante muito tempo no Brasil, e somente recentemente (em 2002) é que ela foi reformulada através da Lei nº 10.206 de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro), que diminuiu a idade de 21 para 18 anos.

808 - Código Criminal do Império: 1830; In: Collecção das Leis do Império do Brasil desde a Independência 1830 e 1831; Vol. III, 2ª edição, Ouro Preto: Tipografia De Silva, 1875, p. 173 e seguintes.

parecer, com tanto que o recolhimento não exceda à idade de 17 anos.”<sup>809</sup>

Nesse quesito, a idade de 14 anos continuaria ainda por décadas como um marco na legislação brasileira, adentrando mesmo no século XX, e sofrendo uma alteração apenas em 1940, quando então foi fixado o limite de 18 anos para a inimputabilidade penal.<sup>810</sup> Por essa época, vale lembrar, a expectativa de vida já se estendera em mais 10 anos, ou para cerca de 50,37 anos, como foi anotado na cidade de São Paulo, contra a média de 40 calculada para meados do século XIX. Em assim o sendo podemos concluir que, através dessa alteração, a legislação penal incorporava todo um contexto onde estavam presentes as modificações advindas com o aumento da expectativa de vida. Esta, por sua vez, acarretou numa profunda alteração das fases ou das “idades da vida”, posto que a infância poderia ser agora estendida em mais alguns anos e, por consequência, ocorreu uma requalificação da adolescência sob um novo estatuto. Nesse caminho, também a fase adulta (esta considerada sob o ponto de vista da responsabilidade penal) agora seria medida sob critérios puramente biológicos, e não mais subjetivos como antes quando se levava em conta o “discernimento”, sendo possível alocá-la para mais adiante, tendo como limite não mais os 14, mas sim a idade de 18 anos.

De qualquer forma, mesmo no interior da antiga legislação estabeleceu-se uma certa contradição. De um lado, a parte civil fixava a maioria a partir dos 21 anos e, de outro, os códigos criminais avaliavam como responsáveis os maiores de 14 anos e, dependendo da época, chegou-se mesmo a criminalizar os menores entre 7 e 9 anos.<sup>811</sup> O limite de 21 anos era, portanto, algo bastante tênue e não apenas se comparado com o código criminal, posto que desde as Ordenações Filipinas, por exemplo, estava colocada a possibilidade dos indivíduos emanciparem-se antes da idade prevista, e isso seja mediante uma concessão feita pelos pais ou, num ponto que já tocamos ao analisar a situação das meninas do Seminário da Glória, diante do casamento. Nada era tão rígido, principalmente se levarmos em consideração que, para muitos casos, a idade biológica importava menos do que o desenvolvimento intelectual, este medido pelo *discernimento*, algo bastante subjetivo como podemos observar, ou através de outro critério que, em parte, se fazia representar na lei: a aparência. Este era medido a partir do desenvolvimento físico dos jovens; o corpo graúdo à semelhança dos adultos era

---

**809** - Decreto nº 847 de 11/10/1890. Esta idade foi também o marco utilizado quando da criação, em 1902, do Instituto Disciplinar de São Paulo (Lei estadual nº 844 de 10/10/1902). Ali deveriam ser recolhidos menores a partir dos 9 anos de vida. A esse respeito veja **Santos**, Marco Antonio Cabral dos; *Criança e criminalidade do início do século*; In: **Del Priore** (2006), p. 210 e seguintes.

**810** - A Lei federal nº 4.242 de 05/01/1921 (Art. 30, § 16), o Decreto nº 22.213 de 14/12/1922 e o Decreto a Lei nº 17.943-A de 12/10/1927 (o chamado “Código de Menores” ou “Código Mello Mattos”) mantiveram o critério de 14 anos. Nesse sentido, o estabelecimento da idade de 18 anos como marco para a inimputabilidade somente viria com o Código Penal de 1940 (Decreto-Lei nº 2.848 de 07/12/1940) que, em seu Artigo nº 23, estabeleceu: “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.”

**811** - A esse respeito veja **Torres-Londoño**, Fernando; *A origem do conceito de menor*, In **Del Priore**, Mary (org.) *História da criança no Brasil*, S.P.: Contexto (1991), que explica: “Assim, a pessoa ficava submetida ao pátrio poder até os 21 anos, enquanto sua responsabilidade penal podia começar aos 7 ou 9 anos, dependendo do juiz. Na prática, (...) essas idades passavam a marcar a entrada na vida adulta.” (p. 131).

uma forte indicação de que o processo de amadurecimento já chegara, não importando muito a idade cronológica.<sup>812</sup>

Em parte, como dissemos, este último critério se fazia representar nas leis vigentes e aqui, especificamente, classificava pela diferença a maturidade de homens e mulheres mediante as características físicas notadas numa fase que vai dos 12 aos 14 anos. Nesse caso, as modificações verificadas no corpo de meninos e meninas serviam para distinguir a idade adulta de uns e de outros, numa classificação puramente biológica. Desde sempre percebeu-se que, em relação aos homens, as mulheres chegam antes à puberdade, acarretando transformações evidentes no seu corpo. A diferença de tempo é pequena, geralmente cerca de dois anos, mas suficiente para ficar consignado na legislação, como citamos parágrafos atrás, que as meninas poderiam testar a partir dos 12 anos, ao contrário dos rapazes que somente poderiam fazê-lo após os 14. Sob esse aspecto, vale lembrar que a mulher sempre foi considerada apta para se casar antes que o homem; no Código Civil de 1916, por exemplo, a idade núbil para a mulher era de 16 anos, e para os homens ela foi fixada aos 18; mas podendo sempre, é claro, ser antecipada mediante o consentimento dos pais.<sup>813</sup>

Em linhas gerais, a legislação brasileira vigente no século XIX consegue demonstrar que, ao lado da idade cronológica, uma criança era definida através de critérios subjetivos como a capacidade para *obrar com discernimento* ou, como qualificava a Igreja, esta era a idade da *inocência*, definição esta reveladora de um ideal concebido para os menores.

E o inocente seria aquele desprovido de pecado, sem malícia, ainda ingênuo e que, tanto na vida quanto na morte, poderia também receber o nome de *anjo*.<sup>814</sup> Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, e em referência à administração da extrema-unção, a posição era de que “*Todos os fiéis Christãos, que tiverem discrição, e malícia para peccar, são capazes deste Sacramento*”, mas havia um senão, posto de “*Não se há de administrar este Sacramento aos meninos, que não tem uso da razão.*”<sup>815</sup> Ou seja, os *inocentes* ou as crianças até uma determinada idade, não necessitariam deste Sacramento, posto que não estariam ainda no uso da razão e, portanto, sem condições de pecar.

Conforme registravam os antigos dicionários, a idade da infância, ou aquela fase de inocência, terminaria entre os 5 e 7 anos. Vejamos alguns verbetes:

*Menino [e] criança:* (...) diz-se da idade do homem até os 7 annos.<sup>816</sup>

---

<sup>812</sup> - A determinação da idade baseada apenas na aparência se applicava especialmente aos escravos, posto que não havia meios seguros para se determinar com precisão a data de nascimento dos cativos. A esse respeito veja uma esclarecedora análise de **Scarano, Julita**; *Criança esquecida das Minas Gerais*; In: **Del Priore** (2006) p. 113.

<sup>813</sup> - Código Civil de 1916, Lei nº 3.071 de 01/01/1916, Art. 183, § XII.

<sup>814</sup> - A respeito dessa classificação trataremos com mais vagar no capítulo 5 a seguir.

<sup>815</sup> - **Vide**, D. Sebastião Monteiro da; *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, S.P.: Typographia 2 de Dezembro, 1853, Título XLVII, § 196, p. 82.

<sup>816</sup> - **Silva**, Antonio de Moraes; *Diccionario da Língua Portuguesa*; Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, Tomo I p. 495 e Tomo II p. 288.

*Anjinho*: (...) dá-se particularmente este nome aos meninos, ou vivos, ou mortos, por ser o seu estado o da innocencia.

*Anjo*: (...) Na linguagem vulgar, nome com se designa qualquer criança menor de cinco annos.<sup>817</sup>

A passagem deste para um outro estágio se daria a partir da “perda da inocência”, ao mesmo tempo em que se adquiria a capacidade para distinguir o bem do mal; ou quando o indivíduo já possuía a capacidade de “*obrar com discernimento*” conforme registravam os antigos códigos penais. Nesse sentido, acordavam as legislações civis e eclesiásticas: o fim da infância ocorreria aos 7 anos de idade.<sup>818</sup> Ainda sob esse aspecto, um outro rito – que podemos chamar “de passagem” – era a administração da Eucaristia, em que se estabelecia a idade de 12 anos para as meninas e 14 para os meninos.<sup>819</sup>

E chegamos, finalmente, à confirmação sobre a idade apropriada para o casamento, rito este que estabelecia a entrada dos indivíduos na idade adulta. Estabelecia, nesse sentido, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

“O varão para poder contrahir Matrimonio deve ter quatorze annos, e a fêmea doze annos também completos.”<sup>820</sup>

Alguns dos ritos presentes no catolicismo como a crisma e a primeira comunhão, por exemplo, deveriam ocorrer em idades próximas a estas, lembrando-nos Ana Maria Mauad de um problema que tocava especialmente às meninas: “*a primeira comunhão realizava-se geralmente entre os dez e 13 anos [mas] no caso das meninas, o mais cedo possível para se evitar a proximidade com o casamento(...).*”<sup>821</sup>

E foi geral no Brasil, explicou Gilberto Freyre, “*o costume das mulheres casarem cedo (...) aos doze, treze, quatorze annos. Com filha solteira de quinze annos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessas a Santo Antonio ou São João.*”<sup>822</sup> Costume bastante disseminado como já analisado no caso das meninas do Seminário das Educandas de São Paulo, as que ultrapassavam essa faixa etária sem contraírem matrimônio poderiam ser consideradas já velhas para o fazerem, mesmo que aos 18 anos: “*antes dos vinte annos, estava a moça solteirona*”,

---

817 - Idem ibidem, p. 127 e 429.

818 - Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a idade de 7 anos era um marco, o grande divisor etário que anunciava o fim da infância. Era a partir dessa idade, por exemplo, que os “desposórios futuros” (promessas de casamentos) poderiam ser feitos: “*Desposorios futuros são o mesmo que promessa de futuro matrimonio: para elles é necessário que tenham os promittentes assim homens, como mulheres sete annos completos de idade*” (Título LXIII, artigo 262); ou, ainda, seria nessa mesma idade que começavam os “anos da discrição” (do discernimento) devendo observar-se, a partir daí, o rito da confissão: “*Por preceito da Santa Igreja catholica todo o fiel Christão assim homem, como mulher, tanto que chegar aos annos da discrição, que regularmente são os sete annos, e antes delles, tanto que tiver malícia e capacidade para peccar, é obrigado, sob penna de peccado mortal, a se confessar inteiramente, ao menos uma vez cada anno a seu próprio Parocho.*” (Título XXXVI, parágrafo 142).

819 - Constituições Primeiras, op. cit., Título XXIV, parágrafo 86.

820 - Idem ibidem, Título LXIV, parágrafo 267.

821 - Mauad, Ana Maria; *A vida das crianças de elite durante o império*; In: Del Priore (2006) p. 166.

822 - Freyre, Gilberto; *Casa-Grande & Senzala*; S.P.: José Olympio, 1950, 2º volume, p. 582

completou Freyre.<sup>823</sup>

O casamento em tenra idade, ao mesmo tempo em que marcava a entrada para a vida adulta, determinava também o início de uma precoce decadência e, nesse aspecto, especialmente para as mulheres. Já tivemos a oportunidade de verificar que elas, no século XIX, viviam menos que os homens e isso em grande parte por conta dos traumas causados pelo suceder contínuo de gravidez e partos.

Até os doze ou treze anos, como observou o viajante Luccock, a mulher brasileira era bastante graciosa, “com olhos negros, vivos e curiosos, feições redondas e traços moderadamente belos.” Mas, completou ele, era justamente nessa época que se dava o casamento ...

“(...) época na qual costumam assumir os cuidados de um lar, ou melhor, apesar de evidente incapacidade, o caráter de matronas. O fato é que, aos dezoito anos, uma dama brasileira já atingiu sua plena maturidade. Poucos anos após já ela se torna corpulenta e mesmo pesadona, adquire uma sensível corcova e um andar desajeitado e vacilante. Começa a decair, perde o bom-humor das suas maneiras, assumindo em seu lugar uma carranca desagradável (...) as faces perdem seu viço e o rosado e, aos vinte e cinco anos, trinta no máximo, já se tornaram perfeitas velhas enrugadas.”<sup>824</sup>

Não obstante a confirmação de que as brasileiras amadureciam rapidamente e, também, de que o seu processo de envelhecimento era bastante acelerado, o fato é que nesta observação o viajante focava as damas da elite, e isso porque, em seguida, ele considerou esta “*velhice prematura*” como resultado de uma “*constituição enfraquecida e deteriorada pela inatividade*”, esta somente possível para as mulheres de classes mais privilegiadas. Mais ainda, disse ele, a decadência física ocorreria “*acima de tudo, pela idade precoce, vergonhosa e contra a natureza, com que se permite às mulheres que se casem.*”<sup>825</sup> Aos olhos do inglês talvez o caso fosse encarado como vergonhoso, revestindo-se até mesmo de um certo escândalo; mas, podemos desconfiar que situações parecidas ocorriam em certas regiões da Europa. Na França, por exemplo, Michelle Perrot anotou determinadas práticas que, num primeiro momento, poderiam ser vistas como distantes dos costumes brasileiros; ali os operários do século XIX casavam tardiamente: os homens com cerca de 28 anos e as mulheres com 26, e isto no período entre 1821 e 1825. Entretanto, completou a autora, era muito comum o fato dos casais viverem certo período em concubinato para, tempos depois, oficializarem a união: “*em Paris, os bairros operários são os que têm o maior índice de concubinação, este podendo chegar a 472 em mil habitantes e abrangendo mais da quarta parte dos casais.*” Apesar da autora não especificar a idade desses casais, tudo leva a crer que eles não estariam numa faixa muito diferente das que

---

823 - Idem ibidem.

824 - Luccock, John; *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, S.P.: Livraria Martins, 1951, p. 76.

825 - Idem ibidem, p. 77.

apontamos para o Brasil, até porque, em seguida, Perrot relata o caso de Ernestine, jovem operária que começou a trabalhar aos 12 anos; aos 16 ela já vivia com Eugène, de 22 anos, aos 17 ela estava grávida.<sup>826</sup>

Ainda no que se refere ao modelo europeu, Pierre Chaunu nos fala que, no século XVIII, as mulheres geralmente casavam-se numa faixa etária entre os 25 e 28 anos, uma idade considerada tardia. Entretanto, esta não era a regra para todo o continente, uma vez que a Europa oriental conservou, até cerca de 1930, uma idade média no casamento feminino entre os 18 e 19 anos.<sup>827</sup> Mais ainda, Chaunu notou – como Perrot na França – que em diversos cantões da Inglaterra, a maioria das jovens casavam grávidas. Era este um resquício, disse ele, de uma estrutura um pouco arcaica que contemplava um casamento em duas etapas: a oficialização era precedida por um longo noivado de conteúdo sexual preciso; “*os noivos têm relações sob o teto dos pais.*” Tal prática ocorria nos cantões da Europa setentrional, na Frísia e na Alemanha, completou.<sup>828</sup>

De fato, as uniões informais – ou concubinatos – obviamente não podem ser mensuradas devido à falta de registros formais. O contrário ocorre com os casamentos oficiais, inscritos que estão nos livros paroquiais. Eis aqui o alerta de Perrot e Chaunu.

Não obstante este problema, em São Paulo a questão se agrava por conta dos próprios registros de casamentos, já que não se costumava anotar a idade dos noivos nos assentos, e isso pelo menos até finais do século XIX. Não é preciso dizer que tal prática em muito dificulta o trabalho, já que o pesquisador deverá recorrer a outras fontes menos confiáveis, como os censos gerais, por exemplo. Maria Luiza Marcílio percebeu este grave problema e, com toda a razão, argumentou que não seria possível estudar “*a repartição dos casamentos em primeiras núpcias por idade*” entre 1750 e 1850 tendo em vista falta bases seguras.<sup>829</sup>

De qualquer forma, a partir da década de 1890, algumas paróquias já começavam a especificar as idades e, dentre elas, estavam as do Braz e a de Santa Ifigênia. Na paróquia da Sé, por sua vez, essa prática somente se tornaria corrente nos primeiros anos do século XX. Nesse sentido, foi possível verificar a idade dos nubentes para o bairro do Braz já a partir de meados de 1892 e, para Santa Ifigênia, desde 1894.

Veremos, inicialmente, um levantamento efetuado com base nos Livros de Registros de Casamentos da paróquia do Braz no período entre 01/08/1892 a 31/07/1893. Este intervalo se explica por conta das falhas encontradas em períodos anteriores. Nesse caso, e apesar da existência de vários registros onde não constam as idades dos nubentes, este foi o

---

<sup>826</sup> - Perrot, Michelle; *A juventude operária. Da oficina à fábrica.*; In: Levi, Giovanni e Schmitt, Jean-Claude (org.); *História dos Jovens*; S.P.: Cia. das Letras, 1996. p. 83 a 136. Ver especialmente p. 97, 126 e 127.

<sup>827</sup> - Chaunu, Pierre; *A história como ciência social*; R.J.: Zahar, 1976, p. 411 e 412.

<sup>828</sup> - Idem, ibidem, p. 425.

<sup>829</sup> - Marcílio (1974), ver especialmente p. 66, 67 e 74, bem como p. 163.

período onde foi possível contar com dados mais seguros. Neste intervalo foram realizados 176 casamentos e, para 106 deles, a idade dos nubentes aparece com clareza.<sup>830</sup>

<b>Idade</b>	<b>Mulheres (quantidade)</b>		<b>Homens (quantidade)</b>	
13	01			---
14	02	até 17 anos:	até 19 anos:	---
15	03	26 casos ou	52 casos ou	---
16	04	24,52%	49,05%	---
17	16			de 19 a 24 anos:
18	17			48 casos ou
19	09			45,28%
20	06			02
21	11	de 20 a 24 anos:		04
22	12	37 casos ou		08
23	05	34,90%		08
24	03			14
25	---			12
26	05	de 25 a 29 anos:		12
27	01	11 casos ou		05
28	03	10,37%		05
29	01			de 25 a 29 anos:
30	01			33 casos ou
31	---			08
32	---			04
33	01			04
34	---			06
35	---			04
36	01			01
37	---			01
38	01			01
39	---			01
40	03	acima de 30 anos:		01
41	---	06 casos ou		01
42	---	0,56%		01
43	---			01
44	---			01
45	---			01
46	---			01
47	---			01
48	---			01
49	---			01
50	---			01
56	---			01

Como pode ser observado, 13 anos foi a idade mínima encontrada para as mulheres, com um casamento anotado. Entretanto, ao somarmos as núpcias realizadas até os 17 anos, estes já se elevam a 26 casos, ou cerca de 24,52% do total, um número nada desprezível. Mais ainda, se tomarmos como base a idade de 19 anos, a quantidade de casamentos atinge a impressionante marca de 49,05% do total. Os casamentos em idades antecipadas eram,

---

830 - Livros de Registros de Casamentos, Paróquia do Braz 1890 a 1898, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

portanto, uma realidade na São Paulo de finais do século XIX, o que nos leva a crer que o mesmo ocorria década antes, talvez até com mais frequência, conforme os relatos de Luccock, bem como a argumentação e análises de Gilberto Freyre. Nesse sentido, bastante comum deveriam ser os casamentos de meninas como Albina Cortallotti, de 13 anos, ou Vicenta da Costa, de 14:

*“Aos 29 dias do mês de Outubro de 1892 na Matriz do Bom Jesus do Braz, em minha presença e das testemunhas (...) se recebeu em matrimônio Christofo Balestro e Albina Cortallotti; elle filho de Bartoldi Balestro e Theresa Bellabuoni, 24 annos, italiano; ella filha de Modesto Cortallotti e Carolina Bovolatta, de 13 annos, italiana, moradores ambos nesta Parochia.”*<sup>831</sup>

*“Aos 16 dias do mês de Outubro de 1892 na Matriz do Bom Jesus do Braz em minha presença e das testemunhas (...) se receberam em matrimônio José dos Santos e Vicenta da Costa; elle filho de João dos Santos e Margarida dos Santos, 24 annos, desta Parochia; ella filha de Manoel da Costa Júnior e Maria de Paula Oliveira, da Sé, 14 annos. Moradores ambos nesta Parochia.”*<sup>832</sup>

Seguindo o mesmo modelo aplicado para o Braz, vejamos agora dois quadros para a paróquia de Santa Ifigênia.<sup>833</sup> O primeiro deles engloba os casamentos realizados no ano de 1895. Para um total de 211 registros, 189 deles trazem a idade dos nubentes:

Idade	Mulheres (quantidade)		Homens (quantidade)	
14	02	até 17 anos:	---	
15	12	46 casos ou	---	
16	15	24,33%	até 19 anos	
17	17		93 casos ou	
18	23		49,20%	
19	24		06	de 19 a 24 anos:
20	14		05	86 casos ou
21	16	de 20 a 24 anos:	08	45,50%
22	12	57 casos ou	22	
23	11	30,15%	23	
24	04		22	
25	05		18	
26	05	de 25 a 29 anos:	11	de 25 a 29 anos:
27	06	29 casos ou	10	56 casos ou
28	08	15,34%	12	29,62%
29	05		05	
30	01		12	
31	01		04	
32	---		05	
33	03		06	
34	---		01	
35	01		---	
36	01		02	
37	---		03	
38	---		02	
39	---	acima de 30 anos:	---	acima de 30 anos:
40	01	10 casos ou	05	47 casos ou
41	---	5%	---	24,86%
42	---		01	
43	01		02	
44	01		01	

<sup>831</sup> - Livro de Registro de Casamentos da Paróquia do Braz, 1889-1898, fls. 70 verso.

<sup>832</sup> - Idem ibidem, fls. 69 verso.

<sup>833</sup> - Livro de Registro de Casamentos da Paróquia de Santa Ifigênia 1895 a 1899, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

45	---	---
46	---	01
47	---	---
48	---	---
49	---	---
50	---	01
56	---	01

Santa Ifigênia, casamentos realizados em 1897. Para um total de 192 registros, 183 deles trazem as idades dos nubentes:

Idade	Mulheres (quantidade)	Homens (quantidade)
14	02 até 17 anos:	---
15	06 37 casos ou	---
16	08 20,21%	---
17	21 até 19 anos	---
18	25 79 casos ou	---
19	17 43,16%	---
20	24	03 de 19 a 24 anos:
21	22 de 20 a 24 anos:	08 85 casos ou
22	15 74 casos ou	22 46,44%
23	06 40,43%	23
24	07	12
25	02	17
26	05 de 25 a 29 anos:	18
27	04 15 casos ou	07 de 25 a 29 anos:
28	03 8%	14 57 casos ou
29	01	10 31,14%
30	02	08
31	01	08
32	01	03
33	01	06
34	03	05
35	---	04
36	---	02
37	---	---
38	---	02
39	01	---
40	01 acima de 30 anos:	01
41	---	02 acima de 30 anos:
42	03 15 casos ou	---
43	---	---
44	---	---
45	---	01
46	---	---
47	---	02
48	---	---
49	---	---
50	01	---
51	---	---
52	01	---
53	---	03
57	---	01
		22,40%

Do mesmo modo como observamos no Braz, aqui também chama a atenção a alta porcentagem de mulheres que se casaram entre os 14 e 19 anos, 49,20% em 1895 e 43,16% em 1897. A título de ilustração, mas também para um ligeiro comentário, a seguir transcrevo dois registros de casamentos de noivas com 14 anos de idade:

*“Aos 8 de Novembro de 1894, nesta Matriz de N. S. da Conceição de Santa Iphigenia as três horas da tarde, proclamados e não constando impedimento algum, na presença do Rev<sup>mo</sup> pe. Coadjutor Dr. Guilherme Landell de Moura e das testemunhas abaixo indicadas, receberam-se em Matrimônio Justo Juiz de Guiné e Benedicta de Mello, elle de vinte e oito annos de idade, solteiro, natural do Rio Grande do Sul, filho legítimo de José Ferreira de Guiné e de Maria Isabel, **fallecidos**; ella de quatorze annos de idade, solteira, natural desta Capital, filha natural de Rosalina de Mello, fallecida, sendo ambos freguezes desta Parochia.”<sup>834</sup> (meu destaque)*

*“Aos 30 de Janeiro de 1897, nesta Matriz de N. S. da Conceição de Santa Iphigenia depois de proclamados e não constando impedimento algum, (...) receberam-se em Matrimônio Benedicto da Costa e Silva, de vinte e nove annos de idade e Paulina Rosa de quatorze annos de idade, elle filho legítimo de José Bonifácio da Silva e de Maria Thereza, **fallecidos**; ella filha legítima de Manoel José da Cruz e de Anna Joaquina de Moraes, freguezes desta Parochia.”<sup>835</sup> (meu destaque)*

Uma questão observada nesses dois registros – e que poderia até passar despercebida – é o fato dos pais dos noivos não sobreviverem ao casamento dos filhos. Este é o caso dos pais de Justo Juiz de Guiné, de 28 anos, e o de Benedito da Costa e Silva, de 29 anos. O fato se repete com inúmeros outros registros de casamentos de pessoas com mais de 25 anos. Ou seja, devido à baixa expectativa de vida, os filhos geralmente tornavam-se órfãos numa idade muito mais precoce. Aos 30 ou 40 anos de idade, pouquíssimos eram os indivíduos com pais ainda vivos. De qualquer forma, esta não era uma situação presente apenas em São Paulo, já que para a França dos séculos XVII e XVIII, como notou Chaunu, “em mais de 50% dos casos, os pais dos noivos já não estavam vivos no momento do casamento. Menos de ¼ casavam-se na presença da totalidade de seus quatro pais; o habitual era um ou dois, bastante raramente três, muito freqüentemente nenhum.”<sup>836</sup>

Conforme ainda os estudos desse autor, os casamentos precoces ou em idades antecipadas, vinculavam-se à existência de terras passíveis de exploração; o contrário redundava no atraso da idade do casamento, ou seja, numa região já bastante povoada por mais homens do que ela podia alimentar.<sup>837</sup> Esta é uma das linhas de análises que o autor explicita, porém, não a única. Mas, ela pode ser conjugada com as que realizamos e, mais ainda, pelo fato do Brasil – e de São Paulo, especificamente – possuir ainda no século XIX grandes porções de terras a serem ocupadas para o cultivo.

---

<sup>834</sup> - Livro de Registro de Casamentos da Paróquia de Santa Ifigênia, 1893-1895, fls. 109 verso e 110.

<sup>835</sup> - Idem ibidem, fls. 67.

<sup>836</sup> - Chaunu (1976), p. 430.

<sup>837</sup> - Idem, ibidem, p. 418 e 484

Examinando essa mesma questão em relação ao homem, Antonio Cândido expôs uma das características do caipira paulista: a intensa mobilidade que os levava sempre adiante na busca de terrenos propícios para ganharem sua sobrevivência.<sup>838</sup> Mais ainda, este autor identificou, nas décadas de 1940 e 1950, certos costumes familiares que permaneciam ainda como um verdadeiro “fóssil social”, conforme classificou Alzira Lobo de Arruda Campos.<sup>839</sup> Na área rural estudada, Cândido observou que a idade mais comum de casar era dos 15 aos 16 anos para as mulheres, sendo os limites extremos 13 a 20. Os homens casavam-se em média entre 18 e 22 anos; depois de 30, era mais difícil arranjar casamento<sup>840</sup>; ou seja, os mesmos padrões etários encontrados para a cidade de São Paulo de finais do século XIX.

Avaliamos, portanto, que aqui estão conjugados dois aspectos: por um lado temos a antecipação das etapas da vida tendo em vista a contração da mesma face à mortalidade e, por outro, conforme as análises de Chaunu para a Europa, a existência de novas áreas passíveis de exploração. De qualquer forma, essa tendência não era notada apenas entre a população mais pobre, já que na elite paulistana o mesmo ocorria. Vejamos o caso da família Prado e, em especial o de D. Veridiana da Silva Prado, ela já citada páginas atrás por conta da questão com o médico Orêncio Vidigal.

O primeiro Antonio da Silva Prado (português de nascimento e avô de D. Veridiana) casou-se, em 1786, com Ana Vicência Rodrigues de Almeida, ela com 16 anos de idade e filha de um rico tenente português. Já Veridiana se casaria com seu tio, Martinho da Silva Prado, irmão de seu pai também chamado de Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape. Veridiana mal completara 13 anos quando foi para o altar com o tio de 27. O casal, em seguida, mudou-se para desbravar a fazenda São Martinho, transformada, a partir de então, numa das mais ricas propriedades produtoras de café. Ainda nesta família, vale citar o caso de um dos filhos de Veridiana, Martinho Prado Júnior. Martinico, como era conhecido, apaixonou-se por Albertina de Moraes Pinto, filha do alferes Antonio José Pinto. Albertina tinha apenas 12 anos quando Martinico começou a cortejá-la em 1866. O namoro durou um ano e meio. Quando finalmente se casaram, em 1868, a noiva tinha 14 anos e o noivo 24.<sup>841</sup>

Não obstante todos os indícios até aqui apresentados, é preciso abordar e analisar essa

---

**838** - **Cândido**, Antonio; *Os parceiros do Rio Bonito – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de sua vida*; S.P.: Livraria Duas Cidades, 1979.

**839** - **Campos**, Alzira Lobo de Arruda; *Casamento e família em São Paulo colonial*, S.P.: Paz e Terra, 2003, ver especialmente p. 106.

**840** - **Cândido** (1979), p. 236 e 237. O autor ilustra essa condição com o depoimento de *Nhú Justina*, que disse ter casado já *velha e passada*, aos vinte anos de idade. Citando uma passagem do poeta caipira Sebastião Roque, Cândido relata: “Quando um pai tinha uma filha de 15 ou 16 anos, ele ia à casa de um dos seus conhecidos que tivesse um filho de 18 ou 20 anos e lá combinavam o casamento dos dois, sem que os filhos soubessem.” Veja p. 231.

**841** - Veja mais detalhes em **D’Avila**, Luiz Felipe; *Dona Veridiana – a trajetória de uma dinastia paulista*; S.P.: A Girafa Ed. Ltda., 2004.

mesma questão em relação aos escravos. Como já demonstrado em capítulos antecedentes, a expectativa de vida dos cativos, na infância, alcançava picos de menos 13 anos em relação aos livres. Após esta fase, verificamos que tal diferença, apesar de não tão aguda, permanecia. Resumidamente, e com base nos cálculos efetuados, concluímos que a esperança de vida dos paulistanos livres girava em torno dos 40 anos; já para os escravos esta medida era mais estreita, situando-se na casa dos 20 aos 38 anos. Nessas circunstâncias, explica Julita Scarano, “a partir dos 35 anos, o escravo já era considerado idoso (e) dificilmente alcançava idade avançada.”<sup>842</sup> Com estas avaliações concordam José Roberto de Góes e Manolo Florentino ao concluírem que, entre os cativos do Brasil, poucos chegavam aos 50 anos de idade.<sup>843</sup>

Como resultado desse processo, e a exemplo do que ocorria entre a população livre, as fases da vida de um escravo eram bastante antecipadas. Segundo as análises de Kátia Matoso, duas eram as idades que poderiam ser identificadas na infância dos cativos: a primeira iria até os sete ou oito anos, época em que eles ainda eram considerados como “crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico”; a segunda iria dos oito até os doze anos, período este em que iniciava-se o aprendizado para, a partir de então, entrarem definitivamente no mundo dos adultos.<sup>844</sup> Góes e Florentino concordam com Matoso e explicam que, “por volta dos 12 anos, o adiestramento que os tornava adultos estava concluído. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo (e) aos 14 anos, trabalhava-se como adulto”.<sup>845</sup>

Nessa mesma linha o artista Jean Baptiste Debret, ao descrever uma de suas mais famosas aquarelas explica:

*“No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o tête-à-tête de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos (...). Esses molecotes, mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues à tirania dos outros escravos, que os domam a chicotadas e os habituam, assim, a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho.”*<sup>846</sup>

---

<sup>842</sup> - Scarano, Julita; *Criança esquecida das Minas Gerais*; In: Del Priore (2006) p. 113 e 123.

<sup>843</sup> - Góes e Florentino op. cit., p. 178.

<sup>844</sup> - Matoso, Kátia; *O filho da escrava*; In: Del Priore (1991), p. 76 e seguintes.

<sup>845</sup> - Góes e Florentino op. cit., p. 184. Completam ainda os autores com a informação de que “o aprendizado da criança se refletia no preço que alcançava. (...) Assim é que, comparativamente ao que valia aos 4 anos de idade, por volta dos sete um escravo era cerca de 60% mais caro e, por volta dos 11, chegava a valer até duas vezes mais. Aos 14 a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos. Os preços obedeciam a igual movimento.” (p. 184 e 185)

<sup>846</sup> - Debret, Jean Baptiste Debret; *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, vol. I, p. 172, “O jantar no Brasil, Prancha nº 7.



Fig. 51: O jantar no Brasil

Outro forte indicativo a respeito das fases da vida de um escravo, ou da curta infância e de sua rápida entrada no mundo dos adultos, pode ser encontrado na Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre. Apesar de declarar “*de condição livre os filhos de mulher escrava*” nascidos a partir daquela data, as crianças ainda permaneceriam “*em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais [teriam] a obrigatoriedade de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos*”<sup>847</sup> (meu destaque). Chegando o pequeno a esta fase, teria o proprietário duas opções: a primeira seria a de receber do Estado uma indenização de 600\$000 Rs., ou então a de utilizar-se dos seus serviços até os 21 anos. De fato, a idade de 8 anos aparece aqui como um marco na vida de um escravo, época em que ele deixava a infância para se iniciar no mundo do trabalho. Aos 8 anos, uma criança já conseguia demonstrar suas aptidões e, por isso, poderia ser treinada nas atividades que seriam mais úteis ou lucrativas para seu senhor. Via de regra, este treinamento estava concluído por volta dos 12 anos, idade esta em que o escravo, segundo indica a Lei 2.040, já estaria entrando na idade adulta, pois poderia viver separado de sua mãe.<sup>848</sup>

A partir da edição da Lei do Ventre Livre, um controle mais rígido foi imposto aos senhores quanto ao registro de nascimento dos filhos de seus escravos. Além da compra e

---

<sup>847</sup> - Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, Art. 1º, § 1º.

<sup>848</sup> - A Lei 2.040 em seu Art. 1º, § 5º estabeleceu que “*No caso da alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava, sub-rogado nos direitos e obrigações do antecessor*”. Tal disposição complementou-se com a redação do § 7º: “*Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de doze anos, do pai ou mãe.*” Nesse sentido, a Lei 2.040 indicava que, a partir dos 12 anos completos, o escravo já vivia sob um novo estatuto.

venda de cativos, transações estas normalmente anotadas nas coletorias, uma especial atenção foi dedicada às crianças. Estas, após 28 de setembro de 1871, tiveram os seus assentos de nascimento detalhados como forma de não burlar a legislação. Exemplo dessa nova situação podem ser encontrados nos documentos preservados pelo fazendeiro Lucas de Siqueira Franco Netto, que mantinha sua residência na cidade de São Paulo e cuidava de suas extensas propriedades localizadas no interior do Estado, em Atibaia e Mogi Mirim.<sup>849</sup> Entre setembro de 1872 e abril de 1887, nasceram em suas fazendas um total de 26 crianças filhos de suas escravas. Dentre as várias averbações anotadas nas coletorias de Atibaia e Mogi-Mirim encontramos os seguintes registros:

“Lucas de Siqueira Franco Netto, residente no município da cidade de São João de Atibaia declara que no dia 23 de junho de 1877 nasceu de sua escrava solteira de nome **Angélica, preta de 11 anos**, de serviços domésticos, que foi averbada nesta collectoria a 4 de novembro de 1874, uma criança preta do sexo feminino, batizada com o nome de Roza no dia 17 de julho de 1877.”<sup>850</sup> (meu destaque)

“Lucas de Siqueira Franco Netto, residente em São Paulo, declara que no dia 3 de maio do corrente anno, nasceu em sua fazenda do Engenho deste districto de Mogy-Mirim, de sua escrava solteira de nome **Balbina, parda de 10 annos**, solteira, natural de Campo Largo, filha natural de Constança, de serviços domésticos e matriculada na Collectoria da cidade de Atibaia (...); uma criança parda do sexo masculino, que há de ser baptizada com o nome de Arthur; por isso quer que o Sr. Collector faça averba-lo no livro competente. Província de São Paulo – Paróquia da Penha e município de Mogy-Mirim, 27 de outubro de 1885.”<sup>851</sup> (meu destaque)

Antes de serem considerados como casos excepcionais, essas meninas-mães eram, na verdade, a regra nas propriedades de Lucas de Siqueira Franco. E de tal modo que, das 19 mulheres que engravidaram e deram à luz naquelas propriedades, 14 delas (ou 74%) poderiam ser consideradas como “meninas-mães”, pois estavam numa faixa etária entre 10 e 15 anos; duas outras tinham 18 anos quando engravidaram e apenas três delas eram mulheres casadas e com idade superior a 20 anos<sup>852</sup>.

Apesar de citadas como solteiras nos registros, tudo indica que algumas dessas jovens viviam em concubinato e, sob esse aspecto, o caso da menina Angélica antes citado pode ser um exemplo dessa condição. Tendo o seu primeiro filho aos 11 anos em 1877, posteriormente

---

<sup>849</sup> - Esta documentação encontra-se custodiada no Arquivo Histórico Municipal sob a denominação “Fundo Particular XVII – Família Siqueira Franco (Atibaia, Mogi-Mirim e São Paulo).

<sup>850</sup> - Fundo Particular XVII – Família Siqueira Franco, Livro I, Escravos 01, doc. 006.

<sup>851</sup> - Idem ibidem, doc. 017.

<sup>852</sup> - Das 26 crianças nascidas, 6 (seis) eram filhas de Carolina, preta, casada, de serviço doméstico, com 30 anos em 1885; duas de Rita, preta, casada, de serviços domésticos, com 40 anos em 1875 e uma de Luiza, preta, casada, lavradora.

ela ainda daria à luz a uma menina, Cristina, em 1882; à Benedito, em 1884 e à Juliana, em 1886. O intervalo regular de dois anos entre os três últimos nascimentos é um forte indício de que ela já estaria vivendo maritalmente com um companheiro.

Além de Angélica, chama também nossa atenção o caso da menina Balbina, mãe ao 10 anos de idade. Dela sabemos que nasceu em Campo Largo (hoje município de Jarinú), sendo filha da escrava Constança. Balbina pertencia à mãe do fazendeiro, D. Gertrudes da Silveira Franco e, por morte desta, ficou-lhe pertencendo pela partilha dos bens conforme inventário de 1874 (sendo este, provavelmente, o ano de seu nascimento). Ainda menina, ela veio residir com seu senhor na cidade de São Paulo. Balbina era considerada pelo fazendeiro como uma excelente escrava, muito *“boa de serviço, nos serviços domésticos”*.<sup>853</sup> Posteriormente, ela seria novamente transferida, agora para a fazenda de Mogi-Mirim, onde engravidaria e daria à luz ao menino Artur em 1885. No ano seguinte, mais precisamente no dia 7 de abril de 1886, Balbina veio a falecer na mesma fazenda.<sup>854</sup>

O caso da menina Balbina mereceu este detalhamento, pois bem ilustra as fases da vida de um escravo: ainda pequena para os nossos padrões – entre os 7 e 8 anos – ela já deixara a infância para trás e desempenhava uma função nos serviços domésticos; aos 10 engravidou e teve seu filho, morreu com 11 anos de idade.

Das demais meninas-mães pertencentes ao plantel de Lucas de Siqueira Franco Netto (e excetuando-se Balbina e Angélica), podemos ainda citar, dentre muitos outros, os seguintes casos de mães que se encontravam numa faixa etária abaixo dos 18 anos:

Matilde, preta, solteira, **com 13 anos**: teve a filha Francisca aos 05/09/1884.

Benedita, preta, solteira, do serviço doméstico, **com 14 anos**: teve a filha Alexandrina, aos 25/11/1878.

Petronilha, preta, solteira, do serviço doméstico, **com 15 anos**: teve o filho Bento aos 18/11/1878.

Delfina, preta, solteira, do serviço doméstico, **com 15 anos**: teve o filho Joaquim aos 18/06/1885.<sup>855</sup>

No que se refere às idades da vida, podemos perceber que existia uma certa coincidência entre as fases vividas pelos escravos e pelos livres. O fim da infância ocorria, para ambos os grupos, entre os 7 ou 8 anos; em seguida, vivia-se uma fase intermediária ou de preparação para a entrada na vida adulta. Esta, por seu turno, findava geralmente aos 12 anos para as meninas e aos 14 anos para os rapazes. A diferença notada em relação aos

---

Fundo Particular XVII, op. cit.

853 - Idem ibidem, doc. nº 58, transferência de escravos da fazenda de Atibaia para São Paulo.

854 - Idem ibidem, doc. 54, 58 e 60.

855 - Idem ibidem, dados separados dos documentos de nºs. 002 a 027.

escravos é que, entre eles, a natureza – ou o fator biológico que determinava transformações no corpo – era um marco definitivo para a entrada dos jovens numa nova fase da vida; e isso sem passar por algumas intermediações ou regras sociais como ocorria entre os livres. Decorrente disso, não surpreendia o fato de uma escrava engravidar aos 10 anos de idade, ou assim que seu corpo o permitisse. E ela ainda poderia ser e permanecer solteira, algo muito malvisto nas demais camadas da sociedade. Apesar da puberdade chegar para as meninas brancas na mesma época que para as escravas<sup>856</sup>, somente alguns anos mais tarde é que a jovem livre estaria disponível para o casamento, a partir dos 12 ou 13 anos. A diferença, como dissemos, é pequena, mas representativa.



**Fig. 52**

Escravos na colheita do café, cerca de 1882.

---

<sup>856</sup> - Lembremo-nos aqui da frase proferida pelos membros da comissão de visitação aos estabelecimentos de caridade e prisões de 1833 e citada na p. 340 retro, ou seja, a de que as meninas brancas chegavam   puberdade com cerca de 9 anos de idade.



**Fig. 53:** Vendedor de aves na roça,  
Cerca de 1859.



**Fig. 54:** Trabalho de adulto  
aos 14 anos



**Fig. 55:** Escravos (?) cerca de 1865

Os conceitos sobre as idades que norteavam as fases vividas por homens e mulheres no século XIX, diferiam das atuais. A adolescência, tal como a conhecemos, por exemplo, não existia, uma vez que meninos e meninas muito cedo adentravam no mundo dos adultos. Para a sobrevivência dessa prática no Brasil e em São Paulo até as primeiras décadas do século XX, como vimos, muito pesou a experiência de longa data frente ao elevadíssimo número de mortes que ocorriam na infância. Fruto de uma necessidade, poderíamos dizer, tal processo vinculava-se mais à sobrevivência do grupo: as crianças que medravam ou que venciam as difíceis e perigosas etapas até os seis ou sete anos, passavam por um rápido processo de amadurecimento. As demais etapas, por consequência, eram também bastante abreviadas se comparadas com a atualidade.

Frente aos perigos que então se apresentavam ou diante das inúmeras doenças, a existência individual estava sempre sendo colocada em cheque. Conforme já explicitamos neste estudo, os males endêmicos e epidêmicos que se fizeram presentes na cidade durante todo o século XIX, se não traziam como resultado o fim da vida, acabavam por debilitar o organismo – este já combalido por trabalhos extenuantes como no caso dos escravos. Nessas circunstâncias, a decadência física e um envelhecimento, que hoje entendemos como precoce, logo se faziam sentir. Como decorrência de todo esse processo, aos 35 ou 40 anos a grande maioria dos paulistanos já estaria vivendo seus últimos anos, adentrando, portanto, na derradeira fase da vida: a velhice.

Exemplo dessa circunstância foi o caso de *Guerino* que, aos 47 anos de idade em 1890, veio a falecer em consequência de um *marasmo senil* conforme explicitamos páginas atrás; ou, ainda, como o registrado nos discursos dos deputados na Assembléia Legislativa paulista em 1868, época em que se discutia um recrutamento para a formação da Força Pública no Estado. Naquela ocasião, e em face da ausência de pessoal adequado, o então deputado Prudente de Moraes dizia que, diante dessa conjuntura, talvez o regimento pudesse contar somente com indivíduos menores de 18 anos ou maiores de 35. Estes últimos não serviriam, disse o deputado, pois tanto para ele quanto para o seu colega Paula Ferreira, os homens nessa faixa etária não passavam de “*velhos inutilizados*”, pelo menos para aquele tipo de trabalho.<sup>857</sup>

De qualquer forma – e ao contrário da farta existência de dados, relatos e informações a respeito da brevidade da infância e de um detalhamento sobre os limites cronológicos das fases seguintes, notamos que as fontes guardam um certo silêncio sobre a velhice.<sup>858</sup> Em outras palavras, e não obstante os exemplos até aqui citados, escassas são as informações a respeito dos idosos ou, mais especificamente, sobre o momento em que uma pessoa entraria nessa fase. No que toca aos cálculos efetuados para expectativa de vida na segunda metade do século XIX, a idade de 40 anos agora se nos afigura como um dado fundamental. Entretanto, e ao contrário dos limites mais tangíveis que encontramos para a infância, os contornos ou a demarcação da velhice guardam alguns aspectos um tanto quanto imprecisos e que, num primeiro momento, escapam ao nosso entendimento.

Percebido este problema na documentação primária, a nossa análise acabou por ser consubstanciada quando cotejada com os dicionários da época. Apesar de suas referências situarem-se um tanto quanto distantes das práticas populares – estas mais simplificadas – os verbetes apostos nessas obras conseguem fornecer importantes subsídios que, se por um lado reforçam as apreciações que fizemos sobre a infância, juventude e idade adulta, por outro explicitam uma certa ambigüidade a respeito da velhice. Começemos com o “Dicionário da

---

<sup>857</sup> - Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo - 1868-1869, 13ª sessão ordinária realizada aos 19 de fevereiro de 1868. Naquela ocasião, Prudente de Moraes estava com 27 anos e este era o seu primeiro mandato como deputado. A esse respeito veja: **Karepovs**, Dainis (coord.); *Prudente de Moraes – parlamentar da Província de São Paulo*; S.P.: Assembléia Legislativa, 2004.

<sup>858</sup> - Ao tratar desse mesmo tema, Simone de Beauvoir apontou idêntico problema: “*Não é nada fácil estudar a condição dos velhos através dos tempos. Os documentos de que dispomos fazem raras alusões a este assunto: o ancião é incluído no conjunto dos adultos*”, escreveu a autora. Veja **Beauvoir**, Simone de; *A Velhice* (1970), ver especialmente Capítulo III, “A velhice nas sociedades históricas, p. 98 e seguintes. Com este argumento concordou o médico português Antonio Lourenço Marques que, num breve estudo sobre a velhice em Portugal na Idade Média, escreveu: “*As particularidades que permitem individualiza-los [os idosos] num grupo social próprio, ou são silenciadas ou então são apresentadas de tal maneira que causam perplexidade sobre as validades dos juízos dominantes acerca da velhice nas diferentes épocas.*” Veja **Marques**, Antonio Lourenço; *A velhice no tempo de Amato Lusitano*; In: *Cadernos de Cultura*, Vol. 08, Outubro de 1994, p. 17 a 20; Universidade da Beira Interior – UBI.

Língua Portuguesa” de 1813, onde encontramos as seguintes referências sobre as idades da vida:

**Meninice:** Idade até os 7 anos; também chamada de infância.  
**Puerícia:** Idade entre a infância e a adolescência, desde os 3 ou 4 anos, até os 9 ou 10.  
**Adulto:** Crescido, chegado ao ponto de força e vigor; chegado ao uso da razão; maduro; o que tem 14 anos.<sup>859</sup>

A partir dessas antigas classificações, e levando em consideração as análises até aqui produzidas, podemos concluir que as fases da vida, e para além de envolver um processo biológico marcado pelo tempo, são também o resultado de investimentos sócio-culturais e frutos de elaborações simbólicas. Em outras palavras, as idades da vida são conceitos historicamente construídos; o regramento que hoje conhecemos não se aplicava a um passado não muito distante – o que nos leva a dizer que no futuro, tão pouco, elas poderão se manter: as normas etárias mudam com o tempo<sup>860</sup>. Exemplos contundentes, nesse caso, são os verbetes acima transcritos que definiam a adolescência e a fase adulta de um indivíduo no início do século XIX.

Mas, é realmente na descrição da velhice que os dicionários conseguem *captar com admirável precisão a perfeita imprecisão do conceito*:<sup>861</sup>

**Idoso:** homem de anos, velho.  
**Velhice:** a idade do velho, ancianidade.  
**Velho:** aquele cuja idade já declina da varonilidade.  
**Varonilidade:** homem feito.<sup>862</sup>

Esta indefinição – especialmente para o nosso olhar contemporâneo – permaneceu ainda em meados do século XIX, conforme podemos verificar através do “Dicionário da Língua Portuguesa” de 1848:

**Ancião:** o que tem muitos anos, velho, idoso.  
**Idoso:** velho, ancião.  
**Velho:** homem de idade avançada, ancião.<sup>863</sup>

Tal imprecisão, no entanto, somente se apresenta diante do nosso olhar contemporâneo. E isso devido a uma característica da modernidade que sente a necessidade

---

<sup>859</sup> - **Silva**, Antonio de Moraes; *Dicionário da Língua Portuguesa*; Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

<sup>860</sup> - Não obstante as excelentes obras organizadas por Mary Del Priore, bem como os estudos de Maria Luiza Marcílio, dentre outros, sentimos que este tema foge um pouco aos historiadores brasileiros, sendo motivo de maior reflexão no campo da Sociologia e Antropologia. Nesse sentido, um grande apoio para estas análises podem ser encontrados em **Debert**, Guita Grin; *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento* (1999); em **Néri**, Anita Liberalesso (org.); *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (2001) e em **Loureiro**, Altair Macedo Lahud; *A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços no estudos* (1998).

<sup>861</sup> - Apesar de produzida num contexto totalmente diverso, esta frase é de **Sidney Chalhoub** (1996), p. 169, que a utiliza para definir o fugidio conceito de “Miasma” de **Chernoviz**.

<sup>862</sup> - **Silva** (1813) op. cit.

<sup>863</sup> - **Fonseca**, José de; *Dicionário da Língua Portugeza*; Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1848

de números precisos, de quantificar os anos vividos para separar e qualificar as faixas etárias, metrificando as idades.<sup>864</sup> Tal procedimento não era algo tão presente num passado mesmo que recente, até porque não eram apenas os números que contavam.<sup>865</sup> Ao lado destes, outros componentes – alguns deles subjetivos – estavam a atuar para compor as faixas etárias. Um adulto, como vimos, poderia ter 14 anos desde que apresentasse sinais de “madureza” e discernimento; com o casamento, uma menina de 12 ou 13 anos já era adulta. A velhice, por seu turno, poderia chegar aos 25 ou 30 anos para uma mulher, como relatou o viajante Luccock; ou aos 35 anos em se tratando de escravos. Além da idade cronológica, datada e metrificada, um grande marco para a velhice era a decadência física dos indivíduos.<sup>866</sup> E esta chegava mais cedo, seja para os cativos submetidos aos rigores da escravidão; seja para as mulheres, que sentiam os traumas de contínuos estados de gravidez desde tenras em idades; ou, ainda, para todos os homens que viviam numa época em que as doenças se faziam presentes ininterrupta e sucessivamente, como no caso das epidemias. O referencial, portanto, era distinto e outras eram as bases para classificar um indivíduo como *idoso*, pois não bastava apenas a quantidade de anos vividos. Por outro lado, seja pelas elevadíssimas taxas da mortalidade infantil, seja pelas tradições religiosas ou frente à necessidade de se imputar responsabilidades, as fases da vida na infância e juventude eram bem determinadas.<sup>867</sup> O contrário ocorria com os adultos e idosos, pois não haveria mais a necessidade premente de se estabelecer tais parâmetros.

De qualquer forma, e levando em consideração as circunstâncias em que viviam, nada a estranhar as palavras de Luccock sobre a aparência senil das mulheres cariocas aos 30 anos, ou a respeito da nossa projeção de que, em média, aos 40 anos os paulistanos já

---

<sup>864</sup> - A Lei nº 10.741 de 01/10/2003, que implantou o **Estatuto do Idoso** no Brasil, por exemplo, dispõe em seu Artigo 1º que os idosos são as “... pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”

<sup>865</sup> - Em 1925, por exemplo, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de F. J. Caldas Aulete, define: **Adulto**: o que chegou ao período da vida entre a adolescência e a velhice; **Ancião**: de propecta idade, que tem muito tempo, velho; **Edoso**: que tem muita idade, senil; **Senil**: edoso. Da mesma maneira que os verbetes do século XIX, também aqui a velhice não é datada ou quantificada em anos.

<sup>866</sup> - Segundo análises recentes de Sheila de Castro Faria, seria “bastante difícil estipular a idade em que uma pessoa passava a ser considerada velha no período colonial, bem como as características do que seria a velhice (...) A aparência indicava mais as categorias etárias do que a idade em si. A falta do *uso da razão* também era indicativo de velhice. Em registros de óbitos, há referências a velhos que faleceram sem os sacramentos *por viver já no estado de inocência* ou já *não fazer uso da razão* (...) Tornar-se *velho* era, na colônia, prerrogativa de poucos.” Veja: **Vainfas**, Ronaldo (direção); *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808*; R.J.: Ed. Objetiva, 2000; p. 579 e 580.

<sup>867</sup> - Nessa perspectiva, é bastante representativo o verbete sobre a puberdade publicado na “Encyclopedia e Dictionario Internacional” por W. M. Jackson. Inc. Editores / Rio de Janeiro – Nova York entre as décadas de 1920 e 1930 que, ao contrário do de Caudas Aulete para a velhice (veja nota nº 290 antecedente), bem definiu esta etapa da vida: “**Puberdade**: *Epocha da vida em que o individuo se torna proprio para o acto da geração; idade na qual a lei permite que se case: no Brasil, a idade da puberdade é de 14 annos para os rapazes e de 12 annos para as raparigas. / A puberdade apparece, em geral, no homem, dois ou três annos mais tarde que na mulher. Na Asia, na Africa e na America do Sul, os homens são púberes dos 10 aos 12 annos e as mulheres dos 8 aos 10. Nas partes septentrionaes da Russia, Suiça e da Dinamarca, esta faculdade só apparece na idade de 15 a 17 annos nos rapazes e de 13 a 15 nas raparigas. Nos climas temperados, os mancebos são púberes cerca dos 14 annos e as donzellas aos 12. A apparição da puberdade pode ser adeantada, aliás, pelo genero de vida da pessoa: inacção, abuso de bebidas espirituosas, comidas apimentadas, frequentação dos espetáculos*

apresentassem sinais da *velhice* para, pouco tempo depois, vir a sucumbir.

O *idoso*, conforme expõe os glossários do século XIX, seria o indivíduo com muitos anos (sem dizer quantos) ou aquele *cuja idade declinava da varonilidade*, conforme a obra de Silva (1813). Mas, é justamente a partir desta última concepção que o início da velhice nos remete novamente à idade de 40 anos, posto que *varonilidade*, de acordo com o mesmo dicionário, seria a idade do *homem feito*.<sup>868</sup>

A morte, portanto, é o mais importante dos padrões que estão a abalizar as idades da vida, seja no passado, seja no presente, decorrendo daí o seu caráter histórico. Em outras palavras, as fases vividas pelo homem no passado eram distintas das atuais; outras eram as suas classificações e diversa era a concepção sobre a infância, a juventude e a velhice. Como vimos, a rápida entrada de meninos e meninas na fase adulta era uma necessidade frente a uma altíssima mortalidade a que estavam sujeitos os homens do século XIX. A infância reduzida, assim como as demais fases vividas, mais a rápida decadência física dos indivíduos – seja pelo trabalho extenuante, seja pelos diversos males que atingiam o corpo – estavam a afetar sensivelmente tais classificações e concepções.

Apesar de não muito detalhada (até porque não era esta a sua intenção) tal perspectiva aparece referendada por Philippe Ariès na sua clássica obra “História Social da Criança e da Família”. De fato, a velhice não é o objeto de estudo deste autor, mas, vez ou outra, ele acaba por tocar na questão. Num desses momentos ele acaba por reconhecer a importância da fragilidade como um fator determinante para a periodização da existência humana, seja no passado, seja no presente. As variações anotadas de um século para outro, escreveu Ariès:

“dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando não se pode conhecê-la objetivamente. Assim, a ausência da

---

*e dos bailes, leitura de romances e de poesias eróticas, exemplos de libertinagem, etc.”*

**868** - Simone de Beauvoir (1970) realizou um amplo levantamento sobre este mesmo tema e, dentre os inúmeros exemplos sobre a precária e rara longevidade dos europeus, citou que “ao morrer, em 1380, Carlos V contava 42 anos de idade e deixava uma reputação de *velho sábio*” (p. 158); dentre os camponeses na mesma época, e “*dadas as condições de vida, 30 anos já representavam muita idade*” (p. 153); para Dante, o homem começa a declinar aos 35 anos: “O tempo da velhice vai dos 45 aos 70 anos.” (p. 159); já no século XVI, Montaigne – com pouco mais de 35 anos, declarou-se envelhecido (p. 178). Do folclore alemão, Beauvoir recupera ainda um conto dos irmãos Grimm, este trazendo uma curiosa interpretação das idades da vida: “*Havia Deus concedido 30 anos de vida ao homem e a todos os animais; parecendo-lhes penosa tão longa existência, o asno, o cão e o macaco obtiverem uma redução de 18, 12 e 10 anos do prazo estabelecido. O homem, menos sábio que os animais, pediu um prolongamento de sua existência, obtendo os 18 anos do asno, os 12 do cão e os 10 do macaco. Mas, não compreendeu ele que o preço da longevidade seria a decrepitude. Tem o homem, portanto, 70 anos de vida. Os 30 primeiros anos lhe pertencem e passam depressa. Chegam, em seguida, os 18 anos do asno, durante os quais tem de carregar nas costas fardos e mais fardos; é ele quem fornece trigo ao moinho para alimentar os outros ... Vem depois os 12 anos do cão, no decorrer dos quais não faz mais do que rosnar, arrastando-se de um canto para outro, pois já não tem dentes para morder ... Decorrido esse tempo, só lhe restam os 10 anos do macaco. Já não é senhor de todo o seu juízo, torna-se meio esquisito e faz coisas estranhas que provocam o riso e a zombaria das crianças.*” (p. 152 e 153)

adolescência ou o desprezo pela velhice, de um lado, ou, de outro, o desaparecimento da velhice, ao menos como degradação, e a introdução da adolescência, exprimem a reação da sociedade diante da duração da vida.”<sup>869</sup>

Acredito que não tão ingenuamente, como coloca Ariès, a sociedade reage diante do aumento da expectativa de vida; nesse sentido, uma dilatação no tempo acabou por alterar, como analisamos, as perspectivas em relação às próprias idades do homem.

De qualquer forma, estes exames não se esgotam com os registros da vida uma vez que eles também podem se valer daqueles preparados diante da morte. O corpo sem vida, antes de significar a aniquilação de tudo, será ainda uma fonte de tensões, de problemas, bem como de apropriações diversas. As representações que se criaram em torno do cadáver, a sua qualificação e distinção podem nos mostrar, por exemplo, que nem todos são iguais diante da morte. Começemos pela qualificação do cadáver-criança, os *anjos*, e pela distinção entre ricos e pobres.

## **Capítulo 5 - Diante da vida, a morte: o corpo e o cemitério.**

### **5.1 - Algumas hierarquizações: anjos e adultos, ricos e pobres**

Como resultado imediato da morte, temos o “nascimento” do cadáver. Ou a mutação do ser-em-vida, situação esta que, necessariamente, deverá ser reconhecida, acomodada e resolvida. Mas, para além de fonte provocadora de inúmeros sentimentos, cabe ressaltar que o defunto não se desliga totalmente do mundo dos vivos, pois ele ainda guardará as marcas do meio em que viveu, de sua condição sócio-econômica, das peculiaridades da enfermidade que o vitimou ou, como analisaremos inicialmente, da idade que tinha na época do falecimento.

No capítulo precedente, quando estudamos as fases que compunham a existência humana numa sociedade em que a morte era uma presença constante, nossa base foi composta majoritariamente por indícios que diziam respeito à própria vida. Entretanto, é preciso esclarecer que também na morte as idades se faziam presentes como forma de

---

869 - Ariès (1981), p. 16.

classificar o defunto e, nesse caso, elas serviam igualmente para diferenciar adultos de crianças, seja através dos espaços especiais reservados ao sepultamento de uns e de outros, seja pela adjetivação do cadáver infantil que, como veremos, dava continuidade a uma hierarquização entre os corpos.

Aproximemo-nos então das imagens construídas em torno do cadáver e, em especial, do defunto-criança. Nesse caminho, os registros da morte nos fornecem provas circunstanciadas sobre uma classificação etária distinta daquelas que analisamos anteriormente. Em outras palavras, a morte infantil implicava na idealização de uma nova categoria, os *anjos*, qualificação esta que, no cemitério, afastava os seus corpos da área reservada aos adultos. Estabelecia-se uma clara distinção ou hierarquia entre os cadáveres, e tanto, que aos corpos infantis um título em especial foi conferido. Considerava-se que as crianças mortas eram portadoras de uma natureza diferenciada e, por isso, somente elas mereciam um nome específico que as identificava após a morte, fato este não verificado com qualquer outro grupo social ou nas demais faixas etárias.<sup>870</sup>

Mais próxima do catolicismo popular, tal concepção de morte infantil – com a decorrente individualização dos defuntos – acabou sendo assumida pela municipalidade paulistana quando da abertura do cemitério da Consolação. Expliquemos: quando de sua construção, o cemitério obedeceu a um planejamento no qual sua área foi dividida em grandes quadros ou quarteirões intercalados por ruas.<sup>871</sup> Coube então aos legisladores designar quais seriam os quadros destinados às sepulturas *Gerais* ou *Comuns* (com covas inclusive gratuitas e destinadas aos mais pobres), bem como os demais cujos terrenos poderiam ser concedidos (leia-se “vendidos”) a particulares.<sup>872</sup> Estas eram, portanto, as duas únicas grandes divisões previstas na regulamentação do cemitério. Entretanto, não foi o que ocorreu na prática, pois um outro desdobramento foi imediatamente aplicado (sem qualquer base legal, é preciso lembrar) e que, ao longo dos anos, foi consolidado. O fato é que as *Quadras Gerais* acabaram subdivididos em 4 outras grandes categorias: a quadra geral para adultos, a quadra geral para os anjos pequenos, outra para os anjos do meio e, finalmente, uma última para os anjos grandes. Esta subdivisão não estava prevista na legislação, sendo que a única diferenciação entre adultos e crianças dar-se-ia somente quanto à profundidade da cova. A esse respeito estipulava o Artigo 16º do Regulamento do Cemitério:

“As covas para os enterramentos das pessoas adultas deverão ter, tanto nos gerais como nos particulares, sete palmos de profundidade, com largura e

---

870 - A esse respeito veja a análise de *Vailati* (2005) op. cit., p. 34 e 35.

871 - Este plano constava do “Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo”, op. cit., Artigo 2º.

872 - *Idem* ibidem, Art. 3º.

comprimento suficientes, devendo ficar, entre uma e outra, intervalos de dois palmos pelos lados, e três na cabeça e nos pés, a terra que se lançar sobre os caixões ou corpos deverá ser socada da altura de quatro palmos para cima. As covas para os enterramentos das pessoas de idade menores de 12 anos bastará que tenha 6 palmos de profundidade, e cinco se forem para **inocentes** menores de 7 anos de idade." ( meu destaque)

Em outras palavras, e segundo o Regulamento, num mesmo quadro geral destinado aos pobres (os que mais nos interessam nesse momento) existiriam, lado a lado, covas para adultos, outras para aqueles que se encontravam na faixa entre 7 e 12 anos, havendo ainda uma 3ª distinção para os menores de 7, aqui chamados de *inocentes*. Não podemos deixar de notar a divisão etária proposta, posto que muito se aproxima daquelas que já analisamos: os adultos seriam os maiores de 12 anos, uma faixa intermediária estaria entre os 7 e 12 e, finalmente, crianças seriam aqueles abaixo dos 7 anos de idade. Todas essas covas estariam na mesma quadra, sendo que a diferença ocorreria apenas no quesito "profundidade". Mas não foi esse o sistema adotado no cemitério, uma vez que, ao contrário de um grande espaço que abrigaria adultos e crianças, na realidade criaram-se quatro quarteirões distintos: o dos adultos, o dos anjos pequenos, um outro para os anjos do meio e, finalmente, outro ainda para os anjos grandes. Para cada idade, ou fase da vida, áreas diferenciadas estavam reservadas aos corpos na hora da morte.

Chama a atenção o fato de que esta hierarquia não foi, em momento algum, baseado em leis escritas, pois inexitem quaisquer referências a este quesito nas discussões que precederam a construção do cemitério, no seu planejamento, ou mesmo depois, quando de sua abertura. É certo, portanto, que tais subdivisões não fariam parte da organização do cemitério, mas seja por conta da tradição católica presente na necrópole paulistana, seja porque este era o costume usual, tal ordenamento foi conseguido mediante um acordo tácito, sem a necessidade de estar consignado em lei.<sup>873</sup> De qualquer modo, e além desta divisão ficar consignada nos registros oficiais de sepultamentos, outros documentos municipais fariam menção ao fato, o que demonstra o aceite por parte das autoridades. Em 1865, por exemplo, os vereadores discutiram um ofício enviado pelo administrador do cemitério em que o mesmo comunicava ...

---

<sup>873</sup> - Na legislação referente aos sepultamentos (e não na do cemitério, é preciso notar), a menção aos *anjos* apareceu pela 1ª vez em 1856, antes mesmo da abertura do cemitério. Naquele ano, o governo provincial firmou um acordo com o empresário Joaquim Marcelino da Silva que se encarregaria do transporte dos corpos até a Consolação. Na tabela aprovada (Lei nº 548 de 28/04/1856) os defuntos foram divididos em duas grandes categorias: a dos *Adultos* e a dos *Anjos*. Todos eles, por sua vez, poderiam ser transportados para o cemitério em carros de 1ª, 2ª ou 3ª classe; sendo esta a única subdivisão anotada. Já pela Lei nº 69 de 02/04/1876, esta tabela foi modificada, surgindo uma nova categoria: a de *donzela*. As duas outras continuam, ou seja, a de *Adultos* e a de

“... que o quadro destinado para a sepultura dos anjos está findo, não podendo passar a outro lugar por falta da respectiva demarcação ou designação, que deve ser dada em vista da nova planta – pelo que consulta se pode proceder a exumação dos corpos.”<sup>874</sup>

Diante das altíssimas taxas de mortalidade infantil, era mesmo de se esperar que os *Quadros dos Anjos* logo se esgotassem, sendo eles os primeiros a terem todas as suas covas ocupadas. Daí a necessidade de se agregar uma outra área ou, então, a de se realizar a exumação dos corpos para dar lugar a novos sepultamentos conforme as palavras do administrador. A solução naquele momento foi a de designar outro terreno para os *anjos* que, quatro anos depois, já estava cheio novamente.<sup>875</sup>

Importa verificar, no entanto, que esta hierarquia com os seus nomes próprios (um quadro para adultos e três outros para as crianças ou *anjos*), foi seguida no cemitério da Consolação até finais do século XIX. Já no cemitério do Braz aberto em 1893, encontramos as mesmas divisões entre adultos e crianças, mas com uma pequena alteração na nomenclatura: ali existia um quadro para os anjos pequenos, outro para os anjos maiores (que substituíam o dos *anjos do meio*, como utilizado no cemitério da Consolação) e um último para os anjos grandes. Já a partir de 1900, não mais encontramos neste cemitério a categoria “anjos grandes”, permanecendo apenas o dos pequenos e maiores. No cemitério do Araçá, por sua vez, e desde a sua abertura em 1897, a hierarquia se resumia em apenas duas classes: a dos anjos pequenos e anjos do meio, inexistindo a dos *anjos grandes*. No cemitério da Lapa, por fim, aberto em 1918, os *anjos* não mais aparecem. Paulatinamente, portanto, as crianças mortas deixam de ser *anjos* ou, pelo menos, não mais assim foram nomeadas nos cemitérios públicos.

Acredito que para o declínio desse costume a partir de finais do século XIX e primeiras décadas do XX, três condições se fizeram presentes: em primeiro lugar, cada vez mais a medicina acadêmica assumia o controle nesse campo que, antes como vimos, pertencia mais ao mundo religioso; ao mesmo tempo, com o aumento da expectativa de vida anotada a partir das primeiras décadas do século XX, as idades da vida sofreriam uma alteração, o que

---

*Anjos*, sem qualquer referência aos anjos pequenos, do meio ou grandes, conforme o critério adotado no cemitério. 874 - A. C., sessão do dia 19/12/1865, p. 323 e 324.

875 - Por esta época, o engenheiro Carlos Rath apresentou uma nova planta em que reorganizava cemitério e já incluindo as novas áreas incorporadas. Não conseguimos localizar este projeto, mas no relatório que enviou à Câmara ele citou: “Os lugares marcados com letra são para os anjos, os de números para as sepulturas gerais, e os de cor rosa ou roxo para os particulares com monumentos; cada qual de 11 palmos de comprimento e 10 de largo.” A. C., sessão do dia 02/09/1869, p. 203 e 204.

colocava em cheque a divisão até então adotada; e, por último – mas não menos importante – devemos nos lembrar que a divisão social presente no cemitério da Consolação (o único na cidade durante um longo período), seria depois reproduzida não mais no seu interior e sim na configuração de outros cemitérios que se edificaram na cidade como o do Braz, aberto em 1893. Em outras palavras, aquela divisão entre *anjos* que existia na necrópole da Consolação ocorria somente nos *Quadros Gerais* ou *Comuns*<sup>876</sup>, estes destinados aos mais pobres. Com a abertura de outros cemitérios nos bairros operários, por exemplo, a divisão de classes se operou mais entre os próprios cemitérios do que no seu interior.

E eis que chegamos a uma questão importante: qual seria a idade específica dos *anjos* nas categorias idealizadas para os defuntos-criança no século XIX e, também, com quantos anos um falecido já era considerado adulto?

Começemos pelo cemitério da Consolação. Ali, em registros sucessivos a partir de 1860 e até 1890, a divisão etária era a seguinte:

<b>Anjos pequenos:</b>	a partir do nascimento e até a idade máxima de 3 anos.
<b>Anjos do meio:</b>	a partir de um ano de idade e até o máximo de 6 anos.
<b>Anjos grandes:</b>	a partir dos 3 ou 4 anos de idade e até o máximo de 12 anos.
<b>Adultos:</b>	a partir dos 12 anos.

Já no cemitério do Braz, no ano de 1893, encontramos a seguinte situação:

<b>Anjos pequenos:</b>	a partir do nascimento até a idade máxima de 2 anos.
<b>Anjos maiores:</b>	a partir dos 2 anos de idade e até o máximo de 8 anos.
<b>Anjos grandes:</b>	a partir dos 5 ou 6 anos de idade e até o máximo de 12 anos.
<b>Adultos:</b>	a partir dos 12 anos.

A ausência de um padrão mais rígido no tocante à idade cronológica como forma de classificar as crianças mortas – ou os *anjos* – é algo que se nota tanto no interior de cada cemitério, quanto na comparação entre eles. Porém, aqui devemos levar em consideração uma questão antes citada, ou seja, a de que para a qualificação do defunto-criança e sua posterior divisão entre anjos pequenos, médios e grandes, importava não apenas o tempo vivido mas, também, a aparência. Um recém-nascido, ou um nati-morto, era sempre um anjo pequeno, mas que, dependendo de sua constituição física, poderia ainda assim ser considerado até os dois anos ou três anos. Já para os anjos do meio, a idade variava entre 1 e 2 anos e até um máximo de 6 ou 8. Entretanto, existia um limite sempre seguido: a idade de 12 anos. Raríssimos foram

---

<sup>876</sup> - As crianças da elite ou eram sepultadas nos jazigos familiares ou então túmulos especialmente comprados para elas, inexistindo para essa classe qualquer divisão por faixa etária.

os casos de pessoas com 12 anos sepultadas como “anjos grandes”<sup>877</sup>, até porque o comum mesmo era que, a partir dessa idade (ou até antes) elas fossem sepultadas já na quadra dos adultos como demonstram alguns dos muitos exemplos encontrados:

- Otaviano, **10 anos** de idade, crioulo, escravo, foi sepultado na quadra geral dos adultos no cemitério da Consolação aos 18/03/1860 (Livro 01, fls. 102);
- Rafaela, **12 anos**, africana, foi sepultada na quadra geral dos adultos do cemitério da Consolação no dia 05/01/1870 (Livro 04, fls. 180 verso);
- Leocádia, **10 anos**, escrava, foi sepultada na quadra geral dos adultos do cemitério da Consolação no dia 13/02/1870 (Livro 04, fls. 192 e 192 verso);
- Antonio Presciliano do Nascimento, **12 anos**, foi sepultado na quadra geral dos adultos do cemitério da Consolação no dia 17/03/1875 (Livro 06, fls. 165 verso);
- Theresa Pessalano, **11 anos**, filha do italiano Ascenso Pessalano, foi sepultada na quadra geral dos adultos do cemitério da Consolação no dia 05/01/1890 (Livro 13, fls. 98);
- José Vaz, **12 anos**, foi sepultado na quadra geral dos adultos do cemitério do Braz no dia 24/02/1893 (Livro 33, fls. 13);
- Luigi Bozzetto, **10 anos**, italiano, foi sepultado na quadra geral dos adultos do cemitério do Araçá em 1897 (Livro 33, fls. 13 verso).

Já a partir de 1900, e especialmente nos cemitérios do Braz e do Araçá, nota-se uma padronização nas idades dos *anjos* sendo que, nos respectivos cemitérios, como já citado, a partir dessa época desaparecem os *anjos grandes*. Nesse sentido, a classificação (igual para os dois cemitérios) é a seguinte:

Braz (em 1900):

**Anjos pequenos:** incluía desde recém nascidos até a idade máxima de 2 anos.

**Anjos do meio:** a partir de 2 anos de idade e até o máximo de 11 anos.

**Adultos:** a partir dos 12 anos.

Araçá (em 1900):

**Anjos pequenos:** incluía desde recém nascidos até a idade máxima de 2 anos.

**Anjos do meio:** a partir de 2 anos de idade e até o máximo de 11 anos.

**Adultos:** a partir dos 12 anos.

---

<sup>877</sup> - No levantamento efetuado entre 1860 e 1890 no cemitério da Consolação e de 1893 a 1900 no cemitério do Braz, encontramos apenas dois casos nessa situação: o de José Paschual, 12 anos, falecido de febre em 1860 e sepultado na quadra dos Anjos Grandes do cemitério da Consolação (Livro nº 01, fls. 125 e 125 v.) e o de Cezar, 12 anos, filho do italiano Damasio Bretim, falecido de febre remitente em 1893 e sepultado na quadra dos Anjos Grandes do Cemitério do Braz (Livro nº 33, fls. 75).

A grande questão a ser notada é que, apesar de não encontrarmos no Regulamento oficial dos cemitérios a condição de *anjo* para a qualificação de crianças falecidas, o seu uso era bastante comum e como prova de que esse costume foi seguido, dividiu-se extra-oficialmente o cemitério (ou as quadras gerais) em quarteirões específicos para o sepultamento desses que eram considerados como defuntos especiais, à parte dos adultos. Tal prática, por sua vez, se fez representar nos registros de sepultamentos, estes firmados pelos antigos administradores dos cemitérios municipais. É certo que para a consolidação desse hábito durante todo o século XIX muito pesou a tradição religiosa que diferenciava os *inocentes* dos adultos conforme já explicitado em outros capítulos. De qualquer forma, esta não foi a única diferenciação que se fez entre os corpos sem vida, uma vez que o próprio cemitério, conforme estipulava a legislação, estava dividido entre pobres e ricos. E é justamente nesse quesito que podemos avançar um pouco mais na explicitação do problema de que a nem mesmo na morte todos são iguais.

\*

\*       \*

Jesuína Maria de Godoi tinha 39 anos. Era casada com João José Batista e residia em sua chácara no Braz. No dia 7 de janeiro de 1861 ela sofreria um ataque trágico que lhe tiraria a vida. Nos registros de sepultamento foi anotado que seu falecimento ocorrera por “*morte natural*” e, em seguida, foi dada a seguinte explicação: “*assassinada por um escravo.*” Seja pelo inusitado, ou contradição presente no registro, o mesmo merece ser transcrito na íntegra:

*“Aos oito dias do mês de janeiro de 1861 foi sepultado no cemitério municipal na catacumba da Rua do Portão, subindo da Capela para cima, lado esquerdo nº 5, o cadáver de Jesuína Maria de Godoi de idade 39 anos, casada com João José Batista, falecida no dia 7 de abril do corrente **de morte natural assassinada por um escravo**, e foi por mim recomendada, Freguesia do Senhor Bom Jesus do Braz, 8 de janeiro de 1861.”<sup>878</sup> (meu destaque)*

A incoerência verificada neste registro pode ser esclarecida, uma vez que a causa “*morte natural*” não está aqui gratuitamente. Já naquela época algumas mortes tidas como suspeitas deveriam ser investigadas, sendo por isso necessário a realização de exames no corpo para a confirmação, ou não, de qualquer crime. Este exame (o chamado *corpo de delito*) poderia ser realizado por médicos ou, como era mais comum, pelas autoridades policiais. E estes eram feitos geralmente quando se encontravam cadáveres nas vias públicas, em casos onde havia uma suspeita de homicídio, suicídio ou, mais comum ainda, quando de afogamentos verificados nos rios da cidade. Como pudemos constatar através dos registros, tais exames eram bem simples, bastando o olhar do médico ou do policial e uma rápida descrição das condições do corpo. Somente os casos mais graves eram investigados, mas invariavelmente os cadáveres eram sepultados no dia seguinte ao do falecimento, e isso mediante sempre uma autorização emitida pela polícia.

Entretanto, o corpo de D. Jesuína não passou por este procedimento. A causa de seu falecimento, *assassinato*, foi encoberta pela expressão *morte natural*, esta rascunhada pelo vigário do Braz no bilhete de sepultamento, a qual passou para os registros oficiais sendo copiada pelo administrador do cemitério público. Assim procedendo, o exame de corpo de delito não precisou ser realizado. De qualquer forma isso certamente não inviabilizou a incriminação do escravo, uma vez que ali também estava descrito um homicídio.

Ora, a Sra. Jesuína fora em vida uma mulher de posses. Prova disso é que ela possuía alguns escravos (tendo sido assassinada por um deles), residia em sua propriedade no Braz e, mais ainda, seu marido adquiriu uma catacumba para realizar o sepultamento, algo que somente os mais ricos poderiam fazer. Daí que mesmo sem vida seu corpo ainda estava carregado de signos que a diferenciavam dos demais. Uma mulher branca, casada e de posses (não obstante sem vida) não deveria ter seu corpo devassado pelo olhar de homens estranhos, mesmo que de autoridades. Eis aqui uma das intenções de se escamotear a verdade (veremos uma outra nas próximas páginas): os familiares, ou o marido, não permitiriam este procedimento e, com isso, concordou o vigário.

Ao contrário de Jesuína outros casos – bem menos graves, é preciso dizer, e na mesma época – tiveram seus corpos devassados e, dentre eles, podemos citar:

“Aos 16 de dezembro de 1859 foi sepultada no Quadro Comum do cemitério municipal o cadáver de Maria Gertrudes, natural desta cidade, de 70 anos, solteira, livre, falecida ontem

de desastre em Santa Ifigência onde morava, foi sepultada hoje no dito Quadro depois de se proceder o auto de corpo de delito.”

“Aos 24 de fevereiro de 1860 foi sepultada no Quadro Comum do cemitério municipal Benta, creoula, natural de Parnaíba de 60 anos, viúva, moradora em Santa Ifigência onde faleceu afogada, foi sepultada hoje depois de procedido o ato de corpo de delito.”

“Aos 18 de outubro de 1860, foi sepultado no cemitério municipal, no Quadro Geral sepultura nº 120, o cadáver de João da Luz, preto, solteiro, com mais ou menos 58 anos de idade, falecido repentinamente a 17 do corrente pelas 2 horas da tarde. (...) Sub Delegacia da Freguesia de Santa Ifigência, 18 de outubro de 1860: pode ser sepultado o cadáver de João da Luz que faleceu ontem repentinamente tendo já se procedido o corpo de delito.”

“Aos 29 de outubro de 1860 foi sepultado no cemitério municipal no Quadro Geral “D” sepultura nº 13, o cadáver de D. Gertrudes Olímpia Goularte, casada com João Batista Leite, de idade mais ou menos 40 anos, falecida ontem pelas 4 horas da manhã de parto. E como este corpo não estava perfeito, eu requeri ao Juiz sub delegado o corpo de delito que foi feito = Sub delegacia da Freguesia de Santa Ifigência 29 de outubro de 1860. O sr. Administrador do cemitério público pode mandar sepultar ao cadáver de Gertrudes Goularte visto ter procedido o corpo de delito.” <sup>879</sup> (meus destaques)

Em todos esses casos – dentre dezenas de outros – procedeu-se ao exame de *corpo de delito*, e isso não obstante as causas de morte serem até corriqueiras naquela época como os desastres, afogamentos, morte repentina ou por ocasião do parto. De fato, o que determinava a realização do exame não era apenas a suspeição da morte senão, também, a condição social da pessoa que, é preciso notar, se mantinha no corpo sem vida: pretos, criolos, pobres. No último caso apresentado, o de D. Gertrudes Olímpia Goularte, e apesar de seu corpo ter sido sepultado gratuitamente no “Quadro Geral”, ela certamente não se igualava aos demais, pois era casada e, como o marido, foi citada com nome e sobrenome – situação esta que denotava uma diferenciação social – e, inclusive, foi referendada como *Dona Gertrudes*, um título não aplicado ao nome dos outros falecidos. Daí a necessidade de uma explicação que, para o restante seria dispensável: o seu *corpo não estava perfeito*, eis a razão alegada e que o caso exigia, pois, provavelmente, os trabalhos de parto foram realizados com a utilização dos *ferros* (fórceps) que feriram seu corpo.

A partir da exposição e análise desses primeiros casos, podemos concluir que nem mesmo diante da morte os corpos são iguais, já que ainda carregam consigo as marcas das diferentes situações que tiveram em vida. Nesse sentido, e apesar da constante divulgação

---

879 - Cemitério da Consolação, Livros de Inumação, Vol. 1 fls. 87 verso, 98 verso, 133 verso e 135, respectivamente.

através dos tempos a respeito da morte enquanto niveladora, igualitária e que reduz os homens à mesma sorte, explica Vovelle, “*nada mais desigual ou diferenciador do que ela*”<sup>880</sup>; e aqui, poderíamos ainda completar, também diante das três fases que a compõe: na doença, no falecimento e mesmo depois, quando do sepultamento.

Seguindo esse caminho, e não obstante a possibilidade de análises a respeito dos sentimentos inerentes à supressão da existência, o que me interessa particularmente são as sensibilidades diante do cadáver ou as tensões que ele provocaria. Assim, podemos verificar que a morte ainda não é fim de tudo já que, para os vivos, resta ainda um corpo. Um corpo cuja morte real e absoluta somente ocorrerá mais tarde, quando consumada a decomposição. E até que isso ocorra, ele ainda será fonte de conflitos, mediações e articulações.

## 5.2 - Inquietações diante do corpo

“Aos dezesseis dias do mês de julho de 1668 nesta vila de São Paulo em casa e paço do conselho, nela estando os oficiais da Câmara abaixo assinados, por eles foi dito ao procurador do conselho se tinha alguma cousa a que requerer do serviço de sua majestade e bem comum deste povo o fizesse. E pelo dito procurador foi dito e requerido que se fixasse quartel que todo morador que tiver doentes no termo desta vila, tiverem sarampo em sua casa, não tragam os ditos a esta vila a enterrar, senão os enterrem nas ermidas donde moram, com pena de seis mil reis aplicados para as despesas do conselho (...)”<sup>881</sup> (meu destaque)

---

880 - Vovelle, Michel; *A história dos homens no espelho da morte*; In: Braet & Verbeke, “A Morte na Idade Média”; S.P.: Edusp, 1996, p. 18.

881 - A. C., sessão do dia 16/07/1668, p. 586

As tensões provocadas pela morte e a existência de um corpo sem vida sempre estiveram presentes em diversas épocas e sociedades. A *boa morte*, conforme os costumes vigentes em São Paulo nos séculos XVIII e XIX, seria conseguida mediante a elaboração de testamentos e da preparação de diversos ritos de passagem como o velório, missas, cortejo e sepultamento que, até 1858, deveria ser realizado preferencialmente no interior de uma igreja. A morte violenta ou abrupta era temida pelos vivos, pois colocava em risco a salvação, e isso devido principalmente a não realização dos últimos sacramentos – a confissão, principalmente. E caso isso ocorresse, os próprios defuntos tornavam-se perigosos, mas por um outro motivo: acreditava-se que os mortos poderiam voltar, especialmente quando o corpo desaparecia (como no caso de afogados levados pela correnteza) o que inviabilizaria o sepultamento e, mais ainda, nos casos de morte por suicídio ou assassinato.<sup>882</sup> Eis aqui, talvez, uma outra razão para que o já citado falecimento de D. Jesuína Maria de Godoi fosse classificado como *morte natural*, não obstante o mesmo ter ocorrido devido a um homicídio. O vigário do Braz, nesse caso, e certamente porque se tratava de uma rica senhora, tentava distrair a atenção para real causa de seu passamento. Apesar da verdade vir logo a seguir, a *morte natural* – com o devido destaque de estar em primeiro lugar na escrita – poderia servir como que uma salvaguarda.

Mas as inquietações geradas pelo cadáver não se restringiam apenas a esses aspectos senão, também, a outras determinações como, por exemplo, o medo diante das doenças que poderiam ser adquiridas. Com respeito ao sarampo – tema do documento acima transcrito – pairavam ainda algumas incertezas sobre o seu caráter contagioso, mas na dúvida, os governantes resolveram não arriscar, determinando, em 1668, que nenhuma pessoa vitimada pela doença viesse a ser sepultada na cidade. A relação entre o cadáver vítima de alguma epidemia – bem como o local de sepultamento – e o perigo que o mesmo poderia representar aos vivos estava, no século XVII, no centro de algumas discussões. Na França, explicou Philippe Ariès, alguns médicos até acreditavam nesse perigo, mas não se arriscavam ainda a laudos mais conclusivos, pois sentiam que era preciso realizar mais observações. Na verdade, completou Áries, eles “*estavam aborrecidos porque não tinham ainda a certeza das causas reais desses fenômenos que bem podiam ser devidos ao demônio.*”<sup>883</sup> Assim, a determinação dos vereadores com respeito aos mortos pela epidemia de sarampo em 1668 estava consoante com essas duas possibilidades: eram eles cadáveres perigosíssimos, seja pela enfermidade que poderiam

---

<sup>882</sup> - Nessa linha de análise, ver **Schmitt**, Jean-Claude; *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*; S.P.: Cia. das Letras 1999 e, para o Brasil, **Reis** (1991), especialmente o capítulo 7 “O espaço sagrado do morto: o lugar da sepultura”, p. 171 e seguintes.

transmitir, seja por guardarem ainda resquícios de alguma força maligna. A confinção numa distância razoável era o meio mais seguro de se evitar qualquer dano.

Guardando ainda essas interpretações, mas já com uma certa experiência de períodos anteriores, a varíola em São Paulo no século XVIII chegou a ser classificada como um “*venenoso e contagioso mal*”.<sup>884</sup> Eis aqui um claro sinal de conhecimento sobre esta enfermidade, de que ela poderia ser adquirida por contágio ou que, de alguma maneira, o “veneno” das bexigas (*vírus*) poderia passar de um corpo para outro. Nesse caso, não apenas os doentes (os vivos) deveriam ser isolados, mas também os mortos já que, da mesma maneira, seus cadáveres continuariam sob a influência maléfica da doença e passíveis de contaminar outras pessoas. Os mortos de varíola eram, portanto, dos mais ameaçadores e isso principalmente na avaliação das autoridades. E foi justamente por este motivo que, na vereança do dia 5 de novembro de 1798 ...

“... se recebeu uma carta de sua excelência em que determina que esta Câmara dê a necessária providência para que não enterrem dentro da cidade os mortos de bexigas falecidos no hospital interino que se nomeou fora desta cidade para a cura desta enfermidade; e nesta mesma vereança se respondeu a dita carta e se determinou que fosse ordenado ao dito hospital para que os cadáveres fossem sepultados na capella do Ó.”<sup>885</sup> (meu destaque)

Não restam dúvidas de que esta ordem tinha um alvo certo, ou seja, os doentes isolados no hospital criado em 1798 e que, conforme visto páginas atrás, naquela época estava funcionando no então distante *sítio do Pacaembú*. Assim, esses doentes seriam preferencialmente pobres e escravos, uma vez que muitos outros em melhores condições tratavam de seus enfermos em casa, às escondidas. De qualquer forma esses corpos metiam tanto medo que, daquele hospital, eles deveriam seguir adiante (sem passar pela cidade) e após transpor o rio Tietê seriam sepultados na longínqua capela de Nossa Senhora do Ó. Há que se notar aqui o apartamento pretendido, pois a capela não apenas estava a uma grande distância do núcleo urbano como, também, encontrava-se separada por um obstáculo natural, este representado pelo maior rio da cidade.

Posteriormente, e somente para os falecidos dessa moléstia, espaços especiais para sepultamentos foram criados. Após a abertura do cemitério da Consolação, uma área específica nele foi reservada aos *bexiguentos* sendo que suas covas, ao contrário dos “7

---

883 - Áriès (1988), p. 212

884 - Documentos constantes do testamento de Bartholomeu Paes de Abreu, ano de 1738. Veja referência completa nas notas 33 e 34 do Capítulo I, primeira parte.

885 - A. C., sessão do dia 05/11/1798, p. 139 e 140.

palmas” de profundidade, deveriam ter 10 e – além de já separadas das demais – seriam elas marcadas com um sinal específico que serviria como que um alerta, um indicativo ou lembrança do perigo ali existente. Estipulado estava que a reabertura dessas covas somente poderia ser realizada após decorridos 5 anos do sepultamento.<sup>886</sup> E desses terríveis “sinais” não escaparam nem mesmo os membros da elite que possuíam suas próprias catacumbas. Na eclosão de epidemias, e mediante uma ordem, tiveram eles uma autorização especial para sepultar os familiares falecidos de varíola nos seus túmulos particulares, e isso desde que eles também deixassem gravados na sepultura as mesmas marcas aplicadas nas covas dos pobres.<sup>887</sup> Sob esse aspecto, e em face da ameaça, igualavam-se as apreensões diante do cadáver, sem distinção de classes.

Um outro exemplo do pavor despertado pelos corpos dos *bexiguentos* pode ser verificado durante o surto ocorrido em 1878. Naquela oportunidade, a área do cemitério reservada a esses mortos já estava totalmente ocupada. Nessas condições, não restava outra alternativa que não o reaproveitamento das covas mais antigas, estas resultado das epidemias que grassaram na cidade entre 1873 e 1876. Assim, algumas delas poderiam ser reutilizadas, pensou o administrador do cemitério, pois não haveria mal algum em reabrir e exumar os corpos enterrados em 1873: os cinco anos estipulados em lei para realizar tal procedimento já haviam passado. Mas, ao receber esta consulta, os vereadores logo solicitaram a opinião do dr. Felizardo Cavalheiro, médico da Câmara. E este, diante de tão temerária ação, descartou totalmente essa possibilidade, concluindo que “*não se deve resolver a abertura de tais sepulturas*”, mesmo que decorridos os 5 anos.<sup>888</sup> Seja por conta do medo (5 anos seria um tempo suficiente para neutralizar o perigo?), seja porque havia o risco de se abrir algumas covas fora da época prevista, o fato é que a municipalidade optou por não tocar naquelas sepulturas e, para solucionar o caso, resolveu aumentar a área do cemitério “*fechando mais um pedaço do terreno adjacente*” e reservando-o para os mortos de varíola. Ato contínuo, encarregou o engenheiro para que, rapidamente, levantasse uma planta para a execução desse trabalho tido como de grande urgência.<sup>889</sup>

Especialmente nas quadras epidêmicas, o temor diante do cadáver ganhava exterioridade e, para ele, regras especiais eram impostas ao mesmo tempo em que outras eram quebradas. Já instalado um novo surto em 1873, uma das primeiras medidas que se tomaram em relação aos cadáveres foi uma ordem expedida para que o cemitério

---

886 - Ofício do chefe de Polícia à Câmara, A. C., sessão do dia 27/11/1873, p. 228

887 - Ofício do Administrador do cemitério e resposta às suas indagações, A. C., sessão do dia 29/11/1873.

888 - Ofício do Administrador do cemitério de 22/08/1878, A. C., sessão do dia 24/08/1878, p. 92 e 93; Ofício do médico da Câmara, A. C., sessão do dia 14/09/1878, p. 100.

889 - A. C., sessões dos dias 24/08 e 14/09/1878, p. 92, 93 e 98.

permanecesse aberto 24 horas por dia, conforme especificou o chefe de polícia:

“Leu-se um ofício do Dr. Chefe de Polícia, datado de hoje, solicitando desta Câmara a expedição das convenientes ordens para que o administrador do cemitério não demore nos enterramentos dos cadáveres vítimas da varíola, como lhe consta ter acontecido, o que pode ser funesto na quadra epidêmica, convindo por isso que o administrador esteja vigilante a qualquer hora para encarregar-se do serviço a seu cargo.”<sup>890</sup>

E tão grande era a quantidade dos enterros noturnos que se dirigiam ao cemitério, que necessário se fez uma melhoria no sistema de iluminação pública na rua que demandava à necrópole: os sombrios e antigos lampiões foram trocados por combustores a gás, e isso a partir da igreja da Consolação em diante, oferecendo assim mais segurança e visibilidade para o transporte dos temidos cadáveres.<sup>891</sup>

Nas quadras epidêmicas, os ritos comuns que se faziam necessários ao sepultamento eram quebrados. A despedida era feita do modo mais rápido possível, assim como o apartamento do corpo. Era urgente retirar os cadáveres “*o mais rapidamente possível da cidade para se evitar a propagação da moléstia*”, explicitou o chefe de polícia em 1875<sup>892</sup> e aqui, é claro, a ordem era para que esses corpos fossem excluídos rapidamente do mundo dos vivos prevendo-se, inclusive, medidas especiais para a condução dos mortos até o cemitério, garantindo assim uma maior segurança:

“Que no trajeto para o cemitério público dos corpos das pessoas que houverem falecido afetados da epidemia reinante haja todo o cuidado; que este se faça pelos lugares e ruas de menor trânsito, e isto todas as vezes que se possa; que o carro tanto na ida como na volta ao cemitério não pare em parte alguma, e que quando regresse desse serviço seja imediatamente recolhido em lugar conveniente e não esteja exposto na rua; o mesmo se deverá observar a respeito dos veículos que conduzem os enfermos para o lazareto.”<sup>893</sup>

---

890 - A. C., sessão do dia 02/08/1873, p. 165.

891 - Proposta do presidente da Câmara ao Governo Provincial, A. C., sessão do dia 27/11/1873. A ocorrência de enterros à noite era algo bastante comum na São Paulo do século XIX. Mesmo antes da abertura do Cemitério da Consolação, os ricos se utilizavam desse expediente para, literalmente, dar mais brilho às cerimônias; os pobres, por outro lado, esgueiravam-se na calada da noite para, em segredo, depositar os corpos de seus familiares nas igrejas, o que obrigava os párocos a realizarem o enterro sem a cobrança de taxas. A esse respeito veja minha Dissertação de Mestrado “Sepultamentos em São Paulo”, Parte I, capítulos 4 e 5. Já em 1858, um colunista do jornal *Correio Paulistano* chegou a aconselhar que, em épocas de epidemia, os enterros no novo cemitério fossem feitos “*a noite para poupar os vivos a impressão aterradora que a vista repetida deste acto pode causar, como de facto acontece.*” E aqui devemos nos lembrar dos sentimentos (ou das emoções) como fatores agravantes ou mesmo geradores de males epidêmicos como já analisamos. Veja *Correio Paulistano*, edição do dia 02/09/1858.

892 - Ofício do chefe de polícia de 20/07/1875, A. C., sessão do dia 22/02/1875, p. 32.

893 - Proposta do vereador Portilho apresentada e aprovada na sessão da Câmara de 12/08/1875, p. 102 a 104.

Chama a atenção nessa regulamentação o fato de que não apenas o corpo, mas também o veículo tornava-se perigoso. Enquanto transportando o cadáver, ele não deveria “parar em lugar nenhum” e, depois da viagem, não deveria ficar exposto na rua já que, possivelmente, poderiam eles estar impregnados com o “veneno das bexigas”. Quinze anos depois dos acontecimentos aqui narrados, e já na era microbiana, medidas parecidas foram tomadas em relação aos veículos fúnebres, e isso quando a febre amarela ameaçava a cidade. Naquela ocasião, como já vimos na primeira parte, foi determinado que a empresa encarregada tivesse a máxima higiene em seu estabelecimento, proibindo-se a lavagem de seus carros na rua do Carmo, onde estava localizada a garagem (ou cocheira) da companhia.<sup>894</sup>

Aliás, períodos como esses eram muitíssimo bem aproveitados por parte do empresário Joaquim Marcelino da Silva, ele o proprietário da companhia funerária que detinha o privilégio da condução dos corpos até o cemitério. Apesar das *bexigas* e outras doenças contagiosas atingirem mais os pobres, delas não escapavam os remediados e nem mesmo os das classes mais altas. Como vimos, na epidemia de 1863-1864, a quantidade mensal de mortes elevou-se de um patamar médio de 55 a 60 ao mês para 99 falecimentos verificados em agosto de 1863. Nessas circunstâncias a agência de Marcelino prosperava e ele, por sua vez, tudo fazia para não perder nenhum “cliente”. Tal procedimento não escapou da crítica pena de Ângelo Agostini no jornal o *Cabrião* que, em outubro de 1866, recriminou de maneira muito clara (mas utilizando o humor, como era de seu feitio) o comportamento da empresa.

---

<sup>894</sup> - Requerimento do vereador Sertório, A. C., sessão do dia 18/07/1881.

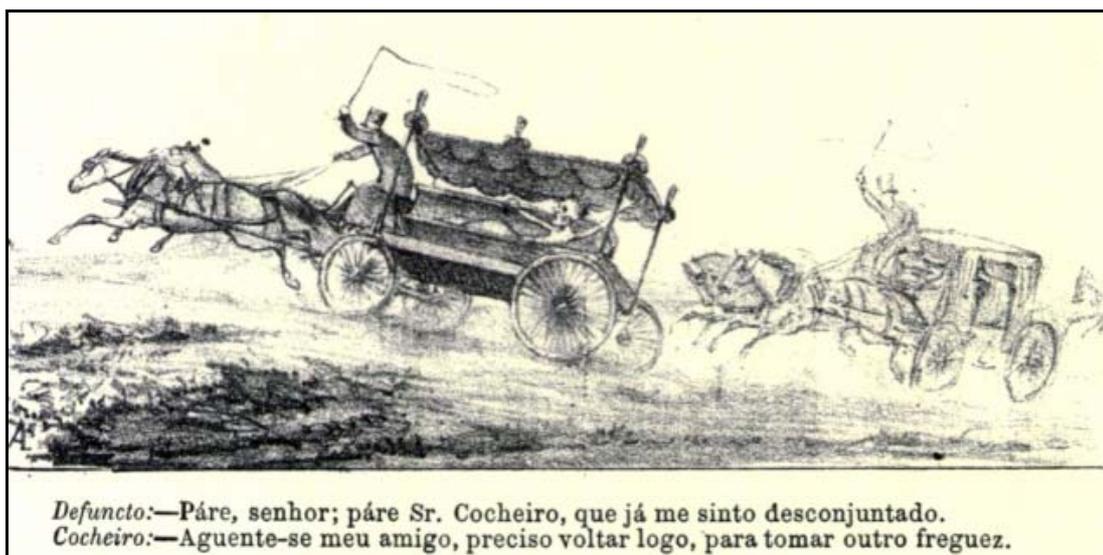


Fig. 56

Nos traços de Ângelo Agostini, uma crítica à rapidez com que se realizavam os sepultamentos.

De qualquer forma, a exclusão desses corpos não ocorria apenas quando mortos senão, também, em vida, como bem demonstram as últimas linhas do documento. Nesse caso, os enfermos (e os carros que os transportavam) eram igualmente perigosos, demandando uma série de cuidados. Ao adquirir uma doença – e aqui nos referimos especialmente nas quadras epidêmicas – o corpo ganha um outro significado. Portador de um mal, infectado, *manchado* ou *maculado*, opera-se a sua reclassificação o que, por fim, permite a sua separação. A doença, nesse caso, pode ser identificada com a morte e, daí, a existência dos “isolamentos” tão comuns na São Paulo do século XIX. Como vimos, vários deles foram abertos e fechados na cidade e, na década de 1870, ele estava funcionando na localidade chamada de *Areal* no bairro de Santana. Apesar da rigidez das regras criadas para os sepultamentos após a abertura do cemitério da Consolação em 1858 (pelo menos no que se refere à proibição de qualquer sepultamento que não nessa necrópole), os mortos nos isolamentos nelas não estavam incluídas. Prova disso era que o hospital do *Areal* tinha o seu próprio cemitério, este construído em 1875 “*a fim de ali serem sepultados unicamente os variolosos que falecerem.*”<sup>895</sup> E a explicação para tal procedimento reafirmava o receio que se tinha pelos corpos dos *bexiguentos*, uma vez que a razão alegada foi a de que os cadáveres não poderiam ser “*transportados ao cemitério da Consolação, passando por lugares populosos*”, conforme explicou o presidente da Província.<sup>896</sup>

895 - Ofício do governador da Província de 03/09/1875, A. C., sessão do dia 09/09/1875, p. 108 e 109

896 - Idem ibidem.

É preciso notar que esta avaliação sobre o perigo que tais cadáveres representavam não se alterou rapidamente, até porque ela permaneceria com a criação do novo *Isolamento* nos altos do Araçá, atual Hospital Emílio Ribas. Indicada como foi a chácara do Major Benedito Antonio da Silva para sediar o *Lazareto*, esse terreno, na avaliação dos vereadores, era o que reunia as melhores condições porque estava ...

“... situado bastante arredado dos caminhos ou estradas que comuniquem pontos povoados; de modo que por este lado oferece condições de completo isolamento indispensável para obter-se o fim a que se destinam os lazaretos. A circunstância de ser este lugar não muito distante do Cemitério Municipal, parece a esta Comissão de suma importância, pela convicção em que esta propagação da varíola se opera muito eficazmente pelos miasmas virulentos que exalam os cadáveres. Se pois o lazareto fosse colocado de modo que os corpos das victimas da varíola tivesse de percorrer centros populosos para irem ao Cemitério, não se conseguiria o fim a que o estabelecimento se destina, qual seja a extinção do mal pela segregação tanto das pessoas affectadas como dos corpos impregnados do vírus.<sup>897</sup> (meus destaques)

Ou seja, os corpos sem vida daqueles atacados pela varíola eram extremamente perigosos por conta dos *miasmas virulentos* que poderiam afetar quem deles se aproximasse; mais ainda, o relato de horror acabava também por justificar a segregação dos doentes, estes em conexão direta com os cadáveres, posto que ambos (doentes ou mortos) tinham os seus corpos *impregnados com o vírus*.<sup>898</sup>

Tendo em vista as palavras que advertiam para a ameaça que tais mortos representavam, nada melhor do que a colina do Araçá para a edificação do novo *Lazareto*. Ora, além de se tratar de uma região ainda não habitada e longe da cidade, o sítio possuía ainda a vantagem de não estar a grande distância do cemitério da Consolação, o que possibilitaria o transporte dos mortos sem grandes riscos. Apesar de não citado neste documento vale lembrar que para a eleição deste local também influiu um prévio conhecimento sobre as condições naturais daquela colina, ou seja, sabia-se que dali os ventos não sopravam com frequência para a cidade, tendo sido este um dos motivos principais pela escolha de uma de suas encostas para a edificação do cemitério da Consolação em 1858 e da própria colina, em 1897, para a fundação do cemitério do Araçá.

---

<sup>897</sup> - Relatório da “Comissão encarregada de dar parecer sobre a escolha do local para a fundação de um lazareto de variolosos”; A. C., sessão do dia 14/03/1878, p. 34 e 35.

<sup>898</sup> - Lembremo-nos aqui da definição de *vírus* dada por Chernoviz em 1862 e já citada páginas atrás: “O vírus é um princípio não conhecido na sua natureza e inacessível aos nossos sentidos, que se desenvolve em certas moléstias e que, inoculado em um indivíduo são, transmite exatamente a mesma moléstia. Assim, a saliva de um cão danado inoculado no homem (...) gera a hidrofobia, o pus de um cancro sifilítico produz a sífilis; (...) as bexigas tem também um vírus.” Veja a definição completa na Parte I, Capítulo 5, item 5.1 “Afecção, infecção e poluição”.



**Fig. 57**

A construção do cemitério do Araçá em 1897. À esquerda vemos os operários e as obras do muro do mesmo cemitério.; no centro, em primeiro plano, temos a antiga Av. Municipal (hoje Dr. Arnaldo) e ao fundo, à direita, o Hospital de Isolamento, atual Emílio Ribas.

De qualquer forma, todos esses cuidados não bastaram para frear o temor diante dos cadáveres dos *bexiguentos*. Iniciada a construção do *Isolamento* em 1878, em 1880 ele foi aberto. Mas, já no ano seguinte, e em conseqüência do aparecimento de alguns casos da doença na cidade, o médico da Câmara alertava que se fazia necessário...

“a retirada imediata do zelador e sua família do Lazareto de variolosos para evitar-se a propagação da varíola de que se acham afectadas duas crianças ali recolhidas por ordem da polícia, e pedindo providências para o estabelecimento de um cemitério junto ao mesmo Lazareto.”<sup>899</sup> (meu destaque).

Além da informação (esta já analisada anteriormente) de que os *isolamentos* somente eram ativados em face de epidemias e daí a presença de um zelador e sua família que apenas vigiavam o edifício, chama a nossa atenção a solicitação para o *estabelecimento de um cemitério* anexo ao hospital. Não obstante a grande vantagem alegada em 1878 de que o *lazareto* estaria a pouca distância do cemitério da Consolação, mesmo assim pedia-se pela abertura de um outro, este destinado apenas aos mortos pela temida moléstia. Nesse caso, o que teria ocorrido nos três anos que separam o relatório da comissão da Câmara e este ofício do médico em 1881? O pronto atendimento do pedido (já que este cemitério foi logo estabelecido no local) nos permite algumas análises. Em primeiro lugar devemos considerar o receio, mas este agora conjugado

---

899 - Ofício do médico da Câmara, A. C., sessão do dia 19/12/1881, p. 231

com uma questão antes não prevista, qual seja, o adensamento ocorrido no entorno do cemitério da Consolação, bem como na sua principal via: a própria rua da Consolação, o que colocava novamente os doentes e os mortos em contato com os vivos.<sup>900</sup>

Autorizado a funcionar pela municipalidade a partir de 1881, o cemitério do Isolamento serviu exclusivamente aos pacientes daquele hospital. Por conta disso, ali foram inumados inicialmente os corpos dos falecidos por varíola e, posteriormente, também o das vítimas de outras doenças que passaram a ser classificadas como *infecciosas*.<sup>901</sup> A esse respeito vale notar que, na época de sua abertura, os documentos produzidos no Isolamento chamavam aquela necrópole de “*Cemitério dos Contagiados*” e, anos depois, como “*Cemitério de Moléstias Infecciosas*”, alteração esta que remete à discussão ocorrida no período entre os adeptos do contágio e da infecção, conforme nos referimos páginas atrás. E como este hospital não perdera ainda a característica de abrigar apenas os desvalidos, ali foram sepultados apenas os brancos empobrecidos, os negros e, também, inúmeros imigrantes europeus, como comprova uma relação elaborada nas primeiras décadas do século XX a respeito dos epitáfios que ali restavam:

“Relação das sepulturas existentes no Cemitério de moléstias infecciosas do Hospital de Isolamento, cujos epitaphios estão ainda legíveis: -

Joaquim Esteves Martinez	sepultado em	16 de Dezembro de 1894
Rudolf Christian Rostod	“	5 de Abril de 1894
Friedrick Lehmann	“	20 de Abril de 1895
Gino Mazzanti	“	24 de Julho de 1895
Salvatore Mastrogianni	“	..... Março de 1896
Wolf Goldenberg	“	..... 1896
Elisabeth Wichmann	“	..... Março de 1896
Emma Priewe	“	..... Janeiro de 1897
Dora Klatsohko	“	..... Junho de 1893

E mais cinco com epitaphios completamente ilegíveis. Há outras ainda, apenas com cruzes, sem inscrição alguma, e ainda outras apenas com vestígios apagados de inumações.”<sup>902</sup>

Apesar de não mais existente na paisagem da cidade, a localização desse antigo cemitério do Isolamento pode ser conseguida através dos mapas da época e, como poderá ser visto na página seguinte, ele estava situado onde hoje se encontra o edifício da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na Av. Dr. Arnaldo.

<sup>900</sup> - Trataremos com mais vagar dessa questão no item 5.5 deste capítulo.

<sup>901</sup> - Em 1892, e diante da ameaça da epidemia de febre amarela que fizera algumas vítimas na Capital, o governo do Estado recomendou ao município que esses cadáveres não fossem enterrados no cemitério da Consolação e sim “no cemitério anexo ao Lazareto de variolosos.” Mediante essa indicação, o médico e vereador Bráulio Gomes chegou a cogitar no aumento da área daquela necrópole. Veja A. C., sessão do dia 21/05/1892, Vol. manuscrito, p. 45 verso.

<sup>902</sup> - Coleção “Ofícios Expedidos” de 1919 do antigo Hospital de Isolamento; acervo em catalogação custodiado pela Divisão Administrativa do Instituto de Infectologia Emílio Ribas e disponível no “Serviço de Informação e Documentação Científica” (Biblioteca) daquele Instituto, uma cópia desta *Relação* (s/ data) nos foi gentilmente cedida pela sra. Fátima Aparecida Chiuratto.



Tudo indica que o cemitério do *Isolamento* esteve aberto até pelo menos o ano de 1897, época em que foi construído o cemitério do Araçá. E de fato não havia mais razão para a manutenção daquele, já que uma área especial para esses casos foi reservada no novo cemitério: era o quarteirão de nº 69, chamado a partir de então de “Quadra das moléstias contagiosas”. Em janeiro de 1900, por exemplo, já estavam ali sepultados cerca de 150 cadáveres.<sup>903</sup>

Devemos sublinhar novamente que tais hospitais, ou isolamentos, eram destinados preferencialmente aos mais pobres, ou para aqueles que não possuíam famílias com posses suficientes para tratá-los em casa. E eram justamente os corpos dessa camada social que mais metiam medo, já que muitas das regras aqui especificadas para segregação a eles eram dirigidas. Porém, é preciso salientar que não apenas os cadáveres dos *bexiguentos* recebiam esse tratamento senão, também, aqueles afetados por outras moléstias que, visivelmente, marcavam o corpo, a exemplo da lepra:

“O Sr. Presidente fez ver à Câmara que, tendo-se dado o caso de falecer um lazarento no respectivo Hospital, e de véspera, e com quanto o Regulamento do Cemitério público não autorize o enterramento de cadáveres desta natureza fora dele, com tudo parecendo-lhe impossível de fazer por não haver quem quisesse incumbir-se no actual cemitério pelo má e adiantado estado de putrefacção, annuiu que fosse feito no cemitério dos lázaros.”<sup>904</sup>

A corrupção do corpo aqui citado pelo presidente da Câmara não se refere ao tempo em que o morto ficou insepulto, pois o doente, como é informado, faleceu na “véspera”, ou um dia antes da recusa de seu cadáver no cemitério da Consolação. Nesse caso, a repulsa foi devido ao estado avançado da doença, e tanto que nem mesmo os coveiros, tão acostumados a esse tipo de trabalho, quiseram se encarregar do enterro.

Na década de 1890, e diante da eminência de um surto de febre amarela que já atingia o interior do Estado, medidas parecidas com aquelas antes aplicadas aos mortos pela varíola foram recomendadas, tendo solicitado tanto o Inspetor de Higiene do Estado, quanto o Intendente de Polícia e Higiene municipal que “*não fossem conservados por muitas horas no centro da cidade os cadáveres de pessoas falecidas de febre amarela.*”<sup>905</sup>

E se persistiam os receios diante dos corpos insepultos atacados por males epidêmicos, após a inumação todos os cadáveres – sem qualquer exceção – eram considerados como altamente ameaçadores. Daí a estipulação de algumas regras para as exumações que, com

---

903 - Livro de Inumação do cemitério do Araçá, 1900, vol. 33, fl. 201 e seguintes.

904 - Informação do presidente da Câmara, A. C., sessão do dia 10/11/1859, p. 190

905 - A. C., sessão do dia 27/03/1890, p. 90.

bastante freqüência, passaram a ocorrer no cemitério, e isso seja visando a mudança dos restos mortais de um túmulo para outro, de uma cova rasa para um túmulo, ou mesmo para a transladação dos ossos até outras localidades.<sup>906</sup> Para esses casos, o Regulamento do Cemitério estipulava que *“a abertura das covas para novas sepulturas somente poderia ter lugar depois de passado o tempo que, pela experiência, se julgar necessário para completa consumação dos corpos, segundo a natureza do terreno, mas nunca antes de cinco anos.”*(meu destaque)<sup>907</sup> Ocorre, porém, que este prazo de cinco anos nem sempre foi respeitado a não ser no caso dos mortos pela varíola, como vimos. Para os demais, e por várias vezes, a municipalidade chegou a autorizar a abertura das sepulturas decorridos 4 ou 3 anos após a inumação, conforme deixa transparecer o ofício de José Gomes de Faria, administrador do cemitério em 1869:

*“Ofício de José Gomes de Faria, administrador do cemitério público datado de 12 do corrente comunicando que na informação que havia dado acerca da exumação pedida no requerimento do Doutor Moura Câmara, não tractou de referir-se ao art. 18 do Regulamento, porque tem sido de costume seu informar unicamente o dia, mês e anno do falecimento e da sepultura dada, porém como a Câmara lhe ordena que informe se antes dos 5 annos de que tracta o Regulamento pode-se ou não fazer a exumação, informa que a vista do art. 18 entende que se não poderia fazer; mas tendo as Câmaras transactas por várias vezes mandado fazer exumações antes do prazo de 5 annos, achando-se sempre consumidos os cadáveres e sommente as ossadas, julga que nenhum inconveniente haverá em que esta Câmara mande proceder a que ora se requer.”*<sup>908</sup> (meu destaque)

De fato, algumas exumações ocorreram antes do prazo estipulado, mas havia um limite e, como pudemos verificar, as autorizações nunca foram concedidas antes de passados dois anos do sepultamento. Exemplar nesse caso foi a solicitação de Francisco José de Lima que, em dezembro de 1859, comprara uma sepultura perpétua no cemitério. Ocorre que meses antes, sua esposa falecera e fora sepultada na “Quadra Comum”, e agora desejava ele transladar para a dita sepultura os restos de sua finada.<sup>909</sup> Mas tendo em vista o fato de que este era o primeiro pedido que chegara para realizar uma exumação (o cemitério fora aberto

---

<sup>906</sup> - A partir de meados da década de 1860, diversas foram as solicitações para a transferência de restos mortais para outras cidades como, por exemplo, a do dr. Gustavo Balduino de Moura Câmara, que desejava *“traspasar para a cidade de Porto Alegre os restos mortais do falecido Afonso Henrique de Souza Ribeiro, sepultado no cemitério em 22 de junho de 1865”* (A. C., 01/07/1869, p. 165 e 166) ou a de José Maria Largacha, que pedia a *“exumação do cadáver de sua esposa D. Joaquina Amália Xavier Largacha e de sua filha menor de nome Maria, afim de serem seus restos conduzidos ao cemitério de Santos, onde reside sua família.”* (A. C., 28/05/1874, p. 82).

<sup>907</sup> - Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo, Capítulo III, Art. 18.

<sup>908</sup> - Este ofício do administrador informava justamente o pedido de Gustavo Balduino de Moura Câmara que solicitava a transferência dos restos mortais de Afonso Henrique de Souza Ribeiro de São Paulo para Porto Alegre (conf. citado na nota 361). Como o sepultamento havia ocorrido no dia 22/06/1865, questionava-se se o prazo de 4 anos seria suficiente, posto que o pedido estava sendo feito em julho de 1869. Após as ponderações do administrador do cemitério, os vereadores autorizaram a exumação. Veja A. C., 15/07/1869, p. 178.

em agosto de 1858) e certamente pela falta de experiência nesses casos, o médico da Câmara foi convidado a dar um parecer:

“Ilmos. Srs.: Em portaria de 13 do corrente, ordena-me V. Exa. que informe sobre a pretensão do suplicante. Com quanto seja ela justa, não pode todavia ter lugar agora, porque faz apenas seis meses que foi sepultada, está portanto o cadáver agora em estado de putrefação = e por isso desenvolverá gases que fará imediatamente sucumbir aquele que tiver de desenterra-la. Em todos os cemitério públicos, tem-se tomado o termo médio de 2 anos para se poder fazer estas transladações por isso julgo que antes deste tempo não se poderá fazer, sem perigo de vida. Candido Ribeiro da Silva – Cirurgião Mor.”<sup>910</sup>

A petição de Francisco José de Lima, por fim, foi negada, reforçando os vereadores em seu despacho que, para se “fazer transladações de cadáveres, era preciso que se passassem pelo menos dois anos” desde o sepultamento.<sup>911</sup> Não obstante o fato de que aqui uma regra do Regulamento do Cemitério estava sendo desconsiderada (abrindo um precedente de que faria menção o administrador Faria em 1865), cabe analisar a argumentação médica, ou seja, a de que os cadáveres eram um risco aos vivos tendo em vista os “gases” – ou *miasmas*, poderíamos dizer – que afetariam mortal e imediatamente aqueles que estivessem nas proximidades. O cirurgião Candido Ribeiro da Silva, médico da Câmara, explicita assim a corrente teórica da qual fazia parte, ou seja, ele era um infeccionista. Na verdade, os miasmas produzidos pelos cadáveres foram a grande motivação para que, em meados do século XIX, se proibissem os enterramentos nas igrejas e, conseqüentemente, se edificasse um cemitério a céu aberto longe da cidade. Assim, era de se esperar que exumações de corpos recentemente sepultados não fossem mesmo aprovadas. De qualquer forma, e subjacente a todo esse processo, estava o medo provocado pelos corpos sem vida.

Seja em época de epidemias, seja em períodos normais, torna-se imperativo o sepultamento do cadáver. Esta evidência inequívoca explicita uma outra verdade, ou seja, a de que o corpo sem vida provoca sempre uma inquietação, um sentimento ambíguo que combina sensibilidades afetivas, mas também receios. Uma certa indiferença somente será conseguida bem mais tarde: dois, três, cinco anos, ou quando restarem apenas os ossos; não antes. Daí que, no século XIX, havia uma clara diferença entre “cadáver” e “restos mortais”, sendo estes últimos representados somente pelos ossos.<sup>912</sup> Decorrido um determinado

---

909 - A. C., sessão do dia 03/12/1859, p. 201

910 - Coleção “Papéis Avulso” do A.H.M, 1860, Vol. nº 188, documento nº 81.

911 - A. C., 03/02/1860, P. 34.

912 - Tal definição aparece com clareza num relatório apresentado pela Comissão Permanente da Câmara Municipal para o esclarecimento de algumas dúvidas suscitadas pelo administrador do cemitério em 1869. Ali o funcionário perguntava sobre a “retirada de cadáveres do cemitério”, no que foi alertado pelos vereadores de que o termo não estava correto, pois tratava-se da exumação de “restos mortais” ou das “ossadas achadas nas sepulturas abertas”. Veja A. C., sessão do dia 03/07/1869, p. 173 a 173.

período, conseguia-se a neutralização dos perigos e, em certa medida, também um abrandamento dos vínculos emocionais. A morte, portanto, somente será completa quando do desaparecimento da matéria e, daí, os processos de mumificação em antigas culturas ou dos embalsamamentos mais recentes: mediante determinados processos, susta-se a decomposição, o corpo mantém suas feições e, por isso, consegue-se uma sobrevivência do morto.<sup>913</sup>

E esta concepção de que os ossos (ou os restos mortais) pouco representavam não estava apenas no ideário médico senão também nos cânones católicos, mas por outro motivo. Santo Agostinho, por exemplo, e numa dura crítica às pompas funerárias e ao costume de se enterrarem os mortos junto às relíquias de Santos (costume este passado depois para o interior das igrejas), disse textualmente que *“as providências relativas aos funerais, escolha de sepultura, pompa de enterro, tudo isso é mais para o consolo dos vivos do que alívio para os mortos.”*<sup>914</sup> E indo além, alertava que o bom cristão não deveria preocupar-se com os cadáveres como faziam os pagãos, pois que o corpo morto não conserva qualquer sensibilidade: *“qualquer que seja o tratamento a ele infligido, de nenhum efeito será, visto que um corpo privado da vida, que se separou dele, nada pode sentir.”*<sup>915</sup> E a “vida” nesse caso, era a alma:

“Pouco importa que um corpo sem vida esteja aqui ou lá. O essencial é que a alma encontre seu repouso. Deixando este mundo, ela leva consigo a consciência da sorte que lhe é reservada, para a felicidade ou para o infortúnio. Não é da carne que a alma espera ajuda para a sua vida futura. É ela que lhe comunica a vida, aqui na terra. Partindo, ela a retirou. Ao voltar, ela lha devolverá. É a alma que prepara para a carne o que lhe será devido no momento da ressurreição. E o corpo, ela o fará revivificar-se, seja para o castigo, seja para a glória.”<sup>916</sup>

O corpo, portanto, pouco significaria depois da morte já que desprovido da alma. Os funerais, os sepultamentos – quando possíveis de serem realizados – eram atos de piedade cristã e até um dever, mas em nada ajudariam na salvação. De fato, ele julgou que mesmo a ausência de qualquer sepultura não tocava em nada o destino do defunto.<sup>917</sup> O que realmente importava, ensinava Santo Agostinho, eram os atos praticados em vida e mesmo as orações, *“as súplicas feitas pelos fiéis pelos defuntos que lhes são caros, serão úteis a estes, só no caso de eles terem merecido, durante a vida, beneficiar-se depois da morte.”*<sup>918</sup> Em suma, explicava o pregador, caso a alma fosse beneficiada pelo enterro *privilegiado* do corpo, “bastaria alguém ter dinheiro suficiente para comprar uma sepultura bem colocada. Seria, portanto, distinguir mais uma

---

<sup>913</sup> - A esse respeito veja a esclarecedora análise de Philippe Ariès (1988), Vol. II, Capítulo 8 “O corpo morto”.

<sup>914</sup> - Santo Agostinho, *“O cuidado devido aos mortos (De cura pro mortuis gerenda)”*; S.P.: Paulos (2002), p. 159.

<sup>915</sup> - Idem ibidem, p. 170

<sup>916</sup> - Idem ibidem, p. 165 e 166.

<sup>917</sup> - Idem ibidem, *Julgamento crítico*, p. 145.

<sup>918</sup> - Idem ibidem, p. 163

vez os ricos em detrimento dos pobres, até no além.”<sup>919</sup>

Como sabemos, os alertas de Santo Agostinho no ano de 421 (época em que ele escreveu o opúsculo *“De cura pro mortuis gerenda”*) não foram de todo seguidos, mas pelo menos uma relação entre seus ensinamentos e o tratamento dispensado aos corpos sem vida em São Paulo na primeira metade do século XIX pode ser observada, ou seja, antes da existência do cemitério da Consolação, e numa época em que os enterramentos estavam ainda sob a tutela da Igreja, verifica-se que havia um certo descaso para com os cadáveres, seja num curto período, logo após o sepultamento, ou mesmo depois, quando apenas ossos restavam. E mais ainda, fossem eles ricos ou pobres.

Nas igrejas mais abastadas da cidade como as do Convento e Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco e 3<sup>a</sup> do Carmo (as que cobravam o preço mais alto pelas covas) estavam, em 1851, com suas sepulturas cheias e como não recusavam *“aceitar cadáveres, abriam aquelas fora de tempo, fazendo inumações em lugares que não são próprios, desenterrando corpos muitíssimo extemporaneamente, e sepultando novos quase a flor da terra, em covas que a pouco foram ocupadas, e que ainda o estão”*, denunciou o delegado de polícia.<sup>920</sup> Em agosto 1858, poucos dias antes da inauguração do cemitério da Consolação, era a igreja de Santa Ifigênia que estava repleta e sendo seu terreno *“em extremo escasso, tem se tirado alguns cadáveres sepultados a pouco dias para lançar conjuntamente outros na mesma cova”*, relatava o governador da Província aos vereadores da Câmara.<sup>921</sup> Nas paróquias mais distantes como a Freguesia do Ó, nada de muito diferente ocorria, informando o próprio vigário em 1855 que ali ...

*“... os corpos eram sepultados no interior e no pátio da igreja Matriz, acontecendo por muitas vezes amanhecerem escavadas algumas sepulturas por cães (...) e que, além disso, era o pátio um lugar por onde passava uma estrada, lugar íngreme, onde correndo as águas com impetuosidade, tem feito que alguns ossos humanos sejam resepultados.”<sup>922</sup>*

Apesar de poderem ser vistos como relatos de horror, uma vez que todos eles foram produzidos na década de 1850, período este em que tais argumentos muito serviram para viabilizar a proibição dos sepultamentos religiosos e a conseqüente construção do cemitério público, o que mais se percebe é que, até então, o cadáver não possuía qualquer individualidade. A movimentação era uma constante e sempre devido aos novos

---

919 - Idem ibidem, p. 145 e 146.

920 - Coleção “Papéis Avulsos”, 1851, Vol. 157, doc. nº 118

921 - A. C., sessão do dia 05/08/1858. OBS: foi a partir justamente dessa reclamação do governador da Província que os vereadores tomam a decisão de abrir o cemitério da Consolação. Apesar de não estar ainda com suas obras totalmente concluídas, foi deliberado que *“se publique por editais que do dia 15 do corrente em diante fica aberto o Cemitério da Consolação e proibidos os enterramentos em outros lugares.”* Idem, ibidem.

922 - Coleção “Papéis Avulsos”, 1855, Vol. 173, doc. nº 113.

sepultamentos; as covas comuns eram a regra, especialmente no pequeno cemitério dos Aflitos, este também administrado pela Igreja. No que toca aos templos paulistanos, podemos perceber que, na prática, decorridos alguns meses depois do sepultamento, os cadáveres não eram merecedores de tantos cuidados. Claro que essa “movimentação” vinculava-se também à possibilidade da cobrança de novas taxas mediante a retirada de um corpo para o sepultamento de outro; em grande medida, as finanças dos templos dependiam desse expediente.

Vale observar que pouquíssimos eram aqueles que conseguiam no interior das igrejas paulistanas covas privilegiadas como aquelas próximas dos altares, posto que custavam verdadeiras fortunas. E mesmo que assim fosse, passadas algumas décadas nenhuma garantia existia de que o morto ainda ali estivesse. Dentre os inúmeros exemplos documentados, vale citar o de D. Catarina da Silva, rica dama paulistana, casada com o português Gonçalo Lopes. Conforme o testamento que elaborou em 1693<sup>923</sup>, ela já se encontrava viúva e, temendo a morte próxima, declarou que desejava ser sepultada na cova de seu marido na igreja da Ordem Terceira de São Francisco:

“Meu corpo será sepultado na capela de meu Padre São Francisco com o hábito da sua sagrada religião, e levado á sepultura com todas as cruces das confrarias desta vila e todos os clérigos que nela se acharem, como também os religiosos de Nossa Senhora do Carmo e a Irmandade das Virgens, de que sou irmã, e peço ao Senhor Provedor e Irmãos da Mesa da Santa Misericórdia acompanharem meu corpo na sua tumba e toda a Irmandade, e com a bandeira da mesma Santa Casa, como irmã que sou.”<sup>924</sup>

Falecida no ano seguinte, todas as disposições constantes em seu testamento foram seguidas e, além do considerável gasto com as centenas de missas que solicitou, bem como com o acompanhamento das irmandades e confrarias, pagou somente pela cova a quantia de 120\$000 Réis. Ou seja, apesar de seu marido já estar lá enterrado (o que pressupõe um pagamento anterior), para o seu sepultamento uma nova taxa foi exigida. E o valor não era nada desprezível, posto que no inventário a casa de “três lanços” em que Catarina residia na cidade foi avaliada em 180\$000 Réis.<sup>925</sup> Aliás, o sepultamento de Catarina da Silva no chão da Capela Mor mereceu uma especial autorização, posto que ali somente poderiam ser enterrados os ministros da Ordem, o que não era o caso de Catarina.<sup>926</sup>

Não obstante toda essa preparação, bem como as ordens especiais emitidas, décadas depois seus restos foram dali removidos. Em 1755, o comissário Frei Inácio do Nascimento, considerando determinação recente da Sé Apostólica, retirou os ossos de Catarina “*por ser proibido celebrar-se missa em altar debaixo do qual esteja enterrado corpo de defunto*” e por este

---

923 - Coleção Inventários e Testamentos do Arquivo do Estado, Vol. 23, p. 223 a 307

924 - Idem ibidem, p. 230

925 - Idem ibidem, p. 243 e 280.

926 - Valladares, Clarival do Prado (1972), Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros, Vol. I, capítulo 5

serviço pagou a dois pretos duzentos Réis. Os seus restos, bem como os de seu marido e dos demais irmãos ali sepultados foram então “ajeitados” em outro espaço da Capela Mor<sup>927</sup>, comprometendo-se apenas que naquela “sepultura não se sepultaria mais irmãos porque nela estavam os ossos da Irmã Catarina da Silva”, conforme anotou um escrivão no Livro de Óbitos da igreja. Entretanto, tal disposição de nada valeu, posto que outro assentador de óbitos logo escreveu à margem daquela anotação que “Este assento não vale nada ... e há de continuar ser enterrado quem for quem lhe toque.”<sup>928</sup>

Para o sepultamento no interior das igrejas, portanto, pagava-se uma taxa que variava de acordo com o espaço escolhido, mas a cova nunca era uma “propriedade” privada. Assim, o cemitério público, com suas covas separadas e a possibilidade de aquisição (até perpétua) de jazigos, muito se adequava aos novos moldes burgueses, até porque possibilitava a construção e o culto de uma *memória* individual que, na igreja, não seria possível.<sup>929</sup> E mesmo para os mais pobres, sepultados gratuitamente nas *Quadras Gerais* ou *Comuns* da nova necrópole da Consolação, havia a possibilidade de se colocarem “pequenas grades de madeira e uma cruz, também de madeira” que serviriam para demarcar e sinalizar o local onde o corpo havia sido sepultado, algo impossível de ser realizado antes no interior das igrejas.<sup>930</sup>

Por razões diferenciadas, e passados mais ou menos tempo, os restos mortais pouco representavam. Para a Igreja, e apesar do sepultamento ser considerado um ato de piedade cristã, o corpo sem vida não era algo a ser valorizado, pois o que importava era a alma – e aqui lembremo-nos dos ensinamentos de Santo Agostinho. Assim, e decorridos poucos meses do enterro, já era possível devassar as covas nos templos. Já na segunda metade do século XIX, e certamente pela influência cada vez maior da medicina acadêmica, o corpo era motivo de tensões até que completasse um ciclo de dois a cinco anos e, exceto para as vítimas de enfermidades epidêmicas, decorrida essa quadra os malefícios que os cadáveres poderiam causar estariam neutralizados.<sup>931</sup> A morte total do corpo seria então alcançada, posto que atenuados estariam todos os incômodos.

Mas o efêmero, ou a transitoriedade do corpo não obstava – especialmente para os mais ricos – a possibilidade de, literalmente, construir marcos mais duradouros ou, de uma memória, que sobrepujasse a morte física.

---

“Sepultamentos da igreja de S. Francisco da Penitência de São Paulo”, p. 141.

927 - Valladares (1972), p. 143

928 - Idem ibidem p. 144

929 - Trataremos com mais vagar desse tema no próximo item.

930 - Regulamento do Cemitério, Artigo 7º. Neste mesmo artigo, garantia-se que tais cercados e cruzeiros poderiam ser conservados por 3 anos.

931 - A neutralidade alcançada após a extinção da matéria, deu motivos a que o esqueleto pudesse ser utilizado e manipulado de diversas formas, sem causar tanta apreensão ou horror. Nesse estado, a não conservação das feições humanas seria outra grande motivação para caracterizá-lo como inofensivo, como veremos com mais detalhes no item 5.5 “Tensões e ambigüidades: o retorno dos mortos”.

### 5.3 – Memórias, lembranças e esquecimentos.

*“No caso de vir a fechar-se o cemitério, a administração deste será obrigada a exumar os restos mortaes existentes nos terrenos de concessão perpétua, e collocá-los no novo cemitério por forma que se perpetue nelle a memória da pessoa ou pessoas a quem os mesmos restos mortaes pertencerem.”<sup>932</sup> (meu destaque)*

No dia 3 de julho de 1894, chegava à municipalidade paulistana uma representação da colônia francesa residente na Capital *“solicitando da Câmara uma área de terreno no cemitério da Consolação para erigir um monumento que perpetuasse a memória de Sadi Carnot.”*<sup>933</sup>

Em condições normais, tal requerimento passaria ainda por algumas discussões até ser ou não aprovado nas sessões seguintes, o que demandaria um tempo não inferior a 15 dias – e isso nos casos mais urgentes. Porém, não foi o que ocorreu com este pedido. Na mesma sessão do dia 3 de julho, os vereadores João Antonio Julião e Carlos Garcia consideraram de máxima prioridade a representação e pediram que, imediatamente, fosse discutido o seguinte projeto:

*“Indicação nº 53:*

*Fica o Intendente municipal autorizado a conceder no cemitério numa área de trezentos palmos quadrados, independente de qualquer retribuição, para a criação de um monumento a Sadi Carnot.”*<sup>934</sup>

Consultados os demais vereadores sobre a relevância e urgência da indicação, todos concordaram. Ato contínuo a mesma foi aprovada, rapidamente e sem qualquer discussão, por unanimidade de votos. Enviada então ao intendente municipal, o projeto deu origem à Resolução de nº 51 e através da qual autorizou-se a concessão *“de uma área de terreno de*

---

<sup>932</sup> - Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo, 1858, Capítulo I, Art. 9º, § 3º.

<sup>933</sup> - A. C., sessão do dia 03/07/1894, volume manuscrito, p. 364

<sup>934</sup> - Idem, ibidem, p. 371

*quatorze metros e quarenta centímetros quadrados (14m<sup>2</sup>, 40) no cemitério da Consolação, independente de qualquer retribuição, para a criação de um monumento a Sadi Carnot.*"<sup>935</sup>

Pouco tempo depois, um grandioso cortejo tomaria as ruas de São Paulo. E tamanha foi a importância do ato que ele mereceu inúmeros registros, inclusive fotográficos. Organizado com pompas dignas de um chefe de Estado, o préstito reuniu centenas de pessoas que, do centro da cidade, seguiam em direção ao cemitério da Consolação. Na sua organização, o séquito era precedido por uma banda de música em uniforme de gala. Em seguida, senhores de fraque e cartola se encarregavam das coroas de flores acomodadas numa espécie de esquife – este empunhado a quatro mãos. Logo depois, mais componentes da banda e uma comissão de pessoas ricamente trajadas. Por fim, tudo se confundia com a multidão ao lado e mais atrás, a perder de vista, na rua 15 de Novembro.



**Fig. 60**

Manifestação à memória de Sadi Carnot .

O préstito passa pela rua 15 de Novembro em direção ao cemitério da Consolação.

---

935 - Resolução nº 51 de 10/07/1894, "Leis, Resoluções e Atos da Câmara Municipal de 1894 a 1895", S.P.: Casa

Já no cemitério, uma nova fotografia registrou a inauguração do monumento: o busto de Sadi Carnot foi entronizado no topo de um pedestal, este construído aos moldes dos ricos mausoléus que já se destacavam na área nobre daquela necrópole.



Fig. 61

Inauguração do monumento a Sadi Carnot no cemitério da Consolação em 1894. A assistência se aglomera em volta do pedestal, este encimado pelo busto do homenageado.<sup>936</sup>

François Marie Sadi Carnot (5º presidente da III República francesa) faleceu após sofrer um atentado, no dia 24 de junho de 1894, na cidade de Lyon. Os golpes fatais foram desferidos pelo anarquista italiano Santo Geronimo Caserio que, por este ato, foi condenado à morte, sendo guilhotinado no dia 16 de agosto de 1894.

Sob comoção geral, o corpo de Sadi Carnot foi levado a Paris. As cerimônias fúnebres ocorreram na catedral de Notre Dame e o sepultamento verificou-se no dia 1º de julho de 1894 no monumento conhecido como *Panthéon*, dedicado aos heróis franceses e onde, aliás, já estava inumado o seu avô Lazare Carnot, considerado um grande cientista, político e

---

Vanorden, 1915, p. 82.

<sup>936</sup> - Em visita de estudos que realizei no cemitério da Consolação no mês de abril/2007, verifiquei que o busto de Sadi Carnot ainda se encontra no mesmo local (na Quadra 26, terreno 35); entretanto, o terreno foi vendido para particulares que construíram um túmulo familiar. A base original não mais existe, trocada que foi por uma coluna de mármore em estilo grego. Conforme informações do Sr. Francivaldo Almeida Gomes, funcionário da necrópole e atualmente responsável pelas visitas monitoradas ao cemitério, o Dr. Délio Freire dos Santos já o havia alertado para o busto de Sadi Carnot dizendo tratar-se de uma “*pessoa muito importante, um presidente*”, conforme suas palavras. Advogado e historiador falecido em 2002, o Dr. Délio foi durante muitos anos o responsável pela Comissão Municipal de Identificação de Jazigos com valor histórico, trabalho pioneiro iniciado na década de 1980 e cujo resultado hoje serve de base às visitas monitoradas. O Dr. Délio exerceu também o cargo de administrador daquela necrópole na década de 1990.

estrategista militar.

Tendo em vista a trágica ocorrência, inúmeras manifestações de condolências foram enviadas por diversos países ao povo francês e, em São Paulo, parte da sociedade se mobilizou para edificar, no cemitério da Consolação, um monumento em memória ao presidente francês. Não sem antes preparar, como vimos, uma grande manifestação ou quase que uma representação dos funerais que ocorreram em Paris.

Não obstante o monumento em si, bem como o local escolhido para sua ereção (tema que trataremos a seguir) as imagens do cortejo chamam a nossa atenção pelas circunstâncias em que ocorreram, ou seja, com pompas, uma ostentação que nos parecem exageradas, até porque o corpo do ex-presidente francês já se encontrava sepultado a uma longa distância, em Paris. Nesse sentido, a exterioridade que tais cerimônias ganharam em São Paulo bem poderiam querer transmitir uma outra mensagem.

Num primeiro momento, poderíamos atribuir tais acontecimentos à presença e influência dos franceses (e da França) no Brasil e, em particular na comunidade paulistana daquele período. Mas, arrisco dizer, não apenas este fato deve ser considerado. Para entender as manifestações em memória a Sadi Carnot na São Paulo de 1894, devemos voltar nossas atenções não apenas para figura do ex-presidente francês senão, também, para seu assassino.

De fato, alguns aspectos da cerimônia como a presença de banda de música, bem como o trajeto pelas ruas mais importantes da cidade, visavam claramente angariar a simpatia popular e sinalizar que o perigo não estava apenas em Paris, mas ao contrário, também na capital paulista. E eis o perfil amplamente divulgado do assassino: ele era italiano e anarquista.

Naquele momento, a existência de anarquistas entre os operários italianos de São Paulo não era ignorada. Um ano antes, entre julho e agosto de 1893, por exemplo, o jornal *Correio Paulistano* publicou uma série de quatro reportagens com o título “Imigrantes Anarquistas”, através das quais alertava para a presença dessas pessoas qualificadas como “chefes partidários” de uma terrível seita destruidora que buscavam ...

“... penetrar nesta grande e hospitaleira terra que se chama o Estado de São Paulo, usufruindo as vantagens que nossos cofres públicos lhes dão, tais como o transporte gratuito (...) e o seu primeiro estabelecimento na capital, até que lhes apareçam as ambicionadas colocações, para no fim das contas virem aqui implantar a desordem e um luta fratricida, incompatíveis com a abundância e a excelência dos nossos recursos de vida.”<sup>937</sup>

---

937 - *Correio Paulistano*, 30/07/1893, p. 1, Apud: **Lopreato**, Christina Roquette; *O espírito das leis: anarquismo e*

Naquele mesmo ano 20 pessoas foram presas e identificadas como “anarquistas” e outras 10 como “anarquistas e socialistas”. Já em 1894, e certamente sob o impacto da morte do presidente francês, o chefe de polícia de São Paulo registrava em seu relatório que as medidas mais importantes que tomara se referia a “*essa perigosa classe de indivíduos (...) que celebravam conferências públicas visando o desenvolvimento da tenebrosa doutrina na sociedade paulista, obrigando-o a vigiar e a observar os indivíduos denunciados como adeptos extremados da perigosa seita e em momento oportuno apreende-los em seus planos e frustrar de pronto a realização dos seus sinistros intentos.*”<sup>938</sup>

Nesse cenário, as manifestações a Sadi Carnot em São Paulo ganham outros significados. Foi um ato de desagravo e, também, um alerta, posto que possíveis “Caserios” bem poderiam estar presentes, por exemplo, entre os operários italianos que trabalhavam nas fábricas do Braz. Daí que também se explicam as rápidas medidas tomadas pela municipalidade paulistana que, imediatamente, concordou e ofereceu um terreno no cemitério da Consolação para a edificação de um monumento que perpetuasse a memória do ex-presidente francês em São Paulo.<sup>939</sup>

Mas, e por que no cemitério?

Desde que se aventou a possibilidade da construção de um cemitério público a céu aberto em São Paulo – este conjugado com proibição dos enterramentos nas igrejas – muitas discussões ocorreram. A proposta nunca alcançou unanimidade e, por isso, um longo tempo foi necessário para que a obra viesse a ser concretizada. Apresentado o projeto pela primeira vez na Câmara Municipal em 1831, somente em 1858 o cemitério seria aberto.<sup>940</sup> E mesmo depois, logo após a sua inauguração, não poucas vozes se levantaram contra a sua existência e contra as novas práticas de sepultamentos.

As reclamações mais comuns que chegavam à imprensa e aos vereadores a respeito do cemitério, diziam respeito ao despreparo dos funcionários nomeados pela Câmara que ora recusavam dar sepultamento a algum corpo, ora o faziam com desleixo. Em setembro de 1858, por exemplo, e nem decorrido um mês desde a abertura do cemitério, o delegado

---

*repressão política no Brasil*; In: Revista Verve, nº 3, 2003, p. 77.

938 - Idem ibidem.

939 - A partir desse capítulo utilizarei com freqüência os termos “memória” e “monumento”. Nesse sentido, esclareço que a partir das fontes consultadas e especificamente no que toca à morte e aos ritos funerários, a *memória* estará aqui definida não apenas enquanto lembrança – de algo ou de alguém que não mais esteja presente – senão também com o sentido de “comemoração” ou homenagem. E é sob esse aspecto que se torna fundamental a presença de diversos elementos (objetos inclusos) que, ao se articularem, facilitam e tornam possível um *culto à memória*. Os *monumentos* ou “memoriais” estariam então nessa categoria, já a serviço da *memória* e contra o esquecimento, portanto.

940 - As análises sobre esta questão encontram-se em minha Dissertação de Mestrado “Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800-1850”, PUC-SP., 1995.

de polícia informava aos vereadores que não recebera qualquer denúncia, mas ...

“... vagamente ouvira dizer que em uma ocasião, levando-se um cadáver para ser sepultado e não sendo encontrado o porteiro e nem a entrada do cemitério aberta, levaram o corpo para dentro por cima do muro, e que em outra o porteiro exigira para receber o corpo o pagamento de emolumentos, e como o portador do cadáver não tivesse o dinheiro, vencera a instância do porteiro em não receber o corpo, abandonando-o dentro do cemitério; que no cemitério não há coveiro nem recebedores de corpos, querendo o porteiro que os portadores abram as covas e os sepultem. Devo porém declarar que não me foi possível descobrir com que pessoas tais fatos se deram e se eles são verdadeiros, pois por maledicência e indiscrição, todos nesta terra falam demais (...) porém para auxiliar a justiça, todos negam-se e ocultam vergonhosamente a verdade, como infelizmente por observação tenho reconhecido.”<sup>941</sup>

O delegado claramente nos faz ver que pessoas ou grupos contrários ao cemitério estavam a agir, espalhando boatos aqui e ali de forma anônima, não sendo possível para ele descobrir a verdade. Mas tal campanha, tudo leva a crer, estava sendo comandada principalmente por alguns membros de irmandades e confrarias (senão por elas próprias), pois algumas delas possuíam privilégios nesse campo, inclusive financeiros, que foram derogados com a existência do cemitério.<sup>942</sup>

De qualquer forma, alguns casos vistos como verdadeiros escândalos ocorreram nos primeiros meses logo após a abertura da nova necrópole, e estes foram perfeitamente documentados, inclusive com testemunhas que não se furtaram a falar. O primeiro grande problema referia-se ao horário de funcionamento ou, mais especificamente, ao horário de fechamento do cemitério. Em períodos normais (sem epidemias) ele era aberto às 6 horas da manhã, sendo que seus portões eram cerrados às 18 horas no verão, e às 17 no inverno. Eis aqui uma prática que demandava um novo aprendizado, pois antes, nas igrejas, os horários não eram tão rígidos, posto que se aceitavam corpos à noite. E foi justamente o que ocorreu com Caetano José de Oliveira que, querendo sepultar sua filha Tereza de um ano de idade, mandara abrir uma cova na tarde do dia 9 de setembro de 1858. Chegando o cortejo no

---

<sup>941</sup> - Ofício do delegado Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça ao governador da Província, Coleção Papéis Avulsos, 1858, documento s/nº datado de 09/09/1858

<sup>942</sup> - As maiores reclamações que se apresentavam nos jornais eram justamente com respeito ao privilégio dado pela municipalidade ao empresário Joaquim Marcelino da Silva para a condução dos cadáveres e, também, por algumas taxas cobradas no cemitério. Deve ser lembrado que, até então, esse mesmo privilégio (no que tange à armação da residência para os velórios e transporte dos corpos para as igrejas) era da Irmandade da Misericórdia. Um grande indício de que a Misericórdia era a irmandade que mais atuava contra o cemitério – ou contra as bases em que ele se organizara – é que, já na década de 1870, e após o término do contrato entre a Câmara e Marcelino, o privilégio foi novamente entregue a esta irmandade que, por sua vez, o repassou para as mãos de terceiros, não sem grande lucro.

cemitério entre 17h30 segundo algumas testemunhas, ou às 18 horas, conforme outras, o fato é que os coveiros recusaram-se a fazer o enterramento alegando que suas jornadas haviam terminado. Somente com a ajuda de familiares e do administrador do cemitério, o sepultamento finalmente pode ser realizado, tudo terminando por volta das 19h30.<sup>943</sup>

Em janeiro de 1859, e por ocasião do sepultamento do distinto Coronel Bento Tomás Gonçalves, uma forte chuva caía na cidade. Chegando seu corpo ao cemitério, quiseram os familiares e amigos depositar o corpo na capela na esperança de que o aguaceiro passasse. Mas eis que o administrador não foi encontrado e um rapaz que por ali estava disse nada saber a seu respeito e, tão pouco, sobre chave que abriria a capela. O resultado foi que, retirando-se o carro que o conduzira, o cadáver foi então *“depositado no chão, exposto à chuva, e sem decência alguma, cujo ato muito sensibilizou e revoltou os ânimos dos que sobrevivem”*, relatou o presidente da Câmara.<sup>944</sup>

Tais acontecimentos foram suficientes para alimentar os falatórios que corriam pela cidade e, ao mesmo tempo, serviram para fomentar a ira dos grupos contrários ao novo cemitério que se encarregavam de espalhar novos boatos. De certo que a inexperiência com este novo equipamento urbano provocou alguns constrangimentos, mas nada de muito diferente já ocorria anteriormente com os sepultamentos nas igrejas ou no cemitério dos Aflitos. A diferença agora era que os enterros estavam concentrados num único local, o que proporcionava maior visibilidade aos problemas que ali ocorriam; por outro lado, este era um cemitério a céu aberto, descoberto, o que o deixava sujeito às intempéries. Novas técnicas para sepultamento deveriam, portanto, serem desenvolvidas, aprendidas e assimiladas, seja pelos funcionários do cemitério, seja pela população. De toda forma, não apenas essas dificuldades iniciais influenciaram para a formação de uma imagem ruim do cemitério da Consolação nesses primeiros tempos. A grande distância da cidade (cerca de 2 Km. a partir do largo da Sé, e 4 do Braz) provocaram inúmeras reclamações que se aliavam a uma outra questão: a necrópole fora inaugurada às pressas, sem um mínimo de acabamento, com muros de taipas a descoberto, sem reboco, com ruas e quarteirões apenas minimamente aplainados e sem qualquer revestimento, terra nua, portanto, que aliada à declividade do terreno, fazia com que as chuvas provocassem inúmeros estragos. Nessas condições a necrópole, ao tempo de sua inauguração, nada mais era do que um grande terreno – antes utilizado como pasto para

---

<sup>943</sup> - A. C., 16/09/1858, com documentação correspondente no Fundo Câmara Municipal, Série “Correspondência Passiva - Representações Populares” (abaixo assinado s/data) e, também, na coleção Papéis Avulsos, com documentos datados de 10/09/1858 (resposta do administrador do cemitério) e 13/09/1858 (ofícios do secretário e delegado de polícia).

<sup>944</sup> - A. C., sessão do dia 07/01/1859, p. 06 e 07. Outros casos parecidos foram relatados por **Pagoto** (2004),

animais – mal emparedado, sem qualquer acabamento e, por isso, muitos eram aqueles que o definiam como uma “monstruosidade, medonho fantasma mal acabado e construído num bruto e montanhoso pasto.”<sup>945</sup>



Fig. 62: O cemitério da Consolação em 1864.<sup>946</sup>

Apesar das críticas demasiadamente carregadas, posto que tinham como objetivo desqualificar não apenas o cemitério senão também a proibição dos enterros nas igrejas, tais análises não estavam muito longe da realidade. Quando da escolha dos altos da Consolação para esta edificação, o engenheiro Carlos Rath avaliou, em primeiro lugar, a sua boa distância da cidade e a posição do mesmo em relação aos ventos dominantes que varriam o núcleo urbano. Escreveu ele na ocasião que:

“Os terrenos altos acima da Consolação (...) são os mais convenientes (...) e a respeito dos ventos direi que o lugar que eu indico é tão alto que o seu nível passa acima de 400 palmos sobre as torres mais altas desta cidade, sendo tal a sua colocação que o [vento] noroeste que é, como disse, o vento que mais

---

especialmente no Capítulo III.

<sup>945</sup> - Pagoto (2004), p. 117, 121 e 122. A autora utiliza-se de abaixo assinados constantes da Coleção *Ofícios Diversos* do Arquivo do Estado de São Paulo, mas principalmente de matérias inseridas no jornal *O Publicador Paulistano* que, ao que nos parece, era o porta-voz privilegiado de grupos religiosos como algumas irmandades.

<sup>946</sup> - Desenho baseado em litografia de Ângelo Agostini. Concepção de Reinaldo Ferreira elaborada especialmente para esta tese.

constantemente reina, dá contra o morro do Caaguaçú e, a sul, passa de alto sobre os terrenos do lado esquerdo do Campo Redondo e da Luz, o [vento] norte dá contra o mesmo morro, e o leste sobre os terrenos por onde atualmente passa a estrada de Jundiá, ao lado do Caaguaçú.”<sup>947</sup>

Daí que o critério “salubridade”, tendo em vista a teoria miasmática, foi o fator que mais pesou na decisão pelos altos da Consolação. Em segundo lugar, entrava em questão a qualidade do solo, essencial para promover a decomposição dos corpos. Nesse quesito, o mesmo engenheiro tinha muito a dizer uma vez que já havia realizado algumas experiências com relação ao “Campo Redondo” (hoje bairro dos Campos Elíseos e um dos locais indicados para a construção do cemitério) e os terrenos da Consolação:

“A respeito do solo que devem ter os lugares destinados ao consumo e decomposição dos corpos, é indiferente para o caso de que se trata, o desenvolvimento de miasmas, primeiro porque estando esta cidade colocada quase a 3.000 pés de altura sobre o nível do mar, não é natural que aqui penetre o cólera morbus que ordinariamente não sobe a mais de 1.000 pés, e em segundo lugar porque os terrenos úmidos que mais depressa consomem os restos orgânicos, tais como as várzeas, são aqueles que com mais força desenvolvem os gases, pelo que torna-se esse desenvolvimento mais perigoso. Nas terras arenosas e secas, conservam-se os cadáveres algumas vezes por mais tempo, e mesmo faz com esses fiquem secos; nesse caso o desenvolvimento dos gases é menos considerável, além de mais lento. As terras barrentas, e um pouco calcária e férreas, como as da Consolação, consomem lentamente, porém fazendo-se covas suficientemente fundas, penetra a água fluvial, e isto contribui para o consumo mais rápido, sem promover em energia o desenvolvimento dos gases.”<sup>948</sup>

Ao mesmo tempo em que recorria aos seus conhecimentos sobre os miasmas e os terrenos passíveis de desenvolvê-los com maior ou menor intensidade, Carlos Rath embasava suas análises em experiências concretas e, por isso, a sua afirmação de que as terras da Consolação eram “pouco calcárias e férreas”. O terreno do Campo Redondo, por sua vez, não era o mais adequado para a finalidade que se queria, pois ali o solo era por demais argiloso, condição esta não propícia à decomposição dos cadáveres que poderiam ser “conservados por até 6 anos”, segundo suas palavras. Ainda sobre o Campo Redondo, suas análises mostraram que o solo continha saibro que, em contato com a água, infiltrava-se mais e mais, dando origem a uma *terra de porcelana* extremamente inapropriada para cemitérios. Assim, concluiu o engenheiro, melhor seria edificar a necrópole nos altos da

---

**947 - Carlos Rath**, *Memória sobre os cemitérios e sobre o uso de enterrar nas igrejas e sua origem*, Coleção Papéis Avulsos, 1856, Vol. 175, documento 338. Este estudo de Carlos Rath influenciou decisivamente na escolha dos altos da Consolação para a edificação do primeiro cemitério público de São Paulo que, antes, estava sendo planejado no “Campo Redondo”, atual bairro dos Campos Elíseos. O “morro do Caaguaçú”, citado no documento, é o atual espigão da Av. Paulista.

**948 - Idem ibidem**. Vale observar que, neste trecho, Carlos Rath se preocupa principalmente com as condições que poderiam facilitar o desenvolvimento de miasmas ao mesmo tempo em que procura atenuar os receios pela invasão da epidemia de cólera, uma grande ameaça que então se apresentava.

Consolação.

Mas, como ocorreram as análises empíricas de Carlos Rath e, também, que instrumentos ou técnicas foram utilizadas para exames tão detalhados do solo paulistano? Nesse caso, ele mesmo confessa a facilidade que aqui encontrou: a cidade era abundante em formigas, e delas o engenheiro muito se utilizou em suas observações. Nas suas próprias palavras ...

“O Campo Redondo é composto por saibros, áreas e outras de argilas pretas e brancas no fundo, **como mostram as cavas das formigueiras tiradas que são imensas** (...) O lugar do Campo Redondo é tão estéril como o da Consolação, **e também cheio de formigueiras**, porém a terra da Consolação é de outra composição, e as causas da esterilidade de lá dependem de influências físicas e locais e não geognósticas.”<sup>949</sup> (meus destaques)

A prosaica formiga que proliferava em São Paulo muito auxiliou o engenheiro, pois como sabemos, este inseto, ao cavar seus túneis, depositam os sedimentos mais profundos do subsolo na camada superficial do terreno, o que por certo facilitou o trabalho de Carlos Rath. Por outro lado, a incessante tarefa dos funcionários da Câmara, sempre obrigados a retirar os formigueiros que sobejavam na cidade, também produzia um bom material para análise, ou seja, as “cavas”. De toda forma, aqui está uma outra antiga característica nada agradável dos terrenos localizados nos altos da Consolação: ali era um local cheio de formigas e de “formigueiras”, conforme as palavras do engenheiro.

E se num primeiro momento os insetos foram de grande utilidade, posto que ajudaram na análise do melhor terreno para o cemitério, logo em seguida – após os primeiros enterramentos – eis que as formigas transformam-se em verdadeiras pragas. Além de tornar mais feio aquele “bruto e montanhoso pasto”, as formigas eram extremamente prejudiciais porque poderiam, no seu trabalho diário, fazer ressurgir algo que se queria imóvel, morto e enterrado. A neutralização do corpo via sepultamento a 7 palmos de profundidade corria assim um grande risco.

Não por outro motivo uma das principais atividades desenvolvidas no novo cemitério foi o extermínio das formigas, seja no seu interior, seja na “pastaria” ao seu redor. Ano a ano, e até finais do século XIX, inúmeras foram as ações nesse sentido. Em dezembro de 1860, por exemplo, o administrador da necrópole relatava aos vereadores os serviços mais importantes ali realizados e, dentre eles, informou que mandara “*tirar um grande formigueiro dentro do cemitério*” mas que “*existindo um outro fora, convinha mandar tirar em razão do grande mal que estão fazendo.*”<sup>950</sup> Em 1877, outro administrador participava “*que as formigas ainda continuavam*

---

949 - Idem ibidem.

950 - Ofício do administrador do cemitério, José Gomes de Faria, datado de 03/12/1860. Coleção Papéis Avulsos,

a fazer estragos no cemitério, pelo que pedia providências” da Câmara<sup>951</sup> e em 1881, numas das últimas menções a esses insetos, o fiscal da Câmara informava que havia gasto “uma lata de formicida” e pedia autorização para comprar “mais três, que necessitava para a extinção de formigueiros no cemitério municipal.”<sup>952</sup>

Frente a esta situação verificada na época de sua abertura, e no calor das críticas, um leitor anônimo do *Correio Paulistano* escreveu em tom de galhofa que para ele tanto se dava que, após a morte, seu corpo fosse sepultado “no cemitério público, no das Ordens Terceiras ou no das confrarias e irmandades” e explicou:

“... dotado de alma e corpo, daquela é que tenho sérios cuidados (...). Ora bem, sr. Redator, o que há de acontecer ao meu físico, também por via de igualdade caberá aos dos outros, porque por ora ainda não obtive privilégio exclusivo (...) pois se esta é a sorte que hão de ter nossos corpos, para que tanta bulha, tanta gritaria, e tantos queixumes contra o cemitério público? Que mal fez ele? (...) ele não nos procura, e nem nos incomoda: somos nós que o incomodamos e o procuramos. **Ora pois; será porque ele é feio? E os das Ordens Terceiras serão mais bonitos? Isto é paixão ou ciúme?**”<sup>953</sup> (meu destaque)

Além de tomar partido na discussão, fazendo uma clara defesa do cemitério público, o leitor nos esclarece de forma cabal que a disputa envolvia as irmandades de um lado e a municipalidade de outro; e mesmo defendendo a nova instituição, ele não poderia negar: o cemitério realmente era feio, mas tanto quanto os demais. Entretanto, na carta enviada ao jornal ele faria uma ressalva, pois se fosse o caso de ter o seu corpo enterrado no cemitério público “... só farei questão de gabinete si me quiserem lançar dentro de algum formigueiro.”<sup>954</sup> Eis a explicitação de um grande receio.

Assim, o *medonho e mal acabado* cemitério certamente causava algumas tensões que, somente com o passar do tempo, puderam ser atenuadas. E um dos caminhos utilizados para apaziguar situação foi a cessão de grandes áreas exclusivas às irmandades, como a do Carmo, uma das mais ricas e poderosas, que inaugurou seu próprio cemitério ao lado do municipal no ano de 1868.

De fato, e ao lado daquelas primeiras críticas, também encontramos os defensores do projeto que, durante décadas, foi tido por médicos e higienistas como um grande marco de “civilização” para a capital e que substituiria o “bárbaro” costume dos enterros nas igrejas.<sup>955</sup>

---

1860, Vol. 192, documento nº 97.

951 - A. C., sessão do dia 26/07/1877, p. 128.

952 - A. C., sessão do dia 21/03/1881, p. 57.

953 - *Correio Paulistano*, edição do dia 14/09/1859.

954 - *Idem* ibidem. A expressão “gabinete” tanto pode indicar um caixão quanto um túmulo construído com tijolos ou pedras.

955 - Sobre essa questão, ou como o termo “civilização” significaria hoje “progresso” e “barbárie” representaria o atraso, veja mais detalhes em minha Dissertação de Mestrado, Parte II, Capítulo 1 “Civilização X Barbárie”.

Nesse sentido, publicava o *Correio Paulistano* nos primeiros dias após abertura do cemitério:

“... felizmente a Câmara Municipal, essa instituição característica das liberdades populares que irradiam do nosso pacto social, parece ter compreendido a importância desta reforma a tantos anos reclamada pela civilização da capital de São Paulo, não recuando diante dos sacrifícios que se apresentaram para a criação do cemitério fora da cidade, e vencer hoje maléficis entraves que surgem a cada momento contra a necessária e urgente execução de sua sábia postura.”<sup>956</sup>

Ao mesmo tempo, alguns dos vereadores que lutaram pela sua construção – e na clara intenção de consolidar a necrópole na cidade – logo trataram de adquirir terrenos perpétuos para nele serem enterrados quando de suas mortes. Nesse sentido, a primeira concessão (ou venda) de terreno no novo cemitério foi feita justamente ao vereador Antonio Joaquim Tavares Rodovalho que, a 30 de setembro de 1858, solicitou:

“Ilmos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal:  
Diz Antonio Joaquim Tavares Rodovalho que pretende aforar perpetuamente no Cemitério Municipal um terreno de 12 palmos de comprimento e 10 de largo, para nele construir de pedra e cal ou tijolo, três ou quatro jazigos, sendo um abaixo do solo e três acima do solo; sendo um desses jazigos para o suplicante para nele ser enterrado perpetuamente **para nunca se bulir nele** (...) [e] os outros dois ou três jazigos é para os ascendentes e descendentes do suplicante em conformidade da lei e regulamento que criou o cemitério, e para isso pede a V. Sas. que mande passar carta de data do dito terreno pagando o suplicante a jóia estabelecida no regulamento.”<sup>957</sup> (meu destaque)

Defensor das novas práticas de sepultamentos, o vereador Antonio Joaquim aproveitaria a mesma sessão em que adquiriu o primeiro terreno perpétuo do cemitério da Consolação para exigir dos párocos que, *nos bilhetes de sepultamentos que passariam para o enterro dos cadáveres, declarassem a naturalidade, condição, idade e estado de cada um deles.*<sup>958</sup> E aqui se faz necessário abrir um parêntesis, pois a família Rodovalho esteve, por décadas, no centro das intrincadas relações (e negociações) que diziam respeito aos sepultamentos na cidade; e de tal maneira, que o sobrenome *Rodovalho Júnior* passou a ser sinônimo de “funerária” em São Paulo até pelo menos a década de 1940. Num rápido retrospecto, e desde a inauguração do cemitério da Consolação, o privilégio para a condução dos corpos esteve a cargo do

---

<sup>956</sup> - Correio Paulitano, edição do dia 02/09/1858.

<sup>957</sup> - Coleção Papéis Avulsos, 1858, Vol. 180, documento nº 107; veja também A.C., sessão do dia 09/10/1858. Antonio Joaquim Tavares Rodovalho exercia o mandato de vereador quando fez este pedido que, imediatamente foi aprovado pelos seus pares. Falecido de “febre perniciososa” no dia 18/04/1871, ele foi sepultado onde queria, ou seja, em seu “Mausoléu construído na rua larga que desce da capela para a cidade, nº 02” conforme consta no Livro de Sepultamentos do cemitério da Consolação, Vol. 5, folha 15 verso.

<sup>958</sup> - A.C., sessão do dia 09/10/1858 e Registro Geral da Câmara, Ofício de 11/10/1858.

empresário Joaquim Marcelino da Silva cujo contrato expirou em 1876. A partir dessa data, e conforme a Lei Estadual nº 69 de 02/04/1876, a Irmandade da Misericórdia teve de volta a concessão que possuía desde o período colonial. Porém, ela nunca mais assumiria de fato esse trabalho, pois através de “*vendas e revendas do seu contrato*”<sup>959</sup> (ou arrendamentos) os trabalhos ficaram a cargo de diversos particulares – não sem grande lucro para a Santa Casa de Misericórdia.<sup>960</sup> E de tal maneira o contrato para condução dos cadáveres e demais serviços fúnebres quedaram pulverizados que, em 1891, o rico empresário Antonio Proost Rodovalho (filho do vereador Antonio Joaquim) também entrava nesse ramo de negócio e abria, em sociedade com seu filho Antonio Proost Rodovalho Júnior, uma empresa de “Pompas fúnebres e carros para o serviço funerário” com sede na rua da Mooca.<sup>961</sup> Sentindo-se prejudicada, a Santa Casa reclama aos vereadores e estes proíbem a empresa *Rodovalho Júnior* de realizar os serviços de condução de cadáveres, consentindo, porém, que a mesma exercesse as funções de armadores.<sup>962</sup> Mas, não demorou muito para que a *Rodovalho Júnior* entrasse em acordo com a Santa Casa e dela adquirisse todo o privilégio nesse ramo. Não obstante as diversas reclamações que chegavam aos jornais e à Câmara sobre o “escândalo” de uma empresa privada assumir um monopólio que era de uma Irmandade (veremos alguns detalhes desse problema no próximo item), o fato é que a *Rodovalho Júnior* permaneceu, de 1893 a 1941, com a exclusividade dos serviços funerários em São Paulo.<sup>963</sup> Assim, longa foi a experiência dessa família com o cemitério, bem como com os demais “negócios” ligados à morte. Fechamos aqui este parêntesis com a intenção de retomá-lo em alguns momentos no item “Pobres, escravos e indigentes” a seguir.

\*

\*            \*

Com a aquisição do primeiro terreno perpétuo por Antonio Joaquim Tavares Rodovalho em setembro de 1858, outros interessados se apresentaram com o mesmo intuito, como o professor de primeiras letras Carlos José da Silva Telles que, em novembro do mesmo ano, “*solicitava a compra perpétua da sepultura de seu mano Jaime da Silva Telles no cemitério*

---

959 - A.C. sessão do dia 01/03/1900, p. 74 a 76

960 - Idem ibidem, veja também A.C., sessão do dia 24/03/1911, p. 139 a 152.

961 - A.C. sessão do dia 11/12/1891 p. 219.

962 - A.C. sessão do dia 31/12/1891, p. 236. O trabalho de “armador” consistia na preparação do ambiente onde o cadáver seria velado.

963 - Veja: **Serviço Funerário do Município de São Paulo; 100 anos de serviço funerário**; S.P.: P.M.S.P., Secretaria de Serviços e Obras, 1977.

*público, onde o mesmo se achava enterrado, ficando a dita sepultura pertencendo a sua família.*"<sup>964</sup> Apesar do sobrenome Silva Teles ser muito respeitado na cidade e ter membros proeminentes, os irmãos Jaime e Carlos não estavam entre os mais endinheirados, muito pelo contrário. O próprio peticionário, Carlos da Silva Teles, se sustentava através de seu ofício de professor, dando aulas na então Freguesia de Santa Ifigênia para onde seguira depois de prestar concurso em 1831.<sup>965</sup> Já o seu irmão, Jaime da Silva Teles, fora oficial da contadoria provincial e depois bibliotecário da Faculdade de Direito<sup>966</sup>, nunca se casou e faleceu no dia 4 de novembro de 1858, aos 64 anos. Foi sepultado no dia seguinte na catacumba nº 10 do cemitério municipal, esta alugada pelo seu irmão Carlos.<sup>967</sup> Vinte dias depois do sepultamento, Carlos da Silva Teles adquiriu de forma perpétua a referida catacumba.

De fato, esta segunda aquisição foi de grande importância para construção de uma nova imagem para o cemitério da Consolação – ou para a sua consolidação – pois mostrava a possibilidade de que outros na mesma posição do requerente (aqui considerado como representante de uma classe média urbana) poderiam solicitar a conversão de covas e sepulturas temporárias em perpétuas, ou mesmo adquiri-las. Mais ainda, e nas petições aqui citadas, aparecem claramente duas intenções antes impossíveis de serem realizadas: a reunião de vários membros de uma mesma família num único local, de forma perpétua, e em uma propriedade privada.

A partir desses primeiros exemplos verificamos que foi a adesão de alguns representantes das classes altas e médias da cidade ao cemitério – bem como às novas práticas de sepultamentos – a responsável pela construção de uma nova identidade para a necrópole da Consolação.

Paulatinamente, percebeu-se que não apenas os terrenos poderiam ser comprados, os túmulos construídos, mas, também, que estes eram passíveis de receber inúmeros melhoramentos, e isso seja por piedade, respeito aos seus mortos, mas também como possibilidade de deixar uma determinada marca. Ao mesmo tempo, a elite paulistana vislumbra a possibilidade de realizar seus cultos privados num espaço público, ao lado de outros túmulos construídos por diferentes famílias. Tem início então algo semelhante a uma “disputa”: por conta da individualização dos mortos e tendo como finalidade a construção de uma memória familiar, era preciso adequar as sepulturas aos melhores exemplos que

---

<sup>964</sup> - A.C. sessão dos dias 25/11 e 31/12/1858.

<sup>965</sup> - Sobre Carlos José da Silva Teles veja Ernani da Silva Bruno (1984) p. 835 e Neves, Fátima Maria; *O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo 1808-1889)*; Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Assis), 2003, especialmente p. 141.

<sup>966</sup> - Martins, Antonio Egídio, *São Paulo Antigo*, p. 93. Este autor cita ainda que Jaime da Silva Teles fora tenente e participara da Bernarda de Francisco Inácio e do movimento liberal de 1842 comandado por Rafael Tobias de Aguiar.

<sup>967</sup> - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, Vol.1, fls. 16

surgiam, seria humilhante não fazê-lo. Em 1861 os herdeiros do Brigadeiro Gavião pedem uma autorização para “cortar um dos lados da sepultura do mesmo finado para colocar sobre ela uma lápide sepulcral”<sup>968</sup> e, pouco depois, D. Ana Jacinta Lopes Ferraz solicitava “mais um palmo em todas as faces da sepultura onde está jazendo seu finado pai no cemitério afim de mandar colocar grades e roda do túmulo.”<sup>969</sup>

Em 1863 surgia uma grande novidade: a construção do primeiro mausoléu em mármore. E a façanha coube ao rico empresário português Antonio Teixeira de Carvalho que, no dia 24 de maio daquele ano, dirigiu um requerimento “pedindo concessão para poder colocar um degrau de cantaria em roda da sepultura onde jaz sua mulher e sua sogra, levantando nela um mausoléu de mármore.”<sup>970</sup> Nesta sepultura estavam enterradas sua esposa, D. Margarida Leopoldina Rosa, ela falecida meses antes, no dia 7 de janeiro de 1863, e sua sogra D. Margarida Maria da Conceição, que fora sepultada no dia 31 de janeiro de 1862.<sup>971</sup> E o pedido causou um certo alvoroço entre os vereadores; o Regulamento do cemitério permitiria uma obra em tamanha proporção? Após algumas discussões, resolveram incumbir o experiente João Mendes de Almeida para verificar o assunto e emitir um parecer. E ele realmente o fez, mas com uma demora de mais de 4 meses, o que nos sugere a existência de algumas dúvidas sobre a construção desse monumento no cemitério. Mas apesar do tempo decorrido, sua resposta foi favorável ao pedido:

“Encarregado de dar parecer sobre o requerimento de Antonio Teixeira de Carvalho, que pediu permissão para levantar um mausoléu sobre o túmulo de sua finada esposa, entendo que não há inconveniente em que o mausoléu seja levantado como pede o suplicante, não encontrando disposição no regulamento que se oponha ao seu deferimento. Paço da Câmara Municipal, 1º de outubro de 1863. Mendes de Almeida. Aprovado unanimemente.”<sup>972</sup>

Por certo que essas obras, apesar de algumas dúvidas nos casos de maior envergadura, em muito embelezavam aquela necrópole que já havia sido taxada de “monstruosidade e medonho fantasma”. Disso bem sabiam os vereadores que, um ano antes da construção desse primeiro mausoléu em mármore, fizeram inaugurar uma carreira de 20 catacumbas construídas ao longo da entrada principal do cemitério, a chamada “rua da

---

968 - A.C. sessão do dia 10/06/1861, p. 114.

969 - A.C. sessão do dia 25/07/1861, p. 151.

970 - A.C. sessão do dia 24/05/1863, p. 207. Antonio Teixeira de Carvalho era dos mais prósperos comerciantes de São Paulo. Estabelecido na rua Direita nº 7, ele era o proprietário da famosa “Casa da Águia”, loja de ferragens. Além disso, ele aparece referendado como *Grande Capitalista e proprietário de prédios*. Veja **Marques**, Abílio A. S.; *Indicador de São Paulo para o ano de 1878*, p. 163 e 199.

971 - O termo de sepultamento de Margarida Leopoldina Rosa encontra-se no Livro de Inumação do cemitério da Consolação, Vol. 2, p. 05 e o de Margarida Maria da Conceição no Vol. 1, p. 215. A sepultura em que se levantou o mausoléu foi referendada como “*Catacumba da Rua Larga do Portão, subindo da Capela para cima, lado direito, nº 5.*”

972 - A.C. sessão dia 01/10/1863.

Capela". Estavam elas divididas em blocos de 10 unidades para cada quarteirão, à esquerda e à direita da rua, formando um caminho que era percebido logo a partir do portão daquela necrópole. Feitas de tijolos, *"em três compartimentos dispostos uns sobre os outros e com entrada pela parte posterior, a parte confrontante foi destinada a inscrição do nome e mais circunstâncias que se quiserem memorar da pessoa morta."*<sup>973</sup> (meu destaque). Além disso, cada uma das sepulturas foram encimadas por uma cruz de ferro, dispondo-se o empresário que contratou as obras a individualizá-las com *"inscrições religiosas ou extraídas de livros santos."*<sup>974</sup> Mais ainda, esta rua principal do cemitério foi então "apedregulhada", posto que antes nenhum revestimento possuía. Nessas condições, conseguia-se *"preencher perfeitamente as condições de simetria e de embelezamento que jamais deveriam ser esquecidas"*, ponderou o capitão Francisco Antonio de Oliveira que se encarregou de avaliar o projeto.

Além do embelezamento que se queria, esse melhoramento levado a efeito pelo poder público mirava em duas outras direções: em primeiro lugar, consolidava uma separação entre ricos e pobres ou entre aqueles que poderiam adquirir tais sepulturas e os demais, enterrados gratuitamente. Assim, os espaços do único cemitério da cidade puderam ser bem demarcados – dividido em dois, poderíamos dizer – pois logo na entrada, em vias paralelas ou perpendiculares, mas próximas à rua da Consolação, ficavam as sepulturas mais ricas, perpétuas na maioria dos casos. Seguindo adiante, e numa área espacialmente desprestigiada já que atrás da Capela, estavam as Quadras Gerais ou Comuns. O efeito conseguido com esta delimitação dos espaços sociais da morte foi bem marcante: defronte da capela, logo na entrada do cemitério estavam os sólidos mausoléus e alguns monumentos, a exemplo de um belo jardim; nos fundos ficavam as Quadras Comuns, com suas covas que continham, quanto muito, uma cruz de madeira a sinalizar o local do sepultamento, era o quintal do cemitério. Um jardim na entrada, um quintal nos fundos, eis a disposição espacial que, aos poucos, construía-se na necrópole da Consolação, reproduzindo na "cidade dos mortos", a topografia social: todos reunidos no interior dos mesmos muros, mas cada um no seu lugar. Mais ainda, o cemitério representaria uma redução mais do que simbólica da sociedade e da "cidade dos vivos", posto que, geograficamente, seus espaços estavam bem delimitados. E eis aqui um dado fundamental que escapa aos estudiosos de nossa urbe, uma vez que essa ocorrência no cemitério da Consolação antecipava em alguns anos o que ocorreria na própria cidade de São Paulo décadas depois – especialmente a partir de 1880 – quando da constituição de

---

973 - Parecer de Francisco Antonio de Oliveira sobre a construção de catacumbas no cemitério, Coleção Papéis Avulsos, 1860, Vol. 189, documento nº 177.

974 - A.C., sessão do dia 23/02/1861, p. 42 e 43.

bairros específicos para elite (como os Campos Elíseos, por exemplo) cujo projeto previa o apartamento entre ricos e pobres que até então viviam no mesmo espaço: a velha colina localizada entre o Anhangabaú e Tamanduateí. Aliás, o cemitério foi ainda precursor de um projeto urbanístico que ainda não se vira na “cidade dos vivos”, posto que executado com ruas retas que se entrecruzavam em ângulos retos, a divisão dos quarteirões em lotes, a exemplo do chamado tabuleiro de xadrez que seria aplicado décadas depois no mesmo Campos Elíseos e, depois, em Higienópolis.

Uma segunda questão que deve ser levada em consideração na construção dessas catacumbas pela Câmara é que as mesmas passaram a ser uma fonte alternativa de renda, pois previa-se que as mesmas poderiam ser alugadas a 30\$000 Rs. (trinta mil réis) anuais num período de 4 a 6 anos, ou mesmo tornadas perpétuas, pagando o interessado 50\$000 Rs. somente pelo terreno e mais 120\$000 Rs. pelo túmulo.<sup>975</sup> Para aqueles que podiam arcar com tais custos, este não era um mau negócio, posto que o potentado Mateus Fernandes Cantinho gastara muito mais para construir “*uma catacumba de três andares*” em fevereiro de 1860: 277\$850 Rs., resultado da utilização de 1.700 tijolos (110\$850), 7 cargueiros de cal (37\$000), mais a mão de obra (130\$000).<sup>976</sup> Como medida de comparação, o salário de um coveiro no cemitério, na mesma ocasião, era de 45\$000 Rs. por mês.<sup>977</sup>

Até a construção dessas catacumbas, a renda do cemitério era composta por taxas de sepultamentos, aluguéis de covas, bem como pela venda de terrenos por tempo determinado ou perpetuamente. E é preciso notar que o cemitério da Consolação somente contabilizou prejuízos em suas contas nos primeiros meses de funcionamento, como em abril de 1859 quando a receita foi de 108\$000 e as despesas atingiram 135\$333 (aqui incluindo os salários dos empregados), gerando um déficit de 27\$333 Réis.<sup>978</sup> Situação esta logo revertida, nos cálculos anuais podemos perceber que o cemitério (já a partir de 1859 e até finais do século XIX) sempre apresentou lucros. Mensalmente, o administrador era obrigado a apresentar as contas de receita e despesas, todas elas devidamente analisadas pelos vereadores e transcritas nas Atas da Câmara.<sup>979</sup> Assim ficamos sabendo que no mês de agosto de 1862, por exemplo, a renda do cemitério foi de 494\$000 Rs. e as despesas importaram em 301\$666, sendo que o saldo a favor de 192\$334 foi recolhido junto aos cofres municipais; em junho de 1866 a receita atingiu 350\$000 e as despesas 186\$666, restando um saldo positivo de 163\$334; em janeiro de

---

<sup>975</sup> - A.C., sessão do dia 06/11/1862, p. 192.

<sup>976</sup> - Coleção Papéis Avulsos, 1860, Vol. 188, documento nº 103.

<sup>977</sup> - A.C., sessão do dia 20/01/1863, p. 20.

<sup>978</sup> - Prestação de contas do cemitério da Consolação, A.C., sessão do dia 26/05/1859.

<sup>979</sup> - Além dessa referência nas Atas da Câmara, as prestações de contas podem ser encontradas no seu original na Coleção “Papéis Avulsos” do Arquivo Histórico Municipal.

1884, por fim, o balancete apontava um superávit de 272\$000 Réis.<sup>980</sup>

Por certo que os “lucros” com o cemitério poderiam ser aumentados em favor da municipalidade, sendo isso justamente o que apontava o empresário Francisco Taques Alvim em 1860, quando apresentou seu projeto para a construção das 20 catacumbas inauguradas em 1862. Tais túmulos já prontos, alegou Alvim, seriam uma grande facilidade que a Câmara poderia oferecer aos munícipes, e isto devido as inúmeras dificuldades que se colocavam para aqueles que desejavam dar sepultura a um cadáver, principalmente no caso de falecimentos repentinos, o que obrigava a família a edificar o túmulo no mesmo dia do enterro.<sup>981</sup> Eis aqui um grande problema enfrentado naqueles primeiros tempos do cemitério, ou seja, ele era praticamente um descampado cercado por muros e, nesse caso, tudo ainda estava para ser feito, inclusive as sepulturas. Uma relativa facilidade somente era verificada nos casos de enterros grátis, pois bastava abrir uma cova na terra nua dos Quadros Gerais; para os demais, a preocupação era redobrada, pois além do sofrimento experimentado com a morte de um familiar, as atenções deveriam ser rapidamente voltadas para a construção do túmulo. De fato, o hábito de se construir com antecedência um jazigo familiar foi uma prática que demandou uma aprendizagem.

E naqueles primeiros tempos, como ressaltou o empresário, tudo concorria para dificultar esse triste momento. Dentre as inconveniências anotadas para se levantar um túmulo, a maior delas era a grande distância do cemitério, o que resultava em atrasos, seja por parte dos pedreiros, seja para a entrega dos materiais necessários. O tempo gasto para se levantar o mais simples dos jazigos variava de três a quatro horas e, não raro, o corpo dava entrada no cemitério com o túmulo ainda inacabado. Nessas ocasiões, ressaltou Alvim, a obra era “concluída ao som de motejos dos biógrafos de brocha e martelo, que não se compadecem com o respeito devido aos mortos...”<sup>982</sup> e aqui a crítica estava sendo dirigida aos pedreiros e serventes que davam os últimos acabamentos na obra e, sob a pressão dos familiares, realmente poderiam emitir alguns comentários.

De qualquer forma, Francisco Taques Alvim era um empresário que oferecia sua “mercadoria” à Câmara e, por isso, valorizava a sua obra. Mas, ele fez ver aos vereadores os lucros que teriam e, nesse sentido ...

---

980 - A.C., sessão do dia 13/02/1884, p. 38.

981 - Proposta do empresário Francisco Taques Alvim para a construção de catacumbas no cemitério municipal da Consolação, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, 1860, Vol. 188, documento nº 173-A datado de 08/02/1860.

982 - Idem ibidem.

“Cônscio da ilustração desta Câmara, não me demorarei em demonstrar as vantagens da proposta que apresento, lembrando somente que as catacumbas podem ser vendidas a aqueles que as quiserem perpetuamente, e alugadas aos menos favorecidos de fortuna, que não podem fazer uma despesa maior. Ora, é sabido que a classe que pode gastar cento e vinte mil réis em uma catacumba, e de cem a duzentos em um caixão é diminuta em comparação aos que podem despende vinte mil e bem fará a Câmara em lhe proporcionar um meio de enterramento que é ao mesmo tempo econômico e igual ao do rico poderoso. [Isto] por certo atenuará o clamor público, se bem que infundido, contra o cemitério.”<sup>983</sup>

As novas catacumbas serviriam, portanto, tanto aos mais ricos que poderiam adquiri-las perpetuamente, quanto aos das classes medianas, posto que alugadas. Tais facilidades, completou o empresário, poderiam atenuar as críticas que estavam sendo dirigidas ao novo cemitério, sendo esta realmente uma forte razão para adoção da proposta. De outra parte, argumentou Alvim, tocando num ponto muito sensível e que estava sendo motivo de desgosto por parte das Irmandades que muito haviam perdido com a construção do cemitério público:

“Nem se diga que a Câmara vai fazer negócio com as catacumbas: ela cobra uma taxa para sepultura e enterramento, fará o mesmo com as catacumbas que alugadas, suponhamos, a vinte mil réis é preço mais que módico, se nos lembrarmos que nas ordens terceiras se cobravam duzentos mil réis. Não ocultarei a esta Câmara que antes de submeter a sua consideração esta proposta, sondei o espírito público a tal respeito, e posso asseverar que ele se posicionou a favor da idéia, sem distinção de classe.”<sup>984</sup>

Os vereadores entenderam a mensagem e perceberam que ali estava a possibilidade de oferecer uma facilidade para as famílias mais abonadas, ao mesmo tempo em que teriam uma nova fonte de renda. Assim a obra foi realizada e as catacumbas postas a venda ou oferecidas para aluguel em janeiro de 1862.

E eis um outro aspecto que deve ser levado em consideração no caso do cemitério, da morte e dos sepultamentos: tratava-se também de um grande negócio, uma fonte de lucros rapidamente percebida pela Câmara. O cemitério, aliás, fora construído com verba do governo provincial repassada à municipalidade e em dezembro de 1859, calculou-se que o seu custo já chegara a um total de 28:954\$187 Rs. (Vinte e oito Contos, novecentos e cinqüenta e quatro mil, cento e oitenta e sete Réis)<sup>985</sup>, e como o gerenciamento do mesmo ficara a cargo da

---

983 - Idem ibidem.

984 - Idem ibidem

985 - A.C., sessão do dia 29/12/1859. Nesse total, estava incluído o valor de 2:000\$000 (Dois Contos de Réis) que fora doado pela Marquesa de Santos com a finalidade de ser utilizado exclusivamente com as obras da capela.

Câmara, os lucros com os vários negócios ali realizados seguiam diretamente para os cofres municipais.

Levando em consideração esse aspecto, temos aqui uma outra razão para a constituição de espaços privilegiados no interior do cemitério ou a sua divisão entre ricos e pobres. Certamente apoiado pelo poder público, já que lhe interessava tal organização, também a elite paulistana se apropria e faz uso dessa área exclusiva. É ali que ela vai construir seus grandes jazigos, verdadeiros monumentos de pedra e cal mas, conforme as posses, também em mármore e, depois, com peças em bronze. Aqui está uma grande novidade: o culto aos mortos ganha outra dimensão. Numa propriedade privada que poderia ser melhorada e aperfeiçoada – e em muitos casos seria humilhante não fazê-lo – os mortos das famílias mais ricas e mesmo o das classes médias da sociedade, ganharam um endereço fixo. Não que antes, nas igrejas, isso não ocorresse, mas como vimos, a transitoriedade dos mortos naqueles espaços era muito freqüente, o contínuo enterrar e desenterrar era a regra geral, sendo que edificação de túmulos suntuosos algo impossível de se realizar.

A individualização do cadáver fora conseguida com o cemitério e, daí por diante, seguiu amplamente exercitada pelos mais privilegiados. E não apenas individualmente já que, possível se tornou a reunião de vários membros de uma mesma família num único local: o grande mausoléu:

“Leu-se o Requerimento do Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior apresentando os recibos de 3 terrenos comprados em diversos lugares do cemitério público para sepultura do Cirurgião Mor Joaquim Antonio Pinto, do Dr. Rodrigo José Maurício e João Pereira Pinto, pai, cunhado e irmão do suplicante, e pedindo que se lhe conceda igual porção de terreno em um só ponto para reunir os restos mortais dessas pessoas.”<sup>986</sup>

A ausência de um túmulo – ou diante da dificuldade de construí-lo no mesmo dia do enterro – trouxe como conseqüência o sepultamento de membros de uma mesma família em lugares diferentes e que, agora, poderiam ser reunidos. Outros casos se deram com algumas famílias depauperadas, onde a falta de dinheiro resultou que o cadáver fora enterrado em covas gratuitas ou mesmo temporárias. Posteriormente, e mediante uma certa economia, poderiam elas agora comprar um terreno perpétuo. Tudo leva a crer que esta tenha sido a experiência vivida pela viúva D. Eulália Amélia de Assumpção em 1878, cujo marido, o Dr. Manoel Dias da Silva,

---

986 - A. C., sessão do dia 25/08/1864, p. 129. Tal solicitação foi aprovada, decidindo a Câmara “*passar os títulos*”

falecera anos antes. Em 1874, o mesmo ocorria com seu filho Eudoro, de apenas 3 anos, cujo sepultamento foi realizado gratuitamente na Quadra nº 3 dos Anjos Pequenos.<sup>987</sup> Quatro anos depois, e já com o montante suficiente, ela adquire uma sepultura perpétua:

“Requerimento de D. Eulália Amélia de Assumpção, com informação do administrador do cemitério, pedindo autorização para a exumação e transferência do cadáver de seu filho menor Eudoro Dias da Silva da sepultura nº 298 para outra que comprou e é de sua propriedade.”<sup>988</sup>

Seja pela inexperiência com este novo equipamento urbano chamado cemitério público, seja pela falta de dinheiro, muitos casos como esses ocorreram. Entretanto, e quando se podia pagar, todos eles puderam ser resolvidos a contento das famílias que desejavam, mesmo após a morte, reunir seus membros num único local. O culto aos mortos pode assim ser experimentado em novas bases e ampliado na nova necrópole – e aqui especialmente se comparados com o que era possível de ser realizado nas sepulturas existentes nas igrejas, onde “não era permitido que se levantassem túmulos de pedra, ou madeira”, aceitando-se somente que se pusesse “uma campa de pedra, contígua com o mais pavimento” e caso tivesse um “leiteiro, ou armas [brasões]” os mesmos seriam inscritos “na mesma campa, de maneira que não fiquem mais altos que ela.”<sup>989</sup>

E aqui vale um parêntesis: é preciso notar que os sepultamentos nas igrejas paulistanas – ou pelo menos em duas delas – já haviam sido motivo de reformas nas primeiras décadas do século XIX. Parte de um movimento que também ocorreu em outras cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Salvador<sup>990</sup>, aqui duas das mais ricas e que concentravam o maior número de sepultamentos em seus templos, a Ordem 3ª do Carmo e a Ordem 3ª de São Francisco, promoveram a construção de catacumbas separadas do piso comum de suas igrejas. Entretanto, a elas tinham acesso apenas seus irmãos ou aqueles que pagavam altíssimas taxas para simplesmente alugá-las, sendo raríssimos os casos em que as mesmas foram concedidas de forma perpétua.<sup>991</sup> Nas catacumbas da Ordem Terceira de São Francisco, por exemplo, foram sepultadas figuras muito conhecidas da história, como o padre Diogo Antonio Feijó e o brigadeiro Rafael

---

*requeridos, e bem assim, que seja demarcado um lugar em que reuna as três sepulturas como pede.”*

**987** - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, Vol. 6, p. 111. Consta no registro que o “*inocente faleceu de ataque de vermes*”, como era bastante comum naquela época.

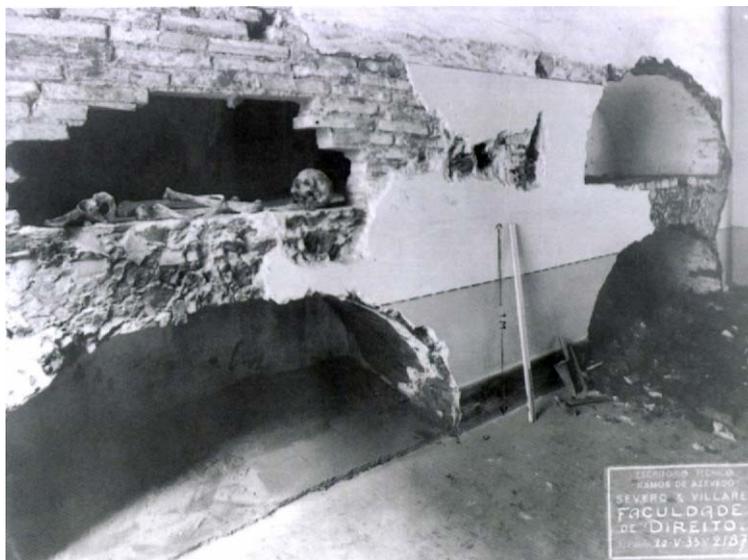
**988** - A.C., sessão do dia 19/09/1878, p. 105.

**989** - Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

**990** - Veja João José Reis (1991), Capítulo 7 “O espaço sagrado do morto: o lugar da sepultura”, especialmente o item “Novas divisões no espaço da morte”, p. 178 e seguintes.

**991** - A respeito dessas duas Ordens e de suas igrejas como as que mais concentravam os sepultamentos na cidade até meados do século XIX, bem como os locais onde nelas se sepultavam, veja minha Dissertação de Mestrado,

Tobias de Aguiar.<sup>992</sup> Aliás, conforme explica Reis (1991, p. 182) a posse de uma sepultura perpétua nas igrejas era “privativa de uma elite mandatária absoluta”, fato este que em São Paulo, como constatamos, foi modificado com a construção do cemitério público uma vez que representantes de uma classe média urbana também puderam adquiri-las. De qualquer forma, e mesmo que representassem uma inovação, as catacumbas não admitiam qualquer alteração em seu formato ou aspecto e, mais ainda, comportavam apenas um corpo. A sua disposição, afastada do piso principal da igreja, e num local exíguo, não permitia também a comum “visita”, ou pelo menos não com a comodidade verificada depois no cemitério.



**Fig. 63:**

As antigas catacumbas da Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco encontradas em 1933 durante as obras na Faculdade de Direito de São Francisco (USP), antigo convento dos franciscanos.

As sepulturas individualizadas, familiares na maioria dos casos, e principalmente enquanto propriedades privadas, por si só já representavam uma radical transformação em relação às que se encontravam nas igrejas. E estas agora, elevando-se na paisagem em construções sólidas, poderiam ser o suporte para representações que lembrariam a presença física do falecido. Segunda grande transformação: continuam as orações pela alma, mas estas agora serão acompanhadas pelas recordações e pelo lamento. Na análise certa de Ariès, a sepultura torna-se então o que não era, “*é sobre o túmulo que se virá recordar, recolher, orar e chorar.*”<sup>993</sup>

O cemitério, portanto, passou a ser um local privilegiado para a recordação ou, em outras palavras, para um culto à memória, seja ela num âmbito particular (familiar), seja em

---

Parte I “A cidade católica enterra seus mortos”, especialmente os capítulos 1, 2 e 3.

992 - Martins, Antonio Egídio, *São Paulo Antigo*, p. 89

993 - Ariès (1988), p. 270 e 274.

referências mais amplas, com a exaltação de biografias, de modelos de vida, notadamente de personagens da cena política que se queriam como grandes marcos para a história.<sup>994</sup>

E esta prática no cemitério da Consolação, especialmente no espaço reservado aos ricos paulistanos, ganhou em esplendor, tornando-se cada vez mais aristocrático, pois acabou recebendo monumentos especialmente encomendados na Europa:

“Leu-se o requerimento de Antonio José de Melo, com informação do engenheiro da Câmara, pedindo mais cinco palmos de comprimento no terreno da sepultura de sua finada mulher Dona Francisca, afim de colocar ali um mausoléu que mandou vir da Europa, e que excede no comprimento ao terreno marcado pelo regulamento, sendo-lhe por isso necessário mais cinco palmos para acomodar a laje de mármore, obrigando-se a fazer qualquer indenização que for justa. – Despacho: Que se lhe conceda.”<sup>995</sup>

A partir desse primeiro exemplo particular e familiar, outros se seguiram, mas foi no culto aos personagens públicos, aqueles que se queriam como grandes *heróis*, que encontramos as pistas ou mesmo as explicações que nos levam a compreender o episódio ocorrido em 1894 com a entronização do busto em *memória* do presidente francês Sadi Carnot.

Claro que não devemos desconsiderar a edificação dos verdadeiros monumentos particulares que, como vimos, já se encontravam no cemitério desde 1863. Mas foi através de um herói paulistano, para lá trasladado em 1889 que, de fato, percebeu-se o cemitério como um guardião da memória ou mesmo de uma determinada história. Assassinado em 1830 na rua que hoje leva seu nome, o jornalista João Batista Líbero Badaró foi inicialmente sepultado na igreja de Nossa Senhora do Carmo (veja Fig. 4, página 37). Contrário à política absolutista de D. Pedro I, Líbero Badaró muito incomodava a alguns conservadores, e tanto que sua morte chegou a ser atribuída a um atentado comandado por pessoas ligadas ao imperador ou até a mando do próprio.<sup>996</sup> Italiano da Ligúria, seu nome completo era Giovanni Baptista Badaró, sendo que o epíteto *Líbero* foi-lhe atribuído pelos paulistanos tendo em vista suas convicções e mediante sua atuação no jornal “O Observador Constitucional” que ele mesmo fundara em 1829. Tendo em vista sua origem, foi ele o primeiro personagem a ser cultuado pela colônia italiana que, entre os anos de 1888 e 1889, já somava alguns milhares na cidade. Decerto que muito interessava aos italianos de São Paulo esta homenagem ao compatriota, pois aproveitando-se de um mito já construído em torno do personagem,

---

<sup>994</sup> - A respeito da construção de mitos e de heróis, especialmente no período pré e pós República, veja **Carvalho**, José Murilo de; *A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil*; Cia das Letras, 1995.

<sup>995</sup> - Requerimento de Antonio José de Mello, A.C., sessão do dia 12/10/1871.

<sup>996</sup> - Veja, por exemplo, **Silva**, Nicolau Duarte; *Libero Badaró – contribuição para a sua biografia*; In: R.I.H.G.S.P, Vol.

esses novos imigrantes melhor poderiam se inserir na sociedade.

E foi nesse contexto que, em 1889, formou-se na cidade o *Comitato Libero Badaró* composto por proeminentes figuras da colônia italiana. E o objetivo da comissão era bastante específico, ou seja, construir no cemitério da Consolação “*um túmulo digno do nome de Badaró*”<sup>997</sup> cujos restos mortais estavam ainda na igreja do Carmo. A intenção, portanto, era muito clara: construir um marco ou um monumento onde melhor se pudesse exercitar o culto à memória daquele que já havia sido eleito como um *herói da liberdade*.

E assim foi feito. Angariado os fundos necessários, encarregou-se aos marmoristas italianos da “*Ferdinando Martinelli & Irmãos*” a confecção da obra. No dia programado para transladação, 24 de novembro de 1889, um grande público reuniu-se no antigo largo do Carmo. Formado o cortejo com mais de 4 mil pessoas, à frente seguia uma banda de música que tocava o “*hino de Garibaldi*.”<sup>998</sup> Além do povo, participaram também da homenagem os membros do recém constituído governo provisório republicano, que foram ao lado do coche fúnebre, pegando nas fitas do esquife; presentes também estavam os oficiais de 10 regimentos e alguns pelotões da cavalaria, estes empunhando o estandarte da República que, pouco antes, havia sido consagrado na igreja de N. Sra. dos Remédios. Programada com antecedência, a marcha para o cemitério seguiu o seguinte trajeto: largo do Carmo, praça da Sé, rua 15 de Novembro, praça Antonio Prado, av. São João e desta para a rua da Consolação. Ou seja, o cortejo de Líbero Badaró em 1889 muito no lembra as cerimônias ocorridas cinco anos depois, em 1894, quando das homenagens prestadas a Sadi Carnot.

Já no cemitério, a honra de depositar as cinzas de Líbero Badaró em seu novo túmulo coube a Prudente de Moraes, então membro do governo provisório e, conforme noticiou o jornal *Diário Popular*, as várias comissões que ali estavam retiraram-se na necrópole por volta das 16 horas, não sem antes visitarem os túmulos de Luiz Gama e Quirino dos Santos.<sup>999</sup>

Eis a nova característica que o cemitério ganhara (o de culto a alguns personagens, aos *heróis*), pois aproveitando aquele momento, os novos representantes da República visitaram e homenagearam dois outros mortos ilustres ali enterrados: o advogado e republicano histórico Francisco Quirino dos Santos (falecido aos 06/05/1886) e Luiz Gama, este considerado na

---

XXVIII, 1930, p. 463 a 577.

997 - Silva (1930), p. 489

998 - Idem ibidem, p. 491.

999 - Diário Popular, edição do dia 25/11/1889, 1ª página, matéria com o título “Exéquias de Badaró”.

época como o maior abolicionista de São Paulo e motivo de adoração por parte da comunidade negra.<sup>1000</sup>



**Figs. 64 e 65:** O túmulo de Líbero Badaró no cemitério da Consolação (veja descrição abaixo), no destaque o “retrato” do homenageado.

“O túmulo é todo de fino mármore branco, tendo em mármore preto apenas um friso circundando o retrato de Badaró, e mede uma altura de 4 metros. Consta de uma caixa central em que foram depositadas as cinzas do morto, (...) e colocada sobre um pedestal também retangular, com frente de cerca 1,50 m. e lados de 2 metros. Na lousa que descansa sobre esta caixa foi escrito: S. Paulo 21 Novembre 1889. Da retaguarda eleva-se entre duas colunas quadriláteras um bonito frontal, encimado por uma urna funerária (envolta, a meio, por bem cinzelada toalha) e ornada no centro superior pelo retrato em busto, do pranteado herói reproduzido de barbas à suíça (como usava), gravata de laço curto, colete e casaca de gola. Entre a urna funerária e o retrato, desenharam uma pena cruzada com um ramo de oliveira, o símbolo da paz; e logo acima do retrato uma estrela. Ainda no centro do frontal, abaixo do referido busto, inscreveram o seguinte epitáfio: Alla Mano Del Sicario / All’Ingiuria Del Tempo / Vendicano / In G. B. Libero Badaró / Il Pensiero Del Sofo / Il Cuore Del Medico e Del Cittadino / L’Umanità. (...)”<sup>1001</sup>

**1000** - Luiz Gama faleceu vítima de diabete aos 52 anos de idade e foi sepultado no cemitério da Consolação no dia 25/08/1882 em terreno de sua propriedade localizado na rua 12, sepultura nº 17 (Livro de Inumação do cemitério da Consolação, 1882, Vol. 09, p. 91). Seu enterro foi dos mais concorridos e, segundo Tancredo Amaral, apesar da cerimônia ter sido marcada para as 4 horas da tarde, desde o meio dia que o povo em massa procurava o cemitério: “*velhos, mulheres e crianças, principalmente pretos, dirigiam-se para a triste necrópole, á conquista de um lugar para aguardar a chegada do féretro. Duzentos e tantos carros acompanhavam a este, mas vazios. Era uma verdadeira procissão cívica, composta de perto quatro mil pessoas, quase todas as associações científicas, literárias e beneficentes de São Paulo, com estandartes em funeral, lojas maçônicas, de que o morto era dos mais graduados, etc. A beira do túmulo, orações fúnebres dos nossos mais eminentes oradores.*” Veja R.I.H.G.S.P., Vol. III, 1898, p. 423.

**1001** - Descrição do Dr. Argimiro da Silveira que esteve presente nas cerimônias; In: **Silva** (1930), p. 489 e 490.

Chama a atenção, tanto no mausoléu quanto na descrição do mesmo, a existência do *retrato* do homenageado. Esculpida em mármore, a imagem do rosto de Líbero Badaró não se equipara aos demais elementos do túmulo como as colunas ou a urna funerária que encima o monumento e que poderíamos chamar de peças decorativas. O retrato de Badaró, ao contrário, ultrapassa essa característica. O olhar do visitante pode passear por todo o conjunto, mas é no retrato que alguns segundos a mais são dispensados. O busto, portanto, cumpre a missão de marcar e dar uma certa materialidade ao falecido – cujos restos estão ali depositados, mas invisíveis – o que facilita sobremaneira o exercício de um culto à sua memória e na concepção de uma figura heróica. Tal monumento, portanto, servia à colônia italiana de São Paulo que buscava sua inserção na sociedade e servia, igualmente, aos representantes do novíssimo governo republicano recém-instalado que não se furtaram a estar presentes no cemitério.

Logo após as cerimônias realizadas “em memória” de Líbero Badaró, a comissão responsável fez a doação do túmulo à municipalidade que, a partir de então, ficou encarregada de sua guarda:

“Dito da Comissão Italiana encarregada das homenagens fúnebres ao patriota Libero Badaró, recomendando à Câmara a guarda do monumento levantado pela Colônia Italiana àquele grande mártir da Liberdade.”<sup>1002</sup>

E eis que o túmulo – já transformado no que não era – passa por outra alteração: ele agora pode ser visto como um monumento público. A área nobre do cemitério da Consolação pode então ser transformada num imenso *memorial*, com construções vistosas que fariam recordar os “grandes nomes” que foram subtraídos do mundo dos vivos. Não por outra razão que cinco anos depois, em 1894, concluiu-se que melhor lugar não havia para as homenagens que a colônia francesa quis prestar ao presidente Sadi Carnot. Terceira alteração: no túmulo não havia qualquer defunto; mas isso pouco importava, já que ele fora construído sob a forma de um *monumento*. E para que ele cumprisse a missão de fazer *recordar*, um busto do homenageado fora esculpido e, na implantação, uma nova estratégia foi aplicada, posto que o mesmo foi deslocado para o alto da construção; tal monumento, é preciso notar, não estava em desacordo com os demais, posto que ao lado de tantos outros que ali já estavam a representar figuras célebres da história local e do país.

De fato, aquele cemitério ou aquela “*monstruosidade, medonho fantasma mal acabado e construído num bruto e montanhoso pasto*” passara por algumas transformações e bem estava

---

1002 - A. C., sessão do dia 24/12/1889, p. 379.

servindo a uma parcela da sociedade que possuía o capital suficiente para fazer erguer grandes marcos antes impossíveis nas igrejas ou mesmo em outros locais públicos. Os governantes, por sua vez, também se apercebem do grande potencial que poderiam explorar para a construção de uma *memória* local e mesmo nacional. A exemplo de um livro em branco da história, o cemitério da Consolação poderia ser “preenchido” (ou escrito) mediante a edificação de seletos monumentos. Em 1912 a Prefeitura manda edificar, com dinheiro público, o túmulo do Dr. Pedro Vicente de Azevedo, ex-vereador, presidente da Câmara, intendente de finanças e vice-prefeito;<sup>1003</sup> em 1918 colabora com a quantia de 10:000\$000 (Dez Contos de Réis) para a “*construção de um mausoléu sobre a sepultura de Bernardino de Campos.*”<sup>1004</sup> Mas o ápice desse movimento ocorreria em 1917, época em que foi edificado pela municipalidade e pelo governo estadual um mausoléu que abrigou os restos mortais do ex-presidente Campos Salles, obra esta levada a efeito pelo escultor Rodolfo Bernardelli.<sup>1005</sup>

Os cemitérios, entretanto, e enquanto guardiões de memórias, era seletivo: sim a Bernardino de Campos, Campos Salles e mesmo a Luiz Gama – reverenciado que foi pelos republicanos naquela visita em 1889 – e não ao *Preto Leôncio*.

Clemente Antonio de Carvalho (por vezes chamado de Clemente Antonio Pereira e Clemente José de Carvalho) era mais conhecido como *Preto Leôncio*. Nascido escravo em residência da família Silva Carvalho, Clemente tinha quase a mesma idade de um dos filhos da casa, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, futuro conselheiro e ministro do Império.<sup>1006</sup> Passaram, os dois, a meninice juntos e, como pajem, Clemente viveu em companhia de Carlos Leôncio até que este completou seus estudos acadêmicos na Faculdade de Direito. Do nome de seu senhor, o *Preto Leôncio* herdou o apelido pelo qual se tornou popular, a ponto de quase ninguém lhe saber o verdadeiro nome.<sup>1007</sup> Excelente cozinheiro, o escravo provavelmente fora alforriado em 1868, como era o costume entre os

---

**1003** - A. C., sessão do dia 26/07/1912, p. 293 e 294.

**1004** - A. C., sessão dos dias 23/02 e 09/03/1918, p. 63 e 74, respectivamente.

**1005** - A respeito da edificação do mausoléu a Campos Salles, veja uma longa discussão que ocorreu na Câmara nas sessões dos dias 27/01 (p. 37), 09/04 (p. 289 a 294) e 23/04/1917 (p. 303). Pela Lei nº 1.809 de 09/09/1914, a prefeitura estava autorizada a gastar 25:000\$000 (Vinte e cinco Contos de Réis) com o mausoléu de Campos Salles, entrando o governo estadual com 50 Contos, uma vez que as obras foram orçadas em 75 Contos pelo escultor Bernardelli. As discussões travadas na Câmara não entram no mérito da homenagem, mas sim no fato de não ter havido uma concorrência pública para a realização do projeto.

**1006** - Carlos Leôncio da Silva Carvalho (1847-1912) nasceu no Rio de Janeiro e estudou na Faculdade de Direito de São Paulo onde recebeu o grau de bacharel em 1868 e o de doutor em 1869. Nomeado lente substituto da Faculdade, tomou posse em 1872. Participou, em 1873, da fundação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e, posteriormente de outras instituições de ensino. Ocupou a pasta do Império em 1878 e, nesse cargo, teve a oportunidade de colocar em prática as leis da reforma que instituiu o ensino livre no Brasil. De volta a São Paulo, elegeu-se deputado e foi nomeado lente catedrático da Faculdade de Direito em 1881, tendo ainda sido seu diretor em 1890. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1901 e faleceu em 1912. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, acervo da Seção de Denominação de Logradouros Públicos, “Rua Leôncio de Carvalho”, veja também <http://www.direito.usp.br/>

**1007** - “*O Preto Leôncio*”, matéria sem assinatura publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, edição do dia 07/09/1908, p. 3, por ocasião do falecimento de Clemente Antonio de Carvalho.

estudantes de direito que se bacharelavam.<sup>1008</sup> E *Leôncio* se destacava entre seus pares, pois conforme um curioso costume entre a escravaria dos estudantes, seguiam eles uma hierarquia conforme seus senhores avançavam nos estudos: “eram, como eles, calouros ou veteranos”, prevalecendo uns sobre os outros de acordo com a carreira dos estudantes e não se furtavam a “medir a distância que os separava.”<sup>1009</sup> Mesmo após a liberdade, o *Preto Leôncio* continuou a se mirar na projeção de *Leôncio de Carvalho*. Nas festas acadêmicas, principalmente depois do decreto que aboliu o ensino obrigatório, a presença do conselheiro era sempre saudada com delirantes ovações dos estudantes. E lá estava sempre o *Preto Leôncio*, a ouvir os discursos do conselheiro. Decorava frases inteiras dessas orações que, depois, repetia pelas ruas da cidade e, em especial, no próprio Largo de São Francisco.<sup>1010</sup> Das figuras de rua, escreveu Byron Gaspar, a mais célebre era, sem dúvida, o *Preto Leôncio*. “Escravo forro, tem ares de tribuno, quando encostado a um portal, diante de estudantes aglomerados, a cabeça bem erguida, perpassando no auditório um longo olhar sorridente, começa então o disparatado discurso dizendo: *Como é nobre e generosa a mocidade acadêmica!*”<sup>1011</sup> Manco de uma perna por conta de um tiro que o atingira por engano da polícia em 1896<sup>1012</sup> e depois por uma queda num dos muros do Viaduto do Chá, *Leôncio* continuava amigo e servindo as novas gerações de estudantes como a Alfredo Pujol, que guardou boas recordações de seu empregado e, inclusive, dedicou-lhe uma homenagem em 1906.<sup>1013</sup> Com o tempo porém, *Preto Leôncio* envelheceu; e a cachaça, que tomava vez em quando, tornou-se um vício que o degradou fisicamente. Mas, mesmo assim, sempre que podia ainda participava das festas, das brincadeiras e da vida boemia. Alguns ex-estudantes, depois advogados bem sucedidos na cidade, ajudavam-no, principalmente nos seus últimos anos de vida; enquanto um deles dava-lhe uma pequena soma semanal, outro lhe pagava o aluguel de um quarto no cortiço onde pernoitava. Outro ainda, abrindo-lhe crédito numa taberna, mensalmente concorria com as despesas de uma conta que, invariavelmente, era composta de duas despesas diárias: aguardente e uma vela

---

1008 - Bruno (1984, p. 820) explica que “Era de praxe quando um acadêmico recebia sua carta de bacharel conceder a de alforria ao escravo que o acompanhava.”

1009 - Nogueira, J. L. de Almeida; *A Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas*; S.P.: Typ. Vanorden & Co., 1908, Vol. VI, p. 168 e 169.

1010 - “O Preto Leôncio”, jornal “O Estado de São Paulo”, op. cit. Veja também Bruno (1984, p. 820).

1011 - Byron Gaspar, prefácio a “São Paulo Antigo (1554-1910)” de Antonio Egídio Martins, s/data, p. 11.

1012 - Este episódio foi narrado por Jorge Americano (São Paulo naquele tempo 1895-1915, p. 166 e 167) e teve como pano de fundo os conflitos de rua que opuseram os estudantes de um lado e os imigrantes italianos de outro. Foi a célebre questão dos “Protocolos” (veja Toledo, 2003, p. 481 a 483). Fugindo da polícia pela rua de São Bento, um grupo de estudantes tomou a *Ladeira de São João* e entrou pela rua Líbero Badaró. No seu encalço, a cavalaria chegou ao Largo do Rosário (hoje Praça Antonio Prado). “Era noite fechada e sem luz, porque o povo quebrara os lampiões. O Preto Leôncio, que estava na esquina da São João com a Líbero Badaró, começou um discurso na esquina vazia e apavorada.” Do alto da praça, os cavalarianos olharam para a ladeira de São João, ouviram-lhe os brados e fizeram fogo. O Preto Leôncio teve a perna fraturada por bala, a cirurgia encanou-a como foi possível. A perna ficou torta, e Leôncio continuou a fazer comícios até morrer.”

1013 - “O Preto Leôncio”, jornal “O Estado de São Paulo”, op. cit.

de sebo.<sup>1014</sup> Quando faleceu, em 1908, *Preto Leôncio* foi sepultado em cova simples, no distante cemitério da Penha, bairro este em que fora viver seus últimos dias:

*“Aos sete dias do mês de Setembro de 1908 sepultou-se no 1º Quadro Geral dos adultos, sepultura nº 36, o cadáver de Clemente Antonio de Carvalho (vulgo Leôncio) com sessenta anos de idade, de cor preta, falecido no dia 5 do corrente mês as oito e meia horas da noite nesta Freguesia, em uma rua e casa sem número, digo rua e casa sem nome e sem número, vítima de syncope cardíaca, conforme atestado do médico Dr. Marcondes Machado. É o que certificou o escrivão de Paz interino deste Distrito. Não pagou a taxa em vista de ser pobre, conforme atestou o Sub Delegado de Polícia. Cemitério Municipal da Penha de França, 7 de setembro de 1908. O Administrador Antonio Roiz da Silva”<sup>1015</sup> (meu destaque)*

Diante dessa situação, três anos depois (em 1911), mobilizaram-se os estudantes da Faculdade de Direito e, através de um ofício dirigido pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, solicitaram aos vereadores que fosse *“declarada perpétua a sepultura de Clemente Antonio Pereira, vulgo Preto Leôncio.”*<sup>1016</sup> Analisado pela Comissão de Justiça da Câmara, esta ofereceu o seguinte parecer:

*“Havendo estudado o ofício do muito digno presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto, com as simpatias que merece essa benemérita associação, a Comissão de Justiça não julga plausíveis os motivos pelos quaes, atendendo a uma representação de consócios, solicita que seja declarada perpétua a sepultura de Clemente Antonio Pereira, vulgo Preto Leôncio. Estão em seu papel os estudantes, procurando amparar o túmulo do bohemio inoffensivo que, em vida, tanto protegeram. A Câmara, porém, não pode deferir o pedido, pois abriria um mau precedente e privilegiaria a memória de um indivíduo só por ter sido ele amigo de uma classe. Aos acadêmicos não seria difícil cotizarem-se para obterem o necessário á declaração de perpetuidade da sepultura do Preto Leôncio. – S. Paulo, 28 de março de 1911 – Armando Prado, Alcântara Machado, E. Goulart Penteado.”<sup>1017</sup> (meus destaques)*

Após a leitura, não se observou qualquer manifestação por parte dos demais vereadores. Colocado em seguida para votação, o parecer que negava o pedido foi aprovado por unanimidade.

Seja no interior do cemitério da Consolação, seja em relação a outros cemitérios, o fato é que a preservação de memórias tinha um limite: não era qualquer *memória*, mas sim aquelas que se julgassem dignas de exemplos a serem seguidos. Delas, portanto, estavam excluídas a dos tipos populares, pobres, principalmente.<sup>1018</sup>

---

<sup>1014</sup> - Idem ibidem.

<sup>1015</sup> - Livro de Inumação do Cemitério da Penha, Vol. 17, fls. 129 verso. A respeito dos “Atestados de probreza” para sepultamentos, veja um melhor detalhamento a seguir no item “Pobres, escravos e indigentes”.

<sup>1016</sup> - A. C., sessão do dia 07/04/1911, p. 166.

<sup>1017</sup> - Idem ibidem.

<sup>1018</sup> - A respeito dos pobres no cemitério da Consolação e do “apagar” se suas memórias, veja mais detalhes nas próximas páginas, no item “Pobres, escravos e indigentes”.

Ao lado de outros grandes marcos que se construía na cidade entre finais do século XIX e primeiras décadas do XX (como a estação da Luz em 1900 e o Teatro Municipal de 1911), também o cemitério da Consolação foi redimensionado visando a sua transformação num monumento da elite paulistana. Ao lado de uma determinada história inscrita em suas ruas e quarteirões, desenhava-se já há tempos uma elitização desta necrópole, e isso desde a inauguração dos cemitérios do Braz (1893) e do Araçá (1897). Em uma pesquisa junto aos livros de sepultamentos desses três cemitérios tal processo fica muito claro, pois, na média, o cemitério do Braz passou a receber principalmente os cadáveres dos pobres, imigrantes e operários; no cemitério do Araçá, por outro lado – e até as décadas de 1920 e 1930 – eram sepultados majoritariamente membros das classes medianas e imigrantes enriquecidos recentemente; os mais ricos, ou os membros de famílias tradicionais, seguiam para o cemitério da Consolação.

Tal processo redundou que, em 1909, o cemitério da Consolação já se tornara “*a principal necrópole da cidade, por todos admirada, principalmente pelos viajantes*” conforme declaração dos vereadores José Oswald de Andrade e Rocha Azevedo.<sup>1019</sup> A exemplo, portanto, de outros símbolos que já se espalhavam pela urbe, estava o cemitério a despertar o interesse tanto dos paulistanos, quanto dos viajantes por conta dos belos mausoléus ou monumentos que continha. Daí que, por este processo, numa cidade que se queria europeizada, não caberia um túmulo perpétuo ao *Preto Leôncio*, mesmo que na distante Freguesia da Penha de França.

Apesar de destacarmos a ocupação do cemitério da Consolação (e isto por ser ele o mais antigo da cidade) ressaltamos que a seleção de *memórias* a serem perpetuadas não se fazia presentes apenas nele, mas também nas demais necrópoles da cidade. E aqui numa escala muito maior, posto que não apenas no interior de cada um deles senão, também, entre eles. Alguns mereceram certos cuidados que visavam sua preservação, outros nem tanto. Num processo inverso ao que ocorria na área nobre do cemitério Consolação, algumas necrópoles mais antigas e afastadas do centro da cidade puderam simplesmente ser fechadas ou arrasadas, poderíamos dizer. Nesses cemitérios de periferia, a *memória* não precisaria e nem deveria ser cultuada. O que se viu então foram reformas em alguns deles ou mesmo a destruição de outros. Esse processo, por sua vez, resultou no aniquilamento de algumas referências e na desapropriação de muitas tradições.

Tomemos como exemplo o caso do cemitério da Penha – não aquele em que foi sepultado o *Preto Leôncio*, mas sim o primeiro ali edificado.

Contemporâneo do cemitério da Consolação (pois ele também começou a ser

---

1019 - A. C., sessão do dia 21/08/1909, p. 163 e 164.

construído em 1855) esta primeira necrópole da Penha começou a servir pouco tempo depois.<sup>1020</sup> De dimensões bem menores do que o seu congênere na cidade, o cemitério da então *Freguesia da Penha de França* atendia à comunidade da região, sitiantes em sua maioria, bem como aos moradores do núcleo onde se destacava a igreja de Nossa Senhora da Penha. Apesar de construído pela municipalidade, sua administração permaneceu a cargo da paróquia local, a exemplo do que ocorreu com cemitério da Freguesia do Ó.

Não obstante os estudos que se realizaram entre 1854 e 1855 para a escolha do melhor sítio para a fundação deste cemitério, o fato é que ele estava muito próximo da povoação, a dois ou três quarteirões da igreja, numa posição sobranceira às ruas. Em 1892, “descobriu-se” o problema, ocasião em que o vereador Guilherme Maxwell Rudge se pronunciou:

“Conhecendo o quanto é prejudicial a conservação do Cemitério da freguesia da Penha de França, visto achar-se collocado dentro da freguesia, indico que se nomeie uma comissão para a escolha de um outro terreno mais afastado e melhor collocado para ser construído um novo cemitério.”<sup>1021</sup>

Coube então à Comissão de Higiene o estudo do problema e a verificação do local para o novo cemitério. Dela faziam parte o sr. João Antonio Julião, o Dr. Henrique Schaumann e o próprio Guilherme Maxwell Rudge. E a conclusão foi rápida: em menos de quinze dias, escolhia-se um “terreno na estrada de São Miguel a menos de 300 metros do atual, com vertente para o lado oposto da freguesia.”<sup>1022</sup> A Comissão de Higiene reconhecia a inconveniência do velho cemitério e, tendo em vista a conformação dos terrenos que compunham aquela freguesia (uma colina) escolheram, a pouca distância, um sítio propício situado do lado oposto e cujo pendore do terreno não poderia oferecer qualquer risco. Assim que estivesse concluída a nova necrópole, sugeriu ainda a Comissão, seriam proibidos os enterramentos no antigo cemitério, obrigando-se a municipalidade a ceder gratuitamente terrenos perpétuos no novo para aqueles que os possuíam na necrópole que seria fechada. O relatório, por fim, concluía pela desapropriação da área onde seria construído o novo cemitério.

Fiados nas informações do conceituado Dr. Henrique Schaumann que dizia ser muito provável as infiltrações do cemitério nas vertentes de águas e nos poços que atendiam a população (a Penha ainda não possuía água encanada), pensava-se que o caso seria rapidamente solucionado. Não foi o que ocorreu.

---

**1020** - Conforme ofício assinado pelo vereador Gabriel José R. dos Santos e pelo vigário da Penha, Antonio Benedito de Camargo, A. C., sessão do dia 07/12/1855 e Registro Geral da Câmara, ofício datado de 03/12/1855.

**1021** - Indicação do vereador Guilherme M. Rudge, A. C., sessão do dia 05/10/1892, p. 18.

**1022** - Relatório da Comissão de Higiene e Saúde, A. C., sessão do dia 17/10/1892, p. 21 e 22

Decorridos cinco dias, a Câmara recebeu uma *“representação de diversos moradores da freguesia da Penha reclamando contra o projeto de mudança do cemitério.”* Nesse momento o defensor do projeto, Guilherme Maxwell Rudge, pede para ser juntado aos papéis outro parecer médico contra a velha necrópole da Penha.<sup>1023</sup>

Tendo em vista as despesas que a municipalidade faria com a desapropriação da área onde seria aberto o novo cemitério, o então intendente de Finanças, Álvaro Augusto da Costa Carvalho, foi chamado a opinar. Estudando a questão, ele fez ver que existiam outras obras de maior urgência e, ao mesmo tempo, estranhou a conclusão da Comissão de Higiene, já que uma pequena distância estava a separar o velho e o novo cemitério:

*“Assim opino considerando que o local para onde se pretende remover o dito cemitério dista apenas do actual o espaço de trezentos metros, sendo assim em muito pouco atenua o mal de estar o actual cemitério colocado no centro da freguesia conforme foi alegado na indicação que deu origem ao presente projeto.”<sup>1024</sup>*

Por fim, disse o intendente, os recursos da Câmara já estavam quase que esgotados naquele mês de outubro de 1892, fato este que inviabilizaria a desapropriação.

Até então, a mudança do cemitério da Penha era solicitada por conta da sua proximidade com o núcleo urbano da freguesia ou, ainda, tendo em vista a possibilidade de *“infectar”* as nascentes ou os poços que abasteciam a população. De fato, a distância entre o velho e novo cemitério era pouca, mas tendo em vista o declive do terreno, esta seria suficiente para neutralizar o perigo.

---

1023 - A. C., 22/10/1892, p. 36.

1024 - Relatório do Intendente de Finanças, A. C., 29/10/1892, p. 48.

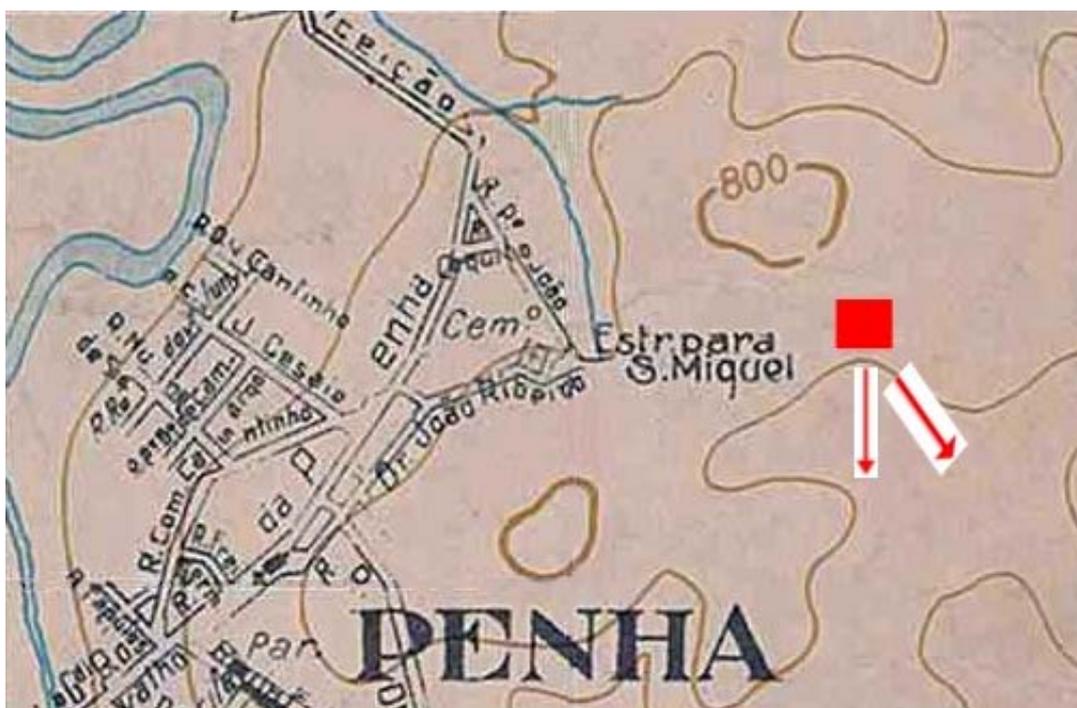


Fig. 66: O bairro da Penha no início do século XX. Veja o antigo cemitério no final da rua Dr. João Ribeiro e nas proximidades das nascentes de córregos. Observe também a colina ao lado, com 800 metros de altura e a minha projeção (em vermelho) para a área do novo cemitério e a direção que tomariam as “infiltrações”.

Em suma, alegavam-se razões de interesse público para a aprovação da proposta, já que a saúde da população poderia correr algum perigo.

Mas, eis que a situação começa a tomar outro rumo, revelando interesses até então não declarados abertamente.

Não obstante as dificuldades financeiras alegadas pela Câmara, o projeto vai para votação. A favor da proposta falam os vereadores Guilherme Maxwell Rudge e Dr. Henrique Schaumann; contra o projeto discorrem os vereadores João Bueno e Cesário Ramalho da Silva.

Diante do impasse, Guilherme Maxwell Rudge, em uma atitude que poderia ser considerada como surpreendente, envia à mesa a seguinte proposta:

“Não havendo verba para se tratar das obras do novo cemitério na freguesia da Penha de França e para que essas obras sejam efetuadas com a maior brevidade, ofereço o terreno preciso para o mesmo na mesma estrada de São Miguel em local escolhido pela comissão que para isso foi nomeada. S. Paulo, 5 de novembro de 1892 – Guilherme M. Rudge.”<sup>1025</sup>

A surpresa, certamente, se apresenta diante dos nossos olhos, mas não era esse o caso em 1892, posto que era de conhecimento geral tanto na Câmara quanto entre os moradores da Penha que todas aquelas terras – num perímetro entre o velho cemitério, a antiga Estrada de São Miguel (atual av. Amador Bueno da Veiga) e até o vale do ribeirão Tiquatira (ao norte), pertenciam ao próprio vereador Guilherme Maxwell Rudge.

A família Rudge, por sinal, já detinha larga experiência no ramo imobiliário. O patriarca

John Rudge, por exemplo, viera da Inglaterra para o Rio de Janeiro e tornara-se proprietário de toda a região conhecida como “Engenho Velho”; transferindo-se para São Paulo adquiriu, em 1825, a Fazenda Morumbi. O irmão de Guilherme, João Maxwell Rudge, era o proprietário do famoso “Sítio da Casa Verde” que, loteado, deu origem ao bairro de mesmo nome.<sup>1026</sup>

Dono de uma extensa propriedade na Penha, seria natural a preocupação de Guilherme Rudge em fazer chegar alguns melhoramentos para a população local. E assim ele o fez, por exemplo, em 1879, época em que não era vereador e exercia o cargo de gerente da Cia. Carris de Ferro de São Paulo. Naquela ocasião, ele estendeu a linha de bondes para além do Brás, chegando mesmo até a Penha.<sup>1027</sup> Já como edil, entre 1892 e 1893, ele insistiria por diversas vezes no cumprimento de uma cláusula no contrato com a Cia. Cantareira para a canalização da água naquela freguesia.<sup>1028</sup> Mas seus interesses não se restringiam à Penha, uma vez que ele já loteara, em 1877, parte de sua chácara no Pari e, em 1897, recebeu como concessão da Câmara uma grande área no bairro da Lapa para a construção de casas operárias que ele mesmo exploraria, recebendo inclusive os aluguéis.<sup>1029</sup>

De qualquer forma, naquele ano de 1892 – e no calor dos debates sobre o novo cemitério na Penha, o vereador Guilherme Maxwell Rudge já preparava um novo loteamento que se chamaria *Villa Guilherme Rudge*. E o detalhe principal: esse novo bairro seria aberto em sua propriedade na Penha, ao lado do velho cemitério. Este, por sua vez, era um entrave, já que obstava a abertura da principal rua do loteamento, a “Av. Floriano Peixoto.” Veja a seguir o projeto do loteamento aqui referido e aprovado em 1895.

---

1025 - A. C., 05/11/1892, p. 65 e 66.

1026 - Veja mais detalhes em **Leite**, Aureliano; *Pequena história da Casa Verde*; S.P.: Elvino Pocal Ed., 1940.

1027 - A. C., 03/07/1879, p. 57.

1028 - Ver, por exemplo, A. C., 29/10/1892, p. 50 e 18/03/1893, p. 131. Nessas solicitações, Guilherme Maxwell Rudge era sempre acompanhado pelo amigo e também vereador Antonio Proost Rodovalho, outro grande proprietário naquela região, e a respeito do qual já tecemos alguns comentários páginas atrás ao darmos alguns detalhes da participação de sua família nos serviços de sepultamentos através da empresa “Rodovalho Jr.”

1029 - A. C., 03/05/1877, p. 91 e sobre a concessão na Lapa ver Lei nº 315 de 14/08/1897.



Fig. 67 - Projeto de loteamento para a "Villa Guilherme Rudge, aprovado em 1895. Repare, no canto inferior esquerdo, a presença do velho cemitério como obstáculo para a continuação da "Av. Floriano Peixoto" e, mais à direita (na "Estrada da Penha para São Miguel") o projeto para o novo cemitério em área doada pelo próprio Guilherme Rudge.

Não restam dúvidas de que alguns vereadores e parte da população da Penha perceberam a real intenção da proposta para o fechamento do cemitério. O edil Francisco Pennaforte, por exemplo, disse explicitamente que “não estava demonstrado a necessidade” da obra, argumento este contra atacado por Guilherme Rudge com a junção de um abaixo assinado a favor do novo cemitério e angariado junto aos moradores do bairro.<sup>1030</sup>

Frente a essa disputa, decide-se pelo adiamento. Mas nos bastidores, Guilherme Rudge conseguia arregimentar votos e, menos de dois anos depois, a situação já estava redefinida a seu favor. E uma grande ajuda viria da Secretaria de Saúde do Estado que, em 1894, condenou “o velho cemitério da Penha, por ser inconveniente à higiene local, por se achar na vertente das águas que alimentam os poços que servem à população daquela localidade e pela aproximação do povoado.”<sup>1031</sup>

No dia 17 de abril de 1895 – um dia depois de conseguir a aprovação para a sua *Villa Guilherme Rudge* (veja esta data no canto inferior esquerdo do projeto) – o intendente de obras enviava para avaliação uma proposta através da qual solicitava a aprovação da verba de 18:891\$400 Réis (Dezoito Contos, oitocentos e noventa e um mil e quatrocentos Réis) para a “construção de um cemitério na Freguesia da Penha.”<sup>1032</sup>

Dois dias depois, o próprio Guilherme Rudge entra em ação e solicita urgência para a discussão da proposta que, finalmente, foi aprovada a 22 de abril de 1895.<sup>1033</sup> E Rudge tinha muita pressa, pois decorridos menos de três meses sem ver a obra iniciada, ele novamente volta a pressionar, e agora cobrando também a instalação de iluminação pública, o que certamente valorizaria os terrenos de sua Vila:

“Não tendo sido até hoje executada a Lei nº 168 que autoriza as obras do Cemitério da Penha, assim como a Lei nº 156 que autoriza a colocação de lampiões na mesma freguesia, requeiro que o sr. Intendente de Justiça e Polícia sem perda de tempo chame concorrentes para essas obras. S. Paulo 9 de julho de 1895 – Guilherme M. Rudge.”<sup>1034</sup>

Nomeados o administrador e coveiro em março de 1896, no dia 10 de abril dava-se por aberto o novo cemitério da Penha, ocasião em que foi realizado o primeiro sepultamento:

“Ferrucho Baptistelle – Aos dez de Abril de 1896 sepultou-se no Cemitério Municipal desta Freguesia da Penha de França no quadro geral 1º dos menores, sepultura nº 1 o cadáver do inocente Ferrucho Baptistelle, brasileiro, natural desta Freguesia, de 2 anos de idade, filho legítimo dos italianos Baptistelle Ângelo e de Finotte Maria, residente do bairro do Aricanduva; faleceu hontem às sete horas de interite crônica conforme atestado do Dr. Carlos Rosso. Cemitério da Penha 10 de abril de 1896.”<sup>1035</sup>

---

1030 - A. C., sessão do dia 05/11/1892, p. 65 e 66.

1031 - Citado no “Relatório da Comissão de Justiça, A. C. 12/06/1909 p. 126 a 133.

1032 - “Indicação nº 17” do Intendente de Obras, A. C., 17/04/1895, volume manuscrito, p. 300.

1033 - “Requerimento nº 46” de Guilherme M. Rudge, A. C., 19/04/1895, volume manuscrito, p. 315 e sessão do dia 22/04/1895, idem, p. 346 e 347.

1034 - A. C., 09/07/1895, volume manuscrito, p. 01 e 02.

1035 - Livro nº 01 de sepultamentos do cemitério da Penha (Vol. 17 do acervo), p. 01.

Dentre os dados a serem ressaltados no registro está o fato de que, agora, este era um “Cemitério Municipal”, característica não presente no antigo.<sup>1036</sup> E este primeiro sepultamento, além de acompanhar o alto índice de mortalidade infantil verificado em toda a cidade, nos mostra ainda que no cemitério recém aberto não mais existia a “quadra dos anjos”, aqui denominada como “dos menores”. Mais ainda, o falecido era filho de imigrantes italianos, prováveis sitiantes ou empregados em propriedades ao longo do ribeirão Aricanduva, que não tiveram dinheiro para comprar uma sepultura, pois o menino foi enterrado na quadra geral, gratuitamente. E esta era a característica dos primeiros sepultados naquele cemitério, ou seja, em sua maioria pobres, o que pode ser confirmado nos registros que se seguiram. O segundo sepultamento realizado a 11 de abril, por exemplo, foi o de *“Modesto de tal (sic), natural da África, com 70 anos, casado com Bárbara Francisca de Jesus, falecido em consequência de marasmo, sem que tivesse assistência médica, conforme attestaram o 1º Juiz de Paz e o sub-delegado de Polícia. Sepultou-se grátis por ser pobre no quadro geral dos adultos, sepultura nº 1.”*<sup>1037</sup>

Não obstante o empenho de Guilherme Mawxell Rudge pela aprovação de seu loteamento e o conseqüente fechamento do antigo cemitério da Penha, o fato é que os planos não se realizaram como o previsto. A sua propriedade chegou a ser loteada, mas não da maneira como foi idealizada inicialmente; a principal rua que se chamaria “Floriano Peixoto”, por exemplo, nunca chegou a ser aberta e, lembremo-nos, o velho cemitério era o grande entrave para a sua realização.

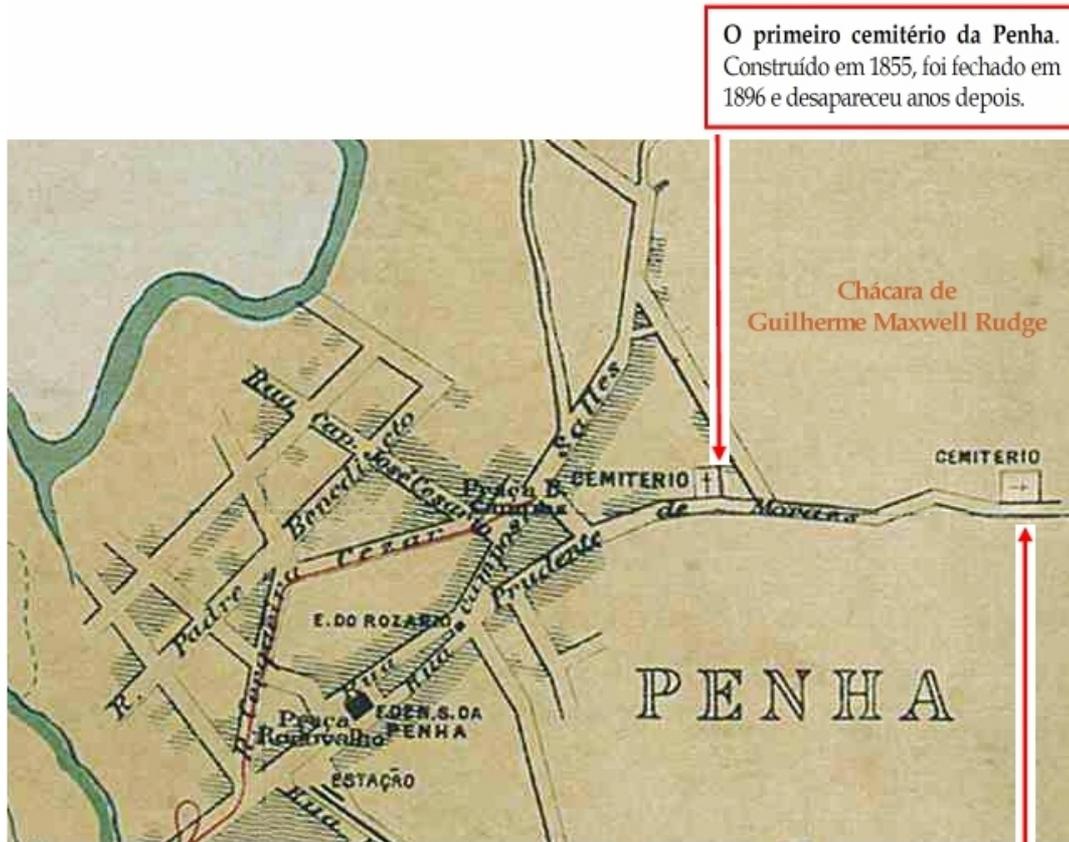
Apesar de instituído o novo cemitério em 1896, o antigo não chegou a ser fechado totalmente. Eis aqui um indício de que houve uma pressão da população local o que, provavelmente, inviabilizou os planos de Guilherme Rudge. Nas primeiras décadas do século XX, portanto, o bairro da Penha contava com dois cemitérios: um municipal e outro ainda com características paroquiais; os dois em funcionamento.

A pressão dos moradores a que nos referimos, pode ser vista através de algumas petições que chegaram aos vereadores, como a de *“João Cesário de Abreu, de Antonio José Pinheiro e outros”* que, em 1903, alegavam ter sepulturas perpétuas no velho cemitério e que, por isso, recorriam contra o seu fechamento.<sup>1038</sup> Solicitações sempre negadas pela prefeitura, o fato concreto é que o velho cemitério continuava a existir como, aliás, demonstram os mapas da região.

---

<sup>1036</sup> - Os registros de sepultamentos realizados no antigo cemitério da Penha, mantido pela paróquia local, não se encontram no Arquivo Histórico Municipal. Provavelmente, tais registros possam ser localizados no acervo do Arquivo D. Duarte, da Cúria Metropolitana de São Paulo.

<sup>1037</sup> - Livro de sepultamentos do cemitério da Penha op. cit.



O primeiro cemitério da Penha. Construído em 1855, foi fechado em 1896 e desapareceu anos depois.

Fig. 68: O bairro da Penha em 1905 e seus dois cemitérios

O segundo cemitério da Penha. Inaugurado em 1896, sua área foi posteriormente aumentada.

De outra parte, a então Freguesia da Penha de França estava a uma longa distância do centro da cidade (e também do centro das decisões), possuindo uma comunidade que tecera redes de solidariedade à margem da administração. Esses laços propiciavam acordos que, inclusive, contrariavam as ordens emitidas: muito comum foi o “acerto” entre os moradores e o administrador do novo cemitério que, por diversas vezes, não se negou a ir até a antiga necrópole para realizar alguns sepultamentos.<sup>1039</sup>

Mediante esses fatos, continuava a celeuma em torno do velho e do novo cemitério da Penha, já que muitos moradores não aceitavam a ordem de fechamento, ao mesmo tempo em que a municipalidade não autorizava os sepultamentos senão no novo. E o problema chegou a tal ponto que, em outubro de 1908, os vereadores Goulart Penteado e Azevedo Soares

1038 - A. C., 10/10/1903, p. 333.  
 1039 - Veja A. C., 12/06/1909, p. 126 a 133. Ao explicitar este problema, o vereador Joaquim Marra disse textualmente que “depois que foi construído o cemitério novo, o velho ficou ainda aberto durante mais ou menos 8 anos, e o zelador do novo e o respectivo coveiro, curavam também do cemitério velho (...) antigamente eles já faziam o serviço dos dois cemitérios.” Na verdade, era assim que se procedia antes nos pequenos cemitérios paroquiais a céu aberto, como o da Freguesia do Ó e da Penha que, conforme relato do Intendente Cesário Ramalho da Silva em 1893, “eram mantidos e conservados por particulares, sendo que em alguns, os mesmos indivíduos que conduzem o cadáver, abrem a sepultura; em outros esse serviço é feito por um coveiro, gratificado pelos habitantes locais.” Veja “Relatório do Intendente

resolveram apresentar o seguinte projeto:

Art. 1º - Fica permitido às pessoas que tiverem terreno de foro perpétuo no antigo cemitério da freguesia da Penha de França, fazer os respectivos enterramentos no referido cemitério.

Art. 2º - A Câmara poderá vender os terrenos que estiverem desocupados do modo como se faz no cemitério da Consolação.<sup>1040</sup>

Ernesto Rodrigues Goulart Penteadó e Joaquim José de Azevedo Soares não imaginaram a reação que enfrentariam. O problema que até então se acomodava na esfera local, resolvido que era mediante acordos tácitos e vez ou outra chegava à Câmara, acabou por ser explicitado, obrigando a uma tomada de posição por parte dos vereadores. E foi o que ocorreu.

Inicialmente, a Comissão de Higiene (formada pelos vereadores Augusto Gomes de Almeida Lima, Joaquim José de Azevedo Soares e Joaquim Marra) optou por um substitutivo ao projeto original, eliminando o artigo 2º e permitindo apenas os enterramentos às *“pessoas que tivessem terreno perpétuo no antigo cemitério da Penha.”*<sup>1041</sup> De fato o artigo 2º, se aprovado, reconheceria o pleno funcionamento do velho cemitério, pois permitiria a concessão de terrenos abandonados ou em desuso, algo que já havia sido proibido mediante deliberação anterior. Daí a opção pela exclusão desse item.

A Comissão de Justiça (esta formada pelos vereadores Álvaro Gomes da Rocha Azevedo, Artur S. Ferreira Guimarães e João Maurício de Sampaio Viana), entretanto, descartou totalmente o projeto e o substitutivo, considerando-os ilegais e propugnou pela total interdição do velho cemitério. O que se viu, a partir de então, foi um intenso debate entre as partes e onde, explicitamente, colocou-se em causa a *memória* dos mortos.

Argumentando a princípio que, legalmente, o cemitério encontrava-se interditado, a Comissão de Justiça lembrou que, mesmo assim, em 1903 *“alguns interessados reclamaram sem sucesso contra o ato de fechamento (...) alegando direitos sobre os terrenos de sepultura perpétua”* sem, entretanto, apresentar qualquer prova do domínio.<sup>1042</sup> Após examinar a questão, continuou, a *“Câmara denegou provimento (...) pelo que ficou mantida a interdição, a quem quer que seja, do anti-higiênico cemitério.”*

Mas eis que, em setembro de 1908, um dos antigos peticionários, João Cesário de Abreu, voltou a reclamar *“providencias no sentido de lhe ser facultado exercer, em qualquer tempo, o seu direito de fazer inhumações numa sepultura que possui no cemitério fechado da Penha.”* A esse requerimento a Câmara, novamente, emitiu um parecer contrário.

---

Municipal Cesário Ramalho da Silva apresentado à Câmara Municipal, ano de 1893”, p. 10.

1040 - Projeto de Lei nº 59, A. C., 24/10/1908, p. 293

1041 - A. C., 12/06/1909, p. 126 a 133.

1042 - Debates sobre o projeto de Lei nº 59 de 1908, A. C., sessão do dia 12/06/1908, p. 126 a 133. As demais citações a este debate deverão ser referendadas nesta nota.

Após sintetizar o problema, bem como as ações da municipalidade, a Comissão de Justiça emitiu seu parecer sugerindo a recusa, tanto do projeto quanto do substitutivo.

Começavam então os debates, estes monopolizados por Joaquim Marra, de um lado, e por Rocha Azevedo de outro. Joaquim Marra era o porta voz dos moradores descontentes com a situação verificada na Penha e, ao que tudo indica, conhecia muito bem aquela comunidade. O advogado Rocha Azevedo, por sua vez<sup>1043</sup>, baseava sua análise no estrito campo da lei e, vez ou outra, resvalava para as questões ligadas à saúde.

Ao não concordar com o parecer da Comissão de Justiça, Joaquim Marra (da Comissão de Higiene) defendeu o seu ponto de vista e, ao mesmo tempo em que reconhecia a *“inconveniência higiênica de ser o cemitério velho aberto para todos”*, alegou que não haveria problema algum para o sepultamento daqueles que possuíam túmulos perpétuos, estes construídos acima do solo, *“de tijolos e argamassa, como na Consolação”*, situação esta que não oferecia qualquer risco de infiltrações, completou.

Com esses argumentos não concordava Rocha Azevedo, que atacou veementemente essa posição, dizendo que a própria Comissão de Higiene condenava o velho cemitério e que, até aquele momento, nenhum dos reclamantes apresentara qualquer título ou prova de que possuíam sepulturas perpétuas.<sup>1044</sup>

No debate, Joaquim Marra tenta modificar o foco e, com propriedade, diz que a questão higiênica poderia ser resolvida desde de que se fizesse cumprir o contrato que obrigava a instalação da água encanada no bairro, problema este que se arrastava desde 1892. E, lançando mão de novos argumentos, relatou:

*“Assim sendo, acho que o parecer da comissão de Higiene e o respectivo projeto devem ser aprovados, porque [resultam] ao bem de todos, não há prejuízo para ninguém e, sobretudo, ele traduz um respeito muito digno pela memória dos antepassados. Neste logarejo, onde a vida não é tão intensa como no coração da cidade, e onde se guarda mais intensamente a nossa tradição de povo latino, a população é conservadora por origem, respeita as cinzas dos antepassados, repeito este consignado em toda a legislação, mesmo penal. Estes homens acham um crime tocar nas cinzas dos velhos, dos seus antepassados. E uma vez que estes ali repousam das labutações da vida, os vivos reputam uma profanação tocar naqueles restos. E eu penso, sr.*

---

**1043** - Trata-se do Dr. Álvaro Gomes da Rocha Azevedo, advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1888, e que, além de vereador, foi presidente da Câmara e prefeito de São Paulo entre 1919 e 1920, secretário da Fazenda do Estado em 1920 e ministro do Tribunal de Contas em 1924. Por isso, ficou conhecido “Ministro Rocha Azevedo”. Fonte: Seção de Logradouros do Arquivo Histórico Municipal.

**1044** - De fato, nenhum deles possuía um “título” que comprovasse a aquisição de sepulturas perpétuas, até porque o velho cemitério era administrado pela paróquia local e não pela municipalidade. Nesse caso, não havia mesmo tal contrato a não ser, talvez, nos livros da igreja.

Presidente, que esse respeito deve ser acatado, si uma razão de ordem pública não intervém.” (meu destaque)

Esquecendo-se que um dos maiores problemas dos moradores da Penha era a falta de água encanada – e não a existência do velho cemitério, portanto – Rocha Azevedo, insistiu no caráter anti-higiênico da velha necrópole e arrematou, em latim, que “*salus populi, suprema lex est*”, certamente porque era mais fácil fechar o cemitério do que obrigar o cumprimento do contrato para o encanamento das águas no bairro. Além disso, o mesmo vereador não deixou passar em branco os argumentos alegados em favor da memória dos mortos daquela população moradora num bairro periférico:

“Ora, desde que ficou interdito o cemitério, parece-me que toda e qualquer pretensão sobre o uso daquela necrópole importa num capricho (...) O colega lembrou esse lado sentimental da questão: todo aquele que tem uma sepultura, para lá tem voltadas as suas vistas, pelo amor ao passado, às tradições. (...) Mas o colega bem sabe que o legislador não se atem a essas sugestões de puro sentimentalismo.” (meus destaques)

E, mais adiante, arrematou que se fossem permitidos os sepultamentos no antigo cemitério, disso resultaria torná-lo “*francamente acessível a todos aqueles que, por um capricho, por amor à tradição ou por sentimentalismo o adotassem para a sua eterna morada.*”

Após algumas horas de discussão, as propostas foram postas a votos e, tanto o projeto quanto seu substitutivo, foram rejeitados. Anos depois, o velho cemitério da Penha seria extinto por completo. Em seu lugar, hoje se encontra a praça Dona Micaela Vieira, entre o final da rua Dr. João Ribeiro e o início da av. Amador Bueno da Veiga.

Não obstante este detalhamento sobre o problema do velho cemitério da Penha, algumas questões merecem ainda uma análise mais aprofundada.

Creio que o leitor atento pode detectar (já a partir do empenho com que agiu o vereador Guilherme Maxwell Rudge em 1892) que, antes de ser um problema vinculado à saúde ou higiene, o velho cemitério da Penha era um contratempo, um obstáculo aos planos particulares de adensamento daquele bairro. De feições coloniais, o velho núcleo da Penha não oferecia as condições necessárias para o novo urbanismo que se queria entre finais do século XIX e início do XX. Daí a necessidade de adaptações ou retificações no traçado de suas ruas que, especialmente no que dizia respeito à projetada *Villa Guilherme Rudge*, precisavam ser feitos. Mas, o velho cemitério estava no meio do caminho.

Importa menos, nesse caso, a não concretização do projeto de loteamento, posto que aqui já estava explicitada a disputa que se desenrolava. E a questão fica ainda mais explícita

quando da construção do novo cemitério. Ora, o antigo, na sua condição de fechado e interdito a novos sepultamentos – todos sabiam – não oferecia mais qualquer risco. Muito mais do que uma questão de saúde, portanto, o velho cemitério era como que uma barreira para as pretensões imobiliárias que se desenhavam naquele momento.

Não obstante o seu fechamento, a antiga necrópole resistiu por mais alguns anos, e isso certamente por conta da ação dos moradores. E isso até que o problema fosse novamente explicitado na Câmara Municipal. De fato, este segundo debate consegue esclarecer uma questão que se manteve eclipsada naquele primeiro, ocorrido entre 1892 e 1895: o respeito à *memória* dos mortos. O velho cemitério da Penha, aberto pelo menos desde 1857, era um depositário das tradições locais e uma referência à história familiar. Por suposto, nenhum “grande nome” ali estava sepultado, senão pessoas mais humildes. Algumas famílias até possuíam túmulos perpétuos, mas nada que se comparasse aos belos e ricos mausoléus da Consolação. A *memória*, portanto, subordina-se a vários interesses, é seletiva ou passa por uma seleção. Nem todas devem ser preservadas ou cultuadas; e aqui, é claro, tanto no que diz respeito a uma concepção mais ampla, quanto no caso específico dos mortos. Tal processo, como visto, se fez representar de maneira bastante explícita nos debates entre os vereadores Rocha Azevedo e Joaquim Marra. Na superfície dos discursos encontramos uma discussão que dizia respeito a um cemitério e seus mortos, mas numa análise mais aprofundada, o que sobressai é a própria concepção de História. A memória, a tradição e tudo o que envolve a preservação de elos entre os membros de uma camada mais humilde foi tratada como “sentimentalismo” e qualificada (ou antes desqualificada) enquanto um “capricho”, o que justificaria o seu rápido desvanecimento. Na mesma proporção, as memórias de uma classe dominante deveriam ser conservadas, sendo motivos de *comemoração* e divulgação, transformando-se assim em história. Nessa oposição entre uns e outros, o conflito repetia o velho jogo travado entre Lembrança X Esquecimento.

Aberto o novo cemitério da Penha em 1896, este deu continuidade às marcantes características sociais locais, já que principalmente pobres foram ali enterrados. Guilherme Maxwell Rudge, por outro lado, que tanto defendeu a sua construção (podendo mesmo ser considerado o “fundador” daquela necrópole), não foi nele sepultado e sim no cemitério da Consolação:

“Aos vinte e um dias de 1913 foi inhumado na Rua 10, sepultura 10, lado esquerdo, o cadáver de Guilherme Maxwell Rudge, desta Capital, de 71 anos de idade, falecido hontem às 2 horas da manhã de arterio esclerose generalizada segundo o atestado do Dr. Caetano Duarte

Nunes e certificado do escrivão de Paz da Consolação.”<sup>1045</sup>

#### 5.4 - Pobres, escravos e indigentes.

Gertrudes Maria do Espírito Santo nasceu em São Paulo pelos idos de 1800. Era parda, viveu como escrava e, em 1860, encontrava-se na condição de liberta. Ela residia na então Freguesia de Santa Ifigênia, mais especificamente no chamado *Bairro da Cachoeira*, numa região próxima ao rio Tietê. Gertrudes não chegou a se casar e, no dia 7 de fevereiro de 1860, por volta do meio dia, faleceu vítima de uma inflação.<sup>1046</sup> Pessoas próximas cuidaram de chamar o vigário de Santa Ifigênia, José Joaquim Barbosa, bem como o fiscal do bairro, Joaquim Firmino de Andrade. E isso era necessário não apenas por conta dos ritos fúnebres senão, também, porque Gertrudes Maria era muito pobre e não havia como arcar com as despesas do seu sepultamento:

*“Atesto e faço certo que a falecida Gertrudes Maria do Espírito Santo é muito pobre e não tem meios para o seu enterro, e por ser verdade passo este por me ser pedido e o referido é verdade, o que afirmo e jurarei se necessário for. Bairro da Caxoeira do Quarteirão nº 17 da Freguesia de Santa Ifigênia, 8 de Fevereiro de 1860. – Joaquim Fermino de Andrade – Inspetor.”*

*“Vai sepultar-se o cadáver de Gertrudes Maria do Espírito Santo natural desta cidade, e freguesa desta Freguesia, solteira, de idade mais ou menos 60 anos, falecida ontem ao meio dia de inflamação de intestino, no Bairro da Caxoeira. Santa Ifigênia 8 de Fevereiro de 1860. O Vigário José Joaquim Barbosa.”<sup>1047</sup>*

E geralmente era assim que se procedia nos casos de falecimentos de pessoas mais humildes. Constatada a morte, amigos ou familiares do finado pediam a presença de uma autoridade local (o fiscal ou inspetor do bairro, por exemplo, que deveria conhecer os membros da comunidade), bem como o padre responsável pela paróquia. O inspetor tinha como função atestar a pobreza do falecido, especificando que o enterro deveria ser gratuito. Ao mesmo tempo, o padre encomendava o corpo e preparava o “bilhete de sepultamento” (uma autorização para o enterro, poderíamos dizer), documento este exigido quando o corpo dava entrada no cemitério. Não raro, o padre desempenhava as duas funções, ou seja, atestava a pobreza e fornecia a autorização para o sepultamento. Esses “atestados” e

<sup>1045</sup> - Livro de sepultamentos do cemitério da Consolação, Vol. 23, p. 160 verso.

<sup>1046</sup> - Livro de Inumação do cemitério da Consolação, 1860, Vol. 1, p. 96

<sup>1047</sup> - Declaração de probreza e bilhete de enterramento, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, 1860, Vol. 188, documento nº 165.

“bilhetes” eram muito simples, escritos em tiras de papel que, em muitos casos, eram cortados à mão, sem régua nem tesoura. Para alguns sepultamentos encontramos dois documentos: um atestado de pobreza e uma autorização para o enterro; em outros, como no exemplo de Gertrudes Maria do Espírito Santo, uma mesma tira de papel continha todas as informações necessárias, o que nos faz supor que as duas autoridades (padre e inspetor) estavam, ao mesmo tempo, diante do cadáver.<sup>1048</sup>

Tomadas essas primeiras providências, o enterro poderia ser preparado.

Em seguida, e para o transporte do corpo até o cemitério, existia a possibilidade de se chamar a empresa de Joaquim Marcelino da Silva – que deteve o monopólio desse ramo na cidade até 1876 – ou uma das outras funerárias que possuíam tal privilégio a partir da década de 1880.<sup>1049</sup> Por contrato, estavam essas companhias obrigadas a fazer gratuitamente o enterro dos mais pobres, o que incluía o transporte do corpo até o cemitério. Mas seja pela ineficiência com que o trabalho era realizado, seja porque o costume era outro, o fato é que nem todas as famílias se utilizavam desse serviço.

O primeiro contrato para a condução de cadáveres foi assinado entre o governo provincial e Joaquim Marcelino da Silva em abril de 1856, época em que o cemitério da Consolação ainda estava sendo construído. Por esse instrumento, o empresário Joaquim Marcelino da Silva conseguiu aprovar uma tabela de preços uniformizados e através da qual cobrava para os enterros de “1ª Classe” o valor de 30\$000 (Trinta Mil Réis), montante este que poderia ser acrescido de mais 10\$000 Réis caso houvesse o acompanhamento de um padre; os valores mais baixos da tabela referiam-se aos enterros de “4ª Classe”, pelos quais cobrava-se a quantia de 5\$000 Réis.<sup>1050</sup> Nesse primeiro contrato, é preciso frisar, nada constava a respeito dos sepultamentos daqueles que se encontravam em extrema pobreza – os indigentes, por exemplo – e que certamente não teriam os 5 mil réis para fazer frente às despesas com o funeral mais simples.

Tal problema somente seria detectado mais tarde, quando da abertura do cemitério em agosto de 1858, época em que se fez necessário um aditamento ao acordo anteriormente

---

**1048** - Nesses primeiros anos de funcionamento do cemitério público da Consolação, poucos são os atestados passados por médicos; esta situação altera-se a partir da década de 1870 e, já na década de 1890, são majoritariamente os médicos que atestam a morte ao mesmo tempo em que declaram a pobreza do falecido.

**1049** - Joaquim Marcelino da Silva explorou esse serviço com privilégio até 1876 quando venceu seu contrato com o governo da Província. A partir de então, o privilégio (ou monopólio) voltou para a Irmandade da Misericórdia que, entretanto, nunca assumiu de fato os trabalhos. Terceirizando seu privilégio, a Irmandade repassou esse trabalho a diversos particulares. Entre 1878 e 1881, por exemplo, a Empresa Funerária estava a cargo de *Benjamin, Silvado & Cia.*; já em 1886, esse ramo de negócio estava sob a responsabilidade de *Fernandes, Azevedo & Cia.* Aberta a empresa *Rodvalho Júnior & Cia* de “Pompas fúnebres” em 1891, de imediato ela não assumiu esse trabalho, fato este que vai ocorrer de forma plena a partir de 1897.

firmado. Desde então, obrigou-se o empresário a *“transportar gratuitamente os cadáveres dos indigentes que falecerem na Capital, incluindo aqueles que falecerem no hospital da Santa Casa.”*<sup>1051</sup> Trabalho este nunca realizado a contento como veremos a seguir, o fato é que havia um outro problema: antes da existência do cemitério, os mais pobres também não tinham condições de pagar por um acompanhamento ou por qualquer despesa relativa ao enterro, e disso resultava que eles mesmos (familiares e amigos do falecido) se encarregavam como podiam do transporte do corpo que, geralmente, seguia em redes, esteiras, lençóis ou padiolas até cova. Reconhecendo essa prática, vale aqui registrar que não obstante o privilégio concedido a Joaquim Marcelino da Silva, e exceto nos períodos de epidemia, não estava *“proibido aos particulares a condução dos cadáveres por qualquer outro meio”*, conforme estipulou uma Portaria do Governo da Província em agosto de 1858.<sup>1052</sup>

Por volta de 1880, época em que já se encontrava disseminado o costume de se enterrar em caixões individuais de madeira, era comum encontrar pelas ruas da cidade cortejos da gente mais humilde levando *“cadáveres a mão para o cemitério, especialmente crianças que constantemente se observam expostas ao calor do sol, conduzindo os chamados caixões de anjinhos, num percurso enorme como é do centro da cidade ao cemitério.”*<sup>1053</sup> Caixões estes, é preciso dizer, batidos a prego e martelo pelos próprios familiares como constatou o médico e vereador Augusto Gomes de Almeida Lima:

*“Quantas vezes eu vou à casa de um doente, que está a falecer, e já vejo lá as taboinhas e os paninhos para fabricar o caixão que há de conduzir o falecido ao cemitério. E, depois de morta esta criança, convidam-se os amigos e faz-se o enterro. (...) Quantas vezes eu tenho visto nas ruas de São Paulo dois indivíduos a carregarem caixões de adultos na cabeça e até em carroças.”*<sup>1054</sup>

E era a pé, com a ajuda de amigos, que se fazia a maioria dos enterros. Dos bairros mais distantes localizados na parte sul da cidade como Vila Mariana, Aclimação e mesmo parte do Ipiranga e do Cambuci, o cemitério mais próximo era o do Araçá, numa distância que variava de 3 a 5 Km.<sup>1055</sup> Com uma população composta majoritariamente por *“operários e pequenos lavradores sem recursos para a condução em carros da empresa funerária”*, os mesmos traziam *“seus mortos a mão, com imenso sacrifício, até o cemitério, fazendo a pé o percurso de duas e*

---

1050 - Lei Provincial nº 548 de 28 de Abril de 1856, com Tabela em anexo.

1051 - Portaria do Governo da Província de 24/08/1858, A. C., sessão do dia 28/08/1858. Essa obrigação constou dos demais contratos, inclusive naqueles repassados pela Irmandade da Misericórdia.

1052 - Portaria do Governo da Província de 17/08/1858, A. C., sessão do dia 28/08/1858.

1053 - Exposição do vereador Francisco Amaro, A. C., 01/05/1899, p. 194.

1054 - Manifestação do vereador Almeida Lima, A. C., 24/03/1911, p. 139 a 152. O Dr. Almeida Lima teve destacada atuação junto à população pobre do bairro do Braz (histórico da Rua Dr. Almeida Lima, Arquivo Histórico Municipal).

*meia a três léguas.*"<sup>1056</sup> Apesar de mais próximos da cidade, os moradores do bairro do Braz também sentiam o problema. E aqui havia um agravante, pois o cemitério utilizado era o da Consolação, o que os obrigava a passar pelas elegantes ruas centrais, numa situação considerada bastante vexatória:

“Os abaixo assinados, moradores na Freguesia do Senhor Bom Jesus do Braz, atendendo as insuperáveis dificuldades com que lutam em geral os moradores desta Freguesia, especialmente os que não são abastados e aqueles que se podem chamar de não pobres, mas sim miseráveis, com relação aos sepultamentos de cadáveres, vem a vossa presença rogar, pedir e requerer vos digneis sem perda de tempo mandar construir um cemitério naquela Freguesia. (...) Determinastes vós com a polícia que os enterramentos fossem feitos no cemitério municipal da Consolação e os povos daquela Freguesia tem obedecido com sacrifício visto ser a distância enorme. (...) o povo sofre, e a pobreza não tem meios de condução dos cadáveres das pessoas que lhes são caras para lugar tão longe, tão distante, tendo de passar pelo centro da cidade, sujeito a irrisão porque suas roupas são remendadas, rasgadas e muitas vezes sujas. Os carros da Santa Casa, da Polícia, além de não serem suficientes, não chegam a tempo e a hora [pois] o cemitério, em virtude de seu regulamento, tem hora de abertura e fechamento do seu portão.”<sup>1057</sup>

Apontado o problema com os “carros” para o transporte gratuito dos cadáveres, do outro lado da cidade, e já no início do século XX, eram os moradores da Lapa, “*constituídos quase todos por operários*”, que sofriam com a condução de seus mortos, já que “*os enterramentos eram feitos a pé, a grande distância entre aquele bairro e qualquer um dos cemitérios*”<sup>1058</sup>, situação esta em muito agravada no tempo das chuvas, como bem detalhou o vereador Celso Garcia em 1908:

“Na Lapa não há sequer cemitério. Quando morre uma pessoa, se o tempo é chuvoso, os moradores daquele bairro, às vezes, quase se vêem obrigados a ter o cadáver dois ou três dias em casa, pois é impossível o seu transporte para esta cidade; os carros não chegam até lá; os caminhos, além de longos, são quase intransitáveis.”<sup>1059</sup>

Mais próximos do cemitério do Araçá estavam os moradores de Perdizes, mas mesmo assim eram grandes os obstáculos para se chegar à necrópole: de um lado, estava o vale do ribeirão Pacaembú, verdadeiro despenhadeiro quase que intransponível para os lados de Higienópolis pela falta de ligação entre as ruas dos dois bairros; de outro, o impedimento era verificado na antiga rua Thabor (atual Cardoso de Almeida) que mal chegava até a rua Bartira, final do loteamento dos *Campos das Perdizes*, ponto este em que começava a chácara de Joaquim Floriano Wanderley. Decorrente dessa situação era o fato de que também a

---

1055 - O cemitério de Vila Mariana, que atendeu a população desses bairros foi aberto somente em 1904.

1056 - Manifestação do vereador Abílio Soares, A. C., 07/11/1899, p. 536.

1057 - Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, 1890, Vol. 570.

1058 - Indicação nº 122 dos vereadores Joaquim Marra, R. Duprat e R. A. Gurgel para a edificação de um cemitério no bairro da Lapa, A. C., 14/09/1918, p. 254.

população de Perdizes, “quando levam e acompanham um cadáver ao cemitério, tem de dar uma volta quase que pelo centro da cidade, porque não há via de comunicação entre aquele bairro e o cemitério”, num trajeto sempre feito a pé.<sup>1060</sup>

De fato, e apesar de consignado em contrato, não havia muito interesse das funerárias em realizar esses transportes gratuitos e, tão pouco, dos indigentes que faleciam nas vias públicas. Dos pobres e remediados, encarregavam-se os amigos e familiares, mas no caso dos indigentes havia uma ausência absoluta de condutores, algo que passou a representar uma ameaça à saúde face ao abandono dos mesmos nas ruas da cidade. Não por outro motivo, os cadáveres dos mendigos eram um assunto de governo, merecendo regras especiais.

Desde o primeiro regulamento para os Cemitérios Municipais (de 1858), estipulou-se que “os indigentes, os pobres que falecerem nos hospitais da Santa Casa da Misericórdia e suas enfermarias externas, nos hospitais e enfermarias do governo, ou nas prisões, os padecentes e os corpos que forem remetidos pelas autoridades policiais” seriam enterrados gratuitamente nas sepulturas das Quadras Gerais do cemitério.<sup>1061</sup> Ao mesmo tempo, conforme visto, obrigavam-se as funerárias a transportarem também gratuitamente esses corpos. Cumprido o regulamento na parte que tocava ao cemitério, o mesmo não pode ser dito quanto às empresas responsáveis pela condução de cadáveres. Em 1899, por exemplo, o dr. Abílio Soares fez ver que, “na execução da cláusula referente à polícia e à pobreza”, tal era o desrespeito que a polícia fora obrigada a adquirir carros e utensílios próprios para fazer frente a esse trabalho.<sup>1062</sup> Por essa época, o privilégio da Irmandade da Misericórdia já estava sendo explorado pela companhia Rodovalho Jr. Esta, por sua vez – e apesar de manter alguns carros para o serviço gratuito – nunca realizou o trabalho a contento numa cidade que, em 1911, já anotava cerca de 1.000 (mil) mendigos falecidos a cada ano.<sup>1063</sup>

Trabalho este reconhecidamente deficitário, o transporte gratuito de cadáveres para os cemitérios impunha ainda uma situação vista como vexatória: os carros que transportavam os indigentes, eram os mesmos utilizados para os pobres.

---

1059 - Discurso do vereador Celso Garcia, A. C., 19/05/1906, p. 76 a 79.

1060 - Manifestação do vereador Celso Garcia quando da apresentação da Indicação nº 222 de 1905, para a abertura da Rua Thabor (atual Cardoso de Almeida) até a Av. Municipal (hoje Dr. Arnaldo); A. C., 23/12/1905, p. 217.

1061 - Regulamento do Cemitério, artigo 21.

1062 - Parecer nº 81 do vereador Abílio Soares, A. C., 18/10/1899, p. 487. Nas contínuas renovações do contrato com a Misericórdia, alguns vereadores que defendiam aquela Irmandade sempre lembravam do desvelo com que a mesma cuidava desse tema “fornecendo gratuitamente caixões aos indigentes, não só aos que falecem nos hospitais da Santa Casa, como nos demais hospitais da cidade e os requisitados pela polícia.” (Discurso do vereador Sampaio Viana, A. C. 09/07/1911, p. 283 a 286). Entretanto, não era a Irmandade, mas sim as empresas sub contratadas que realizavam esse trabalho. E muito mal, como apontou a Comissão de Higiene da Câmara em 1911, pedindo a atenção dos vereadores para o modo como se faziam “os enterramentos de mendigos, em que caixões de taboas mal ajustadas, através de cujas fendas, às vezes, o sangue vai pingando, sem a preocupação de ao menos envolver o cadáver em panos que absorvam o sangue.” (Parecer da Comissão de Higiene, A. C., 24/03/1911, p. 139 a 152).

1063 - Manifestação do vereador Mário Amaral, A. C., 24/03/1911, p. 139 a 152.

Mediante essa situação, comum mesmo era a condução dos falecidos a pé até a necrópole mais próxima que, como vimos, poderia estar a quilômetros de distância.



**Fig. 69**

Os carros do serviço gratuito de condução de cadáveres



Fig. 70:

Os carros fúnebres mais luxuosos da empresa Rodovalho

E como a prática da condução dos cadáveres a pé era muito comum, posto que cada um se incumbia como podia para realizar o enterro de parentes e conhecidos, é bem possível que, em 1860, Gertrudes Maria do Espírito Santo tenha sido assim transportado do distante *Bairro da Cachoeira* em Santa Ifigênia até o cemitério da Consolação. Mas se dispensada fosse a condução pela empresa funerária, exigiram as pessoas mais próximas que Gertrudes recebesse o “atestado de pobreza”. Esta medida era de suma importância, já que desobrigava o pagamento de qualquer taxa para a sepultura no cemitério. Somente os assim classificados é que poderiam ser enterrados gratuitamente, uma vez que os demais (aqueles que não possuíam o “*sepulte-se como pobre*” no bilhete de enterramento) deveriam pagar, mesmo que por uma cova nos Quadros Gerais, a quantia de 6\$000 Réis como estipulava o Artigo 26 do Regulamento do Cemitério.

Chamado por muitos como o “*novo imposto do cemitério*”, essa taxa gerou algumas dúvidas e muitas reclamações na cidade. O primeiro questionamento, por exemplo, surgiu logo em 1859 e referia-se aos escravos. A pergunta era: deveriam eles ser enterrados como pobres? A esse respeito manifestou-se a Comissão de Finanças da Câmara, emitindo uma ordem para que, na relação dos escravos sepultados, o administrador do cemitério deveria fazer constar “*os nomes dos senhores, o que era necessário para verificar se a declaração de pobreza*

era exata,<sup>1064</sup> e isto porque os cativos “não poderiam ser considerados como pobres, visto que seus senhores são obrigados ao pagamento dos enterramentos.”<sup>1065</sup> De outra parte, um protesto mais contundente a respeito desse pagamento partiu da população do Braz, esta constituída em sua maioria por pessoas humildes. Até então, aquela comunidade costumava sepultar seus mortos no cemitério anexo à igreja Matriz do bairro e para isso pagava taxas que variavam de 300 a 500 Réis; mas agora, com o cemitério público da Consolação, esse valor subira para 6\$000 Réis. Este problema, que se aliava à grande distância da nova necrópole, deu motivos a algumas representações dos moradores, como a que foi enviada para a Câmara Municipal em março de 1861. Através da mesma, reclamavam os moradores ...

“... sobre a inconveniência e vexame que causa o enterramento dos Fregueses d’ esta Freguesia no cemitério municipal que, além do imposto de 6\$000, tem muitas vezes já caminhado três léguas de distância para virem à Freguesia e daqui ainda seguirem para o cemitério na distância de mais meia légua. (...) Além do exposto, tenho a certificar a V. S. que sendo a totalidade desta Freguesia pobres, para escaparem do imposto municipal, com bastante incômodo, seguem a fazer enterramentos na Freguesia da Penha.”<sup>1066</sup>

Ao lado das petições enviadas ao governo, também a imprensa fazia repercutir o descontentamento do povo com respeito à nova taxa. E as críticas mais contundentes vieram justamente do *Publicador Paulistano*, periódico que vinha desenvolvendo uma intensa campanha contra o cemitério. Em março de 1859, por exemplo, o jornal argumentava que nada legitimava o pesado imposto, “nada senão a vontade tenaz e forte de acabrunhar o povo [e] o desejo sórdido de ver se amontoar nos cofres da Câmara o ouro extorquido dos pobres.”<sup>1067</sup> Em ataques sucessivos, o jornal por vezes alterava seu foco e convidava o leitor para se colocar na posição de um filho que perdera o pai (ou qualquer membro da família), situação essa vivenciada com muita freqüência na cidade dos oitocentos, e perguntava: Como poderia um “... pobre que mendiga muitas vezes para sustentar seu pai no longo período de uma moléstia, veja-se forçado a pagar um pesado Imposto para dar á cova aquele para cujo sustento recorre á caridade pública, e ver o escárnio de homens sem moral, sem religião e que tudo sacrificam ao torpe interesse, não recuando ante a dificuldade de despojar um cadáver?”<sup>1068</sup>

As reclamações contra o chamado *imposto do cemitério* foram bastante freqüentes entre 1859 e 1861, mas cessaram a partir de então, não mais se apresentando qualquer queixa já a partir de 1862. Ora, e o que teria ocorrido? Por acaso a população havia se acostumado com a

---

1064 - Análise das contas do cemitério, A. C., 14/01/1859, p. 16

1065 - A. C., 24/05/1860, p. 119 e 120.

1066 - Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, 1861, Vol. 193, documento 183. Esta petição foi redigida com a finalidade de pedir uma autorização no sentido de que os moradores do Braz pudessem continuar enterrando no velho cemitério paroquial, o que foi permitido por cerca de dois anos. Em março de 1863 o cemitério anexo àquela matriz foi definitivamente fechado, voltando os moradores do Braz a serem sepultados no Consolação. Veja A. C., 09/03/1861, p. 66 e 05/03/1863, p. 73.

1067 - “O Publicador Paulistano”, edição do dia 03/03/1859.

taxa? Não é o que nos parece, pois ao mesmo tempo em que as reclamações deixam de ser feitas, algumas notícias sobre procedimentos estranhos começam a chegar aos vereadores. Em 1869, por exemplo, foram denunciados alguns casos de sepultamentos “*de pessoas no cemitério com guia de pobres*” mas que, ao mesmo tempo, “*eram enterradas em caixão*”, sendo este um indício de que elas não eram tão pobres assim. Nessa situação, o vereador Cel. Rodovalho lembrou a conveniência de alertar os párocos de todas as Freguesias para serem “*cautelosos nos atestados que derem.*”<sup>1069</sup> E não eram apenas os casos com os caixões, como lembrou o próprio presidente da Câmara em dezembro de 1873, uma vez que muitas famílias pagavam pela presença do padre ou mandavam rezar missas, mas igualmente solicitavam o “*sepulte-se como pobre*” nas guias de enterramentos:

“O senhor presidente propõe que se represente ao Reverendo Sr. Vigário Geral deste Bispado para que chame a atenção dos Reverendos Párocos das Freguesias desta capital a estrita observância nas guias para os enterramentos no cemitério municipal de que trata o Art. 21 do Regulamento do cemitério, observando-lhes que nem todo o pobre é indigente, e que só podem aproveitar o favor de sepulturas grátis os que também não podem pagar os emolumentos paroquiais; oficiando igualmente neste sentido ao Doutor Chefe de Polícia pedindo-se a providência por parte dos Subdelegados dos Distritos da capital sobre as certidões que também expedem para semelhantes enterramentos, e aos Inspectores de Quarteirões.”<sup>1070</sup> (meu destaque)

Diante da taxa criada com o novo cemitério, inicialmente os paulistanos reclamam. Mas, logo em seguida, percebem uma estratégia, pois bastava obter o atestado de pobreza para que nada se gastasse com o enterro. A tática bem funcionava, desde que, é claro, se contasse com a aquiescência de párocos e fiscais. E eles, tudo leva a crer, não se recusavam diante dos pedidos que, pela quantidade exagerada segundo os vereadores, já podia ser tratado como um escândalo. Em 1879, por exemplo, o vereador Guedes Portilho reclamava do “*grande abuso que se dá nas guias que acompanham os cadáveres dos pobres, considerando-se como indigentes pessoas que não estão nesse caso*” e concluía chamando a atenção “*sobre tais irregularidades prejudiciais aos cofres da municipalidade.*”<sup>1071</sup> (meu destaque)

E certamente por isso – ou para que não restassem quaisquer dúvidas a respeito da pobreza do falecido – que muitos dos bilhetes (ou atestados de pobreza) acabaram sendo redigidos com muita ênfase na afirmação do estado de indigência do falecido e, por vezes, ressaltando mesmo em detalhes a falta de recursos para seu sepultamento:

---

1068 - Idem, edição do dia 09/09/1859.

1069 - A. C., 09/10/1869, p. 226.

1070 - A. C., 04/12/1873, p. 245.

1071 - Ofício do vereador Guedes Portilho, A. C., 03/07/1879, p. 56.

*“Attesto que faleceu de morte natural no Quarteirão 10 o preto forro de nome Vicente Veloso e é summamente pobre, vivendo de suas esmolos, o que afirmo ter pleno conhecimento e debaixo do meu cargo. Palmeiras, 2 de março de 1860. O Inspector João Manoel Floriano.”<sup>1072</sup> (meu destaque)*

Tais argumentações nos bilhetes, é preciso frisar, foram redigidas com o intuito de não causar qualquer dúvida ou desconfiança quanto à veracidade da condição do finado, o que, em caso contrário, poderia trazer um certo embaraço quando da entrada do corpo no cemitério. Daí a veemência com que o inspetor Joaquim Firmino de Andrade, do “Quarteirão 17” de Santa Ifigênia, atestou a pobreza de Gertrudes Maria do Espírito Santo no bilhete já citado no início, pois ele afirmava que Gertrudes era “muito pobre, não tinha meios para o seu enterro” e, por ser verdade o que dizia, ressaltou que “juraria se necessário fosse.”

E foi justamente com este bilhete que, no dia 8 de fevereiro de 1860, chegou ao cemitério da Consolação o corpo da liberta Gertrudes Maria do Espírito Santo. Em seguida, seu cadáver seria acomodado numa das “covas rasas”, estas simplesmente cavadas na terra nua das Quadras Gerais.

Vale destacar que a exemplo do que ocorreu com Gertrudes Maria, milhares de outros paulistanos foram assim inumados no cemitério da Consolação, em covas rasas e temporárias, na única necrópole existente na cidade até janeiro de 1893, quando então foi aberta a do Braz.

E chega mesmo a impressionar a quantidade de cadáveres que deram entrada no cemitério da Consolação até aquela data, ou seja, um total de 42.242 corpos. Mais representativo ainda é o fato de que apenas 10% tiveram condições de adquirir uma sepultura. Os demais seguiram para as Quadras Gerais, aqui incluindo as Quadras dos Anjos, também gratuitas.<sup>1073</sup> E com o processo seletivo de *memórias* ao qual nos referimos páginas atrás, temos como certo que um conjunto de 38.000 (trinta e oito mil) *lembranças* – senão mais – quedaron simplesmente apagadas naquela necrópole, numa ação que, inclusive, redundou numa alteração de sua disposição original. Através desse processo, quarteirões inteiros desapareceram, a exemplo das *Quadras Comuns*, as dos *bexiguentos* e as dos *Anjos*. Nada indica, na atual geografia do cemitério da Consolação, que ali foram sepultados membros de todas as camadas sociais da cidade no século XIX. Atualmente, a crônica desses mortos comuns somente pode ser encontrada nos grossos volumes dos Livros de Registros de

---

<sup>1072</sup> - Bilhete de sepultamento, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Municipal, 1860, Vol. 189, documento nº 21.

<sup>1073</sup> - No seu primeiro ano de funcionamento, o cemitério da Consolação contabilizou um total de 602 sepultamentos; desses, apenas 41 cadáveres (ou 6,5%) foram enterrados em túmulos comprados. Já para o ano de 1880, contamos um total de 881 sepultamentos, dos quais somente 98 deles (ou perto de 11%) foram realizados em túmulos perpétuos ou alugados. Feitos esses cálculos ano a ano, chegamos a uma média de 10% do total de enterros efetuados em túmulos de pedra, tijolo e cal; os demais foram para as covas gerais.

Sepultamentos e não mais na necrópole. Pobres, escravos, indigentes e crianças – aos milhares – desapareceram e daí que, para o caso de São Paulo (mas não descartando por certo outras comunidades) não é possível reconstruir uma história da morte e de todas as suas implicações na sociedade com base apenas nos vestígios encontrados nos cemitérios mais antigos. Estes, como vimos, acabaram sendo alterados e, ao renovarem-se, preservaram a arquitetura e as tradições de um determinado extrato da sociedade, e não de todos. A *memória* presente em vários cemitérios da cidade (com especial destaque para o da Consolação, mas não esquecendo os demais como o do Araçá, Vila Mariana e mesmo o do Braz) já não é a mesma da época em que foram abertos e serviram à população. Em todos eles, por exemplo, não mais encontramos os indícios ou a *lembrança* dos mais humildes; nada indica onde eram enterrados os pobres, as crianças e os escravos (estes no cemitério da Consolação), os mortos por doenças contagiosas, os *bexiguentos* (no Araçá e também na Consolação), ou então os indigentes.

E eis que, na análise de Philippe Ariès, conhecemos a antiguidade em grande parte graças aos túmulos e aos objetos que aí se acumularam;<sup>1074</sup> mas o que temos como indícios são, na verdade, fontes que resultaram de uma seleção. Seleção do tempo, nos fala Ariès, mas por certo tendo como agentes os próprios homens e seus interesses como na esclarecedora análise de Vovelle ao destacar que, “*dos traços que a morte nos deixou ficaram as provas, os testemunhos, os indicadores dos ricos, dos poderosos, mas nada para as massa anônima dos pobres.*”<sup>1075</sup>

Diante do processo que suprimiu dos nossos mais antigos cemitérios as marcas físicas da população mais humilde, podemos então perguntar: onde, no cemitério da Consolação, localizavam-se essas áreas destinadas aos sepultamentos dos mais pobres, dos escravos e das crianças? Iremos tentar desvendar essa questão tendo como base uma preciosa fotografia daquele cemitério datada de 1898, esta conjugada com as informações constantes nas fontes do governo municipal.

---

1074 - Ariès (1988), Vol. II, capítulo XI “A visita ao cemitério”, especialmente p. 210.

1075 - Vovelle (1996), p. 18.



Fig. 71: O cemitério da Consolação em 1898.

Rara imagem do cemitério da Consolação num período em que o mesmo já estava “totalmente ocupado” conforme as alegações dos vereadores, sendo esta a razão principal para que, no ano anterior (1897), fosse edificado o novo cemitério do Araçá. Vale lembrar que esta fotografia não apresenta o traçado original do cemitério à época de sua inauguração (em 1858) posto que, passados 40 anos, algumas reformas já haviam sido realizadas como a incorporação de novos lotes seja para as Quadras Gerais, dos Anjos ou dos *bexiguentos*, o que obrigou a novas divisões nos seus quarteirões. De qualquer forma, ainda assim é possível retirar valiosas informações desta fotografia que, ao serem cotejadas com outras fontes, podem nos indicar com certa precisão as respostas para a questão que propusemos.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a escolha dessa vista pelo fotógrafo é deveras instigante, posto que esta não era a área nobre do cemitério a qual se localizava em frente da capela. O que vemos nesta imagem, ao contrário, é a parte posterior ou os fundos do cemitério (o fotógrafo posicionou-se por detrás da capela). Por essa época, os túmulos mais ricos situavam-se defronte e ao lado do templo – nas chamadas *ruas largas* – nas proximidades do portão que dava entrada pela rua da Consolação; parte desses túmulos, aliás, podem ser vistos junto às árvores que se concentram em frente e ao lado da capela.<sup>1076</sup>

---

<sup>1076</sup> - Para uma melhor comparação, retorne para a página 414 e veja a imagem nº 61 que nos mostra a parte mais rica do cemitério da Consolação no ano de 1894.



E como a fotografia bem demonstra, as quadras situadas na parte posterior eram as mais simples, com alguns túmulos sem muita ostentação e outros bastantes humildes.

Mais à direita, é possível ver um “campo” onde prevalecem as cruzes (provavelmente de madeira) e pequenas outras construções que lembram o local da sepultura mas que, pelas dimensões, não podem ser consideradas como túmulos.



Nada a estranhar nessa configuração, uma vez que seria mesmo de se esperar que, na sua divisão, os “fundos” do cemitério fossem reservados aos mais pobres e a frente para os ricos, ou para aqueles que poderiam pagar pelos terrenos perpétuos e com condições de levantar seus mausoléus de mármore. A entrada era como que a apresentação da necrópole (uma sala de visitas, poderíamos dizer), sendo ela a que recebia grande parte dos melhoramentos como o calçamento e o plantio de árvores, estas bastante visíveis na foto.

Ao que nos parece, o plano original do cemitério da Consolação (datado de 1855) não contemplava toda esta área posterior. Dizemos isso porque nos projetos que se apresentaram como modelos para um cemitério público na cidade, a capela seria construída sempre no final da necrópole, em frente ao portão principal, mas nos fundos, rente ao muro de fechamento. Assim foi pensado em 1836, data do primeiro projeto para a construção de um cemitério municipal. Sob proposta de uma Comissão especialmente nomeada pela Câmara, este cemitério seria ser construído no terreno das religiosas da Luz, próximo ao Lazareto, devendo *“ter 150 braças de frente e 100 braças de fundo, com uma capela no centro do muro do fundo, em frente do portão de entrada.”*<sup>1077</sup> Ou seja, e a exemplo do que ocorria no Cemitério dos Aflitos, a necrópole não deveria ir além da capela, esta localizada nos fundos. A medida em braças, por outro lado, nos dá a dimensão desse cemitério: cerca de 330 metros de extensão por 220 de

---

1077 - “Parecer da Comissão da Câmara encarregada de estudar o estabelecimento de cemitérios”, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal. 1836, Vol. 75, documento nº 1.047.

largura. Quando da apresentação do segundo projeto para o cemitério público de São Paulo, em agosto de 1850, o local indicado foi o “Campo Redondo” (atual bairro dos Campos Elíseos) sendo o plano elaborado pelo engenheiro José Jacques da Costa Ourique. Em sua explanação o engenheiro indicou que este cemitério deveria ter *“60 braças em quadra, com muros de taipa de feixo de todo o terreno, cobertos de telha, caiados e rebocados por dentro e por fora, portão de ferro com colunas laterais de cantaria, e uma capela no fundo com 40 palmos de comprimento e 27 de largo...”*<sup>1078</sup> Apesar de não concretizado, este projeto trazia novamente a capela nos fundos do cemitério.

Em 1855, porém, seria outro o engenheiro escolhido para projetar o cemitério da Consolação, ou seja, Carlos Rath. Além de escolher o local (nos “altos da Consolação”), o engenheiro alemão ofereceria ainda o plano geral da necrópole, bem como o projeto para a sua capela. Apesar de não encontrarmos esses documentos, sabemos que Carlos Rath tinha uma perfeita idéia de como deveria ser o cemitério da Consolação, ou seja, baseado nas lembranças que tinha dos existentes em sua terra natal, a Alemanha:

*“Na maior parte da Europa mais civilizada tem-se proibido os enterramentos nas igrejas, com pequenas exceções, e mesmo estas com certas regras e cautelas. Mesmo em Roma e Nápoles proibiu-se em 1809 os enterros nas igrejas, e na Alemanha encontram-se cemitérios que já contam 300 anos, ornados de monumentos, pedras sepulcrais, epitáfios e mausoléus construídos naquele tempo em honra a homens célebres dessa época. De todas as formas de cemitério, merecem preferência, e tornam-se dignos de serem imitados os de que usa a secta do Herrnhul, espécie de Guaken na Alemanha. Eles formam um jardim com passeios entre flores, arbustos e pequenos bosques, que exalam um aroma agradável, neutralizando assim as exalações mefíticas, visto que as flores e arbustos aromáticos entre os monumentos absorvem esses gases. Por este método, goza-se um prazer, que modera as melancólicas idéias que deixam as saudades de um amigo, de um parente que se há perdido. A beleza e os encantos da natureza neste lugar, e a vista da pequena capela colocada no fundo do cemitério, eleva-se o pensamento ao Criador e à eternidade, e a nossa dor transforma-se em uma doce comoção cheia de esperança e consolação.”*<sup>1079</sup> (meu destaque)

Eis aqui a inspiração de Carlos Rath para o cemitério da Consolação que, da mesma maneira que os projetos anteriores, mantinha a capela no fundo do cemitério. E tudo leva a crer que fosse mesmo esta a intenção quando do início de sua construção em outubro de 1855. Utilizando-se de uma faixa de terrenos municipais ao longo da antiga “Estrada de Pinheiros”, nos parece que o cemitério não teria mais do que 85 metros de largura, sendo esta a distância do portão até a capela. Dois meses depois, em dezembro de 1855, houve uma modificação nesse plano, quando então praticamente dobrou-se a largura mediante a aquisição de parte do “pasto” pertencente à chácara de Marciano Pires de Oliveira.<sup>1080</sup>

Nenhuma explicação nos é dada a respeito dessa alteração, mas é bastante provável

---

**1078** - Projeto do engenheiro José Jacques da Costa Ourique, A. C., 14/08/1850.

**1079** - Carlos Rath, “Memória sobre os cemitérios”, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, 1856, Vol. 175, documento 338 e seguintes.

**1080** - Ofício de Marciano Pires de Oliveira, A. C., 05/01/1856.

que aqui já estava sendo colocada em prática a divisão social da necrópole: os ricos na entrada, os pobres nos fundos. De fato, e arbitrada a quantia de 200\$000 Rs. (Duzentos Mil Réis) pelas terras de Marciano, um mês depois de iniciadas as negociações a Comissão da Câmara encarregada do novo cemitério informou ao engenheiro Carlos Rath que a capela deveria “*ser assentada no encruzamento das duas ruas principais.*”<sup>1081</sup>

Tendo em vista esta configuração, toda a parte posterior do cemitério foi então reservada para as “*Quadras Gerais*” ou “*Comuns*” que, na fotografia, podem ser vistas no canto direito. De toda forma, o que vemos é senão uma parte dessas Quadras, uma vez que elas continuavam à esquerda, parte esta não captada pelo fotógrafo.

Nesse sentido, percebemos que a imagem está consoante com as informações prestadas pelos vereadores entre 1896 e 1897, ou seja, que cemitério da Consolação já estava totalmente ocupado por sepulturas, não restando espaços para novos enterramentos. Seria enganoso pensar, portanto, que o vasto terreno à direita estaria com poucos cadáveres, já que, ao contrário, ali permaneciam depositados dezenas e dezenas de corpos em covas rasas sem qualquer marca ou, quanto muito, com frágeis cruzes e indicações. Mediante este fato é que surgiu a necessidade de se construir um novo cemitério, agora nos altos do Araçá.



Por fim, devemos voltar nossa atenção para uma quadra repleta de pequenas cruzes bem próxima da capela. Tendo em vista estarem elas quase que “*coladas*” umas às outras, certamente este terreno não servia para sepulturas de adultos. Aqui, portanto, estaria uma das “*Quadras dos Anjos*” do cemitério da Consolação.

É importante notar que essas referências como as *Quadras Gerais* ou *Comuns*, bem como a dos *Anjos*, não mais existem no cemitério da Consolação. Com o decorrer dos anos, esses terrenos foram desocupados e postos à venda, o que redundou numa nova divisão, sendo sua área redesenhada nos moldes que hoje se apresenta.

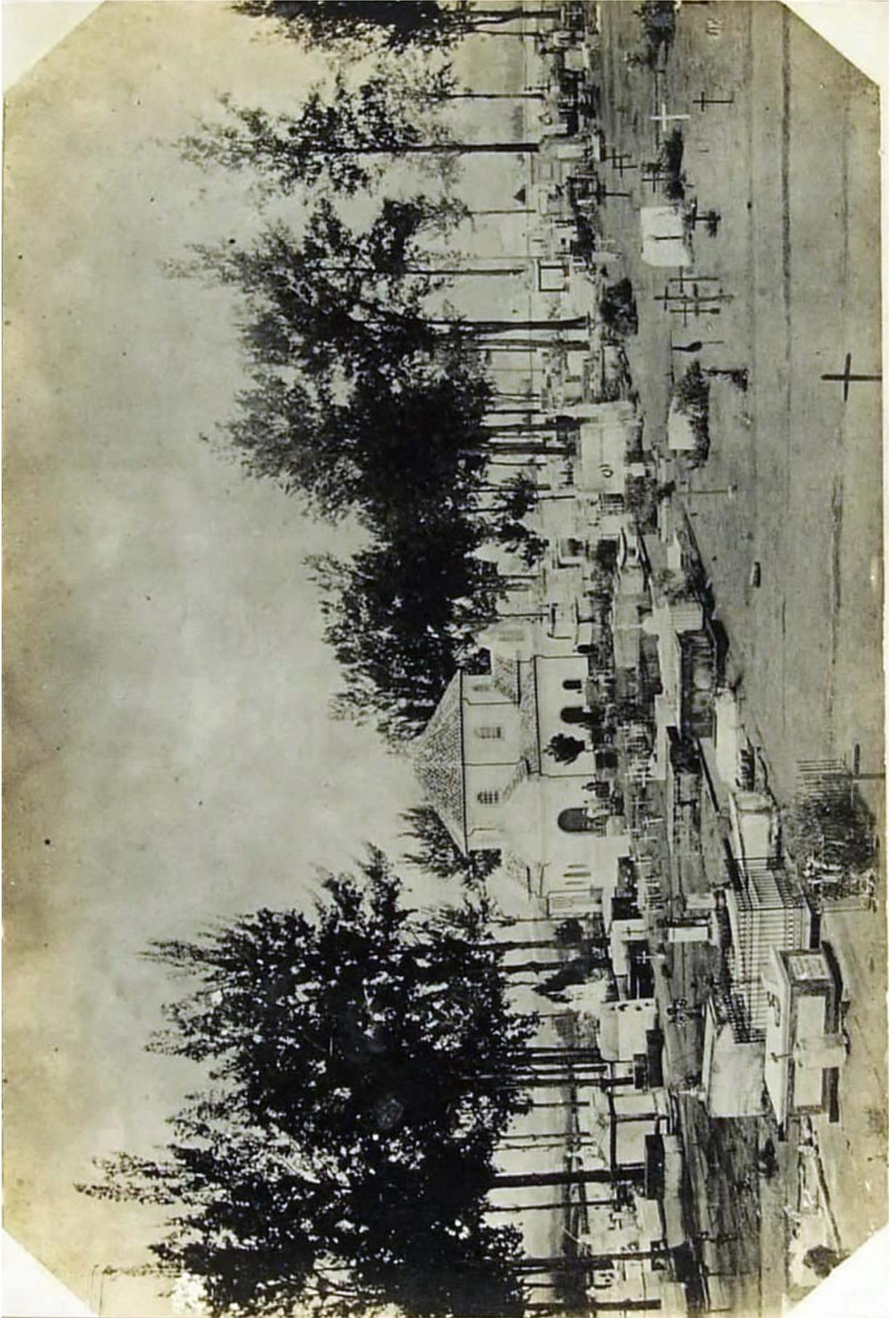
E em decorrência desse processo seletivo, que resultou na supressão das marcas da população mais humilde daquela necrópole, tivemos como consequência imediata a elitização deste que é o mais antigo cemitério de São Paulo. Os indícios que ali restaram nos falam, sobretudo, a respeito das práticas de enterramentos (e da história) de uma camada

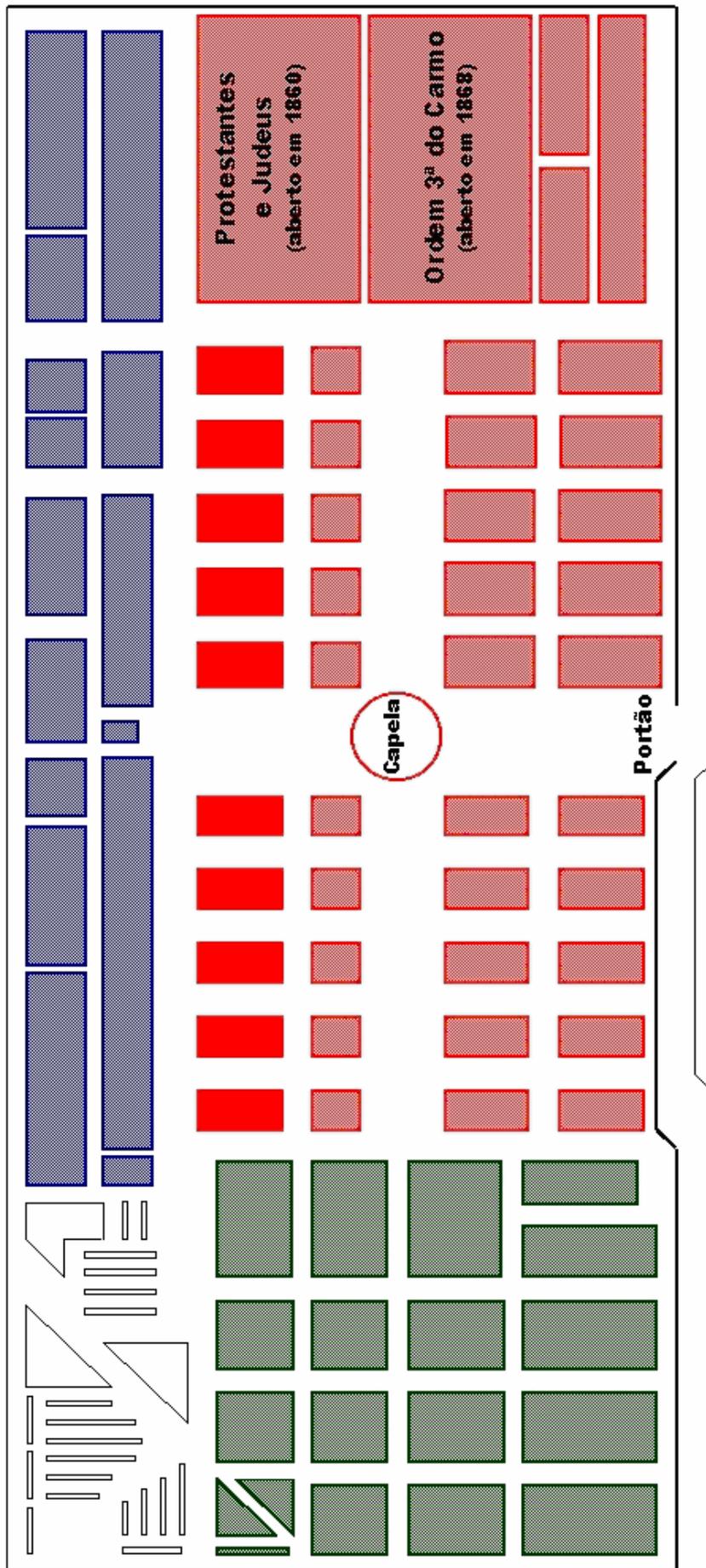
---

1081 - Relatório da Comissão encarregada do Cemitério, A. C., 21/01/1856.

privilegiada da população; perdendo-se, como é evidente, os vestígios de muitos outros.

Para finalizar a análise deste item, nas próximas duas páginas estarão presentes uma ampliação da foto utilizada como fonte para essas linhas e, em seguida, um estudo que realizei sobre as áreas agregadas ao cemitério desde a sua inauguração em 1858 e até o presente. Trata-se de um desenho meramente ilustrativo de minha autoria e, portanto, sem escala e numa proporção aproximada. Para a divisão dos quarteirões, utilizei como base a planta oficial atual daquele cemitério.





### Rua da Consolação



Área original do cemitério da Consolação quando de sua inauguração em 1858. Parte dos terrenos utilizados eram municipais e parte foi adquirida do pasto de Marciano Pires de Oliveira, pelo qual a Câmara pagou 200\$000 Réis (Duzentos Mil Réis)



Área incorporada em 1884. Uma parte desses terrenos foi desapropriada da chácara de Joaquim Inácio Ramalho, o Conselheiro Ramalho.



Na área original, o espaço ocupado pelas Quadras Comuns e dos Anjos (pobres, escravos, crianças, bexiguentos).



Área incorporada em 1890 mediante desapropriação da chácara de Joaquim Floriano Wanderley. A Câmara pagou 3:000\$000 Rs. (Três Contos de Réis) ao proprietário.

## .5 - Tensões e ambigüidades: o retorno dos mortos

Com a invenção do cemitério público da Consolação pelos idos de 1858, inventa-se também, em São Paulo, a visita ao cemitério.

Distante do centro da cidade cerca de 2,5 Km. o percurso até a nova necrópole era, para aquela época, considerado como uma “viajem”, custosa trajetória especialmente se o trajeto fosse feito a pé. Do largo da Sé, por exemplo, o caminho não era vencido em menos de uma hora, às vezes até mais. Grandes novidades, portanto, acabaram sendo introduzidas com o cemitério e concorriam para alterar, concretamente, a relação dos vivos com seus mortos. Antes de sua existência, os finados estavam pelas redondezas, nas igrejas ou no cemitério dos Aflitos; *dentro das pontes*, como então se dizia, numa referência ao núcleo urbano delimitado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. A partir de 1858, porém, foram eles alocados para longe, separados do mundo dos vivos. Assim, a visita que antes poderia se dar diariamente – durante uma missa ou numa prosaica caminhada pelas ruas, por exemplo – agora sofrera uma modificação. Ao mesmo tempo em que se criava um “endereço” certo, em muitos casos até perenes para os mortos<sup>1082</sup>, o contato, por conta da distância, ficou mais espaçado; as visitas não poderiam ocorrer com a mesma frequência e, por isso, as cerimônias coletivas em determinadas épocas do ano ganharam vulto, especialmente no dia de finados.

Tímidas no início, essas cerimônias acabaram incentivadas pelo poder público que, a todo dia 2 de novembro, cuidava de preparar a capela, contratava um padre para rezar uma missa pelas 9 horas da manhã e custeava todas as “*solenidades de costume*” que, inclusive, eram anunciadas por editais.<sup>1083</sup> E era de muito interesse para a Câmara Municipal que estas fossem realizadas, principalmente nos primeiros anos do cemitério, pois esse ritual, com todo o aparato religioso possível, poderia arrefecer os ânimos daqueles que se posicionavam contra a necrópole.

Era preciso acostumar o povo a esse apartamento em relação aos mortos, até porque estavam eles agora sepultados adequadamente, sem riscos à “salubridade”, conforme preconizava a medicina acadêmica. Assim, interessava incentivar este novo hábito ou uma nova maneira de se *comemorar* os mortos, e isto através de uma cerimônia ao mesmo tempo coletiva e individual, com uma programação especial, até porque, para os padrões daquela época, a necrópole da Consolação estava realmente muito além da cidade.

---

<sup>1082</sup> - Lembrar aqui da situação verificada nos templos paulistanos (o constante enterrar e desenterrar, bem como a não perenidade de muitas covas pagas) o que resultava na incerteza do local onde o corpo fora sepultado.

<sup>1083</sup> - Ver Atas da Câmara a todo mês de outubro e novembro de cada ano. Nos meses de outubro, havia a deliberação para a realização das cerimônias, em novembro a prestação de contas das despesas efetuadas.



Fig. 72

A grande distância do cemitério da Consolação quando comparado com o centro da cidade em mapa de 1855, época em que a necrópole ainda estava sendo construída. No destaque, em vermelho, a igreja e o largo da Sé.

Mediante esses esforços, e contando com o aumento do número de corpos ali sepultados, tais cerimônias caíram no gosto popular e, em 1866, já estavam consolidadas como um “evento” do qual participavam centenas de pessoas.

Pois data justamente dessa época a publicação de uma imagem que despertaria a atenção dos paulistanos: uma charge do conhecido artista Ângelo Agostini pelas páginas do jornal o “Cabrião”. De fato, na edição do dia 4 de novembro de 1866, o semanário estampou uma crítica bem humorada aos acontecimentos verificados no cemitério da Consolação dois dias antes, quando das solenidades pelo dia de finados.



Fig. 73

“O cemitério da Consolação no dia de finados”

Há que se considerar o fato de que, antes da existência do cemitério, o culto aos mortos era realizado em cada paróquia, fato este que redundava numa dispersão do povo pelas igrejas da cidade. Com a necrópole, porém, as cerimônias acabaram centralizadas num único local e, naquele mês de novembro de 1866, já estavam sepultados no cemitério um total de 4.877 corpos, fato este que certamente concorreu para uma grande afluência de público, talvez na casa das centenas ou mesmo milhares de pessoas num único dia.

Em face de tão numerosa assistência circunscrita num mesmo espaço e ao mesmo tempo, era de se esperar que acontecimentos não previstos (ou não condizentes com a piedade cristã) se fizessem presentes. Decerto que a ocasião era propícia para trocas sociais e,

quem sabe, propiciava um certo tumulto decorrente do vozerio, da circulação intensa de pessoas em busca dos túmulos de seus familiares e amigos o que antes, nas igrejas, não ocorria de forma tão intensa.

A mistura de classes, bem como a presença de homens, mulheres e crianças durante as cerimônias (e por todo o dia), também dava motivos a uma confraternização que não se restringia à *comemoração* dos mortos senão, também dos (e entre) os vivos. A utilização de bebidas, comida e cigarros no interior do cemitério – reconhecida depois como verdadeira – era uma constante naquelas datas especiais; e, se tais artigos não fossem trazidos de casa, podemos supor que já houvesse por ali, nas imediações do cemitério, um pequeno comércio ambulante que se aproveitava de tão grande número de pessoas.

A crítica bem humorada, porém, despertou a ira de católicos mais conservadores, especialmente a de Cândido Justiniano da Silva, então proprietário do jornal *Diário de São Paulo*. Considerada ofensiva aos mortos, ao cemitério e à moral, a charge deu motivos a que um processo fosse aberto contra o *Cabrião* e seus diretores por Cândido Justiniano:

“Ilmo. Sr. Delegado de Polícia: Diz Cândido Justiniano da Silva, que, havendo sido evidentemente ofendida a moral pública na estampa do número 6 do *Cabrião*, periódico de caricaturas, de que é editor o Alferes Joaquim Roberto de Azevedo Marques, como proprietário da Tipografia Imperial e de que é litógrafo Henrique Schroeder, alemão, protestante, porquanto nessa estampa os mortos e enterrados no cemitério público da Consolação são ridicularizados, sendo que a religião e a moral pública não só tem imposto o respeito aos mortos, senão também têm considerado o cemitério e o túmulo como cousa sagrada, *res religiosa* vem dar contra os mesmos editor e litógrafo a presente denúncia, como incursos no art. 279 do Código Criminal, protestando seguir por si mesmo a ação até aos finais julgamentos, e provar que esse número do *Cabrião* foi distribuído por mais de quinze pessoas.”<sup>1084</sup>

O citado artigo 279 do Código estipulava uma pena de prisão que poderia variar de dois a seis meses, mais multa, para todos aqueles que ofendessem a “*moral pública através de papéis impressos, litografados, gravados ou em estampas e pinturas*” desde que comprovada fosse sua distribuição para mais de 15 pessoas, ou que estivessem expostas publicamente à venda.<sup>1085</sup>

Um primeiro dado a ser notado na denúncia é que o desenhista Ângelo Agostini não figurou como acusado, preferindo o autor denunciar Joaquim Roberto de Azevedo Marques (citado como *editor*, mas que, na verdade, era o proprietário da Tipografia Imparcial que imprimia o “*Cabrião*”) e o litógrafo Henrique Schroeder, que o acusador fez questão de

---

<sup>1084</sup> - Citado em Menezes, Raimundo de; *Histórias da História de São Paulo*, S.P.: Melhoramentos, 1954, p. 228 e seguintes. Veja também Santos, Délio Freire dos; introdução à edição fac-similar de o “*Cabrião*”, S.P.: Ed. da Unesp e Imprensa Oficial do Estado, 2000.

<sup>1085</sup> - Código Criminal do Império do Brasil promulgado a 20/12/1830, Parte IV, Dos Crimes Policiais, Capítulo I. “*Collecção das Leis do Império do Brasil desde a Independência – 1830 e 1831, Vol. III, 2ª edição; Ouro Preto,*

identificar como *alemão e protestante*.

O semanário humorístico *Cabrião* fora fundado meses antes, em setembro de 1866, por Américo Brasília de Campos, Antonio Manuel dos Reis e Ângelo Agostini<sup>1086</sup>, cujos nomes não apareceram na denúncia. De fato, Cândido Justiniano da Silva<sup>1087</sup> conhecia bem todos os personagens envolvidos e com eles já mantivera relações comerciais, inclusive com Henrique Schroeder. O jornal *Diário de São Paulo*, que em 1866 era de propriedade de Candido Justiniano, havia sido fundado em 1865 por Pedro Taques de Almeida Alvim, Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra e, também, por Henrique Schroeder, sendo inclusive impresso na *Typographia Allemã*, propriedade de Schroeder. Surgido como um “jornal diário e livre, independente do governo”, o *Diário* seria vendido a Justiniano em agosto de 1866, passando então a ser um periódico aliado do Partido Conservador e defensor das tradições católicas.<sup>1088</sup> A partir de então posicionaram-se os jornais *Correio Paulistano* (este sim fundado e dirigido por Joaquim Roberto de Azevedo Marques) juntamente com o *Cabrião*, contra a nova fase de o *Diário de São Paulo*. Deve-se notar que a união entre o “*Cabrião*” e o “*Correio Paulistano*” era tão intensa que Américo Brasília de Campos (fundador do *Cabrião*) era também redator chefe do *Correio*. A troca de farpas entre eles era uma constante e Cândido Justiniano aguardava o momento certo para desferir um ataque que atingisse os dois jornais. A publicação da charge sobre o cemitério caiu, então, como uma luva para os seus propósitos.

Instalado o processo, uma certa confusão foi verificada logo na primeira audiência: um dos acusados, Henrique Schroeder, pede licença para ausentar-se e retorna depois na companhia de Azevedo Marques. Os dois portavam uma declaração de Américo Brasiliense que assumia a total responsabilidade pela publicação da estampa.<sup>1089</sup> Chamadas as testemunhas, pelo *Diário* depuseram Martinho da Silva Prado, Paulo Delfino da Fonseca e Joaquim Pacheco Filho. Na defesa do *Cabrião* falaram José Maria Lisboa (que mais tarde fundaria o jornal *Diário Popular*), bem como o desenhista Ângelo Agostini e Antonio Manuel dos Reis, um dos proprietários do *Cabrião*. Vale destacar que em seu depoimento, José Maria Lisboa fez questão de dizer que a única finalidade da caricatura fora a de “criticar os indivíduos que praticaram atos desrespeitosos no cemitério da Consolação”, o que acompanhava os argumentos da defesa do *Cabrião*, estas expostas através da coluna “A pedido” do *Correio Paulistano*:

---

Typografia De Silva, 1835, p. 232.

1086 - Santos (2000), op. cit.

1087 - Cândido Justiniano da Silva era um empresário muito conhecido na cidade. Filho do barão de Tietê (João Manuel da Silva), era irmão do deputado e depois senador Rodrigo Silva (Rodrigo Augusto da Silva). Dentre os ramos de negócio em que atuava estava o imobiliário e também o do comércio de carnes. Em 1858, por exemplo, ele aparece citado nas Atas da Câmara como um dos *marchantes* (proprietário de gado) multados por tentar manipular o mercado desse alimento na cidade. Veja A. C. 09/10/1858, p. 174.

1088 - Veja Freitas, Affonso A. de; *A Imprensa periódica de São Paulo*; In: R.I.H.G.S.P., Vol. XIX, 1914, especialmente p. 499 e seguintes.

1089 - Menezes (1954), op. cit.

“Aquela caricatura não ofende nem vivos nem mortos, pela simples razão de que comporta uma coisa impossível. A sátira ali existente é uma idéia verdadeira, e que está no espírito de todos; refere-se, não aos mortos, que não podem levantar-se de suas sepulturas, mas ao desrespeito que geralmente ostentam os que visitam o cemitério, não como quem vai ali cumprir um ato religioso, mas como quem vai a um lugar de passeio e de pagode, de chapéu na cabeça, charutinho na boca, e a dizer sandices e blasfêmias, como muitos devem ter visto e ouvido, e como está representado na caricatura aludida. A caricatura exagera os vícios para torná-los bem salientes. Nesse sentido é que deve ser compreendido o painel do cemitério da Consolação, pintado pelo *Cabrião*.”<sup>1090</sup>

O *Cabrião*, entretanto, não perderia a oportunidade para novas pilhérias e, diante do processo, fez publicar novas e engraçadíssimas caricaturas sempre utilizando esqueletos e fantasmas, tudo terminando com um “*Grande baile dado aos mortos pelo Cabrião*” quando da absolvição do jornal, estampa esta que saiu na edição do dia 16 de dezembro de 1866.<sup>1091</sup>

E eis que chegamos à sentença de absolvição do *Cabrião*. Concluído o processo, a decisão foi assinada pelo delegado de polícia Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça e constava de 6 itens mais a conclusão assim redigidos:

Considerando:

- 1º) quem nem um sinal que existe desrespeito se nota em toda a estampa, quanto ao cemitério em todas e quaisquer demais partes;
- 2º) que as lápides das sepulturas se não acham levantadas;
- 3º) que os esqueletos, materiais como são, não podiam sair dos seus jazigos fechados;
- 4º) que nem um dos rostos dos esqueletos se acha encarnado;
- 5º) e nem representando pessoas ou indivíduos que houvessem sido sepultados, dados ao vício de embriaguez, ou aos que isso se pretendesse atribuir;
- 6º) finalmente que os esqueletos, impróprios no caso, só quando muito grosseiramente sensibilizam o pensamento – que os vivos viciosos impiedosamente escolhem para passatempo mundanos o lugar, em que se crê vagam de contínuo as sombras dos mortos – caso em que estas serão mais próprias, se o executor do pensamento poética e artisticamente procedesse, mostrando entender a linguagem de que deveria servir-se, em que nada deve haver de excesso ou defeito, para que a imaginação se apresente revestida de suas verdadeiras formas exteriores.

Portanto, à vista do exposto e mais que dos autos consta, absolvo o Réu da acusação (...). Como, porém, os fatos de comer, beber e fumar em cemitério – se possam considerar compreendidos na portaria 13 das de 8 de fevereiro de 1830, indague-se quem os praticou a fim de ser devidamente processado na forma da lei.<sup>1092</sup> (meus destaques)

---

<sup>1090</sup> - Correio Paulistano, edição do dia 08/11/1866. Veja também Santos (2000), op. cit.

<sup>1091</sup> - Na edição de 11/11, por exemplo, um grupo de esqueletos ataca a vassouradas uma figura que representaria o jornal “Diário de São Paulo”, ao mesmo tempo em que outras “caveiras” com denúncias em baixo do braço entram na delegacia de polícia. Outras charges sobre o mesmo tema apareceram nas edições dos dias 25/11e 16/12. Em textos, a zombaria também prevalecia; com o título “Caso de Pasmarr”, na página 54 de edição de 11/11, a matéria foi aberta com a seguinte frase: “O cidadão argentino Cândido Silva, proprietário do Diário de S. Paulo, denunciou à delegacia da Capital o Cabrião por ter atacado a religião, que o denunciante propõe-se a defender em todos os sentidos.” Claro que Cândido Justiniano não era um “cidadão argentino” (nascido na Argentina, portanto), sendo o adjetivo aqui empregado no sentido de caracterizá-lo como muito rico e poderoso.

<sup>1092</sup> - Menezes (1954), op. cit., p. 233.

Resolvida a pendenga entre Cândido Justiniano da Silva (do *Diário de São Paulo*) e os seus oponentes do *Correio Paulistano* e do *Cabrião* – e aqui, devemos ressaltar, não apenas a caricatura esteve presente no cerne da questão, senão também inimizades políticas e de outra ordem, como a religiosa – o fato é que o cemitério esteve por mais de um mês pautando a redação dos principais jornais da cidade. E o público, conforme análise de Délio Freire dos Santos, aguardava cada lance e deliciava-se com aquele processo, o primeiro do gênero que ocorria em São Paulo.

Mas voltando à caricatura e à sentença proferida pelo delegado de polícia, percebemos que o desenho de Ângelo Agostini realmente “exagerava os vícios” presenciados por todos aqueles que estiveram presentes no cemitério da Consolação no dia de finados, 2 de novembro de 1866. No geral, porém, a situação apresentava-se como verdadeira: pessoas fumando, bebendo, comendo, “dizendo sandices e blasfêmias” num local que deveria merecer “um certo respeito”. O próprio delegado, nas últimas linhas de seu parecer, reconhece esta situação, e pede uma apuração sobre quem havia praticado tais atos – algo certamente quase que impossível de ser levado adiante. De toda forma, a caricatura, além de ser um dos raros registros do cemitério nos seus primeiros anos (mostrando seu portão de grades de ferro, suas colunas, bem como parte de seu muro de taipa), consegue ainda retratar algumas cenas que chamam a nossa atenção. Em primeiro lugar, temos a presença de pelo menos três viúvos “reencontrando” suas esposas falecidas, sendo que estas aparecem com o traje típico das paulistanas de então: as mantilhas; uma delas se destaca logo em primeiro plano, uma outra de perfil e uma última de costas, todas à direita da estampa. É possível que o autor as tenha utilizado para melhor compor o desenho, mas sabemos que esta era a realidade, ou seja, temos aqui a representação de algo que se verificava na vida, pois a quantidade de viúvos era bem maior do que as de viúvas (estas não representadas), dado que as mulheres viviam menos que os homens como, aliás, tivemos a oportunidade de demonstrar. Assim, e num dia de finados no cemitério da Consolação, contavam-se mais maridos em busca dos túmulos de suas esposas do que o contrário. As crianças, por sua vez, também aparecem, mas não com a representatividade devida, pois apenas uma delas faz parte do desenho. De qualquer forma, o artista delas não se esqueceu até porque seus cadáveres, no cemitério real, estavam em número muito superior a dos adultos, numa situação inversamente proporcional ao representado na estampa. De outra parte, vemos que os visitantes estão bem vestidos, com fraque, cartola e bengala; e mesmo o personagem embriagado, apesar de amarrotado, denota uma certa elegância. E a explicação para isso é que a cena se passa na entrada do cemitério, ou nas quadras perpétuas e pagas (a parte nobre do cemitério,

poderíamos dizer), e não nos fundos, onde eram enterrados os pobres e os escravos, estes ausentes na caricatura.

Ora, nesse caso a cena retratada (e criticada) estaria ocorrendo apenas entre os mais ricos? Não acredito nessa hipótese, mas sim numa certa dificuldade do artista em representar a totalidade do cemitério em apenas uma cena. Assim, também nos “fundos” do cemitério algo de parecido certamente poderia estar ocorrendo.

E vejamos o caso dos esqueletos, forma esta escolhida por Agostini para representar os mortos. Na análise do delegado de polícia, nenhum desrespeito poderia ser notado na gravura, e isso porque “nenhum dos rostos dos esqueletos se achava encarnado”, e dessa maneira não poderiam lembrar, individualmente, quaisquer “pessoas ali sepultadas”. Reduzidos à condição de ossos, todos ficam muito parecidos, motivo pelo qual o artista foi obrigado a utilizar mantilhas para diferenciar homens de mulheres. Nessa condição de materialidade empregada para os mortos, podemos dizer que eles já perderam muito de sua identidade – estas dadas pelas feições humanas (encarnadas) que não mais possuem. Os esqueletos, portanto, não expressam pessoas, até porque, como analisamos antes, a decomposição redundava, fisicamente, na morte total, etapa esta em que prevalecia a *memória* ou a lembrança; os ossos poderiam então ser manipulados (inclusive num desenho humorístico), juntados e depositados nos ossários, prática esta aceita socialmente. Daí que, nas palavras do delegado, os esqueletos, se considerados como impróprios no caso, quanto muito grosseiramente poderiam sensibilizar o pensamento.

Como resultado da derradeira etapa da morte física, os ossos poderiam servir como elos para recordação ou expressão de sentimentos; daí a reunião dos restos mortais de diferentes membros de uma família num mesmo túmulo, ou o caso da transferência dos ossos de Líbero Badaró, por exemplo; mas os esqueletos não eram mais indivíduos em si, e nem poderiam ser. Resultado desse processo é que o túmulo passa a ser a fonte de lembranças ou de um culto à *memória*, daí os retratos e as esculturas que “lembram” o falecido; daí o caso mais representativo dessa situação em São Paulo, ou seja, a existência de um túmulo sem cadáver: o de Sadi Carnot.

Importa verificar, porém, que o cemitério da Consolação – pelos idos de 1866 – já se encontrava inserido no cotidiano da cidade. Não obstante as críticas iniciais, acabou ele sendo aceito como um novo equipamento urbano onde se poderia estar de vez em quando – em dias de cerimônias – ou com mais freqüência, dependendo das posses e disponibilidades de cada um.

E mais do que isso, o cemitério e seu entorno foi percebido como uma área de expansão da cidade, passível de negócios imobiliários, especialmente com respeito aos

terrenos que lhe ficavam próximos.

Por essa época, o cemitério (ele próprio) já não se configurava mais num espaço que deveria “trazer às pessoas, e à imaginação delas, as idéias de aniquilamento do homem e do nada das vaidades mundanas, e que lhes afervorasse as orações, chamando-as à meditação e penitência”, como definiu uma Comissão da Câmara Municipal em 1836.<sup>1093</sup> Contrariando esse preceito, como vimos, aqueles que podiam levantar ricos mausoléus no cemitério da Consolação o fizeram, fato este que, aos poucos, acabaria por transformar aquela “monstruosidade mal acabada” num espaço passível de visitas. Por outro lado, concluiu-se que os sepultamentos ali realizados não poderiam oferecer tantos riscos vivos, e aqui especialmente se comparados com o que se observava antes nas igrejas.

Despido de alguns escrúpulos por um lado, e o de ser uma ameaça à saúde, por outro, o cemitério começou a atrair as atenções de grupos que não estavam interessados propriamente nas questões que diziam respeito apenas aos enterramentos ou aos mortos,<sup>1094</sup> mas sim no seu conjunto, posto que ele passou a ser visto como um atrativo para a especulação entre os vivos, a imobiliária, principalmente.

Em meados do século XIX, toda aquela região em torno do cemitério ou estava dividida em chácaras como a de Joaquim Floriano Wanderley (na subida para a Av. Paulista), a de Marciano Pires de Oliveira (que inclusive teve parte de sua propriedade utilizada para a edificação do cemitério) e, mais abaixo na direção da cidade – do outro lado da rua da Consolação – estava a chácara de Hermenegildo José dos Santos. Invariavelmente, todos esses proprietários reclamaram contra a idéia de se construir o cemitério naquele local e a alegação principal, constante de abaixo assinados, dizia respeito à desvalorização das terras diante dessa proximidade, bem como pela eminente possibilidade das sepulturas “tornarem pútridas as águas das vertentes” utilizadas pelos moradores locais.<sup>1095</sup> Em um desses casos, justamente o de Marciano Pires de Oliveira, reconheceu a Câmara a existência de tais problemas, motivo pelo qual aceitou pagar um valor maior pela desapropriação da parte necessária para a construção do cemitério:

“Leu-se ofício de 4 março [de 1857] assinado pelos Srs. Dr. Joaquim Inácio Ramalho e Francisco José de Azevedo que, tendo examinado, na qualidade de

---

<sup>1093</sup> - Relatório da Comissão encarregada do cemitério ao presidente da Província, A. C., sessão do dia 27/01/1836.

<sup>1094</sup> - Não restam dúvidas que o cemitério, na parte que tocava aos sepultamentos, já era uma fonte de negócios e de lucros. E aqui lembramos dos empreiteiros que construía os túmulos, dos pedreiros e serventes contratados individualmente, ou mesmo dos marmoristas e da empresa funerária, dentre outros.

<sup>1095</sup> - Ver, por exemplo, Coleção Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Municipal, 1855, Vol. 173, documentos 16 e 33 e, também, A. C., 23/10/1855, p. 1855.

louvados da Câmara Municipal, o terreno de Marciano Pires de Oliveira, que foi ocupado na edificação do cemitério da Consolação, afim de darem seu laudo acerca do valor do mesmo terreno; o avaliam em duzentos mil réis (200\$000), e isto não só [devido] à extensão do mesmo terreno, como à depreciação do que fica na propriedade do mesmo Sr. Marciano, pela edificação de uma semelhante obra na proximidade dele.<sup>1096</sup>

E aqui cabe uma observação, posto que a quantia “exagerada” de 200\$000 Réis, paga pela área de Marciano, em muito contrasta com o valor cobrado depois pelos terrenos perpétuos no próprio cemitério, ou seja, 50\$000 Réis cada, ou ainda com o salário de um coveiro que era de 45\$000 Réis por essa mesma época. O fato é que o valor da terra nua, sem qualquer benfeitoria, era pouco relevante naquele período.<sup>1097</sup> E como medida de comparação, vejamos um exemplo recolhido por Richard Morse e que traz em detalhes os valores dos bens materiais expressos num inventário datado de 1838:<sup>1098</sup>

▶ 10.000 m <sup>2</sup> de terreno nas cercanias da cidade (no atual bairro dos Campos Elíseos) .....	100\$000
▶ Uma residência na rua Boa Vista, de dois lanços, com paredes em taipa de pilão .....	1:000\$000
▶ Maria, escrava de 60 anos, Benguela .....	40\$000
▶ Faustino, escravo de 35 anos, mulato, alfaiate .....	600\$000
▶ Bois, com preços unitários variando de 12\$000 a .....	15\$000
▶ Uma cama de casal .....	4\$000
▶ Uma mesa grande de jantar .....	1\$250
▶ Um piano .....	100\$000
▶ Uma bacia de cobre .....	60\$000
▶ Visita de um médico (serviço) .....	\$640
▶ Despesas com o funeral (incluindo todas as despesas como caixão, cova, missas, etc.) ....	666\$262

No que toca mais de perto a questão proposta, vale notar a diferença entre o valor da área de 10.000 m<sup>2</sup> nas cercanias da cidade (100\$000 Réis) e o da residência na área urbana (1:000\$000, Um Conto de Réis). Decerto que a localização privilegiada da segunda contribuía para a sua valorização, mas principalmente porque se tratava de uma benfeitoria, uma casa solidamente construída. Morse chama ainda a atenção para o preço de outras mercadorias como a “bacia de cobre”, certamente um artigo manufaturado importado. De toda a forma, e apesar dos 20 anos de diferença entre este inventário e a data da construção do cemitério, o fato é que as terras incultas ou sem benfeitorias (mesmo que próximas da cidade) não alcançavam a significância monetária que teriam mais tarde. Daí que o “distante pasto” de Marciano – e principalmente pela depreciação que poderia ocorrer com o restante de sua

<sup>1096</sup> - A. C., sessão do dia 05/03/1857.

<sup>1097</sup> - A esse respeito veja a análise de **Rolnik** (1997), especialmente Capítulo 3 “Mercados: legislação urbana e valorização mobiliária”, p. 101 e seguintes.

<sup>1098</sup> - **Morse** (1954), p. 46. Reproduzimos aqui apenas parte deste Inventário.

propriedade por conta da construção do cemitério, foi avaliado em 200\$000 Réis.

Vamos conservar esses dados e voltar para a ocupação da área no entorno do cemitério. De fato, o primeiro requerimento dirigido à Câmara Municipal solicitando um terreno de moradia ao lado do cemitério ocorreu logo em 1861, ocasião em que o alemão João Wilck pediu “*uma data de terra abaixo do cemitério público e abaixo do dos alemães.*”<sup>1099</sup> Como já nos referimos na Parte I deste estudo, as “datas de terra” se constituíam em pequenos lotes de terrenos urbanos em áreas de domínio municipal e que poderiam ser concedidos pela Câmara aos interessados em ocupá-los estritamente para moradias. Era uma concessão, portanto, cuja posse poderia retornar à municipalidade caso o interessado não promovesse os melhoramentos necessários na área, como o seu fechamento, a construção da casa, etc. Os prazos para isso variavam de tempos em tempos, sendo sempre especificados nas Posturas da cidade.<sup>1100</sup>

Não temos informações mais seguras sobre a pretensão do alemão João Wilck ou a de que ele tenha sido contemplado com uma data de terra no local pretendido, mas logo em seguida a este pedido, muitos outros vieram, como a de Inácio Antonio de Castro e mais quatro pretendentes solicitando datas em frente do cemitério:

“Ilmo. Snr. Presidente e mais membros da Câmara Municipal. – Diz Ignácio Antonio de Castro que desejando possuir um terreno para nele edificar sua casa para morar e achando-se devoluto um terreno defronte do cemitério municipal, na estrada que segue para Sorocaba, e cujos fundos vai dar na chácara do falecido Hermenegildo, vem por meio desta pedir a V. Sa. huma data de terreno no mencionado lugar dando-lhe no cumprimento o que faltar nos fundos visto que o terreno que o suplicante deseja obter não tem os fundos suficientes obrigando o suplicante a fechar dentro do prazo das leis e, portanto – Pede a V. Sa. lhe conceda a dita data de terreno procedendo-se para esse fim o devido marcado na forma das leis – E.R.M.”<sup>1101</sup>

Conforme os registros, Inácio Antonio de Castro conseguiu o seu lote de terreno em maio de 1861, bem como **Fortunato Antonio Peixoto**, Francisco Niterói, **Justino Francisco Rodrigues** e Henrique Schmit que fizeram igual pedido na mesma época. Mediante a confirmação pelo fiscal de que não possuíam datas em outro local, cada um deles pagou a modesta quantia de \$100 Réis (Cem Réis) para obter as cartas.<sup>1102</sup> (meus destaques para Fortunato Antonio Peixoto e Justino Francisco Rodrigues porque os dois eram coveiros do cemitério)

---

<sup>1099</sup> - A. C., 05/06/1861 p. 110.

<sup>1100</sup> - na Postura de 6 de junho de 1865, por exemplo, especificava-se que “*Todo aquelle que d’ora em diante obtiver terreno por carta de data e não cercar no prazo de 6 meses e o de edificar no de 2 anos perderá o direito a concessão, voltando a data ao domínio da Câmara.*” Veja “Concessão de Datas de Terras”, Arquivo Histórico Municipal, Vol. 183, manuscrito.

<sup>1101</sup> - A. C., 15/07/1861, p. 147 e Coleção “Cartas de Datas de Terra”, Vol. XX (1861 a 1863), edição impressa, p. 50 e seguintes.

<sup>1102</sup> - Coleção “Cartas de Datas de Terras” op. cit. A partir da Postura de 31/05/1875, o “imposto” cobrado pelas datas de terra sofreu uma alteração, sendo então avaliado na razão de \$20 Réis (Vinte Réis) por m<sup>2</sup>. No ano de

Confirmadas essas primeiras concessões, nelas constam a informação de que tais terrenos localizavam-se “em frente do cemitério”, ou seja, do outro lado da rua da Consolação, nos limites da chácara do já falecido Hermenegildo José dos Santos. Entretanto, e partir desse momento, muitos outros pedidos são atendidos, seja ao lado, em baixo ou adiante do cemitério, como a concessão dada a Joana Emília da Silva em julho de 1862:

“Pedido de terras de Joana Emilia da Silva: Ilmos. Srs. da Câmara Municipal – Diz Joana Emilia da Silva que existem terrenos devolutos na estrada dos Pinheiros de frente do sitio do Capitão Hermenegildo José dos Santos, e como a Suplicante pretende edificar e não tem terrenos para isso, requer a esta Câmara que lhe conceda uma carta de data nesses terrenos que ficam aquém do marco de meia légua e, por isso – Pede a Suplicante a esta respeitável Câmara que seja servida mandar passar a referida carta de data de parte do terreno assignado e assim espera.”<sup>1103</sup>

Meses depois, em setembro de 1862, outros 23 requerimentos de mesmo teor são aprovados.<sup>1104</sup> Num curto período, portanto, os terrenos distribuídos no entorno do cemitério já somavam 29. Por vezes, famílias dividiam-se e, cada um dos membros, requeria uma data. Esse provavelmente foi o caso de Escolástica Maria de Jesus, cuja solicitação chegou à Câmara no dia 11/09/1862, e de alguns de seus possíveis parentes que vieram em seguida: Joaquim de Jesus e José Joaquim de Jesus que foram atendidos por cartas emitidas no dia 06/11/1862. E o que nos faz supor que se tratasse de uma mesma família é o fato de que os pedidos vieram juntos, agrupados com os de Francisco Antonio de Oliveira, Felícia Januária de Oliveira, Maria de Oliveira, Rita Maria das Dores, Ana Joaquina das Dores, além de outro de D. Maria Francisca da Luz.<sup>1105</sup> E este era um expediente muito comum, ou seja, para conseguir um lote maior, dividia-se a família e cada um dos membros solicitava uma data que, depois, seriam reunidas. Raramente os fiscais “desconfiavam” dessa prática, motivo pelo qual as datas poderiam não ser concedidas; raramente, dissemos, o que nos faz supor algumas negociações entre as partes. E mesmo quando conseguiam seu intento alguns concessionários, confiando numa fraca fiscalização, não se furtavam a incorporar mais terras do que a carta previa, a exemplo do acima citado Francisco Antonio de Oliveira que, após ter sido contemplado com uma terreno, tentou “fechar” uma parte que não lhe pertencia:

“Do procurador participando haver, no dia 26 de fevereiro [de 1862] efetuado o embargo nos fechos que Francisco Antonio de Oliveira estava fazendo nos terrenos que esta Câmara havia distribuído em datas na rua do Cemitério

---

1881, este valor ainda estava em vigor. Veja “Concessão de datas de Terras”, op. cit. Volumes 184 e 185.

**1103** - Idem, ibidem, p. 177.

**1104** - A. C., 04/09/1862, p. 143 e 11/09/1862, p. 158.

**1105** - Coleção “Cartas de Datas de Terras” op. cit.

Público."<sup>1106</sup> (meu destaque)

E o cemitério da Consolação, pelos idos de 1862 e 1863, tornara-se uma referência, e isso seja pela indisponibilidade de terras públicas verificada no centro da cidade (na mesma época, tal processo de ocupação ocorreu também no Braz e na Várzea do Carmo, como vimos na Parte I) seja por que o próprio cemitério estava sendo considerado com um atrativo. Nesse último caso, devemos considerar os profissionais diretamente ligados à necrópole como os citados Fortunato Antonio Peixoto e Justino Francisco Rodrigues – trabalhadores daquele cemitério – ou outros ainda que ali poderiam prestar serviços como pedreiros e serventes, bem como aqueles que viam o cemitério como possibilidade de ganhos esporádicos. Mas, existiam também aqueles que percebiam a valorização das terras e com elas especulavam como, por exemplo, um personagem bastante conhecido na história da cidade, o empresário Joaquim Eugênio de Lima.

Nascido em Montevidéu, Uruguai, em 1845, ele era filho de Dom Joaquim Miguel Pereira e de D. Maria Polônia Moreyra. Em seu currículo consta que diplomou-se em agronomia na Alemanha, vindo depois residir em São Paulo em data incerta.<sup>1107</sup> Seu maior feito na cidade – e pelo qual é sempre lembrado – diz respeito à abertura da Av. Paulista, esta inaugurada em dezembro de 1891.

Apesar das incertezas que pairam sobre a sua chegada na cidade, sabe-se que seu casamento com a paulistana Margarida Joaquina Álvares de Toledo ocorreu aos 10/10/1868. Entretanto, é certo que desde agosto de 1866 Joaquim Eugênio de Lima já residia em São Paulo, ocasião em que solicitou e recebeu uma data de terra em frente do cemitério municipal, conforme parecer da Comissão Permanente da Câmara Municipal:

“A Comissão Permanente, a quem foram presentes as Petições juntas dos cidadãos (...) Manoel Pedro dos Santos e Joaquim Eugênio de Lima [pedindo cada um uma data de terra] no Cemitério (...) tomadas as necessárias informações, é de parecer que sejam as mesmas atendidas. Paço da Câmara aos 14 de agosto de 1866 – Vicente Mamede de Freitas, Barão de Itapetininga – Aprovado.”<sup>1108</sup> (meu destaque)

Este, talvez, tenha sido o primeiro negócio imobiliário realizado na cidade pelo empresário que, depois, atuaria ainda no ramo de carnes como *marchante* de gado em 1869<sup>1109</sup>,

---

<sup>1106</sup> - A. C., 03/03/1862, p. 34.

<sup>1107</sup> - Almeida, Nelson Martins de (org.) ; *Eles fizeram a grandeza de São Paulo*; S.P.: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1954, p. 19.

<sup>1108</sup> - A. C. de 14/08/1866, p. 104 e 105

<sup>1109</sup> - Data dessa época um ofício do fiscal da cidade “participando que o *marchante* Joaquim Eugênio de Lima tentou introduzir no matadouro uma *rês* que, pela magreza e vestígio de peste, não podia ser morta.” Diante da negativa do veterinário do matadouro em receber o animal para abate, o *marchante* o fez fora, mas, logo em seguida,

com o comércio de madeiras em 1878<sup>1110</sup> e, finalmente, como grande empresário no ramo imobiliário a partir de 1879, quando abriu e loteou os terrenos da antiga Chácara do Cônego Fidélis, nos limites do bairro da Liberdade.<sup>1111</sup> Mediante esses dados, ficamos sabendo que, antes da Av. Paulista, a primeira rua que o empresário abriu em São Paulo foi justamente nessa chácara, a qual ele mesmo denominou como rua São Joaquim.<sup>1112</sup>

Importa verificar, porém, o que ocorreria com aquele terreno cedido a Joaquim Eugênio de Lima na rua da Consolação, em frente do cemitério. Recebendo a concessão em agosto de 1866, Lima passou um bom tempo sem realizar qualquer melhoramento no local e, tão pouco, construiu ali sua residência. Em novembro de 1867, o fiscal da cidade participava aos vereadores que havia intimado Joaquim Eugênio de Lima para que suspendesse qualquer “trabalho ou benefício que tinha de fazer no terreno que lhe foi concedido pela Câmara em frente ao cemitério público, visto não ter até esta data cercado a frente do dito terreno.”<sup>1113</sup> Ao que nos parece, o empresário aguardava pela valorização das terras, e tanto isso pode ser confirmado que, dias depois, o procurador da Câmara anunciava que “Joaquim Eugênio de Lima cedia a data de terra que tem defronte o cemitério” mas, tendo em vista alguns melhoramentos que realizara (estes não citados no documento), pedia a quantia de 200\$000 Réis como “indenização pelas

---

abandonou as terras frente as péssimas condições em que se apresentavam. Veja A. C. 15/04/1869, p. 111 e 112.

**1110** - Em 1878, Joaquim Eugênio de Lima encontrava-se estabelecido com um “Depósito de madeiras para construção” localizado na antiga Rua da Estação da Luz. Veja **Marques**, Abílio A. da Silva; *Indicador de São Paulo para o ano de 1878*; S.P. IMESP/DAESP, 1983 (Ed. Fac-similar), p. 205.

**1111** - Esta conhecida chácara pertencia ao cônego Fidélis Alves (ou Álvares) Sigmaringa de Moraes, antigo capelão do Seminário da Glória, cônego da Sé e professor de retórica da Faculdade de Direito, falecido em setembro de 1875 aos 96 anos de idade. Consta que Fidelis Alves tomou posse como cônego em 1820, mas logo solicitou uma licença (por problemas de saúde) e foi para Província do Rio Grande do Sul, onde se encontrava em 1838. Obrigado a retornar para São Paulo, Fidélis alegou que ainda padecia dos males que o levaram a pedir licença e que, devido às revoltas ocorridas naquela Província (a Revolta dos Farrapos) ele perdera toda a sua fortuna, não tendo mais meios para se sustentar. Na verdade, como testemunhas apontaram depois, o cônego Fidélis no tempo em que estivera no Rio Grande do Sul havia se aplicado “constantemente no emprego do comércio de fazenda seca e no de tropa solta” e que o motivo para a licença era “frívola e escandalosa” ainda mais recebendo seus vencimentos como cônego de São Paulo. Obrigado a retornar, ele se instalou na imensa chácara no bairro da Liberdade. Não pudemos confirmar se haveria um laço de parentesco entre Joaquim Eugênio de Lima e o cônego Fidélis, mas na Atas da Câmara de 18/03/1880 (p. 45) o empresário aparece citado como “herdeiro” da chácara do cônego. Informações gerais sobre o cônego Fidélis podem ser encontradas em **Martins**, Antonio Egidio (p. 38, 113 e 114), bem como em **Ribeiro**, José Jacintho; *Cronologia Paulista*, 1901, p. 471. A respeito da vida do cônego no Rio Grande do Sul e de seu retorno para São Paulo veja **Camargo**, Mons. Paulo Florêncio da Silveira; *A Igreja da História de São Paulo*; S.P.:Cúria Metropolitana, 1953: Vol. 6º, p. 157 a 160.

**1112** - No dia 31/07/1879, a Câmara recebe um ofício de Joaquim Eugênio de Lima oferecendo “uma rua que abriu em seus terrenos na Liberdade, sem indenização alguma, dependendo a sua completa abertura da desapropriação de um pequeno terreno na rua da Glória para comunicar a rua da Liberdade com os bairros da Glória, Cambuci e Lavapés, o que seria de suma vantagem ao público, e pedindo que fosse denominada como Rua São Joaquim”. Esta solicitação de Joaquim Eugênio de Lima foi aceita integralmente, inclusive tendo a Câmara desapropriado o terreno citado. Veja A. C. 07/08/1879 (p. 92 a 94). Logo em seguida, o engenheiro municipal apresentou um orçamento no valor de 1:957\$020 para a complementação dos trabalhos nesta rua, quantia esta reavaliada depois em 1:700\$000. Os serviços foram entregues ao próprio Joaquim Eugênio de Lima que se incumbiu de realizá-los (A. C. 22/08/1879, p. 104). Interessante observar, porém, que o empresário transferiu essa tarefa para Francisco Antonio Pedroso, do qual passa a ser uma espécie de procurador (A. C. 06/11/1879 p. 150). Com uma rapidez nunca vista, em menos de três meses aquelas obras já se achavam concluídas, solicitando então o empresário Joaquim E. de Lima o pagamento devido pela Câmara ao empreiteiro Pedroso. (A. C. 06/11/1879, p. 150). O pagamento de 1:700\$000 Réis é feito em janeiro de 1880 (A. C., 03/01/1880, p. 08).

**1113** - Ofício do “Fiscal do Norte”, A. C. 21/11/1867, p. 135.

*benfeitorias que fez no terreno.*"<sup>1114</sup>

Não temos a confirmação da quantia paga por Lima a título de "imposto" em agosto de 1866, época em que recebeu a concessão desse terreno. Mas, conforme as Posturas em vigor, este valor não ultrapassava os \$100 Réis (Cem Réis). Nesse caso, o lucro do empresário foi de 199\$900 (Cento e noventa e nove mil e novecentos Réis) com a transação. E esta foi mesmo realizada, pois consta no final do citado documento o seguinte despacho: "Ao Procurador para efetuar a compra."

E muitos outros assim procederam, inclusive o próprio administrador do cemitério, José Gomes de Faria, responsável pela necrópole a partir 1860 e até 1877, quando faleceu. Ocorre que, em maio de 1866, ele também obteve uma data de terra defronte do cemitério:

"A Comissão Permanente, [vendo e examinando] as petições juntas dos cidadãos Dr. Joaquim Augusto de Camargo, Francisco José Dias, Francisco Ignácio de Freitas, Candido de Santiago Dias e Antonio Augusto da Fonseca, que requerem cada um uma data de terra adiante do Cemitério; dos cidadãos José Gomes de Faria e Joaquim Mathias da Silva Bueno, em frente do cemitério público (...) é de parecer que se lhes defira favoravelmente, boas que são as informações tomadas de suas situações."<sup>1115</sup> (meu destaque)

Cerca de dois anos depois, e promovidos os melhoramentos, o mesmo José Gomes de Faria dirige um ofício à Câmara "oferecendo para venda um terreno que possui em frente do cemitério, compreendendo suas benfeitorias" e que bem serviria para uma "casa dos empregados" do cemitério que os vereadores queriam construir. O negócio, porém, não foi realizado de pronto, até porque o barão de Itapetininga, então vereador e encarregado de examinar o terreno para dar um parecer, reputou que a "Câmara não deveria realizar semelhante compra, visto parecer-lhe a mesma desvantajosa."<sup>1116</sup>

Para além da especulação que se verificava no entorno do cemitério, devemos reter a informação de que mais e mais datas de terras eram ali concedidas pela própria Câmara Municipal, não dependo o adensamento da área somente dos loteamentos particulares que, aliás, somente ocorreria mais tarde.<sup>1117</sup> E foi o próprio poder público municipal, portanto, o grande incentivador do parcelamento e ocupação do entorno do cemitério por moradores, transformando a mesma necrópole num ponto de referência urbano: em 1862, como citado em documento, uma das antigas estradas que corriam ao lado da necrópole já estava sendo

---

<sup>1114</sup> - Ofício do procurador da Câmara, A. C., 26/11/1867, p. 139.

<sup>1115</sup> - Parecer da Comissão Permanente, A. C., 05/05/1866.

<sup>1116</sup> - Ofício de José Gomes de Faria, A. C., 05/03/1868, p. 51 e Parecer do barão de Itapetininga, A. C., 24/03/1868, p. 51.

<sup>1117</sup> - Em 1868, por exemplo, foram ainda concedidas datas aos seguintes peticionários: Amador José Nazário e Joaquim Xavier de Miranda (24/03/1868) e a Maria Josefa Nogueira e Maria Angélica de Jesus (19/05/1868), dentre muitos outros.

referendada como *Rua do Cemitério*.

Mediante todo esse processo – que, aliás, continuou pelas décadas de 1860 e 1870 – temos o fato de que já em 1881, poucos eram os terrenos que subsistiam sem ocupação naquela região. Diante dessa situação (e também pela falta de controle nas concessões), indicou o vereador Frederico Abranches que se pedisse ao engenheiro da Câmara para “*levantar plantas dos terrenos que podem ser concedidos em datas nos bairros do Cemitério, Perdizes, Pacaembu de cima, Catumbi, Marco da Meia Léguas, Hipódromo e Caaguassú*” e isso para que a então Comissão de Justiça pudesse analisar as inúmeras solicitações que chegavam.<sup>1118</sup> (meu destaque)

E eis que existiu mesmo um chamado *Bairro do Cemitério*, identificação esta que o colocava ao lado de outros loteamentos promovidos pela municipalidade como o de Perdizes, por exemplo.<sup>1119</sup> De fato, era nessa condição que se colocava o entorno da necrópole em 1881, ou seja, como um bairro, o que denota a sua intensa ocupação. E não foi por outro motivo que, naquele mesmo ano e por ocasião da ameaça de uma epidemia de varíola, foi autorizado o funcionamento do cemitério no *Lazareto* (atual hospital Emílio Ribas) como vimos páginas atrás, e isso em decorrência do receio de se transportar esses mortos pela rua da Consolação já repleta de moradores. Ou seja, em questão de duas décadas, a cidade já chegava ao cemitério, colocando novamente os vivos em contato com os mortos. Claro que agora numa nova condição, posto que apartados por grossos muros, enclausurados em túmulos ou sob o peso de 7 palmos de terra; por maior que seja o paradoxo, portanto, a reintrodução dos mortos no convívio urbano ocorreu por conta de seu relativo afastamento, nos mausoléus ou na terra, conjunto este separado ainda da rua por espessas paredes. Não obstante o receio que ainda pesava a respeito de alguns cadáveres, o modelo higiênico então aplicado, diziam os médicos, não poderia oferecer riscos aos vivos, e isto até por volta de 1890 quando, então, o cemitério e seus mortos numa relação ambígua com os vivos, voltam a provocar algumas tensões.

A contribuir para com esse processo de ocupação e a decorrente valorização das terras, estavam os diversos melhoramentos encetados pela Câmara naquele local. Não devemos nos esquecer que o cemitério era um empreendimento municipal e, nesta condição, ele se assemelhava a dois outros grandes equipamentos também gerenciados pela municipalidade, ou seja, o mercado da rua 25 de Março e o matadouro do Bexiga. Assim, todos eles eram temas de investimentos, e aqui lembraremos inicialmente os que foram feitos no entorno do cemitério, especialmente na rua da Consolação.

Já em 1861, por exemplo, a rua “por detrás do cemitério” e que servia de ligação entre

---

<sup>1118</sup> - A. C., 18/07/1881.

<sup>1119</sup> - A exemplo da *Rua do Cemitério*, a denominação “Bairro do Cemitério” não se manteve, alterada que foi para “Consolação” de uma maneira geral, e parte por “Higienópolis”, aqui lembrando o loteamento promovido em 1890 por Martinho Buchard e Victor Nothmann nas terras que foram da antiga chácara do Conselheiro Ramalho.

o bairro do Arouche e a “estrada de Pinheiros” foi alargada, benefício este possível mediante a doação dos terrenos necessários pelo proprietário Marciano Pires de Oliveira; em seis meses os trabalhos estavam realizados, tendo sido gastos 46\$000 Réis.<sup>1120</sup> Posteriormente, muitos outros melhoramentos ocorreram, como o “*conserto da rua da Consolação no lugar onde começa a ladeira para ir ao cemitério, construindo-se ali um esgoto de tijolos,*” obra esta realizada ao custo de 165\$000 Réis.<sup>1121</sup>

Conseqüência natural do adensamento verificado na rua da Consolação, em 1868 o trânsito de pessoas e animais em muito aumentara, o que gerava mais problemas e reclamações. A necessidade de reparos na então “estrada dos Pinheiros” era uma constante, a exemplo de uma vala, um “*verdadeiro precipício que se formara nessa estrada além do Cemitério, o que impedia o trânsito de viandantes e atolava os animais.*”<sup>1122</sup> E no mesmo mês em que esta reclamação era feita – dias depois, poderíamos dizer – mais duas datas de terras eram ali concedidas:

“Requerimentos de Maria Josefa Nogueira e de Maria Angélica de Jesus, pedindo datas além do Cemitério Público para edificar. – Concedidas, em vista das informações dadas pelo secretário e fiscal da Câmara.”<sup>1123</sup>

Já no ano seguinte, em 1869, novamente a rua da Consolação entrava na pauta das obras mais necessárias a serem realizadas, indicando o vereador Proost Rodovalho que, “*com toda urgência se mandasse apedregulhar o morro do cemitério que se torna de perigoso trânsito com a mais pequena chuva.*”<sup>1124</sup>

Rua do Cemitério, bairro do Cemitério e “Morro” do cemitério. Eis as referências utilizadas para o local que se tornaram constantes a partir de então e que nos informam sobre a integração da própria necrópole no emaranhado urbano que se constituía.

E de toda forma, era mesmo o cemitério – enquanto um equipamento municipal – que merecia as maiores atenções, pois não raro ele era o ponto determinante (ou o limite) para a maioria dos benefícios: em 1870, por exemplo, o vereador Cantinho solicitava que a rua da Consolação fosse novamente apedregulhada, e isto “*até o Cemitério Municipal.*”<sup>1125</sup> Tendo em vista esta indicação, mais outros consertos necessários na mesma rua, verificou-se que seus custos ultrapassariam as condições financeiras da Câmara. Instada a participar com seus recursos, a Província deliberou colocar à disposição da municipalidade a quantia nada desprezível de 5:120\$000 Réis (Cinco contos, cento e vinte mil Réis) para as obras que ali se fizeram.<sup>1126</sup> Esses trabalhos de vulto estavam prontos em 1872, numa obra que incluiu o

---

1120 - A. C., 07/03/1861, p. 56 e 10/06/1861, p. 116.

1121 - A. C., 13/11/1866, p. 146 e 27/11/1866, p. 163 e 164.

1122 - A. C., 08/05/1868, p. 71, 74 e 75.

1123 - A.C., 19/05/1868, p. 78.

1124 - A. C. 14/01/1869, p. 38 e 42.

1125 - A. C., 02/06/1870, p. 102.

1126 - A. C., 24/09/1870, p. 150.

*“rebaixamento de parte de seu leito e o aterro de outro trecho em cerca de 12 palmos.”*<sup>1127</sup> A iluminação, por sua vez e conforme já visto antes, seria trocada por combustores a gás em 1873, mesma época em que a rede viária local entrava na pauta, pois necessário se fazia *“abrir uma rua em frente do cemitério da Consolação que comunique este bairro com o Campo de Santo Amaro”* para que por ela passasse o gado que seguia em direção ao matadouro, este localizado nas imediações da rua Avanhadava.<sup>1128</sup> O transporte, por sua vez, chegaria em 1879, mas apenas até a igreja da Consolação. Data dessa época o pedido e a autorização para que o nosso conhecido Guilherme Maxwell Rudge (então gerente da Cia. Carris de Ferro de São Paulo) estendesse uma das linhas de bondes movidos por tração animada pela *“rua da Consolação até o adro da respectiva igreja.”*<sup>1129</sup>

E em relação ao próprio cemitério, a água encanada ali já estava disponível desde 1885<sup>1130</sup> e, dois anos depois, chegava uma das grandes “maravilhas” tecnológicas de finais do século XIX: o telefone. Em novembro de 1887, a “Companhia União Telefônica do Brasil” que já instalara algumas linhas na cidade (inclusive no mercado da rua 25 de Março e no matadouro), pedia autorização *“para colocar postes na rua da Consolação para assentamento de aparelho no escritório do cemitério municipal”*, solicitação esta aprovada dias depois.<sup>1131</sup>

Resultado de todo esse investimento – com a decorrente ocupação dos terrenos adjacentes ao cemitério – é que, em 1890, toda a rua da Consolação até *“os altos do cemitério”* já era classificada como “cidade” e isso tendo em vista a cobrança de impostos.<sup>1132</sup> Muito antes, portanto, do loteamento que se chamou Higienópolis ou da abertura da Av. Paulista, estava já o entorno do cemitério da Consolação ocupado, fato este reconhecido pelo vereador Bráulio Gomes em 1894, ocasião em que se discutia a construção de um novo cemitério que substituiria o da Consolação. Disse ele na ocasião que:

*“A mudança do cemitério terá vantagem quando o então existente se tornar absolutamente interdito aos enterramentos; de modo contrário, a medida higiênica que se quer por em prática será burlada. As edificações que se fizeram em torno do cemitério, de modo a torná-lo central, foram posteriores. Si se mudar o cemitério e um certo número de indivíduos o quiser afastar para mais longe, não tem mais a fazer do que edificar algumas dezenas de casas, e a Câmara terá de ser coerente.”*<sup>1133</sup> (meu destaque)

---

<sup>1127</sup> - Relatório das “Obras e melhoramentos públicos” realizados em 1872; A. C., 07/01/1873, p. 09 a 13.

<sup>1128</sup> - Relatório da Câmara Municipal ao governo da Província a respeito *“das obras e melhoramentos reclamados pelos interesses municipais.”* A. C., 30/01/1873, p. 44 a 48. Este “Campo de Santo Amaro” seria, na verdade, o bairro do Bexiga, onde se localiza a Rua Santo Amaro, antiga estrada de mesmo nome. O matadouro, como sabemos, funcionava nas imediações da Rua Avanhadava, também naquele bairro. E eram vários os caminhos utilizados para o transporte do gado até ele. Um deles era o já citado “Beco do Mata Fome” (atual Av. Ipiranga) e, nas imediações do cemitério da Consolação, existia uma trilha que tomava o nome de “Estrada da Boiada”, hoje trecho da Rua Rio de Janeiro que serpenteia entre os bairros de Higienópolis e Pacaembú.

<sup>1129</sup> - A. C. 03/07/1879, p. 57.

<sup>1130</sup> - A. C., 15/07/1885, p. 110

<sup>1131</sup> - A. C., 15/11/1887, p. 315; 06/12/1887, p. 347 e 13/12/1887, p. 352.

<sup>1132</sup> - A. C., 07/05/1890, p. 133.

<sup>1133</sup> - Discurso do vereador Bráulio Gomes, A. C., 30/01/1894, volume manuscrito, p. 82 a 84.

Através desse discurso, o médico e vereador Bráulio Gomes coloca-se contra a idéia de uma nova necrópole. Para ele, o correto seria desapropriar mais uma área na região para o aumento do já “velho” cemitério da Consolação.

Tendo em vista a insuficiência de terrenos para novos sepultamentos, bem como a ocupação de seu entorno por residências, três hipóteses se colocavam naquela época para resolver o problema. A primeira delas, defendida por Bráulio Gomes, já havia sido aplicada antes, ou seja, a anexação de uma nova área ao cemitério. Entretanto, a facilidade encontrada décadas antes com a aquisição ou desapropriação de terrenos, já não existia. A segunda hipótese seria a de se construir um novo cemitério, em local mais distante, para atender as freguesias centrais, mas continuando o cemitério da Consolação aberto para novos sepultamentos, especialmente para as famílias que tinham seus túmulos perpétuos (idéia esta combatida pelo vereador nas primeiras linhas de seu discurso). A terceira hipótese também previa a construção de um novo cemitério e, ao mesmo tempo, pregava a interdição de novos enterramentos no da Consolação. Neste último caso, aberto estava um caminho para o simples fechamento daquela necrópole.

E eis que, nas palavras de Bráulio Gomes, a segunda hipótese apresentada não poderia ser adotada. Na sua crítica ele fez ver que a ocupação do entorno do cemitério foi posterior à sua construção; e caso houvesse algum problema de saúde aos moradores do entorno (algo em que não acreditava) dirigia ele uma censura velada ao procedimento da própria Câmara que, em décadas anteriores, fora a responsável por este fato. E esta crítica toma forma logo em seguida, pois de acordo com suas palavras, não bastava construir um novo cemitério num local mais distante, já que ocorrendo a alguns indivíduos o levarem para mais longe ainda, bastava que construíssem algumas casas ao seu lado. “Alguém” ou “alguns indivíduos”, portanto, estavam implicando com o cemitério da Consolação pelos idos de 1894 e 1895, fazendo retornar como problema a questão dos mortos no mundo dos vivos.

Em outras palavras, o discurso nos remete a uma questão que ficaria mais explícita em 1895, ou seja, a partir desse momento voltaria com uma certa insistência a antiga tese (esquecida por um determinado tempo) de que o cemitério poderia causar algum mal aos moradores. De fato, o ambiente era bem propício para a retomada desse tema uma vez que a década de 1890 foi marcada pela eclosão de epidemias, especialmente as de febre amarela, que aterrorizavam as cidades do interior do Estado.<sup>1134</sup> Nessa situação, onde já entravam em cena os terríveis e invisíveis micróbios, a questão da proximidade do cemitério com o mundo dos vivos (ou com moradores locais) volta como tema de discussões.

---

<sup>1134</sup> - Data dessa época, por exemplo, um ofício já citado do secretário de Justiça do Estado dirigido à Câmara Municipal no sentido de que se coibisse “o enterramento de indivíduos falecidos de febre amarela no cemitério municipal, devendo tais enterramentos serem feitos no cemitério anexo ao Lazareto de variolosos”, conf. A. C., 21/05/1892, volume manuscrito, p. 45 verso.

Em resumo, vejamos o que havia ocorrido até aquele momento: separado da cidade e procedendo de acordo com as normas médicas então vigentes, o cemitério não poderia oferecer maiores perigos; logo em seguida ocorre o parcelamento e ocupação de seu entorno, ocasião em que as datas de terra foram geralmente concedidas a famílias não de todo pobres, posto que com condições de edificar suas residências, mas, também, não ricas. Com esse perfil de moradores ao seu redor, o cemitério não incomodava, até porque tanto as pessoas que solicitaram os terrenos, quanto a municipalidade, bem sabiam da sua existência, aceitaram essa circunstância e, não raro como no caso dos empregados, as datas de terra foram escolhidas justamente por estarem próximas do cemitério.

Entretanto, entre 1894 e 1895, o discurso sobre a “insalubridade” causada pelo cemitério reapareceria. Em junho de 1894, por exemplo, chegava à Câmara um “*abaixo assinado dos moradores das proximidades do cemitério da Consolação para mandar fazer um canal pelo qual possam escoar as águas do dito cemitério*”, sendo isso urgente, disseram os peticionários, porque era necessário “*desviar as águas que por ocasião das chuvas descem daquele cemitério para os seus quintais com grande prejuízo da salubridade pública.*”<sup>1135</sup> Apesar de não localizarmos o original deste documento, o fato é que não eram “*todos*” os moradores dos arredores do cemitério que estavam reclamando, e sim aqueles que se sentiam prejudicados pelas “*águas que desciam*” do cemitério. Nesse caso, e como é óbvio, esses quintais estavam numa posição inferior (abaixo do cemitério), a exemplo dos terrenos localizados nas imediações da atual Av. Angélica, das ruas Pará, Sergipe, Alagoas e D. Antonia de Queirós.

Conservando esses dados, podemos a eles adicionar a informação de que, já no ano seguinte, o cemitério da Consolação seria classificado novamente como “prejudicial para a saúde pública”, e isso através de um parecer emitido pelas Comissões de Justiça e Finanças da Câmara a respeito do Projeto nº 51 do vereador João Bueno, que propunha aumentar a área daquela necrópole:

“A Comissão de Justiça e de Finanças reunidas são contrárias a adoção do projeto nº 51 visto que entendem que a Câmara deve o quanto antes tratar de construir um cemitério mais afastado do centro da cidade; assim não deve concorrer para o prolongamento do atual, que muito pode concorrer para prejudicar a saúde pública. São Paulo 20 de novembro de 1895 – João Antonio Julião, Joaquim Franco de Camargo Jr., Nuno D. N. Motta, Cesário Ramalho da Silva, Alípio Borba.”<sup>1136</sup>

Interessante notar que, quando de sua apresentação, este projeto foi lido na sessão do

---

1135 - A. C. 05/06/1894, volume manuscrito, p. 341 e 16/07/1894, p. 16 a 18

1136 - Parecer nº 29 da Comissão de Justiça ao projeto nº 51 do Sr. Dr. João Bueno para o aumento do cemitério da Consolação; A. C., 22/11/1895, volume manuscrito, p. 215.

dia 11/11/1895 e imediatamente encaminhado às comissões de Justiça e de Finanças, permanecendo “esquecida” a Comissão de Higiene e Saúde. Ora, as duas primeiras comissões tratavam da legalidade do projeto (a de Justiça) e da existência ou não das verbas necessárias para tais obras (a de Finanças). Nesse caso, cabia unicamente à Comissão de Higiene e Saúde verificar se o cemitério era ou não prejudicial, algo que não ocorreu pelo simples fato dela não ter sido consultada. Assim, é de se imaginar que o parecer desta comissão não interessaria naquele momento, até porque poderia contrariar alguns dos argumentos utilizados pelas duas outras, as quais, efetivamente, não trataram dos aspectos legais e nem financeiros da questão, emitindo sim um parecer sobre algo que não dizia respeito aos seus trabalhos ou que não lhes competia. As duas comissões, aliás, uniram-se nesse caso e escreveram um parecer em conjunto. Os doutores Henrique Schaumann e Bráulio Gomes, membros da Comissão de Higiene e Saúde, não foram chamados a opinar, e isso ocorreu certamente por que pelo menos a opinião de Bráulio Gomes já era conhecida e não interessava naquele momento. Tudo indica, portanto, que esta foi uma manobra encetada nos bastidores para proibir os enterramentos no cemitério da Consolação e, quem sabe, até fechá-lo, mais tarde.

Como dissemos, as condições presentes naquele momento propiciavam uma tal discussão; mas, além das já citadas preocupações com a saúde por conta da ameaçada de epidemias, um novo fator se fazia presente na área vizinha ao cemitério e, poderíamos mesmo dizer, rente aos seus muros: o novo e elitizado bairro de Higienópolis que, entre os anos de 1890 e 1895, passou a reunir os próceres membros da sociedade paulistana.<sup>1137</sup>

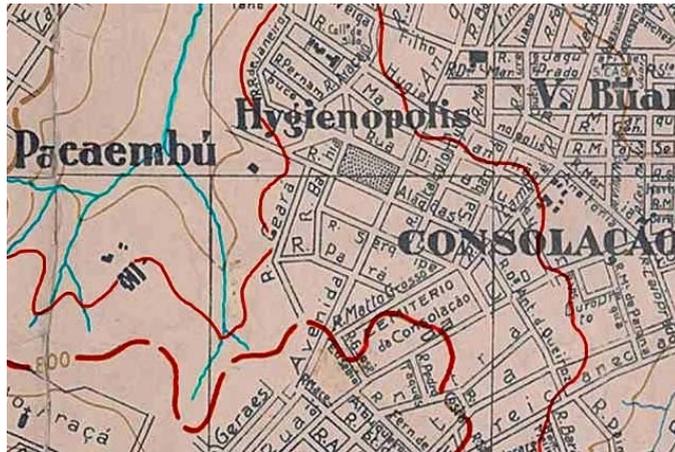
Enquanto residência de uma classe mediana (ou talvez pobre, mas não indigente), o entorno do cemitério não se colocava como “insalubre” e tão pouco a própria necrópole era considerada como um vetor para doenças; o contrário se deu a partir do momento em que Higienópolis começou a receber seus primeiros moradores. Não poderia haver melhor local para as residências dos endinheirados paulistanos de então, pois era a subida da Consolação um local alto, seco e arejado, bastante saudável, conforme preconizavam os higienistas (daí o nome *Higienópolis*). O loteamento, por sua vez, fora planejado com amplos terrenos, somente passíveis de aquisição por parte daqueles que possuíam o capital suficiente. Ao lado dos Campos Elíseos, também Higienópolis passava a ser o endereço da elite de São Paulo.

E não tardou para que o cemitério voltasse a incomodar, e isso na mesma proporção em que as ruas do novo loteamento “subiam” as encostas até atingir os muros do cemitério.

---

<sup>1137</sup> - A respeito desse bairro veja a esclarecedora análise de **Homem**, Maria Cecília Naclério; *Higienópolis – grandeza e decadência de um bairro paulistano*; S.P.: Prefeitura do Município, 1980, coleção “História dos bairros paulistanos”, Vol. 17. E essa autora informa, por exemplo, que uma das primeiras mansões construídas em terrenos adquiridos naquele novo loteamento foi justamente a do dr. Henrique Schaumann, na esquina da Av. Higienópolis com a Rua Itambé. Entretanto o médico ali não residiu, preferindo alugá-la. Veja p. 80 da citada obra.





Não restam dúvidas que, nesse caso, não eram somente as “águas” do cemitério que incomodavam algumas pessoas, senão ele próprio. Um encanamento mais adequado, por exemplo, resolveria (e como resolveu) o problema. Por outro lado, e no tocante ao projeto 51 do dr. João Bueno, logo os fatos se esclareceram e o mesmo, dias depois, foi aprovado.<sup>1138</sup>

Resta dizer, entretanto, que essa tensão se fez presente a partir de uma conjuntura não dependendo, portanto, apenas da vontade de alguns ricos empresários ou fazendeiros instalados nas redondezas do cemitério. Decerto que eles tinham um acesso facilitado junto ao poder público e se faziam ouvir com especial cuidado; mas o intento de se fechar o cemitério mediante a proibição de novos enterramentos não pode ser avaliado somente através dessa circunstância sob o risco de quedar unilateral. O retorno do cemitério enquanto um problema encontrou um ambiente mais do que propício, seja por conta da ameaça de febre amarela e dos números de sepultamentos que se realizariam naquela necrópole caso a epidemia invadisse a cidade, seja porque agora se sabia que, mesmo inodoros, os líquidos bem poderiam conter uma miríade de micróbios extremamente letais, ainda mais se viessem acompanhados da terra onde os mortos eram sepultados. Eis que, na conjugação de diversos fatores, foi possível aventar a hipótese de interdição do cemitério da Consolação.

Por outro lado, a relação entre o cemitério e o novo bairro de Higienópolis foi mesmo conflituosa no seu início. E aqui analisamos apenas um de seus momentos, este surgido já na abertura do loteamento entre os anos de 1894 e 1895. Entretanto, essa tensão permaneceria ainda por alguns anos, adentrando mesmo no século XX. Em 1907, por exemplo, o então prefeito Antonio da Silva Prado promulgaria a Lei nº 1.001 (de 31/05/1907) que, em seu artigo 1º, alterava a denominação da “Rua Itatiaia” para Av. Angélica. Ao mesmo tempo,

---

<sup>1138</sup> - A. C., 02/12/1895, volume manuscrito, p. 253 nos seguintes termos: “O Sr. Dr. João Bueno, pedindo a palavra, requer e a Câmara consente seja discutido e votado em 1º lugar o projeto nº 51 visto considerar caso urgente. - Discussão do projeto nº 51 do Sr. Dr. João Bueno autorizando a desapropriação de terreno para aumento da área do cemitério da Consolação. - O Sr. Dr. João Bueno, pedindo a palavra, expõe os motivos porque julga de

estipulou em seu artigo 2º que “nenhum prédio poderia ali ser levantado sem que ficasse entre o alinhamento e a frente da construção um espaço de seis metros pelo menos, para jardim ou plantação de arvoredo” medida esta que visava o embelezamento das residências e do próprio logradouro. Mas eis que, logo no ano seguinte, percebeu-se um problema que inviabilizaria o cumprimento dessa determinação. A avenida Angélica, nas palavras dos vereadores, estava dividida em duas: na sua parte inferior, entre a rua das Palmeiras e até a Av. Higienópolis, já existiam belas residências que foram edificadas a uma certa distância do alinhamento, no geral em 4 metros; a partir da Av. Higienópolis e até a Av. Paulista, porém, estava ela “*por assim dizer, praticamente desabitada*”, conforme o parecer da Comissão de Obras referendado pelos vereadores Augusto Carlos da Silva Telles, Ernesto Goulart Penteado e José Oswald Nogueira de Andrade.<sup>1139</sup>

Apesar de assinar este parecer, o vereador José Oswald de Andrade não concordou com todos os seus termos, motivo pelo qual resolveu apresentar um voto em separado nos seguintes termos:

“A avenida Angélica não é reta e tem duas características de habitações: edificações de mais ou menos luxo entre as ruas Piauí e Palmeiras, e edificações modestas no alto e extremo da mesma, para o lado da avenida Municipal [atual Dr. Arnaldo]; estando quase todo baldio o terreno situado nos fundos do cemitério da Consolação, é de se esperar que não seja ele ocupado por edificações de luxo, que fogem ao espetáculo que diariamente se vê, do lado dos fundos dos cemitérios e ao possível contágio de moléstias; ora, assim sendo, e, como dificilmente as habitações modestas constroem e mantêm jardins nas suas frentes, sou de parecer que seja revogada a lei 1.001.”<sup>1140</sup> (meus destaques)

E José Oswald falava com conhecimento de causa. Assíduo frequentador da região, ele possuía algumas propriedades naquelas imediações, como o chamado “Sítio Rio Verde”, este localizado na continuidade de Higienópolis, mas na descida do espigão para os lados de Pinheiros.<sup>1141</sup>

De todo modo, a situação fica mais clara a partir do relato desse vereador. Em primeiro lugar, não era verdade que a Av. Angélica estava “desabitada” na sua parte

---

urgência a votação do projeto em discussão. – Encerrada a discussão e posto a votos é o mesmo aprovado.”

**1139** - Aqui apenas uma curiosidade, pois o citado vereador José Oswald Nogueira de Andrade era pai do escritor Oswald de Andrade. Veja **Leme**, Luiz Gonzaga da Silva; *Genealogia Paulistana*, Vol. VI, Título “Bicudos”, p. 392.

**1140** - A. C., 31/10/1908, p. 301 e 302.

**1141** - Este sítio, por sinal, seria loteado pelo vereador na mesma época de Higienópolis, a partir de 1890, dando origem ao bairro Cerqueira César. Este, originalmente, era delimitado pela atual Av. Rebouças, rua Joaquim Antunes e parte da Virgílio de Carvalho Pinto, rua Galeno de Almeida e Amália Nogueira até a Av. Dr. Arnaldo. Por sinal, neste loteamento seria edificada mais tarde (em 1925) uma outra necrópole, o Cemitério São Paulo. Veja

superior, mas sim ocupada por gente mais humilde, e isso se comparadas fossem suas casas com as que foram edificadas no seu lado oposto, a partir da rua Piauí (da Praça Buenos Aires) em diante. Teríamos aqui alguns remanescentes das “datas de terras” antes concedidas pela Câmara? Ou, pela proximidade do cemitério, tais terrenos teriam sido vendidos a um custo menor? As duas hipóteses são possíveis e até mesmo as duas em conjunto. Ao observarmos o mapa do loteamento (veja a Fig. 74), percebemos que em 1895 este logradouro estava apenas delineado a partir da rua Pará; desse ponto em diante, a rua se encaminhava para tortuosos caminhos entre as chácaras, característica esta ainda hoje marcante em seu traçado, pois a partir da rua Maceió, a Av. Angélica sofre uma deflexão para a direita até atingir o final da Av. Paulista. O segundo dado a nos chamar a atenção nesse discurso é o fato de que os terrenos localizados nos fundos do cemitério estavam quase todos baldios e ali, na avaliação de José Oswald, não haveria de ser edificado qualquer residência mais luxuosa e isso pelo “espetáculo” ou visão do cemitério que dali se descortinava, bem como pela ameaça de doenças.

E o debate prosseguiu, pois em seguida falou o vereador Silva Telles contrapondo uma outra argumentação igualmente esclarecedora. Disse ele:

“Parece-me tratar-se de uma avenida que, se hoje não tem grande importância, está, entretanto, destinada a ser uma das mais belas vias da nossa cidade, ligando a rua das Palmeiras à avenida Paulista, tornando-se um percurso interessantíssimo da cidade. O fato desta avenida passar pela proximidade dos cemitérios não deve ser razão para que se sacrifique a estética desejável nessa rua. Todas as cidades do mundo têm construções de primeira ordem em proximidades de cemitérios. Estes, naturalmente, ao serem fundados, ficavam distantes, mas com o desenvolvimento das cidades tornaram-se-lhes próximos. Assim acontece no Rio, onde os cemitérios estão já nos centros populosos, como também acontece em Paris, com relação aos cemitérios Pére Lachaise, Mont’Martre, etc. E se não há ainda casas de primeira ordem na avenida Angélica, é porque também não há casas de primeira ordem na cidade toda. Demais, não legislamos para os dias de hoje, e tenho esperança que a Comissão de Justiça acabará concordando com a Comissão de Obras. *Vozes – Muito bem! Muito bem! (sic.)*” <sup>1142</sup> (meus destaques)

Deixemos de lado a fala de que “não haveria ainda casas de primeira ordem na cidade” porque foi esta uma estratégia no discurso e não condizente com a verdade; nas imediações já existiam, por exemplo, o palacete de D. Veridiana da Silva Prado (ao qual já nos referimos antes), a “Vila Penteado” construída em 1902 pelo conde Álvares Penteado, bem como as belas residências da Av. Paulista. Fixemo-nos no fato (este mais preciso) de que no

---

“Planta Geral da Capital de São Paulo” organizada pelo Intendente de Obras Gomes Cardim em 1897.  
1142 - A. C. 31/10/1908, op. cit.

trecho citado da Av. Angélica as casas eram humildes e, também, na questão de que o cemitério não poderia ser uma razão aceitável para prejudicar a “estética desejável” nesta via. E eis que chegamos ao cerne da questão: a necrópole lá estava e não poderia ser ignorada; entretanto, o cemitério não poderia e nem deveria ser um obstáculo para que se sacrificasse a “estética” da Av. Angélica. E por *estética* nesse caso, entendam-se belas e ricas residências. E se esta avenida não se encontrava ainda totalmente ocupada em seu trecho superior, as casas que lá existiam espaçadamente eram ainda simples, construídas no alinhamento do lote – sem jardins, portanto. A lei 1.001, por outro lado, não deixava margens para negociação e seria aplicada para as novas construções que ali se realizassem; as residências existentes poderiam permanecer como estavam, mas nas reedificações a nova regra deveria ser obedecida.

Em conclusão, o que assistimos nesse processo é a contínua elitização da rua que se amoldava ao restante do bairro, pois novas residências mais simples não seriam admitidas. Em curso estava a exclusão dos antigos moradores das imediações, muitos desses, tudo leva a crer, prováveis herdeiros dos concessionários daquelas primeiras datas de terras distribuídas pela municipalidade décadas antes. A colaborar para com esta interpretação está o fato de que a lei estipulando o recuo de 6 metros para as novas construções naquela avenida permaneceu vigente, não sendo revogada.

E nem poderia ser, como argumentou Silva Telles, citando inclusive uma situação parecida que ocorria no Rio de Janeiro e, também, em Paris com os cemitérios Père Lachaise e Mont´Martre. De fato, a menção a essas necrópoles não foi feita gratuitamente, pois pautado na elegância francesa (modelo muitas vezes almejado) o cemitério da Consolação e o bairro de Higienópolis seguiam um processo comum de elitização: no primeiro deles já não cabiam mais os pobres e indigentes dos primeiros tempos, no segundo, eram os vivos na mesma situação que deveriam sair.

De certa forma, e não obstante as tensões que se fizeram presentes, a reinserção dos mortos na cidade ocorreu no bojo de um processo em que a morte foi, também, paulatinamente esvaziada. Em primeiro lugar, estava ela já despida de seus aspectos mais negativos para a sociedade como, por exemplo, através do método seguro de sepultamento que, segundo os higienistas, não poderia oferecer riscos à saúde dos vivos. Por outro lado, assistia-se desde há tempos uma situação em que a morte – esta verdadeira tragédia que atinge os homens e que a tudo compromete<sup>143</sup> – perderia alguns de seus aspectos mais dramáticos ou aplacada em alguns de seus sinais mais visíveis.

Desde a década de 1830, pelo menos, tentava-se legislar sobre esse tema, sendo que

uma das primeiras investidas do poder público foi em relação aos dobres dos sinos que ecoavam, intermitentes, anunciando os seguidos falecimentos e enterros que ocorriam na cidade. Esses repiques, na opinião de alguns vereadores em 1831, eram por demais exagerados, incômodos aos ouvidos, o que motivou uma representação ao Bispo a respeito de tais inconvenientes que prejudicavam o “sossego público”.<sup>1144</sup> Há que se lembrar que os dobres dos sinos emitidos nessas ocasiões eram distintos daqueles que anunciavam as missas ou qualquer outro evento festivo; pausados e graves, tais sons eram logo identificados pela população como um sinal de morte. Num período em que as emoções eram tidas como agravantes dos males sofridos pelo corpo senão a própria causa das doenças, o badalar triste era algo a ser evitado.

Mas não surtindo efeito tais reclamações,<sup>1145</sup> logo a Câmara optou por editar uma postura a esse respeito, determinando que todas igrejas de São Paulo deveriam seguir as regras estipuladas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia para esse caso, ou seja, três sinais breves e distintos para os homens que falecessem e dois para as mulheres; para as crianças até 4 anos de idade bastava um sinal. Na saída do enterro ou durante o cortejo iguais sinais poderiam ser dados, bem como outros tantos quando do sepultamento propriamente dito.<sup>1146</sup>

Tudo leva a crer que essa postura nunca foi seguida à risca, pois em 1858 voltaram os vereadores a reclamar e lembraram novamente do estipulado nas Constituições Primeiras, mas com uma novidade: os dobres ou toques que se fizessem nas igrejas por ocasião de falecimentos deveriam ser breves “*não excedendo cada um mais de 3 minutos*”, ou seja, a *brevidade* (ou o tempo) estaria agora sendo mensurado mecanicamente. Mais ainda, era preciso diferenciar esses repiques de outros, como os que anunciavam festividades, que poderiam durar 5 minutos; os dobres “*prolongados e acelerados*” seriam utilizados apenas para chamar o povo na intenção de acudir incêndios, enchentes ou desmoronamentos.<sup>1147</sup> Exercitava-se assim uma dessacralização do tempo na mesma medida em que os enquadrava via mensuração. Os sinos ainda eram necessários, mas deveriam antes servir para a vida e não para provocar emoções funestas, daí que seus toques não deveriam ser mais confundidos. Para cada ocasião um tempo, o tempo civil e metrificado do relógio.

E o que se vê a partir desse momento são vários indícios de que a morte, na medida

---

1143 - Chaunu, op. cit., p. 376.

1144 - A. C., 11/07/1831.

1145 - Lembro aqui que os dobres dos sinos eram pagos, sendo esta uma fonte de renda nada desprezível para as paróquias. A esse respeito veja minha Dissertação de Mestrado “Sepultamentos em São Paulo 1800-1858”, Parte I, onde calculo o rendimento dos “sinos” para as finanças dos templos.

1146 - “Coleção de Posturas - 1830/1876”, Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

em que fosse possível, deveria ser esvaziada, destituída de atos dramáticos que pudessem influenciar negativamente os que viviam. Era esta uma longa caminhada.

A partir da inauguração do cemitério da Consolação, medidas mais radicais com relação aos sinos encontraram um contexto mais propício para serem testadas. Em julho de 1860, por exemplo, apresentou-se um projeto proibindo, nas Freguesias da Sé e de Santa Ifigênia, todos “*os dobres de sinos por defuntos*” fossem eles para adultos ou crianças; claro que em algumas circunstâncias a regra não valeria, como no caso de falecimentos de membros da família imperial e de altas autoridades civis ou eclesiásticas, a exemplo de bispos e presidentes de província. Entretanto, o artigo 2º deste projeto trazia também uma outra novidade, pois “*nesta proibição não estavam compreendidos os dobres dos sinos da capela do cemitério, os quais estavam amplamente permitidos.*”<sup>1148</sup> Ou seja, a morte e os seus sinais deveriam estar circunscritos num único e determinado local: o cemitério, equipamento este especialmente construído para abrigar os finados. O tempo e o espaço da morte sob controle.

A morte enquanto um triste “espetáculo” era algo a ser evitado, especialmente aos doentes que ainda tinham alguma chance de cura nos hospitais, especificaram os vereadores Joaquim Augusto de Camargo e Francisco Honorato de Moura em 1865. Não mais se admitia, como já citamos anteriormente, “cadáveres jazendo ao lado de enfermos que ainda podiam levantar-se”, pois era preciso, ao contrário, que se “ocultasse a morte aos moribundos” e isso para tirar-lhes da vista “a perspectiva dos mortos.”<sup>1149</sup>

Longa caminhada, como dissemos, o afastamento dos sinais que lembravam a eminência da morte aos vivos foi um exercício constante e que ganhou maior impulso nas últimas décadas do século XIX.

Já tratada como um negócio, a morte envolvia uma série de serviços lucrativos, a exemplo da condução dos cadáveres ou do comércio de objetos fúnebres como os caixões. Expostos à venda nas casas especializadas, esses artigos passaram a incomodar. Não era nada incomum ao se dobrar uma esquina e dar de encontro, de repente, com caixões expostos em pé nas calçadas. Por essa experiência passaram muitos paulistanos que, procedentes do Largo da Sé ou do Pátio do Colégio, inadvertidamente tomavam a Rua do Carmo onde estava localizada a maior empresa funerária da cidade, esta antes administrada por Joaquim Marcelino da Silva no nº 51 da rua e, posteriormente, por Benjamin Silvado, no nº 53.

Em 1892, período este de grande apreensão por conta da ameaça de epidemias, tal procedimento já não seria mais tolerado:

---

1147 - A. C., 06/02/1858, p. 102

1148 - Projeto de Postura, A. C., 21/07/1860.

1149 - Relatório da Comissão encarregada da visita ao “Hospital dos Bexiguentos”, A. C., 18/07/1865, p. 197 e 198.

“Artigo de Postura. A Intendência Municipal, usando da faculdade que lhe confere o Decreto de 15 de fevereiro de 1890, resolve:

Art. 1º - É proibido às empresas fúnebres e outros negócios congêneres a exibição, nas portas dos negócios ou em lugares visíveis ao público, de amostras de caixão de defunto e outros objetos destinados a enterros, exceto no dia e vésperas de finados.

Art. 2º - O infrator pagará a multa de 30\$000 e o dobro na reincidência.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Paço da Intendência Municipal, 9 de junho de 1892 – Antonio Carlos de Salles – José de Paula Queiroz Júnior – C. Paes de Barros – Aprovada.”<sup>1150</sup>

A regulação dos assuntos referentes à morte e aos sepultamentos não apenas levavam em conta a existência de um lugar certo e apropriado (o cemitério), senão também uma data específica: o dia de finados, ocasião em que as regras aqui aprovadas não precisavam ser seguidas. O tempo e o espaço da morte, portanto, puderam ser codificados, controlados e condicionados sob o aspecto legal o que, em contrapartida, em muito contribuía para a sua ocultação.

De outra parte, data desse mesmo ano de 1892 uma outra regulamentação que, transformada em Lei, nos é especialmente esclarecedora para a análise que estamos realizando. Naquela ocasião, e sob proposta do Dr. Bráulio Gomes, foi aprovado o seguinte projeto:

“Art. 1º - Fica proibido acompanhar cadáveres de anjos ou adultos no mesmo carro ou coche; transportar cadáveres em carros que não sejam exclusivamente destinados para esse fim; igualmente fica proibida a condução de cadáveres em caixões descobertos. Os infratores incorrerão na multa de 50\$000 e oito dias de prisão.”<sup>1151</sup>

Essas proibições podem ser analisadas sob diferentes perspectivas, senão vejamos: em primeiro lugar, tratava-se do projeto de um médico, o Dr. Bráulio Gomes; nesse sentido, procurava ele distanciar os mortos dos vivos por óbvias razões de saúde tendo em vista um possível contágio antes do sepultamento. Daí não se permitir que familiares ou amigos estivessem juntos, no mesmo carro, com o falecido; daí proibir-se a condução de cadáveres em carros particulares (que poderiam quedar “infectados”) e, também, de enterros em caixões sem cobertura, o que trazia grandes riscos. Este é um lado da questão, e certamente foram esses os principais motivos que nortearam a proposta do médico diante da eminência de uma

---

1150 - A. C., 09/06/1892, Volume manuscrito, p. 73

1151 - A. C., 07/11 (p. 70), 12/11 (p. 79) e 19/11/1892, p. 108. Este projeto teve também a colaboração do Dr. Henrique Schaumann e de João Antonio Julião.

epidemia de febre amarela. Não restam dúvidas também de que esta regulamentação muito interessava aos empresários das empresas funerárias, mas ao que nos parece esta não foi a razão determinante para a sua adoção. De fato, o que mais chama a nossa atenção é a comparação entre as duas regulamentações apresentadas no mesmo ano. A primeira delas, referente aos caixões, interferia no espaço público, visando retirar das vistas os objetos que lembravam a morte; neste segundo o foco foi centrado nas relações entre o morto, seus familiares e amigos. Ou seja, no âmbito privado das afinidades. Mas, de qualquer maneira, diante de acontecimentos que se verificavam no espaço público, pois tratava-se do cortejo pelas ruas da cidade. De outra parte, o regulamento consegue nos mostrar que, sim, os familiares costumavam estar lado a lado dos defuntos quando estes seguiam para o cemitério, juntos, no mesmo carro. Quando do falecimento de crianças, não era nada incomum os pais carregarem seus filhos no colo, e disso sabemos porque, na redação inicial, o Dr. Bráulio Gomes especificava claramente que ficava proibido “acompanhar cadáveres de anjos no mesmo carro ou coche”, disposição esta alterada depois pelo Dr. Henrique Schaumann que incluiu também os adultos. De outra parte, como já tivemos a oportunidade de verificar, nem todos utilizavam os carros das empresas funerárias, fazendo o enterro a pé ou em veículos alugados pelo menor preço; por último, era certo também que muitos caixões não possuíam cobertura (um tampo, por exemplo) numa outra prova de que os mesmos eram batidos a prego na própria residência do falecido.<sup>1152</sup> E eis aqui, no âmbito das relações privadas, a grande modificação que se operaria: o caixão fechado promovia ainda mais a separação entre os vivos e seus mortos; o tampo (assim como o túmulo) determinava uma nova condição para o defunto, distanciando-o.

A intervenção do governo no espaço público, e depois nos atos que mais diziam respeito às relações privadas, não cessariam. Mas, tudo tinha um limite; e este, pelo menos em São Paulo na virada para o século XX, era a porta da casa:

“Indicação nº 248 – Causando má impressão aos transeuntes o uso anacrônico de colocarem pano preto na porta das casas onde se dão óbitos, indico que esta Câmara, a imitação do que muitas outras já tem feito, até Câmaras de cidades do interior, determine que fique abolido esse uso, proibindo de então para diante que sejam colocados tais distintivos nas casas em que se derem falecimentos. S. Paulo, 4 de maio de 1900 – Serafim Leme.<sup>1153</sup>”

O Coronel Serafim Leme não era homem de rodeios e, por isso, foi direto ao ponto:

---

<sup>1152</sup> - Talvez nem seja necessário, mas chamo a atenção para o fato de que as duas últimas proibições tinham um endereço certo, ou seja, eram destinadas aos mais pobres.

<sup>1153</sup> - A. C., 04/06/1900, p. 184.

para ele, os panos pretos causavam uma má impressão, sendo este o motivo principal de sua indicação no sentido de que se abolisse tal prática na cidade. Grande cafeicultor e pecuarista, ao que nos parece Serafim Leme não tinha a desenvoltura verbal de seus pares – estes majoritariamente médicos, engenheiros e advogados – e nem estava afeito aos meandros que pautavam as deliberações da Câmara para temas tão delicados.<sup>1154</sup> Nesse caso, como veremos, o vereador não deveria ter sido tão enfático na sua proposição.

Em fevereiro de 1901 a proposta entrou em discussão e, imediatamente, foi combatida pelos vereadores João Bueno e João Antonio Julião:

“A indicação apresentada importa uma inovação nos costumes antigos do povo cristão e até hoje adotado e respeitado pelas nações civilizadas, não se fazendo acompanhar a indicação de motivo algum plausível para a reforma pretendida, assim pensamos que não deve ser adotada.”<sup>1155</sup>

Em defesa da proposta posicionou-se o vereador Pedro Vicente, argumentando que não considerava inconveniente a sua adoção enquanto postura, mas seria necessário fazer retornar a proposta ao seu autor para dar-lhe “a forma de projeto de lei, de acordo com suas idéias, por ser isso mais harmônico com o regimento.”<sup>1156</sup> Ou seja, entendeu Pedro Vicente que a forma estava errada, pois o caso não deveria ser apresentado como Indicação e sim como Projeto de Lei. Nas entrelinhas, porém, percebe-se também uma crítica ao modo como ela foi redigida, direta, sem meios termos num tema por demais delicado, o que poderia ser motivo de críticas se aprovado fosse como estava.

E eis que a proposta volta ao seu autor, mas, sem qualquer surpresa, não foi ele quem deu a nova redação e sim o nosso já conhecido Dr. José Oswald de Andrade que assim a reapresentou como projeto de lei nº 6 de 1901:

“Considerando que as armações mortuárias, de panos, fornecidas pelas casas de armação, servem a milhares de casas onde se dão falecimentos por variadíssimas causas;

Considerando que nas casas onde se dão falecimentos há sempre aglomeração de pessoas que se reúnem para acompanhar o féretro;

Considerando que pelos motivos expostos, admitida a existência de micróbios, tais armações oferecem grande perigo para a saúde pública

A Câmara Municipal de S. Paulo decreta:

Art. 1º - Fica proibido o uso de armações mortuárias, de panos, nas

---

**1154** - O Coronel Serafim Leme da Silva, exerceu o cargo de juiz de paz no distrito da Sé e elegeu-se por duas vezes vereador, de 1898 a 1904. Foi também comerciante, fazendeiro, comissário de café e pecuarista, sendo um dos pioneiros da indústria frigorífica no Estado através da “Empresa Frigorífica Paulista”, que inaugurou esse sistema de fornecimento em São Paulo. Foi ainda proprietário de terras no bairro do Tatuapé, inclusive do “Sítio Paraíso”, adquirido da família Rego Freitas em 1903, e vendido em 1911 ao então chamado “Lar Anália Franco” que, posteriormente, daria origem ao bairro “Jardim Anália Franco”. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, acervo da Seção de Denominação de Logradouros Públicos: Rua Cel. Serafim Leme da Silva.

**1155** - A. C., 04/02/1901, p. 39

**1156** - Idem ibidem.

casas em que se derem falecimentos.

Art. 2º - Fica permitido o uso de um laço de crepe, de fazenda não servida, preso à porta e de objetos de metal, de madeira e cera.

Art. 3º - Os infratores incorrerão na multa de 50\$000 Réis.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

S. Paulo, 2 de março de 1901. - José Oswald.<sup>1157</sup>

Caso tivesse sido apresentada nesses termos desde seu início, a proposta do Coronel Serafim Leite teria grandes chances de ser aprovada. Mas, ele não percebeu que os meandros da política prescindiam de argumentos tão simples e diretos como aqueles que elaborara.

Diferente das duas anteriores regulamentações que apresentamos e que diziam respeito 1º: a uma interferência no espaço público no caso dos caixões expostos na rua e 2º: no modo como se dava o féretro, ou seja, já fora da residência a caminho do cemitério, a regulamentação de Serafim Leme interferia das portas para dentro, já que o “pano preto” era afixado nos batentes ou na entrada das residências.

E ao dizermos que se fosse apresentada com a redação oferecida por José Oswald a proposta poderia ser aprovada, é porque nesta última estavam presentes todos os argumentos que fariam dele um projeto vencedor. O principal, sem dúvida alguma, era a “*existência de micróbios*” que, impregnados nos tecidos utilizados em “milhares de casas onde ocorriam falecimentos por variadas causas” ofereciam grande perigo à população.

O “mal”, entretanto, estava feito. Toda essa discussão já era de conhecimento da imprensa até porque as sessões da Câmara eram notícia, sendo inclusive publicadas em jornais através de contrato. Daí o cuidado que se deveria ter com as palavras e com a redação.

O caso dos “panos pretos” explicitara esse problema: ou bem a sua proibição era em decorrência da má impressão que causavam, ou devido ao fato de colocarem em risco a saúde das pessoas?

Produzida esta radical modificação na justificativa, o ato escapou ao controle de seus protagonistas. Era por demais flagrante a manobra que se tecera; e seja justamente por isso, ou mesmo porque realmente a proposta original não ganhara adeptos suficientes, que o projeto não prosperou. Posto a votos, ele foi recusado por cinco dos vereadores presentes e apoiado por outros cinco. Verificado o empate, a decisão foi adiada. Persistindo a mesma situação na sessão seguinte, o projeto foi rejeitado conforme preconizavam as regras então vigentes.<sup>1158</sup>

E eis que diante de uma simples proposta todo um complicado jogo vem à tona de

---

1157 - A. C., 02/03/1901, p. 64

1158 - A. C., 02/09/1901, p. 245 e 246; e 03/09/1901, p. 252.

maneira muito clara. Em primeiro lugar chama a nossa atenção o quanto os argumentos médicos poderiam ser manipulados, dissimulando algumas verdades, e utilizados sem qualquer pudor para quaisquer outras finalidades. De fato, e caso o vereador Serafim Leme não tivesse sido tão afoito naquele momento, o que nos restaria hoje seria apenas aquela 2ª proposta e, nesse caso, a nossa análise poderia seguir um outro caminho. De outra parte, essa “embrulhada” teve o mérito de desnudar completamente as práticas e as estratégias utilizadas e que incluíam, como visto, a manipulação de linguagens e de contextos, a camuflagem de intenções que, certamente, também foram utilizadas em outras situações. Fazendo uso de uma metáfora, o caso dos “panos pretos” trouxe os bastidores para o palco principal, revelando diante de todas as vistas uma trama que se queria escondida.

Não obstante o fracasso da proposta – e aqui devemos reter os argumentos de sua primeira redação, ou seja, a de que os panos pretos causavam uma má impressão – o fato é que o tema estava em discussão o que, por si só, é bastante revelador e contribui para com a nossa análise de que a morte e seus sinais estavam paulatinamente sendo esvaziados. Numa comparação com o caso dos caixões expostos nas calçadas, e levando em consideração o argumento de que uns e outros causavam uma certa apreensão ou má impressão, estes sentimentos facilmente poderiam equivaler a um susto para, em seguida, transformarem-se em repugnância. E em uma época onde as mortes ocorriam amiúde, de fato os panos pretos (muito mais do que os caixões concentrados na rua do Carmo) estavam mesmo à todo momento “interceptando” a visão e, para alguns, causando tais inquietações. A morte e seus sinais não seriam mais suportados como antes. De fato, já era grande era a diferença notada com relação aos testamentos redigidos no século XVII, ocasião em que Beatriz Rodrigues considerou a morte como “*cousa tão ordinária*” ou Isabel Soares que reputou ser ela “*cousa natural*.”<sup>1159</sup>

Por alegados motivos de higiene (ou de saúde), uma primeira grande ruptura entre os vivos e seus mortos seria observada a partir da edificação dos cemitérios a uma longa distância das cidades, já que afastava uns de outros; posteriormente, com a sua reinserção na malha urbana, uma tensão se faria presente. Reputo que a morte foi sempre considerada pela humanidade enquanto uma tragédia; tragédia muito próxima dos indivíduos num passado mais remoto e, até por isso, ela poderia mesmo ser considerada como “coisa ordinária e natural”; o contrário ocorreria mais tarde, tornando-a distante e insuportável como observamos em períodos recentes.

E nesse processo que redundou num afastamento da morte, acredito que o aumento na expectativa de vida a partir do século XX teve um papel fundamental. Com o

---

1159 - Coleção Inventários e Testamentos, Vol. VIII. Testamentos de Beatriz Rodrigues, 1625, p. 6 e Isabel Soares,

prolongamento da existência, a morte foi deslocada para idades mais tardias, cada mais distante no tempo individual de cada um. Assim, um primeiro afastamento pode ser experimentado no ambiente familiar, por exemplo, onde as mortes precoces aos poucos deixaram de existir. Por certo que esta ocorrência não se verificou em todas as camadas da sociedade, uma vez que tal distanciamento seria conhecido inicialmente apenas no interior das classes dominantes. O acesso aos novos conhecimentos a respeito das doenças ou a um ambiente saudável (incluindo aqui uma boa alimentação), bem como aos serviços de saúde serão primeiro desfrutados pelas elites, ao passo que para as classes inferiores nada disso ainda estava disponível. Num mesmo momento (entre finais do século XIX e início do XX) tínhamos, portanto, uma situação dual: o prolongamento da existência para alguns, e a brevidade da vida como algo ainda presente para a grande maioria. Nessa circunstância, o contato com a morte (na família ou entre amigos, por exemplo) era muito maior entre os pobres e cada vez mais espaçado entre os ricos. Próxima para muitos e distante – por isso insuportável – para outros. Não por outro motivo é que verificamos uma resistência muito maior por parte dos moradores de Higienópolis em relação ao cemitério da Consolação do que se percebia do outro lado da cidade, no Braz, onde igual processo de urbanização em torno do cemitério da 4ª Parada também ocorria e onde anotamos a existência de uma única e solitária reclamação, que logo foi resolvida.<sup>1160</sup>

De fato, a tensão maior com respeito ao retorno dos mortos entre os vivos ocorria de forma mais aguda nos bairros elitizados. Tal inclusão, já a partir de finais do século XIX, colocou os homens outra vez diante dessa fatalidade, visão terrível (especialmente para os mais abastados) que os faziam lembrar a finitude da vida. Na medida do possível, era algo a ser evitado, nem que para isso se lançasse mão de alguns artifícios:

Indicação nº 429 de 1910:

“Indico ao exmo. sr. dr. Prefeito a conveniência de mandar colocar chapas de

---

1629, p. 114.

**1160** - Ao contrário do cemitério da Consolação, custeado que foi na sua totalidade por verbas públicas, o do Braz contou com a ajuda dos moradores locais. Iniciada sua construção em 1885, esta somente pode avançar por conta de inúmeras doações da comunidade, como as de “João Boemer Júnior, que doou dois mil tijolos; José Bento Ferreira Moraes, Francisco José Dias Leite Júnior, Dr. João Siqueira Bueno, Domingos Mateus de Oliveira, Paschoal Colangelo, João Caetano de Lima Brito, que doaram mil tijolos cada; José Augusto Lopes, Luiz Ferreira de Abreu, Antonio Franco, Caetano Silva, que entraram com quinhentos tijolos cada e Francisco Monteiro de Castro que doou a quantia de 4\$000 Réis - A. C., 05/08/1885. Este cemitério, por sinal, foi motivo de muitos abaixo-assinados, mas no sentido do término de sua construção, e isso por conta dos atrasos verificados na obra. Em 1893, já com o cemitério pronto, prontificou-se a comunidade a arcar com as despesas de conservação da capela, esta igualmente edificada “às custas dos cidadãos.” - A. C., 21/01/1893, p. 41. Uma única reclamação que se assemelha aos casos verificados nos cemitérios da Consolação e do Araçá foi anotada apenas em 1895. E ela dizia respeito ao pretendido aumento da área do cemitério da 4ª Parada que se estenderia pela propriedade de Leoni Cavaliere Ricci e outros. Diante dessa reclamação, outro terreno foi escolhido e, a partir daí, nenhuma outra reclamação chegou à municipalidade, pelo menos até 1920, limite de nossa pesquisa.

ferro pelo lado interno do gradil do cemitério do Araçá, afim de poupar a quem por ali transita o desgosto de estar a olhar túmulos todos os dias (...) José Oswald.”<sup>1161</sup>

Como dissemos, o vereador José Oswald de Andrade freqüentava aquela região, bem como os inúmeros compradores de seus terrenos no então loteamento que se chamou “Cerqueira César”. Seja por ele próprio, seja por solicitação dos moradores locais, esta indicação nos faz ver que o trânsito diário pela então Av. Municipal (hoje Dr. Arnaldo) obrigava a uma vista considerada não muito agradável dos túmulos do cemitério do Araçá, estes perceptíveis através do gradil de ferro vazado que compunha (e ainda hoje compõe) seu imponente portão de entrada. Nada muito extenso, já que as grades se alongam por poucos metros para, logo em seguida, transformarem-se em grossos muros de tijolos. Mesmo assim, o panorama dos túmulos, mesmo que por alguns segundos, incomodava. Pouco tempo depois, as chapas de ferro solicitadas pelo vereador seriam mesmo colocadas.<sup>1162</sup>

Tensões e ambigüidades, portanto, marcaram o retorno dos mortos à cidade. Ao mesmo tempo em que se observava no próprio cemitério do Araçá – e principalmente no da Consolação – um contínuo embelezamento via túmulos e mausoléus que se construía à imitação de monumentos, os moradores que ocupavam as redondezas sentiam um certo desassossego, uma inquietação decorrente daquela indesejável proximidade, e isso porque estavam eles obrigados a assistirem os cortejos diários e a terem sempre como paisagem todos os artefatos que lhes mostravam um destino inexorável: o do fim da vida.

E o melhor exemplo dessa ambigüidade se fez presente através de um discurso do nosso já conhecido interlocutor, o vereador José Oswald de Andrade. Se em 1908 ele concluía que a “visão do cemitério” da Consolação comprometeria as construções de luxo na Av. Angélica, e em 1910 solicitou chapas de ferro para esconder os túmulos do cemitério do Araçá, em 1909 ele proferiria uma frase que seria a marca desse momento de antagonismos. Frase, aliás, já citada neste trabalho, mas que agora ganha outros contornos num contexto ampliado. Numa outra situação, pois apresentava um projeto para a elevação do salário do administrador do cemitério da Consolação, disse Oswald que esta necrópole merecia todas as atenções no sentido de se manter limpa e asseada porque este cemitério era *“a primeira necrópole de São Paulo, por todos admirada, principalmente pelos visitantes estrangeiros.”*<sup>1163</sup>

---

<sup>1161</sup> - A. C., 10/12/1910, p. 304

<sup>1162</sup> - Essas chapas permaneceram por um longo período nas grades do cemitério, sendo somente removidas no final da década de 1980, quando da construção da linha do metrô e da estação “Clínicas”, defronte à necrópole.

<sup>1163</sup> - Considerandos dos vereadores José Oswald e Rocha Azevedo ao projeto de Lei nº 14 de 1909; A. C., 21/08/1909, p. 163 e 164.

Dependendo do “lugar” de onde falava, opiniões diferentes eram emitidas a respeito da mesma questão. Na posição de um empresário do ramo imobiliário, sabia Oswald dos inconvenientes de cemitérios nas proximidades de um empreendimento; entretanto, e enquanto um munícipe distanciado desse problema, realmente o cemitério da Consolação colocava-se já como que um museu a céu aberto. As *memórias* ali cultuadas serviam de modelo e contavam parte da história da cidade (e mesmo do país) através de ricos e bem cuidados mausoléus. Com um certo afastamento, era até possível observá-lo enquanto um jardim pinçado de monumentos, pontuado, aqui e ali, por belos exemplos de esculturas em refinados mármore. Eis então, na fala do vereador, a expressão máxima dessa ambigüidade em relação aos cemitérios e aos mortos, agora reinseridos no mundo dos vivos.

E em decorrência desse último aspecto, ou seja, de ser o depositário de *memórias* célebres e de consideráveis monumentos, o já elitizado cemitério da Consolação foi recentemente (e de forma oficial) promovido à categoria de patrimônio histórico de São Paulo, encontrando-se protegido por um ato de tombamento levado a efeito pelo Condephaat.<sup>1164</sup> Não quero cansar o leitor, mas considero importante passarmos os olhos nos considerandos e no artigo 1º desta Resolução de Tombamento:

Tombamento do cemitério da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo.

Considerando que:

O Cemitério da Consolação foi a primeira necrópole instalada no município de São Paulo e possui uma importância singular no contexto da história dos cemitérios da cidade e, em particular, em seu período de formação e urbanização.

São muitas as personalidades sepultadas no Cemitério da Consolação e os seus túmulos, verdadeiras obras de arte, executados por artistas responsáveis pela beleza das esculturas a eles aderentes, como Victor Brecheret, Galileo Emendabili, Bruno Giorgi, Materno Giribaldi, Nicola Rollo, Francisco Leopoldo e Silva.

O seu traçado interno e os seus equipamentos, tais como capela, ossário e portal, projetados por Ramos de Azevedo, são representativos da tipologia dos cemitérios construídos entre o final do século XIX e começo do XX, período em que ocorreu um processo de laicização desse tipo de construção.

O cemitério dos Protestantes, construído aos 11 de fevereiro de 1864 para serem enterrados os acatólicos, no qual as pequenas estelas são interpostas por jardins, e o da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, que iniciou as suas atividades em 12 de novembro de 1868, têm características importantes a serem preservadas e fazem um contraponto interessante na paisagem, destacando-se os mausoléus suntuosos do da Consolação.

É relevante o aspecto paisagístico da quadra onde se situam os cemitérios no bairro da Consolação, em razão da grande massa arbórea e do baixo gabarito de suas construções.

Resolve:

Artigo 1º- Ficam tombados como bens culturais de interesse artístico, urbanístico, paisagístico e histórico os cemitérios da Consolação, da Ordem Terceira do Carmo e dos Protestantes, que ocupam inteiramente a quadra definida pelas ruas da Consolação, José Eusébio, Mato Grosso e Sergipe, incluindo as calçadas e o conjunto arbóreo em torno dessa quadra.

---

<sup>1164</sup> - Resolução SC 28/05, de 28 de junho de 2005, publicado no DOE de 09/07/2005, p. 35, pelo - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

Parágrafo 1º- Elementos de destaque do tombamento: o traçado das alamedas, quadras e ruas dos três cemitérios.

Parágrafo 2º- no Cemitério da Consolação, a capela, o pórtico da entrada, o ossário e a atual administração, de autoria de Ramos de Azevedo, além das inúmeras esculturas, de grande valor artístico, listadas a seguir.<sup>1165</sup>

Por serem demasiados explícitos, deixo aqui de analisar os critérios utilizados para esse tombamento. São argumentos válidos, sem dúvida alguma, mas estamos ainda a espera de igual procedimento com relação ao cemitério do Braz, também conhecido como da “4ª Parada”, enquanto uma parte (e digno representante) do *viver e morrer* de uma classe menos abastada na cidade de São Paulo.

Diante desse processo que redundou na reintrodução dos mortos na cidade – o qual se deu não sem tensões e numa relação ambígua, como vimos – restam ainda algumas poucas palavras que podem enfeixar rapidamente algumas das proposições aqui explicitadas.

Aproveito para reforçar minha tese de que as doenças e a morte foram sempre encaradas pela humanidade enquanto tragédias. Prova disso foi o empenho dos homens em desenvolver, nas mais diferentes épocas e sociedades, diversas práticas de curas e prevenção com base nos conhecimentos e nas experiências que acumularam. A cuidadosa elaboração de ritos de passagens (ou vinculados à separação) dos entes queridos com menor ou maior demonstração de sentimentos é um outro ponto em que nos apegamos para dizer que a morte nunca foi aceita tranqüilamente. Numa época em que se sentia sua presença com maior intensidade, os antigos até poderiam aceitá-la como “coisa natural”, como parte da vida e do

---

**1165** - Como disse, não tenho a intenção de cansar o leitor e, por isso, sinta-se à vontade para não ler esta nota. Mas, constam dessa Resolução um total de 112 mausoléus de pessoas notáveis e/ou com obras de arte assim relacionados: Marquesa de Santos, Barão de Antonina, José Álvares de Cerqueira César, Família Paim Vieira, Família Brasília Machado (incluindo Antônio de Alcântara Machado, José de Alcântara e Machado de Oliveira e Joaquim Machado de Oliveira), Família Sampaio Viana, Família Jafet, Família Matarazzo, Família Campos Salles, Família Siqueira Campos, Olívia Guedes Penteadó, Monteiro Lobato, Família Fauzi/Maluf, Eduardo da Silva Prado, Mausoléu do Chapeleiro – sociedade Beneficente dos Chapeleiros (fábrica de João Adolfo), Loja Maçônica da Amizade, Família Toledo Piza, Família Siciliano, Chedid Jafet, Miguel Calfat, João Saad, Armando de Salles Oliveira, Família Sabbado D'Angelo, Roberto Cochrane Simonsen, Afonso Arinos de Mello e Franco, Bernardino de Campos, Carlos de Campos, Itália Fausta, João Mendes de Almeida Júnior, José Maria Lisboa, José Maria Whitaker e Firmino Antônio Whitaker Filho, Paulo Machado de Carvalho, Washington Luiz Pereira de Souza, Armando Álvares Penteadó, Paolo Mazoldi, Armando Bogus, Família Salim Taufi Maluf, Conselheiro Furtado, Rui e Antero Bloem, Coronel Luís Antônio de Anhaia Melo e Luís Inácio Romeiro de Anhaia Melo, Prudente de Moraes, José Vieira Couto de Magalhães, Família Antônio S. Noschese, Família Riskallah, 2a. Baronesa do Bananal, Barão e Baronesa de Sousa Queirós, Antônio Bento de Sousa e Castro, Clementino de Sousa e Castro, Ministro Luís Roberto de Resende Puech, Jules Martim e mais 134 túmulos não identificados, mas contendo obras de arte em bronze e mármore. Além dessa identificação, o ato de tombamento é composto ainda por mais 5 artigos:

Artigo 2º- As intervenções a serem realizadas nos espaços das necrópoles deverão ser submetidas à aprovação do Condephaat, nos seguintes casos: a) modificações nas dependências da capela, ossário, administração, pórtico e sanitários; b) intervenções ao longo do muro de fechamento dos cemitérios; c) cortes de árvores; d) intervenções externas nos jazigos, especialmente nas suas esculturas; e) modificações nos traçados das ruas e quadras.

Artigo 3º- Este órgão não deverá ser consultado para sepultamento ou remoção de despojos, exceto se esta ação implicar na alteração das características do patrimônio edificado.

Artigo 4º- Fica definida como área envoltória dos cemitérios tombados o polígono determinado pelos eixos das ruas da Consolação, Coronel José Eusébio, Mato Grosso e Sergipe que circundam a área das necrópoles.

Artigo 5º- Para efeito deste tombamento, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para as intervenções na área envoltória: Parágrafo único – na calçada que circunda a quadra tombada em que se localizam os três cemitérios,

destino, mas nunca com resignação ou sem qualquer preocupação, fosse ela anterior ou posterior à ocorrência.

De outra parte, e naquilo que pudemos observar pelo desenrolar desse processo na cidade de São Paulo, o universo das doenças e da morte nos chega carregado de conflitos e interesses dos mais diversos. A morte nunca iguala e, pelo contrário, está sempre a tensionar com suas diferenças o mundo dos vivos. O cemitério, por sua vez – e literalmente – nunca foi um território neutro, prevalecendo em sua história uma constante hierarquização e desigualdade, seja entre eles próprios, seja no interior de cada um (em relação aos seus mortos). Tal conduta – na verdade um claro exercício político-ideológico – resultou, como demonstrei, numa seleção e escolha das *memórias* que deveriam ser preservadas. Nesse sentido, eis que cada vez mais ecoa o “Não ao Preto Leôncio”. Dessa combinação, aliás, vimos o seu último e mais recente lance.

### Considerações finais

Tendo em vista a amplitude que nos recorda o tema “*Viver*” e face às complexidades diante do “*Morrer*”, por certo que o título aplicado a este estudo pode ser considerado como bastante ambicioso, uma vez que ele aponta para o desvendar de situações que não possuem uma resposta uníssona. De qualquer modo, e mesmo correndo vários riscos, optei por mantê-lo, até porque confio que o recorte efetuado consegue explicar que este é um estudo da vida em perspectiva das doenças e da morte na cidade São Paulo do século XIX.

Esboçada essa primeira delimitação, coube selecionar as diferentes e possíveis abordagens que se apresentavam no interior desse ainda grande universo. Não obstante o caminho que escolhi seria possível, por exemplo, uma análise tendo como objeto apenas as enfermidades, ou tão somente a morte. E tal perspectiva se colocou como bastante viável na medida em que distintos tratamentos poderiam ainda ser exercitadas. Expliquemos. A história do homem diante da morte é um campo que vem sendo explorado com certa frequência nos últimos anos, ao contrário daquele que leva em consideração a história das sociedades diante do morto. O mesmo ocorre com as doenças, pois a história das enfermidades, da saúde e da medicina tem alcançado relativo sucesso entre nós, ao contrário daquela que toma como objeto o próprio doente, sobretudo em períodos mais recuados. Seria então o caso de dizer que ficamos mais à vontade para tratar da morte do que dos mortos ou

---

não serão permitidas as instalações de anúncios de qualquer natureza, exceto quanto às placas de utilidade pública

mais das doenças do que dos doentes na história? Talvez, e sob esse aspecto, poderíamos até aventar a hipótese de que não é tanto das enfermidades que nos afastamos, mas sim dos enfermos; não da morte e sim dos mortos.

Questões instigantes, sem dúvida alguma, e que muitas vezes não se resolvem facilmente seja pela dificuldade de se estabelecer claramente uma definição da abordagem (algo que nos escapa e se embaralha o tempo todo pela pretensa sutileza das palavras), seja devido a um problema crucial que se nos apresenta, qual seja, o limite imposto pelas fontes. Fontes pesadas, amargas no mais das vezes, e talvez por isso mesmo os discursos que nos são mais compreensíveis tratam da morte e não dos mortos, das doenças e não dos doentes; de outra parte, muitas vezes pela familiaridade, disponibilidade ou facilidade com que são encontradas, as fontes recolhidas acabam por interferir na condução do estudo e, aí sim, corremos o risco de cair em algumas armadilhas como a de fazer da história da morte e das doenças a história de uma outra coisa, tangenciando o objeto.

Mas eis que enquanto um tema passível de análises históricas, a doença e a morte aqui tratadas em seu conjunto – podem ser consideradas como parte de uma trama, integrando e interagindo com a vida de pessoas num determinado tempo e espaço, incluídas numa rede social hierarquizada e, em decorrência, como locus privilegiado de conflitos e tensões. Em poucas palavras, foram a partir dessas premissas que tentei desenvolver o estudo.

E assim demarcado, o tema a que me propus estudar não poderia ocorrer apartado da época em que foi vivenciado e, nessa condição, necessário se fez inseri-lo num período em que estavam em jogo diversas experiências que envolviam a elaboração e a constante recriação de elementos simbólicos visando a explicação dessas fatalidades. Diante de um longo e intrincado processo que ora unia e ora distanciava diferentes conhecimentos sobre o mesmo assunto, pudemos verificar a atuação e a consolidação da medicina acadêmica sem, entretanto, desconsiderar outras experiências presentes no universo das curas populares. Incluídas na história, essas práticas que se forjaram nas fronteiras das doenças e da morte conseguiram desvendar parte de um mundo onde nem sempre o conhecimento médico prevaleceu enquanto portador da saúde, e isso nas diversas esferas de sua atuação. Mas não obstante outras questões que se fizeram presentes, destaco aqui uma grande preocupação que esteve subjacente a estas análises, ou seja, a minha estranheza diante de um contexto bastante exercitado na historiografia e que enfatiza uma certa incúria dos nossos antigos

---

quando previamente analisadas e aprovadas pelo Condephaat.

administradores em relação à saúde, às doenças e, em particular, diante das epidemias e no que respeita especialmente à prevenção dos males. Na tentativa de contrapor alguns novos argumentos para esta velha questão, tentei não desqualificar outros procedimentos e demonstrei que nem sempre a medicina acadêmica deteve o monopólio da saúde e, por isso, a cura das doenças (e até mesmo sua prevenção, que se quer original, mas que sempre existiu em diferentes bases como vimos) deveria ser buscada em outro lugar. Eis aqui um olhar diferenciado que se deve lançar ao passado quando o tema recair na história da saúde: a medicina, como visto, é apenas uma parte dela, nunca a sua totalidade. A prevalência de algumas terapias, por fim, redundou no desvanecer de outras e, principalmente, na desapropriação de tradições e conhecimentos, notadamente das classes populares.

Em seguida, procedemos a inclusão desse objeto na cidade, aqui tomada enquanto construção física num meio geográfico, mas também tendo em vista os hábitos e costumes mais salientes de seus moradores e que o meu olhar contemporâneo conseguiu identificar como prováveis causas de doenças e de morte. Nesse sentido, foi possível desvendar a cidade pelo viés da fatalidade, fosse ela percebida ou não pelos moradores. Nessa conjuntura, a revelação de alguns meandros que envolviam as enfermidades e a morte acabaram por explicitar que, nesse jogo, nem sempre as regras principais eram aquelas que diziam respeito ao estrito campo da saúde ou, em outras palavras, percebemos que sob seu manto outras vicissitudes se escondiam, notadamente aquelas que diziam respeito aos espaços que se demarcaram na cidade durante o século XIX.

Na acertada perspectiva dos autores que já trabalharam com este tema, a história da morte nos chega como marcada por silêncios, voluntários ou involuntários, mas sempre comprometedores. E esta é uma verdade que pude constatar, pois realmente as lacunas existem, graves em determinados momentos, o que nos obriga a uma meticulosa garimpagem, trabalho este muitas vezes extenuante e nem sempre coroado de êxitos. Mas, acredito ser esta uma história possível, e tanto que aqui pudemos ver uma parte dela.

E se considero “parte” é porque muitas outras análises estão ainda a espera de autores com outras preocupações, até porque diferentes abordagens podem ser tentadas levando em consideração outras perspectivas.

De qualquer forma, e não obstante a apropriação que cada leitor poderá fazer, gostaria de aproveitar essas últimas linhas para mencionar três momentos que considero particularmente como de interesse neste trabalho. O primeiro deles diz respeito a algo

bastante pontual (factual até), mas relevante para a história da saúde e da medicina no Brasil. Refiro-me aqui ao despontar da varíola em São Paulo e sobre a introdução da vacina jenneriana. Além das diversas outras enfermidades que se fizeram presentes na cidade, as fontes me indicaram que o pavor em torno das *bexigas* superava qualquer outro, e isso até as últimas décadas do século XIX. Diante da necessidade de melhor entender os caminhos dessa doença, recorri a outros estudos e percebi as dúvidas existentes quanto à introdução desse preservativo no Brasil e, mais ainda, em São Paulo. Nesse sentido, considero a datação desse momento em terras paulistas como algo de valor, pois dissipa dúvidas e certamente poderá servir a outros estudiosos do assunto.

O segundo momento refere-se aos cálculos demográficos efetuados e que resultaram nas tabelas de esperança de vida para o paulistano nas décadas de 1870 e 1880. Concordando com Jacques Revel e Jean-Pierre Peter de que apenas os números ou a restituição dos fatos mórbidos no tempo não são suficientes para fazer da morte um objeto da história, o fato é que nem mesmo esse levantamento sistemático nós possuíamos para São Paulo no período especificado. E aqui, é claro, abro um parêntesis para o estudo de Maria Luiza Marcílio que tratou com muita propriedade do tema numa época mais recuada (e por isso mais difícil ainda). O detalhamento conseguido para homens e mulheres, livres e escravos, certamente poderá subsidiar outras análises e não apenas aquelas que procedi em relação às “idades da vida”. Dois deles, por exemplo – e que me interessam sobremaneira – não puderam aqui se detalhados: o primeiro diz respeito à apreensão das medidas do tempo por parte das pessoas que tinham uma esperança de vida em torno dos 40 anos. Em outras palavras, tenho especial preocupação em verificar a expectativa de futuro e a medida do passado (com todas as suas possíveis implicações) para esses homens que viviam numa sociedade onde a morte se fazia presente em idades tão prematuras se comparadas com a atualidade. Nesse caso, a diferença de 30 anos que apontamos na esperança de vida entre nós e aquelas pessoas que viviam no século XIX poderia, de algum modo, alterar a percepção do tempo? Eis aqui uma questão que ainda tenho como embrionária. Ainda com relação ao tempo de vida, algo que me chama muito a atenção diz respeito à transmissão de conhecimentos entre as gerações, ou sobre a educação, poderíamos dizer. Nesse caso, como esse processo ocorria numa família onde os pais morriam cedo e quase nenhum era o contato das crianças com outros familiares como os avós? São estes, todavia, temas que dependem ainda de um prévio amadurecimento.

O terceiro aspecto que gostaria de destacar neste estudo diz respeito à tentativa que

procedi de incluir na história a morte mais do que silenciada de membros das classes menos favorecidas. Negros e brancos, livres ou escravos, fossem pobres ou indigentes, também eles viveram e morreram na cidade. Apartados na morte assim como tinham sido em vida (até porque sobre seus cadáveres pesavam os maiores temores), acredito ter conseguido uma relativa aproximação do meio e das condições em que as fatalidades ocorreram, e isso não obstante o grave limite imposto pelas fontes. Na continuidade, e já que todos os mortos requerem um sepultamento, necessário se fez verificar quais eram as práticas adotadas por esta parcela da população no que tange ao enterro. E foi justamente nesse momento (ou até considerando em conjunto os itens do último capítulo) que pudemos nos aproximar daquela abordagem antes citada e que toma como objeto o “homem diante do morto” e não da morte.

E considerando que a história da morte não termina com o fim da vida, posto que resta ainda um cadáver, um túmulo ou uma cova, bem como o cemitério, percebemos que esses elementos serão também manipulados, motivos de apropriações diversas, redundando num processo que fez prevalecer a *memória* de uns sobre os outros. Diante dos vários exemplos que citamos, uma conclusão nesse campo é a de que a morte (assim como a vida) não é igual e nem mesmo nesse momento ela serve para igualar seus membros. Muito pelo contrário, a hierarquização aqui se faz sentir com toda a sua força, resultando no desvanecer e supressão de determinadas memórias e na preservação de outras. Decerto que aqui nos referimos ao fato de que a morte e o morto servem igualmente como instrumentos para o exercício da política.

Visto dessa maneira, os nossos cemitérios perdem sua aura de espaços neutros e ganham outras perspectivas, ou seja, ele deve ser observado enquanto um território de lutas e conflitos, cheio de lembranças, mas mais repleto ainda de esquecimentos. Alguns deles simplesmente puderam ser suprimidos (como o dos Aflitos e o velho cemitério da Penha), outros ainda “expulsaram” de seu meio aqueles que não mereceriam mais ali estar (como no cemitério da Consolação e do Araçá). De fato, um dos últimos lances que assistimos neste velho jogo foi o ato de tombamento do cemitério da Consolação (justo, por sinal), mas sem qualquer menção ao do Braz.

Ao acompanhar esse processo relativamente recente na cidade de São Paulo, impossível não deixar de considerar o alerta de Vovelle, seja naquilo que toca especificamente aos estudo da morte, seja numa ampliação para o conhecimento de temas do nosso passado: o que sobressai são sempre os registros e as marcas das classes dominantes, e pouco – muito

pouco – para os demais. Por suposto que este processo que não termina no século XIX, e daí a intenção de preservar o rico e belo em detrimento de tantos outros também significativos ou, indo mais além, daqueles que estão fadados a desaparecer por completo na atualidade: os corpos dos pobres que hoje seguem para os cemitérios periféricos como os de Vila Formosa na zona leste da cidade, ou do Jardim São Luiz na zona sul. O processo seletivo de *memórias* e de tudo o mais que deve servir de marcas para o futuro continua a sua marcha.

Por fim, gostaria de destacar algo que perpassa todo este trabalho, ou seja, para além de seu caráter biológico, a doença e a morte devem ser entendidas enquanto fenômenos históricos e sociais, como parte de uma intrincada rede de relações e apropriações das mais diversas. A sua inserção na cidade de São Paulo, especialmente no século XIX, nos relevou essa posição, pois enquadradas num jogo dinâmico, percebemos que as muitas disputas não levavam em consideração apenas as regras que estavam estritamente a serviço da saúde. De fato, e ainda diante desse processo, percebemos que nem mesmo a morte é o fim de tudo, já que sua história continua.

### Crédito das ilustrações:

**Fig. 01** – “Testamento em causa mortis”, desenho de José Wasth Rodrigues, reproduzido de **Machado**, Alcântara; *Vida e Morte do bandeirante*; S.P.: Governo do Estado, Coleção Paulística, vol. XIII, 1978., p. 205.

**Fig. 02** – “Falecimento de Fernão Dias”, aquarela de José Wasth Rodrigues, reproduzido de **Calmon**, Pedro; *História do Brasil*, vol. II, R.J: Liv. José Olympio Ed., 1959, p. 779.

**Fig. 03** – Representação medieval dos “Quatro Temperamentos” ou Humores, reproduzido do sítio <http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/humores.htm>

**Fig. 04** – Sepultamento de Líbero Badaró: desenho original de Hercules Florence, pintura de A. Norfini, acervo do Museu Paulista da USP; reproduzido de **Martins**, Ana Luiza e **Barbuy**, Heloisa; *Arcadas – Largo de São Francisco, história da Faculdade de Direito da USP*; S.P.: Melhoramentos/Alternativa, 1999.

**Fig. 05** – “Pai Inácio”, original presente na obra de Frederico Carlos Hoehne, “O que vendem os ervanários na cidade de São Paulo”, reproduzido de **Bruno**, Ernani da Silva; *Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo*; 1984, Vol. III, p. 1.171.

**Fig. 06** – “Vendedoras de ervas medicinais”, postal da década de 1930, reproduzido de **Gerodetti** e **Cornejo** op. cit., p. 147.

**Fig. 07** – “Interior do Mercado”, postal de 1909, reproduzido de **Gerodetti**, João Emílio e **Cornejo**, Carlos; *Lembranças de São Paulo – a capital paulista nos cartões postais, álbuns de lembranças*; S.P.: Studio Flash Produções Gráficas, 1999, p. 144.

**Fig. 08** – “Velho convalescente”, **Debret**, Jean Baptiste, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*;, prancha nº 05.

**Fig. 09** – Parte do “Mapa da Capital da Província de São Paulo em 1877”, Fernando de Albuquerque e Jules Martin, reproduzido de “São Paulo Antigo – Mapas da Cidade”, Comissão do IV Centenário. Excluídos digitalmente deste mapa outras referências urbanas e deixadas somente as igrejas.

**Fig. 10** - Planta da Imperial Cidade de São Paulo, desenhada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa. Reproduzido de **Moura**, Paulo Cursino de; “São Paulo de Outrora”, S.P., Livraria Martins Editora, 1943.

**Fig. 11** – “Desenho por idea da cidade de São Paulo”, artista desconhecido, século XVIII. Original na

Biblioteca Nacional do R. J., reproduzido de **Reis**, Nestor Goulart; “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”, S.P., Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000.

**Fig. 12** - Gravura de Jean-Baptiste Debret. Reproduzido de **Moura**, Carlos Eugênio Marcondes de (org.); “Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX”, S.P., Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1998.

**Fig. 13** - Reproduzido de **Pontes**, José Alfredo Vidigal e **Mesquita Filho**, Ruy; “São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole”, S.P., OESP e Ed. Terceiro Nomes, 2003.

**Fig. 14** - Planta da Cidade de São Paulo, Henry B. Joyner, Cia. Cantareira e Esgotos, 1881, “São Paulo Antigo – Mapas da Cidade”, Comissão do IV Centenário.

**Fig. 15** - Foto de Militão Augusto de Azevedo. Reproduzido de **Lago**, Pedro Correa do, “Militão Augusto de Azevedo – São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Editora Capivara, 2001.

**Fig. 16** - Foto do atelier de G. Gaensly & Lindemann, reproduzido de **Toledo**, Benedito Lima de, “Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo”, S.P., Empresa das Artes, 1996.

**Fig. 17** - Foto de autor desconhecido. Reproduzido de “Cadernos de Fotografia Brasileira – São Paulo 450 Anos”, S.P., Instituto Moreira Salles, 2004.

**Fig. 18** - Planta da Cidade de São Paulo, Henry B. Joyner, Cia. Cantareira e Esgotos, 1881, “São Paulo Antigo – Mapas da Cidade”, Comissão do IV Centenário.

**Fig. 19** - Foto de Militão Augusto de Azevedo. Reproduzido de **Lago**, Pedro Correa do, “Militão Augusto de Azevedo: São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Ed. Capivara, 2001.

**Fig. 20** - Pintura de Jean-Baptiste Debret. Coleção João da Cruz Vicente de Azevedo, reproduzido de **Lago**, Pedro Corrêa do, “Iconografia Paulistana do século XIX”.

**Fig. 21** - Foto de Militão A. de Azevedo. Reproduzida de **Lago**, Pedro Corrêa do; “Militão Augusto de Azevedo: São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Ed. Capivara, 2001.

**Fig. 22** - Foto de Militão A. de Azevedo. Reproduzido de **Lago**, Pedro Corrêa do; “Militão Augusto de Azevedo: São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Ed. Capivara, 2001.

**Fig. 23** - Quadro de Benedito Calixto, “Inundação da Várzea do Carmo”, original no Museu Paulista da U.S.P., reproduzido de **Lago**, Pedro Corrêa do, “Iconografia Paulistana do século XIX”, S.P.: Metalivros, 1998

**Fig. 24** - Foto de Guilherme Gaensly. Reproduzido de **Toledo**, Benedito Lima de, “Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo”, S.P., Empresa das Artes, 1996.

**Fig. 25** - “Mapa da Capital da Província de São Paulo em 1877”, Fernando de Albuquerque e Jules Martin, reproduzido de “São Paulo Antigo – Mapas da Cidade”, Comissão do IV Centenário.

**Fig. 26** - Foto de Militão Augusto de Azevedo. Reproduzido de **Lago**, Pedro Correa do, “Militão Augusto de Azevedo – São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Editora Capivara, 2001.

**Fig. 27** - Desenho de Ângelo Agostini, reproduzido do jornal “O Cabrião”, ano I, nº 27 de 07/04/1867, p. 213. Edição fac-similar, S.P.: Editora ad Unesp e Imprensa Oficial, 2000.

**Fig. 28** - Foto de Marc Ferrez, Reproduzido de “Cadernos de Fotografia Brasileira – São Paulo 450 Anos”, S.P., Instituto Moreira Salles, 2004.

**Fig. 29** - Reproduzido de **Toledo**, Benedito Lima de, “Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo”, S.P., Empresa das Artes, 1996.

**Fig. 30** - Reproduzido de **Toledo**, Benedito Lima de, “Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo”, S.P., Empresa das Artes, 1996.

**Fig. 31** - Foto de Militão Augusto de Azevedo. Reproduzido de **Lago**, Pedro Correa do, “Militão Augusto de Azevedo – São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Editora Capivara, 2001.

**Fig. 32** - Reproduzido de **Pontes**, José Alfredo Vidigal e **Mesquita Filho**, Ruy; “São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole”, S.P., OESP e Ed. Terceiro Nomes, 2003.

**Fig. 33** - Reproduzido de **Pontes**, José Alfredo Vidigal e **Mesquita Filho**, Ruy; “São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole”, S.P., OESP e Ed. Terceiro Nomes, 2003.

**Fig. 34** - Palacete de D. Veridiana da Silva Prado; reproduzido de **Kossoy**, Boris; “São Paulo 1900”, S.P.: Livraria Kosmos, 1988.

- Fig. 35** – Dr. Orencio Vidigal; reproduzido do sítio [www.etscience.com.br/funerarias.html](http://www.etscience.com.br/funerarias.html)
- Fig. 36** – Antiga Rua do Quartel em 1860, foto de Militão A. de Azevedo, reproduzido de **Lago**, Pedro Correa do, “Militão Augusto de Azevedo – São Paulo nos anos de 1860”, R.J., Editora Capivara, 2001.
- Figs. 37, 38 e 39** – Reproduzido de **Lago**, Pedro Corrêa do, “Iconografia Paulistana do século XIX”, S.P.: Metalivros, 1998.
- Fig. 40** – “Bonde de Sant’Anna 1900”, reproduzido de **Campos**, Candido Malta et. al. (org.); “São Paulo Metrópole em trânsito”, S.P.: Prefeitura de São Paulo e Editora SENAC, 2004.
- Fig. 41** – Crianças na antiga Travessa de São Francisco em 1910: reproduzido de **Pontes**, José Alfredo Vidigal e **Mesquita Filho**, Ruy (org.); *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*; S.P.: OESP e Ed. Terceiro Nome, 2003, p. 86.
- Fig. 42** – “Jornaleiros”, foto de Marc Ferrez, reproduzido de *O Brasil de Marc Ferrez*; S.P.: Instituto Moreira Salles, 2005, p. 225
- Fig. 43** – “Morte de D. Pedro IV”, gravura de Nicolas-Eustache Maurin, reproduzido do sítio [www.arquenet.pt/portal/imagemsemanal/setembro0303.html](http://www.arquenet.pt/portal/imagemsemanal/setembro0303.html)
- Fig. 44** – Censo de 1872, Paróquia da Sé; imagem gentilmente cedida pelo IBGE, representação de São Paulo.
- Fig. 45** – D. Pedro II coroado (1841), original na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Reproduzido da revista “Nossa História”, ano 3, nº 26, dezembro de 2005, p. 16; Ed. Vera Cruz.
- Fig. 46** – Trabalhadores da mina de cal Olhos d’Água, reproduzido de **Donato**, Hernani; *100 anos da Melhoramentos: 1890-1990*; S.P.: Melhoramentos, p. 19
- Fig. 47** – Oficina Soler, de Francisco Soler; reproduzido do álbum *A Capital Paulista*, S.P.: ed. da Sociedade Editora Independência, S. Férez & C., 1922, p. 177
- Fig. 48** – Equipe de manutenção das locomotivas; reproduzido de **Donato**, Hernani op. cit., p. 53
- Fig. 49** – Trabalhadores na indústria de papel Melhoramentos, reproduzido de **Donato**, Hernani op. cit., p. 21.
- Fig. 50** – Pastifício Stefani de L. Stefani & C.; álbum *A Capital Paulista*, op. cit., p. 174
- Fig. 51** – “O jantar no Brasil”. Aquarela de **Debret**, Jean Baptiste Debret; *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, vol. I, p. 172, Prancha nº 7.
- Fig. 52** – Fotografia de Marc Ferrez, reproduzido de *O Brasil de Marc Ferrez*; S.P.: Instituto Moreira Salles, 2005
- Fig. 53** – Obra de Victor Frond, reproduzido de reproduzido de **Kossoy**, Boris e **Carneiro**, Maria Luiza Tucci; *O olhar europeu – o negro na iconografia brasileira do século XIX*; S.P.: Edusp. 1994.
- Fig. 54** – Fotografia de José Christiano de Freitas Jr. & Lissovsky, reproduzido de **Góes e Florentino**, In: **Del Priore** (2006) p. 187.
- Fig. 55** – Fotografia de José Christiano de Freitas Jr., reproduzido de **Kossoy** e **Carneiro** (1994), op. cit.
- Fig. 56** – Desenho de Ângelo Agostini, reproduzido do jornal “O Cabrião”, ano I, nº 03, 15/10/1866, p. 20. Edição fac-similar, S.P.: Editora ad Unesp e Imprensa Oficial, 2000.
- Fig. 57** – Acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade.
- Fig. 58** – Detalhe da “Planta da Cidade de São Paulo” de 1913 da Companhia Lithographica Hartmann-Reichenbach; acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.
- Fig. 59** – Detalhe da “Planta da Cidade de São Paulo” de 1924; acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.
- Fig. 60 e 61** – Fotos nºs. 16 e 43, respectivamente, do “Álbum Comparativo da cidade de São Paulo (1887-1894-1919)”, acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Títulos das fotos encontrados no original: “Manifestação à memória de Sadi Carnot, préstito dirigindo-se ao cemitério da Consolação – 1894” e “Inauguração do monumento a Sadi Carnot no cemitério da Consolação – 1894”
- Fig. 62** – Concepção de Reinaldo Ferreira a partir de um original de Ângelo Agostini publicado no jornal “Diabocoxo”, ed. fac-similar, S.P.: Edusp, 2005, p. 07.
- Fig. 63** – Aspecto da demolição do antigo edifício da Faculdade de Direito de São Paulo, foto do Escritório Severo & Vilares. Reproduzido de **Martins**, Ana Luiza e **Barbuy**, Heloisa; *Arcadas – Largo de*

*São Francisco, história da Faculdade de Direito da USP*; S.P.: Melhoramentos/ Alternativa, 1999., p. 81.

**Fig. 64 e 65** - Túmulo de Líbero Badaró no cemitério da Consolação; reproduzido de **Silva**, Nicolao Duarte; *“Líbero Badaró – contribuição para sua biografia”*; R.I.H.G.S.P., Vol. XXVIII, 1930, p. 465 e 493.

**Fig. 66** - Detalhe da “Planta da Cidade de São Paulo” de 1924; acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

**Fig. 67** - Projeto de loteamento da “Villa Guilherme Rudge”, na então freguesia da Penha de França; Arquivo Histórico Municipal, Plantas Avulsas, classificação “X.D: loteamentos”, planta X.D.8-B.

**Fig. 68** - Detalhe da “Planta da Cidade de São Paulo” de 1905; acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

**Fig. 69 e 70** - Carros funerários da empresa *Rodovallho Jr.*, imagens reproduzidas de “Serviço Funerário do Município de São Paulo”; *100 Anos de Serviço Funerário*; Prefeitura do Município de São Paulo, 1977, p. 09 e 13.

**Fig. 71** - Cemitério da Consolação em 1898. Original no acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade.

**Fig. 72** - Detalhe do Mapa Oficial da Cidade de 1855, acervo do Arquivo Histórico Municipal.

**Fig. 73** - Desenho de Ângelo Agostini, reproduzido do jornal “O Cabrião”, ano I, nº 06, 04/11/1866, p.48. Edição fac-similar, S.P.: Editora ad Unesp e Imprensa Oficial, 2000.

**Fig. 74** - Detalhes dos Mapas da Cidade de 1895 e 1925, Acervo do Arquivo Histórico Municipal.

## Fontes:

### Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”

#### Documentos manuscritos

##### **Atas da Câmara Municipal de São Paulo:**

Fundo CMSP/INTDM, Série ATAS	Vol. 0122, Cód. A.4.10	- 1897	
Vol. 0115, Cód. A.4.3	-1893	Vol. 0123, Cód. A.4.11	- 1897 a 1898
Vol. 0116, Cód. A.4.4	-1893 a 1894	Vol. 0124, Cód. A.4.12	- 1898 a 1899
Vol. 0117, Cód. A.4.5	-1894	Vol. 0125, Cód. A.4.13	- 1899
Vol. 0118, Cód. A.4.6	-1894 a 1895	Vol. 0126, Cód. A.4.14	- 1899 a 1900
Vol. 0119, Cód. A.4.7	-1895 a 1896	Vol. 0127, Cód. A.4.15	-1900
Vol. 0120, Cód. A.4.8	-1896	Vol. 0128, Cód. A.4.16	-1900 a 1901
Vol. 0121, Cód. A.4.9	-1896 a 1897		

##### **Série (Coleção) “Papéis Avulsos”: Fundo CMSP/INTM/PMSP**

	Vol. 13-1816 a 1817	Vol. 27 - 1828
Vol. 03-1800 a 1801	Vol. 14-1818 a 1819	Vols. 28 a 31-1829
Vol. 04-1802 a 1803	Vol. 15-1820	Vols. 32 a 34-1830
Vol. 05-1804 a 1806	Vol. 16-1821	Vols. 35 a 40-1831
Vol. 06-1807	Vols. 17/18-1822	Vols. 41 a 47-1832
Vol. 07-1808	Vol. 19 - 1823	Vols. 48 a 55-1833
Vol. 08-1809	Vol. 20 - 1824	Vols. 56 a 62-1834
Vol. 09-1810 a 1811	Vols. 21/22-1825	Vols. 63 a 70-1835
Vol. 10-1812	Vols. 23/24-1826	Vols. 71 a 75-1836
Vol. 11-1813 a 1814	Vol. 25 - 1827	Vols. 76 a 80-1837
Vol. 12-1815	Vol. 26 - 1827 a 1831	

Vols. 81 a 88-1838	Vols. 181 a 187-1859	Vols. 348 a 359-1880
Vols. 89 a 94-1839	Vols. 188 a 192-1860	Vols. 360 a 371-1881
Vols. 95 a 99-1840	Vols. 193 a 197-1861	Vols. 372 a 391-1882
Vols. 100 a 106-1841	Vols. 198 a 204-1862	Vols. 392 a 417-1883
Vols. 107 a 112-1842	Vols. 205 a 209-1863	Vols. 418 a 435-1884
Vols. 113 a 118-184	Vols. 210 a 211-1864	Vols. 436 a 460-1885
Vols. 119 a 124-1844	Vols. 212 a 217-1865	Vols. 461 a 477-1886
Vols. 125 a 128-1845	Vols. 218 a 223-1866	Vols. 478 a 505-1887
Vols. 129 a 132-1846	Vols. 224 a 227-1867	Vols. 506 a 536-1888
Vols. 133 a 136-1847	Vols. 228 a 230-1868	Vols. 537 a 569-1889
Vols. 137 a 141-1848	Vols. 231 a 239-1869	Vols. 570 a 606-1890
Vols. 142 a 147-1849	Vols. 240 a 245-1870	Vols. 607 a 632-1891
Vols. 148 a 152-1850	Vols. 246 a 257-1871	Vols. 633 a 666-1892
Vols. 153 a 157-1851	Vols. 258 a 261-1872	Vols. 667 a 706-1893
Vols. 158 a 161-1852	Vols. 262 a 273-1873	Vols. 707 a 764-1894
Vols. 162 a 164-1853	Vols. 274 a 286-1874	Vols. 765 a 830-1895
Vols. 165 a 168-1854	Vols. 287 a 297-1875	Vols. 831 a 976-1896
Vols. 169 a 174-1855	Vols. 298 a 310-1876	Vols. 977 a 1.071-1897
Vol. 175 - 1856	Vols. 311 a 325-1877	Vols. 1.072 a 1.181-1898
Vols. 176 a 177-1857	Vols. 326 a 337-1878	Vols. 1.182 a 1.336-1899
Vols. 178 a 180-1858	Vols. 338 a 347-1879	Vols. 1.337 a 1.496-1900

**Posturas Municipais:** Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série "Assuntos diversos"

Vol. 309, CM.1.38 - período de 1719 a 1753

Vol. 310, CM.1.39 - período de 1830 a 1873

Vol. 311, CM.1.40 - período de 1862

**Livros de Inumações (sepultamentos):** Fundo "Serviço Funerário Municipal"

Cemitério do Araçá: Vols. 33 a 37 - período de 04/07/1897 a 31/12/1900

Cemitério do Brás: Vols. 33 a 37 - período de 06/01/1893 a 31/12/1900

Cemitério da Consolação: Vols. 01 a 22 - período de 15/08/1858 a 31/12/1900

Cemitério da Lapa: Vol. 12 - período de 01/11/1918 a 08/03/1922

Cemitério da Penha: Vols. 17 a 19 - período de 10/04/1896 a 28/10/1916

**Documentos impressos**

**Atas da Câmara Municipal de São Paulo:** Documentação transcrita e publicada pela Prefeitura do Município de São Paulo, inicialmente sob a responsabilidade do "Arquivo Municipal" e, a partir da década de 1930, do então "Departamento de Cultura". Foram utilizados os seguintes volumes:

Vol. XX	1797 a 1809	Vol. XXXIV	1842 a 1843	Vol. XLVIII	1862
Vol. XXI	1809 a 1815	Vol. XXXV	1844 a 1845	Vol. XLIX	1863
Vol. XXII	1815 a 1822	Vol. XXXVI	1846 a 1847	Vol. L	1864
Vol. XXIII	1822 a 1826	Vol. XXXVII	1848 a 1849	Vol. LI	1865
Vol. XXIV	1826 a 1829	Vol. XXXVIII	1850 a 1851	Vol. LII	1866
Vol. XXV	1829 a 1830	Vol. XXXIX	1852	Vol. LIII	1867
Vol. XXVI	1831 a 1832	Vol. XL	1853 a 1854	Vol. LIV	1868
Vol. XXVII	1832 a 1834	Vol. XLI	1855	Vol. LV	1869
Vol. XXVIII	1835	Vol. XLII	1856	Vol. LVI	1870
Vol. XXIX	1836	Vol. XLIII	1857	Vol. LVII	1871
Vol. XXX	1837	Vol. XLIV	1858	Vol. LVIII	1872
Vol. XXXI	1838	Vol. XLV	1859	Vol. LIX	1873
Vol. XXXII	1839	Vol. XLVI	1860	Vol. LX	1874
Vol. XXXIII	1840 a 1841	Vol. XLVII	1861	Vol. LXI	1875

Vol. LXII	1876
Vol. LXIII	1877
Vol. LXIV	1878
Vol. LXV	1879
Vol. LXVI	1880
Vol. LXVII	1881
Vol. LXVIII	1882
Vol. LXIX	1883
Vol. LXX	1884
Vol. LXXI	1885
Vol. LXXII	1886
Vol. LXXIII	1887
Vol. LXXIV	1888
Vol. LXXV	1889
Vol. LXXVI	1890
Vol. LXXVII	1891
Vol. LXXVIII	1892
Vol. LXXIX	1893
Vol. s/n <sup>o</sup>	1896
Vol. s/ n <sup>o</sup>	1899
Vol. s/n <sup>o</sup>	1900
Vol. s/n <sup>o</sup>	1901
Vol. s/n <sup>o</sup>	1902
Vol. s/n <sup>o</sup>	1903

**Annaes da Câmara Municipal de São Paulo** - Documentação transcrita e publicada pela Prefeitura do Município e pela Câmara Municipal de São Paulo. Utilizados os seguintes exemplares:

Vol. s/nº- ano de 1904  
Vol. s/nº- ano de 1905  
Vol. s/nº- ano de 1906  
Vol. s/nº- ano de 1907  
Vol. s/nº- ano de 1908  
Vol. s/nº- ano de 1909  
Vol. s/nº- ano de 1910

**Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo** - Documentação transcrita e publicada pela Prefeitura do Município de São Paulo, inicialmente sob a responsabilidade do "Arquivo Municipal" e, a partir da década de 1930, do então "Departamento de Cultura". Utilizados os seguintes volumes:

Vol. XII	1796 a 1803	Vol. XXV	1835
Vol. XIII	1803 a 1808	Vol. XXVI	1836
Vol. XIV	1808 a 1813	Vol. XXVII	1837
Vol. XV	1814 a 1819	Vol. XXVIII	1838
Vol. XVI	1820 a 1822	Vol. XXIX	1839 a 1840
Vol. XVII	1822 a 1824	Vol. XXX	1841
Vol. XVIII	1824 a 1826	Vol. XXXI	1842
Vol. XIX	1826 a 1828	Vol. XXXII	1843
Vol. XX	1829 a 1830	Vol. XXXIII	1844 a 1845
Vol. XXI	1830 a 1831	Vol. XXXIV	1846 a 1851
Vol. XXII	1832	Vol. XXXV	1852
Vol. XXIII	1833	Vol. XXXVI	1853
Vol. XXIV	1834	Vol. XXXVII	1854 a 1856
		Vol. XXXVIII	1857 a 1863

**Relatório dos Intendentes e Prefeitos:** - Documentação transcrita e publicada pela Prefeitura do Município e pela Câmara Municipal de São Paulo. Foram utilizados os seguintes volumes:

1893 - Intendente Cesário Ramalho da Silva	publicado em	1894
1894 - Idem	publicado em	1895
1896 - Int. de Polícia e Hygiene, Dr. José Roberto Leite Penteado	publicado em	1897
1896 - Int. de Obras, Dr. Firmiano de Novaes Pinto	publicado em	1897
1897 - Int. de Finanças, Antonio Proost Rodovalho	publicado em	1898
1897 - Int. de Obras, Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim	publicado em	1898
1898 - Int. de Polícia e Hygiene, Dr. João Álvares de Siq. Bueno	publicado em	1899
1898 - Int. de Finanças, Antonio Proost Rodovalho	publicado em	1899
1899 - Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado	publicado em	1900
1900 - Idem	publicado em	1901
1901 - Idem	publicado em	1902
1902 - Idem	publicado em	1903
1903 - Idem	publicado em	1904
1904 - Idem	publicado em	1905
1905 - Idem	publicado em	1906
1906 - Idem	publicado em	1907
1907 - Idem	publicado em	1908
1908 - Idem	publicado em	1909
1909 - Idem	publicado em	1910
1910 - Prefeito Raymundo Duprat	publicado em	1911

**Legislação:**

Ordenações Filipinas, Livro IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985

Collecção das Leis do Império do Brasil: 1826 a 1829; Ouro Preto: Typ. De Silva, 1836  
\_\_\_\_\_ 1830 a 1831; Ouro Preto: Typ. De Silva, 1835  
\_\_\_\_\_ 1850; R.J.: Typographia Nacional, 1851  
Collecção Leis e Decretos do Estado de S. Paulo: 1894; Typ. do Diario Official, 1894  
Código de Posturas do Município de São Paulo: 1886; S.P.: P.M.S.P.-Depto. de Cultura, 1940

### **Iconografia:**

Coleção "São Paulo Antigo - Mapas da Cidade" de 1810 a 1897; S.P.: P.M.S.P. - Comissão do IV Centenário, 1954.

### **Arquivo do Estado de São Paulo:**

Coleção "Inventários e Testamentos", Volumes 01 ao 44.  
Coleção "Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo".  
Recenseamento Geral: 1872, quadros da Província de São Paulo.

### **Periódicos:**

"A Província de São Paulo" e "O Estado de São Paulo" - 1883-1900.  
"Correio Paulistano" 1855-1900.  
"Diário Popular" 1890-1910

### **Almanaques:**

"Indicador de São Paulo - Administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878"; publicado por Abílio A. S. Marques, Ed. Fac-similar, S.P.: IMESP / DAESP, 1983.  
"Almanach Litterario de São Paulo para o ano de 1879", publicado por José Maria Lisboa; Ed. Fac-similar; S.P.: Governo do Estado e Instituto Histórico e Geográfico de S.P., s/data.

### **Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo:**

Annaes do Parlamento Brasileiro: 1834; R.J.: Typographia H. J. Pinto, 1879  
\_\_\_\_\_: 1835; idem  
\_\_\_\_\_: 1836; idem  
\_\_\_\_\_: 1837; idem  
\_\_\_\_\_: 1838; idem  
\_\_\_\_\_: 1839; idem  
\_\_\_\_\_: 1840; R.J.: Typographia da viúva Pinto & Filho, 1884

### **Biblioteca Mário de Andrade:**

Câmara dos Deputados - Falla do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889; R.J.: Imprensa Nacional, 1889.

*"A declaração da maioridade de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II, desde o momento em que essa Idea foi aventada no corpo Legislativo até o acto de sua realização"*, R.J.: Typographia da Associação do Despertador, 1840, s/ autor.

### **Arquivo Dom Duarte - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo**

Livros de Registros de Casamentos da Paróquia da Sé: 1868 a 1890 (04 volumes)  
Livros de Registros de Casamentos da Paróquia do Braz: 1889 a 1898 (01 volume)  
Livros de Registros de Casamentos da Paróquia de Santa Ifigênia: 1893 a 1899 (03 Volumes)

### **Fontes primárias impressas: viajantes, memorialistas e correlatos.**

**Americano**, Jorge; *São Paulo naquele tempo 1895-1915*; S.P.: Edições Saraiva, 1957.

**Azevedo**, Manuel Antonio Álvares de; *Obras Completas*, vol. II, Org. Homero Pires; S.P.: Cia. Editora Nacional, 1942.

**Beyer**, Gustavo; *Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil, e que há pouco foi ocupada*; Trad. de Alberto Lofgren, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XII, 1907, p. 275 a 329.

**Bonavides**, Paulo e **Amaral**, Roberto (orgs.); *Textos Políticos da História do Brasil*; Brasília, Ed. do Senado Federal, 2002

**Bueno**, Francisco de Assis Vieira; *A Cidade de São Paulo: Recordações evocadas de memória*; S.P.: Biblioteca da Academia de Letras, vol. 2, Gráfica Canton Ltda., 1976.

**Burton**, Sir Richard Francis; *Viagens aos planaltos do Brasil*; S.P., Cia. Ed. Nacional, 1983.

**Cabrião** - Semanário humorístico editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis, 1866-1867 - Edição fac-similar - Introdução de Délio Freire dos Santos; S.P.: Editora da Unespe e Imprensa Oficial do Estado, 2000.

**D'Alincourt**, Luiz; *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*; Biblioteca Histórica Paulista, Vol. VIII, direção de Afonso de E. Taunay; S.P.: Livraria Martins, 1953.

**Debret**, Jean Baptiste; *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*; Vols. I e II, S.P.: Livraria Martins Editora, s/d.

**Denis**, Ferdinand; *Brasil (1816-1831)*; Trad. João Etienne Filho e Malta Lima; S.P.: Edusp e Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

**Diabocoxo**; Semanário humorístico editado por Luis Gama e Ângelo Agostini, 1864-1865 - Edição fac-similar, S.P.: Edusp, 2005.

**Edmundo**, Luiz; *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*; R.J.: Imprensa Nacional, 1932.

**Ewbank**, Thomas; *A vida no Brasil*, Trd. De Homero de Castro Jobim, R.J.: Editora Conquista, 1973.

**Kidder**, Daniel Parish; *Reminiscências de viagem e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*; Trad. Moacyr N. Vasconcelos, S.P.: Livraria Martins, 1951.

**Koseritz**, Carl von; *Imagens do Brasil*; Tradução: Afonso Arinos de Melo Franco, B.H.: Itatiaia e S.P.: Edusp, 1980.

**Leite**, Serafim S.I. (org.); *Cartas do primeiros jesuítas do Brasil*; Vols. I, II e III; S.P.: Prefeitura do município, Comissão do IV Centenário, 1954.

**Luccock**, John; *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil - 1808 a 1818*, S.P.: Livraria Martins, 1951.

**Penteado**, Jacob; *Belenzinho 1910 - relatos de uma época*; S.P.: Livraria Martins Editora, 1962

**Nogueira**, J. L. de Almeida; *A Academia de São Paulo - Tradições e reminiscências, estudantes, estudantões e estudantadas*; S.P.: Typ. Vanorden, 1907.

**Sampaio**, Teodoro; *São Paulo no século XIX*; S.P.: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e Editora Vozes, 1978.

**Saint-Hilaire**, Auguste; *Viagem à Província de São Paulo*; Trad. Rubens Borba de Moraes; S.P.: Livraria Martins Editora, 1945.

**Seidler**, Carl; *Dez anos de Brasil*, Trad. Bertoldo Klinger, S.P.: Livraria Martins, 1951.

**Souza**, Everardo Vallim Pereira de; *Reminiscências Acadêmicas 1887-1891, Metamorfose da Paulicéia Provinciana em grande metrópole*; IN: Moura, Carlos Eugênio Marcondes (org.), "Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX"; S.P.: Ed. da Unesp e Imprensa Oficial do Estado, 1999.

**Spix**, Johann Baptist von; *Viagem pelo Brasil: 1817-1820 / Spix e Martius*; Vol. I, Trad. Lucia Furquim Lahmeyer; S.P.: Edusp e M.G.: Itatiaia, 1981.

**Tschudi**, J. J. V; *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, S.P.: Edusp e B.H.: Itatiaia, 1980.

**Zaluar**, Augusto Emílio; *Peregrinação pela Província de São Paulo: 1860-1861*; Biblioteca Histórica Paulista, Vol. II, direção de Afonso de E. Taunay; S.P.: Livraria Martins, 1953.

### **Literatura:**

**Azevedo**, Manuel Antonio Álvares de; *Noite Na Taverna e Macário*; S.P.: Editora Três, 1973.

**Balzac**, Honoré de; *A mulher de trinta anos*; S.P.: Martin Claret, 2004.

**Guimarães**, Bernardo Joaquim da Silva, *Rosaura a Enjeitada*; Tomo I e II, R.J. e Paris: Livraria Garnier, 1914.

**Machado**, Antonio de Alcântara; *Brás, Bexiga e Barra Funda*; S.P.: Martin Claret, 2004. Esta edição inclui também do mesmo autor *Laranaja da China*.

## **Bibliografia - Sobre São Paulo:**

**Ab´Sáber**, Aziz Nacib; *O sítio urbano de São Paulo*; In: “A cidade de São Paulo, Estudos de geografia urbana”, coordenação de Aroldo de Azevedo, S.P., Cia Editora Nacional, 1958.

**Amaral**, Antonio Barreto do; “*Dicionário de História de São Paulo*”; S.P.: Governo do Estado, Coleção Paulística vol. XIX, 1980.

**Andrews**, George Reid; *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*; Bauru (SP): Edusc, 1998

**Angrimani**, Danilo; *Vila Clementino*, Coleção História dos Bairros de São Paulo, Vol. 25,; S.P.: P.M.S.P./S.M.C., 1999.

**Arroyo**, Leonardo; *As Igrejas de São Paulo*; R.J.: José Olympio, 1954.

**Barros**, Gilberto Leite de; *A Cidade e o Planalto*; vols. I e II; S.P.: Martins Fontes, 1967.

**Blaj**, Ilana; *A Trama das Tensões – O processo de Mercantilização de São Paulo Colonial 1681-1721*, S.P.: Fapesp-Humanitas FFLCH/USP, 2002.

**Bruno**, Ernani da Silva; *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vols. I, II e III; S.P.: Hucitec – P.M.S.P./S.M.C, 1984.

**Cadernos de Fotografia Brasileira – São Paulo 450 Anos**, S.P., Instituto Moreira Salles, 2004.

**Camargo**, Luís Soares de; *O Morro e a Chácara do Chá na história de São Paulo*; In: *Revista Histórica*, Arquivo do Estado de São Paulo, nº 13; S.P.: Imprensa Oficial do Estado, 2004.

**Camargo**, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira; *A Igreja na História de São Paulo*, S.P.: Cúria Metropolitana, 1953, Vols. VI e VII.

**Campos**, Alzira Lobo de Arruda; *Casamento e família em São Paulo colonial*, S.P.: Paz e Terra, 2003

**Campos**, Candido Malta; **Gama**, Lucia Helena e **Sachetta**, Vladimir (org.); *São Paulo Metrópole em trânsito - percursos urbanos e culturais*; S.P.: P.M.S.P./Senac, 2004

**Casal**, Manuel Aires de; *Corografia brazilica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*; B.H: Itatiaia e S.P.: Edusp, 1976.

**Dias**, Maria Odila Leite Silva; *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*; S.P.: Brasiliense, 1984.

**Domingues**, Petrônio José; *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930*; In: *Estudos Afro-Asiáticos* Ano 24, nº 3, 2002, pp. 563-599.

**Egas**, Eugenio; *Galeria dos Presidentes de São Paulo – Período Monárquico 1822-1889*, vol. I; S.P.: Governo do Estado, 1926.

**Fausto**, Boris; *Crime e Cotidiano – A criminalidade em São Paulo (1180-1924)*; S.P.: Edusp, 2001.

**Ferreira**, Antonio Celso; **Luca**, Tânia Regina de e **Iokoi**, Zilda Gricoli (org.); *Encontros com a História – percursos históricos e historiográficos de São Paulo*; S.P.: Ed. da Unesp, 1999.

**Ferreira**, Manoel Rodrigues; *As repúblicas municipais no Brasil (1532-1820)*; S.P.: P.M.S.P. e S.M.C., 1980.

**Fonseca**, Padre Manuel da; *Vida do venerável padre Belchior de Pontes (1753)*; S.P.: Ed. Melhoramentos, s/d.

**Franco**, Francisco de Assis Carvalho; *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*; S.P.: Comissão do IV Centenário, P.M.S.P., 1954.

**Freitas**, Affonso A. de; *Tradições e Reminiscências Paulistanas*; S.P.: Livraria Martins Editora, 1955.

**Freitas**, Affonso A. de; *A imprensa periódica de São Paulo*; In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, 1915.

- Guimarães**, Olmária; *O Papel das Feiras-Livres no Abastecimento de São Paulo*; S.P.: USP, Instituto de Geografia, 1969, série "Teses e Monografias", nº 02.
- Homen**, Maria Cecília Naclério; *Higienópolis – grandeza e decadência de um bairro paulistano*; S.P.: P.M.S.P. e S.M.C., 1980.
- Lago**, Pedro Correa do, "Militão Augusto de Azevedo – São Paulo nos anos de 1860", R.J., Editora Capivara, 2001.
- Lago**, Pedro Corrêa do, "Iconografia Paulistana do século XIX"; S.P.: Metalivros, 1998.
- Leonzo**, Nanci; *As companhias de ordenanças na Capitania de São Paulo – das origens ao governo do Morgado de Matheus*; In: Coleção Museu Paulista, série de História, Vol. 6; S.P.: Museu Paulista/USP, 1977.
- Leite**, Aureliano; *Pequena História da Casa Verde*; S.P.: Elvino Pocal Ed., 1940
- Machado**, Alcântara; *Vida e morte do bandeirante*; S.P.: Governo do Estado, Coleção Paulística, vol. XIII, 1978.
- Martins**, Ana Luiza e **Barbuy**, Heloisa; *Arcadas – Largo de São Francisco – História da Faculdade de Direito da USP*; S.P.: Melhoramentos/ Alternativa, 1999.
- Martins**, Antonio Egídio; *São Paulo Antigo 1554-1910*; S.P.: Conselho Estadual de Cultura, s/ data.
- Marques**, Gabriel da Silva; *Ruas e tradições de São Paulo*; S.P.: Conselho Estadual de Cultura; 1966.
- Marx**, Murillo; *Nosso chão, do sagrado ao profano*; S.P.: Edusp, 1989.
- Melo**, Luís Correia de; *Dicionário de autores paulistas*, S.P.: Comissão do IV Centenário, 1954.
- Memória Urbana - A Grandeza de São Paulo até 1940**; Vol. I, S.P.: Arquivo do Estado de São Paulo e EMPLASA, 2001
- Menezes**, Raimundo de; *São Paulo de nossos avós*; S.P.: Editora Saraiva, 1969
- Menezes**, Raimundo de; *Coisas que o tempo levou*; Fortaleza, 1938
- Monteiro**, John Manuel; *Negros da terra – índios e bandeirantes na origem de São Paulo*; S.P. Cia das Letras, 1995.
- Morse**, Richard M.; *De comunidade à metrópole – biografia de São Paulo*; Trad. Maria Ap. Madeira Kerberg; S.P.: Comissão do IV Centenário, P.M.S.P., 1954.
- Moura**, Carlos Eugênio Marcondes de (org.); *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX*, S.P., Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- Moura**, Paulo Cursino de; *São Paulo de outrora, evocações da metrópole*; S.P.: Livraria Martins Editora, 1954.
- Nogueira**, J. L. de Almeida; *A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências – Estudantes, Estudantões e Estudantadas*; S.P.: Typ. Vanorden & Co., 1907
- Pontes**, José Alfredo Vidigal e **Mesquita Filho**, Ruy; *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*, S.P., OESP e Editora Terceiro Nomes, 2003.
- Porta**, Paula (org.); *História da cidade de São Paulo*, Vols. 1, 2 e 3; S.P.: Paz e Terra, 2004.
- Porto**, Antonio Rodrigues; *História urbanística da cidade de São Paulo 1554-1988*; S.P.: Carthago & Fortes, 1992.
- Prado Junior**, Caio; *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de S. Paulo*, In: Revista do Arquivo Municipal, Vol. XIX; S.P.: P.M.S.P. /Departamento de Cultura, 1936.
- Reis**, Nestor Goulart; "Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial", S.P., Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fapesp, 2000.

- Ribeiro**, José Jacintho; *Cronologia Paulista*, vol. I; S.P.: Governo do Estado, Gráfica do Diário Oficial, s/ data
- Rolnik**, Raquel; *A cidade e a lei – legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*; S.P.: Fapesp/Stúdio Nobel, 1997.
- Salgado**, César; *O Pátio do Colégio, história de uma igreja e de uma Escola*; S.P.: P.M.S.P., 1976.
- Sant’Anna**, Denise Bernuzzi de, *São Paulo das águas*, Tese de Livre-Docência, Depto. De História da Faculdade de Ciências Sociais, P.U.C.-S.P.: 2004
- Santos**, Carlos José Ferreira dos; *Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza (1890-1915)*; S.P.: Annablume, 2003.
- Schwarcz**, Lilia Moritz; *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*; S.P.: Cia das Letras, 1987.
- Sesso Júnior**, Geraldo; *Retalhos da velha São Paulo*; S.P.: OESP – Maltese, 1986.
- Silva**, Janice Theodoro; *São Paulo 1554-1880, discurso ideológico e organização espacial*; S.P.: Editora Moderna, 1984.
- Simões Jr.**, José Geraldo; *Anhangabaú - histórico e urbanismo*. S.P.: SENAC-SP e Imprensa Oficial do Estado, 2004.
- Stiel**, Waldemar Corrêa; *História dos transportes coletivos em São Paulo*; S.P.: Edusp e Editora McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- Stiel**, Waldemar Corrêa; *Ônibus – uma história do transporte coletivo e do desenvolvimento urbano no Brasil*; S.P.: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.
- Taunay**, Affonso de E.; *História colonial de São Paulo no século XIX, 1801-1822*; vol. III; S.P.: P.M.S.P, 1956.
- Taunay**, Affonso de E.; *História da cidade de São Paulo sob o Império 1822-1831*; vol. IV; S.P.: P.M.S.P, 1956.
- Taunay**, Affonso de E.; *História da cidade de São Paulo sob o Império 1831-1842*; vol. V; S.P.: P.M.S.P, 1961.
- Taunay**, Affonso de E.; *História da cidade de São Paulo sob o Império 1842-1854*; vol. VI; S.P.: P.M.S.P, 1977.
- Taunay**, Affonso de E.; *História da cidade de São Paulo no século XVIII, segundo tomo*; S.P.: s/ data.
- Taunay**, Affonso de E.; *História da vila de São Paulo no século XVIII (1701-1711)*; S.P.: s/ data.
- Taunay**, Affonso de E.; *Antigos aspectos paulistas*; S.P.: Diário Oficial, 1927.
- Toledo**, Benedito Lima de; *São Paulo: três cidades em um século*; S.P.: Duas Cidades, 1983.
- Toledo**, Benedito Lima de, “Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo”, S.P., Empresa das Artes, 1996.
- Toledo**, Roberto Pompeu de; *A capital da solidão - uma história de São Paulo das origens a 1900*; R.J.: Editora Objetiva, 2003.
- Vitor**, Manoel; *São Paulo de antigamente*; S.P.: Grafistyl Editora, 1976

## Demografia e estatística (geral e São Paulo, textos técnicos e teóricos)

**Anuario Estatístico do Brazil 1908-1912**; R.J.: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Typ. da Estatística, 1916.

**Antunes**, José Leopoldo Ferreira; *Crescei e multiplicai-vos: desenvolvimento social, coeficientes de natalidade e transição demográfica no município de São Paulo, Brasil, séries temporais para 1901-94*; IN: Revista Brasileira de Epidemiologia, 1998.

**Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1940**, S.P.: Depto. Estadual de Estatística, 1941.

**Bacci**, Massimo Livi; *500 anos de demografia brasileira: uma resenha*, Trad. Maria Silvia C. B. Bassanezi; In: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, nº 1, jan./jun. 2002, pp. 142-159.

**Besson**, Jean-Louis (org.); *A ilusão das Estatísticas*"; Trad. Emir Sader, S.P.: Unesp, 1995.

**Burgière** André; *A demografia*, In: **Lê Goff**, Jacques e **Nora**, Pierre; *História novas abordagens*; R.J.: Livraria Francisco Alves Ed., 1995.

**Carvalho**, José Alberto Magno de e **Garcia**, Ricardo Alexandrino; *O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico*; In: Cad. Saúde Pública; jun. 2003, vol.19, no.3, p.725-733.

**Fundação SEADE**; *Mortalidade e sobrevivência no Estado de São Paulo*; Coleção "Informe Demográfico" nº 26; S.P.: SEADE, Gov. do Estado, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1994.

**Fundação SEADE**; *Tendências Demográficas - reestruturação produtiva*; Revista "São Paulo em Perspectiva", Vol. 10, nº 2; S.P.: SEADE, Gov. do Estado, Secretaria de Economia e Planejamento, 1996.

**Fundação SEADE**; *Estatísticas públicas e cidadania*; Revista "São Paulo em Perspectiva", Vol. 17, nºs 3-4; S.P.: SEADE, Gov. do Estado, Secretaria de Economia e Planejamento, 2003.

**Fundação João Pinheiro (FJP)** e **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**, *Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida* (construção dos indicadores e índices publicados no "Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil", 1998); UNDP-United Nations Development Programme, disponível no sítio: <http://undp.org.br/>

**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, *Projeção da População no Brasil, Parte 1, níveis e padrões da mortalidade no Brasil à luz dos resultados do censo 2000*; disponível no sítio: <http://www.ibge.gov.br/>

**Marcilio**, Maria Luiza; *A cidade de São Paulo, povoamento e população 1750-1850*; S.P.: Pioneira/Edusp, 1973.

**Marcilio**, Maria Luiza (org.); *Demografia histórica - orientações e técnicas metodológicas*; S.P.: Livraria Pioneira Editora, 1977.

**Marcilio**, Maria Luiza; *A população do Brasil em perspectiva histórica*; In: **Costa**, I. Del N. da (org.) *Brasil: História econômica e demográfica*; S.P.: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986, p. 11 a 27.

**Oliveira**, Jane Souto de; *Brasil mostra tua cara: Imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*; R.J.: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003

**Santos**, Lair L. F.; **Levy**, Maria Stella Ferreira e **Szmrecsányi**, Tamás (org.); *Dinâmica da população - teoria, métodos e técnicas de análise*; S.P.: T. A. Queiroz Editor, 1991.

**Silva**, Joaquim Norberto de Souza e; *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império - Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil e recenseamentos do Brasil, 1920*; S.P.: IPE-USP, edição fac-similar, 1986.

**Szwarcwald**, Celia L. e **Castilho**, Euclides A. de. *Os caminhos da estatística e suas incursões pela epidemiologia*; In: Cad. Saúde Pública; jan./mar. 1992, vol.8, no.1, p.5-21.

**Waldvogel**, Bernadette Cunha (coord. geral); *São Paulo outrora e agora - informações sobre a*

*população da capital paulista, do século XIX ao XXI*; SP.: Fundação SEADE, Secretaria de Economia e Planejamento, Gov. do Estado, 2004.

**Yazaki**, Lúcia Mayumi; *Causas de morte e esperança de vida ao nascer no Estado de São Paulo*; S.P.: SEADE, Governo do Estado, 1990.

## **Medicina, higiene, saúde, morte, religiosidade e correlatos (geral, Brasil e São Paulo):**

- Almeida**, Luiz Sávio de; *Alagoas nos tempos do cólera*; S.P.: Ed. Escrituras, 1996
- Almeida**, Luiz Castelo de; *Agonia, Morte e Sepultura em São Paulo de 1722 a 1822*; In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. LXXIII, 1977.
- Amaral**, Antonio Barreto do; *O Cemitério dos Aflitos – A Capela dos Aflitos*; In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. LXXIII, 1977.
- Antunes**, José Leopoldo Ferreira; *Medicina, Leis e Moral – Pensamento médico e comportamento no Brasil 1870-1930*; S.P.: Ed. da Unesp, 1999.
- Antunes**, José Leopoldo Ferreira et al. (org.); *Instituto Adolfo Lutz – 100 anos do Laboratório de Saúde Pública*; S.P.: Letras & Letras, 1992.
- Antunes**, José Leopoldo Ferreira; **Waldman**, Eliseu Alves e **Moraes**, Mirtes de; *A tuberculose através do século: ícones canônicos e signos do combate à enfermidade*; In: Ciênc. Saúde Coletiva, 2000, vol. 5, nº 2, p. 367-379.
- Andrade**, Mário de; *Namoros com a medicina*; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- Araújo**, Alceu Maynard; *Alguns ritos mágicos: abusões, feitiçarias e medicina popular*; In: Revista do Arquivo Municipal, vol. CLXI, 1958, p. 39 a 162.
- Ariés**, Philippe; *História da Morte no Ocidente*; Trad. Pedro Jordão; Lisboa: Teorema, 1989.
- Ariés**, Philippe; *O Homem perante a morte*, Vols. I e II; Trad. Ana Rabaça; Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- Ariés**, Philippe; *História social da criança e da família*; Trad. Dora Flaksman; R.J.: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.
- Aulete**, F. J. Caldas; *Diccionario contemporâneo da Língua Portuguesa*; Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925.
- Ayres**, José Ricardo de Carvalho Mesquita; *O problema do conhecimento verdadeiro na epidemiologia*; In: Rev. Saúde Pública; junho 1992, vol. 26, nº 3, p. 206-214.
- Ayres**, José Ricardo de Carvalho Mesquita; *Interpretação histórica e transformação científica: a tarefa hermenêutica de uma teoria crítica da epidemiologia*; In: Rev. Saúde Pública.; agosto 1994, vol. 28, nº 4; p. 311-319.
- Ayres**, José Ricardo de Carvalho Mesquita; *Elementos históricos e filosóficos para a crítica da epidemiologia*; In: Rev. Saúde Pública; abril 1993, vol.27, nº 2; p. 135-144.
- Badinter**, Elisabeth; *O Amor incerto – História do Amor maternal do século XVII ao século XX*; Trad. Miguel Serras Pereira; Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2000.
- Barata**, Rita Barradas; *Cem anos de endemias e epidemias*; In: Ciênc. Saúde coletiva, 2000, vol. 5, no. 2, p. 333-345. ISSN 1413-8123.
- Barreto**, Maria Leticia Fonseca; *Admirável mundo velho – velhice, fantasia e realidade social*, S.P.: Ática, Coleção Ensaio nº 135, 1992.
- Batista**, Henrique Sérgio de Araújo; *Assim na Morte como na Vida – Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)*, Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.
- Baudrillard**, Jean; *A Troca Simbólica e a Morte*; Trad. João Gama; Lisboa: Edições 70, 1996.
- Beauvoir**, Simone de; *A velhice*; Trad. Heloysa de Lima Dantas; S.P.: Difusão Européia do Livro, 1970.
- Beirão**, Maria Fernanda S. Farinha e **Castro**, Edson Olivari (org.); *Vi da, Morte e Destino*; S.P.: Cia Ilimitada, 1992.

- Becker, Daniel;** *O que é adolescência*; S.P.: Brasiliense/Círculo do Livro, s/d.
- Beltrão, Jane Felipe;** *Cólera: o flagelo da Balem do Grão-Pará*; Belém: UFPA, 2004
- Benchimol, Jaime Larry;** *Febre Amarela – A doença e a vacina, uma história inacabada*; R.J.: Ed. Fiocruz, 2001.
- Benchimol, Jaime Larry;** *A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil*. In: *Ciênc. saúde coletiva*; 2000, vol. 5, nº 2; p. 265-292.
- Bernard, Jean;** *Esperança e Sabedoria da Medicina*; Trad. Roberto Leal Ferreira; S.P.: Ed. da Unesp, 1998.
- Braet, Herman e Verbeke, Wener;** *A Morte na Idade Média*, Trad. Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira e Maria Clara Cescato; S.P.: Edusp, 1996.
- Breihl, Jaime;** *Epidemiologia: Economia, Política e Saúde*; Trad. Luiz Roberto de Oliveira (coord.); S.P.: Ed. da Unesp – Hucitec, 1991.
- Brinceño-Leon; Roberto;** *Las ciencias sociales y la salud: un diverso y mutante campo teórico*; In: *Ciênc. saúde coletiva*; 2003, vol. 8, nº 1; p. 33-45.
- Cabral, Oswaldo;** *A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*; In: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CLX, 1957.
- Cabral, Oswaldo R.,** *Medicina, Médicos e charlatões do passado*; Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- Camargo, Luís Soares de;** *Sepultamentos em São Paulo: 1800-1858*; Tese de Mestrado apresentada na PUC-SP., 1995.
- Camargo, Luís Soares de;** *Corpos excluídos e indesejáveis*; In: *Cadernos do CEOM - Universidade Comunitária de Chapecó, S.C.; Chapecó: Argos, 2002.*
- Campos, Adalgisa Arantes;** *A morte, a mortificação e o heroísmo: o homem comum e o santo na Capitania das Minas*; IN: *Revista do FAC, Publicação do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) Universidade Federal de Ouro Preto Número 2 - Dezembro de 1995, p. 05 a 12.*
- Caponi, Sandra;** *Entre miasmas y microbios: la vivienda popular higienizada*; In: *Cad. Saúde Pública*; nov./dez. 2002, vol. 18, nº 6, p. 1665-1674.
- Cardoso, Maria Helena Cabral de Almeida e Gomes, Romeu;** *Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva*; *Cad. Saúde Pública*; abr./jun. 2000, vol. 16, nº 2, p. 499-506.
- Carneiro, Clauco;** *O Poder da Misericórdia – A Santa Casa de São Paulo*, vol. I e II; S.P.: Press Grafic Editora, 1986.
- Carollo, Cassiana Lacerda;** *Cemitério Municipal São Francisco de Paula – Monumento e Documento*; Curitiba: Prefeitura Municipal, Casa Romário Martins, 1995.
- Carvalho, Márcia Siqueira de e Zequim, Maria Angelina;** *Doenças infecto-contagiosas relacionadas às carências habitacionais na cidade de Londrina – Paraná (Brasil)*; In: *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VII, no. 146 (113), 1 de agosto de 2003.*
- Chalhoub, Sidney;** *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*; S.P.: Cia das Letras, 1996.
- Chalhoub, Sidney et al. (org.);** *Artes e ofícios de curar no Brasil*, Campinas: Unicamp, 2003.
- Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão;** *Diccionario de medicina popular*; Paris: Em Casa do Autor, 3ª edição, 1862, Vols. I, II e III.
- Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão;** *Formulário e guia médico*; Paris: Livraria de R. Roger e F. Chernoviz, 18ª edição, 1908.

- Chammé**, Sebastião Jorge; *Corpo e Saúde: inclusão e exclusão social*; In: Revista Saúde e Sociedade; S.P.: Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, Vo.11, nº 02, agosto/dezembro de 2002.
- CID-10** - Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde, 10ª ed. Revisão; S.P., EDUSP, 1994
- Cutolo**, Silvana e **Rocha**, Aristides Almeida; *Reflexões sobre o uso de águas residuárias na cidade de São Paulo*; In: Revista Saúde e Sociedade; S.P.: Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, Vo.11, nº 02, agosto/dezembro de 2002.
- Chiavenato**, Júlio José, *A Morte – uma abordagem sociocultural*; S.P.: Ed. Moderna, 1998.
- Corbin**, Alain; *Saberes e Odores – O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*; S.P.: Cia das Letras, 1987.
- Corbin**, Alain; *Uma história quase impossível*, entrevista à **Sant’Anna**, Denise Bernuzzi de, In: “Projeto História” nº 19 – Campo/Cidade; S.P.: Educ, PUC-SP., 1999.
- Costa**, Jurandir Freire; *Ordem médica e norma familiar*, R.J.: Graal, 1983.
- Costa**, Nilson do Rosário; *Lutas Sanitárias e Controle Urbano*, R.J.: Vozes, 1985.
- Cymbalista**, Renato; *Cidade dos vivos*; S.P.: Annablume e Fapesp, 2002.
- Debert**, Guita Grin; *A reinvenção da velhice – socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*; S.P.: Edusp/Fapesp, 1999.
- Del Priore**, Mary (org.); *História das crianças no Brasil*; S.P.: Ed. Contexto, 2006.
- Dichtchekian**, Maria Fernanda S.F.B. (og.); *Vida e Morte*; S.P.: Cia Ilimitada, 1988.
- Dicionário da Língua Portuguesa**; Publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793.
- Diehl**, Astor Antonio; *Cultura historiográfica – Memória, identidade e representação*; Bauru, Edusc, 2002.
- Diniz**, Ariosvaldo da Silva; *Epidemia: História epistemológica e cultural de um conceito*; In: Revista “Política e Trabalho”, nº 15, Universidade Federal da Paraíba, programa de Pós Graduação em Sociologia, 1999.
- Donzelot**, Jacques; *A Polícia das famílias*; R.J.: Graal, 1986.
- Drumond Jr.**, Marcos; *Vida e Morte em São Paulo*; S.P.: Brasiliense, 2002.
- Duby**, Georges; *Ano 1000, ano 2000 – na pista de nossos medos*; Trad. Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório; S.P., Ed. Unesp, 1998.
- Eduardo**, Anna Rachel Baracho e **Ferreira**, Ângela Lúcia de Araújo; *As topografias médicas no Brasil do início do século XX: aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN)*; S.P.: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, disponível no sítio: <http://www.anppas.org.br/>
- Elias**, Norbert; *Sobre o tempo*; Trad. Vera Ribeiro; R.J., Jorge Zahar Editor, 1998
- Elias**, Norbert; *A solidão dos moribundos e Envelhecer e morrer*; Trad. Plínio Dentzien; R.J.: Zahar Editores, 2001.
- Engel**, Magali; *Meretrizes e doutores – Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro 1840-1890*; S.P.: Brasiliense, 1989.
- Farina**, Duílio Crispim; *Medicina no planalto de Piratininga*; S.P.: Soc. Imprensa Pannartz, 1981.
- Fernandes**, Tania; *Vacina antovariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jennneriana à animal)*; In: Revista História, Ciências Saúde-Manguinhos; R.J.: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz; Vol. VI, número 1, março/junho 1999, p. 29 a 51
- Fernandes**, Tania; *Imunização antovariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e*

- revacinação; In: Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos; R.J.: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz; Vol. X, supl. 2, 2003, p. 461 a 474.
- Fonseca**, José de; *Diccionario da Língua Portuguesa*; Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1848.
- Foucault**, Michel; *O nascimento da clínica*; Trad. Roberto Machado, R.J.: Ed. Forense Universitária, 1994.
- Freitas**, Marcos Cezar de (org.); *História social da infância no Brasil*; S.P.: USF/Ed. Cortez, 1997.
- Gaeta**, Maria Ap. Junqueira Veiga; *A cultura clerical e a folia popular*; IN: Revista Brasileira de História, Vol. 17 nº 34; S.P.: 1997.
- Giumbelli**, Emerson; *O Cuidado dos mortos*; R.J.: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1995.
- Gomes**, Fabíola Zioni e **Adorno**, Rubens de C.F.; *Crescimento e desenvolvimento na prática dos serviços de saúde: revisão histórica do conceito de criança*; Rev. Saúde Pública; junho 1990, vol.24, no.3, p.204-211. ISSN 0034-8910.
- Guedes**, Sandra Paschoal Leite de Camargo; *Atitudes perante a morte em São Paulo*; Dissertação de mestrado apresentado à FFLCH-USP, 1986.
- Henriques**, Luis Manuel da Graça; *“Representações Sociais da Saúde, da Doença e dos Praticantes da Arte Médica nos Provérbios em Língua Portuguesa”*, Lisboa, 2000, disponível no site [www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos74.html](http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos74.html).
- Herson**, Bella; *Cristãos novos e seus descendentes na medicina brasileira 1500-1850*; S.P.: Edusp, 1996
- Hochman**, Gilberto; *A era do saneamento – as bases da política de saúde pública no Brasil*; S.P.: Hucitec/ Anpocs, 1998.
- Homem**, João Vicente Torres; *As febres do Rio de Janeiro – estudo clínico*; R.J.: Lopes do Couto & C. Editores, 1886, 2ª edição.
- Iyda**, Massako; *Cem anos de saúde pública – a cidadania negada*; S.P.: Ed. da Unesp, 1993.
- Kastenbaum**, Robert e **Aisenberg**, Ruth; *Psicologia da morte*; Trad. Adelaide Petters Lessa, S.P.: Edusp, 1983.
- Kehl**, Renato e **Monteiro**, Eduardo; *Diccionario popular de medicina de urgência*; S.P. e R.J.: Weiszflog Irmãos, 1919.
- Koguruma**, Paulo; *A saracura: ritmos sociais e temporalidades da metrópole do café (1890-1920)*. In: Revista Brasileira de História, S.P.: v. 19, nº 38, 1999, p. 81-99.
- Kübler-Ross**, Elisabeth; *Sobre a morte e o morrer*; Trad. Paulo Menezes, S.P.: Martins Fontes, 1996.
- Langaard**; Theodoro J. H.; *Dicionário de medicina doméstica e popular*; R.J.: Eduardo e Henrique Laemmert, 1865, Vols. I, II e III.
- Laqueur**, Thomas W., *Corpos, detalhes e narrativa humanitária*; In: **Hunt**, Lynn (org.); *A nova história cultural*; Trad. Jefferson Luis Camargo; S.P.: Martins Fontes, 1992.
- Laurenti**, Ruy; *Análise da informação em saúde: 1893-1993, Cem anos da Classificação Internacional de Doenças*, In: Revista de Saúde Pública, vol. 25, nº 06, S.P., Dezembro de 1991.
- Le Goff**, Jacques; *As doenças têm história*; Trad. Laurindo Bom; Lisboa: Terramar, 1985.
- Lessa**, Claudia; *Trabalhando com a morte*; S.P.: Scarpitta Editora, 1995.
- Levi**, Giovanni e **Schmitt**, Jean-Claude (org.); *História dos jovens*; trad. Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria Lúcia Machado; S.P.: Cia das Letras, 1996.
- Levi**, Guido Carlos e **Kallás**, Esper Georges; *Variola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente de bioterrorismo*; In: Revista da Associação Médica Brasileira, vol. 48, nº 04, São Paulo, Out./Dez. 2002.

- Lima**, Bernardo de e **Bacellar**, Me´Lo; *Diccionario da Língua Poortugueza*; Lisboa: na Officina de José de Aquino Bulho, 1783.
- Lima**, Nísia Trindade e **Hochman**, Gilberto; *Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são ... Discurso médico-sanitário e interpretação do país*; In: *Ciênc. Saúde coletiva*, 2000, vol. 5, no. 2, p. 313-332.
- Lima**, Tania Andrade; *Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX*; In: *História Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. II, nº 3, 1996, p. 44-96.
- Loureiro**, Altair Macedo Lahud; *A velhice, o tempo e a morte*; Brasília: UNB, 1998.
- Loureiro**, Maria Amélia Salgado; *Origem histórica dos cemitérios*; S.P.: P.M.S.P., 1977.
- Luz**, Madel Therezinha; *Medicina e ordem política brasileira – políticas e instituições de saúde: 1850-1930*; R.J.: Graal, 1982.
- Luz**, Madel Therezinha; *Duas questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil republicano*; In: *Ciênc. saúde coletiva*; 2000, vol.5, no.2, p.293-312. ISSN 1413-8123.
- Machado**, Roberto et alii; *Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*; R.J.: Graal, 1978.
- Marcilio**, Maria Luiza; *História social da criança abandonada*; S.P.: Hucitec, 1998.
- Martins**, Roberto de Andrade; *Tradição e inovação na microbiologia: Lemaire e os miasmas*; In: **Alves**, Isidoro Maria e **Garcia**, Elena Moraes (eds.), “Anais do VI Seminário de História da Ciência e da Tecnologia”; R.J.: Sociedade Brasileira de História e Ciências, 1997.
- Melo-Filho**, Djalma A. de; *Repensando os desafios de Ulisses a Fausto: a saúde, o indivíduo e a história*; In: *Cad. Saúde Pública*; jan./mar. 1995, vol. 11, nº 1, p.5-20.
- Mesgravis**, Laima; *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1599-1884*; S.P.: Conselho Estadual de Cultura e Imprensa Oficial do Estado, 1976.
- Miziara**, Rosana; *Nos rastros dos restos – as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*; S.P.: Fapesp/Educ, 2001.
- Morin**, Edgar; *O homem e a morte*; Trad. João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues; Lisboa: Publicações Europa/ América, 1970.
- Moura**, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; *Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha*; In: *Revista Brasileira de História*, vol. 19, nº 37, S.P., 1999.
- Nascimento**, Dilene Raimundo do e **Carvalho**, Diana Maul de (orgs.); *Uma história brasileira das doenças*; Brasília: Paralelo 15, 2004.
- Nascimento**, Dilene Raimundo do; **Carvalho**, Diana Maul de e **Marques**, Rita de Cássia; *Uma história brasileira das doenças Vol. 2*; R.J.: Mauad X, 2006
- Néri**, Anita Liberalesso (org.); *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*; Campinas: Papirus, 2001.
- Nunes**, Everardo Duarte; *Sobre a história da saúde pública: idéias e autores*; In: *Ciênc. saúde coletiva*; 2000, vol.5, no.2, p.251-264.
- Pagoto**, Amanda Aparecida; *Do âmbito do sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo 1850-1860*; S.P.: Arquivo do Estado, 2004.
- Passetti**, Edson; *O que é menor*; S.P.: Brasileiense/Círculo do Livro, s/d.
- Patte**, Pierre; *Memórias sobre os objetos mais importantes de Arquitetura*, Genebra, Monokoff Reprint, 1973; Edição facsimilar do original impresso em Paris em 1769 - tradução de Ivone Salgado e Beatriz P. Siqueira Bueno para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Curso de

- Especialização em Urbanismo Moderno e Contemporâneo) P.U.C. - Campinas s/ data.
- Pedrosa**, Israel; *Da cor à cor inexistente*; R.J.: Leo Christiano Editorial Ltda., 2002
- Pimenta**, Tânia Salgado; *Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX*, In: Cadernos CEDES, Vol. 23, nº 59; Campinas: Unicamp, 2003
- Pimenta**, Tânia Salgado; *Transformações no exercício de das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos*; In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. 11, suppl. 1; R.J.: 2004
- Pereira Neto**, André de Faria; *Tornar-se cientista: o ponto de vista de Bruno Latour*; In: Cad. Saúde Pública; jan./mar. 1997, vol.13, no.1, p.109-118.
- Porter**, Roy; *História do corpo*; In: **Burke**, Peter; *A Escrita da História*, Trad. Magda Lopes, S.P.: Ed. da Unesp, 1992.
- Polisuk**, Júlio e **Goldfeld**, Sylvio; *Pequeno dicionário de termos médicos*; S.P.: Editora Atheneu, 2002.
- Priore**, Mary Del (org.); *História das mulheres no Brasil*; S.P.: Ed. da Unesp/Contexto, 1997.
- Rago**, Margareth; *Do cabaret ao lar – a utopia da cidade disciplinar 1890/1930*; R.J.: Paz e Terra, 1985.
- Rego**, Rita de Cássia Franco, **Barreto**, Maurício L. e **Killinger**, Cristina Larrea. *O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano*. In: Cad. Saúde Pública; nov./dez. 2002, vol.18, no.6, p.1583-1591.
- Reis**, João José; *A morte é uma festa*; S.P.: Cia das Letas, 1991.
- Revel**, Jacques e **Peter**, Jean-Pierre; *O corpo – o homem doente e a sua história*; In: **Le Goff**, Jacques e **Nora**, Pierre; *História – novos objetos*; Trad. Terezinha Marinho; R.J.: Francisco Alves, 1995.
- Ribeiro**, Raimundo Donato do Prado; *A utopia da cidade asséptica – Piracicaba 1829/1872*; Dissertação de Mestrado em História apresentado na PUC-SP., 1995.
- Ribeiro**, Maria Alice Rosa; *História sem fim ... inventário da saúde pública*; S.P.: Unesp, 1993.
- Ribeiro**, Márcia Moisés; *A ciência dos trópicos – a arte médica no Brasil do século XVIII*; S.P.: Hucitec, 1997.
- Rodrigues**, Claudia; *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*; R.J.: Prefeitura do Município do R. J.; Coleção Biblioteca Carioca, 1997.
- Rodrigues**, Jaime; *De costa a costa – Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*; S.P.: Cia. das Letras, 2005.
- Romero**, Mariza; *Medicalização da saúde e exclusão social*; Bauru.: Edusc, 2002.
- Rosen**, George; *Da polícia médica à medicina social*; R.J. Graal, 1980.
- Rosen**, George; *Uma história da saúde pública*; Trad. Marcos Fernandes da Silva Moreira; S.P.: Ed. da Unesp/Hucitec/Abrasco; 1994.
- Russel-Wood**, A. J. R.; *Fidalgos e filantropos – a Santa Casa da Misericórdia da Bahia 1550-1755*; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
- Salles**, João Alberto de; *Como o clima da província de S. Paulo influe sobre o caráter de seus habitantes*; In: “Almanach Litterario de S. Paulo para 1880”; Ed. fac-similiar, Gov. do Estado de S. Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de S.P., s/ data, p. 173 a 187.
- Sanjad**, Nelson; *Cólera e medicina ambiental no manuscrito 'Cholera-morbus' (1832), de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852)*, In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos - vol.11 nº 3, Rio de Janeiro Set./Dez. 2004.
- Sant’Anna**, Denise Bernuzzi de (org.); *Políticas do corpo*; S.P.: Estação Liberdade, 1995.
- Sant’Anna**, Denise Bernuzzi de; *Corpos de passagem - ensaios sobre a subjetividade contemporânea*;

S.P.: Estação Liberdade, 2001.

**Santo Agostinho**, José Maria de; *A verdadeira religião e O cuidado devido aos mortos*; Trad. de Nair de Assis Oliveira, S.P.: Paulos, 2002 (coleção Patrística, vol. 19).

**Santos Filho**, Lycurgo; *História geral da medicina brasileira*; S.P.: Edusp, 1991

**Scarano**, Julita; *Devoção e escravidão: a irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos no distrito de Diamantina no século XVIII*; S.P.: Conselho Estadual de Cultura / Cia. Editora Nacional, 1975.

**Scmidt**, Jean-Claude; *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*; Trad. Maria Lucia Machado, S.P.: Cia das letras, 1999.

**Schwarcz**, Lilia Moritz; *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil*; S.P.: Cia das Letras, 2005.

**Schwartz**, Stuart B. e **Pécora**, Alcir; *As excelências do governador – o panegírico fúnebre de D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia 1676)*; S.P.: Cia das Letras, 2002.

**Sennett**, Richard; *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*; Trad. Marcos Aarão Reis, R.J.: Ed. Record, 1997.

**Serviço Funerário do Município de São Paulo**; *100 anos de serviço funerário*; S.P.: P.M.S.P., Secretaria de Serviços e Obras, 1977.

**Sevalho**, Gil; *Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença*; In: Cad. Saúde Pública; jul./set. 1993, vol.9, no.3, p.349-363. ISSN 0102-311X.

**Sheppard**, Dalila de Souza; *A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940*, In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. VIII (1), p. 173 a 192.

**Silva**, Antonio de Moraes; *Diccionário da Língua Portuguesa*; Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

**Silva**, Jarbas Barbosa e **Barros**, Marilisia Berti Azevedo; *Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história*; Revista Panam. Salud Publica, dez. 2002, vol. 12, nº 6, p. 375-383.

**Silva**, Luiz Jacintho; *O controle das epidemias no Brasil e sua história*, In: Revista Ciência e Cultura vol. 55, nº 01, S.P., jan/mar 2003.

**Soares**, Marcio de Souza; *“Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”*, In: Revista “História Ciências Saúde – Manguinhos”, Vol. VIII, nº 02, Julho/Agosto 2001, p. 407 a 438.

**Sournia**, Jean-Charles e **Ruffie**, Jacques; *As epidemias na história dos homens*; Trad. Joel Goes, Lisboa: Edições 70, 1986.

**Souza**, Laura de Mello e; *O diabo e a terra de Santa Cruz*; S.P.: Cia das Letras, 2005.

**Sposati**, Aldaisa de Oliveira (org.); *A secretaria de higiene e saúde da cidade de São Paulo, história e memória*; S.P.:P.M.S.P./S.M.C., 1985.

**Stasi**, Luiz Cláudio (org.); *Plantas medicinais: arte e ciência*; S.P.: Ed. da Unesp, 1996.

**Teixeira**, Luiz Antonio; *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916*; R.J.: Ed. Fiocruz, 1995

**Teixeira**, Luiz Antonio; *As febres paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: uma controvérsia entre porta-vozes de diferentes saberes*; In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. 11 (suplemento 1): 41-66, 2004. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Ministério da Saúde.

**Teixeira**, Luiz Antonio e **Almeida**, Marta de; *Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida*; In: Ver. História, Ciências, Saúde – Manguinhos; R.J. Fundação Oswaldo Cruz, Casas de Oswaldo Cruz, 2003, Vol. 10, supl. 2., p. 475 a 498.

**Telarolli Jr.**; Rodolpho; *Poder e saúde- as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*; S.P.: Ed. da Unesp, 1996

- Thomas**, Louis-Vincent; *Antropologia de la muerte*; México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- Toledo**, Marcelo de Almeida; *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*; S.P.: Imprensa Oficial do Estado, 1975.
- Vailati**, Luiz Lima; *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*; Tese de Doutorado, Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, U.S.P., 2005
- Valladares**, Clarival do Prado; *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*; R.J.: MEC - Conselho Federal de Cultura e Departamento de Imprensa Nacional, 1972, 2 Volumes.
- Venâncio**; Renato Pinto; *Famílias abandonadas - Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador séculos XVII e XIX*; S.P.: Papirus, 1999.
- Vigarello**, Georges; *O limpo e o sujo - uma história da higiene pessoal*; Trad. Monica Stahel, S.P.: Martins Fontes, 1996.
- Vigarello**, Georges; *A história e o modelo dos corpos*; In: *Pró-Posições*, revista da Faculdade de Educação da Unicamp, vol. 14, 2003.
- Vigarello**, Georges; *O trabalho dos corpos e do espaço*; Trad. Yara Aun Khoury, In: *Projeto História* nº 13, Educ/PUC-SP., 1996.
- Willema**, Emílio, *Comunidade com mortos*; In: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. L; S.P.: Departamento de Cultura, 1938.
- Whitrow**, Gerald James; *O tempo na história*; Trad. Maria Luiza X. De A. Borges; R.J., Jorge Zahar Editor, 1993.
- Whitrow**, Gerald James; *O que é tempo? Uma visão clássica sobre a natureza do tempo*; R.J., Jorge Zahar Editor, 2005.
- Wolff**, Egon e Frieda; *Breve histórico da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo*; R.J.: edição dos autores, 1989.

### **Bibliografia geral:**

- Arendt**, Hannah; *"A Condição Humana"*; Trad. Roberto Raposo; R.J.: Ed. Forense Universitária, 2004.
- Argan**, Giulio Carlo; *"História da Arte como História da Cidade"*; Trad. Píer Luigi Cabra; S.P.: Martins Fontes, 1992.

- Áries**, Philippe; *História Social da Criança e da Família*; Trad. Dora Flaskman, R.J.: Guanabara, 1981
- Áries**, Philippe; e **Duby**, Georges (org.); *História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença*"; vol. II, Trad. Maria Lúcia Machado; S.P.: Cia das Letras, 1995 e vol. III, "*da Resnascença ao Século das Luzes*"; Trad. Hildegard Feist; S.P.: Cia das Letras, 1995.
- Bhabha**, Homi; *O Local da Cultura*, Trad. Myriam Avila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Glaucia Renate Gonçalves; B.H.: Ed. UFMG, 1998.
- Bicalho**, Maria Fernanda; *A cidade e o Império - o Rio de Janeiro no século XVIII*; R.J.: Civilização Brasileira, 2003.
- Boltanski**, Luc; *As Classes Sociais e o Corpo*; Trad. Regina A. Machado, R.J.: Graal, 1989.
- Bollème**, Geneviève, *O Povo por Escrito*, S.P.: Martins Fontes, 1988.
- Bosi**, Alfredo; *Dialética da Colonização*; S.P.: Cia das Letras, 1992.
- Bossy**, John; *A Crisandade no Ocidente 1400/1700*; Trad. Maria Amélia Silva; Lisboa: Edições 70, 1990.
- Bourdè**, Guy e **Hervè**, Martin; *As Escolas Históricas*; Trad. Ana Rabaça; Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.
- Bresciani**, Maria Stella (org.); *Imagens da Cidade, séculos XIX e XX*; S.P.: Marco Zero - ANPUH/SP - Fapesp, 1994.
- Bresciani**, Maria Stella e **Naxara**, Márcia (org.); *Memória e (Res)sentimento - Indagações sobre uma questão sensível*; S.P.: Ed. da Unicamp,
- Burke**, Peter; *A Escrita da História*, Trad. Magda Lopes, S.P.: Ed. da Unesp, 1992.
- Calmon**, Pedro; *História do Brasil*; R.J. José Olympio Ed., 1959.
- Canclini**, Nestor García; *Culturas Híbridas - Estratégias para entrar e sair da modernidade*, Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa P. Cintrão; S.P.: Edusp,
- Canetti**, Elias; *Massa e Poder*; Trad. Sergio Tellaroli; S.P.: Cia das Letras, 1995.
- Candido**, Antonio; *Os parceiros do Rio Bonito*; S.P.: Livraria Duas Cidades, 1979.
- Carvalho**, José Murilo de; *A Formação das Almas - O imaginário da República no Brasil*, S.P.: Cia das Letras, 1995.
- Certau**, Michel; *A invenção do cotidiano*, vol. I, *Artes de Fazer*; Trad. Ephraim Ferreira Alves; R.J.: Ed. Vozes, 2002.
- Certau**, Michel; **Giard**, Luce e **Mayol**, Pierre; *A invenção do cotidiano*, vol. 2 *Morar, cozinhar*; Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth; R.J.: Ed. Vozes, 2002.
- Chalmers**, Alan; *A fabricação da ciência*, Trad. Beatriz Sidou; S.P.: Ed. da Unesp, 1994
- Chartier**, Roger; *A História Cultural entre práticas e representações*, Trad. Maria Manuela Galhardo; Lisboa: Difel, 1990.
- Chaunu**, Pierre; *A história como ciência social*; R.J.: Zahar Editores, 1976.
- Chaunu**, Pierre; *Cultura Popular - revisando um conceito histórico*; In: "Estudos Históricos", vol. 8, nº 16, "Cultura e História Urbana", R.J.: 1995
- Chesneaux**, Jean; *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre História e historiadores*, S.P.: Ática, 1995.
- Corbin**, Alain; *História dos tempos livres*; Lisboa: Teorema, 2001
- Darnton**, Robert; *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*; Trad. Sonia Coutinho; R.J.: Graal, 1996.
- Deleuze**, Gilles; *Conservações 1972-1990*; Trad. Peter Pal Pelbart; R.J.: Ed. 34 e Nova Fronteira, 1996.
- Dias**, Maria Odila Leite Silva; *A interiorização da metrópole e outros estudos*; S.P.: Alameda Casa

Editorial, 2005.

**Diniz**, Maria Helena; *Curso de Direito Civil Brasileiro*; S.P.: Ed. Saraiva, 2001.

**Dosse**, François; *História em migalhas*, Trad. Dulce A. Silva Barros; S.P.: Ensaio e Ed. Unicamp, 1992.

**Farina**, Duílio Crispim; *Doença e Morte da primeira imperatriz do Brasil*; In: Boletim da Academia Paulista de História, Março de 1997.

**Fenelon**, Déa Ribeiro; *O historiador e a cultura popular: História de classe ou história do povo?*; In: História & Perspectivas nº 6; Uberlândia: U.F.U, 1992.

**Ferraz**.Márcia Helena Mendes; *As ciências em Portugal e no Brasil 1772-1822*; S.P.: Fapesp/Educ, 1997.

**Foucault**, Michel; *Microfísica do poder*, Trad. Roberto Machado; R.J.: Graal, 1982.

**Foucault**, Michel; *Vigiar e punir*; Trad. Ligia P. Vassallo; Petrópolis: Vozes, 1983.

**Foucault**, Michel; *Os anormais*; Trad. Eduardo Brandão; S.P.: Martins Fontes, 2001.

**Foucault**, Michel; *A verdade e as formas jurídicas*; R.J.: PUC-RJ., 1996

**França**, Mário Ferreira; *A Doença que vitimou Dona Leopoldina*, In: "D. Pedro I e Dona Leopoldina perante a História: vultos e fatos da Independência", S.P., Instituto Histórico e Geográfico, 1972

**Franco**, Maria Sylvia de Carvalho; *Homens Livres na ordem escravocrata*; S.P.: Ed. da Unesp, 1997.

**Freyre**, Gilberto; *Casa-Grande & Senzala*; S.P.: Livraria José Olympio Editora, 1950.

**Galanti**, P. Raphael M.; *História do Brasil*; S.P.: Duprat & Comp.; 1913

**Gardiner**, Patrick; *Teorias da História*; Trad. Vitor Matos Sá; Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

**Ginzburg**, Carlo; *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*; Trad. maria Betânia Amoroso, S.P.: Cia das Letras, 1995

**Ginzburg**, Carlo; *Mitos, emblemas, sinais - morfologia e história*; Trad. Frederico Carotti; S.P.: Cia das Letras, 1991.

**Ginzburg**, Carlo; *Os andarilhos do bem - feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVIII*; Trad. Joanatas Batista Neto; S.P.: Cia das Letras, 1990.

**Habermas**, Jürgen; *Mudança estrutural da esfera pública*; Trad. Flávio R. Koyhe; R.J.: Tempo Brasileiro, 1984.

**Hoggart**, Richard; *As utilizações da cultura - aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*; Trad. Maria do Carmo Cary, vols. I e II; Lisboa: Editorial Presença, 1973.

**Holanda**, Sérgio Buarque de; *Monções*; R.J.: Casa do Estudante, 1945.

**Holanda**, Sérgio Buarque de; *Caminhos e fronteiras*; R.J.: Livraria José Olympio, 1975.

**Hunt**, Lynn (org.); *A nova história cultural*; Trad. Jefferson Luis Camargo; S.P.: Martins Fontes, 1992.

**Huyssen**, Andréas; *Seduzidos pela memória*; Trad. Sergio Alcides; R.J.: Universidade Cândido Mendes e Aeroplano Editora, 2000.

**Kaiser**, Glória; *Leopoldina, Princesa da Áustria, Imperatriz do Brasil: um diário imperial 01/12/1814 Viena, 05/11/1817 Rio de Janeiro*; Trad. Celeste Aída Noronha Rodrigues Galeão; no prelo.

**Latour**, Bruno; *Jamais fomos modernos*; Trad. carlos Irineu da Costa; R.J.: Ed. 34 e Nova Fronteira, 1994.

**Le Goff**, Jacques; *História e Memória*; Trad. Irene Ferreira Bernardo e Suzana Ferreira Borges; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

**Le Goff**, Jacques; *História nova*; Trad. Eduardo Brandão; S.P.: Martins Fontes, 1990.

- Le Goff**, Jacques; *História e Memória*; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992
- Le Goff**, Jacques e **Nora**, Pierre (org.); *História – novas abordagens*; Trad. Henrique Mesquita; R.J.: Francisco Alves, 1995.
- Le Goff**, Jacques e **Nora**, Pierre (org.); *História – novos objetos*; Trad. Terezinha Marinho; R.J.: Francisco Alves, 1995.
- Le Goff**, Jacques e **Schmitt**, Jean-Claude; *Dicionário Temático do Ocidente medieval*; Bauru-SP.; Edusc, 2006.
- Lepetit**, Bernard e **Salgueiro**, Heliana Angotti (org.); *Por uma nova história urbana*; Trad. Cely Arena; S.P.: Edusp.
- Lopreato**, Christina Roquette; *O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil*; In: Revista Verve, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP., Núcleo de Sociabilidade Libertária, nº 3, Abril de 2003, p. 75 a 91
- Lynch**, Kevin; *A imagem da cidade*; Trad. Maria Cristina Tavares Afonso; S.P.: Martins Fontes, 1980.
- Magnoli**, Demétrio; *O corpo da pátria - imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*; S.P.: Ed. da Unesp, 1997.
- Marcílio**, Maria Luiza; *História da escola em São Paulo e no Brasil*; S.P.: Imprensa Oficial e Instituto Fernando Braudel, 2005.
- Mauro**, Frédéric; *O Brasil no tempo de D. Pedro II – a vida cotidiana*; S.P.: Cia das Letras, 1991.
- Monteiro**; Washington de Barros; *Curso de Direito Civil*; S.P.: Ed. Saraiva, 2001.
- Morse**, Richard M.; *O espelho de próspero – cultura e idéias nas Américas*; Trad. Paulo Neves; S.P.: Cia das Letras, 1988.
- Novaes**, Fernando e **Souza**, Laura de Mello e(org.); *História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa (vol. I) e A corte e a modernidade nacional (Vol. II)*; S.P.: Cia das Letras, 1997.
- Oberacker Jr.**, Carlos H.; *A princesa Leopoldina*, R.J.: Conselho Federal de Cultura e Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973.
- Paiva**, Eduardo França; *Escravos e libertos nas Minas Gerias do século XVII – estratégias de resistência através dos testamentos*; S.P.: Anna Blume, 1995.
- Pechman**, Robert Moses (org.); *Olhares sobre a cidade*; R.J.: Editora da UFRJ, 1994.
- Prado Júnior**, Caio; *Evolução política do Brasil*; S.P.: Brasiliense, 1980.
- Reis**, João José e **Silva**, Eduardo; *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*; S.P.: Cia das Letras, 1989.
- Revel**, Jacques (org.); *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*; Trad. Dora Rocha; R.J.: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
- Roncayollo**, Marcel; *Cidade*; In: Região, Enciclopédia Einaudi, vol. 8; Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- Sarlo**, Beatriz; *Paisagens Imaginárias - Intelectuais, arte e meios de comunicação*; Trad. Rubia Prates Goldoni e Sergio Molina; ; S.P.: Edusp, 1997.
- Secreto**, Maria Verônica; *Sem medida: revoltas no nordeste contra as medições imperiais*; Brasília: Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003, disponível no sítio [www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_105.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_105.pdf)
- Sennett**, Richard; *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*; Trad. Lygia Araújo Watanabe; S.P., Cia das Letras, 1988.

**Souza**, Otávio Tarquínio de; *"Iniciação de D. Pedro na vida conjugal"*, In: "D. Pedro I e Dona Leopoldina perante a História: vultos e fatos da Independência", S.P., Instituto Histórico e Geográfico, 1972.

**Silva**, Nicolau Duarte; *Libero Badaró – contribuição para a sua biografia*; In: R.I.H.G.S.P, Vol. XXVIII, 1930, p. 463 a 577.

**Silva**, Marcos A. (org.); *República em migalhas – história regional e local*; S.P.: Marco Zero, 1990.

**Thompson**, E.P.; *A formação da classe operária inglesa*; Vol. II - A maldição de Adão; Trad. Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida; R.J.: Paz e Terra, 1988.

**Vainfas**, Ronaldo (org.); *Dicionário do Brasil Colonial*; R.J.: Objetiva, 2000.

**Vainfas**, Ronaldo (org.); *Dicionário do Brasil Imperial*; R.J.: Objetiva, 2002.

**Velloso**; *As tradições populares na belle époque carioca*; R.J.: Funarte, 1988.

**Vieira**, M. P. A. et alii; *A pesquisa histórica*; S.P.: Atica, 1989.

**Vovelle**, Michel; *Imagens e imaginário na história*; Trad. Maria Júlia Goldwasser; S.P.: Ed. Atica, 1997

**Williams**, Raymond; *Cultura*; Trad. Lélío Lourenço de Oliveira; S.P.: Paz e Terra, 1992

**Williams**, Raymond; *Marxismo e literatura*; Trad. Waltensir Dutra; R.J.: Zaar, 1979.

**Zero**, Arethusa Helena; *Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre*; In: V Congresso Brasileiro de História Econômica, Caxambu, MG, 2003. Disponível no sítio <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html>

**Züquete**, Afonso Eduardo Martins (coord.); *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia Ltda., 1960.

#### **Sites na internet:**

<http://lepto.procc.fiocruz.br:8081>

<http://www.scielo.br>

<http://www.ensp.fiocruz.br>

<http://apsp.org.br/saudesociedade>